

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2021 a 30/06/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	12:12
Publ.: DCN - 02/06/2021	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Discussão do Veto Parcial nº 16, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, sobre a estimativa da receita e a fixação da despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Clamor do povo brasileiro pela abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nós tivemos, no último sábado, grandes manifestações em todo o País contra a situação que nós estamos vivendo, o abandono em que está o País, o abandono da saúde, com a falta de providências em relação à vacinação, ao atendimento das pessoas em vários pontos do Brasil, com hospitais lotados e milhares de mortos. Provavelmente, chegaremos rapidamente a 500 mil mortos.

Protesto contra a situação do auxílio emergencial, que não garante a sobrevivência das pessoas, em particular no momento em que nós estamos vivendo uma alta de preços de combustíveis, do gás de cozinha. E há também um grito que ecoou em todo o Brasil: Fora, Bolsonaro!

O povo brasileiro não suporta mais essa situação e começou a sair às ruas para protestar. E é nessa situação, neste momento, que nós realizamos esta sessão do Congresso Nacional, onde nós vamos votar vetos e projetos que recompõem, reorganizam o Orçamento.

E eu quero dizer claramente que o que nós vamos votar hoje aqui é uma recomposição de uma verdadeira lambança que foi feita no Orçamento, tirando recursos de despesas obrigatórias, como a Previdência Social, para distribuir na forma de emendas de Relator, emendas extraordinárias para a base do Governo. E é com isso que

nós não concordamos. Votamos contra o Orçamento, nessa forma, e vamos aqui hoje, de novo, nos manifestar contra a forma como foi feito o Veto nº 16, que vetou uma parte das emendas de Relator para a recomposição, mas vetou também emendas de Comissão, vetou emendas de bancada.

Nós não concordamos com isso. Nós queremos que sejam discutidas as emendas de Relator, para recompor o Orçamento naquilo que é incompressível, que são as despesas obrigatórias, em particular as despesas da Previdência Social, das universidades, da saúde, da ciência e da tecnologia.

Em decorrência desse veto, foram feitos os projetos, os PLNs. Esses PLNs têm que se readequar. Nós vamos hoje aqui lutar para mudar esse Veto nº 16, que é simplesmente a manutenção de emendas extraordinárias. Ora, se querem aumentar as emendas, têm-se que aumentar as emendas para todo mundo, mas garantindo, sim, que as despesas obrigatórias, como as despesas da Previdência Social, em particular, da saúde, da educação, das universidades, da ciência e tecnologia, sejam garantidas. Esses recursos são intocáveis, na nossa opinião.

É por isso que o Governo, mais uma vez, cede para manter a sua base de apoio e tentar evitar aqui aquilo que o povo todo clama, que é a abertura de um processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, a abertura de um processo que avalie a situação calamitosa que vive o Brasil e que tem responsável. O responsável não é um assessor. O responsável não é um Ministro General. O responsável é, sim, o Presidente da República, e ele tem que responder ao povo brasileiro por crime de responsabilidade. Existem mais de 100 pedidos, que têm que ser analisados por esta Casa, que têm que ser analisados pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	12:16
Publ.: DCN - 02/06/2021	CLAUDIO CAJADO-PP -BA	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Importância da apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de nºs, 4, 5, 6,7 e 8 de 2021. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em

1,3% no primeiro trimestre de 2021. Vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Congratulações aos Líderes partidários pela celebração de acordo com vista à votação das matérias constantes na pauta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a poucos instantes de iniciarmos a Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional, quando iremos votar importantes matérias. Falo de matérias que, em sua essência, liberam o Orçamento Geral da União do presente exercício do ano de 2021.

Nós votamos já atrasado o Orçamento deste ano - votamos no mês de março. Houve vetos. Esses vetos foram objeto de projetos de suplementações orçamentárias que estão na Casa, aqui no Congresso. São 4, 5, 6, 7, 8. São vários projetos de suplementações, que repõem e que retornam os recursos ao Poder Executivo, no intuito de fazer frente às despesas já empenhadas, muitas das quais, obras em andamento em Estados e Municípios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, se não votarmos essas matérias, continuaremos engessados, porque os recursos não chegarão à ponta. Aqui quero ressaltar que o Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, reuniu-se no dia de ontem e no dia de hoje com as Lideranças da base do Governo e da Oposição para chegarem a um acordo, a um consenso. Várias das matérias que serão votadas no dia de hoje foram acordadas.

Isso faz com que tenhamos, pelo menos, a consciência e a responsabilidade parlamentar de liberarmos definitivamente o Orçamento, para que ele possa ser executado pelo Poder Executivo. Consequentemente, poderemos liberar recursos fundamentais, essenciais, necessários para Estados e Municípios poderem fazer frente às suas despesas de investimento e despesas nas áreas de saúde e, em especial, fazer frente à pandemia da COVID-19.

Por isso, é fundamental que hoje nós estejamos atentos às votações que ocorrerão.

Quero parabenizar, além do Líder Eduardo Gomes, todos os Líderes partidários do Congresso Nacional, que tomaram a decisão importante para o País de acordarem essas matérias, para que as votemos em bloco. Portanto, nós esperamos que a votação, quando ocorrer, seja célere, para que nós possamos finalmente liberar recursos para os Estados e Municípios, além de para o Governo Federal.

Isso é fundamental porque, hoje, nós tivemos uma notícia importantíssima: apesar de todas as dificuldades, no primeiro trimestre

deste ano, o PIB do Brasil cresceu 1,3%, o que demonstra a pujança e a força do povo brasileiro e da economia brasileira. Ora, se o indutor dessas políticas, além do mercado, também é o poder público, nós teremos, sim, no segundo semestre, uma expectativa de crescimento, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida e de obras a serem continuadas ou apresentadas ao País, o que fará com que nós possamos respirar, literalmente respirar, um ar muito melhor do que foi o do ano passado, com a pandemia, com *lockdown*, com comércio fechado.

A vacina hoje é uma realidade. Muitos brasileiros e brasileiras já estão vacinados, o ritmo está muito bom e acreditamos que, ao longo do segundo semestre e até o final do ano, todos os brasileiros estarão vacinados. Isso, somado ao crescimento, hoje noticiado, de 1,3% do PIB no primeiro trimestre deste ano, à liberação dos recursos orçamentários e à pujança econômica que o país tem sentido, principalmente no agronegócio, ao longos dos últimos meses e anos, não nos deixa dúvida de que o Brasil dará um *show* de desenvolvimento ainda maior, porque esse é o nosso compromisso.

Assim, esta sessão congressual se reveste de ampla importância, e eu chamo à responsabilidade todos nós, para que possamos concluí-la com base no acordo que foi formulado, votando as matérias e fazendo com que, a partir dos meses de junho e julho, concluindo o primeiro semestre deste ano e iniciando o segundo, nós possamos melhorar, e muito, a *performance* econômica do Brasil, das empresas e, principalmente, o *status* dos Municípios e dos Estados brasileiros, que precisam dos recursos liberados que votaremos hoje.

Documento 3/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	13:08
Publ.: DCN - 02/06/2021	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa da rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), para prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura, bem como à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão



da oradora.) - Sr. Presidente, nesta sessão do Congresso, eu vou me concentrar em destacar o acordo que foi construído para a derrubada de vetos. Na verdade, houve uma grande ansiedade na sociedade brasileira em relação a esta sessão, principalmente entre as entidades, os ativistas, os gestores, as fazedoras, os fazedores de cultura deste País, que desde o início da pandemia tentam construir as suas possibilidades de sobreviver, de viver da sua arte, do seu ofício, do seu trabalho, o que foi impossibilitado pela pandemia.

Nós trabalhamos aqui, Sr. Presidente, colegas, sociedade, por uma saída emergencial no ano passado. Essa saída foi construída a partir da lei que nós conseguimos nominar de Lei Aldir Blanc. Essa lei, no valor de 3 bilhões de reais, foi executada nos Estados, nos Municípios, mas, por toda a limitação que houve a partir do Governo Federal no atraso das transferências de recursos, com uma regulamentação demorada - e a última transferência dos recursos foi feita em outubro, numa lei aprovada em maio neste Parlamento -, não foi possível executar todos os recursos até dezembro de 2020. Nós conseguimos uma medida provisória, com auxílio inclusive do atual Presidente da Câmara, com a articulação que foi possível ser feita, mas essa lei ainda saiu parcialmente. A lei saiu com a possibilidade do uso dos recursos em 2021, mas aqueles que tinham sido empenhados até dezembro.

Ora, de novo, estabeleceu-se um limite, e esse limite precisava ser superado para que todos os recursos retidos nas contas dos Municípios e dos Estados pudessem ser utilizados em 2021, com a pandemia que ainda está no seu mais elevado nível de contaminação e de óbitos, lamentavelmente, neste País, com uma pandemia muito mal enfrentada pelo Governo Federal. Aí vem a proposta do Senado, o Projeto de Lei nº 795, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, relatada pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, que chega a esta Câmara com muitas contribuições dos 12 projetos da Câmara dos Deputados. Nós votamos com um imenso consenso, foi unânime no Senado, e aqui novamente com o voto contrário do Partido Novo, mas que vai ao Governo Federal, e o Governo Federal de novo apõe veto aos dois artigos principais que são exatamente a liberação dos recursos e a prorrogação da prestação de contas.

O Tribunal de Contas da União, antes desse veto, deliberou e publicou um acórdão dizendo que se poderia usar os recursos, baseado na sua jurisprudência, baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nem assim o Governo ouviu.

E aqui, em respeito à decisão do Parlamento e olhando o parecer do Tribunal de Contas, o Parlamento, em um acordo amplo, com a ajuda do Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, com a atuação de muitos Líderes da Câmara, com o Líder da Minoria da Oposição no Congresso Nacional, o Deputado Arlindo

Chinaglia, com vários Líderes da Oposição e da própria base do Governo, decidimos pela derrubada desses vetos.

E eu tenho a certeza de que, nesse acordo, a cultura brasileira agradece, e muito, a este Congresso Nacional, porque esses quase 800 milhões de reais auxiliarão esses beneficiários reais, que são os fazedores e fazedoras de cultura deste País, que precisam muito desses recursos, até porque o orçamento da cultura para o Brasil é ridículo. O orçamento para a cultura deste País é ínfimo, e nós precisamos responder imediatamente com novas leis, com recursos perenes, com orçamentos vultosos, que estão contidos em novos projetos nesta Casa.

Votaremos pela derrubada deste veto com orgulho e faremos funcionar a Lei Aldir Blanc no Brasil.

Muito obrigada.

Documento 4/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2021- CD	13:12
Publ.: DCN - 02/06/2021	EDUARDO BISMARCK-PDT -CE	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, sobre a garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.906, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal), com vista à doação, ao alunato da rede de ensino público, de aparelhos telefônicos apreendidos em estabelecimentos prisionais.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amigo Deputado Marcelo Ramos, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, alunos, alunas, professoras e professores de todo o Brasil, subo a esta tribuna, na data de hoje, para pedir a garantia da derrubada do Veto nº 10, ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que eu tenho a honra de ser coautor.

O PL 3.477/20, como muitos sabem, garante mais de 3 bilhões de reais para custeio de conectividade, aquisição de equipamentos eletrônicos, não para a pandemia, mas para fazer frente a uma realidade que não



volta mais.

Hoje é extremamente essencial termos aparelhos eletrônicos, como *tablets*, celulares, computadores e até câmeras, nas mãos de professoras, professores e alunos. A realidade que tínhamos nunca mais voltará, e precisamos desses recursos para utilização das tecnologias.

O prejuízo da educação que nós tivemos, Sr. Presidente, nobres colegas, é incalculável, não por culpa de ninguém, mas por culpa da pandemia, e precisamos mitigar esses problemas com investimentos na educação. Nunca antes foram tão necessários investimentos como os previstos no PL 3.477/20, para a educação em nosso País.

Quero citar que, logo no início da pandemia, em março do ano passado, apresentei o Projeto de Lei nº 996, de 2020, que buscava recursos do superávit primário, do FUST, para custear ações da educação, para o combate da COVID, que é tão importante quanto o PL 3.477/20

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é na educação que temos que fazer o maior investimento para sairmos dessa crise, pois o prejuízo nessa área será sentido na economia do nosso País por longos anos. Precisamos investir nos jovens alunos, que hoje estão na educação e futuramente vão entrar no mercado de trabalho.

Portanto, apesar de o nosso Presidente da República querer que alunos e professores vão para a sala de aula sem a menor segurança sanitária, espero que possamos, ao menos, garantir essa tecnologia na mão dos alunos, para que protocolos de distanciamento sejam cumpridos ainda na data de hoje, e que, após a pandemia, esses recursos sejam utilizados numa realidade que, como eu disse aqui, não volta mais.

Só para um breve registro, queria dizer que apresentei na semana passada o Projeto de Lei nº 1.906, de 2021, que prevê a utilização de aparelhos fruto de buscas em presídios, no sistema penitenciário, para a educação. No primeiro momento, quando vi a ideia, fiquei um pouco preocupado. Depois tomei conhecimento de que essa já é uma experiência muito exitosa tanto no Mato Grosso do Sul quanto no Rio Grande do Sul; portanto, pode ser levada para todo o País. O aparelho, após a perícia e a extração dos dados e feito o laudo, seria enviado para o sistema de ensino, ajudando aquele cidadão, aquele aluno mais carente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, nobres colegas.

Documento 5/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021- CD	13:44
Publ.: DCN - 02/06/2021	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Realização no País de manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Conduta irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Discussão do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), para prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura, bem como à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Cumprimento a todos os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

É um momento importante da vida brasileira. Eu quero, Presidente, registrar que no dia 29 de maio, no último final de semana, nós tivemos um momento de luta popular importante: manifestações pela democracia, pelo direito à vacina, pelo direito à vida, pela retomada do emprego e pela retomada da atividade econômica, manifestações públicas que cumpriram os protocolos, com distanciamento social, uso de máscara e de álcool em gel, manifestações que mandaram a mensagem de que o Presidente Bolsonaro é mais perigoso do que o vírus. Por isso a indignação com que ocupamos as ruas no último dia 29 de maio. Eu estou confiante em que a luta popular pode produzir as mudanças necessárias para o País. Quem foi às ruas foi porque não aguentava mais, de indignação e revolta, a forma como o Presidente tem atuado na pandemia, com total irresponsabilidade, numa atitude genocida - de Bolsonaro - diante da dor que pode alcançar perto de meio milhão de brasileiros nos próximos dias.

Então, Presidente, a minha primeira palavra é de saudação àqueles que tiveram a coragem de enfrentar as adversidades e lutar por dias melhores para o Brasil, por vacina para todos, por emprego, por dignidade, por respeito. São essas pessoas, as que foram às ruas no

último dia 29, as principais responsáveis pela derrubada dos vetos do Presidente relativos ao auxílio emergencial. Seguiremos até o último instante lutando para derrubar os vetos relativos ao auxílio emergencial.

Mas eu quero também, Presidente, nesta tarde, cumprimentar o Líder Eduardo Gomes e todos os demais Líderes, que construíram um acordo para que nós pudéssemos derrubar os vetos à Lei Aldir Blanc. A Lei Aldir Blanc é uma homenagem a esse grande brasileiro, grande artista, apaixonado pelo Brasil. Aldir Blanc é a própria identidade da cultura popular. A Lei Aldir Blanc foi iniciativa de muitos Parlamentares, mas eu quero render as minhas homenagens à Deputada Jandira Feghali, que foi fundamental para que nós pudéssemos ter uma política pública, durante a pandemia, de acolhimento dos artistas brasileiros, de quem produz a cultura, de quem faz a arte, de quem sofreu como poucos setores da vida nacional com a pandemia. A arte e a cultura inclusive têm inspirado a nossa resistência num momento de tamanha dificuldade. Muitos de nós foram acolhidos por iniciativas de artistas, que, ainda que virtualmente, conseguiram alimentar o nosso espírito, nutrir a nossa alma. Eu, por exemplo, aqui em São Paulo, vi, comovido, como foi feito o movimento para a proteção do Ó do Borogodó, um espaço cultural importantíssimo da cidade de São Paulo. Eu próprio, nas *lives* do Ó, conseguia manter o meu coração aquecido, diante de tantas dificuldades que nós vivemos aqui no Brasil.

Derrubar os vetos à Lei Aldir Blanc é colocar 800 milhões de reais à disposição de artistas, daqueles que estão produzindo, apesar das dificuldades, para que eles possam se sustentar e manter a vida com dignidade. E o Congresso Nacional, ao derrubar esses vetos, não apenas reage diante da insensibilidade de Bolsonaro, mas reafirma o seu compromisso com a arte popular, com a cultura, com os artistas, com aqueles que vivem do fazer cultural.

Então, em um momento de tantas dificuldades como nós vivemos no Brasil, eu fico muito feliz quando o Congresso Nacional mostra que ainda possui algum nível de sensibilidade com o sofrimento do nosso povo. No caso, a derrubada dos vetos à Lei Aldir Blanc demonstra sensibilidade com as dificuldades da arte brasileira.

É evidente que um governante do tipo de Bolsonaro não tem qualquer compromisso com a ciência, ele é negacionista, e com a arte, ele é acrítico. Bolsonaro hostiliza o fazer cultural no Brasil, mas o Congresso Nacional, quando derruba os vetos à Lei Aldir Blanc, diz: compreendo, reconheço e valorizo o papel da arte; compreendo, valorizo e reconheço o papel dos artistas. É esse gesto que nós faremos na tarde de hoje.

Então, cumprimento cada Deputada, cada Deputado, cada Senador,

cada Senadora por esse gesto a favor da cultura brasileira.

Viva Aldir Blanc! Viva a Lei Aldir Blanc! E que apoiemos cada dia mais a arte e os artistas brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 6/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021- CD	13:56
Publ.: DCN - 02/06/2021	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Retirada de requerimento de destaque oferecido ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, sobre a abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 19.767.619.840,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente Marcelo Ramos, colegas Parlamentares, nós apresentamos esse destaque, aliás, três emendas e esse destaque, porque, no ano passado, nós aprovamos um conjunto de medidas para a agricultura familiar, sendo aprovadas por unanimidade na Câmara e no Senado, mas que foram vetadas quase que integralmente pelo Presidente da República.

Este ano, novamente, quase metade dos Parlamentares desta Casa apresentaram um projeto de lei e novamente fui designado Relator. Nós, até pela lógica e pelas questões que decorreram neste 1 ano e meio desta sombria pandemia, colocamos no relatório do PL 823 medidas muito simples, mas muito efetivas. Nós retiramos o auxílio emergencial - aliás, ele restou como único quesito -, que virou a Lei nº 14.048, que permite aos trabalhadores e aos agricultores que acessaram o auxílio emergencial não perder o direito à aposentadoria especial.

Em relação às dívidas rurais, nós tentamos negociar para que fossem acatadas pelo relatório do Deputado Júlio, mas também não foram acatadas. O nosso destaque tem o objetivo de apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, que está presente

em 4 milhões e 100 mil estabelecimentos rurais muito impactados negativamente, o que prejudica a economia agrícola e pode suscitar especialmente o aumento da inflação, porque são todos produtos da cesta básica de alimentos do cidadão brasileiro. O outro se refere a um crédito de valor pequeno, 10 mil reais, a um fomento de inclusão produtiva.

Foi feita uma negociação na primeira sessão do Congresso Nacional entre os Líderes partidários. Eu não estava presente nessa negociação. Foram mantidos os vetos do Sr. Presidente da República, com o compromisso de se votar a urgência do PL 823 e, depois, o mérito. Até o momento, não estabelecemos um acordo para que essas medidas possam ser votadas e a agricultura familiar tenha não apoio maior ou menor do que têm outros setores da economia, mas sim o merecido apoio de que esse segmento da agricultura brasileira está precisando.

Sei da compreensão do Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes. O Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o Deputado Ricardo Barros, também já realizou algumas reuniões. As nossas emendas, e destaquei a da comercialização, eu vou retirar, até porque esses recursos do PLN 4 são fundamentais para o crédito rural. Já faz mais de 1 mês que as agências bancárias não estão emprestando mais recursos para todos os setores da economia agrícola brasileira, para os produtores rurais, independentemente do porte. Eu quero deixar isto registrado: é preciso que esse acordo seja cumprido, são necessárias essas medidas para a agricultura familiar, independentemente do Plano Safra.

Eu conclamo os Congressistas, meus colegas Deputados, Senadores, e também o Governo para que haja uma engenharia de consenso. Com certeza, dois mestres nessa engenharia de consenso - o Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso Nacional, e o nosso Deputado Ricardo Barros - podem nos ajudar. Todos sabem, reconhecemos a importância que a agricultura familiar tem para todo o País, especialmente para aqueles agricultores que mais precisam tanto do Congresso Nacional quanto do Governo Federal.

Vale ressaltar que também estamos abertos para negociar - quando digo "nós", eu me refiro a todos os Parlamentares desta Casa, o Senador Eduardo Gomes, o Líder Ricardo Barros - inclusive a respeito do Plano Safra. Todas essas medidas poderão ser contempladas no Plano Safra. Espero que a nossa Ministra Tereza Cristina, nos próximos dias, neste mês, no mês que vem, possa anunciar o Plano Safra da Agricultura Familiar e também o Plano Agrícola e Pecuário.

Presidente, estou retirando esse destaque, até para garantir os recursos para a safra brasileira no que se refere ao Plano Safra, mas

aqui fica o registro e até o meu clamor em defesa da agricultura familiar, que precisa de medidas efetivas para que continue no campo, produza alimentos, não deixe a inflação subir e, sobretudo, mantenha o alimento na mesa de todos nós.

Está retirado o nosso destaque.

Obrigado, Presidente.

Documento 7/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	14:04
Publ.: DCN - 02/06/2021	SORAYA SANTOS-PL -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Elogio ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes, pela construção de acordo para a retirada do Veto Total nº 35, de 2020; do Veto Total nº 10, de 2021; do Veto Parcial nº 4, de 2021; e do Veto Total nº 14, de 2021. Apreciação do Veto Parcial nº 16, de 2021. Imediata reinstalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Agradecimento ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Luís Roberto Barroso, pelo encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de lista tríplice, composta por mulheres, para ocupação do cargo de Ministro Substituto na Corte Eleitoral.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro neste momento, no plenário, sobre a atuação do Senador Eduardo Gomes na construção desse acordo.

O Veto nº 35, que trata do auxílio emergencial para as famílias monoparentais, veio para a pauta mais de uma vez, e foi retirado até que pudéssemos chegar a um consenso quanto à derrubada desse veto. Isso foi fruto de uma grande articulação da bancada feminina junto aos Líderes desta Casa.

O Veto nº 10 trata da importância da Internet, tão necessária para o desenvolvimento dos alunos, principalmente neste período de pandemia.

Senador Eduardo Gomes, quero dizer da alegria quanto à atuação de V.Exa. Mais de uma vez retirou o Veto nº 35, sobre o auxílio

emergencial. Mais de uma vez retirou o Veto nº 10, como fez agora com o Veto nº 4, o que é tão importante para o desenvolvimento desse Estado.

Faço o registro sobre a unidade da bancada feminina na luta para a derrubada desses vetos. Subo a esta tribuna para dizer que hoje é um dia de vitória, vitória das grandes pautas.

Trata-se ainda da retirada do Veto nº 14, sobre adoção. V.Exa. pediu que fosse constituída uma comissão por Senadores, Deputados, Deputadas, para que pudéssemos chegar também a um bom termo a respeito dessa questão da adoção, Deputada Aline. Neste País, urge que se dê celeridade a isso. Estamos falando de crianças vítimas de violência, de crianças vítimas de abuso sexual que foram retiradas das suas famílias. Essas crianças clamam por um lar. Com certeza, voltaremos a este plenário para tratarmos desse veto, o que é de suma importância.

Ganha o Brasil hoje ao votar também o Veto nº 16. Já estamos chegando à metade do ano falando sobre a execução do Orçamento do ano anterior. Temos que instalar com máxima urgência a nova Comissão de Orçamento. O Brasil clama por tudo isso.

Subo a esta tribuna para dar o grito de vitória quanto a essa articulação.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer outro registro. Foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal a lista para preenchimento da próxima vaga no TSE. O Ministro Barroso, num compromisso e numa articulação com todos os movimentos femininos deste País, acatou pedido que lhe foi feito. Nenhum órgão deve deixar de ter uma cadeira que represente o olhar feminino. Ele encaminhou lista tríplice que indica três mulheres. A votação acontecerá amanhã. Esperamos que haja a confirmação pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Foi encaminhada lista com a indicação de três mulheres, para que se corrija, ao se preencher a próxima vaga, esta distorção, a de não haver no Tribunal Superior Eleitoral uma única Ministra. Será também uma grande vitória.

Fica registrado o nosso agradecimento não só ao Ministro Barroso, mas também a todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que tem ficado lado a lado, comprometido, no sentido de que as mulheres não percam esses espaços tão necessários a um Brasil mais justo e mais equânime.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

11.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2021-
CD 14:08

Publ.: DCN - 02/06/2021 BOHN GASS-PT -RS

-

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Razões da realização no País de grandes manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Exigência da população brasileira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, colegas Deputados e Deputadas, eu quero falar hoje sobre as grandes manifestações realizadas no último sábado, dia 29. Aliás, o dia 29 vai ficar na história como o da manifestação das pessoas que deram um grande exemplo de organização, algo diferente do que faz Bolsonaro, que desrespeita a ciência, desrespeita todas as organizações da saúde. A organização do ato de sábado, das grandes manifestações de protesto contra o Governo e suas políticas, teve a preocupação de orientar os participantes a usarem máscara, utilizarem álcool em gel, manterem o distanciamento nas suas manifestações. Uma pessoa que estava numa das manifestações disse: "*Nós temos medo de morrer, mas temos coragem de lutar*".

Foram às ruas milhares de pessoas nas capitais e em mais de 200 cidades pelo Brasil afora. Também houve manifestações no exterior. Em outros países, brasileiros e pessoas solidárias com a situação triste que estamos vivendo no Brasil se manifestaram. Elas mandaram exatamente este recado: "*Nós não queremos mortes, queremos vidas*". Disseram "*fora, Bolsonaro!*" Esta é a pauta de reivindicações do povo: vacina no braço, comida no prato, emprego e renda. O povo não quer que haja elevação dos preços do que as pessoas consomem.

Hoje houve, mais uma vez, aumento da luz. Os combustíveis estão caríssimos. O botijão de gás está custando quase 100 reais. Está quase impossível comprar alimentos, porque o reajuste dos preços desses produtos está acima da inflação, três vezes acima da inflação. O povo começa a passar fome!

Por isso é tão importante votar a renda emergencial, que não deve ser de 150 reais, 5 reais por dia, e sim de 600 reais. Esse é o recado do povo, para pautarmos essa matéria na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Além de defenderem a vida e protestarem em relação às mortes

provocadas pelo Governo genocida de Bolsonaro, eles deram dois recados importantes. O primeiro é para a CPI do Senado. Bolsonaristas foram às ruas para criticar as ações de fiscalização, com a presença do Presidente Bolsonaro, de ex-Ministros seus e de outros representantes do seu Governo. A Comissão precisa buscar provas, mostrar o genocídio que está sendo provocado pelo Governo Federal. No sábado, o povo deu este recado: *"CPI, faça o trabalho de apuração!"*

Foi um reforço aos Parlamentares que estão lá trabalhando para chamar exatamente os ex-Ministros, o Governo e também as empresas que vão ali dizer: *"O Governo brasileiro poderia ter feito desde o ano passado a vacinação, para não termos as mortes, meio milhão de mortes, e não fez porque não quis"*.

Então, foi um apoio ao Senado, para que a CPI possa, de fato, apurar. Como diz o próprio Presidente Omar Aziz, já há prova suficiente para indiciamento do Bolsonaro.

O segundo grande recado é para a Câmara dos Deputados. Sim, o povo diz: *"Nós precisamos fazer o impeachment"*. Neste sentido, é esse reforço que eu quero colocar aqui. Já há 121 pedidos de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Nós precisamos que o Presidente Arthur Lira coloque em andamento esse processo. O Deputado Henrique Fontana inclusive já apresentou um projeto, estabelecendo que, se o Presidente não der andamento a esse processo, os Deputados poderão votá-lo.

É inadmissível que, com tantos crimes cometidos pelo Bolsonaro, crime é o que não falta, esta Câmara não faça o processo de *impeachment*.

O recado das ruas é claro: apoio à CPI no Senado e exigência para que esta Casa abra o processo, Deputado Arthur Lira, de *impeachment*. Nós precisamos dizer todos juntos: *"Fora, Bolsonaro, genocida, que está destruindo o sonho e a vida do povo brasileiro"*.

Documento 9/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	14:12
Publ.: DCN - 02/06/2021	HILDO ROCHA-MDB -MA	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Celebração de acordo para a rejeição do Veto Parcial nº 16, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28 de 2020, sobre a estimativa da

receita e a fixação da despesa da União para o exercício financeiro de 2021; do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), para prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura, bem como à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal; e do Veto Parcial nº 15, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, acerca da alteração da Lei nº 14.116, de 2020, relativa às diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 (transferências voluntárias para Municípios de até 50 mil habitantes). Retirada de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, sobre a estimativa da receita e a fixação da despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputado Marcelo Ramos, que preside a sessão do Congresso neste momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, estamos no dia de hoje deliberando sobre PLNs. São três PLNs pautados na Ordem do Dia de hoje e também 18 vetos presidenciais.

Houve uma reunião ontem e hoje também com alguns Líderes partidários da Câmara e do Senado e o Líder do Governo, no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes, que tem feito todo o esforço para que a sessão aconteça, que os vetos sejam todos apreciados e os PLNs que interessam à Nação brasileira sejam apreciados também ainda na data de hoje.

Ficou apenas um item pendente, justamente o Veto 16, que trata da Lei Orçamentária de 2021, o PLN 28, que sofreu alguns vetos. Alguns burocratas do Governo Federal meteram a tesoura e cortaram investimentos importantíssimos para o Brasil inteiro. São obras, por exemplo, como a lá do Maranhão, obras para a continuidade da duplicação da BR-135, continuidade da travessia urbana na BR-010, na cidade de Imperatriz, na BR-222, a recuperação do trecho entre Miranda do Norte e Santa Inês.

O acordo que foi feito derruba o Veto 15, o que possibilita aos Municípios realizarem convênios sem a necessidade de atendimento ao CAUC. Também derruba o Veto 21, que ajuda demais as entidades folclóricas e culturais do Brasil inteiro, principalmente as do Maranhão. Estamos tendo o segundo ano sem São João, no Maranhão, assim como na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e na Bahia, ou seja, em muitos Estados do Brasil que tradicionalmente realizam a festa.

No Maranhão, muitas entidades de bumba meu boi estão esperando, por parte dos Municípios, a ajuda, esperando esse benefício, que é

dado pelo Governo Federal, através da Lei Aldir Blanc, que tinha sido vetada. Foi feito um trabalho de vários Líderes para que esse veto fosse derrubado, e o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, conduziu muito bem esse trabalho e conseguiu fazer esse acordo.

Com relação ao Veto 16, o Governo está propondo encaminhar um novo PLN, que será o PLN 9, porque já temos oito na Casa, que vai recompor parte do que nós estamos pleiteando, que são justamente os recursos do DNIT, das rodovias federais e também das universidades federais e das universidades estaduais do Maranhão mesmo. A bancada do Maranhão, que hoje é coordenada pelo Deputado Pedro Lucas Fernandes, colocou recursos para a Universidade Estadual do Maranhão, para a Universidade Federal do Maranhão e também para o Instituto Federal do Maranhão, assim como existe no Brasil inteiro. Esses institutos federais e as universidades serão prejudicados. Mas há esse compromisso por parte do Senador Eduardo Gomes e do Governo Federal, do Ministério da Economia, de recompor esses recursos num novo PLN.

Nós queremos depositar confiança no Governo, depositar confiança no Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes, de que essa recomposição será feita para que essas obras do DNIT, assim como as obras das universidades públicas, sejam continuadas, não sejam paralisadas por falta de orçamento, não sejam paralisadas por falta de recursos.

Por isso, estamos aqui na tribuna em nome do MDB, em nome da Liderança do partido, do Líder, Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que pediu que nós fizéssemos esse acordo, acreditando na palavra do Governo, porque nós sabemos que o Governo não vai falhar. Por isso, vamos retirar os nossos destaques.

Documento 10/557

11.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021-
CD 14:20

Publ.: DCN - 02/06/2021 TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

-

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Fatores determinantes da realização no País de manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. O que me motiva a falar hoje é o que quis dizer a mobilização nas ruas do último dia 29, último sábado. Nós do PSOL entendemos que ela foi um ponto de inflexão nesta conjuntura tão trágica, Sr. Presidente. Foram centenas de milhares de pessoas, não só nas capitais. Este Brasil de proporções continentais deu um recado de que Bolsonaro precisa ser interrompido, de que esta política de morte, esta necropolítica, encampada pelo Governo Bolsonaro e seus ministros, precisa ser interrompida.

Aliás, diferentemente do que os setores que compõem este Governo e seus apoiadores fazem quando vão às ruas, as manifestações pela democracia popular, real, radical, ocorrida no sábado, mostraram que é possível se organizar para enfrentar este cenário com máscara, com álcool em gel, sem ser negacionista. Se o povo demorou, mas precisou ir às ruas no meio da maior crise sanitária que já experimentamos enquanto gerações vivas, foi porque Bolsonaro tem se mostrado mais letal do que o vírus. As quase 500 mil famílias que veem chegar o luto dentro das suas casas poderiam não vivenciá-lo, se não fosse a maneira cruel como o vírus tem sido enfrentado no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Congresso precisa ouvir o povo. As últimas pesquisas mostram que apenas 24% da população apoia o Presidente Jair Bolsonaro e ao menos 45% do povo brasileiro, quase metade da população brasileira, rejeita a necropolítica encampada pelo Presidente da República.

E o que é ouvir o povo? O que este povo está rejeitando? Este Congresso, senhores e senhoras, que é a Casa do Povo, precisa escutar o povo. Quando o povo rejeita Bolsonaro, o povo rejeita um cenário em que o bujão de gás custa 100 reais, um cenário em que houve o maior aumento de itens alimentícios do último período. Não dá para aceitar que uma chefe de família escolha se vai comprar o óleo para cozinhar ou se vai comprar o arroz, o feijão, a fralda para o seu filho - aliás, metade dos pobres no Brasil são mulheres pobres, mulheres chefes de família, sozinhas. Que bom que hoje, nesta sessão do Congresso, já haja um acordo, depois de muita luta, para derrubar o veto do Presidente à concessão de um auxílio duplo às famílias monoparentais. Estamos falando dessa mulher negra, periférica, chefe de família, que está tendo de escolher entre o óleo e o feijão, Sr. Presidente.

Escutar o povo é escutar a insatisfação popular frente a uma lenta vacinação. Se não tivéssemos um Presidente que ignorou, lá atrás, a compra da vacina para o povo brasileiro, e que chamou a crise sanitária de gripezinha, não teríamos tantas variantes do vírus no Brasil. E não teríamos uma letalidade no Brasil que nos envergonha

frente ao mundo, mas, mais do que isso, leva dor para as famílias que perdem filhos, maridos, avós, irmãos.

Sr. Presidente, o povo está dizendo que a lógica de cortar investimento, seja desmontando os serviços públicos com a PEC 32/20, seja cortando mesmo o investimento, como ocorreu com o vergonhoso Orçamento aprovado nesta Casa... Agora, corrigem-no muito insuficientemente, repondo alguns recursos para áreas estratégicas. Estamos falando de previdência, de seguro-desemprego, de BPC. O povo diz que quer orçamento para áreas que são fundamentais para tirá-lo da pobreza.

Isso tem sido feito, aliás, no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, país que Bolsonaro diz ser exemplo, que para mim não é exemplo nenhum, mas para Bolsonaro era, foram 2 trilhões em investimento público para enfrentar a crise.

É preciso uma guinada. Este Congresso tem responsabilidade frente à atual conjuntura. Derrubar Bolsonaro, fazer o *impeachment* de Bolsonaro, responsabilizá-lo sobre os diferentes crimes de responsabilidade que ele cometeu é ajudar o povo a sair da fome e da morte e a enfrentar o vírus.

Obrigada, Presidente.

Documento 11/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	14:24
Publ.: DCN - 02/06/2021	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido aos Parlamentares de assinatura do requerimento de criação da chamada CPI do Tratoração, destinada à investigação da compra de votos por meio do orçamento secreto do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu queria falar de um assunto que virou um silêncio ensurdecedor no Plenário do Congresso Nacional.

Está aqui a capa do *Estado*, que fala assim: *Orçamento secreto bilionário de Bolsonaro banca trator superfaturado em troca de apoio*

no Congresso. Tratores que pelas regras normais custam 100 mil reais foram comprados por 359 mil reais, pagos.

Esse escândalo do orçamento paralelo precisa ter uma resposta dos Líderes no Congresso e na Câmara dos Deputados. Pelo que nós estamos assistindo aqui, trata-se de uma violação à Constituição da República. Nós vamos entrar com um pedido de inconstitucionalidade, ADPF ou ADI, para serem suspensas por liminar imediatamente essas emendas de Relator, que são inconstitucionais.

Neste caso, Sr. Presidente, nós queremos denunciar que desde a reforma da Previdência está se pagando conta para Deputados que votam a favor. Isso se chama compra de votos, isso se chama corrupção, ocorrendo através de mecanismos como a CODEVASF.

Então, por meio desse jornal, ficamos sabendo que Deputados mandaram ofícios aos Ministérios dizendo: "Eu fui contemplado, eu tenho uma cota aí para ser paga". E depois, quando questionados pessoalmente, disseram que essa é uma questão de segurança pessoal, essa é uma questão de segurança nacional. É mentira! Isso aqui é compra de votos, Sr. Presidente.

O que não há aqui é transparência. Cada Parlamentar tem direito a 15 milhões de reais aproximadamente, metade para a saúde. Então, cada Parlamentar tem 7,5 milhões. Agora, há Parlamentar que tem 135 milhões, 270 milhões, 70 milhões, Presidente da Câmara, Líderes de Governo, quem já foi Presidente do Congresso, para mandar tratores, para mandar emendas a Municípios situados a 2 mil quilômetros da sua base e da CODEVASF também.

Isso é um escárnio, é um escândalo!

É preciso que tenhamos clareza de que isso fere todos os princípios constitucionais da transparência e de ser republicano. O gasto público está sendo usado com finalidades políticas, cooptação de Deputados, patrimonialismo, compra de votos para a reeleição do Presidente e reeleição de Parlamentares, porque, se um Parlamentar tem o direito a 7 milhões de reais e o outro tem 70 milhões, ele vai agradar os Prefeitos que vão lhe garantir votos depois. Isso é mais do que óbvio, Presidente. Por isso, nós entendemos que aqui, neste caso, essa emenda de Relator é, sem dúvida, totalmente inconstitucional, mas mais do que isso fere a isonomia, a equidade entre os Parlamentares.

Eu quero que todos os Parlamentares que não foram beneficiados assinem a nossa CPI do Tratoração. Vamos investigar isso. Todos os tributaristas ouvidos e todos que observaram esta regra sabem que a ilegalidade é total. O silêncio no Congresso Nacional mostra

claramente que ninguém quer falar desse assunto.

Por isso é que nós estamos introduzindo essa questão nas grandes manifestações que foram às ruas contra o genocídio, pelo direito à vida, pelo auxílio emergencial. Agora é contra a corrupção. Os "anões" do Orçamento e o mensalão falavam em quê? Em 100 milhões de reais? Aqui nós estamos falando de 3 bilhões de reais! O Ministro do Desenvolvimento Regional também deve satisfações. Vamos assinar a CPI do Tratoração. Isso é corrupção!

Documento 12/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2021- CD	14:32
Publ.: DCN - 02/06/2021	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Líder do Governo no Senado Federal, Senador Eduardo Gomes, pela celebração de acordo para a rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), para prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura, bem como à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal; do Veto Parcial nº 15, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, acerca da alteração da Lei nº 14.116, de 2020, relativa às diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 (transferências voluntárias para Municípios de até 50 mil habitantes); e do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia do acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública (projeto de lei da conectividade). Retirada de requerimento de destaque oferecido ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, sobre a estimativa da receita e a fixação da despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa., eu quero dizer que acompanhei essa negociação em nome da bancada do PCdoB.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, que buscou compreender diversos argumentos e introduziu avanços significativos. Falo especificamente da Lei Aldir Blanc, cujo veto nós tivemos a oportunidade de derrubar; da transferência voluntária para Municípios, que é algo muito expressivo para os Municípios brasileiros; da Internet

nas escolas, que também é uma coisa significativa; e principalmente da possibilidade negociada de, lá na frente, num PLN, nós recompormos recursos de emenda de bancada e de emenda de Comissão que se destinam a universidades e a obras fundamentais que estão interrompidas ou precisam de ritmo nos diversos Estados.

Então, eu quero aqui dizer que nós tínhamos um destaque, mas o retiramos em função do acordo.

Documento 13/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	14:36
Publ.: DCN - 02/06/2021	PAULO RAMOS-PDT -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação do orador em manifestação de protesto contra o Governo Jair Bolsonaro, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Defesa de afastamento do Presidente da República e de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Fico feliz com essa coincidência.

Sr. Presidente, estive no Rio de Janeiro, no último sábado, na grande manifestação de repúdio ao Governo Bolsonaro, o que aconteceu em muitos pontos do nosso País. A mensagem daquela manifestação era a de que a rua pertence ao povo, não é exclusividade de bolsonaristas. Houve cuidados. Praticamente todos estavam usando máscara. Ali, a juventude universitária, a juventude trabalhadora, os trabalhadores das estatais, os servidores públicos gritavam não só "*Vacinação em massa!*", mas também "*Fora, Bolsonaro!*", em repúdio aos rumos do Governo Bolsonaro, um governo de traição nacional.

Fora, Bolsonaro! Vacinação em massa!

Documento 14/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	14:36
Publ.: DCN - 02/06/2021	DANILO CABRAL-PSB -PE	
-		

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, relativo à abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, de crédito suplementar no valor de R\$ 19.767.619.840,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Importância da rejeição dos Vetos Totais nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; e 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, viemos também para falar da pauta do Congresso Nacional. É uma pauta muito importante esse conjunto de vetos, Sr. Presidente.

Primeiro, queremos destacar que o que vamos deliberar aqui é fruto de um entendimento firmado com os partidos políticos para que nós pudéssemos, a partir da coordenação feita pelo Senador Eduardo Gomes, avançar em pautas importantes. Não foi aquilo que a Oposição desejava. Deixamos de forma muito clara que pontos que ainda ficaram pendentes, para que possamos avançar num segundo momento.

A questão do Orçamento é um desses pontos. Nós estamos aqui manifestando a posição de avançar, de aprovar o PLN que recompõe parte do orçamento que foi retirada de algumas áreas que consideramos estratégicas e importantes, para que não tenhamos, inclusive, paralisação de atividades. Mas deixamos aqui o registro de que nós precisamos desdobrar esse debate, fruto do que fizemos aqui quando da aprovação do Orçamento, como foi acordado pelo próprio Líder Eduardo Gomes, quando ali ao microfone a Oposição, coordenada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, retirou a obstrução, com o compromisso de que teríamos oportunidade para discutir o orçamento da saúde, da educação, da assistência social.

Essas pautas continuam pendentes, e nós vamos continuar a cobrar o

compromisso firmado pelo Governo.

Contudo, não podemos deixar de destacar, Líder Arlindo, os avanços que nós tivemos na pauta que estamos colocando aqui. Quero destacar três deles, fundamentais para o momento que vivemos no Brasil. Esta pandemia não acabou, pelo contrário, vemos o seu aprofundamento. Numa situação como esta, nós temos que reforçar a proteção social e a garantia de direitos, muitos dos quais, em função da ausência do Estado, estavam sendo negados.

Eu destaco a derrubada do Veto nº 10. Fui autor, juntamente com um conjunto de Parlamentares de diversos partidos políticos, do PL 3.477/20, que garante a inclusão digital a milhões de jovens que estão nas escolas básicas públicas deste País que, em razão de sua condição social, não conseguem ter acesso a esse novo normal da educação que está sendo implantado, através de um regime híbrido, uma parte presencial, outra parte a distância. Como garantir o acesso a educação a distância, se o cidadão não tem um computador, não tem um celular ou não pode pagar um pacote de dados? Como garantir isso, se o professor também não tem esses equipamentos?

Por isso, esta Casa aprovou, com larga maioria no Senado, esta proposta, para garantir o direito inalienável à educação pública básica, beneficiando, neste projeto, 2 milhões de profissionais da educação e 18 milhões de jovens que estão nas escolas públicas deste País. Este veto que vamos derrubar é fruto também da mobilização oriunda do lado de fora do Congresso Nacional. Mais uma vez, a educação mostra a sua força, a força daqueles que estão aqui, que têm esse compromisso, mas sobretudo da sociedade, que impôs ao Congresso Nacional a leitura de que era importante derrubarmos este veto.

Além deste veto, eu quero destacar a aprovação da matéria que nós apreciaremos para dar sequência à Lei Aldir Blanc. Eu tive a honra de ser Relator da prorrogação da Lei Aldir Blanc, um projeto importantíssimo. Eu quero parabenizar a Deputada Jandira Feghali, o companheiro de partido e Deputado Tadeu Alencar e tantos outros que militaram nessa causa. O fato é que a pandemia continua, e a proteção social àqueles que fazem a cultura também tem que continuar. Por isso, nós aprovamos a prorrogação dessa matéria, para proteger 6 milhões de brasileiros que gravitam, vivem e são fazedores de cultura. Esta é uma pauta importante que nós estamos aprovando aqui.

Por fim, destaco também a aprovação do Veto nº 35, que trata da garantia de duas cotas do auxílio emergencial para a mulher provedora de família, para que lhe sejam garantidas duas cotas do auxílio emergencial. Essa é a realidade de muitas mulheres no Brasil.

Senador Eduardo Gomes, espero que desdobremos mais esta pauta,

que avancemos. Que a partir da aprovação desse auxílio possamos trazer para o Plenário também o debate da medida provisória que garante o auxílio de 600 reais ao conjunto do povo brasileiro.

Documento 15/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2021- CD	14:44
Publ.: DCN - 02/06/2021	ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 639 de 2021, acerca da alteração da Lei nº 9.250, de 1995, para prorrogação do prazo para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021. Importância da celebração de acordo para apreciação do Veto Parcial nº 13, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 559 de 2013 (nº 6.814, de 2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 4.253, de 2020), acerca da instituição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero registrar que, em diálogo com o Senador Eduardo Gomes, nós tratamos da questão do veto do Imposto de Renda, da prorrogação do Imposto de Renda, do projeto de lei do Deputado Rubens Bueno, que foi aprovado unanimemente aqui, nesta Casa e no Senado. Nós trabalharemos para que este veto possa voltar rapidamente e seja derrubado, até porque existe uma dúvida em relação à prorrogação também da primeira restituição. Nós temos convicção de que, pelo texto aprovado, não se mexeria em nenhum dispositivo de prorrogação das restituições.

Quero também parabenizá-los pelo acordo que foi celebrado pela Lei de Licitações, dando oportunidade a termos a ampla publicidade nos jornais do interior do País, que certamente são o único meio de se gerar transparência, em muitas comunidades no nosso País.

Documento 16/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2021- CD	14:44
Publ.: DCN - 02/06/2021	BIBO NUNES-PSL -RS	
-		

Sumário

Posicionamento do orador favorável à realização da Copa América no Brasil.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, nobres colegas, é uma satisfação estar nesta tribuna.

Quero manifestar aqui o meu apoio à realização da Copa América no Brasil. A Esquerda contra tudo e a favor de nada e a imprensa marrom estão sendo contra de que maneira? Temos no Brasil hoje Brasileirão, Copa do Brasil, Copa Sul-Americana, Libertadores, Brasileirão Série A, B, C, D, E. Vão ser contra por quê? Por que é do Governo Bolsonaro? São apenas dez equipes, que vêm com toda a prevenção. Isso mostra para o Brasil o que é o radicalismo e o que é uma imprensa que não faz jornalismo, mas faz publicidade. Se pagar, elogia; se não pagar, critica!

Sou a favor da Copa no Brasil, porque venderemos uma bela imagem do País para a América e para o mundo!

Grato, nobre Presidente.

Documento 17/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-14:48
Publ.: DCN 02/06/2021 -	- ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 7, 8, 11 e 16, de 2021, com acordo para manutenção. Regozijo com a celebração de acordo para a a votação do Veto Parcial nº 12, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.668, de 1993, para a instituição dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - FIAGRO. Expectativa quanto à orientação da Liderança do Governo na votação do Veto Total nº 20, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 639 de 2021, acerca da alteração da Lei nº 9.250, de 1995, para prorrogação do prazo para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da

Pessoa Física referente ao exercício de 2021.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Cidadania orienta o voto "sim" e parabena o acordo que foi celebrado, especialmente em temas fundamentais, como o pagamento ambiental, o FIAGRO e também os editais de publicação das leis de licitação nos jornais do interior, nos jornais de todo o País, que é uma maneira de dar maior publicidade.

Por isso, o Cidadania orienta o voto "sim" e registra novamente que estamos na expectativa de receber a orientação do próprio Governo em relação ao tema do veto do projeto de lei que prorroga o Imposto de Renda do Deputado Rubens Bueno. Parabenizamos a costura desse amplo acordo que beneficia o País.

Esse era o nosso registro.

Documento 18/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-14:52
Publ.: DCN 02/06/2021 -	- ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Agradecimento ao Líder do Governo no Senado Federal, Senador Eduardo Gomes, e aos Líderes da Oposição pela construção de acordo para a votação de vetos presidenciais. Avanço da rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal. Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 7, 8, 11 e 16, de 2021, com acordo para manutenção.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, eu gostaria de agradecer todos os Líderes de oposição da Câmara e também do Senado, porque nós tivemos um árduo trabalho. A negociação principal de nossa parte não foi necessariamente na

votação pela manutenção dos vetos, ainda que nós tenhamos opinado, em pelo menos um ou dois destes, pela manutenção, mas exatamente pela compreensão e pela possibilidade do acordo com o Líder do Governo, a quem queremos cumprimentar pelo esforço também que fez.

Portanto, queria registrar que obtivemos importantes vitórias, como a derrubada do veto com referência à Internet nas escolas públicas, a Lei Aldir Blanc, dentre outras que vamos esclarecer no decorrer da sessão.

Dessa forma, como já está demonstrado, a Oposição vota "sim". Estou aqui tentando esclarecer naquilo que entendemos ser o mais importante para aqueles que nos assistem.

Obrigado.

Documento 19/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-14:52
Publ.: DCN 02/06/2021 -	NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 7, 8, 11 e 16, de 2021, com acordo para manutenção. Assinatura, pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de contrato de transferência tecnológica para a produção do Ingrediente Farmacêutico Ativo - IFA da vacina AstraZeneca no Brasil.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD é favorável a esta votação extremamente importante.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para destacar que hoje, no Ministério da Saúde, a FIOCRUZ vai assinar o contrato de transferência tecnológica para a produção do IFA - Ingrediente Farmacêutico Ativo da vacina da AstraZeneca no Brasil. Trata-se de uma luta que estamos travando aqui desde o início do mandato, defendendo a autossuficiência na produção da vacina no Brasil. Acreditamos que o Brasil só será autossuficiente produzindo o seu próprio IFA.

Com a assinatura desse contrato de transferência tecnológica, o Brasil passará a produzir a sua própria vacina. A FIOCRUZ, que já entregou 50 milhões de vacinas até agora, vai entregar mais 50 no mês de julho. Até dezembro serão mais 100 milhões de doses de vacina para o povo brasileiro, totalizando 200 milhões de doses de vacinas.

Parabéns à FIOCRUZ! Parabéns à ciência brasileira! Parabéns ao Presidente Bolsonaro e ao Ministério da Saúde!

Documento 20/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-14:56
Publ.: DCN 02/06/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Avanço da rejeição dos Vetos Totais de nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal. Insuficiência dos valores destinados à recomposição do Orçamento Geral da União de 2021. Questionamento acerca da manutenção do Veto Parcial nº 16, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28 de 2020, sobre a estimativa da receita e fixação da despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, para quem nos escuta, o sistema de deliberação remota dificulta que possamos votar separadamente os vetos. Nesse sentido, temos feitos acordos que ora são bons, ora não dão conta. Mas queria ressaltar três vitórias conquistadas hoje: a cota dupla para famílias com mulheres mãe solo; a ampliação do acesso digital, do acesso à Internet para as escolas; e também a derrubada, que virá em breve, da Lei Aldir Blanc.

Queria aproveitar ainda o tempo para lamentar que a recomposição do

escandaloso orçamento aprovado recentemente nesta Casa seja insuficiente; é uma recomposição de quase 20 bilhões, mas, infelizmente, pouco mais da metade desse valor apenas foi retirada das emendas do Relator-Geral. Do nosso ponto de vista, essas emendas existem para fortalecer currais eleitorais. Nesse sentido, temos esse questionamento à manutenção integral do Veto 16.

Documento 21/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021- CD	14:56
Publ.: DCN - 02/06/2021	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
-	-	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero dar meu apoio integral à luta para derrubar o veto do Presidente Bolsonaro à Lei Aldir Blanc, que todos sabemos que é importante para a cultura do nosso País, para nossos artistas, produtores culturais, para os nossos CTGs, Centros de Tradições Gaúchas, enfim. Aqui no Rio Grande, com muita honra, eu ostento esse lenço maragato aqui.

Foram destinados 770 milhões dentro de um valor maior de 3 bilhões. E esses 770 não puderam ser gastos e estão disponíveis. Não há por que voltar para o Tesouro.

Vamos usar esse dinheiro para gerar emprego, gerar renda, gerar cultura, dar dignidade, vida e qualidade de vida aos nossos artistas, produtores culturais, CTGs, aos jovens, à nova geração. Esse é o desafio. Então, voto contra o veto do Presidente.

Documento 22/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 01/06/2021-15:00	
Publ.: DCN	- PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-	
02/06/2021 -	DEM -TO	

Sumário

Agradecimento ao Líder do Governo no Senado Federal, Senador Eduardo Gomes, pelo empenho na construção de acordo para rejeição dos Vetos Totais de nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; e 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Gomes ao Congresso o esforço feito para a derrubada de alguns vetos importantes.

Eu sou uma das autoras do PL 3.477, que garante conectividade e acesso à Internet a alunos e professores. Nós que lidamos com educação pública sabemos dos enormes desafios que foram colocados para a educação pública nesse período. E, para a derrubada desse veto, houve um grande esforço de Parlamentares de diferentes partidos desta Casa. Por isso nós agradecemos ao Senador Eduardo Gomes, que conduziu esse acordo.

Quero reforçar também a derrubada do veto que garante a remuneração e a proteção das famílias monoparentais, as famílias chefiadas por mulheres, que na pandemia vivem um período ainda mais difícil.

Acho que esse é um processo democrático de construção.

Muito obrigada.

Documento 23/557

11.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021-
CD 15:00

Publ.: DCN - 02/06/2021 PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT
-

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contentamento com a construção de acordo para rejeição dos Vetos Totais de

nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria também, nesta tarde, de saudar o acordo para a derrubada de vetos muito importantes referentes à chefe de família, que precisa receber um pouco mais para manter os seus filhos; à Lei Aldir Blanc; e ao PL 3.477, do qual sou coautora.

Tivemos a oportunidade de fazer uma discussão muito grande, inclusive algumas vezes junto com a Presidente Deputada Professora Dorinha, no Ministério da Educação.

Hoje, com a derrubada desses vetos, faremos justiça aos estudantes brasileiros, que precisam de Internet, precisam de equipamentos, precisam das condições para manterem os seus estudos.

O Brasil precisa fazer justiça com quem mais precisa de tecnologia e equipamentos: as nossas crianças, adolescentes e jovens que estão na escola.

Infelizmente, o Governo vetou a lei, mas o Congresso vai fazer justiça e derrubar o veto.

Muito obrigada.

Documento 24/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-15:04
Publ.: DCN 02/06/2021 -	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE



Sumário

Orientação de bancada na votação em globo do Veto Total nº 35, de 2020; e dos Vetos Parciais de nºs 5, 7, 10, 10, 11, 12, 15, 16, e 17, de 2021, com acordo para rejeição. Importância da rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, encaminha o voto "não".

Faço o registro, Presidente, da importância da derrubada do veto à Lei Aldir Blanc, já devidamente ressaltada pelas Deputadas Jandira, Benedita, Professora Rosa Neide e outros Parlamentares. Esta conquista é muito grande para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura e das artes. Essa lei é fruto de uma construção coletiva que foi feita ano passado e agora se consolida com a derrubada deste veto, dentre outros, em um momento forte da cultura brasileira. Fomos coautores da lei que aprovamos aí na Câmara. Só podemos, então, ressaltar o trabalho coletivo de mobilização que fizeram os trabalhadores da cultura no Brasil inteiro.

Por isso, o voto da bancada do PT, para homenagear a cultura brasileira, é "não", conforme o acordo, Sr. Presidente.

Documento 25/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/06/2021-15:04	
Publ.: DCN 02/06/2021 -	BENES LEOCÁDIO-REPUBLICANOS -RN		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo do Veto Total nº 35, de 2020; e dos Vetos Parciais de nºs 5, 7, 10, 10, 11, 12, 15, 16, e 17, de 2021, com acordo para rejeição. Congratulações aos Parlamentares pela rejeição do Veto Parcial nº 15, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.116, de 2020, relativa às diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Importância de rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à

prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

O SR. BENES LEOCÁDIO (Bloco/REPUBLICANOS - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Republicanos vota "não", reafirmando o apoio ao acordo firmado entre o Líder do Governo e os membros do Congresso Nacional.

Em nome do meu Rio Grande do Norte, quero parabenizar a Casa por esta vitória que hoje alcançamos, principalmente na derrubada do Veto nº 15, porque isso dará oportunidade aos pequenos Municípios do Brasil de continuar firmando parcerias com órgãos do Governo Federal. No meu Estado, dos 167 Municípios, mais de 150 hoje estariam impedidos de receber transferências voluntárias. Ressalto também a importância da derrubada do veto à Lei Aldir Blanc para que os Municípios que não puderam acessar os recursos agora tenham a oportunidade de fazê-lo.

Muito obrigado.

Documento 26/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-15:08
Publ.: DCN 02/06/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo do Veto Total nº 35, de 2020; e dos Vetos Parciais de nºs 5, 7, 10, 10, 11, 12, 15, 16, e 17, de 2021, com acordo para rejeição. Regozijo com a rejeição dos Vetos Totais de nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL vota "não". Mas, como estamos votando em bloco, preciso registrar que, se pudéssemos votar separadamente, votaríamos "não" à isenção fiscal para ruralistas. Não compactuamos com o que é hoje o FIAGRO.

No entanto, celebramos, nesta votação, três vitórias: a vitória da cultura, com o auxílio emergencial para esses trabalhadores tão importantes para o Brasil; a vitória da educação pública, com a possibilidade de ampliação da conectividade nas escolas brasileiras; e, em especial, a vitória das mães solo no Brasil. Metade das famílias pobres do Brasil tem mulheres à frente do sustento da casa, responsáveis por levar para casa o óleo, o gás, o feijão, a fralda. Para essas mulheres é fundamental a cota dupla do auxílio emergencial.

Então, celebramos essas três vitórias e votamos "não", com o acordo.

Documento 27/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-15:12
Publ.: DCN 02/06/2021 -	- ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Importância do acordo celebrado para a rejeição dos Vetos Totais de nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal; do Veto Total nº 20, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, para prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; e do Veto Parcial nº 15, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, acerca da alteração da Lei nº 14.116, de 2020, relativa às diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 (transferências voluntárias para Municípios de até 50 mil habitantes).

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, esse acordo permitiu que nós derrubássemos os vetos referentes ao auxílio emergencial para a família monoparental. Da mesma forma, nós derrubamos o veto relativo ao na educação básica pública. Também derrubamos o veto com referência a transferências para os Municípios de até 50 mil habitantes, o veto que impedia a prorrogação da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física e o veto referente à prorrogação da Portanto, nós temos o que comemorar no que se refere a esse acordo que fizemos, que foi patrocinado, evidentemente, por um conjunto de partidos de oposição e que envolveu diretamente o Líder do Governo, que teve sensibilidade para que nós garantíssemos a educação, a cultura.

Documento 28/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-15:12
Publ.: DCN 02/06/2021 -	- WILSON SANTIAGO-PTB -PB		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Importância do acordo celebrado para a rejeição dos Vetos Totais de nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal; do Veto Total nº 20, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.250, de 1995, para prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; e do Veto Parcial nº 15, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, acerca da alteração da Lei nº 14.116, de 2020, relativa às diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 (transferências voluntárias para Municípios de até 50 mil habitantes).

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB. Para orientar a

bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esses vetos derrubados, como bem citou o Deputado Arlindo Chinaglia, são de significativa importância para vários dos setores e para muitos dos habitantes deste País.

No caso específico dos Municípios, nós entendemos que foi significativa essa decisão da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, de derrubar esse veto por conta da dificuldade que têm hoje os Municípios do Brasil. Mais de 50%, ou quase 50%, dos Municípios brasileiros estão com inadimplências, e essas inadimplências impedem os Municípios de receber recursos do Governo Federal. Os Municípios, especificamente os menores, de até 50 mil habitantes, sem a ajuda, sem a liberação dos recursos do Governo Federal para realização de obras...

(Interrupção do som.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - O PSB, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Espere aí.

Conclua, Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sem a liberação de recursos para a realização de obras e para outras áreas, fica difícil administrar um Município no Brasil hoje.

Então, o Congresso Nacional, por meio desse acordo, derruba este veto, de comum acordo com a própria Liderança do Governo. E nós temos que parabenizar o Congresso Nacional neste dia de hoje, porque, de fato, isso dá uma folga aos Municípios e permite que eles recebam esses recursos públicos, que são...

(Interrupção do som.)

Documento 29/557

11.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/06/2021-15:16	
Publ.: DCN	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
02/06/2021 - CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA	DE



Sumário

Orientação de bancada na votação em globo do Veto Total nº 35, de 2020; e dos Vetos Parciais de nºs 5, 7, 10, 10, 11, 12, 15, 16, e 17, de 2021, com acordo para rejeição. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal; e dos Vetos Totais de nºs 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; e 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial. Defesa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 73, de de 2021 (o chamado Projeto Paulo Gustavo), em tramitação no Senado Federal, referente ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a garantia de ações emergenciais voltadas ao setor cultural; e à alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedação da limitação de empenho e movimentação das despesas relativas a aquisição de produtos e serviços vinculados à execução do Fundo Nacional de Cultura. .

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - A Oposição orienta "não".

Quero lhe agradecer. Infelizmente, tive um contratempo e não pude usar o meu tempo na discussão, mas quero lhe agradecer pelo chamamento e pela cedência deste 1 minuto.

A Oposição orienta "não", porque certamente aqui temos vetos muito importantes que estão sendo derrubados. Destaco a necessidade de se derrubar o veto da Lei Aldir Blanc, uma conquista da classe artística e de uma mobilização nacional. Aproveito para declarar o nosso apoio à Lei Paulo Gustavo, no Senado. Da mesma forma, o PL que garante a banda larga para as escolas públicas é fundamental nestes tempos que nós estamos vivendo.

Ao mesmo tempo, vemos com muito entusiasmo a derrubada do Veto nº 35, que é relativo, inclusive, a um projeto de autoria minha e do Deputado José Guimarães, relatado pela Deputada Professora Dorinha, que garantiu que uma injustiça que era cometida contra as mulheres chefes de família não seguisse se repetindo. A partir de agora, mulheres que foram lesadas e tiveram o direito roubado por pais que não cuidam dos filhos poderão reaver o auxílio emergencial

roubado como violência patrimonial.

A Oposição vota "não".

Documento 30/557

11.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021- CD	15:20
Publ.: DCN - 02/06/2021	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
-	-	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Vereador Ideval do Sinserp, da Câmara Municipal de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, falecido em decorrência da Covid-19.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo, obrigado pela deferência, mais uma vez. Eu não vou usar todo o tempo de Liderança do Republicanos porque eu quero, neste instante, apenas fazer um comunicado de pesar como cidadão novo-horizontino.

Nós cidadãos novo-horizontinos sentimos muito pelo falecimento do Vereador Ideval do Sinserp, do PT - Partido dos Trabalhadores, neste domingo, vítima de COVID. Ele, que era um amigo, um leal batalhador pelo desenvolvimento da cidade de Novo Horizonte, contraiu COVID e não resistiu, devido às complicações.

Então, todos nós estamos consternados. Pedimos a Deus que fortaleça o coração da família, dos familiares do Ideval, que era um amigo, não obstante ser de um partido diferente do meu, o Republicanos. A nossa relação não é partidária; é pessoal. E sabemos muito bem de todo o trabalho que o Ideval fez na cidade de Novo Horizonte - eu sou o Deputado Federal mais votado da história da cidade.

Por isso, deixo aqui este registro de pesar, de sentimento e pêsames para a família e os amigos do Ideval, nosso amigo Vereador do Partido dos Trabalhadores da cidade de Novo Horizonte, em São Paulo.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 31/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021-
-----------	--

Sumário

Celebração de acordo para a votação da Lei Orçamentária Anual - LOA. Protesto contra a decisão do Governo Jair Bolsonaro favorável à realização da Copa América no Brasil, não obstante a grave crise sanitária decorrente da Covid-19. Homenagem póstuma ao comunicador da TV Jaguar, Flávio Costa. Imediata reinstalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e das Comissões Especiais destinadas à análise de medidas provisórias.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos concluindo o processo de diálogo que fez com que nós construíssemos o acordo que foi votado tanto na Câmara, no primeiro momento, quanto no Senado, e agora volta para a Câmara.

Esse acordo, em certa medida, corrige o que foi feito, no primeiro momento, na votação da LOA. O Orçamento foi votado e fizeram uma lambança geral - a base do Governo -, quando votamos a LOA. E aí foi preciso muito trabalho para que corrigíssemos minimamente aquela lambança que foi feita, no primeiro momento, na votação da LOA. Foi preciso articular a manutenção de alguns vetos e, em outra parte, derrubar alguns vetos, para que este País, pelo menos, tivesse um Orçamento minimamente compatível com o enfrentamento da crise brutal que vive o Brasil, uma crise econômica, atingido pelo maior desemprego da história, atingido pela fome que se alastra pelo País inteiro e, principalmente, por conta da pandemia da COVID-19.

E, por falar em pandemia e na crise sanitária que o Brasil vive, ainda vem o Governo, de ontem para hoje, dizer que aceita realizar a Copa América no Brasil. Para aqueles que governam o País hoje, talvez a vida não valha muita coisa, porque não é o momento para o Governo patrocinar tudo isso que quer patrocinar. A pandemia continua matando fortemente. Aliás, hoje, aqui no Ceará, nós perdemos uma grande pessoa da comunicação alternativa, que foi Flávio Costa, da *TV Jaguar*, da região do Alto Jaguaribe. Então, aproveito para homenageá-lo.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a construção que fizemos em primeiro lugar, e nós só estamos votando porque foi parte daquilo que havia sido tungado para colocar no RP 9, na Emenda do Relator, nós conseguimos recompor minimamente.

Isso se refere não a tudo aquilo que é necessário, mas pelo menos a algumas áreas, como as da educação, ciência e tecnologia, saúde. Menciono também a questão dos benefícios previdenciários.

Ainda que não tenha sido o que o País necessita, pelo menos conseguimos recompor minimamente aquilo por que nós brigamos muito, para não permitir que algo, na votação da LOA 2021, na votação do Orçamento, fosse feito de maneira ilegal e arbitrária. Recompusemos minimamente estas áreas que são centrais do ponto de vista da vida das pessoas: educação, ciência e tecnologia. Foram consideradas as nossas universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

É por isso que estamos votando conforme o acordo. Isso não significa que concordamos com aquilo que foi patrocinado quando a LOA foi votada.

Nós vamos continuar lutando, trabalhando para que, em outros PLNs, de acordo com a votação agora, e a Comissão Mista de Orçamento será instalada, espero, na próxima semana, possamos recompor tudo aquilo que é necessário para o orçamento da educação, da ciência e tecnologia, daquelas áreas que são centrais, consideradas as necessidades do País.

Ao lado disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tivemos vitórias importantes, como a derrubada de alguns vetos que foram decisivos para que apontássemos o caminho do diálogo, da negociação e do acordo. O primeiro deles diz respeito à Lei Aldir Blanc.

A Lei Aldir Blanc, Deputada Lídice da Mata, foi muito bem construída com a classe, com os trabalhadores da cultura e das artes do Brasil. Nós nos envolvemos muito, todos nós, na Câmara Federal. Nós nos envolvemos juntamente com a autora do projeto, a Deputada Benedita da Silva, com a Relatora, a Deputada Jandira Feghali. Eu fui coautor, assim como o Deputado Tadeu Alencar, a Sra. Deputada Lídice da Mata...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rafafá. Bloco/PSDB - PB) - Convido o Deputado Vinicius Poit para fazer a orientação do Partido Novo. *(Pausa.)*

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Vou orientar pelo Cidadania, Presidente.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem

revisão do orador.) - Presidente, a orientação do Partido Novo, em relação a este veto, é "sim", pela manutenção do veto.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. cortou a palavra abruptamente, mas, tudo bem, quero apenas concluir.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que eu penso que nós, com esses acordos que fizemos, com essa recomposição orçamentária que realizamos e, principalmente, com a derrubada de alguns vetos - já fiz referência aqui a dois, e quero mencionar sobretudo o da Lei Aldir Blanc -, patrocinamos uma saída para o Orçamento de 2021.

Sr. Presidente, quero ainda fazer dois registros. O primeiro deles: a Comissão Mista de Orçamento precisa ser reinstalada imediatamente. Nós não vamos mais aceitar que os PLNs venham para o Plenário sem passar antes pela Comissão Mista de Orçamento. Também é necessário, conforme já foi colocado pelo Líder Bohn Gass e por outras Lideranças, que as Comissões Mistas sejam instaladas para analisar as medidas provisórias. Isso é fundamental, utilizando-se, evidentemente, o sistema remoto, esse sistema híbrido por meio do qual funciona a Câmara Federal.

Portanto, neste pronunciamento público, queremos dizer que é fundamental que o Presidente do Congresso Nacional...

(Interrupção do som.)

Documento 32/557

13.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-18:52
Publ.: DCN 02/06/2021 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 13, de 2021, apostado ao Projeto de Lei nº 559, de 2013, do Senado Federal, (nº 6.814, de 2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº

4.253, de 2020), sobre a instituição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSB orienta "não", de acordo com a negociação ocorrida para derrubada dos vetos, e comemora a derrubada do veto da Lei Aldir Blanc, que vai fazer com que o conjunto dos artistas brasileiros atendidos pela lei possa ter à sua disposição cerca de 700 milhões em todo o País. Isso vai socorrer esse grande setor da economia criativa do Brasil, vai socorrer inclusive os forrozeiros, o são-joão em todo o Nordeste.

Quero também, Sr. Presidente, registrar o nosso apoio à derrubada do veto referente à Lei de Licitações. Garante-se, no caso, por meio da publicação em jornais, a transparência dos atos do Poder Executivo, para amplo conhecimento da população. "Não" aos segredos na administração pública e "sim" à transparência!

Viva a Lei Aldir Blanc e a cultura nacional!

Documento 33/557

13.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-18:52
Publ.: DCN 02/06/2021 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 13, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 559, de 2013, do Senado Federal, (nº 6.814, de 2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 4.253, de 2020), sobre a instituição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero resgatar esse painel. Nós esperávamos esse acordo para a derrubada desses vetos. O veto da Lei Aldir Blanc começou pelo Senado, e agora estamos aqui, na Câmara, derrubando os vetos, cumprindo o acordo que foi construído durante todos esses dias.

Destaco agora não a Lei Aldir Blanc, mas sim a lei resultante do PL 795, que faz concluir a liberação dos recursos. Essa lei também amplia os prazos de prestação de contas, amplia a Lei Rouanet, configura os espaços culturais que podem ser pagos, como a Lei Aldir Blanc já orientava, finalmente tira toda e qualquer incongruência da norma, para que não haja contestação do Tribunal de Contas da União, e respeita a decisão e o desejo da sociedade cultural brasileira.

Viva essa liberação! Vamos comemorar a derrubada desses vetos.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 34/557

13.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2021-18:56
Publ.: DCN 02/06/2021 -	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal. Defesa de recriação e manutenção de órgãos estruturais da cultura brasileira.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sociedade que nos acompanha, primeiro eu quero agradecer a grande confluência das Lideranças partidárias, que, de maneira suprapartidária, construíram um acordo em benefício da cultura nacional.

A Deputada Jandira Feghali acaba de falar, emocionada, por ser a Relatora da Lei Aldir Blanc, autora preventa da Lei Aldir Blanc II, de

fomento à cultura. Sem dúvida alguma, os fazedores e as fazedoras de cultura, desde o carregador das caixas de instrumentos musicais até o artista mais qualificado, considerando-se também os donos das casas de espetáculo, os responsáveis por projetos, editais, prêmios e todos que aguardam recurso remanescente da Lei Aldir Blanc, estão agradecidos e agradecidas ao Congresso Nacional nesta noite. Senadores e Deputados deram mostras de sensibilidade pela cultura.

A pandemia do novo coronavírus, que já tirou quase meio milhão de vidas de brasileiros e brasileiras - muitas dessas mortes eram evitáveis -, parou a cultura de maneira absoluta. A cultura foi a primeira a parar, a última a voltar à cena, a todas as cenas. Todas as cenas estiveram obstruídas pela circunstância da defesa da vida. E isso precisa continuar. Eu quero aproveitar este momento para me solidarizar com todos os fazedores de cultura que perderam entes queridos, amores, parentes. Este é um momento muito difícil da cultura nacional.

É difícil também pelo parco orçamento. Foram somente 23 bilhões para o ano de 2021. São 870 milhões que os Srs. Deputados e Deputadas acabam de liberar, através da derrubada dos dois vetos, em confluência com o Governo, no caso da lei resultante do PL 795. Ela repõe esse recurso que foi aprovado ano passado para uso neste ano. Precisamos também fazer um agradecimento ao Tribunal de Contas da União. O tribunal, por unanimidade, conseguiu aprovar o que foi um orçamento de guerra que deu esses recursos para a cultura. É possível usá-los no exercício de 2021, e a prestação de contas poderá ser feita até junho de 2022.

A segurança jurídica fica restabelecida, com essa decisão unânime do Tribunal de Contas da União e com a decisão do Congresso Nacional, quase por unanimidade - apenas um partido votou contra. Isso gerará um acervo de recursos, não o ideal, mas o suficiente para pôr a cultura em movimento. Isso alcança o cantor de um bar, e o mestre da cultura popular, e o mestre do artesanato de barro. Todos aqueles que estiverem envolvidos em um edital poderão ser atendidos. Isso mexe o Brasil, mexe o Brasil no seu coração, no seu cartão de visita, que é a cultura nacional.

Por último, Presidente, agradecendo-lhe a concessão deste tempo, quero dizer que precisamos reaver a estrutura da cultura no Brasil. O Ministério da Cultura foi extinto no Governo Temer. Nós precisamos recriar o Ministério, assim como encaminhar, com todos os protocolos, toda a vida cultural.

É necessário que não se venda a Empresa Brasileira de Comunicação, o sinal da *TV Brasil*, o sinal da *Rádio Amazônia*, sinais que são frequências riquíssimas e, ao mesmo tempo, integrativas para o Brasil. É preciso defender o IPHAN e o patrimônio histórico e arquitetônico

das nossas cidades. É fundamental garantir que os museus funcionem. É fundamental que a direção da ANCINE seja ocupada por pessoas do segmento do audiovisual brasileiro.

A cultura nacional agradece. Em nome da Comissão de Cultura, suprapartidariamente composta por membros dedicados, fazemos esse agradecimento ao Congresso Nacional.

Viva a cultura brasileira!

Documento 35/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	19:04
Publ.: DCN - 02/06/2021	HILDO ROCHA-MDB -MA	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da celebração de acordo para a rejeição do Veto Parcial nº 13, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 559, de 2013, do Senado Federal, (nº 6.814, de 2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 4.253, de 2020), sobre a instituição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo difícil trabalho. V.Exa. mais uma vez mostra sua competência, sua garra e sua força de vontade. Quero também parabenizar o Líder do Governo no Congresso, Senador Eduardo Gomes, um gigante, que trabalhou para que chegássemos a esse acordo.

Temos agora uma Lei de Licitações muito melhor, em que vão prevalecer a publicização, a transparência e o apoio à técnica, à melhor técnica, e não apenas ao menor preço, porque, como disse o Relator da Câmara, Deputado Augusto Coutinho, que fez um bom trabalho, é importante que se valorize a técnica para que o cidadão brasileiro possa ter um serviço de qualidade, um serviço em que a técnica prevaleça.

Parabenizo todos os Deputados e Deputadas que trabalharam para

derrubar o veto à Lei Aldir Blanc, como a Deputada Jandira Feghali, que foi uma grande batalhadora para que os recursos do ano passado pudessem ser utilizados este ano na Lei Aldir Blanc. Foi muito bom.

O Maranhão mesmo será beneficiado com isso, com o...

(Interrupção do som.)

Documento 36/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021- CD	19:08
Publ.: DCN - 02/06/2021	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização de grandes manifestações no País contra o Presidente Jair Bolsonaro. Alcance da marca de 460 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa e à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido do Ministério Público para abertura de processo criminal contra o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Contrariedade à realização da Copa América no Brasil, em face da grave crise sanitária decorrente da Covid-19. Necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro e de retomada do auxílio emergencial. Caráter vexaminoso do depoimento prestado pela médica bolsonarista Nise Yamaguchi à CPI da Covid, no Senado Federal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu queria comentar o que foram as gigantes manifestações de sábado, como a de São Paulo, que ocupou 10 quarteirões da Avenida Paulista.

Foi tão forte o impacto, que os bolsonaristas produtores de *fake news* passaram a colocar fotografias de 2016, dizendo que aquela manifestação era de 2016, do tempo do *impeachment* da Presidente Dilma. Só se esqueceram de mostrar que lá estava o boneco do genocida em frente ao MASP, em São Paulo, e imensas faixas com

o "*Fora, Bolsonaro*".

Nós estamos numa pandemia com mais de 460 mil mortos, com uma média diária ainda de 1.800 óbitos no nosso País, uma das mais altas do mundo. Só está atrás da Índia, no momento.

E o Governo continua com seu processo de destruição, de retirada de direitos, por meio da reforma administrativa, de alienação do patrimônio público, com a privatização da ELETROBRAS - agora, querem privatizar os Correios -, de destruição da nossa biodiversidade.

Há criminosos nos Ministérios. Está aí o Salles, que está desaparecido. A Polícia Federal já está no encalço dele. O Ministério Público aceitou abrir processo contra ele no Supremo Tribunal Federal - parabéns ao Ministro Alexandre de Moraes! -, e Salles vai acabar preso por corrupção, ou seja, há corrupção no Governo Bolsonaro. São mais de 14 milhões de reais não explicados de patrimônio.

Mais do que isso, eu posso dizer que aquilo na rua significou o seguinte. Todo o mundo sabe qual é a política da Oposição. Quem tem consciência neste País tem receio desse vírus, que é perigoso. Mas há um vírus mais perigoso, que se chama Bolsonaro, o destruidor. É por isso que se foi para a rua com todos os protocolos, máscaras, distanciamento, álcool gel.

Sem dúvida, a indignação brotou em todo o País. Nós estamos aqui para cumprimentar todos aqueles que foram às ruas para dizer "*Impeachment já de Bolsonaro!*" Não dá para continuar com isso.

Qual foi a resposta dele? Que havia pouca gente nas manifestações, porque faltou erva. É, é isso mesmo.

Na verdade, generais já deveriam ter dito para o Presidente e para Pazuello, que já deveria ter sido punido há muito tempo, que é através deles que determinada linha fascista se traduz, como na lógica da PM de Pernambuco, que precisa execrar publicamente o comandante daquela operação, e na de Parlamentares que agrediram uma Vereadora com gases. Essas pessoas são o guarda da esquina do AI-5 de 1969. Elas se empoderaram.

Ontem, um PM foi prender um dirigente do PT que tinha colocado uma faixa de "*Fora, Bolsonaro*" ou "*Bolsonaro genocida*". Ele achou que tinha autoridade para isso. Até a Polícia Federal e o Delegado da Polícia Civil debocharam dele e não fizeram o BO. Bolsonaro e bolsonarismo são isso.

Agora o que ele faz? Ele quer trazer para o Brasil a Copa América. Não vai haver Copa. Nós estamos no meio de uma megapandemia. Nós

precisamos de vacina no braço, comida no prato, auxílio emergencial, respostas para o crescimento econômico, combate à doença.

Por fim, vimos hoje a vergonha que foi a bolsonarista Nise Yamaguchi na CPI: um desastre completo. São uma vergonha para a medicina esses curandeiros bolsonaristas que ainda defendem a cloroquina.

Fora, Bolsonaro!

Impeachment já!

Documento 37/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	19:12
Publ.: DCN - 02/06/2021	RAFAFÁ-PSDB -PB	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal. Alcance da marca de 450 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Urgente necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro contra a doença. Apelo à sociedade brasileira de cumprimento das medidas preventivas do coronavírus. Contentamento do orador com a condição de primeiro Parlamentar gay no exercício da Presidência de sessão do Congresso Nacional

O SR. RAFAFÁ (Bloco/PSDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou feliz demais. Há poucos instantes, o Deputado e Presidente Marcelo Ramos me deu o poder de presidir esta sessão do Congresso, historicamente, neste dia 1º de junho, o começo de um mês muito importante. Além de ser o mês de São João, que é a data mais importante do Nordeste - do nosso país Nordeste -, também é o mês do orgulho LGBTQI+.

A derrubada do veto, Deputada Jandira, nos dá muito gosto por fazer parte deste momento do país Nordeste, como eu costumo dizer. Esse dinheiro chega no momento mais certo para quem mais precisa. Só o Nordeste hoje perde 3 bilhões de reais sem a realização de suas Festas Juninas. Campina Grande e Caruaru juntas deixam de arrecadar mais de meio bilhão de reais sem as Festas de São João. Os

artistas, os artesãos, quem faz a comida típica, todo mundo que está envolvido, sem a Festa Junina, neste momento sofre bastante. A derrubada do veto, repito, traz uma esperança de novo para esse povo tão sofrido que faz cultura no nosso País.

Repito que nós estamos passando por um momento muito difícil desta pandemia, quando já passamos de 450 mil mortes em todo o Brasil. Todos os dias perdemos pessoas queridas. Hoje eu estou aqui, mas só Deus sabe como está meu coração. Ontem perdi meu grande amigo Jefferson, cantor da Quadrilha Moleka 100 Vergonha, *back vocal* do Rapha Mello, meu amigo pessoal.

Nana, Jéssica, Erivan, todo mundo, aquele beijo e aquele abraço de conforto! Estive lá ontem com o coração partido.

Eu nunca havia tido a sensação de perder alguém tão próximo para a COVID-19. Só quem perde alguém próximo sabe o que é isso.

E hoje estou aqui nesta tribuna pedindo a quem quer que seja, ao Presidente, aos Senadores, aos Deputados: vamos lutar! Precisamos de mais vacinas urgentemente! Precisamos salvar vidas, porque hoje só quem salva vidas é a vacina.

Aproveito este momento em que estou usando esta tribuna para pedir a você que está indo escondido a festas, a você que coloca nas redes sociais "*use máscara*", mas, no final de semana, está lá escondidinho no social, com mais 10 pessoas, 15 pessoas, e às vezes acaba se contaminando e levando para casa o vírus, que infelizmente mata muita gente: vamos acabar com isso, vamos nos proteger, vamos ajudar o País a passar por isso. Por mais que já haja vacinas, é muito pouca a quantidade de pessoas vacinadas no nosso País. Precisamos nos cuidar e cuidar dos nossos.

No mais, quero dizer que estou feliz demais. Historicamente hoje, no mês do Orgulho LGBT, um *gay* presidiu uma sessão do Congresso Nacional, o primeiro *gay* do Nordeste, o primeiro *gay* da Paraíba. Estou feliz demais por essa oportunidade. Muito obrigado ao meu povo da minha Paraíba e, em especial, à minha Campina Grande.

Aproveito ainda para mandar um abraço muito especial para a Secretária de Tecnologia Laryssa, que está me acompanhando presencialmente, e também para a minha amiga, coordenadora e Vereadora Soraya Brasileiro.

Por fim, deixo aquele beijo para vocês. Vamos sempre juntar aqui o poder dos Deputados e dos Senadores na luta por quem mais precisa neste Brasil!

Obrigado.

Documento 38/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2021- CD	19:16
Publ.: DCN - 02/06/2021	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
-	-	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal. Transcurso da Semana do Meio Ambiente. Dever constitucional dos Parlamentares de atuação em defesa do meio ambiente e das terras indígenas. Denúncia de invasão, por garimpeiros, da unidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, na Ilha de Marajó. Sucateamento dos órgãos de defesa do meio ambiente. Avanço do garimpo ilegal em terras indígenas. Denúncia de ataque de criminosos à Terra Indígena Munduruku, no Estado do Pará.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero saudar a todos os Parlamentares pelo dia de hoje, dia de algumas conquistas. É lógico que precisamos comemorar a derrubada de alguns vetos e a aprovação de algumas propostas nesta Casa, como a Lei Aldir Blanc, que garante a conectividade à Internet para alunos e professores, assim como alguma recomposição do Orçamento.

Mas eu diria que precisamos avançar mais em termos de orçamento. Eu faço essa observação porque nós estamos na Semana do Meio Ambiente, que vai do dia 1º de junho até o dia 5 de junho, e estamos realizando uma série de eventos para discutir essa questão tão importante para todos no País: o meio ambiente. Eu faço esta fala de hoje para dizer que lutar por um meio ambiente de qualidade, pela proteção das unidades de conservação, pela estratégia de conservação do meio ambiente, pelo enfrentamento da crise climática e até mesmo contra o desmatamento e pela proteção das terras indígenas é uma responsabilidade compartilhada de todos. Deve ser encarada como uma obrigação constitucional e, principalmente, como



obrigação nossa, de Parlamentares, que nos comprometemos a respeitar a nossa Constituição. O meio ambiente é um dos princípios fundamentais, é um bem coletivo, é uma obrigação coletiva, e devemos ir por essa linha.

Inclusive quero aqui fazer uma denúncia bem grave, de algo que está sendo divulgado nos meios de comunicação.

Na data de hoje, uma equipe do ICMBio que fica instalada na Ilha de Maracá, no Estado de Roraima, foi atacada por criminosos que estão ocupando a Terra Indígena Yanomami, garimpeiros. E nós sabemos que o garimpo é um crime. Invadiram essa unidade do ICMBio, fizeram o brigadista e outras pessoas que estavam presentes reféns, levaram alguns equipamentos e ameaçaram os reféns de morte, com armas.

Nós estamos vendo o sucateamento dos órgãos, a falta de estrutura e ainda mais: o avanço do crime organizado, como o garimpo ilegal. Já passaram não apenas para ameaçar os indígenas, como nós temos visto nos últimos dias. Ameaçam e levam inclusive crianças à morte. Elas se amedrontaram com os ataques que receberam e foram encontradas mortas no rio.

Então, é preciso tomar providências no sentido de garantir a integridade física. Agora, a violência já sai das terras indígenas. Não somente os indígenas estão ameaçados, mas servidores, pessoas que estão no trabalho para proteger o meio ambiente, pessoas que estão na linha de frente do serviço público. É preciso que nós, realmente, tomemos providências diante desses fatos tão graves.

Na semana passada, houve o ataque na Terra Indígena Mundurucu, no Estado do Pará. Hoje nós tivemos uma reunião com as autoridades, e as lideranças puderam colocar o temor que sentem inclusive de fazer denúncias. Quando há denúncias, também há ameaças. As pessoas estão expondo as suas vidas. E para quê? Para protegerem o bem de uma coletividade.

Então, eu chamo a atenção para esses fatos, Sr. Presidente. Nós indígenas, que estamos ali no dia a dia, vemos as comunidades indígenas enfrentando sol e chuva para garantir a proteção de uma terra que, muitas vezes, não é muito valorizada. Porém, sabemos que ali há recursos naturais que vão servir para dar um equilíbrio ao meio ambiente. Os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas auxiliam no dia a dia e também na cura, com a medicina tradicional, com a espiritualidade que se relaciona com os recursos naturais e que também servem para proteger as nascentes dos rios, os mananciais. A forma com que a sustentabilidade é usada e as boas práticas dos povos indígenas também têm contribuído. Agora está na hora de contribuímos com quem contribui para conservar e para proteger o

meio ambiente.

Talvez muitas pessoas não conheçam essa realidade, porque vivem em centros urbanos, vivem longe da floresta, vivem longe de rios. Elas não acham isso tão importante, mas isso é, sim, importante.

Nós estamos passando por uma crise planetária, e é preciso ter um olhar diferenciado, é preciso mudar o comportamento. E a partir daqui, do nosso Congresso Nacional, podemos evitar o retrocesso em termos de conquistas, em termos de proteção ao meio ambiente. É preciso ter seriedade, porque nós estamos mexendo com uma situação que pode prejudicar as futuras gerações.

Quero concluir este meu tempo de Líder pedindo justiça para quem defende o meio ambiente, paz e proteção.

Documento 39/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2021-
	CD	19:24
Publ.: DCN - 02/06/2021	OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com o desrespeito de membros da CPI da Covid à médica Nise Yamaguchi. Atuação do órgão contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para manifestar o meu repúdio ao que nós assistimos hoje na CPI da COVID. Vimos a Dra. Nise Yamaguchi, uma médica respeitada, uma médica com mais de 40 anos de vida acadêmica e de serviços prestados à sociedade no socorro ao próximo, uma médica com especialização em diversas áreas, ser desrespeitada por membros da CPI, por Senadores. E alguns deles sequer dominam o assunto sobre o qual estavam inquerindo a Dra. Nise Yamaguchi.

O que nós vimos hoje na CPI foi um ato de vergonha, foi um ato de inquisição. Tentaram, para criar um fato e criar a sua própria narrativa, humilhar uma mulher, humilhar uma profissional da área de saúde pública. Foi ultrajante! Foi vergonhoso! O comportamento do Senador Otto Alencar passou de todos os limites da decência. O comportamento dos Senadores passou de todos os limites da lucidez. Estavam diante de uma senhora respeitada, mas não tiveram para com ela o respeito

devido.

Sr. Presidente, o Brasil está vendo o circo de horrores em que se transformou esta CPI, uma CPI cujo Relator já está com relatório pronto, uma CPI cujo Presidente se declara, em cada uma de suas palavras, inimigo pessoal do Presidente da República, uma CPI sem nenhuma isenção, uma CPI que já se declarou pronta para criar um factóide, para criar um relatório, para criar uma narrativa, que eles querem montar para derrubar o Governo. O povo está acompanhando tudo isso que está acontecendo.

Até agora, até o dia de hoje, até receberem a Dra. Nice Yamaguchi, nós estávamos vivendo o tolerável da vida pública, o debate. O escárnio, o deboche, a ironia fazem parte da vida pública, fazem parte dos debates. Agora, o que nós vimos hoje foi o limite da decência ser ultrapassado por esses homens que parecem estar tão cegos e tão envenenados para criar uma narrativa para o Brasil, para o povo brasileiro, de que o Presidente Jair Messias Bolsonaro não soube conduzir o País durante a pandemia. Contudo, eles não se dão ao dever cívico de investigar os Governadores que usurparam o dinheiro público - nem todos, mas alguns.

Alguns deles já estão sendo investigados pela Polícia Federal. Mas esse papel a CPI não quer cumprir. Por quê? Porque se trata de uma CPI contra o Governo Federal.

Agora, o fato de tratarem uma senhora, uma médica como a Nise Yamaguchi como se fosse uma qualquer, humilhando-a, desrespeitando-a, sem hombridade e sem decência, deveria unir todas as mulheres do Brasil, sejam elas de direita, sejam de elas de esquerda. Na verdade, essa história de que "tocou em uma, tocou em todas" só serve quando são elas, porque, quando envolve uma mulher honrada, elas se calam.

Documento 40/557

13.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2021- CD	19:28
Publ.: DCN - 02/06/2021	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Declaração de voto pela rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a

trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados e Municípios e o Distrito Federal.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votei com o Partido dos Trabalhadores na votação do Veto nº 21, contra esse veto.

Eu tenho, neste momento, os meus agradecimentos a fazer. Agradeço à minha bancada, na pessoa do meu Líder Bohn Gass, aos outros partidos que comigo colaboraram também como coautores deste primeiro projeto na Casa e aos demais partidos políticos, porque foram todos os partidos políticos que deram a sua contribuição para que nós, Congresso Nacional, Câmara e Senado, pudéssemos hoje votar realmente contra esse veto, um veto importantíssimo como tantos outros que votamos, o da educação.

Neste momento, eu tenho certeza de que a cultura agradece. Agradece porque nós sabemos da importância que tem tido a cultura, sabemos que neste momento muitos estarão dando continuidade aos seus trabalhos, outros estarão, Sr. Presidente, por incrível que pareça, matando sua fome, porque a prorrogação significa dar a eles a função de execução dos projetos que lá estão, dos programas que lá estão, sem que isso cause nenhum dano aos cofres públicos, já que os recursos estão nos Estados e estão também nas prefeituras.

Parabéns! A vitória é da cultura!

Quero parabenizar também a minha companheira Jandira Feghali. Não posso deixar de cumprimentá-la e também de cumprimentar V.Exa. pela paciência em me conceder mais esses minutos no final da nossa votação e no final da nossa sessão.

Muito obrigada.

Eu desejo mesmo muita força. Vitória pela cultura!

Documento 41/557

40.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-09:24
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

Necessidade de punição dos responsáveis por atos de violência praticados por policiais militares contra participantes em manifestação pacífica, em Recife, Estado de Pernambuco. Encaminhamento de Representação ao Ministério Público contra a realização da Copa América no Brasil, em face da epidemia de coronavírus. Anexação, à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF da vacinação da Covid-19 encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, de adendo contrário à realização do evento no País.

A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas Deputados, colegas Deputadas, todos que nos ouvem.

Durante esta semana, nós vimos manifestações em todo o País contra o Governo Bolsonaro, que cada vez mais tem mostrado a sua intenção de fazer com que a pandemia perdure e de desproteger os brasileiros e brasileiras. Infelizmente, aqui na minha cidade, no Recife, o que vimos foi que se tirou o foco do Governo Bolsonaro, do que estávamos requerendo, que era a queda do Governo Bolsonaro, para se observar a truculência da PM, como não se viu em nenhum outro lugar do País. E o mais misterioso foi que não se sabe até agora de quem partiu a ordem, se houve algum comandante, se o Governador estava sabendo... O Governador disse que não sabia de nada - ninguém sabe, ninguém viu - e age como se não tivesse o controle das tropas.

No final da manifestação, que foi totalmente pacífica, quando a militância já estava dispersando, o que se viu foi uma ação extremamente violenta, que feriu dois homens que passavam e não tinham nada a ver com a manifestação. Cada um perdeu um olho. E uma Vereadora do nosso partido também foi agredida. Isso não pode ficar impune. Nós não podemos tolerar esse tipo de atitude.

Ainda falando sobre as irresponsabilidades do Governo Bolsonaro, é de se destacar que o Brasil aceite sediar a Copa América. Quem diria! Quanto tempo não passamos querendo sediar grandes eventos, para estimular o turismo, para estimular a economia! Mas, num momento como este, o que vemos é que um evento do porte da Copa América, sendo o futebol algo que aglomera naturalmente, vai estimular é a proliferação do coronavírus, a pandemia, a morte de brasileiros e brasileiras. Isso é um descaso inadmissível. Eu espero que, na CPI, os Senadores responsáveis pelas investigações cheguem a alguma conclusão e investiguem se realmente é intenção do Governo Federal fazer esse extermínio em massa, fazer do Brasil um laboratório da morte para testar a imunidade coletiva, para testar tanta coisa que vem gerando a morte de quase meio milhão de brasileiros e brasileiras.

Eu gostaria de informar que nós, enquanto detentores de mandato, entramos com uma representação no Ministério Público contra a

realização da Copa América no Brasil. Nosso partido, o PT, entrou com uma ADPF contra a Copa América. Eu espero que as instituições se mobilizem, que os poderes da República se mobilizem contra as grandes irresponsabilidades do Poder Executivo.

Sr. Presidente, peço que o nosso pronunciamento seja divulgado.

Documento 42/557

40.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-09:28
Publ.: DCD - 03/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, no País, do movimento denominado 29M contra o Governo Jair Bolsonaro. Recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Responsabilidade do Chefe da Nação pela grave crise social reinante no País. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Elevação dos preços de alimentos, de combustíveis e do gás de cozinha. Riscos da ocorrência de apagão de energia elétrica no Brasil. Fechamento de universidades brasileiras provocado pelo corte de recursos orçamentários. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de realização da Copa América no Brasil, em meio à grave crise sanitária decorrente da Covid-19. Proteção, pelo Presidente da República, do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, envolvido com organização criminosa, e do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, acusado de prática de crime contra as Forças Armadas brasileiras. Derrota do Governo Federal na rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura, bem como à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, realizou-se, em mais de 200 pontos do Brasil, o movimento 29M, por pão, vacina, educação e trabalho. Não foi à toa que isso aconteceu.

Hoje, infelizmente, o Governo que está aí, o Governo Bolsonaro, é mais perigoso para o Brasil do que o próprio coronavírus. Por isso muitas pessoas saíram às ruas. Foram de máscara, tomaram cuidados, buscaram manter o distanciamento social, mas tiveram que sair. Não viram outra opção senão ir às ruas protestar.

Até hoje, o Presidente Bolsonaro não disse a que veio. O Presidente

Bolsonaro, até hoje, não saiu do palanque. Age na cadeira de Presidente da República como um adolescente irresponsável - para não dizer outra palavra.

Em meio a 465 mil mortos desta pandemia, negou a vacina 11 vezes, de acordo com a CPI da COVID, apostou em tratamentos ineficazes, apostou na chamada imunidade de rebanho, construiu gabinetes paralelos ao Ministério da Saúde. Hoje nós vivemos uma crise social profunda, com mais de 14% de desempregados - recorde de desemprego - e quase 15 milhões de famílias, mais de 50 milhões de brasileiros, vivendo em situação de extrema pobreza. O Brasil está voltando para o *Mapa da Fome*. A carestia está tomando conta do País. Só este ano, mais de 40% de aumento no preço dos combustíveis. A gasolina, na maioria dos lugares do Brasil, está custando mais de 6 reais; em alguns lugares, 8 reais. Só agora no mês de maio, vimos 40% de aumento no preço do gás de cozinha. A comida também está mais cara. Estamos sob risco iminente de um apagão energético. Nossas universidades estão se fechando, porque foram retirados mais de 1 bilhão de reais do orçamento das universidades. Enquanto isso, o Presidente da República quer fazer a Copa América aqui no Brasil, não sei em que circunstâncias.

Isso tudo é um absurdo. A população do nosso País está ao relento, abandonada. E o Governo, infelizmente, passa a mão na cabeça de criminosos. O Sr. Ricardo Salles, que é chefe de uma organização criminosa, está no Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Pazuello, que cometeu um crime contra as Forças Armadas um domingo atrás, agora foi agraciado com o cargo de Secretário de Assuntos Estratégicos neste Governo. Nós não podemos aceitar isso.

Mas ontem o Governo foi derrotado aqui, porque derrubamos o veto da Lei Aldir Blanc e também a da Internet para professores e alunos.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 43/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:00
Publ.: DCD - 03/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Parcial nº 17, de 2021, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 44, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 1.010, de 2020), acerca da isenção dos consumidores dos Municípios do Estado do



Amapá, abrangidos pelo estado de calamidade pública, do pagamento de fatura de energia elétrica; e da alteração das Leis de nºs 10.438, de 2002, 10.848, de 2004, e 12.111, de 2009. Contrariedade à desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Responsabilidade do Governo Federal pela crise hídrica. Protesto contra a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Solicitação ao Presidente Arthur Lira de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, a respeito da criação do novo auxílio emergencial. Pedido ao Senado Federal de votação do Projeto de Lei nº 827, de 2020, a respeito da suspensão, em face da epidemia de coronavírus, do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa para a desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar todas as Sras. e todos os Srs. Parlamentares que acompanham esta sessão na tarde de hoje.

Eu gostaria de celebrar a vitória do povo do Amapá ontem, quando da votação, pelo Congresso Nacional, da derrubada do Veto nº 17, do Presidente Jair Bolsonaro - o veto foi devidamente derrubado. Tratava-se de um veto inexplicável, pois havia a garantia do perdão de 3 meses de consumo de energia elétrica às pessoas de baixa renda no Amapá como compensação pelo apagão.

O Presidente da República, mesmo com o recurso disponível, aberto no crédito da MP 1.010, vetou a utilização da sobra do recurso usado como compensação para perdoar o pagamento de energia no período em que nós ficamos sem energia no Amapá. Sobraram 35 milhões de reais, que já estavam previstos no Orçamento e que garantiam, durante 3 meses, às pessoas de baixa renda o perdão da cobrança de energia elétrica.

O Presidente mostrou insensibilidade e falta de compromisso. Durante o apagão, ele nem esteve no Amapá. Ele foi lá apenas para a ligação simbólica de um parque térmico instalado às pressas. O apagão decorreu da incompetência do Operador Nacional do Sistema Elétrico, da omissão da Agência Nacional de Energia Elétrica e da falha da empresa privada. Além disso, ainda querem privatizar a ELETROBRAS e colocar o Brasil inteiro em risco de apagões! Nós estamos vivendo uma crise hídrica que é de responsabilidade também do Governo Federal. Nós vamos pagar uma conta de energia mais alta ainda.

Eu gostaria também de repudiar o Governador do Estado do Amapá, que está privatizando a companhia de energia do Estado secretamente. Sem o povo do Amapá saber, ele, desde 2015, interrompeu o processo de federalização da companhia, colocou pessoas de fora na diretoria, em desconformidade com o que tinha sido

acertado no acordo de acionistas com a ELETROBRAS, além de ter rompido acordos e endividado ainda mais a empresa.

Agora, privatiza esta companhia, sem fazer nenhuma consulta pública, sem debate público, sem absolutamente nada.

Ele é responsável, desde 2015, por todos os reajustes tarifários que foram concedidos e agora ainda mente para o povo do Amapá dizendo que a empresa está federalizada. Não está federalizada! O Governador está mentindo. É muito duro ter que dizer isso no Plenário da Câmara, mas é necessário. Portanto, nosso repúdio a essa atitude covarde de esconder que é ele que concede o reajuste tarifário e está privatizando a companhia depois de tê-la sucateado!

Finalmente, eu peço que votemos o auxílio emergencial de 600 reais, do qual a população brasileira precisa nestes tempos de pandemia. Nós não podemos ser omissos. A medida provisória está aqui.

Presidente Arthur Lira, ponha em votação o auxílio emergencial de 600 reais!

Peço ao Senado que também vote o PL dos despejos já!

Muito obrigado.

Documento 44/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:08
Publ.: DCD - 03/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública; do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, para estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento de auxílio emergencial; e do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), com vista à prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura e à prorrogação do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Aniquilamento das estruturas nacionais de pesquisa pelo Governo Jair Bolsonaro. Divulgação do relatório Conflitos no Campo Brasil 2020, pela Comissão Pastoral da Terra -

CPT.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares e telespectadores da TV *Câmara*, manifesto minha satisfação e alegria pela derrubada ontem dos vetos, o que traz benefícios para o povo. Refiro-me ao benefício da Internet para estudantes e professores, à concessão de 2 parcelas do auxílio emergencial de 600 reais a homens e mulheres chefes de família e à prorrogação do auxílio para o setor cultural.

Parabenizo a Oposição pela luta e pelo acordo feito para a derrubada dos vetos. Agindo assim, a Câmara Federal cumpre sua função social e seu dever para com o povo brasileiro que sofre. Já que Bolsonaro nega estes benefícios à população, a Câmara faz sua parte.

Sr. Presidente, é lamentável saber que o Governo Bolsonaro a cada ano vai acabando com a pesquisa em nosso País. O CNPq tem, neste ano, o menor orçamento do século XXI! Bolsonaro está destruindo toda a estrutura de pesquisa deixada pelos Governos do Partido dos Trabalhadores. Em 2013, o Governo do Partido dos Trabalhadores destinou o maior orçamento do século XXI para a pesquisa - foram 3,13 bilhões de reais. No entanto, com Bolsonaro, o Brasil tem o menor orçamento do século para a pesquisa científica. Isso tudo está sucateado. Enquanto o número de pesquisadores aumentou quase 100% nos governos anteriores, Bolsonaro adota o menor orçamento dos últimos 21 anos.

Sr. Presidente, aproveito para parabenizar a Comissão Pastoral da Terra pelo lançamento do relatório *Conflitos no Campo Brasil 2020*, um trabalho árduo, muito importante, feito há anos pela Comissão Pastoral da Terra para mostrar ao Brasil e ao mundo os conflitos que acontecem no campo, como a questão da...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 45/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:08
Publ.: DCD - 03/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atribuição ao atraso na imunização do povo brasileiro como causa da estagnação da economia do País, conforme dados do relatório elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Postura negacionista e irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Ajuizamento, pelo PT, de ação judicial contra a realização da Copa América no Brasil, em face da crise sanitária. Realização de grandes manifestações no País a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ontem eu tive acesso a um relatório elaborado pela OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, um organismo internacional. O relatório mostra leve retomada do crescimento da economia mundial em meio à pandemia, mas faz um alerta a algumas nações. Um dos alertas foi feito ao Brasil.

O Brasil terá um crescimento menor do que a média mundial em 2021, e a principal razão é o atraso na vacinação da população. O Presidente Bolsonaro se recusou a comprar vacinas, debocha da vida, das mortes, promove aglomerações, dá mau exemplo ao não usar máscara, nega a ciência, e o atraso na imunização da população, além de tirar a vida de milhares de brasileiros, vai retardar a retomada da economia, ou seja, gerar desemprego, fome e miséria no País.

É preciso que denunciemos a postura genocida do Governo brasileiro, irresponsável, desprezível, fascista e, repito, genocida, sem nenhum respeito pela vida humana.

Você empreendedor brasileiro que está tendo dificuldades para manter a sua empresa, o seu negócio, o seu comércio, saiba que, segundo o relatório da OCDE, o atraso na retomada da economia brasileira tem a ver com o atraso no processo de vacinação.

O Governo brasileiro tira vidas, promove o desemprego, quebra nossas empresas e nossos empreendedores. Ele demora a responder aos pedidos para a compra de vacinas, mas responde na mesma hora quando se trata de realizar a Copa América no Brasil, o que é um absurdo.

A esse respeito, nosso partido entrou com uma ação na Justiça. Não podemos permitir a realização da Copa América. Para promover uma aglomeração, o Presidente dá uma resposta rápida. Para salvar vidas, senta em cima dos processos e dos convites e fica meses sem dar nenhuma resposta.

A isso povo deu uma resposta vigorosa no sábado, indo às ruas pelo "Fora, Bolsonaro!".

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 46/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:16
Publ.: DCD - 03/06/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade da implantação de projeto de desenvolvimento econômico do País. Vinculação entre a estagnação da economia brasileira e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Enfraquecimento do setor de infraestrutura brasileiro. Perda da capacidade de gestão do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, também eu quero falar sobre economia. Eu acho extremamente importante termos um projeto econômico para o País. Esse Governo, que é genocida em relação à vida dos brasileiros, também é genocida do ponto de vista da economia. Esse resultado de crescimento do Pibinho neste trimestre não reflete melhoria na qualidade de vida do povo brasileiro, pelo contrário. Os países em desenvolvimento estão crescendo, e o Brasil está pagando um preço muito caro pelo negacionismo, por não ter feito, no tempo certo, os acordos comerciais com as farmacêuticas que garantiriam a vacina no braço do povo brasileiro. Está também pagando um preço muito caro pelo fato de o Governo não ter garantido a todos os setores da economia brasileira um mínimo de previsibilidade. Não garantiu, no ano passado, por exemplo, aos trabalhadores formais, às micro e pequenas empresas, e neste ano de 2021, em que ainda não superamos a pandemia por incompetência do Governo Jair Bolsonaro, a população pede socorro.

Estamos vivendo uma grande carestia. O Brasil está perdendo sua infraestrutura, porque não tem sequer projetos de obras públicas de manutenção, porque não tem ações focadas em alguns setores que precisam de apoio, como, por exemplo, as nossas micro e pequenas empresas, geradoras de 70% dos empregos no Brasil.

Portanto, esse Governo perdeu totalmente a capacidade de gestão. O País não funciona. Há uma perda de energia enorme com temas absurdos, temas que não pertencem ao século XXI, temas que deveriam estar fora da pauta há muito tempo no Brasil, temas, no entanto, que este Governo insiste em trazer e colocar na ordem do dia.

Estamos perdendo energia, estamos perdendo oportunidades, e o mais triste é o que vemos quando olhamos para frente: ainda temos, infelizmente, 1 ano e 6 meses desse desgoverno. Não vemos nenhuma saída concreta para dar como resposta ao povo brasileiro senão o "Fora, Bolsonaro!". Por isso o povo brasileiro foi às ruas. Foi um pedido de socorro, um pedido de vacina, um pedido de vida. Nós vamos fortalecer cada vez mais as ruas para denunciar essa falta total de projetos para o País.

Peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Obrigado.

Documento 47/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:32
Publ.: DCD - 03/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da adoção de medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, diante da epidemia de coronavírus. Importância da concessão do Fomento Emergencial aos agricultores familiares. Abertura de linhas de crédito para os agricultores, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Retomada do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Renegociação de dívidas dos agricultores familiares.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero emprestar meu apoio incondicional à luta para criar medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar nesse enfrentamento e combate da COVID, com financiamento, concessão automática de recursos, benefícios, garantia do Plano Safra, programa emergencial, enfim, uma série de ações necessárias.

Cito como exemplo o Fomento Emergencial, uma parcela de 2 mil e 500 reais para cada agricultor familiar e de 3 mil reais para a mulher chefe de família, chefe da agricultura familiar, e o benefício de garantia

do Plano Safra. Nós precisamos garantir a safra do agricultor, a instituição de linhas de crédito no âmbito do PRONAF, com juro de 1%. Nós precisamos ter esse juro barato e com um tempo para pagar, com um prazo de pelo menos 10 anos, em valores, no mínimo, de 10 mil reais. Então, esta é uma luta importante para viabilizar e consolidar a agricultura familiar em tempos de pandemia.

Há também o Programa de Aquisição de Alimentos, da agricultura familiar, com aporte de recursos, valores de 5 mil reais, 6 mil reais por família, por unidade familiar. Quanto à questão das dívidas rurais das famílias, é hora de prorrogar essas dívidas no mínimo por 1 ano, para que essa prestação fique lá para o fim dos vencimentos. Ressalto ainda a suspensão de ações judiciais. Quantas ações judiciais estão sendo movidas pela Justiça contra o agricultor familiar! Não dá para aceitar. E que aquelas dívidas menores, dívidas pequenas de até 15 mil reais, possam ser liquidadas, com o rebate de 50%, 60%, 70%, 80%, 90%.

Já aconteceu isso. Nós podemos fazer isso de novo com seriedade, com responsabilidade. A União tem recurso. O Brasil é um país rico de um povo necessitado. A agricultura familiar é que segurou a onda, que segurou as dificuldades.

Portanto, que essa liquidação possa ser feita em boas condições, assim como a renegociação de todas as dívidas dos agricultores familiares de todo o Brasil. A Lei nº 13.606, de 2018, Sr. Presidente, ampara a renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste em boas condições. Isso é tão bom para o Nordeste, que nós queremos para o Sul, para o Norte, para o Sudeste, para o Centro-Oeste. Todos os agricultores familiares do Brasil precisam. Houve um corte muito grande, no Orçamento, dos recursos para a agricultura familiar e para as cooperativas. Nós temos que agora ajudar a agricultura familiar e fazer a nossa parte.

Esse é nosso compromisso e a nossa luta, Sr. Presidente!

Documento 48/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:40
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização, pela Frente Brasil Popular em conjunto com a Frente Povo sem Medo e outros, de grande manifestação no País contra o Governo

Jair Bolsonaro. Desestruturação de programas e políticas do setor agrícola pelo Governo Federal. Contrariedade à privatização de empresas estatais. Apoio do Presidente da República à escolha do Brasil para sede da Copa América, não obstante à grave crise sanitária provocada pela Covid-19. Repúdio à gestão do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Eu trago uma boa notícia, porque o que eu ouvi dos nossos colegas Deputados aqui, com toda a razão, foi reclamação deste Governo genocida. A boa notícia que eu trago é que, em 19 de junho, os movimentos sociais, os partidos de esquerda, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, os democratas do Brasil estarão nas ruas novamente.

Levem máscaras. Levem álcool em gel. Vamos nos proteger contra o vírus para derrubar o verme, o verme do genocídio, o genocida, para derrubar o ovo da serpente do fascismo que está se instalando no Brasil!

Há só problemas neste Governo. Um Deputado citou agora a agricultura familiar, que está sendo desmanchada por este Governo. O Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Luz pra Todos, programas de moradia popular nas áreas rurais, tudo isso vai se acabando, liquidando-se. Por isso, os agricultores familiares terão que estar nas ruas em 19 de junho.

Mais do que isso, este é o Governo que, em vez de defender a soberania do nosso povo, a soberania alimentar, a soberania nacional, faz privataria. Estou vendo aqui a Deputada Erika Kokay, que está sempre combatendo a privatização da ELETROBRAS. Nós aqui em Minas estamos sofrendo com a privatização de Furnas. E vemos a privataria da PETROBRAS, a privataria da CEASA, a privataria em geral. Paulo Guedes está vendendo tudo, entregando tudo no Brasil.

Além disso, em vez de ser o Governo da saúde e do SUS, é o Governo da pandemia, do genocídio. São quase 500 mil mortes, e ele vai falar em trazer para cá a Copa América, para contaminar mais gente, para apressar a terceira onda. Este Governo não pode se sustentar, tem que sair! É um Governo em que os universitários não sabem se terão mais universidades, porque não há recursos. Por isso, tantos jovens foram às ruas no dia 29 de maio.

Agora será o 19 de junho, em favor da educação pública brasileira, para manter a nossa Constituição como uma Constituição Cidadã, que

obriga o Estado a prestar serviços públicos de educação, saúde, assistência social. É hora de ir às ruas contra essa economia de recessão, contra a economia do picareta do Paulo Guedes, que veio à Câmara ontem, mas, na verdade, não disse nada de bom. Veio só para respaldar orçamentos paralelos, para manter uma base do Governo, para fazer privatizações, para defender a PEC 32, a da reforma administrativa.

Todos às ruas em 19 de junho! Guardem a data!

Fora, Bolsonaro!

Documento 49/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:40
Publ.: DCD - 03/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Frei João Xerri, falecido em decorrência da Covid-19. Solidariedade à comunidade dominicana no Brasil.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, leio neste momento pedaço de artigo que Frei Betto, meu compadre, escreveu. Ele disse:

Frei João Xerri transvivenciou no domingo da Trindade Santa, 30 de maio de 2021, aos 74 anos, vítima do genocídio bolsonarista que expõe milhares de vítimas à pandemia de COVID-19. Homem de conexões internacionais, tinha aliados em vários pontos do mundo, e tudo que lhe caía em mãos de importante - denúncias de violações de direitos humanos, causas solidárias, luta dos sem terra e sem teto, movimentos libertários - ele cuidava de divulgar com uma presteza exemplar, e isto antes mesmo de existir a Internet.

João nasceu em Malta, quando a ilha do Mediterrâneo ainda era uma colônia britânica, e ingressou na Ordem Dominicana no mesmo ano que eu (1965). Veio para o Brasil em 1974, e se fixou em Faxinal (PR), onde aprendeu português. Naturalizou-se brasileiro em 1993. Em março de 2002, recebeu o título de "Cidadão Paulistano" da Câmara Municipal de São Paulo.

Sr. Presidente, o Frei João Xerri era dominicano como o meu companheiro Frei Betto, e tenho com todos os dominicanos uma

relação extraordinária e de muito respeito. Inclusive, fui com o Frei Betto - que esteve sempre presente em nossas lutas operárias no ABC e nas lutas do povo brasileiro - a Israel, e lá fizemos os caminhos de Jesus. O livro que o Frei Betto construiu a partir dessa viagem, chamado *Entre Todos os Homens*, falava de Jesus Cristo homem entre nós.

Frei João, portanto, deixa um legado extraordinário de formação, de conscientização, de comprometimento, de solidariedade. Eu tenho por Frei João um carinho extraordinário, porque foi com ele que aprendi os primeiros passos, inclusive extraindo da Bíblia as mensagens que significavam a luta pela liberdade, pela justiça e por direitos.

Frei João, que é mais uma vítima da COVID-19, mais uma vítima da irresponsabilidade do Bolsonaro, está indo para o céu. Que Deus conforte a sua família e o acolha em Sua plena graça!

À comunidade dominicana, o meu fraterno e solidário abraço.

Obrigado, Presidente.

Documento 50/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-13:44
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desprezo do Presidente Jair Bolsonaro pelo povo brasileiro. Elevação dos índices inflacionários e de desemprego no País. Posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas da Covid-19. Aproximação do patamar de 470 mil mortes no Brasil em decorrência do coronavírus. Decisão do Presidente Jair Bolsonaro de realização da Copa América no País, não obstante à grave crise sanitária decorrente da Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de desenvolvimento do Brasil. Protesto contra a pretendida privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Envolvimento do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com esquema de exportação ilegal de madeiras. Intensificação dos desmatamentos no Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Penso que não tem limites o desprezo de Jair Bolsonaro pelo povo brasileiro, não tem limites, não tem limites! O Governo diz que está indo muito

bem, quando quase 15 milhões de pessoas estão desempregadas, 6 milhões de brasileiros e brasileiras estão no desalento. O Governo diz que o Brasil está indo muito bem, quando nós temos um nível de endividamento familiar relativo à massa salarial de quase 60%, o maior da série histórica, quando nós temos uma inflação que atenta contra o povo pobre deste País. É inflação, é desemprego e, ao mesmo tempo, é o extermínio de tantos brasileiros e brasileiras.

Está cada dia mais nítido que o Governo Bolsonaro trabalhou com a imunidade de rebanho, por contágio, e que menosprezou as vacinas. Nós estamos há mais de 5 meses, ou algo por volta disso, com um plano de imunização, e não conseguimos ultrapassar pouco mais de 10% das pessoas, brasileiras e brasileiros, vacinadas com as duas doses.

Este é o Governo Jair Bolsonaro. E neste quadro estamos chegando a 470 mil mortes. Se continuarmos como estamos, nós vamos ver meio milhão de brasileiros e brasileiras desaparecerem pela ação genocida de Jair Bolsonaro.

O Presidente da República decide que o Brasil sediará uma copa - sediará uma copa. Ou seja, Jair Bolsonaro não tem limites para o cinismo, não tem limites para o desprezo para com o povo brasileiro, não se sensibiliza com a dor do povo brasileiro, não apresenta uma única proposta para poder resgatar as cadeias produtivas, não há projeto de desenvolvimento nacional. Do contrário, quer entregar os Correios, a ELETROBRAS, que é fundamental para a soberania energética, para a soberania nacional.

E este Governo tem um criminoso no Ministério do Meio Ambiente; um criminoso que está sendo investigado, porque está associado ao contrabando, à extração e à expedição ilegal de madeiras no Brasil, em um país, que, de 2018 a 2020, as derrubadas das matas nativas cresceram 243%; a grilagem, em unidades de conservação, cresceram 274%. Enquanto cresce o desmatamento no Brasil, o Presidente da República se preocupa com...

(Desligamento automático do microfone.)



Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Morosidade do processo de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Solidariedade aos atingidos por enchentes no Estado do Amazonas. Realização, pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia, de série de debates por ocasião do transcurso da Semana Nacional do Meio Ambiente. Intensificação dos desmatamentos, das invasões de terras indígenas e da garimpagem ilegal na Amazônia, durante o Governo Jair Bolsonaro. Denúncia do Bispo da Diocese do Estado de Roraima, D. Mário Antônio, sobre a garimpagem ilegal no território indígena Yanomâmi. Avanço de madeireiros em terras de comunidades tradicionais e ribeirinhas na região do Rio Urupadi.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Queria registrar minha solidariedade a todas as famílias brasileiras que perderam entes queridos devido à pandemia do coronavírus. Já são 465 mil mortes, lamentavelmente. Aqui no Estado do Amazonas já se aproxima de 13 mil mortes também por esta pandemia. A vacinação continua lenta. No Brasil, com a segunda dose, estamos em torno apenas de 10% da população. Portanto, é urgente a vacinação.

Presto minha solidariedade também às vítimas das enchentes aqui no Estado do Amazonas. Agora aqui em Manaus, o Rio Negro atingiu a maior cota da história. Nos últimos 119 anos é o nível mais elevado das águas. Portanto, alagaram-se várias áreas da capital. São 15 bairros afetados, sendo que milhares de pessoas são vítimas dessa situação. É um prejuízo grande também para a área comercial, em determinadas localidades, assim como para o interior do Estado. Por isso, estamos cobrando o apoio a essas famílias e também o apoio ao comércio, com crédito e a possibilidade de poderem manter os seus compromissos.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para dizer que estamos na Semana do Meio Ambiente. O Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia está realizando uma série de debates desde ontem, com temas relacionados aos povos indígenas, às populações tradicionais da Amazônia, à juventude, às mulheres. Há também um foco ligado à educação, à ciência, ao conhecimento.

Sabemos que a exploração da Amazônia tem que passar pelo conhecimento e pela ciência, e não da forma como, tradicionalmente e com o apoio do atual Governo, está acontecendo na Amazônia. Os desmatamentos cresceram de forma absurda no atual Governo e desde o golpe em 2016, com o Governo Temer, assim como as

invasões de terra indígenas, com a garimpagem ilegal.

Quero registrar o posicionamento do Bispo da Diocese de Roraima, D. Mário Antônio, que denuncia a omissão e negligência das autoridades frente ao garimpo ilegal na terra indígena ianomâmi, onde há 20 mil garimpeiros. Ele cobra providências a respeito do que está ocorrendo e também presta solidariedade aos indígenas. Nós nos somamos a ele e a todos os que estão lutando pelos povos amazônicos. É uma região que precisa ser explorada de forma a beneficiar a população, e não na forma como está acontecendo.

Também lá, no Município de Maués, os madeireiros avançaram em terras de comunidades tradicionais e ribeirinhas. Denunciamos isso ao Ministério Público, principalmente na região do Rio Urupadi, e cobramos providências também.

Assim, questionamos uma série de ações e negligências do Governo Federal, que simplesmente deixou de lado a defesa dos povos amazônicos.

Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse veiculado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 52/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 03/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com a decisão do Presidente Jair Bolsonaro de realização da Copa América no Brasil, em meio à grave crise sanitária decorrente da Covid-19.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero aproveitar esse breve tempo de fala para manifestar a minha revolta, a minha indignação, diante de mais um crime do Presidente genocida. Aceitar sediar no Brasil a Copa América é nada mais, nada menos do que contribuir para aumentar o número de vítimas fatais da COVID-19 e a repercussão disso na vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente da Casa, esse Presidente acha pouco que quase meio milhão de brasileiros e brasileiras tenham perdido a vida neste último

ano e meio de pandemia no Brasil, por descaso e irresponsabilidade desse Presidente que não tem apelo pelo vida humana, muito menos consciência do seu papel, da sua responsabilidade com o bem estar do seu povo, da vida do seu povo.

Enquanto isso, cinco países recusaram sediar a Copa América, exatamente pelas razões que temos a apresentar contra essa decisão de um Presidente irresponsável. O Chile, a Argentina, o Equador, a Colômbia, o Uruguai e o Paraguai são países que se recusaram a sediar essa copa, exatamente diante da gravidade da crise sanitária que ocorre também neste País.

Enquanto isso, o Brasil tem no mínimo três novas variantes do vírus circulando pelo País afora. E enquanto isso, o Presidente não providenciou, nem está interessado em garantir a imunização de todos os brasileiros e brasileiras. Apenas 10% receberam a segunda dose da vacina, Sr. Presidente.

Enquanto isso, em cinco cidades do País vão ocorrer jogos dessa copa, o que vai significar aglomeração, juntamento de pessoas, mais circulação de um vírus que já atingiu 17 milhões de brasileiros contaminados pela COVID-19.

O que quer esse Presidente? Quer mais mortes? Não acha suficiente a quantidade de vítimas fatais desse vírus?

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 53/557

41.2021.B	Sessão Outro Evento	02/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 03/06/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso da Semana Nacional do Meio Ambiente e do Dia Mundial do Meio Ambiente. Plantio simbólico de mudas de árvores no País e no mundo ao ensejo da efeméride. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela tragédia ambiental e pelo genocídio humano decorrente da Covid-19 no Brasil. Repúdio ao negacionismo do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Criação da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19. Necessidade de apresentação, pela CPI da

Covid, de denúncia contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade e contra a saúde pública.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, vamos falar de pandemia e de Governo Bolsonaro.

Nesta Semana do Meio Ambiente - sábado será o Dia Mundial do Meio Ambiente e, ao meio-dia, simbolicamente vamos plantar árvores no mundo inteiro -, a origem da COVID-19 é a origem do desequilíbrio ambiental.

No Brasil se somam duas tragédias. Há a tragédia ambiental do desmatamento, das queimadas, de um Ministro criminoso que fomenta o desmatamento, fomenta e prolifera as queimadas, a grilagem de terra, o desmonte ambiental brasileiro; de um Governo que libera mais de 900 agrotóxicos neste País, venenos que contaminam as águas, o solo e o alimento. Junto com essa tragédia ambiental, tragédia do veneno e dos agrotóxicos, neste momento atual, em plena pandemia, há a tragédia do genocídio humano, da forma criminoso com que o Governo enfrenta a crise sanitária.

Como o Governo a enfrenta? Proliferando o vírus, proliferando a morte, quando nega a ciência e prolifera tratamento precoce, sem efeito positivo, com efeito negativo. Prolifera as mortes neste País com o não uso da máscara e a não compra de vacina. Por isso, nós criamos uma Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, que estamos espalhando a todos os Estados da Federação, para defender a vida e a justiça do nosso povo. Vamos construir, hoje à noite, no Paraná e aqui em Santa Catarina, para defender o nosso povo, defender a vida e fazer justiça com as vítimas da COVID-19.

A CPI da COVID precisa denunciar o crime de responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro, para que as mais de 460 mil famílias que perderam seus filhos, seus pais e seus familiares possam buscar não só a reparação judicial e política, mas o direito à memória, o direito à história das vítimas da COVID-19.

Na Semana do Meio Ambiente, denunciar Jair Bolsonaro pela tragédia sanitária...

(Desligamento automático do microfone.)

59.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021-
CD 14:12

Publ.: DCD - 03/06/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PARECER
DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil); e às Emendas de nºs 1 a 58 apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Nobres colegas Deputados e Deputadas desta Casa, primeiro, quero agradecer a V.Exa., Presidente Arthur Lira, a confiança em nos outorgar a responsabilidade de relatar uma medida provisória de tamanha importância e de tamanha relevância para nosso Brasil. Muito obrigado a V.Exa.

Eu quero deixar meu abraço aos servidores desta Casa, em especial à Dra. Marcela Costa, da Consultoria Legislativa, que, junto com nossa Assessoria Jurídica, chefiada pelo Dr. João Lemes, fez um belo trabalho neste relatório; ao Dr. Gustavo Roberto Correia, à Dra. Flávia Souza e a todos os servidores desta Casa quero manifestar minha gratidão pelo trabalho incansável ao longo desta última semana, para que nós pudéssemos apresentar um relatório à altura do nosso Brasil.

"I - Relatório

A Medida Provisória nº 1.028, de 2021, visa estabelecer normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19.

O art. 1º da medida provisória em epígrafe prevê que, até 30 de junho de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam dispensadas, quando cabível, de observar, em suas contratações e renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, uma série de obrigações legalmente previstas, quais sejam:

a) regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais -

RAIS (...);

b) regularidade com as obrigações eleitorais (...);

c) comprovação de quitação de tributos federais, incluindo a apresentação de certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional (...);

d) regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (...);

e) apresentação de Certidão Negativa de Débito - CND, fornecida pelo órgão competente (...), bem como na contratação de operações de crédito que envolvam recursos públicos provenientes de fundos constitucionais e de incentivo ao desenvolvimento regional (...); recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (...);

f) comprovação de recolhimento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, em se tratando de crédito rural (...); e

g) consulta prévia ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - CADIN, para realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos (...)."

Sr. Presidente, peço licença para ir direto ao voto.

"II - Voto do Relator

Cumpre a este Relator manifestar-se, preliminarmente, sobre a relevância e a urgência, a constitucionalidade, a técnica legislativa, a compatibilidade e a adequação financeira e orçamentária e, superados esses aspectos, apreciar o mérito da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das emendas a ela apresentadas.

II.1 - Da admissibilidade

II.1.1 - Do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Os fundamentos de relevância e urgência constitucionalmente exigidos para a adoção de inovações legislativas na forma de medida provisória foram declinados na Exposição de Motivos nº 00020, de 2021, de 2 de

fevereiro do corrente ano.

Consta do referido documento que, 'por meio da Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020, cuja vigência foi encerrada em 26 de novembro de 2020, o Governo Federal dispensou exigências legais ordinariamente necessárias para a obtenção de crédito. A referida medida provisória somou-se aos esforços de diminuição dos efeitos econômicos da pandemia por meio da diminuição temporária da burocracia para empresas pedirem empréstimos a bancos públicos'.

Esclarece, na sequência, que as dispensas contidas no art. 1º da Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021, estavam previstas na Medida Provisória nº 958, de 24 de abril de 2020. Ademais, cláusulas semelhantes também estão contidas na Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, destinadas a programas específicos, a saber, o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).

Sustenta que a Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021, não se restringe à contratação de operações de crédito vinculadas a um programa específico."

Peço a atenção de todos para o ponto seguinte, que é muito importante. "Pelo contrário, por meio dela, propõe-se a dispensa, até 30 de junho do corrente ano, 2021, de apresentação de determinadas exigibilidades legais para a contratação de operação de crédito em geral.

(...)

Assim, a medida provisória em epígrafe auxiliará as medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes do enfrentamento da pandemia da COVID-19, franqueará às empresas melhores condições de acesso ao mercado de crédito e permitirá maior taxa de sobrevivência das empresas.

II.1.2 - Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua

admissão.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos que as seguintes emendas são inconstitucionais, porque afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, pelo qual os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da MPV por meio de emendas parlamentares: Emendas nºs 2, 3, 23 e 46.

As Emendas nºs 2, 3 e 23 visam à suspensão de pagamento de prestações referentes a empréstimos individuais, com características específicas como, por exemplo, os consignados; enquanto a Emenda nº 46 trata da suspensão de prestações no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida." Entendemos que estas emendas são meritórias, são importantes, e devem ser objeto de debate nesta Casa, mas, por se tratar de uma medida provisória e por elas serem estranhas ao seu objeto, elas não podem continuar neste texto, "motivo pelo qual as consideramos matérias estranhas à medida provisória em análise.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a MPV 1.028/21 e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam princípio geral do direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na MPV e nas emendas a ela apresentadas, que nós vamos citar. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

II.1.3 - Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

A MPV 1.028/21 recebeu 58 emendas. Com exceção das Emendas de nºs 1 e 9, a seguir comentadas, todas as demais são de caráter normativo, o que permite concluir que não implicam aumento de despesas ou redução de receitas públicas.

A Emenda nº 1, em primeiro lugar, cogita alterar o art. 31 da Lei nº 13.606, de 2018, para ampliar o escopo das operações de crédito rural que poderão ser objeto de rebote (desconto) para liquidação. Em segundo, almeja autorizar a repactuação das dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2019 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ou o Banco da Amazônia S.A. com recursos oriundos, respectivamente, do FNE ou do FNO, ou com recursos mistos dos referidos fundos com outras fontes, ou no âmbito do

PRONAF.

Tais alterações representam elevação de despesas para a União, uma vez que a cobertura dos custos delas decorrentes são de responsabilidade do Tesouro Nacional. No entanto, a Emenda nº 1 não se fez acompanhar do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo art. 125 da LDO/2021, razão pela qual é forçoso concluir no sentido de que se mostra inadequada e incompatível sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

A Emenda nº 9, por seu turno, cogita estabelecer que as instituições financeiras privadas e públicas ficarão dispensadas de observar, nas contratações e renegociações de operações de crédito, o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e a integralidade da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. A citada resolução *'dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências'*. De outro lado, o art. 32 da LRF atribui ao Ministério da Fazenda a competência para verificar *'o cumprimento dos limites e das condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação'*.

Desse modo, por almejar extinguir, ainda que temporariamente, todo o sistema de controle e de verificação da realização de operações de crédito por parte dos entes subnacionais, a Emenda nº 9 mostra-se incompatível e inadequada sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

Assim, entendemos que: I - a Medida Provisória nº 1.028, de 2021, não tem repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira; II - as Emendas de nºs 1 e 9 não atendem a legislação aplicável, sendo consideradas incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente; e III - as demais emendas não têm repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira.

II.2 - Do mérito

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, uma vez que, como destacado pelo próprio Poder Executivo, a medida provisória em análise auxiliará as medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes do enfrentamento da pandemia da COVID-19 (...).

As Emendas nºs 4, 26 e 37 visam incluir dispositivo vedando a destinação dos recursos recebidos para distribuição de lucros e

dividendos entre os sócios. Neste momento de crise, entendemos que esta medida poderia prejudicar os empreendedores", principalmente os pequenos empreendedores, os pequenos comerciantes. Assim, esta vedação, por mais meritória que seja, tentando vedar os recursos destes créditos para que não caiam no patrimônio dos sócios, neste momento de crise de pandemia, quanto mais pudermos desburocratizar, melhor fica. "Assim, somos pela rejeição das referidas emendas.

As Emendas nºs 7, 8, 16, 44, 52 e 58, por sua vez, sugerem a alteração da redação original da medida provisória em análise para estender o prazo da dispensa até 31 de dezembro de 2021. Entendemos que o prazo originalmente previsto é insuficiente, razão pela qual somos pelo acolhimento, parcial ou integral, destas emendas, para estender o prazo até 31 de dezembro de 2021, nos termos do projeto de lei de conversão."

Talvez este seja o principal ponto que nós temos que analisar nesta medida provisória: a extensão dos seus efeitos até o dia 31 de dezembro deste ano, porque ainda perduram os efeitos terríveis da pandemia da COVID-19 na economia.

Lembro, portanto, que foram acolhidas as Emendas nºs 7, 8, 16, 44, 52 e 58. A emenda de Plenário do PSD, no mesmo sentido, também segue acolhida, por óbvio.

"As Emendas nºs 12, 38 e 48 objetivam a retirada do texto da medida provisória da previsão de revogação do dispositivo legal que prevê a necessidade de apresentar CND para obtenção de empréstimos com recursos captados através da caderneta de poupança (...). Assim, por haver uma diminuição do alcance das normas estabelecidas pelo Executivo" - que é de alargar, de abranger o máximo possível -", somos também pela rejeição destas emendas.

As Emendas nºs 13, 14, 24, 25, 27 e 28, por outro lado, tratam de alterações específicas no âmbito de leis específicas referentes aos programas PRONAMPE (Lei nº 13.999, de 2020) e PEAC (Lei nº 14.042, de 2020), o que entendemos não ser oportuno no presente momento, razão pela qual somos pela rejeição destas emendas.

As Emendas nºs 34, 49 e 55 buscam alterar a redação do *caput* do art. 1º da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, com o fim de substituir a expressão 'ficam dispensadas' por 'não exigirão', tornando obrigatória, e não meramente facultativa, a respectiva previsão legal. Entendemos que a expressão 'não exigirão' não se mostra adequada, pois, em determinados casos, a apresentação de documentos pode ser indispensável para a análise de crédito, sob pena de resultar na rejeição desse mesmo crédito, razão pela qual somos pela rejeição

destas emendas.

As Emendas nºs 35, 50 e 54 sugerem a inclusão de dispositivo prevendo prazo máximo de 5 dias para que as instituições financeiras apresentem resposta sobre a contratação ou a renegociação de operação de crédito solicitada. Por entender que o estabelecimento deste prazo de 5 dias, que consideramos exíguo, pode resultar em avaliações equivocadas ou até na negativa da concessão do crédito, somos pela rejeição destas emendas.

As Emendas nºs 19 e 21 atribuem tratamento diferenciado para entidades dedicadas a atividades culturais", o que entendemos ser uma ideia meritória, muito correta, porém não está no escopo desta medida provisória, "razão pela qual somos pela rejeição destas emendas." Não é oportuno, portanto, o acolhimento das Emendas nºs 19 e 21.

"As Emendas nºs 20, 36, 39, 40, 41 e 42 visam suprimir incisos do art. 1º da medida provisória em epígrafe, notadamente no tocante a recursos do FGTS, ou limitar a aplicabilidade em determinados casos. No mesmo sentido, a Emenda nº 22 exclui do referido dispositivo a dispensa de apresentação da RAIS. Assim, por haver uma diminuição do alcance da medida provisória, somos pela rejeição destas emendas.

As Emendas nºs 30, 32, 33, 56 e 57 apresentam dispositivos específicos atrelados à atividade rural, que dependeriam de um debate necessário, um debate mais profundo por esta Casa de Leis, levando-se em consideração as especificidades do crédito rural. Impende observar que, ao estabelecer unilateralmente limites, como sugerido, por exemplo, pela Emenda nº 32, pode-se reduzir o interesse das instituições financeiras em conceder crédito." (...)

Percebam, Sras. e Srs. Deputados, que o objetivo deste Relator é fazer com que mais pessoas tenham acesso ao crédito. Nós temos que alargar ao máximo possível o alcance desta MP. Nós estamos em um momento de crise e, quando tentamos impor, por mais que isso traga uma ansiedade, uma obrigatoriedade para a instituição financeira de fazer isso no prazo exíguo, o que pode acontecer é a instituição financeira diminuir o crédito. Nós temos é que alargar o crédito.

Dia desses, eu falei com a Confederação Nacional da Indústria, com a FEBRABAN e com a Confederação Nacional da Agricultura. Hoje recebi mensagens, e nós tentamos fazer um relatório que abarque o máximo possível de situações, para que nós tenhamos a ampliação da oferta de crédito com juros baixos em nosso País.

"As Emendas nºs 43 e 51 objetivam a inclusão de dispositivo prevendo compromisso de manutenção dos postos de trabalho." As emendas

são meritórias, porém, se as inserirmos, neste momento, nesta medida provisória, nós vamos limitar a possibilidade também de acesso ao crédito, motivo pelo qual somos pela rejeição destas emendas à MP 1.028.

"As Emendas nºs 45 e 53 buscam isentar os consumidores dos encargos financeiros referentes a eventual renegociação, o que acabaria por repassar estes custos às instituições financeiras e, em última análise, a outros consumidores a elas vinculados por meio também de outros negócios, o que pode restringir, mais uma vez, o crédito. Assim, nós somos também pela rejeição destas emendas.

A Emenda nº 11 sugere que seja dado tratamento diferenciado às empresas de menor porte e aos setores mais atingidos pela pandemia da COVID-19, conforme regulamento do Poder Executivo. A medida se mostra pertinente, razão pela qual somos pelo seu acolhimento, parcial, na forma do projeto de lei de conversão.

No mesmo sentido, visando à facilitação de acesso ao crédito, entendemos que previsão semelhante à sugerida pela Emenda nº 11 pode ser direcionada a aposentados e pensionistas, que muito sofrem com esta pandemia, ficando a cargo do Poder Executivo regulamentar o tratamento diferenciado a este público", aposentados e pensionistas, que também merecem facilidade no acesso ao crédito, ficando, portanto, a cargo do Executivo a regulamentação da matéria, motivo pelo qual nós incluímos também os aposentados e pensionistas no projeto de lei de conversão.

"A Emenda nº 31, por sua vez, visa estender o prazo previsto no *caput* por 180 dias quando se tratar de operações realizadas por microempresa e empresa de pequeno porte." A princípio, como nós estamos alargando, no relatório, todos os prazos para até o dia 31 de dezembro de 2021, já atendendo as microempresas, nós somos pela rejeição desta emenda específica, já que as microempresas estão sendo atendidas no relatório com prazo até dezembro deste ano.

"A Emenda nº 15 tem o objetivo de incluir dispositivo que dispensa, até 31 de dezembro de 2021, a obrigatoriedade de seguro prévio para fins de penhor de veículos. Entendemos que a medida é positiva por ter o objetivo de desburocratização no âmbito do penhor de veículos, devendo, inclusive ser adotada de forma definitiva."

Neste ponto, Sr. Presidente, este Relator deu um passo além. A emenda previa até o fim de dezembro esta questão da obrigatoriedade do seguro prévio para o penhor de veículos. Nós estamos tornando-a definitiva. Eu tive reuniões com o Governo, com o Ministério da Economia, e todos foram favoráveis a que nós pudéssemos dar um passo avante. Nós estamos propondo, neste item, o acolhimento da

Emenda nº 15 e a consequente revisão do artigo que diz respeito a isso no Código Civil brasileiro.

"Por fim, as Emendas nºs 5, 6, 10, 29 e 47, apesar de tratarem de matérias diversas, não se mostram, neste momento, oportunas e, por isso, somos pela rejeição destas emendas também.

II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.028, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das emendas a ela apresentadas, com a ressalva das seguintes emendas, as quais consideramos inconstitucionais: as Emendas nºs 2, 3, 23 e 46;

c) pela não repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira, da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com exceção das Emendas nºs 1 e 9, consideradas incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, e das Emendas nºs 7, 8, 11, 15, 16, 44, 52 e 58, acolhidas parcialmente ou integralmente, conforme projeto de lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas."

Acredito, Sr. Presidente, que nós daremos um passo rumo ao futuro com a aprovação desta medida provisória. Eu agradeço muito aos colegas Deputados a colaboração, em especial, ao Deputado Felipe Carreras, Liderança do PSB, o apoio ao relatório.

Eu quero dizer a V.Exas. que a previsão é que o Presidente da República assine hoje a reedição do PRONAMPE. Senhoras e senhores, hoje nós podemos estar diante de um fato histórico, com a reedição do PRONAMPE, que foi muito bom para o Brasil, mas que, pelo excesso de burocracia, não atingiu muitas pessoas. Com esta MP aprovada e com o PRONAMPE reeditado, nós podemos estar diante de um enfrentamento econômico da pandemia de forma austera, rígida, correta, nos termos que o Brasil exige deste Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 55/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	14:40
Publ.: DCD - 03/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil). Realização de grandes manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Estou à disposição, Sr. Presidente. Peço, no entanto, que meu tempo seja recuperado. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero saudar o Relator pelo esforço para a aprovação deste mecanismo de prolongamento dos contratos de adiamento em função da pandemia. Infelizmente, não sabemos quando esta pandemia vai acabar. A contar com a falta de esforço por parte do próprio Governo, ela vai continuar por muito tempo. Buscar soluções para os credores, estimular empréstimos, buscar soluções para as empresas é algo importantíssimo, porque as empresas são fonte de geração de emprego. Isso é importante para todos nós. Neste sentido, nosso voto é favorável.

Entretanto, de novo, nós percebemos que, em que pese toda esta preocupação, o que vem para quem está desempregado? O que vem para quem está sem carteira assinada, que hoje é a maioria no País? O que vem para aqueles que não recebem férias, não têm 13º salário, não têm aviso prévio? O que vem para os desempregados, para os desalentados? O que vem para os micro e pequenos empresários que têm que ganhar de dia o que comer à noite? Cento e cinquenta reais? Isso não é nada, Sras. e Srs. Deputados! Cento e cinquenta reais é um acinte! Nossa luta continua pelos 600 reais, que já não valem os mesmos 600 reais, quando foram aplicados na nossa discussão aqui na Câmara dos Deputados e no Senado.

Neste sentido, parece que vai ser sempre assim, e é bonito que a democracia seja assim, foram muito importantes as grandes mobilizações que aconteceram no último dia 29. Nelas, entre outros

pedidos, estava o pedido pelos 600 reais. No dia 19 de junho, teremos outra mobilização nacional.

Ninguém mais aceita esta situação. Não adianta tapar o sol com a peneira. Infelizmente, em que pese o mérito de uma medida provisória como esta, ela é incompleta: falta toda a sociedade. O Estado não representa somente os interesses dos grupos econômicos, mas, principalmente, os interesses do seu povo, da nossa gente.

Por isso, Sr. Presidente, quero reforçar a todos que é importante que estas mobilizações aconteçam, mas com os devidos cuidados, para fortalecermos a democracia e garantirmos os interesses do nosso povo em todos os sentidos.

Muito obrigado.

Documento 56/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD	15:00
Publ.: DCD - 03/06/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da votação pela Casa do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização, na produção de vacinas contra a Covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário. Imediata aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje estará na pauta um importante requerimento de urgência em torno do qual há acordo por parte dos Líderes. O requerimento solicita ao Presidente Arthur Lira a inclusão na pauta do projeto de lei que permite a utilização dos laboratórios veterinários para produzir vacinas contra a COVID.

No ano que passou e neste ano, eu tive a excelente oportunidade de acompanhar a Comissão Externa de Enfrentamento à COVID da Câmara, com a qual eu aprendi muito, e também de participar da Comissão Mista da COVID do Congresso Nacional. Nessas oportunidades, eu tive a chance de conhecer os laboratórios da FIOCRUZ e do BUTANTAN e também o trabalho de excelência que essas instituições realizam para produzir as vacinas que nós utilizamos no Plano Nacional de Imunização. Trata-se de um trabalho realmente

fantástico.

Há duas semanas, eu tive a oportunidade de participar, junto com outros Deputados e Senadores, de uma visita a um laboratório veterinário. Essa visita coincidiu com a participação de uma CEO da vacina de Oxford e também de um representante da Fundação Bill Gates. Estávamos lá com a finalidade de conhecer o laboratório veterinário e pudemos verificar a sua excelência, confirmada por alguns CEOs de laboratórios internacionais produtores de vacinas. Também estivemos com o representante da ANVISA que tem acompanhado as inspeções de qualidade. Hoje a legislação não permite que um laboratório veterinário possa produzir uma vacina para uso humano.

Pois bem, esse requerimento de urgência e o projeto de lei que nós vamos votar vão permitir que esse tipo de laboratório faça os contratos necessários para que possa produzir a vacina. O projeto de lei é de autoria do Senador Wellington Fagundes, que o apresentou adequadamente.

Nós também tivemos a oportunidade de verificar como esse laboratório trabalha com a logística das vacinas.

E tudo isso se completa, porque a logística deles é colocar a vacina de uso veterinário em todo o território nacional para ser utilizada. Nós vamos ter a chance de usar essa estrutura para distribuir a vacina para todas as cidades brasileiras.

Então, concito todos a, unidos, vencermos a COVID.

Sr. Presidente, como já está tudo pronto para a leitura do relatório, eu agradeço a oportunidade.

Vamos votar com rapidez essas matérias, inclusive o PL que vai propiciar mais vacinas para o cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 57/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD 15:04
Publ.: DCD - 03/06/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário à Medida Provisória nº 1.028, de

2021, apresentadas conforme o § 1º, art. 3º, do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Agora, sim, já com o texto pronto em minhas mãos.

"I - Voto do Relator.

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas cinco emendas de Plenário, todas com o devido apoio regimental.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado André de Paula, visa ampliar o prazo de eficácia da política pública proposta passando de 30 de junho para 31 de dezembro de 2021 - texto já acolhido em nosso relatório.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Bohn Gass, tem por objetivo incluir o inciso X no art. 1º do PLV, no sentido de dispensar a observação do disposto no inciso III do *caput* do art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, retirando tal previsão do art. 4º do PLV.

A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Bohn Gass, por sua vez, busca incluir as cooperativas com faturamento anual de até R\$4.800.000,00 na redação do art. 2º do PLV, para receber tratamento diferenciado, conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

A Emenda nº 4, de autoria do Deputado Jose Mario Schreiner, sugere a inclusão de um parágrafo no art. 1º do PLV, prevendo que as instituições financeiras, inclusive as suas subsidiárias, devem fornecer ao respectivo solicitante, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da entrega da proposta e da documentação não dispensada por esta medida provisória, resposta sobre a contratação ou a renegociação de operação de crédito.

A Emenda nº 5, também de autoria do mesmo Parlamentar, objetiva alterar a redação do *caput* do art. 1º do PLV para que passe a constar: 'Até 30 de junho de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, não exigirão, nas contratações e renegociações de operações de créditos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, as seguintes disposições:'.

Verificamos que a sugestão apresentada por meio da Emenda nº 1 está contemplada no texto do projeto de lei de conversão anexado ao parecer anteriormente apresentado, razão pela qual se encontra prejudicada - já está acolhida no texto -, mas aproveitamos a

oportunidade para agradecer a contribuição do Deputado André de Paula."

Parabéns! Obrigado.

"Entendemos que a Emenda nº 2 não se mostra oportuna e as Emenda nºs 4 e 5 foram objeto de emendas de Comissão devidamente rejeitadas no parecer apresentado, motivo pelo qual somos pela rejeição dessas emendas" - meritórias, porém não convenientes no momento.

"Após ampla deliberação, entendemos meritória a Emenda nº 3, para fins de incluir as cooperativas com faturamento anual de até R\$4.800.000,00 na redação do art. 2º do PLV, razão pela qual somos pelo acolhimento, nos termos da subemenda substitutiva ao PLV em anexo.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e não implicação sobre as despesas ou receitas públicas de todas as emendas de Plenário e, no mérito, pelo acolhimento da Emenda de Plenário nº 3, com a subemenda substitutiva ao PLV em anexo, e pela rejeição das demais emendas."

Está lido o relatório, Presidente.

Documento 58/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD	15:28
Publ.: DCD - 03/06/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com o apoio unânime da Casa ao parecer oferecido pelo orador à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil).

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apenas quero manifestar aqui gratidão a todos os Deputados.

Eu acho que nós vivemos nesta tarde, Sr. Presidente, um dia histórico.

Eu vi naquele painel algo raro de acontecer: 450 votos, unanimidade, todos votando "sim" a uma matéria.

Sras. e Srs. Deputados, o que a população brasileira espera deste Parlamento é justamente isto: que muitas vezes nós deixemos as ideologias de lado e aproveamos projetos importantes para o Brasil.

Eu estou feliz, Sr. Presidente. Chego a ficar emocionado com um placar assim e com a oportunidade que tive de ser o Relator desta medida provisória que conseguiu unir o Brasil, que conseguiu fazer com que Deputados do Governo, da Oposição, independentes, do Centro votassem a favor do nosso relatório.

Eu fico muito feliz e espero que o Brasil siga...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 59/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021 - CD	15:32
Publ.: DCD - 03/06/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à implementação do disposto na Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil), ressalvados os destaques. Falecimento do jornalista Milton Coelho da Graça.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que é importante o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas, incluindo as cooperativas, e a eliminação da burocracia. Resta saber, concretamente, quem vai ter acesso a esse crédito, porque a grande característica do atual Governo é a mentira. O Congresso Nacional aprova as matérias, mas no momento da implementação a burocracia recupera o seu poder.

Vamos torcer para que a iniciativa contida nesta medida provisória seja respeitada, a fim de que aqueles que verdadeiramente merecem

tenham acesso ao crédito.

Por último, Sr. Presidente, registro com pesar também o falecimento de Milton Coelho da Graça, grande jornalista em defesa da democracia.

Documento 60/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-02/06/2021- 15:36
Publ.: DCD - 03/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil), ressalvados os destaques. Falta de vacinas contra a Covid-19 no País. Colapso no sistema nacional de saúde provocado pela doença. Quadro de desemprego e fome reinante no Brasil. Pedido à Presidência de votação de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

É importante facilitar o acesso ao crédito neste momento de crise que o povo brasileiro está vivendo. Mas é preciso também que haja medidas mais contundentes para intervir neste momento tão dramático para o povo brasileiro, dramático porque falta vacina, dramático porque há filas nas UTIs, dramático pelo recorde de desemprego, dramático porque a fome voltou para mais de 27% dos brasileiros.

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que - e este é um pedido que faço a V.Exa. -, para que possamos sair dessa crise, não dá para continuar com um Presidente criminoso, que sistematicamente comete crime de responsabilidade. V.Exa. tem a tarefa de analisar os mais de 100 pedidos de *impeachment* que estão em sua mesa, para ajudar a tirar o povo desse cenário de morte, de dor e de violência.

Documento 61/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-02/06/2021- 15:40
---------	--	-----------------------

Publ.: DCD - 03/06/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil), ressalvados os destaques. Apelo ao Governo Federal de aquisição de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Oposição orienta "sim", até porque a maioria dos partidos do nosso grupo está votando "sim".

Queríamos insistir no apelo que fazemos para o Governo Federal: o Brasil precisa de vacina. A maioria dos países do mundo estão voltando à sua normalidade porque estão vacinando em massa. Nós ainda estamos a passos de tartaruga. Quando tivermos vacinas, vamos poder abrir todas as escolas, até porque temos dito que botar professor numa sala de aula com 20 alunos, com 30 alunos sem estar vacinado é suicídio.

Nós temos hoje muitas empresas quebrando, infelizmente. Essa proposta vem ajudar, mas a vacina vai ajudar a economia, vai ajudar a geração de emprego. Por isso é muito importante que o Governo Federal comece a comprar vacina para toda a população. A CPI já está dizendo que o Governo se recusou a comprar vacina. Precisamos de vacina!

Documento 62/557

59.2021

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 02/06/2021-15:40

Publ.: DCD
03/06/2021 -

HELDER SALOMÃO-PT -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a

crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil). Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Rediscussão do valor do auxílio emergencial pelo Congresso Nacional.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados, Deputadas, o nosso destaque tem o objetivo de igualar o prazo para a não obrigatoriedade da apresentação da certidão negativa de débitos pelas empresas, pelas pessoas jurídicas, ao dia 31 de dezembro de 2021.

É claro que nós defendemos mais crédito, mais facilidade, menos burocracia. É necessário que neste período seja suspensa esta exigência e outras que nós acabamos de votar. Isso é muito importante, porque diminui a burocracia. As empresas estão endividadas, vivendo problemas muito sérios, mas não é razoável, a nosso ver, que essa obrigatoriedade seja revogada de forma definitiva. Isso pode permitir, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que devedores contumazes obtenham recursos da caderneta de poupança. Se nós mantivermos essa previsão no texto, vamos favorecer os maus pagadores, que nós sabemos que são poucos. A grande maioria de micro e pequenas empresas, de empreendedores individuais no nosso País, são adimplentes e honram os seus compromissos.

Portanto, nós pedimos o apoio das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para que possamos aprovar este destaque, a fim de não premiar aqueles que são devedores contumazes.

Eu lembro o seguinte: o Brasil precisa vacinar rapidamente a sua população. Quanto mais demora o processo de vacinação, menos a economia retoma o seu crescimento e mais pessoas morrerem. Se hoje muitas empresas estão quebrando e o comércio está fechado, isso é porque nós não temos a vacinação do nosso povo.

É preciso também que o Congresso Nacional rediscuta o valor do auxílio emergencial. É importante que possamos garantir o auxílio emergencial para as micro e pequenas empresas e para as pessoas mais vulneráveis. Essa medida é importante, vai ajudar, mas é bom lembrar, mais uma vez, que ela vem muito tarde. É preciso garantir que haja efetivamente um processo para que os pequenos consigam ter acesso ao crédito. Em 2020, muitos pequenos empreendedores brasileiros não conseguiram ter acesso ao crédito por causa das dívidas, das exigências e da burocracia muito grande.

Então, Sr. Presidente, nós pedimos apoio para não permitirmos a revogação...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 63/557

59.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/06/2021-16:28
Publ.: DCD 03/06/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 4, apresentada à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil).

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, somos favoráveis obviamente à MP.

Entendemos que no momento dramático de uma crise econômica sem precedentes, que atinge o povo brasileiro, facilitar o acesso a crédito pode contribuir para tirar algumas pessoas desse buraco em que o Brasil está. Mas há um problema que precisa ser corrigido nessa medida provisória.

Não pode o crédito concedido servir para ampliar o lucro, o poder econômico de quem já é rico e quem não é o mais atingido neste momento de crise.

Então, esta emenda visa impossibilitar, proibir que o crédito sirva para garantir aos sócios das empresas, normalmente ricos, a partir desse crédito, a distribuição de lucros e dividendos, Sr. Presidente.

Queria também reforçar aqui que achamos que esta emenda melhora o texto, mas é preciso reconhecer que esta medida provisória é insuficiente para tirar o Brasil da crise em que se encontra. Este momento dramático de crise sanitária explicitou um Brasil profundamente desigual. Estamos vivendo um dos maiores momentos de desemprego no Brasil. Infelizmente, metade das famílias pobres no

Brasil, chefiadas por mulheres, mães solo de família, têm que escolher na maior alta do preço dos alimentos, se compra o óleo, se compra o botijão de gás.

Nesse sentido, entendemos que deveríamos ter medidas mais eficazes, que passem por transferência de renda, que passem por auxílio emergencial de no mínimo 600 reais. Isso poderia possibilitar, com a chegada desse recurso mais diretamente à mesa das famílias, que ele voltasse para a economia circular e ajudar o Brasil a sair desse cenário de crise.

Diante dessa medida provisória, que é um passo para esse momento dramático, precisamos impedir que esse crédito sirva para ampliar a concentração de renda nas mãos de poucos. Esse crédito deve servir para salvar as pequenas empresas em especial e salvar os empregos em um cenário dramático no Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 64/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-02/06/2021- 16:32
Publ.: DCD - 03/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 4, apresentada à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil). Apelo às autoridades competentes por vacinação de bancários contra a Covid-19.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "sim", Sr. Presidente.

Queria aproveitar esta oportunidade para fazer um apelo a todos os governos, na esfera federal, estadual e municipal para garantir a vacinação da categoria bancária. Os bancários e as bancárias não pararam até agora de trabalhar. O tempo todo as portas dos bancos ficaram abertas, as agências ficaram abertas, em funcionamento. Inclusive, foi a Caixa Econômica Federal foi que garantiu e continua

garantindo o pagamento do auxílio emergencial.

Então, não é possível que não haja sensibilidade dos governos. Eu queria inclusive registrar, Sr. Presidente, que os bancários do Maranhão aprovaram uma greve sanitária, vejam só, greve sanitária a partir do dia 8 de junho, reivindicando tão somente a inclusão na vacinação. Eu acho que não precisa de tanto. Nada mais correto do que garantir a vacinação dessa categoria tão importante.

Muito obrigado.

Documento 65/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD 16:32	
Publ.: DCD - 03/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 4, apresentada à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil). Registro de voto do Deputado Odair Cunha.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A bancada do Partido dos Trabalhadores orienta "sim" ao destaque do PSOL, por entender, como disse aqui a Deputada Talíria Petrone, que os recursos obtidos por meio do crédito devem ser investidos pelos empreendedores para salvar a empresa e manter empregos, para fazer a economia crescer; e não dividir os lucros com sócios e acionistas.

Quero ainda aproveitar a oportunidade para lembrar que o Deputado Odair Cunha, Sr. Presidente, votou com a bancada nas votações anteriores. Ele teve dificuldades com a Internet.

Por fim, quero lembrar o seguinte: a medida provisória é importante, veio atrasada, mas é insuficiente. O povo brasileiro precisa de vacina, comida e emprego. Não dá para acharmos que essa medida provisória vai resolver. Não vai. Precisamos ter mais ousadia para investir nas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 66/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 03/06/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 4, apresentada à Medida Provisória nº 1.028, de 2021, sobre o estabelecimento de normas de facilitação do acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19; bem como a revogação de dispositivos das Leis de nºs 8.870, de 1994, e 10.406, de 2002, (Código Civil). Pedido à Presidência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, a chamada PEC da Guerra, sobre a instituição do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia internacional.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta "não" a esse destaque.

Quero aproveitar o momento, Sr. Presidente, para pedir a V.Exa. para colocar em votação a PEC de Guerra. Por quê? No ano passado, todos os Municípios do Brasil receberam dinheiro para o tratamento da COVID. E já estamos já no quinto mês da segunda onda, Sr. Presidente, e nenhum Município brasileiro recebeu um centavo do Governo Federal.

Os Municípios de Porangatu e de Itumbiara não conseguem mais manter os hospitais de campanha, HCamp. Faço um apelo a V.Exa. para que possamos chamar o Ministro da Economia e votarmos uma PEC de Guerra para que haja orçamento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 67/557

59.2021	Sessão	Deliberativa 02/06/2021-16:52
---------	--------	-------------------------------

Extraordinária - CD

Publ.: DCD - BOHN GASS-PT -RS
03/06/2021 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria muito da sua atenção, porque nós entramos exatamente com o pedido de retirada de pauta porque V.Exa. fez observações sobre a previsibilidade para o Senado poder ter os 30 dias, mas não é uma previsibilidade que nós temos.

Esse projeto entrou em pauta hoje e, além disso, nós não temos as Comissões Mistas das medidas provisórias instaladas. É fundamental que possamos ter as Comissões Mistas das medidas provisórias instaladas, para que possamos fazer o debate com a sociedade, com todos os setores envolvidos nesses temas. Esse ponto, fundamentalmente, trata de uma política de estímulo ao setor químico do País. E nós queremos que isso reflita e se reverta em manutenção de empregos, qualidade do emprego, qualidade de segurança dos servidores também com os Estados do Brasil. Medidas temporárias podem ser feitas. Essa medida veio cortando, de forma abrupta, o estímulo que o setor químico teve no Brasil.

Nesse sentido, o Relator incorporou a redução gradual, em vez de ser abrupta. Agora, em 1º de julho, passa a existir, e, de forma gradativa, vai retirando esse benefício até 2027.

Compreendemos que esse aspecto que o Relator incorporou é importante, ele não incorporou outras emendas que apresentamos. E há um aspecto, Presidente...

Presidente Arthur Lira, V.Exa. está conseguindo acompanhar a nossa fala? Posso aguardar um pouco, Presidente.

Presidente Arthur Lira, eu quero fazer ponderações.

Vejo que há Deputados falando com V.Exa., enquanto eu quero fazer uma ponderação importante sobre o nosso funcionamento aqui e sobre o pedido de retirada da matéria.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente Arthur Lira...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está no seu tempo, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Isso.

Eu quero fazer duas observações. Uma é a solicitação de instalação das Comissões Mistas das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu já lhe respondi isso na questão da ELETROBRAS, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Isso.

O segundo aspecto, Presidente, é que nós queremos também que seja pautado no plenário o tema da renda emergencial, que não foi pautado ainda. Essa é uma medida provisória, então nós podemos debater o auxílio de 600 reais para a população que precisa, que está passando fome.

Há ainda outro pedido. Há uma matéria estranha sobre a qual nós queremos apresentar um destaque. O meu diálogo com V.Exa. é sobre a possibilidade da retirada da nossa obstrução, neste momento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 68/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 03/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Insuficiência do valor do auxílio emergencial proposto pelo Presidente Jair Bolsonaro. Crise socioeconômica reinante no País. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós somos pela retirada, porque assuntos que não interessam de fato ao povo brasileiro são pautados, e os temas que deveriam ser pautados quando o povo está passando fome e a desigualdade no Brasil aumenta não são. Neste momento, o Bolsonaro está repassando 150 reais, 250 reais para a população, sendo que poderia disponibilizar 600 reais, 1.200 reais. O comércio poderia estar vendendo mais, a indústria poderia estar gerando emprego. O desemprego está crescendo, a indústria e o comércio não estão vendendo, não estão tendo atividade econômica ativa, o povo está passando fome, e nós fazendo privatizações e não votando o que importa.

Esse método não é possível, Presidente Arthur Lira. Nós precisamos fazer o *impeachment* do Presidente Bolsonaro, votar o que interessa para o povo, e não votar projetos que nós precisaríamos de tempo para debater e instalar a Comissão Mista das medidas provisórias.

Portanto, orientamos pela retirada da matéria.

Documento 69/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021 - CD	17:04
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância, para o setor agrícola, da aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2021, sobre a recomposição do orçamento da União e a equalização de juros do Plano Safra. Ampliação dos recursos destinados à assistência técnica, à extensão e ao seguro rural.



Desburocratização do acesso ao crédito rural. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente Arthur Lira, caros colegas Parlamentares, primeiro, quero ressaltar aqui a importância da decisão que nós tomamos, ontem, neste Parlamento, o Congresso Nacional, ao aprovar os recursos para garantir a equalização do próximo Plano Safra.

Nós sabemos que, mesmo em meio a essa sombria pandemia, em que todos os setores da economia brasileira e de todo o mundo foram fortemente afetados, a agricultura e o agronegócio... E quando eu falo, Presidente, do agronegócio, quero dizer o agronegócio familiar e o não familiar, até porque, quando chega à gôndola de um supermercado, o consumidor quer um produto com qualidade, com sustentabilidade e que seja socialmente justo na sua produção. O agronegócio brasileiro cumpre sempre o seu papel, e os produtores rurais, tomando medidas e acreditando na ciência, continuaram produzindo alimentos, especialmente para que as pessoas pudessem ficar no isolamento social, cumprindo as medidas recomendadas pela ciência e pelas autoridades da saúde, e com alimento nas suas casas. Então, por isso, foi fundamental esse nosso papel.

Quero levantar aqui algumas expectativas em relação, agora, ao lançamento do próximo Plano Safra.

Todos os que acompanham a nossa trajetória, há mais de 30 anos, como extensionista rural na querida EMATER de Minas Gerais, sabem, e eu sempre tenho defendido, que uma grande praga da lavoura brasileira é a falta de planejamento, é a falta de previsibilidade.

Todos os setores da economia, todos os empreendedores, quando vão implantar uma nova atividade, ou mesmo uma atividade comum do seu negócio, precisam de segurança jurídica e previsibilidade.

Vejam que faltam poucos meses para o plantio da próxima safra, e até agora - e não é este Governo, não é esta Ministra, até porque a Ministra Tereza conhece como ninguém a lógica da produção do agro

brasileiro - não sabemos as regras para a próxima safra.

Quero conclamar os colegas porque há proposições tramitando nesta Casa para que o Plano Safra seja feito no médio e longo prazos, pelo menos com 5 anos, e que todos os anos as linhas de crédito, as políticas públicas sejam atualizadas. Então, essa falta de previsibilidade ataca e prejudica principalmente o produtor rural, que, às vezes, em busca do crédito em outras fontes, que não os recursos obrigatórios, reduz a sua margem de rentabilidade, reduz inclusive a sua renda, e os custos ficam muito altos. E quem paga essa conta não são os outros elos da cadeia produtiva, mas, sim, os produtores rurais.

A outra expectativa é que nós tenhamos mais recursos para assistência técnica e extensão rural. Já está provado que o agricultor que planta e tem uma assistência técnica efetiva aumenta em quatro vezes o valor bruto da sua produção por hectare/ano. Nós já chegamos a ter mais de 500 milhões de reais para assistência técnica e extensão rural. Hoje esse valor não chega a 10%, 15%. A nossa expectativa é que se tenha mais recursos para a assistência técnica.

Tivemos uma boa notícia do Banco Central, especialmente em relação ao manual de crédito rural, que traz todas as regras e os requisitos para o produtor ter acesso ao crédito. Ele reduziu em 54% o seu volume, os quesitos que o produtor precisa seguir. Mas é preciso ainda caminhar com esse desafio de reduzir a burocracia.

O seguro rural é outro ponto importante em que a Ministra Tereza avançou muito, mas ainda precisa de mais recurso, porque, ao reduzir os riscos, o produtor terá acesso à linha de crédito com juros mais baixos, aumentando, assim, a renda do campo.

Portanto, Presidente, eu tenho certeza de que a agricultura vai continuar cumprindo com o seu papel. Este Parlamento cumpriu de maneira muito consistente com o nosso papel de garantir a aprovação do PLN 4, que garante os recursos dessa equalização, mas eu fico com essa expectativa de ter mais recursos para assistência técnica, reduzir a burocracia, para facilitar a vida do produtor rural e, principalmente, ajudar na grande praga que ataca a lavoura brasileira, que é a falta de previsibilidade.

O Solidariedade orienta "não", Presidente.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 03/06/2021 - MOSES RODRIGUES-MDB -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PARECER
DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025; e às Emendas de nºs 1 a 80, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria pedir permissão para ir direto ao voto, até porque o PLV foi protocolado na segunda-feira, então já tem 48 horas, e todas as Lideranças já tiveram conhecimento da matéria.

"II - Voto do Relator

II.1 - Da Admissibilidade

II.1.1 - Do Atendimento aos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que acompanha a medida provisória, a urgência e relevância da matéria justificam-se pela necessidade de, em face do ambiente fiscal adverso decorrente da pandemia da COVID-19, buscar a manutenção do equilíbrio orçamentário da União.

Com efeito, a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, altera as regras relativas aos incentivos tributários previstos no âmbito do REIQ e à isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoas com deficiência, que implicam significativa renúncia de receitas federais, bem como majora as alíquotas da CSLL incidentes sobre os resultados de instituições financeiras, disponibilizando, assim, uma fonte de recursos compensatória para outras medidas consideradas imprescindíveis para a realização da política tributária, tais como o

próprio crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS para os produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação, instituído pela medida provisória em apreço.

II.1.2 - Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal, bem como, quanto à constitucionalidade material, verificamos que a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, não afronta qualquer dispositivo da Carta Magna.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos que as seguintes emendas são inconstitucionais: 1) nºs 5, 48 e 49, porque afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, segundo o qual os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da MPV por meio de emendas parlamentares, na medida em que o liame de tais emendas com o conteúdo do tema tratado na medida provisória é muito tênue; 2) nºs 5, 12, 17, 29, 32, 40, 44, 46, 54, 63, 66, 70, 75, 77 e 79, porque, ao proporem aumento de despesa ou renúncia de receitas sem, contudo, apresentarem estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, afrontam o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ADCT.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica: novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

A ressalva fica por conta das seguintes Emendas: nºs 5, 12, 17, 29, 32, 40, 44, 46, 48, 49, 54, 63, 66, 70, 75, 77 e 79, que, pelos motivos acima apontados, não estão em consonância com as normas constitucionais atinentes à espécie.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na MPV e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.1.3 - Da Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida

Provisória nº 1.034, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União, salvo quanto às emendas que mencionaremos a seguir.

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que "o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa públicas da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União."

A norma ainda determina, no art. 8º, que "o Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá, em apreciação preliminar, o atendimento ou não [...] de sua inadequação financeira ou orçamentária, antes do exame de mérito [...]".

Para o exame da adequação orçamentária e financeira, necessário se faz observar também o art. 113 do ADCT, o qual determina que "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro".

Com relação a possíveis conflitos com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a análise da Medida Provisória deve se debruçar sobre os seguintes aspectos: apresentação de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e de medidas de compensação, seja pelo aumento de receitas e/ou pela redução de despesas, no caso da "criação ou ampliação de renúncia de receitas" (art. 14); existência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para "criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa" (art. 16); instrução com estimativa e demonstração da origem dos recursos para custeio de despesa considerada "obrigatória de caráter continuado" (art. 17, § 1º); "comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais" (art. 17, § 2º); e existência de prorrogação de "despesa criada por prazo determinado", a qual "considera-se aumento de despesa" (art. 17, § 7º).

À luz do Plano Plurianual 2020-2023 - Lei nº 13.971, de 2019 -, a análise diz respeito à compatibilidade da despesa prevista pela MP com os programas governamentais e seus objetivos.



No que tange à compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021 (Lei nº 14.116, de 2020), importa ressaltar os principais aspectos de seus arts. 125 e 126, *in verbis*:

Art. 125. As proposições legislativas e as suas emendas, observado o disposto no art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem redução de receita ou aumento de despesa da União deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

§ 1º O proponente é o responsável pela elaboração e pela apresentação do demonstrativo a que se refere o caput.

Art. 126. Caso o demonstrativo a que se refere o art. 125 apresente redução de receita ou aumento de despesas, a proposta deverá demonstrar a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais e cumprir, para esse fim: [...]

A análise do teor da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, permite extrair informações a respeito do impacto que seus dispositivos promovem sobre as receitas públicas, como evidenciado a seguir.

No que tange à concessão de benefício fiscal, na forma de crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para produtos destinados ao uso por hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação, a exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, informa que o impacto total sobre a redução de receita será de aproximadamente R\$7,22 milhões, assim distribuídos: R\$2,27 milhões em 2021; R\$2,40 milhões em 2022 e R\$2,55 milhões em 2023.

Em relação à majoração de alíquotas da CSLL incidentes sobre o lucro líquido de instituições financeiras, o impacto sobre o aumento da arrecadação será de R\$ 2,27 milhões (em 2021).

A redução do *quantum* de isenção do IPI, tratando-se da aquisição de automóvel por pessoa acometida de deficiência física, promoverá aumento de receitas na ordem de R\$ 750 milhões (em 2021).

Quanto ao impacto decorrente da revogação do Regime Especial da Indústria Química - REIQ, a previsão é de que ocorra aumento de receitas no total de R\$ 3,6 bilhões, sendo: R\$ 667 milhões (em 2021), R\$ 1,4 bilhão (em 2022) e R\$ 1,5 bilhão (em 2023). (...)"

Os impactos explicitados constam na tabela que acompanham o relatório.

"Como visto, o montante das compensações listadas e qualificadas acima excede em R\$ 6,6 bilhões o da renúncia fiscal (crédito presumido) de que trata a própria Medida Provisória nº 1.034, de 2021.

Referido excedente, frise-se, está sendo utilizado como medida de compensação para as providências pelo Decreto nº 10.638, de 1º de março de 2021, que alterou os coeficientes de redução da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo *diesel*, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação. É possível concluir, portanto, que a redução de receitas decorrente da edição do citado decreto parece restar compensada pelo aumento de receitas trazidas pela Medida Provisória nº 1.034, de 2021.

Nesse sentido, cabe destacar que, nos termos do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Consultoria de Orçamento do Senado Federal emitiu Nota Técnica (NT) nº 14/2021, por meio da qual se posicionou no sentido de 'haver sido demonstrada a adequação orçamentária e financeira da MP 1.034/21, tomando-se por base os números apresentados pelo Poder Executivo, no corpo da Exposição de Motivos que integra a MP'.

No que se refere às emendas, impende registrar que as Emendas nºs 14, 41, 43, 47, 48, 49, 51, 71 e 73 são de caráter meramente normativo. Consequentemente, não apresentam implicação sobre o aumento de despesas ou a redução de receitas públicas, não cabendo pronunciamento a respeito da adequação orçamentária e financeira.

Assim também podem ser qualificadas as Emendas nºs 24, 28 e 53. As duas primeiras propõem a edição de lei interpretativa acerca do conceito de produção para fins de aproveitamento de crédito relativo à contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS. A terceira atende a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 30, que estabeleceu um prazo de 18 meses, a contar de 6 de outubro de 2020, para que o Congresso Nacional adote as medidas legislativas necessárias a incluir as pessoas com deficiência auditiva entre os beneficiários da isenção de IPI de que trata a Lei nº 8.989, de 1995.

As Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 27, 59, 60, 76 e 80 implicam aumento de receitas, posto que propõem a elevação de alíquotas, a criação de novas exações ou a ampliação de prazos para a vigência das alíquotas mais elevadas trazidas pelos dispositivos da própria MP 1.034, de 2021. É possível concluir, assim, que se mostram compatíveis e adequadas orçamentária e financeiramente.

A Emenda nº 50 propõe a redução de receitas, compensada com o aumento de receita diversa, mostrando-se, portanto, compatível e

adequada sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

A Emenda nº 5 promove aumento de despesas públicas sem apresentar, contudo, medidas de compensação e estimativas do impacto orçamentário e financeiro, razão pela qual também se mostra inadequada e incompatível orçamentária e financeiramente.

Dito isso, faz-se necessário esclarecer que algumas emendas apenas importam redução de receitas. São propostas que, por exemplo, sugerem aumentar de R\$ 70 mil para R\$ 120 mil, R\$ 150 mil ou R\$ 170 mil o valor máximo do veículo objeto da isenção do IPI a que têm direito as pessoas com deficiência, bem como aquelas que propõem a extinção gradual do REIQ. Nesse caso, entendo que se aplica somente o disposto no art. 113 do ADCT e nos já citados arts. 125 e 126 da LDO 2021, os quais exigem apresentação do impacto orçamentário e financeiro, não se aplicando o art. 14 da LRF, porque não representam 'renúncia de receita', nos termos do referido dispositivo. Dessa maneira, não seria possível exigir a apresentação de medidas de compensação.

Segundo nossas estimativas, se avaliarmos separadamente o efeito individual de cada uma dessas propostas, o impacto orçamentário e financeiro máximo consistiria, no exercício de 2021, em uma redução de, aproximadamente, um quinto da expectativa de arrecadação adicional informada pelo Poder Executivo e corresponderia, nos dois exercícios seguintes, ao valor total indicado na exposição de motivos que acompanha a medida provisória.

É preciso ter presente, além disso, que esse mesmo grupo de emendas atende a exigência do art. 126 da LDO, uma vez que as receitas que seriam reduzidas não estão estimadas pela Lei Orçamentária Anual de 2021, pois, antes da edição da MP 1.034, de 2021 - e, portanto, quando da elaboração da LOA 2021 -, a isenção alcançava veículos de qualquer valor, e os benefícios do REIQ eram plenamente aproveitáveis.

Desse modo, essas emendas, que representam apenas uma 'redução de receita', podem ser saneadas por meio da estimativa de impacto orçamentário e financeiro acima apresentada, motivo pelo qual estão aptas à apreciação pelo Plenário desta Casa.

Nesse primeiro grupo estão as Emendas nºs 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 52, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 74 e 78, que, por via de consequência, consideramos compatíveis e adequadas orçamentária e financeiramente.

Há, contudo, outro grupo de emendas que se enquadram



perfeitamente no conceito de 'renúncia de receita'. De fato, além de serem uma 'redução de receita', elas se encaixam na definição estabelecida pelo art. 14 da LRF. Então, para elas, seria preciso que o proponente, além da estimativa do impacto orçamentário, apresentasse medidas de compensação exigidas pelos incisos I e II do *caput* do mencionado artigo da LRF.

Pertencem a esse segundo grupo as Emendas nºs 12, 17, 29, 32, 40, 44, 46, 54, 63, 66, 70, 75, 77 e 79, que propõem renúncia de receitas públicas sem, no entanto, apresentarem as respectivas estimativas do impacto orçamentário e financeiro e/ou as medidas de compensação para as reduções propostas. Nesse sentido, mostram-se inadequadas e incompatíveis sob o ponto de vista orçamentário e financeiro.

II.2 - Do Mérito

Quanto ao mérito, não restam dúvidas de que a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, é conveniente e oportuna. Sob um ponto de vista geral, podemos dizer que ela está inserida em um debate importante e atual, qual seja a reforma da tributação brasileira, porque aborda duas questões fundamentais: a calibragem do ônus tributário e a revisão do gasto tributário.

Enquanto não se chega a um consenso sobre o desenho do sistema em nível constitucional, é possível avançar nas discussões sobre incentivos fiscais e sobre a tributação dos lucros, ajustando, entre outras coisas, a legislação infraconstitucional que rege a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e regula os inúmeros benefícios e regimes especiais brasileiros.

Nesse cenário, somos da opinião de que está inteiramente correta a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, no que diz respeito à alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majorar, em cinco pontos percentuais, as alíquotas da CSLL devidas pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, repetindo uma fórmula similar à utilizada na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, que elevou temporariamente as alíquotas dessa contribuição até 31 de dezembro de 2018.

Neste momento de ambiente fiscal adverso decorrente da COVID-19, é fundamental minimizar os riscos de frustração do recebimento desses recursos adicionais. Assim, a adoção de medida já adotada traz maior segurança jurídica, visto que não se abririam novos flancos para judicialização da cobrança.

Certamente, pode haver outros setores da economia que são detentores de capacidade contributiva similar à do setor financeiro, mas é preciso ter presente que, no Brasil, esse segmento tem se revelado lucrativo, inclusive nos períodos mais adversos para as demais

atividades econômicas, como o atual.

No que toca aos benefícios fiscais modificados pela medida provisória, vale ressaltar que, embora as recorrentes crises fiscais do País, bem como os gigantescos desafios trazidos pela pandemia da COVID-19, tornem mais intensa a necessidade de buscar medidas que contribuam para o equilíbrio do orçamento da União, a escolha da duração e extensão dessas medidas e a escolha dos agentes econômicos por elas atingidos devem ser feitas com extremo cuidado, sob pena de aprofundar as mazelas do nosso sistema tributário.

Dessa forma, depois de debater a matéria com diversos setores da sociedade, com as Lideranças partidárias, com o Poder Executivo e com inúmeros autores de emendas apresentadas na Comissão Mista, resolvemos trazer à apreciação do Plenário o projeto de lei de conversão anexo, por meio do qual apresentamos algumas propostas que, na nossa opinião, aprimoram a medida provisória, conforme explicamos a seguir.

1) Regime Especial da Indústria Química - REIQ

O setor químico tem elevada inter-relação produtiva e tecnológica com os demais setores da economia. É um segmento-chave no processo de desenvolvimento econômico, na medida em que espalha seus produtos por toda a economia, fornecendo insumos para os mais variados tipos de indústrias, notadamente para aquelas ligadas ao agronegócio e aos serviços, produtos e equipamentos médico-hospitalares.

Quando foi criado, o REIQ objetivou garantir a competitividade doméstica e externa do setor químico em um contexto de alta concorrência, beneficiando todo o setor nacional, especialmente as centrais petroquímicas que operam com os produtos alcançados pelo regime especial, sendo que, na nossa opinião, os motivos que deram ensejo à sua instituição não desapareceram completamente.

No Brasil, a nafta continua mais cara do que na Europa; o gás natural e a energia ainda são mais caros do que nos Estados Unidos; a carga tributária permanece em patamares altos, apesar de os dados indicarem um pequeno recuo no ano de 2020. Enfim, o alto custo de produção no País mitiga a competitividade do setor químico.

A extinção total e imediata do REIQ, em meio a essa crise econômica e sanitária sem precedentes que nos atinge no momento, poderia impor um aumento excessivo de tributação, afetando desproporcionalmente o setor petroquímico brasileiro e reduzindo ainda mais sua competitividade. Consequentemente, haveria redução da produção interna, o que levaria a um corte de postos de trabalho, a uma redução da renda e, muito provavelmente, a uma diminuição da arrecadação

tributária, pois essa queda de produção reduziria o faturamento global do segmento.

Dessa forma, propomos, no PLV ora apresentado, um plano de redução gradual dos benefícios fiscais previstos no regime especial até sua extinção a partir de 1º de janeiro de 2028.

2) Isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência

A isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência está em consonância com o cumprimento dos compromissos assumidos pelo País perante a comunidade internacional por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, primeiro ato internacional sobre direitos humanos aprovado nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição da República, o que lhe garante o *status* de emenda constitucional.

Dadas as condições do mercado de automóveis no Brasil, o limite de R\$ 70 mil imposto pela medida provisória inviabilizaria o gozo do incentivo no restante do exercício de 2021, pois é praticamente impossível encontrar um veículo nessa faixa de preço que possa atender adequadamente os beneficiários dessa importante política pública, que, em termos sucintos, visa assegurar às pessoas com deficiência sua mobilidade pessoal com a máxima independência possível, na esteira do que prevê o artigo 20 da sobredita Convenção.

Ademais, aumentar de 2 para 4 anos o prazo para uma nova aquisição com o benefício parece-nos excessivo, na medida em que impor uma limitação desproporcional às necessidades dos interessados, que, antes, podiam ter acesso mais frequentemente a avanços tecnológicos fundamentais para sua independência, especialmente no que se refere a tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção e dispositivos e tecnologias assistivas a serem instalados em automóveis mais modernos e seguros.

Entendemos que um prazo de 3 anos é mais razoável, na medida em que tende a coincidir com a duração da garantia contratual dos veículos novos à venda no País, sendo, portanto, preferível ao prazo de 4 anos, período a partir do qual, devido ao desgaste provocado pelo uso prolongado do bem, os custos de manutenção do carro poderiam se tornar demasiadamente elevados, comprometendo o alcance dos objetivos da isenção.

Na esteira do que proposto por vários Parlamentos, sugerimos, no projeto de lei de conversão anexo, aumentar de R\$ 70 mil para R\$ 140 mil o valor máximo do veículo que pode ser adquirido com a isenção do IPI por pessoas com deficiência e aumentar para 3 anos o prazo

mínimo para reutilização desse benefício fiscal.

Além disso, em atendimento à decisão proferida pela Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 30, incluímos as pessoas com deficiência auditiva entre os beneficiários da isenção de IPI de que trata a Lei nº 8.989, de 1995.

3) Loteria de apostas de quota fixa

Segundo informações do sítio eletrônico do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal, a loteria de apostas de quota fixa é a modalidade lotérica 'em que o apostador tenta prever o resultado de eventos reais esportivos', por exemplo, acertar 'o placar, o número de cartões, quem fará o primeiro gol, em jogos de futebol, mas não restrito exclusivamente a este esporte'.

Esclarece ainda o referido sítio eletrônico que 'diferentemente das demais loterias, nesta o apostador saberá, no momento da aposta, quanto poderá ganhar em caso de acerto por meio de um multiplicador (a quota fixa) do valor apostado' e que a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, 'institui tal modalidade e a coloca como serviço público exclusivo da União. Porém, sem regulamentação do tema, essa atividade lotérica vem sendo explorada no País de forma virtual por empresas estrangeiras, movimentando cerca de R\$ 2 bilhões ao ano, que acabam sendo remetidos para fora do Brasil'.

Trata-se, portanto, de recursos que são gastos virtualmente no exterior, que poderiam ser movimentados internamente por empresas localizadas no País, gerando renda e emprego para os brasileiros e aumentando a arrecadação de tributos, não só federais, mas também municipais.

Um dos principais entraves à realização de investimentos pelos agentes operadores das apostas de quota fixa é o sistema de tributação e destinação de receitas. Atualmente, utiliza-se como base o produto da arrecadação das apostas de quota fixa, mesmo critério adotado para as loterias esportivas.

Vale dizer, a tributação, a destinação de receitas e os prêmios são fixados em percentuais da arrecadação total de cada modalidade.

Ocorre, contudo, que a loteria de quota fixa é uma modalidade de apostas relativa a resultados de eventos esportivos, em que se define, no momento de efetivação da aposta, quanto se pode ganhar em caso de acerto. Como o valor do prêmio está associado ao valor da aposta, e não ao produto da arrecadação, entendemos que a legislação deve levar em consideração essas características essenciais, e não simplesmente repetir uma sistemática de destinação de receitas já



utilizada em outros tipos de loteria muito diferentes.

A experiência da Europa, após mais de uma década de regulação, mostra que a adoção do volume de negócios como base para a destinação de receitas não é o caminho mais indicado, pois a maioria dos países europeus em que a regulamentação local da loteria de quota fixa provou ser bem-sucedida optou por um sistema baseado no, digamos assim, lucro bruto do operador. Nesses países, há um alto número de licenciados e existem fluxos estáveis de receitas públicas e de prêmios, fazendo com que os apostadores utilizem os serviços dos operadores locais.

Por conseguinte, sugerimos, no PLV anexo, aperfeiçoamentos na legislação que rege a matéria, para alterar a forma de distribuição dos valores arrecadados pelo agente operador da loteria de aposta de quota fixa, que passaria a ter como base o valor apurado depois do desconto dos tributos e dos prêmios.

Estamos certos de que esse sistema será mais sustentável para os operadores nacionais, reduzirá o tamanho do mercado ilegal de apostas *on-line*, trará benefícios diretos para os esportes locais e, ao atrair mais operadores para a legalidade, aumentará a arrecadação tributária, porque mais consumidores farão suas apostas em *sites* regulamentados, que estão sujeitos a requisitos mais rígidos e seguros.

Além disso, consideramos que os recursos destinados à seguridade social que serão arrecadados com a regulamentação desse sistema serão fundamentais para ajudar a equilibrar ainda mais as contas públicas, sobretudo nesse cenário sem precedentes da pandemia da COVID-19 que ora enfrentamos.

4) Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS sobre importação de combustíveis

A redação atual do art. 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que equipara as vendas realizadas para Zona Franca de Manaus à exportação, tem gerado assimetria tributária na importação de combustíveis, notadamente de *diesel*.

Ao contrário do que ocorre com as empresas localizadas fora daquela região, diversos importadores lá localizados têm obtido medidas liminares que lhes dão a oportunidade de adquirir os sobreditos produtos junto a fornecedores estrangeiros, sem o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. Com isso, ganharam uma vantagem competitiva que lhes tem assegurado uma significativa fatia de mercado que, num ambiente concorrencial equilibrado, não teriam.

Para equacionar tal desequilíbrio concorrencial no segmento de combustíveis, sugerimos alterações nos arts. 3º, 4º e 37 do já citado decreto-lei, conferindo maior precisão às normas atinentes à matéria, o que dará tratamento isonômico a importadores e produtores, trará mais segurança jurídica para o setor e contribuirá para o aumento na arrecadação tributária, com impacto positivo no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e na prestação de outros serviços públicos indispensáveis ao bem-estar da população.

Por fim, em vista dessas alterações, quanto ao mérito, somos pela aprovação, parcial ou total, das Emendas nºs 16, 19, 21, 23, 31, 34, 36, 38, 39, 42, 43, 45, 47, 53, 55, 56, 68, 72, 73, 78, na forma do projeto de lei de conversão anexo, e pela rejeição das demais, em que pese a nobre intenção dos Parlamentares que as apresentaram.

II.3 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.034, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das seguintes emendas, que consideramos serem inconstitucionais: 5, 12, 17, 29, 32, 40, 44, 46, 48, 49, 54, 63, 66, 70, 75, 77 e 79;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 74, 76, 78 e 80;

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 14, 24, 28, 41, 43, 47, 48, 49, 51, 53, 71 e 73;

c.3) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 5, 12, 17, 29, 32, 40, 44, 46, 54, 63, 66, 70, 75, 77 e 79;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, e das Emendas nºs 16, 19, 21, 23, 31, 34, 36, 38, 39, 42, 43, 45, 47, 53, 55, 56, 68, 72, 73, 78, acolhidas parcial ou integralmente, com o projeto de

lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas."

É o voto do Relator, Sr. Presidente.

Documento 71/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD	18:12
Publ.: DCD - 03/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT reafirma essa necessidade... Se esta é a Casa do Parlamento, a Casa do debate, a Casa que tem que ter previsibilidade, ela não pode se submeter a essa lógica de no dia se incluírem pautas sem haver previsibilidade. Não houve reunião do Colégio de Líderes na semana passada. Portanto, não havia previsão de esse ponto ser debatido no dia de hoje.

No mérito, nós votaremos a favor, mas esses pontos nós destacaremos. Nós não queremos que o ponto pertinente às loterias, que é uma matéria estranha que entrou, tire dinheiro da seguridade, num momento em que o País precisa de recursos para a saúde. Nós estamos numa matança no Brasil pela atuação do Governo genocida Bolsonaro, que não arruma vacinas. Não só não arruma vacinas como, agora, ainda quer tirar o dinheiro das loterias que vai para a seguridade, área que envolve a saúde, a previdência e a assistência de que o povo precisa.

Portanto, a nossa orientação é "sim".

59.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 02/06/2021-18:32
Publ.: DCD 03/06/2021 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, fica cada vez mais evidente a necessidade de fazer o debate. Eu vejo que os colegas Deputados também estão preocupados com os jabutis, a inclusão de matérias estranhas. Pelo fato de essa medida provisória ter entrado hoje na pauta e ter ainda matéria estranha, repito aqui, como o tema das loterias, está-se retirando recursos destinados à seguridade social.

Se nós temos hoje um caos no Brasil em relação ao tema da seguridade, que envolve assistência, saúde e previdência... Por um lado, o Governo nem sequer está garantindo aposentadoria para o povo. Existem pessoas que solicitaram sua aposentadoria há mais de 2 anos e não receberam resposta do INSS. Essa é uma política deliberada do Paulo Guedes para fazer ajuste fiscal em cima das pessoas que deveriam ter aposentadoria. Eu repito: existem pessoas que pediram aposentadoria há 2 anos e não tiveram resposta ainda do INSS. E aqui nós estamos retirando recursos da seguridade social.

Os recursos da seguridade também têm a ver com saúde, e nós temos agora o número estarrecedor de 467.706 pessoas mortas por causa da COVID. Aliás, nós temos que dar os parabéns à CPI pelo trabalho que está fazendo no Senado, porque ela está colocando provas da responsabilidade do Governo do Bolsonaro nesse genocídio, nessas mortes no País. O próprio Senador Omar Aziz, o Presidente da CPI, disse que já existem dados comprobatórios para o indiciamento do Presidente. Isso é importante que seja feito. É por isso que existe o

Parlamento.

É por isso também que esta Casa precisa ouvir os recados das ruas. E, no sábado, qual foi o recado das ruas? A continuação da CPI do Senado e o "fora, Bolsonaro!". E Câmara dos Deputados tem 121 pedidos de *impeachment*, Deputado Arthur Lira, nosso Presidente - 121 pedidos de *impeachment*! O Bolsonaro precisa ter essa análise por parte do Parlamento. Nós precisamos abrir esse processo.

Então, esse é o debate que a sociedade quer. É por isso que nós estamos pedindo mais debate. Nós não queremos nada açodado, não queremos nada de última hora na pauta, não queremos jabuti, matéria estranha. É isso que os colegas Deputados estão fazendo. Nós estamos pedindo o adiamento da votação exatamente para que este debate que o povo está fazendo... O povo nas ruas está dizendo: "*Parlamento, não seja conivente com os crimes que o Bolsonaro está cometendo, não seja conivente com os crimes*".

Por isso, nós queremos adiamento da discussão.

Documento 73/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	18:52
Publ.: DCD - 03/06/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Relator Moses Rodrigues pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Apelo ao Relator Moses Rodrigues de reexame da emenda pertinente à indústria química. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu me utilizei desta tribuna umas duas ou três vezes na tarde de hoje exatamente para parabenizar e elogiar o

Deputado Moses Rodrigues pelo PLV que apresentou aqui. O projeto trazia três matérias importantes, e eu dei uma atenção especial a duas delas.

A primeira matéria é a majoração da taxaçoão sobre o sistema financeiro. Considero muito importante que isso seja aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A segunda, que destaco especialmente, é a prorrogação do REIQ até 2028. Essa prorrogação é muito importante para a indústria química brasileira. O País não tem política industrial. Aliás, o Brasil não tem sequer Governo, porque o pensamento do Governo é voltado para atender o sistema financeiro; essa é a cabeça de Paulo Guedes.

O País, repito, não tem política industrial. E ocorre um fato estranho: o empresariado nacional também não se movimenta, não se mobiliza, não tem representação política, não defende as suas teses. É uma coisa estranha o que acontece com esse segmento da economia nacional. Mas nós legisladores, representantes do povo na Câmara dos Deputados, temos que buscar mecanismos que permitam que a indústria nacional sobreviva e, mais adiante, se desenvolva, quando o País tiver Governo.

Essa parte do PLV sobre o REIQ atendia a um pleito, embora não integralmente, da indústria química brasileira, que buscava a prorrogação desse estímulo, desse incentivo até 2028. Embora o PLV não atendesse a totalidade do pleito que eles apresentavam, fazia um gesto, fazia uma movimentação nesse sentido de atendimento a uma reivindicação. E, mesmo com alguns partidos de oposição defendendo a retirada da matéria de pauta, eu fiz questão de vir aqui, como fez questão também o Deputado Wolney Queiroz, do PDT, para hipotecar apoio à votação, por ela ser importante para a economia brasileira, especialmente para a indústria química, e aumentar a taxaçoão sobre o sistema financeiro, o que vejo com muita simpatia também.

No entanto, achei muito ruim a movimentação feita recentemente pelo Relator, porque ele acatou uma emenda que faz essa parte do projeto retornar à medida provisória original. Isso significa que a indústria química nacional foi abandonada, largada à própria sorte. Em vez de ser prorrogado, como ela reivindicava, o incentivo que estava previsto para acabar, ele será encerrado, em plena pandemia. Isso é até contraditório, porque hoje mesmo votamos aqui projetos estimulando empresas, estimulando financiamento, e, quando se chega à indústria química, negamos a ela a prorrogação, em plena pandemia!

Então, o apelo que faço ao Relator e à Mesa é que esta matéria não seja apreciada hoje desta maneira. Em primeiro lugar, ela chegou aqui de última hora. Em segundo lugar, o Relator fez agora uma

movimentação substancial, que não fez parte da apresentação do relatório original feito por ele e que, no nosso entender, muda a nossa posição sobre o projeto.

Queria deixar aqui um apelo a ele para que reconsidere sua posição, senão nós seremos favoráveis...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, o Cidadania quer orientar.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Quero só finalizar, Presidente.

Nós fazemos apelo neste sentido: que isso seja reconsiderado ou, então, que a matéria seja deixada para outro momento. Esse é o apelo que faço. O tempo inteiro nós, o PCdoB e o PDT, apoiamos aqui a matéria, inclusive divergindo de outros partidos de oposição, mas a mudança feita agora pelo Relator, para nós, não é suportável. Então, damos o apoio para que o projeto seja apreciado em outro momento.

Nestas circunstâncias, nós mudamos o voto para "sim".

Documento 74/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	19:20
Publ.: DCD - 03/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL também está em obstrução, Presidente. Já criticamos aqui a impossibilidade de um debate qualificado sobre a matéria, e agora há um texto que pode levar à perda de empregos em Unidades da Federação, em especial naquelas que fabricam produtos químicos. Não dá.

Há um cenário de crise econômica muito profunda no Brasil. Então, não é possível que esta Casa, em vez de garantir auxílio emergencial para o povo, em vez de garantir saídas efetivas para a crise, aprove um texto que inicialmente era bom para o setor - embora tivéssemos críticas, votaríamos favoravelmente -, mas agora, infelizmente, na versão que está sendo apreciada, é prejudicial aos empregos no Brasil.

Obstrução.

Documento 75/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MOSES RODRIGUES-MDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes partidários de apoio ao parecer reformulado de Plenário à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, na discussão desta noite, falaram sobre jabutis, sobre matéria estranha à MP, e aqui eu venho reforçar: todas as matérias que foram tratadas no PLV estão dentro da MP, ou seja, nós tratamos de tributos e estamos tratando no PLV também de tributos.

Eu queria dizer aqui que os partidos da Oposição foram os que mais nos pressionaram a colocar a questão do REIQ nessa modalidade

gradual em 8 anos.

Isso, sim, seria um jabuti, até porque todos nós achamos interessantes os subsídios para os combustíveis, para o gás de cozinha, que está chegando hoje às famílias pobres com um preço mais baixo.

Nós aqui apoiamos a majoração em 5% para todos os bancos, cooperativas, seguradoras - todos apoiamos. Todos nós aqui também dissemos "sim" à ampliação do teto do PCD de 70 mil para 140 mil reais. Mas nós precisamos fazer uma equação. Para a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu preciso fazer um equilíbrio dessas receitas, do que nós estamos deixando para trás, no caso do PCD, por exemplo, e nós precisamos fazer a recomposição.

Quando se fala de jabuti, realmente nós temos que fazer uma grande avaliação na discussão desta noite: *"Ah, está se trazendo matéria estranha, está se trazendo jabuti"*. Jabuti seria a história dos 8 anos de forma gradual, até porque, embora a questão do REIQ seja importante para o País, nós temos que ficar atentos ao fato de que essa matéria é desde 2005. Existe um regime especial para a indústria química desde 2005 - são 16 anos de benefícios.

Quero fazer uma proposta, Presidente: que possamos ter um parecer reformulado de Plenário, nem sendo zero, como está agora na subemenda, nem sendo 8, como estava no PLV. Quero trazer a proposta de 4 anos de forma gradual, proporcional, PIS e COFINS, e aqui trazendo os números. Se hoje esse regime especial garante desde 2005 o pagamento de PIS e PASEP na ordem de 1%, ele vai para 1,65% em 4 anos. Então, fracionamos esse 0,65 ponto percentual em 4 anos. Como o COFINS, de que hoje se paga 4,6% e que se está elevando para 7,6%, que peguemos esses 3 pontos percentuais e os fracionemos gradualmente em 4 anos. Já fizemos, através da nossa consultoria, o levantamento para saber se isso vai garantir a questão da responsabilidade fiscal da matéria.

Então, eu quero propor, Presidente, a todos os Líderes - e aqui teria que ser com o apoio unânime de todos os Líderes, de todos os partidos - um parecer reformulado de Plenário somente para essa questão do REIQ. Nós colocaríamos nesse parecer uma redução gradual da revogação em 4 anos e aqui teríamos um meio-termo, não seria zero, como está agora na subemenda, e não seria 8, como estava no PLV. Assim, nós conseguimos, com os números que a consultoria nos entregou, manter a questão da responsabilidade fiscal. E aqui superamos essa história de que houve jabuti, de que houve matéria estranha na medida provisória.

Eu quero fazer aqui, Presidente, o apelo para que todos os Líderes, de

forma unânime, possam apoiar esse parecer reformulado de Plenário.

Obrigado, Presidente.

Documento 76/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo ao Relator Moses Rodrigues de retirada do dispositivo pertinente à Zona Franca de Manaus do texto da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao Relator. Quando eu questionei o Líder do Governo sobre a inclusão do artigo sobre a Zona Franca, ele me explicou que o artigo sobre a Zona Franca era um dos mecanismos de compensação por conta da mudança no REIQ de zero para 8. O REIQ não vai ficar nem zero nem 8, vai ficar 4.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao Relator: para nós construirmos o acordo, que nós pudéssemos retirar o artigo da Zona Franca, até porque ele é flagrantemente inconstitucional. Há decisão do Supremo Tribunal Federal, decisão do STJ. Nós não podemos mudar a Constituição Federal por medida provisória. Ou, então, eu faltei, não assisti a todas as minhas aulas de Direito Constitucional.

Documento 77/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 03/06/2021 - EDUARDO CURY-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à celebração de acordo para votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero elogiar a sua iniciativa de buscar um acordo, liderar esse processo. O ótimo é inimigo do bom.

Eu queria, na verdade, compartilhar isso. Nós temos representantes de vários Estados, de vários partidos, e aqui a decisão não considera se é esquerda ou direita. Se for, na verdade, o entendimento desses representantes no sentido do acordo, nós não vamos obstaculizar, ou seja, nós também apoiaremos o acordo. Eu queria ouvir os outros Líderes também.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua tentativa de minimizar esses danos.

Documento 78/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD 19:48	
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes partidários de realização de acordo para votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, quero elogiar todas as demonstrações que o Relator, o Deputado Moses Rodrigues, tem dado diante da construção de um texto, ouvindo os Líderes, ouvindo o Governo, sobre uma matéria complexa, que tem vários pontos de compensações para chegar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O microfone está aberto, Deputado Manente. Por favor.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - ... a uma conta que atenda ao objetivo da medida provisória.

Quero destacar a questão do PDC, a sensibilidade e a flexibilidade, porque estavam no texto, a princípio, inviáveis os incentivos para aquisição de veículos para deficientes.

Então, faço um apelo para que todos os Líderes entrem em acordo, discutam agora o acordo do REIQ. A observação do Deputado Marcelo Ramos acho que não cabe na inclusão...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 79/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD 19:52
Publ.: DCD - 03/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido ao Relator Moses Rodrigues de informação sobre tópico do parecer reformulado de Plenário à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente, a única questão, a dúvida que ainda resta é a seguinte: se o Relator, ao passar para 4 anos, falou em Lei de Responsabilidade Fiscal, ele vai tirar benesses e isenções. Eu quero saber se ele vai mexer em alguma outra coisa ou se são só os 4 anos. Poderia saber essa informação, Presidente?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Somente os 4 anos, de forma gradual.

A revogação, em vez de ser no ano de 2021, terá uma proporcionalidade de 25% em 2021, 25% em 2022, 25% em 2023, e 25% fechando em 2024. Então, a indústria química teria 4 anos para poder se restabelecer, se organizar, até porque o REIQ está aí posto desde 2005, já são 16 anos, e nós estamos aqui dentro de um equilíbrio e de uma conta fiscal onde nós conseguimos chegar a 4 anos para que possamos, inclusive, segurar o PCD com limite de 140 mil reais, porque a proposta inicial é de 70 mil reais.

Então, nós estamos abdicando, na MP, de 750 milhões de reais. E, com a alternativa de se fracionar em 4 anos, também nós estamos abdicando em torno de 150 milhões de reais por ano.

Portanto, precisamos, de forma gradual - esta é a proposta -, de um parecer reformulado de Plenário, de forma unânime por todos os Líderes, para acatarmos ou não esse parecer reformulado, conforme a proposta, para que, juntamente com todos os Líderes, possamos chegar a um acordo e manter em 4 anos. Ou é isso ou nós vamos votar pela revogação imediata, ou seja, já a partir de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Respondeu a pergunta do Deputado Ivan Valente.

Deputado Ivan Valente, temos acordo com o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Nós vamos à redução de danos agora, mas, durante a orientação, eu vou explicar.

Obrigado, Presidente.

Documento 80/557

59.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021-
CD 19:56

Publ.: DCD - 03/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Frustração do orador com a votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, especialmente na parte concernente à indústria química. Apoio ao acordo proposto para a votação da propositura.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente e colegas Deputados, nós temos dois sentimento de frustração. Aliás, eu diria que temos três. O primeiro sentimento de frustração é com o método. Esse método é inaceitável. Esta pauta entrou hoje, com jabutis. Se nós tivéssemos tido o debate, como propusemos desde o início, isso aí poderia ter sido bem equacionado. Essa é a primeira frustração.

A segunda frustração é com o Governo Bolsonaro. Bolsonaro não quer ajudar o setor químico do País, e, ao não ajudar o setor químico, obviamente, ao retirar abruptamente - essa é a proposta Inicial -, prejudica o emprego. Nós queremos defender o emprego e o setor químico, porque ele é bom para o País. É necessário para o País. Então, essa é a frustração, porque Bolsonaro não quer ajudar o setor.

A terceira frustração é que, ao ter negociado com o setor - o Relator informou que fez exatamente esse processo -, agora retirou e voltou àquilo que Bolsonaro tinha proposto.

Agora o setor - as pessoas já me falaram - está se sentindo como leiloadado. Joga para lá: é 1, é zero, é 8, é 4. Quer dizer, está fazendo um leilão. Isso é muito sério. Nós não podemos agir dessa forma.

É claro que nós vamos concordar com o acordo, porque estamos fazendo uma redução de danos. Quatro anos ou cortar abruptamente... Quatro anos, numa redução gradativa, é melhor do que zero, obviamente! Mas nós íamos votar com o Relator, que construiu um acordo de 8 anos.

Então, o setor vai ficar prejudicado, o emprego vai ficar prejudicado. Nós estamos aqui fazendo uma redução de danos. Nós vamos acompanhá-la, mas temos que registrar que queremos - esta é a exata reivindicação - retirar o recurso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O recurso da seguridade vai ser retirado da loteria. Isso nós gostaríamos de retirar agora, sem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 81/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD 20:00	
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Informação ao Relator Moses Rodrigues sobre a inconstitucionalidade de dispositivo do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Apoio ao acordo proposto para a votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente e Relator, eu usarei os 2 minutos para ler decisão do Supremo Tribunal Federal. Abro aspas:

(...)

2. Resta claro que para todos os efeitos fiscais a venda de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus equivale à exportação de produto brasileiro para o estrangeiro, eis que se manteve, por expressa previsão constitucional, a Zona Franca de Manaus como zona de livre comércio.

3. Por força de determinação constitucional, toda a legislação (sic) superveniente - toda a legislação superveniente! - que venha a cuidar da matéria em questão (zona de livre comércio, de incentivos fiscais, de importação e de exportação) deverá necessariamente observar tal critério, equiparando, para efeitos fiscais, as vendas efetuadas a estabelecimentos situados na Zona Franca de Manaus às operações destinadas ao exterior.

Isso é decisão do Supremo Tribunal Federal! E o relatório simplesmente está dizendo que derivados de petróleo vendidos à Zona Franca de Manaus não serão tratados como exportação.

Desculpe, Relator. V.Exa. sabe, a Consultoria da Casa sabe que não se pode fazer isso, que isso é inconstitucional! Eu estou lendo a decisão do Supremo Tribunal Federal. Li a V.Exa. A Consultoria da Casa sabe que não pode e insiste numa tese a pedido da Receita Federal. Não é para recompor os recursos do REIQ, é porque a Receita Federal quer, porque não dá conta de fiscalizar, de cumprir a sua função. É por isso que estão incluindo esta regra.

Era essa a manifestação. Nós concordamos com o acordo, mas vamos discutir o destaque.

Documento 82/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	20:00
Publ.: DCD - 03/06/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apelo ao Relator Moses Rodrigues de revisão do dispositivo pertinente à Zona Franca de Manaus, constante no Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, esta questão é preocupante. Por quê? Porque, se toda matéria ou medida provisória que nós formos avaliar nesta Casa, no que tange à questão tributária dentro da medida provisória, for ampliada, isso gerará, no mínimo, uma insegurança jurídica, haja vista que nós todos temos interesse aqui em debater, discutir, e avançar numa reforma tributária.

Como disse o Deputado Marcelo, a Zona Franca de Manaus tem garantia constitucional. Perdoe-me o Relator, mas esta medida provisória não trata de importação de combustível. Ela passa ao longe

disso, ao arrepio disso.

Eu entendo que todos nós defendemos que este Parlamento se mantenha com a previsibilidade, com a segurança jurídica. Nós vivemos um momento de pandemia e, mais do que nunca, precisamos garantir e acenar para quem investe, para quem busca desenvolver este País que ele terá a tranquilidade de que teremos um ambiente de negócio que seja favorável à expansão de investimento, à superação da crise.

Portanto, Relator, faço um apelo a V.Exa.: reveja isso, para que possamos garantir que este Parlamento continue nessa linha da serenidade, da previsibilidade, que não criemos embaraço jurídico e, mais uma vez, que decisões deste Parlamento sejam procrastinadas ou que ele tenha mudada a sua decisão em função de se recorrer à Justiça.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

Documento 83/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	20:04
Publ.: DCD - 03/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio ao acordo proposto para a votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Importância da submissão de medidas provisórias à análise de Comissões Mistas.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria colocar o seguinte: fiz questão de consultar a Deputada Lídice da Mata, que estava conduzindo a orientação dessa matéria pelo PSB e, além disso, pertence ao Estado da Bahia, que tem um polo petroquímico muito importante para o

Brasil.

Dentro dessa linha de redução de danos, nós vamos concordar com a proposta que está sendo apresentada, mas sem deixar de fazer uma reflexão sobre o erro de condução do debate dessa matéria. Mais uma vez, nós reiteramos o prejuízo que estamos tendo por tratar assuntos tão complexos nesse regime de Plenário permanente.

É um assunto que poderia tramitar normalmente numa Comissão, que teria oportunidade de analisar, debater, discutir, olhar todos os aspectos, escutar a sociedade, os setores envolvidos, implicados, e tomar uma decisão madura, consistente, coerente, firme. Mas não é o que está acontecendo aqui. A votação dessa matéria prova aquilo que nós estamos falando.

O argumento de que o Senado não tem Comissão funcionando é um argumento com o qual não podemos concordar, porque lá tem uma CPI que está funcionando todos os dias, com a maior audiência hoje do Parlamento brasileiro. O que nós estamos discutindo aqui ninguém está sabendo, mas a CPI da COVID todo mundo está acompanhando.

Então, o Senado tem, sim, as condições de fazer funcionar uma Comissão Mista que analise uma medida provisória. Eu acho que não há nada que impeça isso. Temos tecnologia para isso, já está tudo absolutamente consolidado.

Portanto, eu reitero a necessidade de que possamos retomar um regime de debate, de discussão, que respeite a pluralidade das ideias e que permita que tomemos decisões consistentes.

Hoje, está provada a fragilidade do processo de discussão neste Parlamento.

Documento 84/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	20:08
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MOSES RODRIGUES-MDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre o dispositivo do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, relativo à Zona Franca de Manaus. Conclusão do parecer reformulado de Plenário à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados

- IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

Primeiro, quero informar que o parecer reformulado de plenário, de acordo com todos os Líderes, está pronto. No momento em que V.Exa. desejar, poderemos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu só vou ver aqui quais são os Líderes que querem falar, para que...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL, Presidente.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE) - E queria, como fui citado quanto à questão da Zona Franca de Manaus, esclarecer mais uma vez.

O que nós estamos trazendo nessa medida provisória e nesse PLV é o seguinte. Hoje existe uma situação no Estado do Amazonas em que somente algumas empresas - quatro, cinco empresas - têm o benefício de não pagar PIS e COFINS comprando gasolina e *diesel* da Venezuela, da Bolívia, mas não é para transformação e nem é para nenhum tipo de benefício; é para vender na bomba de gasolina. Isso não gera nenhum benefício para o consumidor, porque os preços são iguais para as que têm a isenção e para aquelas que compram direto da PETROBRAS, pagando PIS e COFINS.

Então, o que nós estamos levantando aqui é uma receita para podermos atender ao PCD, às pessoas com deficiência que precisam adquirir seus veículos. E o teto de 70 mil era muito baixo. Nós elevamos para 140 mil e tivemos que fazer toda uma equação, toda uma engenharia, para podermos também atender ao REIQ de forma gradual, em 4 anos.

Então, quando trazemos essa matéria para discussão e para aprovação aqui na Câmara Federal, é porque também não existe consenso no STF, tanto que algumas empresas têm liminares e outras não. Pouquíssimas têm liminar. Talvez, de cada dez que solicitem, uma consegue.

Então, nós vamos trazer uma receita para o nosso País, porque poucas empresas do Amazonas... Inclusive uma só empresa compra mais

gasolina e mais *diesel* do que o utilizado no Estado do Amazonas todo. Como é que justifica uma empresa só comprar mais gasolina e mais *diesel* do que se vende no Amazonas todo? Isso está indo inclusive para outros Estados.

Então, a Zona Franca de Manaus...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Um minuto só.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE) - Então, a Zona Franca de Manaus está trazendo um desequilíbrio a essa equação.

Então, quando nós trazemos essa matéria para discussão e aprovação aqui na Câmara Federal, é para podermos dar garantia, inclusive para que se torne concorrencial para as outras empresas que não têm esse benefício. Nós estamos aqui trazendo a possibilidade de uma arrecadação que hoje nós não temos, porque pouquíssimas empresas do Amazonas têm conseguido comprar *diesel* e gasolina com a isenção de PIS e COFINS, trazendo todo um desequilíbrio junto às outras distribuidoras.

Então, Presidente, eu queria esclarecer esse ponto e, mais uma vez, informar que o parecer reformulado em plenário está aqui nas mãos e que já está autenticado para que possamos fazer a leitura.

Documento 85/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	20:12
Publ.: DCD - 03/06/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Protesto contra a celeridade na votação e a inclusão de matérias estranhas no corpo da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Apoio do PDT ao acordo proposto para a votação da propositura.



O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. sabe o respeito e a amizade que tenho com V.Exa. Essa reflexão que eu fiz mais cedo não tem nada a ver com V.Exa., especificamente. É uma reflexão que eu quero fazer com o Plenário, aproveitando a atenção dos Deputados neste momento.

Assim que esta medida provisória foi pautada, nós fomos tomados de surpresa, porque, embora ela tivesse sido remetida ao Congresso Nacional há 100 dias, apenas hoje nós tivemos acesso ao seu teor e soubemos que ela estaria na pauta. Após fazermos a leitura do substitutivo, identificamos algumas matérias estranhas. Não obstante a importância da medida provisória, havia matérias estranhas no relatório. Então, entramos com uma questão de ordem pedindo que, de forma liminar, elas fossem afastadas do texto. Não conseguimos.

Esse processo que acontece agora, essas mudanças do relatório - o Relator acerta um texto, depois ele volta atrás, aí os partidos não aceitam, ele reincorpora parte do texto -, tudo isso, para mim, demonstra que esse processo todo não está sendo bom para o processo legislativo.

Uma medida provisória é uma medida excepcional. Esta lei que estamos apreciando agora, para transformar em lei uma medida provisória, deveria nascer do Parlamento. O caminho natural é esse. Quando o Governo edita uma medida provisória, ele se arvora a legislar. Aí, há todo um critério constitucional para que isso ocorra. Eu não estou ensinando *Padre Nosso* a vigário. Estou aqui dissertando sobre uma coisa que todos nós sabemos. O caminho natural, diante da excepcionalidade de uma medida provisória, seria a constituição de uma Comissão Especial, a análise dos pressupostos de relevância e urgência, a análise da juridicidade, da constitucionalidade e da técnica legislativa, a análise da compatibilidade e da adequação financeira. Tudo isso é superado pelo Relator. O Relator em 5 minutos diz que estão atendidos os pressupostos, que há juridicidade, que há compatibilidade financeira e orçamentária. Tudo isso é muito acelerado.

Acho que essa celeridade, essa pressa, essa forma de deliberar que nós estamos experimentando - e não é na administração de V.Exa., isso já vem de muitos Presidentes, de muitos Governos que abusam do instituto da medida provisória - compromete o que temos de mais sagrado, que é a função de legislar. Acho que estamos abrindo mão de legislar.

Eu fico por aqui, Presidente, não usarei o tempo de Líder todo. Quero agradecer a V.Exa. por me ouvir.

O PDT está a favor do acordo e, portanto, vota "sim".

Obrigado.

Documento 86/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-02/06/2021- 20:20
Publ.: DCD - 03/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Necessidade de encaminhamento, à respectiva Comissão Mista, da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Posicionamento do orador sobre as alterações procedidas pelo Relator Moses Rodrigues no Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021. Contrariedade ao método de apreciação e ao mérito da Medida Provisória nº 1.034, de 2021. Apoio ao acordo celebrado para a votação da propositura.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria aproveitar esse tempo para falar, em primeiro lugar, do método. Eu acho que é inaceitável a continuidade da votação de matéria de tamanha importância, como a privatização da ELETROBRAS, ou de uma medida provisória com esta complexidade, que vai direto para o Plenário. Vinte e quatro horas antes, há uma negociação de Plenário para aprovar uma medida que tem vários itens. A medida provisória trata de uma penca de assuntos. Não é possível! Isso é inaceitável!

Nós temos, sim, que abrir as Comissões de maneira híbrida para analisar as medidas provisórias. Não há como ser diferente. As Comissões estão funcionando aqui na Câmara. Lá no Senado, há a CPI, como disse o Deputado Bira. Ou, então, nós entramos num consenso: votamos as matérias consensuais ou relativas à pandemia, como foi no ano passado, porque continuamos com 1.800 mortos por dia, apesar do negacionismo bolsonarista, toско, dizer que isso é uma

gripezinha.

Tomando todos os cuidados, o que importa é que nós façamos o debate e que não haja insegurança jurídica nas questões.

Da parte do PSOL, nós queremos fazer um protesto duro. Não dá para atropelar a discussão, o debate, violentar a Oposição. Não é possível! Isso vai merecer uma discussão melhor, porque não é possível continuar desta forma.

Essa medida provisória provou isso, porque o Relator, ao apresentar a proposta... Vejam: ele nos apresentou uma proposta que, para nós, tem medidas que são positivas, como essa que trata da questão do gás, do gás de cozinha, por exemplo, e do óleo *diesel*, que acaba servindo a necessidades sociais; aquela que eleva, por exemplo, em 5% a CSLL, que incide sobre quem pode pagar, que são os bancos, etc.

Sobre as pessoas com deficiência, nós sabemos que estava suspensa essa possibilidade. Aí vai para 4 anos, volta para 2 anos, e mexe...

Bom, primeiro, eu queria colocar para o nosso Relator que estranhei muito a resposta inicial dele, de por que ele mudou. Ele tinha feito um projeto de conversão dando 8 anos ao Regime Especial da Indústria Química. Por que, de repente, mudou?

Para mim, não cola essa ideia de que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem que ser cumprida. Isso é coisa de Paulo Guedes, senhores. Ninguém acredita mais nisso. Isso é conversa para boi dormir.

Nós estamos aqui com um estudo da Fundação Getulio Vargas. Então, no REIQ, por mais que nós pensemos que algum setor é beneficiado e que alguém paga a conta, é preciso ter uma indústria. É justo que se beneficie, em determinado momento, para gerar emprego, para distribuir renda, para criar um parque industrial.

Inclusive, ficou claro na questão do IFA - Ingrediente Farmacêutico Ativo que o Brasil fabricava insumos para a indústria farmacêutica aqui. Ele tinha 50% do controle do uso de insumos farmacêuticos e hoje tem 5%. Há 40 indústrias no Brasil. A China tem 3 mil. Essa é a lógica da destruição do parque industrial brasileiro - essa é a lógica.

E aqui nós íamos ceifar, pelo estudo da Fundação Getulio Vargas, 40 mil empregos em apenas quatro Estados. Só em São Paulo, seriam 20 mil empregos; na Bahia, quase 10 mil; no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mais 10 mil empregos.

A falta de arrecadação seria muito maior. É por isso que não dá para

fazer esse equilíbrio pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Impossível!

Quando o Relator muda, agora, para 4 anos, nós vamos aceitar esse acordo? Sim, porque isso é uma redução de danos.

Daqui a pouco, nós vamos ver a Liderança da Maioria dizer: "*Bom, então fechamos. Vota todo mundo igual*". Não! Nós queremos discutir. Há problemas com a Zona Franca, problemas jurídicos no texto, dúvidas sobre se nós ainda não vamos ter perdas para alguns setores.

Então, quando nós dissemos que a questão do REIQ tinha uma importância, ele ganhou uma imensa simbologia nesse debate, Presidente, claramente. De repente, o Relator, que tinha feito um PLV para 8 anos, ceifou, voltou à MP original, e há espaço para se fazer. Não é Lei de Responsabilidade Fiscal, essa é a verdade. Aqui a questão, se chegar...

A Oposição não é besta, ela precisa ter algum ganho. Seria a redução de danos. Por isso, nós vamos votar favoráveis, mas com essa crítica contundente ao método e ao mérito.

Documento 87/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	20:28
Publ.: DCD - 03/06/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio ao acordo celebrado para a votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Presidente, quer primeiro parabenizar a atitude do Relator, o Deputado Moses Rodrigues, e a de V.Exa., que está conduzindo este processo. Também aproveitamos para cumprimentar o Líder do partido do Relator, do MDB, o Deputado

Isnaldo Bulhões Jr.

Eu defendo a indústria química, presidi a Frente Parlamentar Mista pela Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e de Plástico durante anos. É fundamental termos o REIQ nessa saída gradual, para poder dar oportunidade, neste período, de nós termos matéria-prima mais barata, termos logística eficiente e condições de competitividade.

(Falha na transmissão) já tinham a maioria, já conseguiriam aprovar. Então, é importante registrar essa sensibilidade que houve, o apelo que houve de várias Lideranças, de diversos partidos, de diversos Estados, para poder beneficiar, neste momento, a indústria química, que é responsável por uma cadeia produtiva excepcional e importante para o País, gerando emprego, desenvolvimento e não perdendo capacidade de competitividade, porque, senão, a produção fica enviesada e cara no Brasil.

Então, quero destacar a evolução desse acordo e parabenizar o Relator, que teve a atitude de conseguir adequar aquilo que foi o texto original do Governo.

Por isso, o Cidadania vai votar "sim" a este relatório. E parabeno *(falha na transmissão)* pelo acordo feito.

Documento 88/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	20:28
Publ.: DCD - 03/06/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio ao acordo celebrado para a votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós da REDE, Sr. Presidente, também vamos aceitar o

posicionamento, é o meio do caminho, digamos assim. Mas há essa preocupação nossa relacionada à forma, como já venho falando, de colocar uma matéria de extrema importância e, ao mesmo tempo, um texto complexo de uma matéria importante para o País, que é a questão tributária, para ser discutida e mudada no meio da discussão.

Para haver um procedimento de mitigação também e evitar maiores, digamos assim, retrocessos em relação a alguns pontos, nós somos favoráveis também a esse procedimento dos acordos.

Documento 89/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	20:32
Publ.: DCD - 03/06/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao acordo celebrado para a votação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Realização de manifestações no País contra o Presidente da República.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Obviamente esse acordo busca reduzir danos à medida que diminui para 4 anos a extinção imediata do REIQ. E, nesse sentido, tem um elemento de redução de danos que está expresso na posição de vários partidos de oposição.

Mas eu fiz questão de falar, Presidente, porque neste momento há muita panela batendo no Brasil. Eu tenho, inclusive, dificuldade de ouvir, porque aqui perto da minha casa, no Centro Histórico de Porto Alegre, há muitas panelas batendo e não é à toa. É porque temos um Presidente criminoso, genocida, responsável pelo boicote deliberado da vacina, que fez com que chegássemos a mais de 460 mil mortes, muitas evitáveis se Bolsonaro não tivesse boicotado a proposta da

Pfizer, se não tivesse boicotado a proposta do Butantan.

Pois bem, ele foi fazer um pronunciamento presidencial, e o povo saiu com as suas panelas. Saiu com as suas panelas na esteira de um sentimento de cansaço, que alguns insistem em não noticiar, como nós vimos nas capas de alguns dos grandes jornais no domingo. Mas quem esteve nas ruas viu que o Brasil é muito maior que Bolsonaro. Foi meio milhão de pessoas em mais de 210 cidades no Brasil e no exterior, mostrando a força daqueles que, com máscara, com álcool gel, com medida sanitária, não têm medo de ir para a rua dizer que já basta de um criminoso. Quando o Governo é mais letal que o vírus, é preciso ir para as ruas. Portanto, o dia 29 foi um marco e, para nós, o início do fim de Bolsonaro.

Agora, para que este Governo chegue ao fim de fato - e nós sabemos que nenhum governo cai de podre -, é preciso que o dia 19 de junho seja maior. Nós estaremos empenhados na construção da luta política, com todas as medidas sanitárias, sem sombra de dúvida, com toda a responsabilidade que o tempo presente nos exige, que é ocupar as ruas para derrotar o Governo criminoso de Bolsonaro.

Documento 90/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-02/06/2021-
	CD	20:40
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Mista, à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025, ressalvados os destaques. Defesa de retirada, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, de dispositivo pertinente à Zona Franca de Manaus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "sim", a despeito das ressalvas que nós temos em relação a um dispositivo especificamente. Inclusive, na última fala do Relator, eu estive com ele, há um

reconhecimento de que existe razão no argumento aqui apresentado por mim.

O que acontece? O objetivo do Relator era vedar a compra de combustíveis de fora do Brasil para dentro da Zona Franca sem pagar impostos. Com isso eu concordo. O problema é que o texto avançou, determinando que também a exportação nacional - que é a venda de fora da Zona Franca para dentro da Zona Franca, o que é equiparado à exportação por determinação constitucional - acabe sendo incluída como exceção.

Essa inclusão não é intenção do Relator, não é intenção do Governo, não é intenção da PETROBRAS, não é intenção de ninguém, mas está no texto, abrindo um precedente muito perigoso na medida em que amanhã você pode, por exemplo, impedir ou cobrar tributos na venda de uma injeção plástica de São Paulo para a Zona Franca de Manaus. A minha preocupação é com o precedente que isso gera. Nós já temos a compreensão de que o argumento é correto. Não temos mais mecanismos legislativos para resolvê-lo. Vamos tentar no enfrentamento do destaque.

O PL orienta "sim", Sr. Presidente.

Documento 91/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2021- CD 21:20	
Publ.: DCD - 03/06/2021 - MOSES RODRIGUES-MDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários e aos demais Parlamentares pelo debate democrático com vista à aprovação da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu pedi 1 minuto para que eu pudesse agradecer o debate democrático que tivemos durante a discussão do relatório, construído junto aos

setores, junto às bancadas, junto aos Líderes, junto aos Parlamentares que nos procuraram. Este momento no plenário da Câmara, que se estendeu da tarde até agora a noite, com muitas horas de discussão e debate, mostra o amadurecimento que nós temos no Congresso Nacional, especificamente na Câmara Federal, para que pudéssemos aprovar matéria tão importante para o País. E aqui faço a lembrança de PCD, que é muito importante para o País, como também todos os outros pontos.

Não quero me alongar, mas eu queria agradecer profundamente a todos os Líderes que nos apoiaram e debateram para que pudéssemos avançar nessa matéria, sobretudo na qualificação dela. Isso é muito importante para a democracia.

Documento 92/557

59.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2021- CD	22:44
Publ.: DCD - 03/06/2021 - SANDERSON-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Distribuição às unidades federativas, pelo Ministério da Saúde, de 100 milhões de doses de vacinas contra à Covid-19. Pretensão da Pasta de vacinação da população adulta até o final de 2021. Congratulações ao Ministro Marcelo Queiroga e sua equipe.

O SR. SANDERSON (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, cumprimento V.Exa. Também cumprimento o Deputado General Peternelli pela brilhante iniciativa.

E, falando sobre vacina, é importante fazermos um registro: nós atingimos hoje 100 milhões de doses distribuídas pelo Governo Federal, distribuídas pelo Ministério da Saúde às 27 Unidades da Federação.

É uma vitória de todo o País, uma vitória da Nação brasileira. São 100 milhões de doses já distribuídas, que certamente se somarão aos outros tantos milhões de doses que chegarão.

Nós pretendemos, segundo o Ministro da Saúde, até o final deste ano, vacinar todos os brasileiros adultos, colocando o Brasil a salvo dessa verdadeira desgraça chamada pandemia.

Faço aqui o último registro: apenas China, Estados Unidos e Índia

distribuíram mais vacinas do que o Brasil.

Então, sim, isso é motivo de estarmos aqui cada vez mais comprometidos em buscar vacinar todos os brasileiros.

Nesse sentido, cumprimento o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, toda a sua equipe, o Secretário-Executivo Rodrigo Cruz.

E, de forma especial, registro a dedicação e o empenho que, desde o primeiro dia, o Presidente Bolsonaro tem dispensado à aquisição de vacinas.

Então, aqui ficam cumprimentos a todos aqueles que contribuíram para que atingíssemos hoje 100 milhões de doses de vacinas distribuídas ao povo brasileiro.

Obrigado, Deputado.

Documento 93/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 09/06/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, acerca do parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários municipais.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me somar, através do meu pronunciamento de hoje, à luta dos Municípios, sobretudo do Estado da Bahia, composto em sua maioria de pequenos Municípios.

Entre as suas principais demandas, a reivindicação maior é a votação e a aprovação, nesta Casa, da PEC que propõe novo parcelamento das dívidas previdenciárias dos Municípios, protocolada pelo autor, o colega Deputado Silvio Costa Filho, Parlamentar de Pernambuco que conhece e sabe as dificuldades dos Municípios do Nordeste brasileiro.

Tenho participado ativamente dos encontros da UPB - União das Prefeituras da Bahia, com o nosso Presidente Zé Cocá. Lá, tenho reafirmado meu apoio à pauta municipalista, na condição de ex-Prefeito da minha cidade, Guanambi, e de um dos fundadores do consórcio

interfederativo dos Municípios do Estado.

Os Municípios hoje vêm enfrentando uma das maiores dificuldades financeiras, que são as dívidas com o INSS. É um gargalo que se aprofunda e se afunda a cada ano e vem prejudicando enormemente as finanças dos Municípios. Podemos dizer que, neste caso, a União dá com uma mão e toma com a outra.

Há anos, Sr. Presidente, os Municípios vivem este dilema, e a PEC do Deputado Silvio Costa Filho é importantíssima neste momento. Ela prevê o parcelamento especial das dívidas em até 240 meses, limitando o parcelamento sobre a receita, entre outros pontos, de modo a desafogar os Municípios neste momento de pandemia e de dificuldade pelo qual eles estão passando.

É no Município que o povo vive, é lá que ele procura as Prefeituras e têm suas demandas atendidas. Por isso, venho pedir ao Presidente Arthur Lira que seja sensível a essa causa dos Municípios.

Ele, como nordestino também, é conhecedor das dificuldades que os Municípios do Nordeste vêm enfrentando neste momento de pandemia, em que os Prefeitos mal estão conseguindo pagar a folha e fazer a coleta de lixo. Não há um centavo de investimento na maioria dos Municípios do Nordeste brasileiro.

Portanto, venho aqui pedir a tramitação e a aprovação, o mais rápido possível, dessa PEC.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por este momento. É uma luta de toda esta Casa ajudar os Municípios do Brasil neste momento difícil.

Um abraço.

Muito obrigado.

Documento 94/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:08
Publ.: DCD - 09/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação dos índices de violência contra a mulher durante o isolamento social. Apelo aos Senadores de votação do Projeto de Lei nº 1.444, de 2020, relativo ao estabelecimento de medidas excepcionais de proteção à mulher e seus



dependentes, em situação de violência doméstica e familiar, durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Redução das verbas federais destinadas ao combate à violência contra a mulher. Necessidade de elevação da representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Contentamento com a aprovação do parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 399, de 2015, a respeito da alteração do art. 2º, da Lei nº 11.343, de 2006, para a comercialização de medicamentos com extratos, substratos ou partes da planta *cannabis sativa* em sua formulação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro, quero dizer que, esses dias, fomos mais uma vez surpreendidos negativamente com a estatística de que a violência contra a mulher infelizmente continua crescendo assustadoramente no Brasil neste período de isolamento. O Instituto Datafolha aponta que 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual nesse período.

Eu sou autora do Projeto de Lei nº 1.444, de 2020, que garante medidas emergenciais de proteção à mulher e seus filhos durante o período de isolamento, e essa proteção se dá com a retirada imediata do agressor do seio familiar. Esse projeto foi aprovado aqui na Casa e aguarda votação no Senado.

Nós estamos daqui apelando às Sras. e aos Srs. Senadores para que façam a votação do projeto. Muitos projetos têm sido votados aqui e apreciados lá, mas esse, sem uma explicação maior, continua dormitando no Senado, e nós precisamos garantir que a luta pela vida das mulheres seja uma luta de todos, porque, quando uma família perde a mãe, quando a prole perde a mãe, infelizmente os alicerces da família ruem, caem. Isso é muito grave.

Enquanto a violência cresce, a Secretaria da Mulher do Governo Federal esvazia as verbas para combater esse tipo de violência. Isso é muito grave no Brasil, é muito sério no Brasil. Nós precisamos não só fazer isso como também dar poder às mulheres.

Na reforma política vindoura, nós precisamos de cadeiras reservadas. Nós chegamos a este mandato da República com o maior índice de mulheres aqui no plenário desta Casa. Somos 77 mulheres, somos o maior percentual atingido até hoje, mas objetivamente ainda somos muito poucas diante da paridade, que é a nossa meta. Por isso, temos que ir gradualmente galgando esses espaços.

Por fim, eu gostaria de noticiar que acabo de vir da reunião que tratou da análise dos medicamentos que são derivados da *cannabis*. Lá acabamos de aprovar um relatório extremamente consequente,

preciosista e até conservador, mas que dará, se aprovado pelo Plenário desta Casa, acesso a milhões de brasileiros que dependem dos derivados do canabidiol para atenuar tremores essenciais, o duro mal de Alzheimer, epilepsias rigorosas que não respondem a tratamentos hoje usuais, doenças autoimunes, dentre outras patologias.

Portanto, como farmacêutica que sou, eu saí daquela reunião muito orgulhosa pela aprovação do relatório com base na técnica, na ciência e na compaixão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 95/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:16
Publ.: DCD - 09/06/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021 (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para cobrar deste Parlamento a aprovação da Lei Assis Carvalho II, através do PL 823/21, de autoria da bancada do PT.

Esse projeto visa trazer um socorro aos nossos agricultores familiares. No ano passado, a nossa bancada apresentou proposta com esse objetivo. Foi aprovada aqui no plenário, mas o Presidente Bolsonaro vetou quase que integralmente a lei.

O novo PL propõe o pagamento, em parcela única, de 2.500 reais aos agricultores familiares. Também prevê a criação de linhas de crédito pelo PRONAF e prorrogação das dívidas rurais da agricultura familiar.

O PL também dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para amenizar os impactos da pandemia, incentiva a produção de alimentos e o combate à fome.

Hoje o Brasil tem mais de 20 milhões de pessoas passando fome. O PL vem amparar a agricultura familiar, neste momento difícil, para impedir que mais pessoas venham a passar fome no Brasil. Ele ajuda também a retomada da economia e o controle da inflação dos alimentos.

A carestia tomou conta do País. Tudo sobe, menos o valor real do salário mínimo. As pessoas têm cada dia mais dificuldade de ter acesso à cesta básica, em razão dos preços absurdos da carne, dos alimentos em geral, do gás de cozinha, do óleo de soja, enfim, tudo ficou caro. Além disso, o desemprego aumentou, as dificuldades estão aumentando.

Chegou a hora de nós incentivarmos quem realmente contribui com o Brasil, pois 70% de tudo o que se consome neste País é produzido pela agricultura familiar.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço que esta semana ou ainda hoje, já que o projeto está na pauta, nós possamos votar esse projeto tão importante para reforçar a agricultura familiar em nosso País.

Eu também peço, Sr. Presidente, a inclusão deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 96/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:40
Publ.: DCD - 09/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comprometimento do PDT com a educação. Dificuldades das Prefeituras Municipais brasileiras de aplicação, no setor educacional, dos percentuais previstos na Constituição Federal em face da epidemia de coronavírus. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a alteração do nome da Câmara dos Deputados para Câmara Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e os colegas Parlamentares.

O PDT é o partido da educação, assim considerado por tudo o que representou Leonel Brizola na educação, com as brizoletas, o CIEP, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e tantos ícones da educação brasileira. Mas, ao mesmo tempo, nós somos o partido do municipalismo. Nós temos mais de 300 Prefeitos no Brasil. Só aqui, no Rio Grande do Sul,

temos 65 Prefeitos.

E esses Prefeitos e Prefeitas estão preocupados, Presidente, porque, com a questão da pandemia, não estão conseguindo aplicar os 25% que a Constituição prevê em educação. Nós do PDT queremos esse investimento, achamos que é necessário, mas ele está sendo inviabilizado por conta das condições da pandemia. É uma excepcionalidade.

Presidente, nós precisamos regrar isso na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, para que não fiquem os Prefeitos à mercê disso, com a espada de Dâmocles na cabeça, à mercê do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas dos Estados, que ficam processando os Prefeitos por não cumprirem essa regra constitucional. Eles não estão cumprindo exatamente porque lhes está sendo impossível fazer esse investimento. Educação não é despesa, não é custo, é investimento, mas a realidade da pandemia chega a esse patamar.

Nós não queremos, Presidente, diminuir os investimentos na educação, mas, nesta hora, apenas na pandemia, nós precisamos fazer esse debate excepcionalmente. Só na ditadura é que não foram aplicados os 25% da educação, e nós não queremos retroagir. Queremos manter os 25% da educação, mas regrar este período da pandemia, em que as aulas não foram presenciais, houve toda a questão do distanciamento social, toda essa realidade. Queremos deixar consignado isto: respeitem os nossos Prefeitos, respeitem a educação. Sem abrir mão dos 25%, devemos regrar a excepcionalidade neste momento dos investimentos na educação.

Por fim, Presidente, quero dizer que estou apresentando à Câmara dos Deputados uma PEC que substitui a denominação "Câmara dos Deputados" por "Câmara Federal". Aqui está, Presidente, a PEC apresentada. *(Exibe documento.)*

Desde o dia 28 de maio nós estamos trabalhando nessa proposta. Já temos mais de duas dezenas de assinaturas. A PEC se deve ao fato de que a denominação "Câmara dos Deputados" se refere só a Deputados do sexo masculino. E as Deputadas? Faz 90 anos que temos mulheres Deputadas, mas a denominação da Câmara se refere só aos homens.

A Câmara Federal, assim como ocorre no Senado Federal, é a Câmara dos homens e das mulheres, da representação popular, do povo. Precisamos compreender que quase 52% da população do Brasil são mulheres, e as mulheres precisam ser reconhecidas na Câmara Federal.

42.2021.B Sessão Outro Evento 08/06/2021-14:52
Publ.: DCD - 09/06/2021 - LAURIETE-PSC -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 741, de 2021, referente à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.113, de 2021, sobre o estabelecimento de prioridade para a vacinação de lactantes contra a Covid-19. Participação do Presidente Jair Bolsonaro na inauguração de conjunto residencial construído por meio do Programa Casa Verde e Amarela, no Município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

A SRA. LAURIETE (Bloco/PSC - ES. Sem revisão da oradora.) - Presidente, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. Bloco/DEM - DF) - Boa tarde.

A SRA. LAURIETE (Bloco/PSC - ES) - Obrigada por ser ouvinte da minha música.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. Bloco/DEM - DF) - Da boa música de V.Exa.

A SRA. LAURIETE (Bloco/PSC - ES) - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Boa tarde a todos os que nos assistem, que acompanham esta sessão.

Presidente, quero manifestar aqui a minha satisfação com a criação do programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, aprovado na semana passada, sobre o qual não tive a oportunidade de falar. Essa é uma vitória muito importante. A proposta aprovada também tipifica crime de violência psicológica contra a mulher, como ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, limitação do direito de ir ou vir ou qualquer outro método que cause prejuízo à saúde psicológica.

O programa Sinal Vermelho é um socorro para todas as mulheres, que poderão ser atendidas dessa forma. Os números de violência contra a mulher continuam muito altos. Então, é preciso que toda a sociedade reaja para construir um Brasil mais justo e igualitário. Parabéns pela criação dessa campanha Sinal Vermelho!

Presidente, também quero comunicar que, neste período de

imunização do Brasil contra a COVID-19, fui procurada por um grupo de mulheres reivindicando a inserção das lactantes entre os grupos com prioridade na vacinação.

Já foi comprovado pela ciência que as lactantes, quando imunizadas, transmitem às suas crianças os anticorpos necessários para torná-las imunes à COVID-19. Então, podemos afirmar que a vacinação das lactantes vale por dois. As crianças na idade de amamentação não conseguem ainda usar máscaras, então, a medida seria muito eficiente e protegeria a família, principalmente neste momento tão frágil. Nesse sentido, em favor dessas mulheres, eu estou apresentando nesta Casa um projeto de lei que inclui as lactantes no grupo com prioridade na vacinação e eu peço o apoio, é claro, de todos os nossos colegas.

Aproveito também para informar que meu Estado do Espírito Santo vai receber nesta sexta-feira, dia 11 de junho, a visita do nosso Presidente Jair Bolsonaro. Em São Mateus, norte do Estado, o Presidente Bolsonaro vai fazer a entrega de 434 casas populares construídas no bairro Aroeira, por meio do Programa Casa Verde e Amarela, um programa social do Governo Federal de grande abrangência que beneficia diretamente famílias socialmente vulneráveis. Registro aqui a minha gratidão, em nome do povo capixaba.

Que Deus nos abençoe.

Peço que meu pronunciamento seja veiculado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Obrigada, Presidente.

Documento 98/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 09/06/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desconexão entre a realização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de grande passeata de motocicletas e à grave crise sanitária e social reinante no País. Descaso do Presidente da República com as dificuldades por que passa a população brasileira.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.



"A previsão é de 100 mil motos", diz Bolsonaro sobre o seu passeio em São Paulo no próximo sábado. O País está com milhares de mortes e com alto desemprego, e Bolsonaro está organizando um passeio de motocicleta. Vai ele para São Paulo, com dinheiro público, levando a sua moto, cuja locomoção também gasta dinheiro público, juntar-se com outras supermotos, todas elas motos grandes, para fazer um passeio pela cidade de São Paulo. Com qual motivo? Qual é o objetivo? Está Bolsonaro comemorando as mortes? Por que um Presidente da República vai fazer um passeio de moto? Por que ele não vai trabalhar?

Aliás, trabalho não é o forte do Bolsonaro. Bolsonaro é um encostado na vida. Encostou-se no Exército até ser expulso. Depois, veio aqui para esta Casa e se encostou no Parlamento brasileiro. Qual é o grande projeto parlamentar de Bolsonaro? Digam-me um projeto que ele apresentou nesta Casa que tenha feito diferença para a vida do povo brasileiro. Ele nunca trabalhou de fato. Ele pôs seus filhos na política, acertou a sua vida pessoal, comprou imóveis.

Agora, Bolsonaro está encostado na Presidência da República. Fica falando, naquele cercadinho, bastante besteira e organizando passeios de moto - já fez isso no Rio de Janeiro, o que foi um tapa na cara do povo brasileiro, foi gozar da dor da nossa população. Enquanto o povo está passando dificuldade, sem renda, Bolsonaro gasta dinheiro público passeando de moto, cercado de policiais, porque ele também tem medo de sair sem os policiais.

Quando é que Bolsonaro foi visitar um hospital? Quando é que Bolsonaro foi visitar uma unidade de saúde, uma UPA, foi saber como é que estava um doente de COVID? Quando ele foi a uma vila ver se as pessoas pobres estavam sendo atendidas? Nunca vi isso.

No entanto, passear de moto pelas avenidas ele faz.

Qual é o projeto dele para o desenvolvimento do Rio de Janeiro? O que ele levou de benefício para Rio? Passeio de moto. O que ele vai falar em São Paulo para as famílias que estão necessitadas? Passeio de moto. É uma vergonha haver um Presidente da República que não tem sequer empatia, a qualidade de se colocar no lugar do outro para sentir a sua dor. Esse passeio de moto, vou repetir aqui, é um tapa na cara do povo brasileiro.

Presidente da República tem que trabalhar. Trabalhe, Bolsonaro! Se você não consegue trabalhar, saia de onde está! O povo e o Brasil precisam de respeito. É um desrespeito fazer um passeio de moto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 99/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:00
Publ.: DCD - 09/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a angústia do povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Repúdio ao Projeto de Lei nº 510, de 2021, a respeito da regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, aqueles que nos acompanham nesta sessão de pronunciamentos, gostaria de dizer que nós ainda estamos em plena pandemia. Gostaríamos de tê-la superado, mas ainda não a superamos. Ainda faltam muitas vacinas para cumprirmos a meta de vacinação da população que está no Plano Nacional de Imunização. As nossas famílias estão em sofrimento, há muitas perdas. Quem aqui não perdeu um parente, um amigo? Quem não conhece alguma pessoa que já foi sepultada em função da pandemia? Além do mais, faltam alimentos nas mesas, falta emprego, falta renda. Mas o Governo faz de tudo para que a angústia da população aumente a cada dia. Ele virou as costas para o povo.

O Governo apresentou, de uma vez só, e apoia uma reforma administrativa. Quem conhece funcionários públicos compromissados e competentes sabe que a grande maioria deles estão em sofrimento, com doenças emocionais, dado o distanciamento do Governo daqueles que servem a população, que entregam o serviço lá na ponta. Essas pessoas estão em desequilíbrio observando o que o Governo quer fazer com cada um e cada uma e com suas famílias, observando o atentado contra as histórias de vida e contra as carreiras que se comete por meio desta reforma administrativa colocada.

O Governo também quer que as pessoas do campo fiquem em desespero. Aqueles que poderiam ter acesso a um pedaço de terra para plantar, colher, vender, criar suas famílias estão vendo o Projeto

de Lei nº 510, de 2021, que é o PL da grilagem, entregar terras públicas a quem grilou. Querem entregar grandes quantidades de terra a uma só pessoa, conforme o modelo capitânicas hereditárias, que o Brasil não consegue superar.

Depois há os povos indígenas, os guardiões deste País, das florestas, das águas, de todos os biomas. O PL 490 está aí querendo colocar em terras demarcadas empreendimentos, como hidrelétricas, estradas, mineração, produção em larga escala, arrendamento de terras, tirando o direito dos povos indígenas.

Então, Sr. Presidente, o Governo e parte desta Casa, do Parlamento brasileiro, querem que, em plena pandemia, as pessoas vivam consumidas pela angústia, pelo adoecimento emocional.

No momento de fazermos projetos de reforma agrária, de fazermos cooperativas, de darmos condições à população de ter renda, querem entregar terra pública a quem não tem direito a ela. É assim que este Governo trabalha, de costas para o povo e com os olhos focados nos milionários deste País.

Muito obrigada.

Documento 100/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:08
Publ.: DCD - 09/06/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Contribuição das inverdades disseminadas pelo Presidente Jair Bolsonaro para o agravamento das crises sanitária, humanitária e social reinantes no País. Apoio à eleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, a última mentira do Presidente da República, até o dia de hoje, é uma vergonha, porque ele mente em relação ao Tribunal de Contas da União, um órgão auxiliar desta Casa. Na verdade, ele já foi desmentido por várias instituições do nosso País e por instituições internacionais.

O problema é que as mentiras do Presidente da República têm contribuído para a perda de vidas - nós já perdemos 500 mil vidas no nosso País. As mentiras, além de semear o ódio entre nós, têm

contribuído para a grande crise sanitária, humanitária e social que o País está vivendo. São muitas mentiras para produzir desinformação e *fake news* para alimentar um grupo de radicais.

Com isso, nós vamos ter muito trabalho para reconstruir este País. Nós precisamos de uma liderança nacional, de alguém capaz de unir este País politicamente, precisamos de um conciliador, de alguém que, além de técnica, tenha muita sensibilidade política, porque o processo de reindustrialização do nosso País requer capacidade não apenas técnica, mas também política.

Eu só vejo um nome para este grande desafio, para esta grande tarefa nacional: o nome do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu quero estar ao lado do Presidente Lula, percorrendo nossas Minas Gerais, debatendo alternativas e soluções para este País, porque o Presidente Lula é a solução, é a grande esperança para fazermos um projeto de nação e um projeto de país.

Nós precisaremos reconstruir este País, assim como precisaremos construir um projeto de nação que, de fato, respeite o povo brasileiro, que tenha empatia pelo povo, que emancipe nossa sociedade, que garanta a todo o povo brasileiro o direito sagrado à renda, ao trabalho, ao teto, à educação. Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós vamos ter que trabalhar muito para construir um projeto alternativo de país.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 101/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:24
Publ.: DCD - 09/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Angústia e sofrimento da população do Estado do Amazonas diante da Covid-19. Saturação dos leitos de UTIs no sistema hospitalar amazonense. Escândalo do desvio de recursos da área de saúde envolvendo o Governo Estadual. Agravamento da fome e do desemprego no Amazonas. Alagamento de cidades amazonenses em decorrência das cheias. Clima de terror imposto pelo crime organizado na Capital Manaus. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano de segurança pública para a Região Norte e para o País. Incompetência

do Governo Jair Bolsonaro e do Governo do Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, muito boa tarde.

Sr. Presidente, Manaus, no Estado do Amazonas, está pedindo socorro. Os anos de 2020 e 2021 estão sendo muito difíceis para a população do Estado. A população está sofrendo, primeiro por causa da pandemia, com muitas mortes e contaminações. Mais de 13 mil pessoas morreram, e famílias estão sofrendo porque perderam entes queridos. Há falta de oxigênio. Pessoas estão morrendo sufocadas por falta de estrutura de UTI. Não há UTI no interior do Estado do Amazonas, só na Capital.

Além disso, há os escândalos que envolveram esquemas de desvio de recursos na área de saúde por parte do Governo do Estado no ano passado. Agora, isso é motivo de operações da Polícia Federal. Há também o desemprego, que aumentou. A fome agora já voltou também. Há os ataques aos empregos e à Zona Franca por parte do Governo Bolsonaro e do Ministro da Economia, criando instabilidade em relação à área econômica.

Estamos sofrendo com enchentes muito fortes. O Rio Negro atingiu a maior cota da sua história. Cidades inteiras estão alagadas e milhares de famílias foram afetadas, mas não têm o apoio necessário por parte dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Muita gente não tem nem o auxílio; quando tem, o auxílio prestado é insuficiente para garantir uma moradia provisória enquanto passa esse período da enchente. É uma situação lamentável!

E o pior foi que a gente ouviu hoje o Ministro do Desenvolvimento Regional dizer que não tem orçamento para o enfrentamento das consequências de desastres naturais e para a Defesa Civil. Vemos isso aqui no Estado.

Agora há também uma onda de insegurança aqui no Amazonas. A população está amedrontada com o crime organizado, com incêndios, com ataques a ônibus, ambulâncias, UBS, prédios públicos, delegacias, ou seja, está sem segurança o Estado do Amazonas por incompetência do Governo do Estado e do Governo Federal, que não ajuda. Aliás, o Governo Federal não tem um plano de segurança para o País, muito menos para a Região Norte, para a Amazônia e para o nosso Estado. Há muito tempo também o Governo não realiza concursos públicos, não investe nas pessoas, não as capacita, não lhes dá condições.

Por isso, a população hoje em Manaus, no Amazonas, pede socorro ao

Brasil, pede socorro ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado, devido à incompetência do Governo do Estado e do Governo Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria que se divulgasse o nosso discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 102/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:32
Publ.: DCD - 09/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao posicionamento do treinador da Seleção Brasileira de Futebol, contrário à realização da Copa América no Brasil.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Eduardo Bismarck e nobres colegas, é muito bom estar nesta tribuna.

Não se mistura futebol com política. Não se mistura educação com política. Não se mistura cultura com política.

Estamos vivendo um momento de vergonha no futebol brasileiro, quando o técnico Tite, que é um esquerdista reconhecido, tenta insuflar a Seleção Brasileira a não entrar em campo para tentar macular a imagem do Governo Bolsonaro. Isso é inconcebível! O Sr. Tite, que é gaúcho, infelizmente está me envergonhando! O argumento do Sr. Tite para combater o Governo Bolsonaro é o de que isso pode prejudicar por causa da pandemia.

Quanto cinismo, Sr. Tite! Quanto cinismo, Sr. Tite!

O senhor não sabe que estão jogando no Brasil a Copa Libertadores? O senhor não sabe que estão jogando no Brasil, neste momento, a Copa Sul-Americana? Há vários times estrangeiros, enquanto a Copa Brasil tem apenas dez times. E é o de maior importância. O senhor não tem noção do que é a lógica, do que é amor à pátria. O senhor é um antipatriota misturando as coisas.

Com argumento fútil, raso, está tentando induzir os jogadores e craques, que já se rebelaram contra a sua orientação e deverão jogar a

Copa América. Felizmente, o bom senso imperou.

Caso hoje mude o seu posicionamento, o senhor ficará conhecido como o treinador antipatriota, que misturou política com futebol. Se os jogadores aceitarem essa péssima orientação antipatriota, demonstrarão que são jogadores que têm, no seu coração, hoje, a Europa e outros países e que esqueceram o amor à sua Pátria.

Qual é o jogador que não se honra em jogar pelo seu país? Qualquer jogador de várzea tem como sonho máximo defender o seu país. E vem o Sr. Tite, que é amigo de Lula... Eu não tenho nada contra, pode ser comunista, socialista, o que for, mas não misture as coisas. Futebol é futebol, política é política. Tentar denegrir a imagem do Presidente, tentando fazer com que o mundo veja: *Não, os jogadores da própria Seleção do país do futebol não querem jogar, porque não concordam.*

Então, vocês não sabem, por acaso, jogadores ou Sr. Tite, que todos os jogadores serão vacinados? Vocês, sim, são negacionistas. Não acreditam na vacina!

Queremos patriotismo na Seleção Brasileira. Patriotismo acima de tudo!

Grato, Presidente.

Documento 103/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:40
Publ.: DCD - 09/06/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência do relatório divulgado pelo Presidente Jair Bolsonaro, com o timbre do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de óbitos provocados pela Covid-19 no País. Tentativa do Presidente da República de envolvimento do TCU com fake news. Desrespeito de Jair Bolsonaro para com os profissionais da saúde e os familiares das vítimas do coronavírus. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Omissão da Câmara dos Deputados diante de crimes praticados pelo Presidente da República. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente, venho a esta Casa hoje para registrar que o Presidente da nossa

República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, mente compulsivamente, mente dia e noite. Parece ser uma coisa doentia. Ele agora inventou que o Tribunal de Contas da União produziu um relatório afirmando que metade das mortes pela COVID-19, na verdade, não foram vitimadas pela COVID-19.

Ao fazer isso, o Presidente ataca o Tribunal de Contas da União, que se vê envolvido em *fake news*, que se espalham pelas redes sociais, *fake news* produzidas pelo próprio Presidente da República do Brasil.

Além disso, Sr. Presidente, ele desrespeita as famílias das vítimas da COVID-19. Além da dor, da perda de parentes, de entes queridos, essas famílias se vêm envolvidas em discussões e em especulações sobre a causa das mortes dos seus parentes - e olhem lá! - pelo próprio Presidente da República.

O Presidente também ataca os profissionais de saúde, o nosso Sistema Único de Saúde, os profissionais de maneira geral e os médicos, em particular, que assinam os atestados de óbito de todas as vítimas da COVID-19. Então, é uma situação muitíssimo lamentável.

Enquanto o Presidente da República mente, a vacinação se arrasta lentamente. O Brasil está lá na sexagésima posição, entre os países. Há mais de sessenta países, na verdade, na frente do Brasil, em termos de vacinação, quando se compara a quantidade de pessoas vacinadas com a população do País, que é o indicador correto. Afinal, a vacina é o remédio coletivo. Não há remédio individual para uma doença transmissível como a COVID-19. Só estaremos livres dela quando mais de 70% da população estiver vacinada.

Além disso, enquanto o Presidente mente, a fome aumenta, Sr. Presidente, colegas Deputados e colegas Deputadas. O Brasil voltou ao Mapa da Fome.

Diante de tudo isso, pergunto: até quando a Câmara dos Deputados vai ficar omissa, em face dos crimes cometidos pelo Presidente da República? Até quando a Câmara vai ficar indiferente a esse auxílio emergencial de apenas 250 reais? É hora de colocarmos em votação o auxílio do ano passado, de 600 reais, para reduzirmos a fome e o desespero de tantas famílias do Brasil que não sabem o que vão comer no dia seguinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que seja incorporado aos meios de comunicação desta Casa este meu pronunciamento.

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-15:56
Publ.: DCD - 09/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação dos índices de desemprego e empobrecimento da população brasileira no Governo Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pelo agravamento da epidemia de coronavírus no Brasil. Elevação dos preços de alimentos e de combustíveis no País. Insuficiência do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Imediata retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa da taxaço de grandes fortunas, de lucros e dividendos, e da criação de imposto de transmissão sobre grandes heranças. Redirecionamento da política econômica brasileira. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Eduardo Bismarck. Boa tarde, brasileiros, brasileiras, colegas Parlamentares.

Presidente, nestes 3 minutos, quero falar a respeito da profunda crise de desemprego, da profunda crise de empobrecimento do povo brasileiro, agravada sobremaneira nestes primeiros 2 anos e 5 meses do Governo Bolsonaro.

O Brasil hoje, Deputado Ivan Valente, tem 14,8 milhões de desempregados, em torno de 6 milhões de brasileiros desalentados, que desistiram de procurar o seu emprego. Com isso, são mais de 20 milhões de pessoas desempregadas. Nós temos uma pandemia que se agravou profundamente no País, fruto da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro no trato com a pandemia, e uma explosão de preços de todos os produtos de primeira necessidade, Deputado Padre João, Deputado Merlong Solano: combustíveis, arroz, feijão, óleo de soja, aquilo que faz a cesta básica do cidadão brasileiro. E o Governo, depois de deixar o País durante 3 meses sem auxílio emergencial numa crise profunda como esta, lança um auxílio emergencial que varia de 150 a 250 reais.

Qual é a solução efetiva de que o Brasil precisa para sair desta crise? A primeira, sem dúvida nenhuma, é afastar Bolsonaro da Presidência da República. A segunda, nós no Congresso temos que votar com urgência um auxílio emergencial de 600 reais por mês. A terceira, precisamos cobrar impostos justos dos mais ricos, imposto sobre

grandes fortunas, a volta do Imposto de Renda sobre os grandes lucros e dividendos, um imposto aumentado sobre a transmissão de grandes heranças, para, com esses recursos, ampliar um programa nacional de desenvolvimento e crescimento. É preciso implantar um programa que garanta renda mínima de 600 reais e que garanta um conjunto de mecanismos de incentivo à atividade econômica. Sem a participação do Estado ampliando investimento, melhorando os salários de quem menos ganha, especialmente o salário mínimo, ampliando a capacidade de compra da população, o Brasil vai assistir dia a dia ao aprofundamento da recessão, do desemprego e ao crescimento da desigualdade no País.

O caminho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é mudar a política econômica, é tributar com justiça os mais ricos para garantir transferência de renda para aqueles que estão enfrentando as consequências mais duras desta pandemia, potencializada pelo desgoverno de Jair Bolsonaro.

O Brasil precisa mudar com urgência, o Brasil não aguenta mais Bolsonaro na Presidência. O *impeachment* é o caminho para tirar o Brasil da crise.

Documento 105/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-16:00
Publ.: DCD - 09/06/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Otimismo com os sinais de recuperação da economia brasileira. Importância de matérias aprovadas pela Casa em prol do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, nosso Vice-Presidente Marcelo Ramos, Deputado Luizão, meu colega do Paraná, senhoras e senhores, o que me traz à tribuna hoje são boas notícias.

O Paraná e o Brasil estão num crescimento muito bom este ano, apesar desta pandemia, que é mundial. O PIB do Brasil deve crescer mais de 5% este ano. Isso significa novos empregos - e este ano já estamos com um saldo positivo de mais de 1 milhão de carteiras de trabalho assinadas - e aumento de renda para os brasileiros. A Bolsa de Valores bateu o seu recorde de pontos seis vezes seguidas. Isso

também significa emprego e renda para os brasileiros.

É o otimismo que faz com que a economia volte ao patamar de antes da pandemia e cresça acima desse patamar daqui para frente. A previsão dos economistas para ano que vem é de um crescimento entre 7% e 8%, com tendência de aumento desse percentual. Isso é riqueza para os brasileiros. Isso significa que nós estamos no caminho certo, e esta Casa aqui ajudou.

Votamos a reforma da Previdência, há 1 ano e meio. Nós votamos o novo marco de saneamento do Brasil, que deve também gerar muitos investimentos em infraestrutura no País. Cada real gasto em saneamento representa 6 reais na área de saúde, ou seja, é importante esse novo marco de saneamento do Brasil. Votamos a nova Lei do Gás, que deve fazer com que o preço baixe. Votamos a autonomia do Banco Central. Terminamos de votar agora os vetos da nova Lei de Licitações do Brasil, ou seja, esta Casa tem feito leis importantes que refletem na vida dos brasileiros. E o País é um canteiro de obras. Podemos olhar pontes, aeroportos, rodovias, ferrovias. Isso é fundamental para o Brasil crescer. O Governo Bolsonaro e o Ministro Tarcísio têm feito do Brasil esse canteiro de obras, com a transposição do São Francisco, por exemplo, que leva água para os nordestinos.

Sr. Presidente, o momento é de otimismo, apesar desta CPI da Pandemia, que é uma vergonha, com manipulação, mentiras. A Oposição acha que vai levar alguma vantagem com esta CPI da vergonha, mas não vai. Estão se desmoralizando, querendo transformar a COVID, como sempre, em plataforma política. Eles só prejudicaram o País, e ano que vem vão levar uma baita surra.

Obrigado.

Documento 106/557

42.2021.B	Sessão Outro Evento	08/06/2021-16:00
Publ.: DCD - 09/06/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Dificuldades enfrentadas pela população do Estado do Amazonas, em decorrência da Covid-19 e das cheias. Clima de terror imposto ao Amazonas pelo crime organizado. Atendimento pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, às municipalidades amazonenses atingidas por enchentes. Urgente necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.030, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do

Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 450.000.000,00. Agradecimento ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, pelo envio de tropas da Força Nacional de Segurança Pública ao Estado do Amazonas.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta minha fala é uma mensagem de solidariedade e de apoio ao meu querido povo do Amazonas.

O Amazonas vive um dos momentos mais difíceis da sua história, com três catástrofes, uma atrás da outra. Primeiro, a gravidade da primeira e da segunda onda da pandemia em nosso Estado enlutou famílias amazonenses e deixou muitos no desespero pela falta de oxigênio.

Logo após a segunda onda da pandemia e o risco de início de uma terceira onda, o Amazonas vive hoje a maior cheia da sua história. A água hoje toma conta do centro da cidade de Manaus e de algumas cidades, como, por exemplo, Anamá, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, que estão completamente debaixo d'água. E há outras já bastante comprometidas, principalmente nas populações ribeirinhas. Isso leva também junto a fome, a perda da produção, as doenças decorrentes da água contaminada.

Como se não bastasse isso, no final de semana, houve uma afronta do crime organizado às forças policiais e à autoridade do Estado: ônibus, agências bancárias incendiadas e o terror na nossa cidade.

A minha fala é para duas coisas: primeiro, para dizer que nós não vamos perder a guerra para o crime organizado. Nós vamos enfrentá-lo, unindo as Prefeituras, o Governo do Estado, o Governo Federal, a nossa bancada, para demonstrar que o que o povo do Amazonas constrói, com suor e trabalho, não será destruído pela força do tráfico e do crime organizado.

Segundo, para aqui fazer o reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Ministro Rogério Marinho, que tem dado pronto atendimento às cidades alagadas, e pedir a urgente votação da Medida Provisória nº 1.030, de 2021, que garante recursos para isso.

Gostaria de agradecer também o gesto do Ministro da Justiça Anderson, que imediatamente deslocou a Força Nacional para o atendimento e para o socorro das forças policiais do Estado do Amazonas.

Seguiremos aqui do Parlamento brasileiro reconhecendo o esforço de todos que se prestam a colaborar com o Estado do Amazonas,

prestando solidariedade à nossa gente, que vive um momento de bastante sofrimento, mas, acima de tudo, Sr. Presidente, reafirmando que o crime não vencerá a força de trabalho e de luta do povo do Amazonas, que constrói um tão belo e tão rico Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 107/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	16:24
Publ.: DCD - 09/06/2021 - LUCAS VERGILIO-SOLIDARIEDADE -GO		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs; e às Emendas de nºs 1 a 12 apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço vênias para ir direto à conclusão do nosso voto.

"(...) não restam dúvidas de que a Medida Provisória nº 1.033, de 2021, é conveniente e oportuna. Sob um ponto de vista geral, podemos dizer que ela está inserida em um debate importante e atual, qual seja, o combate à pandemia do coronavírus e, também, a reforma da tributação brasileira.

As ZPEs são um dos mais importantes e impactantes projetos de desenvolvimento atualmente em curso no Brasil. Elas constituem um instrumento utilizado em todo o mundo para a consecução simultânea de alguns dos mais relevantes objetivos da política econômica, que são a atração de investimentos, a criação de emprego, o aumento e a diversificação de nossa pauta de exportações com itens de maior valor agregado, a correção de desequilíbrios regionais e a difusão de novas tecnologias e práticas de gestão mais modernas.

Com as regras estabelecidas na Lei nº 11.508, de 2007, ampliou-se as ZPEs em vários Estados da Federação, que se encontram em estágios diferenciados de implementação. Duas delas, em Pecém, no Ceará, e em Senador Guimard, no Acre, já foram alfandegadas e, portanto, já podem operar com os incentivos da lei, no entanto atualmente somente

uma encontra-se em operação, a do Ceará.

Apesar de permitir o funcionamento das ZPEs já criadas, a legislação atual ainda requer aperfeiçoamentos para torná-las verdadeiramente competitivas internacionalmente - a registrar que há mais de 5 mil zonas econômicas especiais (...), espalhadas por mais de 150 países, inclusive os Estados Unidos e a China, onde são consideradas elemento essencial de suas políticas de desenvolvimento. Para se ter uma ideia, essas zonas recebem em torno da metade dos investimentos estrangeiros que se destinam à China, onde representam mais de 20% do PIB e são responsáveis por cerca de 60% das suas exportações.

As ZPEs são uma resposta adequada à necessidade vital de aumentarmos nossas exportações de maior valor agregado e de possibilitarmos à nossa indústria a sua maior integração às novas cadeias produtivas globais. Para isso, no entanto, é absolutamente essencial dispormos de uma legislação competitiva. Este é o sentido fundamental desta medida provisória no formato que apresentamos hoje, como uma peça bastante completa, à altura da ingente tarefa de modernizar a legislação brasileira de ZPE.

Desse diapasão, é consenso que as ZPEs podem contribuir significativamente para a consecução de alguns dos principais objetivos da política econômica, tais como a atração de investimentos, a criação de empregos, o aumento (e a diversificação) das exportações, a difusão de novas tecnologias e a redução de desequilíbrios regionais, tudo isso sem depender de recursos do Governo Federal, sem acarretar perda ou renúncia de receita, sem gerar concorrência desleal com o restante da nossa indústria e sem conflitar com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC).

No *World Investment Report 2019*, publicado pelas Nações Unidas, o seu Secretário-Geral, António Guterres, sentiu-se suficientemente confortável para recomendar as zonas econômicas especiais como um instrumento importante para ser utilizado pelas nações em desenvolvimento.

Nesse sentido, a proposição ora analisada traz as seguintes inovações ao modelo atual:

(a) exclui a limitação que restringe a criação de ZPE somente nas regiões menos desenvolvidas;

(b) insere o desenvolvimento da cultura exportadora entre as finalidades do regime das ZPEs;

- (c) exclui a caracterização da ZPE como zona primária;
- (d) permite que a área delimitada para a criação de ZPE possa ser descontínua;
- (e) permite que, no caso de bens de capital, a suspensão dos tributos ocorra ainda que anteriormente ao alandegamento da área da ZPE;
- (f) altera de 48 para 24 meses o prazo limite para o início das obras de implantação da ZPE;
- (g) autoriza a participação de *trading companies* nas exportações das empresas instaladas nas ZPEs;
- (h) prevê que as empresas autorizadas a se instalar em ZPE possam usufruir também dos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO);
- (i) possibilita prorrogações sucessivas do período de operação sob o regime jurídico das ZPEs;
- (j) reconhece a possibilidade de a empresa permanecer fisicamente dentro da área da ZPE, mesmo quando já não for mais beneficiária do regime jurídico das ZPEs;
- (k) delega à administradora da ZPE a prerrogativa de autorizar a instalação em ZPE, sem acesso aos benefícios tributários do regime, de empresa prestadora de serviços que contribua para apoiar a operação das empresas instaladas na ZPE;
- (l) regulamenta o cancelamento de ZPE por desistência do proponente;
- (m) estabelece as condições para cassação da autorização para implantar ZPE;
- (n) limita o alandegamento à área de despacho aduaneiro;
- (o) regulamenta a hipótese de desalandegamento; e
- (p) substitui o regime suspensivo pela redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na aquisição de serviços por empresa autorizada a operar em ZPE.

Ante todo o exposto, o projeto de lei de conversão anexo visa garantir inovação na legislação, trazendo em seu bojo uma legislação competitiva. Este é o sentido fundamental da medida provisória ora analisada, à qual somos plenamente favoráveis.

E) Conclusão do Voto

Os Parlamentares que ofereceram suas contribuições de aprimoramento e ajustes de constitucionalidade e legalidade, inclusive o próprio Relator, veem possibilidade de propor melhorias ao objeto da MPV, sempre visando ajustes essenciais na legislação das ZPEs, tornando-as mais competitivas e um instrumento fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social de nosso País.

Em face de todo o exposto, nosso voto é:

- pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.033, de 2021;
- pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, e das emendas a ela apresentadas;
- no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, e das 12 emendas apresentadas, acolhidas parcial ou integralmente nos termos do projeto de lei de conversão em anexo."

Este é o voto, Sr. Presidente.

Documento 108/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 09/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Contestação ao discurso proferido por Deputado em defesa do Governo Federal. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo atraso na vacinação e pelo caos sanitário reinante no País. Ocupação pelo Brasil do 2º lugar no ranking fúnebre da Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa., em primeiro lugar, e cumprimentar os colegas Parlamentares.

Esta medida provisória, que originalmente visava garantir a produção

em ZPE de oxigênio destinada ao mercado interno, era obviamente muito positiva, e ainda é muito positiva para o combate à COVID. Ocorre que o Relator aproveitou a medida provisória para alterar completamente a legislação das Zonas de Processamento de Exportação, gerando uma concorrência desleal dentro do País e mexendo profundamente com a estrutura tributária do País.

Por isso a medida, que era positiva, tornou-se negativa.

Agora, respondendo ao colega que me antecedeu e que insiste com a fabricação de mentiras - o Governo Bolsonaro é um grande especialista em mentiras e ele, como Líder bolsonarista, repercute essas mentiras cotidianamente -, volto a dizer, com muita serenidade, sem gritaria, que infelizmente o Brasil tem um dos piores manejos da pandemia do mundo.

O caos sanitário que o Brasil está vivendo tem um responsável principal que se chama Jair Bolsonaro. A realidade sobre a vacinação é que o Brasil é o 64º país mais atrasado do mundo em vacinação. Está vacinando apenas em torno de 630 mil brasileiros por dia. Aplicou apenas pouco mais de 72 milhões de doses de vacina quando, para imunizar sua população, precisa aplicar 322 milhões de doses, sendo duas doses para cada um dos maiores de 18 anos. No ritmo em que o Governo Bolsonaro está garantindo a vacinação no País, nós levaremos mais de 1 ano para completar a vacinação no Brasil.

Não por nada, o Brasil é o segundo país do mundo em números absolutos com maior número de mortes do mundo, em torno de 475 mil mortes hoje. Quando se olha o número de mortes por 100 mil habitantes, o Brasil está entre os 10 países do mundo com maior índice de mortalidade por COVID. Na América Latina, por exemplo, Deputado Ivan Valente, Deputada Erika Kokay, o Brasil infelizmente tem o maior índice de mortalidade para cada 100 mil habitantes, por COVID.

Essa é a lamentável realidade do Brasil bolsonarista: o Brasil do negacionismo, o Brasil da irresponsabilidade, o Brasil onde sobra cloroquina e faltam vacinas, o Brasil, enfim, que desrespeitou o combate científico à pandemia e que hoje colhe o caos.

Documento 109/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 09/06/2021 - LUCAS VERGILIO-SOLIDARIEDADE -GO		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário apresentadas à Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foram apresentadas três emendas de Plenário.

Devido ao amplo diálogo que fizemos em Plenário, quero destacar que o Deputado Enio Verri ponderou várias questões.

Apesar de as Emendas de Plenário nºs 1 e 2 serem meritórias, não irei acatá-las. Iremos acatar a Emenda nº 3, fazendo esses ajustes levantados aqui, principalmente no que tange às desigualdades regionais.

Então, pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário, com apoio regimental, e, no mérito, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 e aprovação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada pelo Deputado Enio Verri e pelo Deputado Bohn Gass.

Esse é o voto, Presidente.

Documento 110/557

60.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 08/06/2021-17:12
Publ.: DCD 09/06/2021 -	- ENIO VERRI-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Relator Lucas Vergilio pelo atendimento a pleito da Oposição. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero primeiro agradecer ao nobre Relator Lucas Vergilio por entender o apelo que nós fizemos, principalmente no que se refere ao tipo de setor. Isso demonstra que S.Exa., assim como nós da Oposição, tem a sensibilidade de que as ZPEs precisam, de toda maneira, ter um olhar de futuro, que elas não podem ser apenas uma barraca de uma feira que se põe onde se quer.

Sr. Relator, nesse sentido, nós entendemos que é um avanço do nosso diálogo isso que foi colocado nesse texto. Mantemos a nossa posição, conforme disse a V.Exa., contrária ao projeto, mas fica registrado publicamente o nosso respeito a V.Exa. e, principalmente, à sua capacidade de diálogo.

Muito obrigado.

Documento 111/557

60.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/06/2021-17:24
Publ.: DCD 09/06/2021 -	- GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.508, de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs. Sucesso das manifestações realizadas no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente da República em relação à epidemia de coronavírus.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, a nossa posição na apresentação desse destaque é a de retomar o projeto original, que tinha um ponto importante de garantia de oxigênio numa situação de gravidade, de calamidade, como esta que estamos vivenciando.

Quanto aos outros pontos que foram inseridos no relatório, não houve tempo suficiente para uma avaliação de natureza mais profunda pelo conjunto das bancadas, e trazem jabutis inconcebíveis. Isto está virando regra na Câmara: apresenta-se uma proposta e, quando se vê a votação do texto final, vem um conjunto de elementos que inicialmente não estavam previstos, que são jabutis para atender a

determinados interesses. Por esse motivo, nós apresentamos esse destaque de preferência pelo texto original.

Eu aproveito este tempo de defesa do nosso destaque para falar, mais uma vez, do que foi o êxito das ações e dos atos do dia 29, quando brasileiros ocuparam as ruas em todas as regiões do Brasil. Isso não aconteceu por um capricho, por um desejo. Isso aconteceu por uma necessidade de sobrevivência. Hoje, mais de 116 milhões de brasileiras e de brasileiros estão passando por algum tipo de insegurança alimentar. Milhões desses brasileiros estão passando fome. Milhões não sabem se vão conseguir se alimentar nas próximas 24 horas. E para uma quantidade significativa de pessoas, diminuiu o número de alimentos disponíveis na mesa, para a sua família.

Além disso, a política de morte, tocada pelo Governo Federal, do genocida de plantão, matou mais de 470 mil brasileiros e brasileiras. E nessa articulação entre a direita liberal, que se fantasia de centro, junto com a extrema-direita, utiliza-se do período pandêmico para tentar passar a boiada, aprovando reformas que são, na verdade, desmontes e privatizações.

O povo deu o seu recado. Foi para a rua mobilizado, bebendo na fonte do exemplo e se espelhando no que foi a mobilização do povo colombiano, que também, em ampla organização, fez com que o Governo de direita do Sr. Duque recuasse na tentativa de aprovação de uma reforma tributária que incidiria prioritariamente sobre os mais pobres e a classe média.

Ontem o Sr. Bolsonaro falou mal do PSOL. Que siga assim! Enquanto o genocida falar do PSOL, é porque estamos no caminho certo.

Fora, Bolsonaro e Mourão!

Documento 112/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 09/06/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Projeto de Lei nº 3.430, de 2019, sobre a alteração das Leis de nºs 12.651, de 2012, e 14.119, de 2021, para disciplinamento da intervenção e da implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.

Apoio à mobilização de bancários por vacinação. Saudação ao Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "sim" a esta matéria e quer aproveitar para cumprimentar os bancários e as bancárias do Brasil que se mobilizam em defesa da vida, em defesa da vacina. Os bancários estão permanentemente em atividade, não interromperam as suas atividades, estão recebendo pessoas nas agências, às vezes ordenando e organizando filas, para que as pessoas tenham acesso a serviços bancários. O índice de adoecimento é muito elevado, o de mortes também. Por isso, merecem ter acesso à vacina.

Para hoje os bancários tinham uma greve programada, mas o Governo Federal, as autoridades da área da saúde decidiram receber a categoria, para dialogar. Nós esperamos que haja um resultado positivo.

Quero parabenizar especialmente os bancários da Bahia, que fizeram carreatas, grandes manifestações, na pessoa do presidente do sindicato, Augusto Vasconcelos.

Documento 113/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/06/2021- CD	18:32
Publ.: DCD - 09/06/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, este é talvez o projeto que tem a maior convergência, de todos os temas que já foram discutidos nesta Casa.

Antes de passar à leitura do relatório, quero lembrar que em 2020 nós aprovamos este projeto, com medidas para a agricultura familiar,

por unanimidade na Câmara e no Senado, e ele foi praticamente vetado integralmente pelo Presidente da República. Restou um quesito, que virou a Lei nº 14.048, que permite que os mais de 2 milhões e 400 mil trabalhadores rurais e agricultores que acessaram o auxílio emergencial não percam a condição de segurados especiais.

O Deputado Pedro Uczai e quase a metade dos Parlamentares desta Casa apresentaram o Projeto de Lei nº 823, com medidas para a agricultura familiar. Eu quero destacar que o projeto ampara a agricultura familiar, principalmente com o objetivo de mitigar os impactos socioeconômicos da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à COVID-19 com medidas a serem adotadas até o dia 31 de dezembro de 2022.

"I - Relatório

(...)

Destacam-se entre as medidas propostas:

- instituição do Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural, que prevê transferência de recursos financeiros não reembolsáveis aos agricultores familiares em situação de pobreza e extrema pobreza, em valores que variam de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00 por unidade familiar beneficiada;

- concessão automática do Benefício Garantia-Safra a todos os agricultores familiares aptos a receber o benefício até 31 de dezembro de 2021, condicionado à apresentação de laudo técnico de vistoria municipal;

- criação de linhas de crédito pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito do PRONAF, com taxa efetiva de juros de zero por cento ao ano e previsão de bônus de adimplência fixo de R\$ 300,00 a ser concedido no início do cronograma de pagamento, mais bônus adicional de adimplência de 20% (...) nos contratos firmados por mulheres trabalhadoras rurais. Os custos decorrentes desses financiamentos serão assumidos pelos fundos constitucionais de financiamento, nas operações contratadas com recursos desses fundos, e pela União, nas operações contratadas com as demais fontes de recursos;

- instituição do Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar - PAE-AF para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e a doação simultânea a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ou a entidades receptoras;

- autorização para a prorrogação, renegociação com condições mais

favoráveis, concessão de rebates e outros benefícios a operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares e suas cooperativas de produção. Os impactos financeiros das medidas serão absorvidos pela União na forma de subvenções econômicas ou pelos fundos constitucionais.

Na justificção, os autores embasam a proposição na necessidade de salvaguardar milhões de famílias de agricultores familiares que ficaram sem qualquer assistência pública durante todo o ano dramático de 2020, situação que tende a se agravar neste ano de 2021.

(...)."

A Lei Assis Carvalho II é derivada de proposta semelhante, com substitutivo que apresentei no ano passado, que, como eu disse, foi aprovado por unanimidade pelas duas Casas.

Dessa maneira, Presidente, é um consenso que apoiar a agricultura familiar é também controlar a inflação.

"A matéria foi despachada às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Foi aprovado requerimento de urgência (...)."

Eu passo, Presidente, ao relatório, destacando que duas emendas foram apresentadas em plenário.

A Emenda nº 1 inclui as empresas privadas no rol das possíveis entidades a elaborar o projeto produtivo para o agricultor e cadastrá-lo junto à CONAB, para que o agricultor tenha acesso ao benefício das medidas emergenciais.

A Emenda nº 2 inclui a EMBRAPA como possível entidade a elaborar o projeto produtivo e cadastrá-lo também junto à CONAB.

O meu voto em relação a essas emendas de Plenário, por entender que as empresas de assistência técnica e extensão rural têm a *expertise*, há mais de 7 décadas, para realizar o cadastramento e a elaboração dos projetos produtivos dos pequenos agricultores, e também por atuarem principalmente com a capilaridade de mais de 5.300 Municípios, é o seguinte.

No âmbito das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Finanças e Tributação, somos pela rejeição de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoioimento regimental e, no mérito, pela sua rejeição.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoioimento regimental e, no mérito, pela sua rejeição.

Sr. Presidente, o nosso voto, considerando-se o quanto é importante este projeto e diante do triste cenário, "entre as providências adotadas na proposição, destacamos a utilização dos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural, presente em mais de 5.300 Municípios no Brasil, com a inclusão desses serviços da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER na execução do Programa de Ação Emergencial de Apoio à Comercialização, bem como na elaboração de projeto simplificado para acesso ao fomento emergencial de inclusão produtiva rural. A esse respeito, nunca é demais lembrar que atividades de agricultores que recebem assistência técnica de forma regular apresentam valor bruto da produção/ano até quatro vezes superior àqueles agricultores que não recebem assistência técnica.

As medidas propostas, de caráter emergencial e estruturante, e que buscam oferecer condições diferenciadas" - para valorizarmos e reconhecermos esse protagonismo - "para as mulheres no campo, têm o condão de aproximar dos serviços de assistência técnica e extensão rural um significativo contingente de agricultores familiares ainda invisíveis para o Estado brasileiro, os quais terão aberta uma porta de entrada simplificada para o acesso às políticas destinadas ao setor" de agricultura familiar. "Para a identificação desses agricultores familiares ainda invisíveis, a ATER, que, conforme já mencionado, tem capilaridade em 5.300 Municípios brasileiros, atuará sob a coordenação da ANATER, que pode credenciar entidades públicas estatais e não estatais, trabalhando a partir dos bancos de dados do Ministério da Cidadania, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e do IBGE (Censo Agropecuário, CadÚnico, Bolsa Família, auxílio emergencial e DAP).

O atual momento leva-nos a reconhecer que milhares de agricultores foram ficando à margem das políticas públicas, tornando-se invisíveis ao longo dos anos. Há tempos, a Declaração de Aptidão Ativa é exigida dos agricultores que querem acessar qualquer benefício ou política pública. Entretanto, de acordo com o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cerca de 5 milhões de DAPs estavam ativas entre 2014 e 2015.



Em 2018, 126 mil foram canceladas após auditoria do TCU. Atualmente, há somente" - caro Deputado Pedro Uczai, autor deste projeto - "2,51 milhões de DAPs ativas. É uma realidade que nos prova que a DAP, sim, já foi inclusiva no passado. Contudo, de acordo com os dados do próprio Censo Agropecuário 2017, o Brasil possui 3,89 milhões de agricultores familiares, ou seja, pelo menos 1,38 milhão de agricultores familiares e suas famílias estão alijados de qualquer política pública (...)."

Por isso, a DAP não é mais inclusiva. Dessa forma, adotamos o cadastro simplificado como a porta de entrada.

"Reconhecendo que tais agricultores necessitam de uma nova política de inclusão, propomos que a porta de entrada para acesso ao auxílio rural emergencial de inclusão produtiva seja por meio dos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural, que os identificarão e os qualificarão de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para acessar essas políticas e, posteriormente, inscrevê-los no sistema da DAP.

Ademais, especificamos no substitutivo a produção de leite, segundo a qual os pequenos produtores de leite se enquadram como beneficiários desta Lei, e permitimos que eles lancem mão de novos itens oferecidos em garantias aos financiamentos solicitados. Isso porque o setor produtivo de leite brasileiro vem enfrentando dificuldades constantes (...)." O crédito rural normal atual não permitia que o próprio rebanho e a produção leiteira fossem dados em garantia para o acesso a esse crédito.

Com relação ao cenário produtivo de 2020, quando nós passamos por essa sombria pandemia, nós vimos que o cenário só foi se agravando. E as implicações referentes ao processo de isolamento social provocadas pela pandemia e epidemia de COVID têm impactado o setor leiteiro fortemente.

"Dessa forma, a flexibilização das regras de acesso ao crédito rural, permitindo que o produtor de leite lance mão de novos itens oferecidos em garantia aos financiamentos solicitados, permitirá que um número maior de produtores possa ter acesso aos recursos, tendo em vista a maior facilidade de se enquadrar nos modelos exigidos como garantia pelas instituições financeiras.

Por fim, ressaltamos que o substitutivo confere atenção especial às famílias rurais que desenvolvem suas atividades em situação de pobreza ou de extrema pobreza, as quais somam hoje 13,2 milhões de pessoas no campo, segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais." Para se ter uma ideia, "a Bahia sozinha abriga 17% dos pobres e extremamente pobres do campo, figurando no topo

do *ranking*. Logo atrás, vêm Maranhão e Pará, cada um com 11%. E, em seguida, Ceará, com 10%; Pernambuco, com 8%; e minha querida Minas Gerais, com 7%. Definitivamente, não dá mais para adiar a formatação de políticas públicas que revertam o quadro atual, em que o Norte e o Nordeste do País abrigam 82% de todos os agricultores em situação de miséria no campo.

II.1. Conclusão do voto

Reconhecendo a necessidade de adoção de medidas abrangentes e emergenciais para o socorro de milhões de famílias rurais que tiveram sua situação de penúria e de falta de recursos agravada pela longa crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, apresentamos proposta de substitutivo que contempla o projeto principal" - extremamente importante e bem elaborado pelo Deputado Pedro Uczai e por outros colegas Parlamentares - "e algumas emendas apresentadas."

No âmbito das Comissões, eu já falei o meu voto.

Presidente, passo agora à leitura do substitutivo.

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar com o objetivo de mitigar os impactos socioeconômicos da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à COVID-19 a serem adotadas até 31 de dezembro de 2022.

§ 1º São beneficiários desta Lei os agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e demais beneficiários previstos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006."

O primeiro benefício é o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural.

(...)

"§ 1º São beneficiários do fomento de que trata o *caput* deste artigo os agricultores familiares que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza, excluídos os benefícios previdenciários rurais.

§ 2º O Governo Federal transferirá recursos financeiros não reembolsáveis aos agricultores familiares que aderiram ao fomento de que trata o *caput*, e que se comprometerem a implantar todas as etapas previstas em projeto simplificado de estruturação da unidade familiar produtiva a ser elaborado por serviço de assistência técnica e



extensão rural.

§ 3º O projeto de que trata o parágrafo anterior poderá contemplar a implementação de fossas sépticas e cisternas ou de outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos (...).

§ 4º A ANATER remunerará, com recursos a serem repassados pela União, as entidades de assistência técnica e extensão rural, no valor de R\$100,00 (cem reais), pelos serviços previstos neste artigo.

Art. 3º Fica a União autorizada a transferir diretamente ao beneficiário do fomento de que trata o art. 2º desta Lei recursos financeiros no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por unidade familiar, na forma do regulamento.

§ 1º A transferência de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá em parcela única.

§ 2º Quando destinado à mulher agricultora familiar a transferência de que trata o *caput* deste artigo será de R\$3.000,00 (três mil reais) por unidade familiar.

§ 3º Para os projetos de que trata o § 3º do art. 2º desta Lei, a transferência de recursos financeiros poderá ser de até R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por unidade familiar" - quando for a mulher a tomadora do crédito.

(...)

"Art. 5º O Benefício Garantia-Safra (...) será condicionado à apresentação de laudo técnico de vistoria municipal" e em parcela única.

"(...)

Art. 6º O Conselho Monetário Nacional" fica autorizado a criar linhas de crédito de 10 mil reais. Essa linha de crédito ampara o agricultor familiar e pequenos produtores de leite.

(...)

II - taxa efetiva de juros: 0% a.a (zero por cento ao ano);

III - prazo de vencimento: não inferior a 10 (dez) anos, incluídos até 5 (cinco) anos de carência;

IV - prazo de contratação: até 31 de julho de 2022;

V - fonte de recursos: recursos controlados e não controlados do crédito rural;

VI - risco das operações: assumido pelos fundos constitucionais de financiamento, nas operações contratadas com recursos desses fundos, e pela União, nos financiamentos objetos de subvenção econômica na forma de equalização de taxas, de que trata a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

§ 2º Até 20% (vinte por cento) do crédito de que trata este artigo poderão ser destinados à manutenção familiar.

§ 3º Os financiamentos de que trata este artigo serão objeto de projeto simplificado de crédito elaborado por entidade de assistência técnica e extensão rural credenciada e sob a coordenação da ANATER.

§ 4º As linhas de crédito de que trata este artigo conterão bônus de adimplência fixo de R\$300,00 (trezentos reais) a ser concedido no início do cronograma de pagamento, mais bônus adicional de adimplência de 20% (vinte por cento) nos contratos firmados por mulheres trabalhadoras rurais.

§ 5º Os custos decorrentes dos financiamentos de que trata este artigo serão assumidos pelos fundos constitucionais de financiamento, nas operações contratadas com recursos desses fundos, e pela União, nas operações contratadas com as demais fontes de recursos" também de acordo com a Lei.

(...)

"Art. 7º Fica instituído o Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar", que nós chamamos de apoio à comercialização.

(...)

I - apoiar a geração de renda de agricultores familiares e suas organizações;

II - promover o abastecimento emergencial de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de produtos adquiridos da agricultura familiar.

§ 1º Os beneficiários do PAE-AF deverão ser inseridos em cadastro simplificado, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da CONAB.

§ 2º A ANATER, em parceria com as entidades de assistência técnica

e extensão rural, identificará e cadastrará, no sítio eletrônico da CONAB, os agricultores familiares beneficiários do PAE-AF, validadas as informações cadastrais requeridas para a concessão do benefício.

§ 3º O PAE-AF será operacionalizado pela CONAB de forma simplificada, mediante a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e a doação simultânea a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ou entidades receptoras previamente definidas pelo órgão federal competente.

§ 4º A CONAB disponibilizará eletronicamente modelo simplificado de proposta de participação no PAE-AF, a qual conterá a relação dos agricultores familiares, a lista de produtos fornecidos, o período de entrega e as demais informações requeridas.

§ 5º O poder público municipal, estadual ou distrital poderá designar agentes públicos para atestar a entrega dos produtos nas entidades receptoras.

§ 6º As aquisições anuais do PAE-AF serão limitadas a R\$6.000,00 (seis mil reais) por unidade familiar ou a R\$7.000,00 (sete mil reais) anuais por unidade familiar no caso de o beneficiário ser mulher agricultora.

§ 7º Quando a aquisição for feita de cooperativa" de agricultura familiar, "o limite de valores de aquisição será o resultante da multiplicação dos parâmetros fixados no § 6º deste artigo pelo número comprovado de cooperados ativos da referida cooperativa.

§ 8º Para a definição dos preços de referência a serem utilizados na aquisição dos produtos, a CONAB poderá utilizar a metodologia do PAA ou a do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

§ 9º A ANATER remunerará, com recursos a serem repassados pelo poder público, as entidades de assistência técnica e extensão rural, no valor de R\$100,00 (cem reais) por agricultor familiar beneficiado pelo PAE-AF.

§ 10 A execução do PAE-AF contará com recursos orçamentários destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela COVID-19.

Art. 8º Fica autorizada a prorrogação para 1 (um) ano após a última prestação, mantidas as demais condições pactuadas, do vencimento das parcelas vencidas ou vincendas no período a que se refere o Art. 1º desta Lei, incluídas eventuais dilações, relativas a operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, e suas

cooperativas de produção, cujas condições econômicas foram prejudicadas pela pandemia da COVID-19.

§ 1º Durante o período referido no *caput*, ficam suspensos, para as dívidas abrangidas pelo disposto no *caput* deste artigo:

I - o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e as cobranças judiciais em curso; e

II - o prazo de prescrição das dívidas.

§ 2º Na prorrogação de que trata este artigo, fica garantida a manutenção de bônus de adimplência, rebate ou outros benefícios originalmente previstos.

§ 3º Os valores prorrogados com fundamento neste artigo serão objeto de subvenção econômica na forma de equalização de taxas, de que trata a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, e os custos correspondentes correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas às Operações Oficiais de Crédito.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo não se aplica aos financiamentos contratados com recursos dos fundos constitucionais de financiamento, que assumirão os custos correspondentes.

§ 5º A prorrogação nos termos deste artigo não impede a contratação de novas operações no âmbito do crédito rural.

Art. 9º Fica autorizada a prorrogação para 1 (um) ano após a última prestação, mantidas as demais condições pactuadas, do vencimento das parcelas vencidas ou vincendas a partir de 1º de janeiro de 2020 até o final do período previsto no Art. 1º desta Lei, incluídas eventuais dilações, relativas a operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), cujas condições econômicas foram prejudicadas pela pandemia da COVID-19.

(...)

Art. 10. Ficam as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) autorizadas a flexibilizar os termos de garantias exigidos para concessão de créditos de investimento ou custeio destinados aos produtores de leite, incluindo a possibilidade de utilizar o leite ou seus animais de produção como garantia do financiamento.

Art. 11. A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 1º-B Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2022, nos termos dos arts. 1º e 1º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.'

'Art. 2º-B Fica autorizada a repactuação, até 30 de dezembro de 2022, nos termos dos arts. 2º e 2º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.'

'Art. 3º-C Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2022, nos termos dos arts. 3º e 3º-B desta Lei, de débitos de responsabilidade de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.'

'Art. 4º-A Fica autorizada a concessão de descontos para a liquidação, até 30 de dezembro de 2022, de dívidas originárias de operações de crédito rural de responsabilidade de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de dezembro de 2021, relativas à inadimplência ocorrida até 30 de junho de 2021, e os referidos descontos devem incidir sobre o valor consolidado, por inscrição em dívida ativa da União.'

(...)

'Art. 10-A. Para os fins de que tratam os arts. 1º-B, 2º-B, 3º-C e 4º-A desta Lei, ficam suspensos:

I - o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e as cobranças judiciais em curso, até 30 de dezembro de 2021; e

II - o prazo de prescrição das dívidas.'

Art. 12. A Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018" - que foi relatada pela eminente Deputada Tereza Cristina, de minha autoria -, "passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 20-A. Fica autorizada a concessão dos descontos de que trata o art. 20 desta Lei até 30 de dezembro de 2022 (...).

Parágrafo único. O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata o *caput* deste artigo fica suspenso até 30 de dezembro de 2022.'

'Art. 36-A. Fica permitida a renegociação, em todo o território nacional, nas condições de que trata o art. 36 desta Lei, de dívidas de operações de crédito rural de custeio e investimento lastreadas com recursos

controlados do crédito rural, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do CMN, contratadas até 31 de dezembro de 2020 por agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e por suas cooperativas de produção agropecuária, e por pequenos produtores de leite, observadas as seguintes disposições:

I - o reembolso deverá ser efetuado em prestações iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2023 e o vencimento da última parcela para 2033, mantida a periodicidade da operação renegociada, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

II - o prazo de adesão à renegociação a que se refere o *caput* deste artigo encerrar-se-á em 30 de setembro de 2022, e o de formalização da renegociação, em 30 de dezembro de 2022.'

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2021", quando eu apresentei o nosso relatório.

Sr. Presidente, são essas as considerações.

Esta é uma lei muito justa, abrangente, que tem basicamente as quatro medidas iniciais apresentadas pelo nobre Deputado Pedro Uczai e outros Parlamentares. Eu pude, atendendo às entidades da agricultura familiar nas nossas negociações, acrescentar aqueles quesitos de renegociação de dívida que nós tentamos na Medida Provisória nº 1.016, mas não foi possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

É esse o relatório do nosso substitutivo.

Documento 114/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-08/06/2021-
	CD	18:56
Publ.: DCD - 09/06/2021 - MÁRCIO LABRE-PSL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a

adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Importância da austeridade fiscal implementada pela equipe econômica do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. MÁRCIO LABRE (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL, a base e a Maioria votam favoravelmente, "sim".

Eu gostaria de acrescentar, neste minuto, quão importante é a austeridade fiscal, quão importante é uma equipe econômica que cuide da responsabilidade fiscal de um Governo para momentos como este, quando o Governo vem sendo demandado, semana após semana, por esta Casa a dar auxílio a segmentos, a setores da economia, a pessoas, a grupos sociais.

Por isso, é sempre importante nós termos uma equipe econômica responsável e que saiba fazer reservas, para que um projeto como este possa, na melhor das hipóteses, ser atendido ou atender na medida das suas possibilidades.

Por isso, nós sempre defendemos a condução da...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 115/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-08/06/2021- 19:16
Publ.: DCD - 09/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Expectativa de sanção da propositura pelo Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, cumprimento V.Exa. Cumprimento o saudoso Deputado Assis Carvalho, que deu nome à primeira lei que a nossa Câmara Federal, que o Parlamento aprovou em apoio aos agricultores familiares no que diz respeito ao impacto da pandemia na atividade desses trabalhadores. Cumprimento o Deputado Pedro Uczai, que trabalhou muito em relação a esse tema também.

Quero dizer uma coisa a todos os brasileiros. É impressionante como o Governo Bolsonaro desorienta as políticas corretas no País. Estamos há 1 ano e 4 meses numa pandemia, Deputado Pedro Uczai. O Parlamento já havia aprovado apoio aos agricultores familiares, e Jair Bolsonaro vetou o apoio aos agricultores familiares, não deu nenhum tipo de apoio durante toda a pandemia. Felizmente, agora estamos aprovando de novo um apoio justo. Espero que ele não o vete.

Documento 116/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-08/06/2021-
	CD	19:16
Publ.: DCD - 09/06/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Imediata aprovação da matéria pelo Senado Federal. Expectativa de sanção da propositura pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Agradeço a generosidade de V.Exa.

Agradeço à nossa bancada, agradeço ao Núcleo Agrário, agradeço aos movimentos sociais e agradeço ao Parlamento.

Com exceção do Partido Novo, todos os demais votaram "sim", a favor da agricultura familiar. Vamos ter recurso para fomento, renegociação das dívidas, crédito e vamos fazer com que a produção de alimentos se coloque no centro da nossa estratégia de política pública.

Agora faremos mobilização nacional para que essa matéria seja aprovada rapidamente no Senado e, em seguida, haja a sanção

presidencial. Se o Presidente vetar essa matéria de novo, nós vamos derrubar o veto, porque o Parlamento vai dizer que agricultura familiar e camponesa tem que ser respeitada e tem que ser apoiada.

Muito obrigado, Câmara dos Deputados, pela aprovação desse projeto.

Muito obrigado a todos.

Documento 117/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	20:00
Publ.: DCD - 09/06/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 1.423, de 2021, sobre a instituição da Lei Henry Borel acerca do estabelecimento de diretrizes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes. Indignação com o descarte de vacinas Janssen pelos Estados Unidos da América.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria vota "sim".

Para completar o meu tempo, Sr. Presidente, reitero o que eu já tenho dito aqui várias vezes: 70% das vacinas do mundo estão nas mãos de dez países.

Agora vem uma notícia fresquinha: há muita oferta e pouca demanda. Milhões de vacinas contra a COVID podem ir para o lixo nos Estados Unidos! São vacinas da Janssen. Os Estados Unidos estão muito preocupados com o resto do mundo. Eles querem que, no resto do mundo, morram todos de COVID. Eles estão dando vacina provavelmente até nos cachorros americanos, mas vão jogar no lixo milhões de doses de vacinas. E o resto do mundo que morra de COVID!

Notícia fresquinha: milhões de vacinas indo para o lixo nos Estados Unidos.

Documento 118/557

60.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021-
CD 20:08

Publ.: DCD - 09/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Aproximação do patamar de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Culpabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo atraso na aquisição de vacinas, e consequente colapso da rede hospitalar e dos cemitérios no País. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid. Descumprimento, pelo Presidente da República, da promessa da campanha eleitoral de correção da tabela de deduções do Imposto de Renda. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 7.838, de 2017, acerca da correção da tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas. Apelo ao Governo Jair Bolsonaro de atualização da tabela do Imposto de Renda.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero lamentar o morticínio que o Brasil está vivendo em razão do coronavírus e da forma como o Brasil e o Governo brasileiro trataram, vem tratando e, por certo, continuarão maltratando o embate e o bom combate à pandemia.

Nós estamos prestes a chegar a meio milhão de vidas perdidas. São pessoas, são almas, não são só números. São sentimentos, são famílias que estão vivendo o drama de perder seus entes queridos. Nós precisamos dizer isso, até para que as pessoas tenham consciência do que está acontecendo.

Não é por acaso esse efeito: "*Ah, é uma gripezinha.*" "*Ah, é um resfriadinho.*" "*A vacina é comunista.*" "*Essa não funciona, essa outra não presta, esta é comunista.*" Ora, não importa o pelo do gato, o importante é que o bicho cace o rato; não importa de onde vem a vacina, o importante é que ela funcione. Deixaram de comprar a vacina da Pfizer lá em agosto, setembro do ano passado, e compraram 6 meses depois. Isso tudo nós compreendemos e se explica.

É por essas narrativas e esses comportamentos que nós estamos vivendo esta situação: a vacina demorada, chegando a conta-gotas; os hospitais lotados; as UTIs cheias; os cemitérios entupidos; e as pessoas morrendo e não tendo a quem pedir socorro, porque o governante de plantão é cego, surdo e mudo, não compreende a realidade ou não quer compreender. E o pior cego não é quem não vê, pois é só quem não quer ver que não enxerga essa realidade lamentável.

"Ah, o Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo." É verdade. É também o quarto país onde mais falta gente para vacinar, porque nós somos o quarto país do mundo em população. Mas, na verdade e na essência, nós somos o 50º país do mundo percentualmente, em número de vacina.

Nós temos que deixar isso com transparência para o cidadão e para a cidadania. Por isso, a CPI da COVID está dando nome aos bois, está mostrando quem é quem, para que a sociedade saiba, para que a população veja, para que a sociedade civil organizada compreenda a realidade, por que nós chegamos a esse patamar. Esta é a verdade que precisa ser dita, que precisa ser falada, e que precisa ser denunciada.

O PDT tem lado. Nós estamos do lado da ciência, do lado da Medicina, do lado do conhecimento e não do negacionismo, não do obscurantismo. Absolutamente não! Nós temos lado e estamos do lado do cidadão, da população, que não suporta mais esse tipo de negacionismo que está acontecendo por aí.

Feito esse registro, Presidente, eu quero aqui fazer um apelo ao Governo, especialmente ao Presidente Bolsonaro. Na campanha política, em uma das poucas declarações que deu, porque não participou de debates, ele disse que uma das coisas que faria, uma vez eleito, seria atualizar, corrigir a tabela do Imposto de Renda. Disse, comprometeu-se, mas não o fez. Mentiu para o tio, porque, até agora, não corrigiram absolutamente nada.

É verdade que a tabela do Imposto de Renda não vem sendo corrigida há anos? Sim. Nem o Fernando Henrique corrigiu o necessário, tampouco Lula, nem a Dilma, nem sequer o Michel Temer. Mas não é menos verdade que o Presidente Bolsonaro disse, alto e bom som, que faria isso, mas não o fez. E eu tenho que cobrar, porque o peixe morre pela boca, e o homem, pela palavra. Ele deu a palavra, e não está resgatando a palavra empenhada. Foram poucas as palavras que ele deu ao País, e essa é uma das poucas palavras que ele não está cumprindo.

A tabela do Imposto de Renda está defasada em mais de 100%. Eu brigo por isso faz anos, Presidente. *"Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura."*

Eu estou insistindo, persistindo, teimando. Tenho convicção do que digo. E a minha convicção é tanta, tal e tamanha na defesa desse tema que, se não tivesse ninguém para ouvir o que eu estou dizendo, seria capaz de dizer isso para mim mesmo para aumentar a convicção que tenho em relação àquilo que acredito.

Não é possível que vão cobrar Imposto de Renda de quem ganha dois salários mínimos!

Eu sou autor do Projeto de Lei nº 7.838, de 2017, que prevê a correção da tabela do Imposto de Renda. Hoje, o assalariado é quem paga Imposto de Renda. Os banqueiros não pagam, os grandes não pagam, os ricos não pagam Imposto de Renda. Quem tem grande capital não paga Imposto de Renda. Quem paga esse imposto é o assalariado.

Por isso, o nosso protesto, a nossa luta, a nossa disposição para que possamos reverter esse quadro.

Eu vou cobrar do Governo, dos seus Líderes, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional. Nós Deputados teríamos que criar vergonha na cara e atualizar a tabela do Imposto de Renda. Isso é o mínimo que nós tínhamos que fazer. É o nosso dever.

Digo isso com clareza, com transparência, com firmeza. Estou cobrando isso do Governo e dos seus Líderes. A tabela do Imposto de Renda faz mal para o Brasil.

Documento 119/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	20:32
Publ.: DCD - 09/06/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Resolução nº 46, de 2021, sobre a denominação, de Gabinete Mozart Vianna de Paiva, do Gabinete do Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. Encaminhamento, à CPI da Covid, de requerimento de convocação do Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSL vota "sim". É uma grande homenagem a um grande homem, mais do que merecida.

Nós só temos que desejar à família conforto. Que Deus realmente abrace essas pessoas e dê o conforto que elas merecem!

Homenagem muito merecida!

Sr. Presidente, para complementar meu tempo, eu quero falar que protocolei, na CPI da COVID, no Senado, requerimento para que seja convocado o Governador do Estado do Espírito Santo, o Renato Casagrande, já que a Polícia Federal deflagrou, no dia 7 de junho, a Operação Volátil, que apura o superfaturamento na compra de álcool gel pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo.

E gostaria que meu pronunciamento fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 120/557

60.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/06/2021- CD	21:04
Publ.: DCD - 09/06/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no Estado da Bahia. Necessidade de concentração da Casa nas ações de combate à Covid-19. Descumprimento pelo Governo Jair Bolsonaro do dever constitucional de combate à epidemia de coronavírus, demonstrado pela CPI da Covid. Registro de 2.693 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da doença. Aproximação do patamar de 480 mil óbitos no Brasil provocados pelo coronavírus. Inoportunidade de realização da Copa América no País. Lentidão do processo de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Insuficiência do número de leitos de UTIs na rede hospitalar brasileira, diante do avanço da epidemia de coronavírus no País. Expectativa quanto à autorização da compra de novas vacinas, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para uma situação por demais preocupante. Nós estamos no Brasil, neste momento, vivendo ainda uma trágica situação com relação à pandemia da COVID-19, e aqui nesta Casa, em algumas sessões, há um ambiente de normalidade que me assusta. Nós não estamos vivendo nada, senão uma grande tragédia que continua e com o risco iminente de uma terceira onda se avolumar e não sabemos as proporções dela.

As vacinas que deveriam ter sido compradas não o foram. O Governo ainda tem uma grande deficiência na sustentação e no financiamento extraordinário, especialmente da COVID. Na Bahia, hoje temos uma liminar - e quero aqui registrar o trabalho que é realizado pelo

Governador Rui Costa e pelo Secretário Fábio Vilas-Boas - para garantir pagamentos que são necessários ser feitos para custear UTIs, medicamentos e outras ações diretamente ligadas à pandemia, porque o Governo Federal não agiu corretamente com os Estados do Brasil e não tem agido corretamente com relação à pandemia.

Em minha cidade é assustador o quadro. Acabei de ler em um dos sites da cidade, *O Protagonista*, que recebi agora: "*Covid avassaladora em Feira: 452 novos casos somente nesta terça (8)*". Em Feira de Santana, cidade em que eu moro, há 650 mil a 670 mil habitantes e 757 mortes. Esta semana, nós tivemos dias em Feira de Santana com um número absurdo de mortes. Chegamos a ter num dia só, praticamente, 8 mortes; 11 mortes em 2 dias. E esse tema, Sr. Presidente, não está mais sendo tratado nesta Casa como deveria.

Nós temos uma CPI em curso no Senado. É uma CPI que já deu mais do que demonstração de que, infelizmente, o Governo Federal não cumpriu a sua missão, não só em relação à compra de vacinas, mas também em diversas outras atitudes e ações que deveriam compor, que deveriam fazer com que nós tivéssemos no Brasil um enfrentamento adequado dessa tragédia por que passa o nosso povo, a população de forma geral.

Os países estão se fechando para o Brasil. O Presidente da República e alguns membros do Governo, em vez de buscarem aliados neste momento, parece que estão do lado do vírus. E acontece aqui e se reproduz, inclusive, no Brasil, um sentimento que não é de buscar aliados. Falava-se aqui num comitê de gerenciamento de crise. Funcionou duas ou três vezes aí em alguma coisa pública, mas foi muito distante do que se precisava e do que se precisa para gerenciar uma crise como a que nós estamos vivendo.

O Presidente Lula, quando nós tivemos aqui as ocorrências ligadas à gripe H1N1 e outras dificuldades com relação a medicamentos da vacina, criou, lá atrás, um grupo de trabalho para produzir vacinas, para produzir remédios, para discutir a quebra de patentes.

De lá para cá, o que vimos em 2019 foi praticamente a extinção desse trabalho que vinha sendo realizado junto ao Ministério da Saúde. Estamos vendo de perto o grau de erro e estamos acompanhando o grau de grande dificuldade com relação à falta de vacinas, à falta de remédios, à falta de atenção básica no momento de uma pandemia tão dolorosa como esta que estamos vivendo.

E aqui, como na minha cidade, como em outras grandes cidades, pouquíssimas das grandes cidades tomaram a atitude de criar comitês para enfrentar essa crise. Na minha cidade, o Prefeito prefere não conversar com ninguém, como o Presidente faz. Aliás, são aliados,

andam juntos e agem como se fosse normal a situação que vive o Brasil.

Hoje o Brasil registra 2.693 mortes por COVID em 24 horas. É o maior número em 34 dias, ou seja, há um crescimento, e já estamos chegando a quase 480 mil mortos. E havia estabilidade até esta semana. Até domingo, havia estabilidade. E hoje já está aqui: *"Brasil registra 2.693 mortes por Covid-19 em 24 horas"*. É o maior número em 34 dias.

Nós estamos próximos do São João, mas não há uma campanha nacional para dizer: afastem-se, usem máscara e álcool, preservem a vida. Não! O que há é o Presidente da República chamando para fazer o quê? Um passeio de moto. E fica dizendo para todo mundo que vai ter 100 mil pessoas nesse passeio. Passeio para comemorar o quê? Eu sou muito fã da turma de moto e acho uma maravilha um passeio de moto. Quem não gosta?

Lá em Feira eu sou muito aliado da turma de motocicleta. Mas você se reúne para passear de motocicleta não é para protestar, não. É para fazer encontro, confraternização. Mas confraternizar o quê?

Inclusive, essa é a diferença da Copa América para os outros campeonatos que estão sendo realizados. Perguntaram a mim: *"Qual é a diferença entre Copa América, Campeonato Brasileiro e Campeonato Baiano?"* Eu disse: *"É muito simples, esses campeonatos foram sacrificados no ano passado, e, com regras muito rigorosas, estão aí sendo levados"*.

Mas a Copa América é uma festa, não é propriamente um campeonato. É uma confraternização. E que confraternização nós temos neste momento, com os números crescendo?

Estamos próximos de uma festa que, como todos sabem, movimenta o País, principalmente o Nordeste. Recursos? Como a Bahia fez, está entrando na Justiça e conseguiu liminar.

Apoio? Que apoio? Eu ouvi agora uma Deputada dizer que está sobrando vacina no mundo. Sim, está sobrando vacina no mundo, mas nós não vamos chegar tão cedo... Ouvi o Presidente da República falar há alguns dias em cadeia nacional. Pensava que estava falando... *"Está tudo muito certo. Está tudo muito bem aqui no Brasil."* Nós não vamos chegar a 20% de vacinados, no ritmo em que estamos, nos próximos 30 dias.

Os números de hoje já mostram um crescimento da doença. Hoje, na minha cidade, morreu um jovem - uma pessoa de 42 anos hoje é um jovem. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque não havia leito de UTI.

Mas não é porque não se construiu, não. Esta semana inauguraram-se dez leitos de UTI na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital Dom Pedro de Alcântara. Parabéns pelo trabalho! O nosso Hospital Geral Clériston Andrade tem 50 leitos. Já são 60. O Hospital de Campanha, que, inclusive, foi construído com o apoio do Governo do Estado no Município, tem mais dez. São 70. Estavam abrindo mais 8: 78. Mas isso não dá resultado suficiente para deter o avanço desta doença.

Esta semana conseguimos que a ANVISA liberasse a Sputnik, em número pequeno. Mas espero que, nos próximos 60 dias, a ANVISA cumpra seu papel nessa grande vitória do Governador Rui Costa, do Consórcio do Nordeste, do Secretário Fábio Vilas-Boas e da Bahia.

Nós não podemos, Sr. Presidente, continuar achando normal que o Brasil chegue a 480 mil mortos e a terceira onda venha para trazer tanta tragédia sem que esta Casa se levante de forma mais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 121/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-13:44
Publ.: DCD - 10/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no País. Necessidade de imunização da população brasileira contra a Covid-19 e outras doenças. Apelo ao Governador Gladson Cameli por adoção de campanha de vacinação massiva do povo acriano.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós continuamos muito preocupados com a pandemia da COVID-19, que, muito provavelmente, em breve, terá causado mais de meio milhão de mortes no nosso País.

Temos visto a presença de vários representantes do Governo na CPI literalmente mentir sobre vários aspectos, sobre a vacina e as estratégias errôneas que foram adotadas por esse Governo que

despreza a vida das pessoas.

E é claro que a questão da vacinação continua sendo uma preocupação no País. Eu estou muito preocupado porque o Governo tem procurado aumentar a vacinação contra a COVID no País, mas está deixando descoberta, no Plano Nacional de Vacinação, a vacinação para outras doenças. Já estamos vendo a proliferação de doenças como sarampo, poliomielite, febre amarela, dentre outras. Preocupa-me também agora essa notícia de que a vacina da Janssen vai chegar ao País com prazo de validade para o dia 27 de junho, e nós podemos ter perda de vacina.

Quero ainda aqui falar sobre a preocupação em relação ao meu Estado do Acre. Ontem, na Assembleia Legislativa, o Deputado Daniel Zen fez uma denúncia gravíssima. Primeiro, o Estado do Acre é o último colocado em vacinação, com pouco mais de 6% da população vacinada, Deputado Hildo Rocha. Faz tempo que estamos oscilando entre os últimos colocados. Ocorre que o Estado recebeu mais de 359 mil vacinas, mas só foram aplicadas 202 mil. Nós estamos falando de 157 mil vacinas que não foram aplicadas, e nós estamos vendo o aumento das mortes.

O Governo Estadual, que está gastando rios de dinheiro que estão indo pelo ralo da corrupção, deveria fazer uma busca ativa para saber o que está acontecendo. Deveria fazer propaganda massiva para convencer as pessoas e reunir-se com comunidades, lideranças religiosas e da sociedade civil, para que seja feito um grande movimento de vacinação. Também pessoas incluídas nos grupos prioritários estão morrendo, estão perdendo a sua vida neste momento, no Estado do Acre.

Eu estou muito preocupado com essa situação. A partir de 14 de julho, já foi anunciado que começa a ser vacinada a população em geral a partir de 59 anos, mas nós queremos que todo mundo se vacine.

Por isso, deixo este apelo para que o Governo faça uma campanha massiva e vacine todos no Estado do Acre.

Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 122/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-13:48
Publ.: DCD - 10/06/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ressurgimento de endemias e reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Atraso na execução do Programa Nacional de Imunizações pelo Ministério da Saúde. Importância do efetivo combate à Covid-19 para a recuperação da economia brasileira. Retirada pela Casa de conquistas importantes para o sistema de proteção social. Reajuste nos preços de alimentos no País.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos num momento verdadeiramente difícil, desde o início do período em que nós recuperamos a democracia no pós-ditadura. Nós estamos vivendo crises que estão conturbando a essência do cotidiano de qualquer brasileiro, dos mais pobres, mas, principalmente, daqueles que têm dificuldades até para comer, já que a fome voltou ao País.

Nós nos livramos da fome na década passada. Agora, ela voltou, e, junto com a fome, voltou uma série de endemias que estão batendo na porta, principalmente porque o PNI - Programa Nacional de Imunizações está atrasado em sua campanha como o Brasil jamais viu, desde quando começou a tratar, e muito bem, da imunização da sua população.

Enquanto não combatermos, não vencermos a COVID-19, não haverá recuperação econômica. E, nesse ambiente de crise sanitária, a Casa Legislativa, a Câmara dos Deputados tem trabalhado, tem operado reformas estruturantes que têm retirado direitos, conquistas importantes para o sistema de proteção social, para a celebração da cidadania. E este Governo genocida será marcado pela história como o Governo que mais retirou renda do mundo do trabalho. Isso está posto, e nós estamos vivenciando isso todos os dias. É terrível juntar a fome e a inflação, a carestia dos alimentos. O percentual que o pobre gasta para se alimentar e para alimentar a sua família repercute de maneira muito objetiva na incapacidade de ele prover suas necessidades (*falha na transmissão*) diárias. Este é o País que nós vamos encontrar Bolsonaro (*falha na transmissão*). Entretanto, nós haveremos de vencer Bolsonaro, senão o Brasil vai pagar muito caro do ponto de vista da expectativa popular.

Documento 123/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-13:48
Publ.: DCD - 10/06/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Mundial da Imunização no País. Necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Recusa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da compra de vacinas em tempo hábil.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 9 de junho, é celebrado o Dia Mundial da Imunização, que foi criado para a conscientização sobre a importância desse cuidado com a saúde de todos.

Infelizmente, no Brasil, não temos o que comemorar, pois aqui temos um completo desgoverno que não cuida da saúde da população.

Portanto, vamos fazer desta data um dia de luta, um dia de resistência. Vacina já para todos! É disso que o Brasil precisa. Estamos há 6 meses do início da vacinação contra a COVID no Brasil, e apenas 11% dos brasileiros tomaram as duas doses.

A CPI da COVID está em curso. Uma das principais perguntas a que essa investigação precisa responder é: quantas mortes poderiam ter sido evitadas, se o Governo do Presidente Jair Bolsonaro tivesse comprado vacinas contra a COVID-19 quando elas foram oferecidas pelos fabricantes? Bolsonaro recusou 11 vezes 11 ofertas para a compra de vacinas. Recusou vacina em 2020 pela metade do preço.

O Brasil já foi referência em vacinação. Vamos lembrar que, quando o Presidente Lula enfrentou a pandemia do H1N1, nós conseguimos vacinar metade da população em 90 dias, e o povo brasileiro nem sentiu o efeito daquela pandemia. Ao contrário de Bolsonaro, que acredita na imunidade de rebanho e em medicamentos sem nenhuma comprovação científica, Lula sempre acreditou na ciência.

Viva o SUS! Vacina, sim! Bolsonaro, não!

Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 124/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-13:52
Publ.: DCD - 10/06/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com o novo ataque da família Bolsonaro à República Popular da China, diante da necessidade do País de aquisição de insumos chineses para a produção de vacina contra a Covid-19. Importância de fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e àquele país. Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19, e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro: o Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa - IREE, presidido por Walfrido Warde, está realizando, em parceria com os chineses, esse seminário sobre modernização de governança e gestão pública, o que é fundamental no momento que estamos vivendo. Diversos partidos políticos, como PSDB, PT, PCdoB, estão participando do debate, que conta também com a participação do Embaixador da China no Brasil.

A família Bolsonaro ataca mais uma vez os chineses porque estão participando desse seminário. Ataca-os chamando-os de ditadores no momento em que mais precisamos de insumos vindos da China para a produção da vacina contra a COVID.

Quase meio milhão de pessoas que já morreram de COVID no Brasil, e nós devemos cada vez mais estreitar nossa relação comercial com a China, devemos cada vez mais estabelecer relações de solidariedade com os outros países. Mas a família Bolsonaro, no seu estilo de ser, ataca os parceiros, ataca aqueles que podem ajudar o Brasil, o que é inadmissível.

Quero também, Sr. Presidente, parabenizar esta Casa porque, no dia de ontem, foi aprovada a Lei Assis Carvalho II para o fortalecimento da agricultura familiar.

Durante toda esta pandemia, o Governo Bolsonaro vetou o projeto Assis Carvalho II, não ajudou a agricultura familiar, mas, ontem, mais uma vez, a Câmara aprovou a lei. O projeto foi uma iniciativa do Deputado Pedro Uczai, que é coordenador do núcleo agrário, e a bancada do PT ajudou na sua construção.

Quero parabenizar todos os partidos que votaram e que ajudaram na aprovação dessa lei, mas sobretudo os movimentos sociais, porque essa lei é fundamental, é o reconhecimento da importância da

agricultura familiar para o desenvolvimento do País, da importância da agricultura familiar para o combate à fome e à carestia que nós estamos vivendo, fruto do Governo Bolsonaro, o Governo irresponsável e genocida que nós temos no Brasil.

Documento 125/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-13:56
Publ.: DCD - 10/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Divulgação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de relatório falso com o timbre do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de óbitos provocados pela Covid-19 no Brasil. Necessidade de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer menção ao que aconteceu esta semana. Aliás, é inimaginável o que está acontecendo no País. Eu quero fazer uma pergunta ao povo brasileiro, aos Parlamentares e, sobretudo às instituições do País: até quando as instituições brasileiras vão tolerar as delinquências do Presidente da República? Vou repetir: até quando as instituições brasileiras vão tolerar as delinquências do Presidente da República, que mente descaradamente em rede nacional?

Esse caso sobre um suposto relatório do TCU indicando que o número de óbitos por COVID é 50% menor do que do que as quase 500 mil vidas perdidas para a pandemia... O Presidente reúne os seus apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada para dizer essas barbaridades, barbaridades que ele repete nas suas redes sociais, assim como os Deputados da base. Agora os apoiadores estão questionando o relatório do TCU. Eu pergunto: até quando as instituições vão tolerar as delinquências desse Presidente?

Já passou da hora de ele ser afastado. É a hora do *impeachment* do Presidente da República, que deixa o povo sem vacina, sem comida, sem emprego, e ainda zomba das instituições.

Eu fico me perguntando se, em outra época recente, o Presidente da República fizesse o que faz esse genocida chamado Bolsonaro, haveria uma reação dura das instituições. E eu estou vendo as instituições caladas diante dos descabros e da delinquência deste

Presidente da República.

Impeachment! Fora, Bolsonaro! Nós queremos comida, vacina e emprego.

Peço, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 126/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:16
Publ.: DCD - 10/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da Copa América no Brasil.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Charles Fernandes.

Nobres colegas, é muito bom estar nesta tribuna.

Causa-me surpresa mais uma vez o seguinte: em tudo o que acontece no Brasil, há a presença ou a participação do STF. Desta vez, é na Copa América.

A Ministra Cármen Lúcia pede ao Ministro Fux que pautе o julgamento de ações que querem barrar a Copa América no Brasil. Esta Copa começa no dia 13 no Brasil, e os Ministros estarão julgando no dia 10, em plenário virtual, faltando 3 dias, com todos os países mobilizados para começarem a Copa América aqui no País.

Quem entrou com esse pedido? O PSB e - notem bem - a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. O que têm a ver com isso? Olhem o fundamento do PSB, Sra. Ministra e Srs. Ministros do STF. Ele argumentou que a intensa circulação de visitantes em território nacional promoverá evidente propagação do vírus da COVID-19 por diversos Estados brasileiros. Olhem só: intensa circulação de visitantes, quando não haverá nenhum, nenhum torcedor nas arquibancadas.

Todos que vierem ao Brasil passarão por testes e estarão vacinados. Ou o STF não acredita na vacinação? São negacionistas? O STF não

acredita nos testes? São negacionistas? Estarão todos vacinados!

Diz ainda a argumentação da confederação: "*O País não pode ser sede de competições internacionais de esporte*". Eles não sabem, Srs. Ministros do STF que vão julgar, mas está ocorrendo no Brasil a Copa Sul-Americana, a Copa Libertadores da América e ainda, de brinde, o Brasileirão -- Série A, Série B, Série C, Série D -- e a Copa do Brasil.

Agora, querer barrar uma competição que tem apenas dez equipes, o menor de todos os campeonatos, com dez equipes apenas, não tem sentido, não tem fundamento.

Espero que, o quanto antes, possamos ver o bom senso imperando, porque a tentativa de macular a imagem do Presidente Bolsonaro suspendendo a Copa América extrapolou todos os limites.

Bom senso, teste, vacinação, segurança! Temos vários torneios sendo realizados no Brasil.

Grato, nobre Presidente Charles Fernandes.

Documento 127/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:20
Publ.: DCD - 10/06/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Contentamento com a aprovação, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, do Projeto de Lei nº 5.740, de 2016, acerca do estabelecimento de direitos e da instituição da política nacional da população em situação de rua.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui na Câmara temos sempre usado a tribuna para denunciar os muitos retrocessos que o Governo Bolsonaro tenta impor ao Brasil e ao povo brasileiro. Mas hoje eu gostaria de celebrar e trazer duas boas notícias.

Uma delas diz respeito à aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021,

a Lei Assis Carvalho II, que institui o auxílio emergencial para os agricultores familiares. Lamento que esse projeto não tenha sido aprovado antes. Aliás, nós o aprovamos no ano passado, mas depois foi vetado pelo Presidente Bolsonaro.

Temos aqui muitos Deputados da base aliada de Bolsonaro que usam o nome dos pequenos agricultores e dos donos de terras para justificar a votação de projetos, como o da legalização da grilagem, mas não moveram uma palha para acelerar essa pauta dentro desta Casa.

De qualquer maneira, ontem, reparamos essa injustiça com um setor tão importante do nosso País, que são os agricultores familiares. E, por unanimidade, na verdade, sem o voto do NOVO, o PL foi aprovado.

Eu gostaria de saudar toda a bancada do PT, em especial os Parlamentares do núcleo agrário, coordenado pelo Deputado Pedro Uczai. No ano passado ainda, nós trabalhamos muito na elaboração desse projeto em parceria com os movimentos sociais do campo e da floresta, do campo unitário, que juntos ajudaram a construir esse projeto. Também quero saudar o Deputado Zé Silva que cumpriu, como Relator, a promessa de fazer um texto que contemplasse as demandas desses movimentos.

Quero registrar também minha alegria com a aprovação hoje, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, do Projeto de Lei nº 5.740, de 2016, de minha autoria, que estabelece direitos e institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esse instrumento é um importante mecanismo para o planejamento, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às pessoas que vivem nas ruas do nosso País e também será um dia para as ações dos Estados e Municípios de acolhimento dessas pessoas.

Agradeço nominalmente ao Deputado José Ricardo, que relatou o projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano, ao Padre Júlio Lancellotti, que tanto contribuiu para o texto desse projeto que foi votado, e ao Vereador Eduardo Suplicy, que fez também uma audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo, para dar subsídios à elaboração desse projeto.

Agora vamos trabalhar para que o PL vá ao plenário e seja aprovado.

Presidente, gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios da Casa.



Publ.: DCD - 10/06/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Quadro de fome e desemprego reinante no Estado do Tocantins. Expectativa quanto à implementação, no Estado, do disposto no Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de garantia da segurança alimentar e de vacinação do povo tocantinense contra a Covid-19. Falta de servidores e de peritos médicos no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em Tocantins.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho falar do drama da fome no Brasil, do drama da fome no meu querido Estado do Tocantins. É inadmissível o que está acontecendo no nosso querido Estado do Tocantins. Toda hora se recebe notícia da fome que campeia pelos lares do Estado do Tocantins.

O nosso Estado é o mais novo da Federação. Sr. Presidente, a industrialização ainda não chegou ao Tocantins. Em razão disso, nós não temos emprego. Há dificuldade para geração de emprego no Estado de Tocantins. Nós estamos vivendo este drama: as crianças não têm o que comer. O Estado tem tradição na agricultura familiar. O Tocantins tem terras férteis, e lá chove normalmente. É um Estado de terras apropriadas para a agricultura familiar, mas infelizmente o Governo do Estado do Tocantins não tem uma política direcionada para ajudar a agricultura familiar.

Felizmente, ontem nós aprovamos o Projeto de Lei nº 823, de 2021, a Lei Assis Carvalho. Eu espero que essa lei chegue logo ao nosso querido Estado do Tocantins, para que seja gerado emprego para os trabalhadores da agricultura familiar.

Sr. Presidente, precisamos do auxílio emergencial no valor de 600 reais. No Tocantins, infelizmente, nem o auxílio de 150 reais está chegando aos trabalhadores e trabalhadoras. Precisamos da vacina já e precisamos de comida no prato do povo tocantinense.

Sr. Presidente, outro drama que vivemos é o do INSS. Não há funcionários nem peritos para nos ajudar a resolver os problemas que nós vivemos no Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, queremos que o Tocantins seja visto pelo Governo Bolsonaro e pelo Governo Carlesse.

Gostaria que a minha fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado, Presidente Charles Fernandes.

Documento 129/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 10/06/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto conta a submissão, ao Supremo Tribunal Federal, da decisão sobre a realização da Copa América no Brasil.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Não é possível viver em um país em que a Suprema Corte decide tudo o que vai acontecer. Não é possível viver em um país em que a Suprema Corte se porta como um Poder superior aos outros Poderes.

A decisão da Ministra Cármen Lúcia de pedir ao Pleno do Supremo Tribunal Federal que decida, dia 10, se vamos ter a Copa América ou não no Brasil, sendo que o campeonato começa dia 13, é um absurdo!

Quem provoca insegurança jurídica neste País é quem deveria proteger-nos da insegurança jurídica, que é a Suprema Corte. Ou será que os Ministros da Suprema Corte não se dão conta de que neste momento no País estão sendo realizados o Brasileirão, o Brasileirão Série B, a Copa do Brasil, as Eliminatórias da Copa do Mundo, a Libertadores, a Copa Sul-Americana, o Brasileirão Feminino, o Brasileirão Série C, o Brasileirão Série D? Pelo amor de Deus!

Sr. Presidente, é um absurdo a Suprema Corte ter o comportamento que continua tendo.

Bem, o texto que leio a seguir não é meu, eu só estou adaptando:

Se o STF for contra a realização de um campeonato de futebol em que todos os participantes estão vacinados, eles confessam que não acreditam na eficácia das vacinas. Se o STF for contra a realização de um campeonato de futebol em que todos os participantes estão testados com PCR negativo, o STF confessa que não acredita na eficácia dos testes. Se o STF for contra a realização de um

campeonato de futebol sem público, eles confessam que não acreditam na eficácia do distanciamento social. Se o STF for contra a realização de um campeonato de futebol que segue os rígidos protocolos sanitários definidos pelos cientistas e pelas autoridades de vigilância sanitária, eles confessam que não acreditam na eficácia desses protocolos. Agora, se o STF for contra a realização de um campeonato de futebol que atenda a todas as condições expostas acima, estará confessando serem negacionistas. Agora, se o STF nunca seria contra a realização de qualquer campeonato de futebol em curso no País, mas só é contra a realização da Copa América, então, o STF está confessando que é hipócrita.

Então, esperemos o julgamento do dia 10 para saber se o STF é verdadeiro ou se é hipócrita.

Documento 130/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:36
Publ.: DCD - 10/06/2021 - HEITOR FREIRE-PSL -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais diante da epidemia de coronavírus. Inclusão da categoria em grupo prioritário de vacinação. Instalação de infraestrutura em feiras e camelódromos. Empenho na expansão da rede de restaurantes populares, especialmente em Fortaleza, Estado do Ceará.

O SR. HEITOR FREIRE (PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, eu subo a esta tribuna para trazer à discussão um assunto muito importante e que não tem sido mencionado pela grande mídia. Neste período de pandemia, em que já se contam, infelizmente, mais de 470 mil mortos, quase 500 mil mortos, muito foi falado sobre tratamentos médicos, vacinas, prioridades no plano de imunização, mas na ordem de vacinação algumas profissões tem sido esquecidas. Todos sabemos que algumas categorias nunca puderam parar, e há aqueles que ficaram no limbo, desassistidos por todas as iniciativas. É o caso dos comerciários de rua, dos camelôs e feirantes, que têm passado por graves dificuldades. O auxílio emergencial ajudou por alguns meses, mas a situação desses profissionais é muito delicada.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que essas categorias são invisíveis. Ninguém está olhando por elas. Isso me deixa muito triste.

Elas estão todos os dias nas ruas, trabalhando para que a nossa economia volte a ser o que era antes. Por ironia, são as que mais sofrem nesta pandemia da fome, de que se tem falado tanto. O caso dos camelôs e dos feirantes é ainda mais preocupante. A ordem de vacinação prioritária para eles nem mesmo foi discutida. A impossibilidade de trabalhar afetou mais de 150 mil famílias só no meu Estado do Ceará.

Nas conversas que tenho mantido com os trabalhadores informais, eles sempre me pedem que olhe por eles. É o que estou fazendo agora. Os pedidos são de ajuda para a instalação de infraestrutura nas feiras, nos camelódromos e nos locais que costumam ter grande número de camelôs. Além disso, sei que, para todos esses informais, a alimentação é um problema. Eles muitas vezes não podem nem se deslocar de suas bancas para se alimentar. Eu já estou tentando viabilizar, com qualquer tipo de ajuda, a expansão de restaurantes populares, principalmente no centro da nossa Fortaleza. Outra necessidade, que é um pedido antigo dos informais, é relativa à questão sanitária, ou seja, é preciso colocar banheiros químicos na estrutura de feiras e camelódromos e nas ruas com grande circulação de pessoas.

Gostaria de ressaltar que o meu gabinete está à disposição desses trabalhadores informais, de todos esses trabalhadores, e que eu, Heitor Freire, vou lutar por esses invisíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que este discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais canais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 131/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:48
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão de bancários em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contribuição do Presidente Jair Bolsonaro para a disseminação do coronavírus no País. Inconsistência do suposto relatório do Tribunal de Contas da União - TCU, divulgado pelo Presidente Jair Bolsonaro, a respeito do número de óbitos

decorrentes da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu vou me solidarizar com a categoria bancária, a minha categoria, e tive a alegria de presidir o Sindicato dos Bancários de Brasília por dois mandatos.

A categoria bancária lida todos os dias com a exposição à COVID-19. A categoria bancária, que presta um serviço considerado essencial, está nas agências atendendo à população brasileira em todos os lugares do Brasil. E a categoria bancária está sendo vítima de uma não priorização no plano de imunização. A categoria bancária deve ser imunizada e precisa estar entre as prioridades para ser vacinada, a fim de exercer sua função todos os dias.

Nós, muitas vezes, aprovamos aqui condições diferenciadas para crédito, que vão ser praticados nas unidades bancárias. Nós aqui também aprovamos um auxílio emergencial, que queremos que seja de 600 reais. Em verdade, há uma tentativa de impedir que este Parlamento tenha a possibilidade de aumentar o auxílio emergencial para 600 reais ao não discutirmos a medida provisória. E quem faz o pagamento desse auxílio emergencial todos os dias são os bancários nas agências da Caixa.

Por isso, nós queremos deixar bastante clara a nossa posição de apoio à categoria bancária e a necessidade de que ela seja incluída como prioridade no processo de imunização. No País, quase 480 mil pessoas foram embora, e o nível de vacinação em 2 doses chega a 11%. Em 5 meses do plano de imunização, apenas 11% da população foi imunizada com 2 doses. Isso significa aquilo que já foi encaminhado para a CPI da COVID. Estudos pontuam que houve uma ação deliberada do Presidente da República para disseminar o vírus. E isso se expressa de várias formas: na negação das vacinas, que poderiam ter sido contratadas com bastante antecedência; na negação da própria COVID e na negação da gravidade da doença.

Recentemente, o Presidente da República mentiu mais uma vez, ao falar de um estudo inexistente do TCU que apontava que o número de mortes por COVID não chegava a esse patamar que causa tanta tristeza no País. Mais uma vez mentiu o Presidente. Também há documentos que pontuam a reação da empresa chinesa com relação aos ataques que...

(Desligamento automático do microfone.)

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:48
Publ.: DCD - 10/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma aos sindicalistas João Justino e José Ataíde Costa, falecidos em decorrência da Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou citar dois nomes que pouca gente conhece: João Justino e José Ataíde Costa. Mas se eu disser que João Justino é o Janjão e que José Ataíde Costa é o Bodão toda a categoria dos metalúrgicos e lutadores do Brasil lembrará com muito carinho.

Esses dois companheiros perderam a vida, entre as 477 mil pessoas, e familiares choram a perda de seus entes queridos.

Janjão foi Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, junto comigo, na nossa diretoria, após a diretoria do Lula. Juntos, fomos caçados pela ditadura militar. Janjão era um paizão, um companheiro muito bem humorado, e sempre tinha uma palavra agradável para dizer nos momentos mais difíceis da nossa jornada, inclusive contra a ditadura militar. Bodão, da geração atual, também era companheiro da Ford. Os dois eram da Ford, de uma geração de muitos companheiros lutadores na empresa, que deixaram marcas maravilhosas de lutas e conquistas. Eles impuseram respeito ao empresariado e a toda a sociedade brasileira.

Bodão, como dirigente e militante na Ford - e eu conversava com o companheiro André Bezerra, também da Ford, ainda há pouco -, era daqueles que chegava primeiro na fábrica, nas reuniões. Era simpaticíssimo, brincalhão, mas, na hora do vamos ver, o companheiro Bodão estava presente, seja em piquete, seja em um debate sério, seja nas campanhas eleitorais defendendo o Presidente Lula, seja na visita a Lula na prisão.

Bodão e Janjão, eu quero aqui manifestar a vocês, meus dois irmãos, o meu carinho. Eu não tenho dúvida de que o Deus da justiça já os acolheu. Meu abraço para a Thaís, filha do Bodão, com quem dialoguei durante todo o período em que ele esteve no hospital. Meu abraço para

a Regina, filha do Janjão, e Emília, sua esposa.

A minha mais profunda e modesta homenagem a esses irmãos de jornada, que estão na galeria dos heróis. Janjão e Bodão estão presentes na nossa memória e na luta da nossa gente.

Obrigado, Presidente.

Documento 133/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:52
Publ.: DCD - 10/06/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crise sanitária reinante no País. Desestruturação da educação brasileira. Iminência de fechamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Pernambuco, em decorrência do corte de recursos orçamentários. Mobilização da sociedade brasileira pela sobrevivência das universidades públicas.

A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente, colegas e todos que nos ouvem.

Venho aqui falar de algo que vem afligindo o Brasil há algum tempo, porque, infelizmente, o golpe que iniciamos a sofrer, desde que não se aceitou o resultado da eleição de 2014, foi legitimado nas urnas.

Hoje está bastante evidenciado para o País o caos em que o Governo Bolsonaro, com seu Governo antipovo, com sua política de morte, está colocando o Brasil. É importante que nós destaquemos, sim, a crise sanitária, que já levou quase 500 mil pessoas à morte, mas também precisamos falar dos outros desmontes, entre eles um que é caótico, que impacta diretamente o futuro do Brasil no posicionamento estratégico do País, inclusive perante a comunidade internacional: o desmonte da educação.

Eu fui aluna da Universidade Federal de Pernambuco, no final do Governo Fernando Henrique e início do Governo Lula. Senti bem a diferença entre um Governo que prioriza a educação, a soberania nacional, o investimento na ciência, e um Governo que quer um povo submisso, um povo pobre cultural e educacionalmente, um povo que não tenha acesso à educação e continue, assim, sendo cada vez mais

explorado como eram as antigas gerações.

Temos visto que, de 2016 para cá, têm ocorrido desmontes sistemáticos no ensino superior público e gratuito do Brasil. A UFRJ, por exemplo, está prestes a fechar as portas no próximo mês. São 70 mil alunos que vão ficar sem aula, sem acesso a seus cursos. São 9 hospitais, 13 museus, quase 1.500 laboratórios e mais de 45 mil pesquisas em andamento. A Universidade Federal de Pernambuco também já anunciou que, do jeito que está, só consegue se manter até setembro. A instituição tem quase 75 anos, mais de 100 cursos e mais de 30 mil alunos ali estudando.

Isso significa que o projeto deste Governo é ter o povo submisso e explorado, sem se afirmar.

Nós vamos lutar até o fim para que esse desmonte e esses cortes não aconteçam. É por isso que hoje estávamos na Comissão de Educação. Vamos realizar audiências públicas, vamos mobilizar a sociedade, para que as universidades públicas sobrevivam ao desgoverno Bolsonaro.

Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 134/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 10/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Contribuição do Presidente Jair Bolsonaro para o agravamento da epidemia de coronavírus, e consequente aumento do número de mortes provocadas pela doença no País.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Charles Fernandes, como é bom ver V.Exa. presidindo esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Obrigado, Deputado.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB) - Sr. Presidente, telespectadores da *TV Câmara*, Srs. Parlamentares, em nome dos agricultores familiares da Paraíba, agradeço a cada colega Parlamentar pela aprovação do Projeto de Lei Assis Carvalho II. Esse projeto vai trazer, Sr. Presidente, grande amparo tanto para a agricultura familiar quanto para outros trabalhadores, a exemplo dos pescadores. É um projeto de autoria da bancada do PT e foi vetado por Bolsonaro em sua primeira versão. Esperamos que o Senado também o aprove logo. Da mesma forma, esperamos que o Presidente da República tenha compaixão - vou usar essa palavra - pelos agricultores familiares e não vete, mais uma vez, essa ajuda por meio desse projeto.

Sr. Presidente, é revoltante continuar assistindo ao Presidente da República trabalhar para deixar a pandemia mais grave ainda. Além de aglomerações, gastando dinheiro público, S.Exa. ainda inventa notícias usando até o nome do Tribunal de Contas da União. Bolsonaro mentiu ao dizer que 50% das mortes não são por causa da COVID.

Ele também incentiva o povo a relaxar com os cuidados e a não tomar vacina. Um exemplo disso são os idosos de 70 anos. Segundo o DATASUS, 2,6 milhões idosos não foram tomar a segunda dose da vacina e mais de 1 milhão nessa faixa etária não foram tomar nem a primeira dose. Esta é a política de Bolsonaro: empurrar o povo para a morte.

Sr. Presidente, peço que sejam registrados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa os dois comunicados que acabo de fazer.

Muito obrigado.

Documento 135/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:00
Publ.: DCD - 10/06/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional da Imunização. Importância de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19 e outras doenças virais. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra de imunizantes em tempo hábil. Irresponsabilidade e omissão do Presidente da República como causa dos 470

mil óbitos registrados no País em decorrência da Covid-19.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores telespectadores que estão nos assistindo, hoje é um dia muito importante, o Dia Nacional da Imunização, instituído para o Programa Nacional de Imunizações pelo Ministério da Saúde. A data tem importância muito grande hoje, porque nós precisamos conscientizar a população sobre a necessidade da vacinação contra as doenças, para diminuir a ocorrência, sobretudo, de caxumba, de sarampo, de tétano, da gripe e, principalmente, para o combate ao coronavírus.

Nós estamos muito atrasados com relação à vacinação. O Brasil só vacinou até agora em torno de 24% da população brasileira, ou seja, um total de 23 milhões de pessoas receberam a segunda dose da vacina, correspondendo a apenas 11% da população. No Ceará, nós chegamos à marca de mais de 3 milhões de doses aplicadas e temos em torno de 11,84% da população vacinada, muito aquém do necessário. E tudo isso ocorre em função da irresponsabilidade do Governo Federal, que se omitiu na aquisição das vacinas. Dezenas de pedidos foram formulados pelas empresas, a exemplo da Pfizer, para a aquisição delas pelo Governo brasileiro, e o Governo se negou, não deu importância, como até hoje. O Governo Bolsonaro, com essa visão criminosa, negacionista, tem levado ao genocídio de mais de 470 mil pessoas vindo a óbito no País por irresponsabilidade, por omissão. Dezenas dessas pessoas poderiam estar vivas. Assim como meu colega Vicentinho, que fez homenagem a alguns companheiros que partiram, eu também tenho dezenas de amigos e amigas que foram vítimas da doença, porque não tiveram acesso às vacinas em função do atraso na aquisição delas por parte do Governo Federal, que não deu prioridade, não deu importância à questão da vacinação no País.

Por isso, este é um dia que vai ficar também na história e na memória. Nós precisamos avançar, como têm feito outros países, sobretudo os Estados Unidos, onde, a partir dos 12 anos de idade, todo mundo está sendo vacinado. Nós precisamos das vacinas aqui, para evitar as mortes que estão...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Retrocesso da pretendida retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Confiabilidade e segurança do sistema eletrônico de votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu estava em outra sala, e agradeço a V.Exa. por haver retomado a minha inscrição. Presidente Charles Fernandes, é uma honra falar sob a presidência de V.Exa.

Eu quero conversar com os colegas e com o Brasil sobre a proposta de mudar o sistema de voto eletrônico no Brasil para o de voto impresso, o que eu considero um enorme atraso. Primeiramente, quero ressaltar o meu respeito especialmente aos colegas do PDT e a outros setores progressistas que defendem o voto impresso. Mas, do meu ponto de vista, a proposta de voto impresso feita no Brasil, neste momento, Deputado Heitor Schuch, tem endereço e objetivo bem específicos. Ela foi lançada pelo bolsonarismo, com o objetivo, Deputada Erundina, de alimentar uma rede conspiratória que colocará - ou colocaria - sob suspeição o processo eleitoral no Brasil. É como se o bolsonarismo preparasse mais uma de suas falsas polêmicas para, no momento de uma derrota eleitoral que se desenha e se avizinha, dizer que o sistema eleitoral brasileiro é fraudado. Não é.

O sistema eletrônico de votação faz 25 anos. O Brasil já elegeu Fernando Henrique duas vezes, Lula duas vezes, Dilma duas vezes e Bolsonaro com esse sistema. E não apareceu nenhuma fraude nesses 25 anos. Agora, existem sim interesses bem precisos quando se propõe, em minha opinião, o voto impresso. Um deles é o interesse das milícias, que terão mais poder para pressionar o cidadão, dizendo que elas teriam como controlar o voto que esse cidadão fez.

Vejam o exemplo dos Estados Unidos. Lá o voto é impresso, mas a contestação do resultado por Trump obedeceu à mesma lógica, que é a lógica de desestabilizar as estruturas democráticas. Essa é uma falsa polêmica. O Brasil não precisa de voto impresso.

Essas polêmicas em torno de conspiração, de *fake news* não vão se resolver. Eu, às vezes, ouço o argumento de alguns: "*Autorize o voto impresso, porque aí o Bolsonaro não terá do que reclamar no dia da eleição*". Não, ele vai reclamar de qualquer jeito, porque o jogo do Bolsonaro e do bolsonarismo é atacar as instituições, é desestruturar a democracia, é desestabilizar, por exemplo, o voto eletrônico em troca

de uma falsa polêmica.

Enquanto o Brasil precisa de soluções reais para enfrentar a pandemia, o que Bolsonaro propõe? Uma discussão sobre voto impresso, que, do meu ponto de vista, é totalmente desnecessária para o Brasil.

Documento 137/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:12
Publ.: DCD - 10/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.102, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à destinação, ao enfrentamento da Covid-19, de recursos públicos recuperados em operações de combate à corrupção e ao crime organizado; e do Projeto de Lei nº 2.103, de 2021, acerca da suspensão, por um ano, do pagamento de prestações de financiamento no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui fazer a defesa enfática do Projeto de Lei nº 2.102, de 2021, de minha autoria, que prevê que recursos públicos recuperados em operações de combate ao crime organizado, de combate à corrupção, bens apreendidos de meliantes, de bandidos, esses valores, esses equipamentos sejam destinados ao combate ao coronavírus.

Enquanto não houver vacina em número suficiente para a população, usemos dinheiro da bandidagem. Sim, dinheiro mal havido, equipamentos, veículos, patrimônios mal adquiridos, isso tem que servir ao interesse do cidadão, da população, tem que servir à vida, à qualidade de vida, à vacina, ao combate à doença, ao combate à pandemia, ao combate ao coronavírus. Vamos transformar atos ruins praticados pela bandidagem em atos generosos, em favor das famílias, dos cidadãos, da população, da nossa gente.

Eu faço então a defesa desse projeto, que, para mim, é muito importante. Trata-se de fazer de um azedo limão uma doce limonada, em favor da vida.

Outro projeto, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2.103, de 2021, também de minha autoria, suspende por 1 ano o pagamento da prestação da casa própria do Minha Casa, Minha Vida, exatamente

para que pessoas que devem ao Minha Casa, Minha Vida possam ter um fôlego. Famílias mais humildes, mais pobres, que estão nesse programa, não têm salário, porque quem tinha emprego o perdeu e quem não o tinha não o ganhou! Vão pagar como? De que maneira? Essa é a nossa angústia.

Portanto, eu quero que seja suspenso por 1 ano o pagamento da prestação da casa própria do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa conta ninguém vai negar. A conta vai para o final e, depois, vai ser paga, é claro, sem juros e sem correção monetária, porque este é um momento de excepcionalidade, de pandemia, é um momento em que o Brasil vive um estado de emergência, um estado de urgência. Conseqüentemente, precisamos amparar os mais fracos, os mais pobres, quem tem dessa maneira a sua casa própria, e tem as suas necessidades.

Ademais, o projeto prevê que não pode ser incluído o nome desses proprietários em nenhum sistema de restrição de crédito - Serasa, SPC, CADIN - ou em cartório, para não infelicitar mais a vida dessas famílias pobres, que precisam continuar morando na sua casa, botando o pão na mesa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 138/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:24
Publ.: DCD - 10/06/2021 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Participação da oradora na Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. Transcurso do Dia Mundial da Imunização. Importância de cumprimento do calendário vacinal no País. Baixa procura pela vacina contra a Influenza (H1N1). Importância de garantia e ampliação da vacinação contra a Covid-19. Relevância do Plano Nacional de Imunização - PNI.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, saúdo todos os Deputados e Deputadas.

Tenho atuado fortemente na Comissão Externa de Enfrentamento da COVID-19 desde o dia 11 de fevereiro de 2020, junto com o nobre Deputado Dr. Luizinho, que é o nosso Presidente - eu sou a Relatora -, e com os colegas Deputados e Deputadas. Não poderia me furtar de falar sobre a importância do dia de hoje, o Dia Mundial da Imunização.

Todos nós trabalhamos muito. Esta Casa aprovou todas as medidas provisórias sobre o tema e deu todo o apoio à FIOCRUZ e ao Instituto Butantan para que tivéssemos o maior número possível de vacinas. Hoje é o dia de lembrarmos a importância da imunização, e não só em relação à COVID-19. É preciso manter em ordem o calendário vacinal, conforme o PNI, o Programa Nacional de Imunização, seja para as crianças, seja para os adultos.

Está sendo oferecida aos idosos, aos professores, às gestantes a vacina contra a Influenza (H1N1). E o que temos visto, com muita tristeza, Sr. Presidente, é a baixa procura. Isso vale também para a segunda dose da vacina contra a COVID-19.

Nós temos que trabalhar muito em favor da busca ativa nos Municípios. Não basta tomar a primeira dose. As pessoas precisam, no momento adequado, conforme a vacina que cada uma delas recebeu, retornar à unidade de imunização e tomar a segunda dose. Eu tenho dito que tomar a primeira dose e não tomar a segunda é o mesmo que ganhar o jogo no primeiro tempo e não voltar a campo no segundo tempo. É muito importante garantirmos e ampliarmos a cobertura vacinal contra a COVID-19, com a aplicação das duas doses, mantendo-se, além disso, todo este cuidado sanitário: uso de máscaras, distanciamento e lavagem frequente das mãos.

Como hoje é o Dia Mundial da Imunização, lembro a importância do nosso Programa Nacional de Imunização, que é um orgulho do Sistema Único de Saúde, é um orgulho de todos nós trabalhadores da área da saúde.

As minhas homenagens, neste dia, são para os milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que estão trabalhando de segunda a segunda, em cada um dos Municípios brasileiros, para administrar vacinas. São os nossos profissionais da imunização, com todos os demais colaboradores, que estão garantindo, sim, a aplicação da vacina nos brasileiros, nos que já estão sendo convidados a ser imunizados, conforme os grupos prioritários definidos pelo PNI.

Só assim, Sr. Presidente, vamos poder retornar o mais rápido possível a um pouco mais de normalidade no nosso País, reduzindo o número de óbitos.

Espero que nos lembremos, no Dia Mundial da Imunização, da

importância de comparecermos às unidades de vacinação. Aqueles que já foram contemplados com a primeira dose não deixem de comparecer para tomar a segunda. É muito importante a cobertura vacinal.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da nossa Casa.

Muito obrigada.

Documento 139/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:32
Publ.: DCD - 10/06/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão de jornalistas entre os grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste período de pandemia, como é que nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, ficamos sabendo da gravidade dos fatos? Como é que percebemos a real dimensão do impacto da COVID nas nossas vidas? O que nos chega chega-nos através do trabalho da imprensa, dos jornalistas. São eles que estão nas escolas, nas fábricas, nas associações comunitárias, nas igrejas, em todos os eventos possíveis, nos hospitais, nos presídios, para retratar o que está acontecendo e nos trazer informações sobre o real estado da pandemia no Brasil.

Pois justamente os jornalistas, Sr. Presidente, eu penso que deveriam ter prioridade no Plano Nacional de Imunização. Afinal de contas, como é que nós ficamos sabendo da gravidade deste vírus? Este vírus, que está matando milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro, na realidade está sendo reproduzido na sua perspectiva jornalística pelo trabalho abnegado dos profissionais de imprensa, que correm risco de vida, porque eles têm que ir às ruas, têm que fotografar, têm que entrevistar, têm que ter contato praticamente epidérmico com a fonte, colher informações, para que toda a sociedade possa se defender do vírus com as informações básicas. Não é justo que os jornalistas sejam tratados como aqueles que têm condições de não correr risco na sua atividade profissional porque eles estão em campo. Então, é preciso reverberar aqui, com máxima eloquência e veemência, a necessidade

de fazer com que a imprensa brasileira, os jornalistas brasileiros tenham prioridade no Plano Nacional de Imunização.

Espera-se, mas não creio que chegue a tanto, que essa hostilidade que o atual Governo Federal tem em relação à mídia não contamine a decisão e não seja responsável por postergar a prioridade dos profissionais da imprensa no Programa Nacional de Imunização. Os jornalistas precisam estar seguros para não serem contaminados por esse vírus e poderem passar as informações para a sociedade. Afinal de contas, sem eles, nós não teríamos conhecimento do que está se passando na realidade.

Solicito que este pronunciamento seja reverberado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 140/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:36
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Expectativa quanto à implementação do disposto na proposição.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Casa deliberou ontem, com a aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, um conjunto de ações e de medidas para proteger a agricultura familiar, o agricultor familiar.

Falo aqui como baiano, Estado que tem um volume extraordinário de agricultores familiares e trabalhadores do campo em cada canto, Deputado Charles Fernandes. Esta foi uma batalha dura, difícil, porque já tínhamos aprovado um projeto semelhante para proteger a agricultura familiar no nosso País, mas infelizmente o Presidente Bolsonaro o vetou.

Espero que, com a demonstração unânime de ontem e com a agilidade que o Senado deve dar a esta matéria, nós tenhamos a garantia de

que essa medida será implementada.

E o que diz esta medida? Tem exatamente o objetivo de estabelecer fomento à agricultura familiar, estabelecer acesso a recursos que serão investidos em cisternas, em aquisição de insumos, para fazer com que a agricultura familiar, no período da pandemia, que, infelizmente, ainda está presente entre nós, continue a produzir.

O projeto propõe que o Garantia-Safra seja ofertado àqueles que estão produzindo, mas que, às vezes, não conseguem vender a sua produção. O Governo Federal não tem, inclusive, condições de identificar, de forma precisa, a perda da safra. Propõe que apenas com a verificação municipal - e nada mais justo do que o Município acompanhar isso de perto - haja a segurança de que o trabalhador que tem a safra perdida possa receber o Garantia-Safra. É a garantia de repactuação de dívidas. Muitos tomaram recursos e não puderam pagar porque não tiveram produção ou não tiveram condição de comercializar sua produção, há muitos casos assim. Nós temos que estimular, portanto, que haja possibilidade de renegociação dessas dívidas com abatimento e que haja acesso a crédito subsidiado com carência de 5 anos, com pagamentos a longo prazo, exatamente para que essa atividade econômica no campo não seja interrompida e que possa ser retomada com a velocidade necessária.

Parabéns a todos os Parlamentares. Vamos esperar a sanção do Presidente da República.

Documento 141/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:40
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao assessor do orador, Amilton Beirigo, falecido em decorrência da Covid-19. Necessidade de ação do Presidente Jair Bolsonaro para a quebra de patentes de vacinas contra a doença.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, quero fazer um registro, para mim, muito doloroso - não só para mim, mas para boa parte da nossa população de Divinópolis, em especial para os familiares de Amilton Beirigo.

Amilton Beirigo foi meu assessor até o dia de hoje, e, infelizmente, nós o perdemos para a COVID. É mais uma vítima, ainda jovem, aos 51 anos, uma pessoa com um enorme coração, um homem dedicado ao próximo, à família, que, sem ter nenhum problema de saúde, se tornou vítima da COVID, infelizmente. Apesar de todo o esforço da equipe médica, nós o perdemos.

Fica aqui o meu lamento, o meu voto de pesar, a minha homenagem a Amilton Beirigo, e também o meu apelo ao Presidente Bolsonaro para que decretemos a quebra de patentes para produzirmos vacinas mais rápido. Produzimos genéricos. Por que não produzirmos vacinas mais rápido, para salvarmos vidas neste nosso Brasil, e não perdermos mais pessoas, como perdemos o Amilton?

Documento 142/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:52
Publ.: DCD - 10/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ocorrência da terceira onda da Covid-19 em São Paulo, Estado de São Paulo. Colapso da rede hospitalar pública municipal provocado pela doença. Agravamento da fome e do desemprego na Capital paulista. Prioridade da Câmara dos Deputados na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, em detrimento da apreciação de matérias destinadas à mitigação do sofrimento do povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero usar este curto espaço de tempo dos Breves Comunicados para anunciar que o Secretário de Saúde da cidade de São Paulo, o Sr. Edson Aparecido, acabou de informar, através da mídia, que São Paulo está já na terceira onda de COVID-19. Já atingiu 31 mil e 200 mortes só na capital, e 1 milhão e 200 mil foram infectados na nossa cidade.

Na rede pública hospitalar do Município, cinco hospitais já atingiram 100% de ocupação dos seus leitos, sobretudo os leitos de UTI. É esse o quadro preocupante, cujo pico, segundo o Secretário, está previsto para meados do mês de junho.

Ao lado disso, Sr. Presidente, aumenta o desemprego, aumenta a fome, aumenta a carência do povo da capital, sobretudo da grande São

Paulo, da periferia de São Paulo, e a população passa, de fato, muita fome. E o que é grave é que esta Casa, que tem grande parte da responsabilidade de buscar soluções para atenuar o sofrimento, a dor, o luto e as mortes em nosso País, está ocupada. A Presidência da Câmara dos Deputados está ocupada com a reforma administrativa, e não faz sentido nos ocupar com isso num momento como este.

O que é prioritário é a vacinação, Sr. Presidente, o confronto, o combate, em todos os aspectos, da situação provocada pela pandemia, com essa quantidade enorme - quase 500 mil - de brasileiros mortos. Enquanto isso, a Câmara dos Deputados, alienada, indiferente, insensível, dá as costas à sociedade, não marca a sua presença no esforço que os trabalhadores da saúde e os trabalhadores da área social vêm empreendendo, no sentido de aliviar o sofrimento do nosso povo.

Esta Casa nega...

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Conclua, Deputada. Abra o microfone, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - *(Falha na transmissão)* foi eleito para estar junto com o povo, enfrentando o desemprego, enfrentando a fome, enfrentando a morte, mas, enquanto isso, ele faz a reforma administrativa contra o povo e contra as políticas públicas, que serão cortadas com essa reforma.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 143/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-15:56
Publ.: DCD - 10/06/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, a respeito da estratégia para o retorno às aulas diante da epidemia de coronavírus.

O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, nós estamos discutindo hoje um projeto bastante amadurecido e debatido na Comissão de Educação por especialistas, por pessoas que entendem de educação sobre o retorno seguro às aulas. Nós já estamos acompanhando pelo

Brasil todo o retorno às aulas. Isso já está acontecendo, e esse é o caminho. Eu espero realmente que nós não tenhamos a necessidade de regredir nisso. E o projeto, bem amadurecido, propõe uma estratégia segura para os alunos, para os profissionais da educação, para os pais, porque os alunos vão retornar para a casa, e que dê continuidade àquilo que eles estavam fazendo durante a pandemia. Passa-se a ideia de que as escolas foram fechadas, os profissionais neste período não trabalharam e os alunos não tiveram nenhum acesso ao conteúdo, ao aprendizado.

Isso, de fato, não é verdade. Em grande parte do Brasil, praticamente todos os Municípios tiveram uma estratégia durante a pandemia para fornecer conteúdo aos seus alunos. Alguns fizeram isso através do computador, do telefone, da televisão; muitos fizeram através do material impresso, como é o caso do meu Município de Pinhais, no Paraná, onde os profissionais consideraram que grande parte dos alunos não tem acesso a um meio de comunicação eficiente, como a Internet, e muitos nem televisão têm em casa. Dessa forma, eles organizaram um processo para que os pais buscassem os materiais a cada 15 dias, retornassem com as lições feitas e levassem novos materiais para casa. Então, agora seria uma continuidade.

É evidente que nós precisaremos de um tempo para recuperar esse período. O prejuízo foi muito grande para os nossos alunos, para a educação no nosso País. Mas esse projeto está bem amadurecido. Acredito que é possível fazer um acordo. O Governo tem algumas restrições e não concorda com alguns pontos, mas eu falei com a Relatora, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que está acessível. É possível, sim, avançar no projeto e proporcionar regras claras, definidas, pactuadas, a fim de que haja um resultado bom para todos, principalmente para os nossos alunos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 144/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-16:00
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Moção do Conselho Federal de Medicina - CFM, de repúdio ao tratamento dispensado por membros da CPI da Covid a depoentes médicos.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na qualidade de médico atuante, eu gostaria de fazer uma manifestação, uma moção de repúdio, em defesa dos médicos, do respeito e da civilidade na CPI da pandemia.

Vou ler uma moção do Conselho Federal de Medicina:

"O Conselho Federal de Medicina (CFM), em nome dos mais de 530 mil médicos brasileiros, vem publicamente manifestar sua indignação quanto a manifestações que revelam ausência de civilidade e respeito no trato de senadores com relação a depoentes e convidados médicos no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia.

Os médicos brasileiros têm se desdobrado na Linha de Frente contra a covid-19. Graças a eles e às equipes de saúde, milhões de pessoas conseguiram recuperar sua saúde e hoje estão em casa, com suas famílias e amigos. Essa atuação tem ocorrido com dedicação, empenho e, muitas vezes, sem condições de trabalho. Por isso, merece ser reconhecida de forma individual e coletiva.

São esses mesmos médicos, que estão na Linha de Frente, que buscaram o CFM para manifestar sua insatisfação com a postura de membros da CPI nas oitivas em que profissionais da medicina participam como convidados ou testemunhas. É com eles que o CFM se solidariza nessas críticas.

A classe lamenta que esses médicos chamados a depor estejam sendo submetidos a situações de constrangimento e humilhação." Ocorreu com a Dra. Nise e com a Dra. Mara.

"Ao comparecer na CPI da Pandemia, qualquer depoente ou testemunha tem garantidos seus direitos constitucionais, não sendo admissíveis ataques à sua honra e dignidade, por meio de afirmações vexatórias.

No entendimento do CFM, e da classe médica, o que tem sido exibido em rede nacional configura situação inaceitável e incoerente com o clima esperado em um ambiente onde as discussões devem se pautar pela transparência e idoneidade. Em lugar disso, testemunha-se situações que desmoralizam os médicos e as médicas.

Reitere-se que os comentários dessa nota se referem aos médicos e médicas depoentes enquanto indivíduos, não significando apoio aos seus posicionamentos técnicos, éticos, políticos, partidários e ideológicos. Na CPI, eles responderão por suas ações e omissões, as quais, se forem consideradas indevidas, serão alvo de providências por parte do Ministério Público e de outros órgãos competentes.

Assim, o CFM e os 530 mil médicos repudiam veementemente os excessos e abusos no trato de parlamentares em relação aos depoentes e convidados, em especial médicos e médicas, e clama ao Senado Federal que os trabalhos sejam conduzidos com sobriedade para que o País tenha acesso às informações, dados e percepções que permitirão à CPI concluir seus trabalhos de modo efetivo.

Neste sentido, encaminha esse documento ao presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, para que, ciente destes fatos, tome as providências que considerar necessárias."

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela disponibilidade.

Documento 145/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-16:20
Publ.: DCD - 10/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional da Imunização. Importância da vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância da promoção de ações em prol crianças em face do isolamento social.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia Nacional da Imunização.

Nós temos que louvar essa iniciativa muito importante do Ministério da Saúde, cujo objetivo é incentivar a vacinação e não deixar ninguém sem vacina. Para isso, é preciso educar as pessoas, principalmente os gestores públicos, no sentido de que não se pode, de forma nenhuma, negar a ciência, negar que a vacina é eficaz, negar que é bom comprar vacina daqui e de acolá. Nós precisamos cuidar, porque, até agora, nós temos apenas 30% das pessoas vacinadas com a primeira dose. Então, é importante chamar a atenção para isso.

Nós temos também assistido a crianças, jovens, pessoas em geral com enorme prejuízo emocional. As crianças não têm como se mexer e não há como colocá-las na escola, porque falta uma segurança, sim; falta respaldo melhor para essas crianças. Aquela história de que, durante esta pandemia, as crianças seriam alimentadas em casa pela escola pública não está acontecendo.

Isso faz parte da saúde também. Nós queremos vacina, nós queremos o auxílio emergencial de 600 reais, mas nós também queremos cultura para essas crianças; que elas possam ler um bom livro neste momento, que elas possam ouvir uma boa música, que possamos resgatar aquelas brincadeiras da infância.

Mas essas brincadeiras da infância já não são tão boas nos dias de hoje para ensinarmos aos nossos, porque a tecnologia avançou, e muitas dessas crianças nem sabem manusear... Se o pai der uma tabuada na mão de uma criança que tem um computador, que já soma para ela, isso faz com que esta criança também fique emocionalmente tocada, na medida em que ela não tem um espaço adequado para se mover. Nós estamos vendo suicídios e coisas dessa natureza.

Então, é importante, Sr. Presidente, que nós participemos das ações solidárias que estão acontecendo. As pessoas estão levando vacinas às comunidades. Que nós possamos cuidar das pessoas que estão levando as vacinas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 146/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-16:32
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contribuição do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, para o avanço da vacinação contra a Covid-19 no País. Importância da liberação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da compra da vacina Sputnik pelo Consórcio Nordeste. Relevância do papel desenvolvido pelos Secretários Estaduais de Saúde no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, apesar do negacionismo exercido pelo Presidente Jair Bolsonaro, o nosso País avança nas vacinas. Isso é fruto do esforço do Instituto Butantan e da

Fundação Oswaldo Cruz.

Mas eu queria aqui ressaltar também a importância do fato de a ANVISA ter liberado para o consórcio do Nordeste a importação da vacina Sputnik V. Isso está passando despercebido, mas é da maior importância neste momento, Deputada Jandira, porque o consórcio do Nordeste está exercendo, inclusive, a função de uma grande farmacêutica. Pela forma como a ANVISA liberou, o consórcio está mobilizando o seu conselho de cientistas e de pesquisadores e mobilizando os pesquisadores de vários Estados para a tarefa.

Aqui eu quero ressaltar a importância do Governador Wellington Dias, que coordena o consórcio, do Secretário-Executivo Carlos Gabas e de um conjunto de professores, como o Prof. Mozart Sales, do IMIP, de Pernambuco, e da Profa. Lígia Kerr, da UFC, que estão se unindo com o Júlio Croda, da FIOCRUZ, para viabilizar os condicionantes que a ANVISA colocou para que o consórcio do Nordeste faça o estudo de conclusão de fase 3 e fase 4 dessa vacina.

Isso vai ter um impacto importante, Deputada Jandira, inclusive no nosso grupo, que está discutindo o complexo produtivo da saúde. Esta pandemia vai deixar para o País esse legado. O consórcio dos Governadores do Nordeste está iluminando as trevas do negacionismo do Palácio do Planalto.

Então, é muito importante neste momento ressaltar que na política nós não podemos permitir a omissão. Esse protagonismo está sendo exercido pelo CONASS, assumindo um papel importante. E aqui eu quero saudar o Secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, que, como Presidente do CONASS, tem assumido posições importantes, liderando esse processo dos Secretários de Saúde do País, enfrentando o negacionismo do Presidente e colocando sem dúvida nenhuma os Secretários Estaduais a serviço de salvar vidas.

Sr. Presidente, eu gostaria que este nosso pronunciamento fosse registrado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 147/557

43.2021.B	Sessão Outro Evento	09/06/2021-16:44
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante a edição, pelo Ministério da Educação, de cartilha em defesa do ensino domiciliar, homeschooling. Repúdio à política governamental de enfrentamento à Covid-19. Aproximação da marca de 500 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Agravamento da fome e do desemprego no País. Baixo valor do auxílio emergencial proposto pelo Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de adoção de pacto pela vida e contra a necropolítica do Presidente Jair Bolsonaro. Acerto da rejeição do Veto Total nº 10, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 3.477 de 2020, acerca da garantia do acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, (projeto de lei da conectividade). Corte de recursos orçamentários destinados à educação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós tivemos hoje a presença do Ministro da Educação na Comissão de Educação, e nos causou muita surpresa o Ministro vir portando uma cartilha defendendo a *homeschooling*, defendendo a educação domiciliar. A cartilha tinha no seu final uma frase: *O Brasil não pode esperar mais*. Era alguma coisa dessa forma.

E eu diria: o Brasil não pode esperar mais as vacinas, como tem esperado. Só 11% da população tomaram as duas doses - 11%! Um plano de imunização que começou há quase 5 meses - 11%! Houve uma política de estimular a circulação do vírus, em virtude de uma imunidade de rebanho por contágio, que significaria milhões de mortes neste País.

Nós estamos caminhando para 500 mil mortes. E alguns dizem que é preciso aplaudir o Governo Federal. Mas que escárnio com a dor do povo brasileiro! O povo brasileiro está enfrentando essa taxa de desemprego, de subemprego, essa taxa de desalentados. O povo brasileiro voltou a conviver com a fome.

Nós temos o auxílio emergencial, e eu gostaria que o Sr. Jair Bolsonaro, que aumentou o seu salário para mais de 40 mil reais, pudesse viver pelo menos 1 mês com 150 reais ou 250 reais. Ele gastou em um churrasco de 1.500 reais a 1.700 reais pelo quilo da picanha. É muito escárnio com o povo brasileiro.

Por isso, nós vamos reagir, no próximo dia 19. Nós vamos reagir para dizer que este Brasil tem que fazer um pacto com a vida e tem que acabar com a necropolítica, que é muito mais intensa para determinados corpos, para corpos específicos.

E vem um Ministro que diz que tem problemas de orçamento, que nós criamos um problema ao derrubar o veto que impedia a conectividade nas escolas. Ora, vejam bem, se há um orçamento paralelo - e há um orçamento paralelo -, que dizem ser de 3 bilhões de reais, nós

precisamos pouco mais do que isso para assegurar a conectividade em todas as escolas, para que possamos atender milhões de alunos e alunas, educadores e educadoras que precisam ter a prioridade na vacina, para que sejam asseguradas escolas de qualidade e sem risco.

Nós temos um projeto na Câmara do Deputado Gilvan e da Deputada Professora Rosa Neide que assegura o retorno seguro às aulas presenciais, e que é ignorado.

Portanto, é muito acinte, é muito escárnio com o povo brasileiro. Nós precisamos reagir a tudo isso, porque estamos vivenciando um corte nos recursos da educação.

Ora, nós sabemos que universidades que concentram a pesquisa neste País, que têm a extensão e o ensino, podem não estar funcionando até o final do ano, por falta de recursos.

Documento 148/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD	16:52
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.036, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.046, de 2020, com vista à adoção de medidas emergenciais a favor dos setores de turismo e cultura, para atenuação dos efeitos da crise decorrente da Covid-19; e às Emendas de nºs 1 a 38, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra poder relatar esta medida provisória tão importante para o setor do turismo, um dos setores que mais sofreram com a pandemia e um setor que será fundamental na recuperação econômica do País.

Eu acredito no turismo, acredito na força da cadeia econômica que é ativada pelo setor. E aqui, Presidente, nós tivemos no ano passado, no mês de março, uma medida provisória que foi relatada pelo Deputado Felipe Carreras, um trabalho extraordinário que, ao ser aprovado, tornou-se a Lei nº 14.046, de 2020.

Esta medida provisória que nós estamos apreciando, nesta

oportunidade, trata da prorrogação, da extensão dos prazos da Lei nº 14.046, de 2020. Inicialmente, foi aprovado um determinado período, mas, diante do fato de que a pandemia se estendeu e o setor continua sofrendo, continua precisando de auxílio, continua precisando de atendimento, esta medida provisória chega a esta Casa.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, ao apresentar o relatório, pedir a V.Exa. permissão para ir direto ao dispositivo do voto, considerando que o relatório e o parecer estão, desde ontem, publicados no sistema da Casa. Portanto, peço permissão a V.Exa. para ir direto ao dispositivo do voto.

"(...)

II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Especial Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.036, de 2021;

b) quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa:

b.1) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.036, de 2021, e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 8, 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 32, 34, 35 e 37, apresentadas perante a Comissão Especial Mista;

b.2) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 5, 7, 9, 13, 15, 16, 19, 24, 27, 28, 31, 33, 36 e 38, apresentadas perante a Comissão Especial Mista, com as correções de técnica legislativa apontadas no corpo deste voto, que deverão ser promovidas no momento da redação final da matéria; e

b.3) pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 10, 14 e 29, apresentadas perante a Comissão Especial Mista, apresentando as Emendas nºs 10 e 14, também, defeitos de técnica legislativa, apontados no Voto;

c) quanto à adequação orçamentária e financeira:

c.1) pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas da Medida Provisória nº 1.036, de 2021, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira e orçamentária;

c.2) pela inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira das Emendas nºs 13, 22, 34 e 35, apresentadas na Comissão Especial

Mista; e

c.3) pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas das demais Emendas apresentadas na Comissão Especial Mista, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira e orçamentária.

d) quanto ao mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.036, de 2021, e da Emenda nº 16, apresentada na Comissão Especial Mista, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Especial Mista."

Documento 149/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/06/2021-
	CD	17:00
Publ.: DCD - 10/06/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio à Medida Provisória nº 1.036, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.046, de 2020, com vista à adoção de medidas emergenciais a favor dos setores de turismo e cultura, para atenuação dos efeitos da crise decorrente da Covid-19.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, indiscutivelmente, o setor do turismo, talvez, depois da saúde propriamente dita, tenha sido o mais afetado, porque houve a ausência do cliente. Inclusive, no campo internacional, foi uma barbaridade.

O que se cuida neste momento é de lutar pela sobrevivência dos empreendedores de todos os tamanhos do turismo brasileiro.

Então, esta MP dilata um pouco mais o prazo no qual as relações entre consumo e oferta de serviços podem ser ajustadas dentro de parâmetros razoáveis, organizados. Então, estamos falando de uma bandeira, de uma relevância fundamental para o futuro do País, que é o soerguimento do turismo nacional, que começa com a perspectiva doméstica, mas depois se integra também ao receptivo internacional.

Vamos em frente! É importante fortalecer o turismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 150/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD 17:12
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2021, da Medida Provisória nº 1.036, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.046, de 2020, com vista à adoção de medidas emergenciais a favor dos setores de turismo e cultura, para atenuação dos efeitos da crise decorrente da Covid-19, ressaltados os destaques.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não bastasse o tamanho da inflação, Presidente, some-se a isso que o Deputado Marcelo Freixo acaba de dizer o recorde do desemprego.

A comida não para de subir, os gastos não param de aumentar, e o desemprego também. Os números de empregos no Brasil são os piores da nossa história, é um desastre completo e absoluto. E, ao lado disso, há o desastre na condução da pandemia, porque 81 *e-mails* da Pfizer foram ignorados pelo Governo.

Eu fico me perguntando o que faria um empreendedor se algum funcionário seu deixasse de responder 81 *e-mails* enviados por alguém importante. Realmente, não poderia continuar no trabalho. É isso que o Brasil precisa fazer com Bolsonaro: demiti-lo por sua incompetência no Governo do País.

Nessa medida provisória, a Oposição orienta "sim", Presidente.

Documento 151/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD 17:20
Publ.: DCD - 10/06/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 17, apresentada à Medida Provisória nº 1.036, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.046, de 2020, com vista à adoção de medidas emergenciais a favor dos setores de turismo e cultura, para atenuação dos efeitos da crise decorrente da Covid-19. Não aquisição de vacinas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Divulgação, pelo Presidente da República, de relatório falso com o timbre do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de óbitos ocorridos no País pela Covid-19. Agravamento da fome e do desemprego no Brasil.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Presidente, encaminha igualmente o voto "não", registrando, assim como fizeram outros Parlamentares, que hoje o Brasil bate todos os recordes, até mesmo naquilo que a CPI do Senado está revelando, que é a omissão do Governo em responder àquelas empresas que tentaram vender vacina para vacinar o povo brasileiro, como fez a Pfizer.

O próprio Governo criou, inventou um tal relatório do TCU, negado pelo próprio Tribunal de Contas da União. É recorde no desemprego, na fome, na falta de investimento público e principalmente recorde na desconstituição das relações do Brasil com o mundo.

O nosso voto da Minoria é "não".

Mas faço este registro de que nós temos esperança de que o Brasil vai encontrar o caminho de sua reconstrução e transformação. Basta de Governo Bolsonaro, Sr. Presidente!

Documento 152/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD	17:40
Publ.: DCD - 10/06/2021 - ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Presidência, aos Parlamentares e Consultores Legislativos pelo apoio ao orador na elaboração do parecer à Medida Provisória nº 1.036, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.046, de 2020, com vista à adoção de medidas emergenciais a favor dos setores de turismo e cultura, para atenuação

dos efeitos da crise decorrente da Covid-19.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me apenas agradecer a confiança a V.Exa. e ao Plenário, que me oportunizaram apresentar e defender aqui este parecer que foi agora submetido à apreciação do Plenário e aprovado.

Eu quero aqui agradecer a colaboração e a participação fundamental aos consultores Osmar Perazzo Lannes Junior, Cassiano Luiz Crespo Alves Negrão e Bárbara Aguiar Lopes e quero agradecer o apoio à assessoria de plenário do Podemos e também ao Deputado Bacelar, Presidente da Comissão de Turismo.

Quero também saudar o Deputado Marx Beltrão, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, e agradecer mais uma vez a V.Exa., Presidente.

Viva o turismo! Viva o Brasil!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 153/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/06/2021- 17:40
Publ.: DCD - 10/06/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Presença no plenário do Presidente do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA, Gustavo Melo. Apresentação de Projeto de Lei nº 2.098, de 2021, sobre alteração da Lei nº 13.979, de 2020, para fixação das diretrizes de vacinação e cobertura contra a Covid-19.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço a palavra por 1 minuto, por favor.

Eu queria fazer uma saudação especial, pois estamos recebendo, com muita honra, o Presidente do CEASA Pernambuco, que também preside a entidade que congrega todos os CEASAs do Brasil. Desde o início da pandemia, o CEASA não parou. Através do CEASA, o alimento chega à casa, à mesa, à mão do povo brasileiro.

Hoje apresentamos à Casa um projeto, a pedido de Gustavo Melo, pernambucano, Presidente da entidade, para imunizar todos os trabalhadores dos CEASAs, Presidente.

Documento 154/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/06/2021- 18:16
Publ.: DCD - 10/06/2021 - BETO PEREIRA-PSDB -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 984, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.985, de 2000, com vista à criação da Estrada-Parque Caminho do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, Estado do Paraná. Iminência de colapso do sistema de saúde do Estado do Mato Grosso do Sul em decorrência da Covid-19. Apelo ao Ministério da Saúde de envio da vacina Janssen ao Estado.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSDB orienta "sim", mas também gostaria de utilizar este momento para fazer um registro.

Mato Grosso do Sul vive o seu pior momento da pandemia. Nós tivemos 16 transferências de pacientes para dois Estados que abraçaram essas pessoas que clamavam por atendimento. Outros 231 sul-mato-grossenses esperam por uma vaga ou de UTI, ou de respiração assistida.

Mato Grosso do Sul pede socorro ao Ministério da Saúde. Fizemos uma solicitação hoje, respaldada por toda a bancada, pelo Governador Reinaldo Azambuja e também pelo nosso Secretário de Saúde, Geraldo Resende, para que nós recebamos, a título de adiantamento, pelo menos 1 milhão e 200 mil doses da vacina da Johnson, que estão sendo disponibilizadas pelos Estados Unidos. Nós as queremos para que tenhamos eficiência na aplicação o quanto antes para a imunização total da nossa população.

Documento 155/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/06/2021- 18:32
Publ.: DCD - 10/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.540, de 2021, sobre a instituição da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queremos orientar favoravelmente e justificar por que nós somos a favor. Todas as matérias que têm a ver, neste período de pandemia, com educação, com saúde, com temas vinculados às questões da pandemia, para melhorar a vida do povo - nós votamos ontem o Projeto Assis Carvalho, que vai garantir estímulo para o agricultor, para ele, inclusive, oferecer um alimento não tão caro ao consumidor -, nós achamos que devem ser votadas.

O que se deve votar aqui é a ampliação, para 600 reais, do valor da renda emergencial, que hoje é pífio. Só estender o pagamento por mais 2 meses, como o Paulo Guedes anunciou, não resolve. Tem que haver, durante todo o período da pandemia, os 600 reais. Esse projeto nós temos que votar, assim como este projeto da educação, assim como matérias relativas à saúde.

Não devemos, no entanto, votar reformas. A PEC 32, da reforma administrativa, não deve ser votada agora, tampouco as privatizações.

Então, a nossa linha é clara. Este projeto pode ser votado, porque tem a ver com a pandemia, com saúde, com educação, mas não os demais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 156/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 10/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime

de urgência do Projeto de Lei nº 1.540, de 2021, sobre a instituição da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Repúdio às declarações do Presidente Jair Bolsonaro a respeito das vacinas contra a Covid-19 e do uso de hidroxicloroquina no tratamento precoce da doença.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O nosso voto é "sim" à urgência.

Eu quero aproveitar e dizer ao Brasil - estarecido, eu não vou cansar de denunciar isso - que o Presidente da República do nosso País foi a um culto evangélico hoje em Goiás e, mais uma vez, mentiu para a população, iludiu-a, irresponsavelmente incentivou a disseminação do coronavírus. As palavras dele foram as seguintes: *"E eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental? Está experimental! Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina"*. Isso está em matéria do Congresso em Foco divulgada há pouco.

Eu digo ao Brasil e a este Parlamento: milhares de pessoas estão morrendo por tomar hidroxicloroquina e por não tomarem cuidado para não ter COVID.

Documento 157/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/06/2021-
	CD	18:40
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de votação do Projeto de Lei nº 6.749, de 2016, a respeito da alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, para tipificação da forma mais gravosa dos crimes de lesão corporal, contra a honra, ameaça e desacato, cometidos contra médicos e demais profissionais da saúde no exercício da profissão. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária, destinada à revogação da exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação do Código Florestal Brasileiro em áreas urbanas. Fortalecimento do Programa Bolsa Família. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 1,2% no primeiro trimestre de 2021. Importância da aprovação pela Casa, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, de proposições encaminhadas pelo Governo Jair Bolsonaro. Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição

nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Sinais promissores de recuperação da economia brasileira.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu desejo, neste espaço, falar a respeito de alguns assuntos. O primeiro deles é o Projeto de Lei nº 6.749, de 2016, que passou pela Comissão de Justiça e está pronto para ser votado em plenário. Esse projeto é de fundamental importância para a saúde do Brasil, para os profissionais de saúde do Brasil, porque ele tipifica de forma mais gravosa os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça ou de desacato cometidos contra médicos e demais profissionais de saúde. Todos nós sabemos que, neste momento de pandemia, esse tipo de agressão aos profissionais de saúde tem sido recorrente nos hospitais, nos postos de saúde do nosso País. Têm acontecido casos graves. Portanto, Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que coloque em votação o PL 6.749/16, porque esse é um clamor dos enfermeiros, das enfermeiras, dos médicos, das médicas, dos profissionais de saúde do nosso País.

Também quero dizer, Sr. Presidente, Deputado Vermelho, que apresentei uma emenda ao projeto de regularização fundiária, cuja urgência já foi aprovada e que deve entrar na pauta nos próximos dias. Essa minha emenda, sendo aprovada, derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana das cidades do Brasil.

Tal exigência não existe, é descabida. Por isso, as obras em área urbana do Brasil estão totalmente paradas. O Brasil parou por consequência dessa decisão do STJ. E a aprovação dessa minha emenda remete a competência para os planos diretores e para os projetos de uso e parcelamento de solo dos Municípios do Brasil.

Se aplicarmos o Código Florestal na área urbana, o que é um absurdo, nós vamos elevar a área de recuo dos córregos, dos riachos e dos rios, que deverá ser de 30 metros até 500 metros. Isso inviabilizará de forma definitiva as obras, a construção civil no Brasil.

Sr. Presidente, eu também desejo concordar com a sua proposição no que diz respeito à necessidade de esta Casa aprovar um plano definitivo de remodelação ou de fortalecimento do Bolsa Família, porque, no pós-pandemia, milhões de famílias, de pessoas, inclusive idosos e crianças, não terão condições de sobreviver à crise. Eu defendo a tese, que V.Exa. também defende, assim como, com certeza, a maioria desta Casa, da prorrogação do auxílio emergencial e concordo que, nesse período, devemos construir um programa perene, fortalecendo o Bolsa Família, para socorrer as pessoas pobres,

carentes, que são milhões no nosso Brasil.

Sr. Presidente, quero afirmar aqui que me parece que o Brasil do qual a Oposição tem falado da tribuna desta Casa é outro país, não é o Brasil, porque todos nós estamos acompanhando, Deputado Vermelho, bancos americanos, como a agência Goldman Sachs e o Bank of America, instituições financeiras renomadas do mundo projetarem um crescimento do PIB brasileiro no ano que vem na casa dos 5%. E isso é verdade, porque, neste primeiro trimestre, nosso PIB já cresceu, em comparação com o final do ano passado, 1,2%.

Portanto, o Brasil está dando certo, e isso é consequência, Deputado Hélio Costa, de decisões do Governo Federal e de decisões desta Casa, liderada pelo Presidente Arthur Lira. Votamos já, neste ano, Deputado Vermelho e Deputado Hélio Costa, a autonomia do Banco Central, a Lei do Gás, a do saneamento básico, a do licenciamento ambiental, a PEC Emergencial, e agora começam a andar a reforma tributária e a reforma administrativa - eu tive a honra de ser Relator na CCJ da admissibilidade desta.

Foi instalada hoje, Deputado Kim Kataguiri, a Comissão Especial da qual V.Exa. faz parte - o Presidente é o Deputado Fernando Monteiro, e o Relator, o experiente Deputado Arthur Maia. Com certeza, nós vamos aprovar matérias sem tirar nenhum direito dos atuais servidores, mas vamos criar, sim, uma linha de corte a partir do ano que vem para os servidores públicos do Brasil. Deputado Kim Kataguiri, por meio da sua emenda, nós vamos incluir todos: desde a enfermeira e o zelador, até os Ministros. Todos têm que fazer parte desta reforma.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, trazendo alguns dados. Os juros já estão estabilizados no Brasil, o dólar começa a cair, a Bolsa bateu novo recorde histórico no nosso País, a construção civil está bombando, o comércio tem 11,6% de índice de confiança, as exportações de frutas cresceram 21%, a produção mineral cresceu 15%.

Na lista dos 25 países mais confiáveis para investimentos, o Brasil é o 25º. Com os cem milhões de doses de vacinas no Brasil, nós passaremos a ser o 4º maior país do mundo. Portanto, este é o Brasil que está dando certo e que vai continuar dando.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Vinculação entre a elevação dos preços de combustíveis e o aumento do custo de vida no Brasil. Insuficiência do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Indiferença do Governo Jair Bolsonaro diante da situação por que passa o povo brasileiro. Estímulo do Presidente da República às aglomerações diante da greve epidemia de coronavírus. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo atraso na vacinação do povo brasileiro, e consequente colocação do País no ranking fúnebre da Covid-19. Fechamento de pequenas e microempresas, aumento do desemprego e paralisação de atividades econômicas no Brasil. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da realização de investimentos no setor produtivo para geração de emprego e renda. Necessidade de fortalecimento da agricultura brasileira em benefício do mercado interno. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos ouve, hoje nós tivemos a notícia de que a inflação no País chegou a 8%, aliás, passou um pouquinho de 8%, o que deixa evidente que esse Governo tem total descaso pela situação do povo brasileiro.

O Sr. Paulo Guedes, o "Superministro" da Economia, não só lançou o Brasil numa grande crise de desemprego e subemprego, com 30 milhões de pessoas nesta situação, como também agora deixa os preços se elevarem. Isso se deve basicamente por conta do aumento no preço dos combustíveis, preço que ele orientou a PETROBRAS a vincular ao preço internacional do petróleo, quando nós, aqui no Brasil, produzimos o petróleo e o gás mais baratos do mundo. No entanto, nós pagamos preços da Bolsa de Nova York.

O resultado para o povo brasileiro, com o aumento do dólar e dos preços internacionais, evidentemente, é o aumento do custo de vida, é a carestia, é a miséria do povo brasileiro, que está vivendo cada vez com mais dificuldade.

Este Governo, sem nenhuma vergonha, vem e estabelece, depois de 3 meses sem pagar nada, um auxílio emergencial, em média, de 250 reais, de 150 reais para quem não tem outras pessoas com ganho na família e de 375 reais para a mulher que cumpre a função de chefe de casa. Ora, 250 reais, quando o botijão de gás custa 100 reais?! Esse Governo está tirando sarro da cara do povo brasileiro! Esse é um Governo que não trabalha para o povo brasileiro, é um Governo

encostado, um Governo que não tem sensibilidade para com o povo.

Aliás, a CPI do Senado, que está investigando a atuação do Governo na pandemia, a cada dia demonstra que esse Governo procurou estabelecer uma estratégia de combate à pandemia que, em nenhum momento, previa um esforço. Ao contrário, para manter a produção em ordem, para manter os serviços em funcionamento, ele estimulava as aglomerações, o contágio, valendo-se da teoria absurda da contaminação por rebanho, que, segundo diziam, levaria a, no máximo, 5 mil mortes. Agora, no entanto, constatamos a iminência de 500 mil mortes neste País. Foi isso que esse Governo fez!

Esse é um Governo irresponsável, um Governo absolutamente irresponsável com o povo brasileiro. Esse Governo nem sequer se preparou para implantar a vacinação no nosso País, recusou mais de 80 *e-mails* de ofertas da Pfizer para fornecer vacinas para o povo brasileiro. Agora, vemos a vacinação andar a passos de tartaruga. A média de pessoas vacinadas é de 600 mil por dia, entre a primeira e a segunda doses. Ainda vêm dizer que vão terminar a vacinação até o fim do ano! Nesse ritmo? Nesse ritmo, nós vamos levar mais de 1 ano e meio.

É necessário que o Governo tenha a coragem de quebrar as patentes das vacinas e passe a produzir, de forma integral, as vacinas aqui no Brasil. É necessário que o Governo requisite todas as fábricas de vacinas, inclusive as que produzem vacinas para animais, para produzirem a vacina contra a COVID, e garanta que o ritmo não seja de 600 mil vacinas aplicadas por dia. Nós precisamos que 3 milhões de pessoas sejam vacinadas por dia!

O sistema econômico brasileiro está sendo destruído. As pequenas e as microempresas estão fechando as portas. O Governo vem, depois de todos esses meses sem fazer nada, e faz um PRONAMPE a 6% de juros, quando era de 0,5% de juros. Isso é um verdadeiro absurdo! A micro e a pequena empresa vão quebrar, a não ser aquelas que estão instaladas e prestam serviços ou produzem coisas que realmente tiveram viabilidade econômica na pandemia. O resultado é o desemprego e a paralisação dos negócios.

De outro lado, a Faria Lima, os negócios financeiros, os bancos, as grandes empresas estão ganhando bilhões, estão aumentando seus lucros com a especulação. Quem não trabalha efetivamente e não bota um prego na madeira não deixa de ganhar dinheiro, mas quem trabalha, quem labuta, ou seja, os trabalhadores, os pequenos e microempresários, as pequenas empresas, aqueles que de fato têm que acordar cedo para trabalhar e suar a camisa, estes não têm frescor. O Sr. Paulo Guedes e o Sr. Bolsonaro os massacra! É contra

isso que este Congresso tem que se rebelar.

Este Congresso representa o povo brasileiro, foi eleito pelo povo, não pode assistir a esta situação sem fazer absolutamente nada. Existem, na Mesa do Presidente da Câmara Arthur Lira, mais de cem - mais de cem! - pedidos de *impeachment*. Não é possível que o Presidente Arthur Lira não encontre nenhum que demonstre a irresponsabilidade desse Governo, os crimes de responsabilidade que esse Governo vem cometendo, como tem demonstrado a CPI, e não coloque para análise desta Casa estes pedidos de *impeachment*, para que esta Câmara dos Deputados possa debater se este Governo deve ou não deve continuar, porque cada dia mais que este Governo permanece é um dia a mais de desgraça para o povo brasileiro.

O povo brasileiro não está aguentando esta situação. Não tem cabimento aguentar um aumento de preços como o que está havendo. Daqui a pouco, o Ministro e seus assessores aparecem para dizer que a solução é aumentar os juros. O Banco Central vai determinar a elevação de juros, e qual será o resultado disso? O resultado será mais desemprego, mais fome, mais miséria, mais fechamento de empresas, e aumento do lucro dos bancos, aumento do lucro dos chamados grandes investidores. Que investidores são esses? Investidores na especulação?

Não! Nós queremos investimento produtivo. Nós queremos que o Brasil volte a produzir e a gerar emprego. Esta tem que ser a preocupação central do Governo. Um governo tem que pensar e trabalhar para isso todo santo dia.

A agricultura está bombando, mas a agricultura que está bombando é a agricultura exportadora, porque os preços no mercado internacional lhe são muito favoráveis - o dólar está favorável à agricultura exportadora. Mas os preços lá de fora são os mesmos que o povo brasileiro é obrigado a pagar aqui no País. Nós precisamos fortalecer a agricultura para o mercado interno. Nós precisamos fornecer alimentos, precisamos fornecer comida para o mercado interno, mas a preços baixos. Não é possível continuar desse jeito!

Por isso, nós temos que fazer uma discussão profunda sobre esse governo que queremos. Nós queremos um país que tenha desenvolvimento e emprego, e para isso é necessário que se vote, urgentemente, o auxílio emergencial aqui.

Não venham dizer que vão dar mais 2 meses de auxílio emergencial, esse auxílio que pouco ajuda o povo. Nós precisamos de um auxílio emergencial robusto, de 600 reais, como foi determinado por esse Congresso no ano passado. Esse auxílio emergencial vai alavancar a economia brasileira, vai permitir que a economia retome com base no

consumo das famílias, que as famílias possam se alimentar e possam sobreviver.

Precisamos garantir para o nosso povo brasileiro uma saída da crise, de cabeça erguida, trabalhando, com emprego, para o Brasil poder continuar se desenvolvendo e não voltar atrás.

Documento 159/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/06/2021- CD	19:28
Publ.: DCD - 10/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Confiabilidade do sistema de votação eletrônica. Desenvolvimento socioeconômico do País durante o governo petista. Sucesso do Programa Bolsa Família, criado no governo do PT. Exclusão do Brasil do Mapa da Fome na gestão federal petista. Fracasso do fundamentalismo liberal. Não valorização do salário mínimo e retomada dos índices inflacionários no Governo Jair Bolsonaro. Inexistência de política socioeconômica no âmbito do Governo Federal. Necessidade da implantação de projeto de desenvolvimento nacional, e de políticas destinadas à geração de emprego e renda. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentá-lo e cumprimentar os colegas Parlamentares, entre eles o colega Luizão, que acaba de falar.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Brasil já tem um sistema totalmente auditável. Isso que o Deputado Luizão colocou é muito importante. Nós disputamos eleições ao longo dos últimos 25 anos. Foram eleitos Presidentes de diferentes matizes ideológicas: Fernando Henrique, Lula, Dilma, Bolsonaro, sempre com o nosso sistema digital de votação. Na realidade, o que o Presidente Bolsonaro quer, do meu ponto de vista, é exatamente criar conflito onde não existe. A ideia é sempre criar mais uma polêmica, provavelmente já construindo uma espécie de justificativa para desrespeitar o resultado eleitoral, que aponta, de forma cada vez mais clara, para uma muito provável derrota de Bolsonaro nas próximas eleições.

Mas quero falar sobre a economia brasileira. Quero lembrar aqui, Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que, ao longo de 13 anos, sob as lideranças do Presidente Lula e, depois, da Presidenta Dilma, o Brasil implementou um projeto de desenvolvimento nacional que trouxe crescimento econômico, distribuição de renda, combate à desigualdade, à pobreza, à fome e melhoria da condição econômica do nosso País. Tivemos um crescimento no número de empregos com carteira assinada. Ao longo desses anos, foram gerados 22 milhões de empregos. O Brasil reduziu a sua taxa de desemprego para a menor taxa de desemprego de toda a história do País, com 4,3% de desemprego, no fim de 2015, aproximadamente. Nesse processo de distribuição de renda, de fortalecimento do mercado interno, dentre outros mecanismos que buscaram o projeto de desenvolvimento nacional, houve o aumento do salário mínimo, em valor real, de 74%. Nós tivemos também a implementação do mais robusto programa de proteção social da história recente do País, o Programa Bolsa Família, que infelizmente vai sendo abandonado pelo atual Governo.

A soma destes esforços: a criação dos 22 milhões de empregos com carteira assinada; o crescimento real do salário mínimo; a adoção de uma política de conteúdo nacional, preservando a indústria nacional, adotando uma política de desenvolvimento industrial; e o fortalecimento da agricultura familiar, que era o último item que eu queria somar nesta breve relação de políticas públicas extremamente exitosas, levaram o Brasil a sair do Mapa da Fome. O Brasil retirou o país deste negativo título de estar no Mapa da Fome. E essas conquistas fizeram com que 36 milhões de pessoas deixassem a linha de miséria no País.

Infelizmente, ainda quero dizer uma frase sobre esse período. Os nossos adversários costumam dizer que os Governos de Lula e Dilma quebraram o Brasil, e o que eles fizeram foi exatamente o contrário: os Governos de Lula e Dilma fortaleceram a economia brasileira. Um dos dados que sintetiza essa informação é o do crescimento das reservas internacionais do País, que saltaram. Em 2003, eram 37 bilhões de dólares. Quando a Presidenta Dilma foi derrubada por um golpe contra a democracia brasileira, as reservas estavam em 380 bilhões de dólares. Quem multiplica por dez o volume de reservas de um país, não quebra esse país.

Agora nós já temos 5 anos de Governos que rezam a cartilha do fundamentalismo liberal. E qual é o resultado do Governo Temer e, especialmente, destes 2 anos e meio de Governo Bolsonaro? O Brasil volta para o Mapa da Fome; o Brasil volta a ver 117 milhões de brasileiros vivendo em insegurança alimentar; o desemprego volta a disparar no País; e hoje 20,8 milhões de brasileiros estão desempregados e mais 33 milhões de brasileiros vivem com empregos precários, na informalidade.

Diziam os ultraliberais: "*Ou têm direitos, ou têm empregos*". Retiraram

boa parte dos direitos e, junto, retiraram boa parte dos empregos. Hoje nós temos carência de direitos, carência de empregos, concentração de renda crescente e a fome crescente no País.

A política de valorização do salário mínimo foi abortada. Não há mais valorização do salário mínimo. A inflação voltou! Hoje, nós estamos sendo informados de que a taxa de inflação dos últimos 12 meses é a maior dos últimos 25 anos, na cifra de 8,06%.

O Brasil está à deriva: sem Governo, sem política econômica, sem política social. Cortou-se o auxílio emergencial em meio à pandemia, durante 3 ou 4 meses, e se reintroduziu um auxílio emergencial absolutamente insuficiente.

O que o Brasil precisa é da retomada de um projeto de desenvolvimento nacional; precisa de mais investimentos públicos; precisa retomar a política de valorização do salário mínimo; precisa retomar a política de um programa de renda mínima bem estruturado, Deputada Vivi Reis, um programa de renda mínima que garanta um Bolsa Família digno em cima de um Cadastro Único organizado e permanente para todos que precisam.

Precisamos de políticas de geração de emprego. Precisamos, sim, de mais Estado na economia para regular as distorções que têm sido geradas pelo fundamentalismo liberal.

Hoje no Brasil existe, sim, um paraíso para poucos que ganham cada vez mais. E o Brasil caiu numa crise profunda para a ampla maioria do povo brasileiro. É vergonhoso ver que dez brasileiros entraram na lista dos bilionários feita pela revista *Forbes*, e milhões e milhões de brasileiros passaram a viver em condição de miséria de novo, com fome, desemprego e falta de respeito de um Governo que é um dos piores. Provavelmente, entrará para a história como o pior Governo da história do Brasil.

Precisamos tirar Bolsonaro o quanto antes! A Câmara deve analisar um dos pedidos de *impeachment*, são mais de cem.

Eu peço 30 segundos para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. PSL - SP) - Deputado, V.Exa. tem 30 segundos. O Presidente Arthur Lira não está abrindo exceção, porque há muitos a falar ainda.

Obrigado pela compreensão.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Obrigado, Sr. Presidente, eu

agradeço.

Concluo com isto: são mais de cem pedidos de *impeachment* de Bolsonaro, muitos deles com enorme solidez e consistência. E, infelizmente, o Presidente Arthur Lira mantém todos eles engavetados, num processo de proteção indevida, de forma monocrática. O Plenário deve analisar se há maioria ou não para um desses processos de *impeachment*.

O Brasil precisa parar o Governo Bolsonaro!

Documento 160/557

62.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/06/2021- 20:00
Publ.: DCD - 10/06/2021 - DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aproximação do patamar de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Encaminhamento, ao Presidente Jair Bolsonaro, de expediente a favor da quebra de patentes de vacinas contra o coronavírus.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares e todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham, meus cumprimentos.

Sem dúvida, todos os brasileiros estamos vivendo momentos muito difíceis, estamos sofrendo juntos: o País aproxima-se de meio milhão de vidas retiradas pela COVID. Hoje, eu perdi um grande amigo, um colaborador da minha equipe, jovem ainda, 51 anos, cheio de vida, sem nenhuma comorbidade. Com todo o esforço da ciência, não foi possível salvá-lo.

Há 2 meses, em abril, eu encaminhei um requerimento - foi aprovado na Comissão que trata de questões de saúde e encaminhado ao Presidente Bolsonaro - defendendo a quebra de patente de vacinas contra a COVID para a produção de vacinas por indústrias que se habilitem aqui no Brasil, a fim de produzirmos vacinas mais rápido.

Neste momento, os brasileiros, todos, precisam da vacina. Infelizmente já estamos perdendo mais jovens do que pessoas idosas, por uma razão simples: já se vacinaram os idosos, e os mais jovens, não.

Precisamos urgentemente de produzir mais vacinas no Brasil. Quando

chegarmos ao final do ano e estivermos concluindo a vacinação para um grupo, já começa a perder a validade a vacina daquele idoso que a tomou em janeiro ou fevereiro.

Então, precisamos fabricar vacina contra a COVID no Brasil, e a quebra de patente é uma alternativa que nós defendemos.

Muito obrigado.

Documento 161/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:00
Publ.: DCD - 11/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da crise sanitária no País, provocado pela Covid-19. Não enfrentamento da epidemia de coronavírus pelo Presidente Jair Bolsonaro. Inoportunidade da iniciativa do Governo Federal de privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Não assunção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do protagonismo na coordenação nacional das ações de combate à Covid-19. Expectativa de punição do Presidente da República por omissões e atos praticados contra a saúde pública e o povo brasileiro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares.

Quero, nesta manhã, abordar o tema da saúde no nosso País. Nós estamos vivendo uma grave pandemia. Infelizmente, já temos quase meio milhão de pessoas mortas no nosso País. Todos os especialistas sérios, do Brasil e do mundo, analisam que muitas vidas poderiam ter sido salvas se o Governo brasileiro, especialmente o Presidente da República, tivesse uma postura séria, humana, e se o enfrentamento fosse feito de maneira conjugada no nosso País, porque nós vivemos uma crise que se agravou exatamente por falta de uma coordenação nacional.

Em função disso, nós precisamos trabalhar todos os dias na Câmara Federal para buscar saídas, porque temos um Governo que não se preocupa com a vida das pessoas, um Governo que não se preocupa com o desemprego e não está tomando as medidas necessárias.

Hoje nós estamos adotando medidas no âmbito do nosso País, no

âmbito do Congresso, medidas estranhas aos objetivos que deveríamos trabalhar neste momento da pandemia, porque o que há, efetivamente, são ações que retiram os direitos das pessoas.

Eu fico imaginando o que pensam as pessoas que acompanham a política brasileira quando veem o povo morrer de fome, quando veem o povo sem emprego, sem vacina, e o Governo querer privatizar a ELETROBRAS e os Correios. O Governo adota aquelas medidas que todos nós estamos acompanhando, medidas que nos levam a ficar aterrorizados com os rumos que nosso País está trilhando.

É preciso que façamos nesta Casa a denúncia da prática genocida do Governo, que não tem compromisso com os reais interesses da população brasileira, população que está sofrendo à falta de coordenação nacional. Enquanto isso, a CPI no Senado vem apurando situações gravíssimas, e, a cada dia, o Governo se enrola mais. Nós esperamos que haja a efetiva punição do Governo Federal pelos atos que vem praticando contra o povo brasileiro.

Eu espero que esta situação no nosso País mude. Nós vamos lutar muito, vamos continuar denunciando toda forma de injustiça e de abandono que sofre o povo brasileiro.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 162/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:08
Publ.: DCD - 11/06/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desconexão entre as medidas de prevenção do coronavírus impostas pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, e as imagens do gestor em banho de sol durante hospedagem em hotel no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente. Bom dia a todos os colegas e a todos aqueles que

nos acompanham pela *TV Câmara*.

Eu queria usar este tempo dos Breves Comunicados, primeiro, para solicitar que este pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa.

Quero deixar aqui meu protesto em relação às imagens e aos vídeos que circularam nos últimos dias a respeito do Governador do Estado de São Paulo, João Agripino Doria. Ele é o mandatário do Governo do Estado, que vem passando por uma melhora significativa nos índices de mortes pela COVID, que vêm decrescendo a cada dia, mas o Governador age na contramão do que ele próprio diz.

Ele foi, digamos, surpreendido em um hotel no Rio de Janeiro, no Bairro de Copacabana, fazendo exatamente o contrário do que ele prega no Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo vem sofrendo inúmeras restrições, na minha opinião, desnecessárias, absolutamente desnecessárias. O Governador sai do Estado de São Paulo, vai ao Rio de Janeiro, se hospeda num hotel e, a partir daí, dá um exemplo que não deve ser seguido, um exemplo contrário ao que ele tanto veicula em todos os meios de comunicação a que tem acesso no nosso Estado.

É lamentável que ele não pratique aquilo que ele mesmo prega ao seu povo. Isso é bastante entristecedor para o povo paulista. O povo paulista vem sofrendo inúmeras restrições, com inúmeros decretos de *lockdown* no interior, na Capital, em toda a Grande São Paulo, os comerciantes, os comerciários, os empregados, que tanto querem trabalhar, mas acabam vendo aquela cena patética de Doria tomando sol na piscina do hotel.

O povo paulista está muito bem antenado com essa postura. Se ele quer realmente dar exemplo, é bom que mude seus conceitos e suas atitudes. Ele poderia muito bem fazer isso dentro da sua casa. Aliás, ele tem duas casas: uma, em Campos do Jordão; a outra, aqui na cidade de São Paulo. Ele poderia fazer muito bem isso, mas de forma reservada, tranquila, sem pretender debochar da população paulista. Ficou muito feio, desagradável e deselegante.

Agora eu quero ver quais serão os próximos passos dele. O comércio sofre, a população paulista sofre, e hoje nós acabamos de receber a notícia de que os horários do comércio ainda continuarão restritos, tudo de que não precisamos. O comércio deveria ser aberto, como os *shopping centers*, que deveriam abrir das 8 horas às 22 horas, para se promover o distanciamento. Não! Ele promove restrições!

Ficam o desagravo e a tristeza do povo paulista em ter o Governador

João Doria no comando, dando esse péssimo exemplo.

Muito obrigado.

Documento 163/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:12
Publ.: DCD - 11/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Falta de alimentos na mesa dos trabalhadores atingidos pela crise gerada pelo coronavírus. Desprezo do Presidente Jair Bolsonaro pela vida dos brasileiros. Divulgação, pelo Presidente da República, de relatório falso elaborado por auditor do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de óbitos ocorridos no Brasil pela Covid-19. Dados da CPI da Covid sobre a ocorrência de mortes pelo uso de cloroquina no tratamento precoce do coronavírus. Vinculação entre a maioria dos óbitos decorrentes da Covid-19, e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas em tempo hábil. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, bom dia. Fico muito feliz em vê-la conduzir esta sessão de Breves Comunicados. Somos apenas 15% na Câmara dos Deputados e, de vez em quando, temos a oportunidade de uma mulher estar à frente.

Nesta manhã, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que ainda temos muitas dificuldades com a quantidade de vacinas no Brasil. Nosso povo, sem renda básica e justa no País, ainda não chegou à condição de imunização necessária. Nós estamos vendo as pessoas passar fome, enquanto se faz uma forte propaganda sobre o aumento do nosso PIB. Quem exporta em dólar e recebe em dólar deve estar sorrindo, mas quem tem parcos reais para comprar uma cesta de alimentos está em desespero.

Assim, eu gostaria de refletir um pouco sobre a conduta do Presidente da República, que continua a priorizar a morte em detrimento da vida. O Presidente se baseia em dados que parecem combinados. Onde já se viu um profissional do TCU burlar um relatório para embasar a fala pública do Presidente da República para, assim, confundir ainda mais a população?!



O Presidente - imaginem, o Presidente da República! - afirma que os dados de óbitos decorrentes da COVID no Brasil não estão corretos, que há bem menos mortes, quando nós sabemos, pelos registros, que nós já passamos de 500 mil mortos há algum tempo. No entanto, o Presidente continua dando sinais invertidos. Ele quer provocar cada vez mais desconfiança no meio da população. A população desconfia das autoridades.

Autoridades como o TCU, uma instituição respeitada, dão alicerce a esta Casa por meio dos dados que emite.

O TCU é um órgão de consulta do Parlamento. De outro lado, nós vemos um profissional, filho de um militar amigo do Presidente, colocar dados num relatório para reforçar que os dados que estão públicos no Brasil estão errados.

Enquanto isso, vemos a CPI no Senado mostrar claramente quantos dos óbitos foram de pessoas que fizeram o tal tratamento precoce, mas que morreram, por exemplo, pelo uso indevido de cloroquina. Como sabemos, a cloroquina, quando usada por cardíacos ou por pessoas com algumas comorbidades, mata.

O Presidente não está nem aí. Cada família que perdeu um ente querido, cada um de nós que perdeu um amigo ou uma pessoa próxima vai ter esta marca em nossa história. Não pense o Sr. Presidente que, com essas falas dele por aí, falas que negam a vida, nós vamos esquecer. As famílias que perderam entes queridos não esquecerão o que fez o Presidente da República deste País, no momento da mais grave pandemia por que estamos passando.

Sra. Presidente, que nós tenhamos luz, que tenhamos vida, que nossa vida seja cada vez mais dignificada! Nós viemos para este planeta para ter vida, vida em abundância. Não estamos aqui para negar, negar nossa própria existência, muito menos para debochar da vida das pessoas.

Vejo à minha frente o Deputado Frei Anastacio Ribeiro, que, com certeza, orou muito pela saúde dos nossos concidadãos. Hoje nós vemos o Presidente da República, que eu respeito como Presidente - assim a democracia me ensinou, ele foi eleito para ser Presidente da República -, fazer o que está fazendo com nosso País e nossa população.

Chamemos as famílias para falar às autoridades e a esta Casa. Nós temos, no mínimo, que respeitar a vida, temos que nos solidarizar com aqueles que perderam pessoas que partiram no momento errado, pessoas que não partiram na hora certa. Se essas pessoas tivessem sido vacinadas em 2021, nós não teríamos tantos óbitos como os que

temos visto neste momento.

Documento 164/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:16
Publ.: DCD - 11/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 480 mil mortes no País, provocadas pela Covid-19. Homenagem póstuma ao ex-Prefeito Aduino Aparecido Scardoelli, do Município de Matão, Estado de São Paulo, falecido em decorrência da doença viral. Votos de profícua jornada ao novo gestor da municipalidade.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, são 480 mil mortes até a noite de ontem, 480 mil vidas perdidas, 480 mil famílias e amigos que sofrem com o falecimento de entes queridos. Entre elas, tivemos uma grande perda, aliás, todas são grandes perdas. Esta, no entanto, eu considero muito especial: meu companheiro Aduino Aparecido Scardoelli. Ele foi Prefeito do Município de Matão, companheiro de partido, um ser humano extraordinário, para mim, o melhor gestor que Matão já teve - ele foi Prefeito mais de uma vez. Era casado com nossa estimada Marília, tinham 5 filhos.

O Aduino introduziu na cidade um sistema democrático e transparente de gerir a cidade. Ele conhecia as pessoas pelo nome, fossem empresários ou trabalhadores. E quando eu me encontrava com meu companheiro Aduino, ficávamos até 2 horas da manhã conversando. Ele não parava de contar as coisas boas, falar dos sonhos pelo Brasil, falar dos protestos, da necessidade de termos um Brasil para todos.

O nosso companheiro Aduino se foi. Ficou a lembrança, ficou a saudade. O nosso companheiro Aduino é a perda de um soldado na luta do seu povo. Matão é uma cidade abençoada por Deus. Sindicalistas, operários, lutadores de todas as categorias já me ligaram cedo quando Aduino faleceu. Os meus companheiros metalúrgicos me deram este sinal. Fiquei muito triste e aqui quero, Sra. Presidenta, fazer minha modesta homenagem.

O Aduino é daqueles que fazem parte da legião de lutadores por um mundo melhor, daqueles que lutam em defesa da dignidade humana, daqueles que prezam a vida; homem de compaixão, homem alegre e que nos fazia alegres, homem solidário. Por isso, a falta é muito

grande.

Que sigamos a luta e os atos do nosso estimado companheiro Adalto. Parabéns, minha querida Marília, pelo seu gesto. Marília me dizia, ainda há pouco, que Adauto foi um guerreiro, guerreiro do povo, guerreiro dos direitos. Na sua cidade, não havia pessoas excluídas. Por isso, Adauto era tão querido.

Quero dizer ao povo que desejo ao novo Prefeito da cidade muito boa sorte na jornada e desejo aos Vereadores a continuidade. Sigam o exemplo do nosso guerreiro Adauto. Como dizia Bertolt Brecht, Adauto é daqueles que eram imprescindíveis para a nossa caminhada.

Meu abraço, Adauto. Deus já te acolheu em sua plena graça. Que Ele conforte os seus familiares.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 165/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:28
Publ.: DCD - 11/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Ocorrência no País em torno de 500 mil mortes provocadas pela Covid-19. Encaminhamento de abaixo-assinado ao Presidente Arthur Lira, a favor da retirada de tramitação da proposta de reforma administrativa. Corte de recursos orçamentários das universidades federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Deputados e Deputadas.

Vivemos ontem um dia importante em relação à vida dos servidores públicos e ao destino do Estado brasileiro. A PEC 32/20, infelizmente, não reforma a administração pública; ela destrói a administração pública. Ela a transforma em mera coadjuvante nos serviços públicos, abrindo um enorme naco de mercado para empresas grandes, médias, pequenas, que vão adentrar aquele *locus* para prestar serviços claramente típicos do Estado nacional, inclusive de saúde e educação.



O projeto de reforma administrativa, além de prejudicar os atuais servidores, tira dos jovens o estímulo para fazerem um concurso público, porque que os mantém aprisionados durante 3 anos a um estágio probatório, na condição de *trainee*, sem que esse tempo sirva para a evolução deles na carreira ou para a aposentadoria. O projeto também garante um trem da alegria gigante! Os cargos comissionados, que hoje são obrigatoriamente - 50% deles - de carreira, passarão a ser cargos de indicação política ou de outro tipo de indicação. E o Poder Executivo fica autorizado a extinguir órgãos.

Enfim, a reforma é muito ruim, é prejudicial ao Estado nacional! No mundo inteiro, agora, se fala em vacina e mais Estado; no Brasil, nem em vacina, nem em Estado. Esse é um Governo que anda na contramão, na destruição, no caminho - infelizmente pior - da insensibilidade com a vida das pessoas, haja vista que já perdemos em torno de 500 mil pessoas, se formos considerar a subnotificação das mortes na pandemia.

Ontem, estive com a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, com o Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, a quem entregamos um abaixo-assinado com mais de 120 mil assinaturas pedindo que a PEC fosse retirada. A Comissão foi montada, mas obtivemos do Sr. Presidente o compromisso de que nenhum item que arranhe um direito sequer dos servidores públicos será aprovado ou mantido na PEC.

Nós vamos trabalhar para mudar esse texto, para desidratar as iniquidades. Para isso, precisaremos da mobilização dos servidores públicos, da população em geral, porque, ao fim e ao cabo, quem perde é a população, uma vez que os serviços serão "voucherizados". O que é isso? Serão pagos - pagos! - com ações politiquieiras do Sr. Paulo Guedes, que quer dar um dinheirinho, um "voucherzinho", para um pai, para uma mãe de família chegar à escola da esquina do bairro e pagar para o filho estudar, defenestrando-se a escola pública. A "voucherização" é um projeto que já foi vencido lá na década de 50, da qual o Sr. Ministro da Economia retira os fundamentos dele.

Agora, nós estamos vivenciando um desabastecimento, um corte, um bloqueio nas universidades, nos institutos federais. Estamos esperando um PLN para restaurar esses orçamentos, Sr. Ministro. E, agora, vem uma reforma administrativa por cima desse absurdo dos cortes, para, de uma vez, arrebentar com o serviço público.

É preciso mobilizar, dizer "não" à PEC 32/20, trabalhar ao nosso lado na Comissão Especial, que já está montada, para podermos constituir - aí, sim - a perspectiva de um debate aberto, realista, sobre a importância do Estado.

Todos os servidores são típicos do Estado. Veja a situação do embate contra a pandemia. Será que um maqueiro, um motorista de ambulância são atípicos? Um médico intensivista e um enfermeiro - não trabalham 30 horas, trabalham muito mais na cabeceira do leito dos pacientes com COVID e outras doenças - não são típicos de Estado?

Srs. Deputados, contamos com o bom senso para impedir que essa PEC seja aprovada e que o Estado brasileiro seja transformado em mero coadjuvante das políticas públicas, das ações de Estado.

Deputada Rosangela, eu fico feliz de vê-la comandando esta sessão.

Muito obrigada.

Documento 166/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:32
Publ.: DCD - 11/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Quadro de desemprego e fome reinante no País. Desestruturação do Estado brasileiro. Inadmissibilidade de privatização de bancos oficiais e empresas estatais. Avanço da garimpagem ilegal na região amazônica. Devastação do meio ambiente no País. Expulsão de quilombolas e indígenas de suas terras. Aproximação do patamar de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Recusa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e da compra de vacinas em tempo hábil. Apresentação, pela Organização das Nações Unidas - ONU, de denúncia contra o Presidente da República pela tragédia humanitária vigente no País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Bom dia, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Rosangela, é um prazer vê-la presidindo esta nossa sessão nesta manhã.

A boiada anunciada por Bolsonaro e seus Ministros para pisotear o povo está funcionando muito. O Brasil tem mais de 40 milhões de pessoas sem um prato de comida. Nós estamos assistindo a um Brasil que já tem mais de 15 milhões de desempregados. Nós estamos assistindo a um desmonte do Estado brasileiro, que sabemos trará prejuízo à economia do País. Nós não podemos abrir mão, de forma

nenhuma, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do BNDES, da ELETROBRAS, dos Correios, da Casa da Moeda, porque daqui a pouco o Brasil estará descendo a ladeira, porque não estará garantido que as nossas estatais tenham não só empregabilidade como também produção, porque são empresas que rendem para o Brasil.

Cito isso, fora o problema ambiental que nós estamos vivendo. Foi uma verdadeira tragédia o que aconteceu no Pantanal. Nós estamos vendo o avanço ilegal do garimpo. Nós estamos vendo o grande desmatamento na Amazônia. Nós estamos vendo os quilombolas e os indígenas serem retirados do seu local de moradia.

Além disso, nós estamos vivendo com meio milhão de pessoas que morreram de COVID neste País. E o que faz o Presidente? O Presidente tira o auxílio emergencial, porque ele passa de 600 reais para 150 reais. O Bolsonaro negou 53 pedidos de compra de vacina em plena pandemia da COVID. A ONU até o denunciou como uma tragédia humanitária nesta pandemia. Quantas pessoas nós poderíamos ter salvo? Ninguém aguenta tamanho descaso, tamanha indiferença. Nós precisamos, sim, cuidar do nosso povo.

Por isso, Sra. Presidente, mais uma vez vamos tratar essa frieza, o povo e os movimentos sociais, no dia 19, com nova mobilização.

Vacina no braço, comida no prato!

Sra. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 167/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:40
Publ.: DCD - 11/06/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados à imagem do Brasil no exterior, pelo negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aproximação da marca de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Compromisso do Presidente Jair Bolsonaro

de privatização de estatais e de desestruturação do Estado brasileiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos e a todas que nos acompanham no Brasil e na nossa Câmara dos Deputados. Bom dia, queridos colegas.

Sra. Presidente, saúdo V.Exa., que nos orgulha com sua presença na Mesa.

O que não condiz com a imagem do Brasil no exterior é principalmente a péssima gestão do Presidente da República neste período da pandemia em nosso País, onde se caminha rapidamente, infelizmente, para 500 mil mortes em nossa Pátria. São 500 mil pessoas que perderam a vida. Trata-se de 500 mil famílias, de pais, de mães de família, de filhos de pessoas queridas.

Esta é a vergonha maior a que o Presidente da República está submetendo o Brasil, não só afetando a imagem do País, mas também ferindo a vida do povo brasileiro.

Enquanto isso, como já foi destacado pela minha colega e amiga Deputada Alice Portugal, a reforma administrativa - PEC 32/20 - é inconstitucional, fere os princípios gerais, centrais da Constituição de 1988. Quando se discutiu o Regime Jurídico Único foi para unificar uma ação dos servidores públicos totalmente desalinhados em termos de direitos e deveres.

Destaco a criação de novos vínculos de emprego, a extinção da ideia da meritocracia, tanto divulgada pelos segmentos liberais. A Constituição previa a estabilidade de empregos para que o funcionalismo fosse independente dos governos, atendendo aos desígnios do Estado. Portanto, isso vai no sentido inverso: o aumento de poder do Presidente da República de extinguir cargos abre as ações do serviço público para a entrada da iniciativa privada. Esta é a grande intenção desse Governo entreguista, no momento em que o Brasil e os brasileiros têm suas vidas salvas pelo serviço público de saúde, o SUS, pelo serviço público de segurança, pelo serviço público de educação, pelo serviço público em todos os sentidos.

Este Governo está flexibilizando todos os laços dos servidores públicos, para permitir o velho caciquismo, a presença do aumento de cargos de função de confiança para colocar os apaniguados, ou seja, o inverso do sentido de profissionalização do Estado brasileiro que a Constituinte de 1988 tomou como compromisso, para ter dois pilares: o Estado Democrático de Direito e o Estado de bem-estar social, garantido pela Constituição Federal.

O Governo brasileiro do Sr. Jair Bolsonaro não tem compromisso com nenhuma das duas coisas. Tem compromisso com a privatização e a entrega das empresas nacionais e tem compromisso de acabar com o Estado brasileiro. O Sr. Paulo Guedes, que não tem amor à vida dos brasileiros, só pensa em ganhar dinheiro no capital financeiro e nos seus interesses privados na área de educação.

Portanto, Sra. Presidente, é preciso mobilizar a Nação brasileira para dizer não ao fim da meritocracia daqueles que fazem concurso público para serem servidores do Estado, para fazerem com que o Estado brasileiro sirva à Nação e não aos interesses privados, para que o Estado brasileiro sirva à Nação e não apenas às indicações políticas. Nós, na Constituição de 1988, tomamos a clara decisão de preservar o Estado brasileiro e constituir um Estado em defesa da Nação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Não à reforma da administrativa! Não à PEC 32, que acaba com a estabilidade do servidor público e que abre o serviço público para a atuação de interesses absolutamente privados!

Viva o SUS! E viva os servidores brasileiros da saúde, da educação, da segurança pública, das áreas energéticas, de tudo aquilo que significa em nosso País a atuação de...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 168/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:44
Publ.: DCD - 11/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ódio e mentiras como marcas indelévels do Governo Jair Bolsonaro. Criação, pelo Governo Federal, de gabinete paralelo da saúde e de orçamento secreto para compra de voto dos Parlamentares. Anúncio da realização de movimento nacional contra o Governo Jair Bolsonaro. Desestruturação do Estado brasileiro. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Divulgação, pelo Presidente da República, de relatório falso elaborado por servidor do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de óbitos ocorridos no Brasil em

decorrência da Covid-19. Elevação dos índices inflacionários no País. Contrariedade à pretendida privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Perplexidade ante o motivo alegado pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Nascimento de Camargo, para não comparecimento à audiência pública da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estamos vivenciando um Governo das sombras, um Governo das sombras! Tem razão o Presidente Lula quando diz que o povo brasileiro já não suporta escutar aquele que ostenta, com o peito estufado de fascismo, a faixa presidencial e tenta se apropriar do Estado com tantas mentiras e tanto ódio. São ódios e mentiras. Todas as vezes que o Presidente da República é contestado, e contestado com bases, ele simplesmente vocifera, não entra no mérito, elege um inimigo imaginário e açula suas hostes. Então, é o Governo da mentira e o Governo do ódio, o Governo das sombras.

Nós temos denúncias absolutamente palpáveis de que há um orçamento das sombras, para comprar votos de Parlamentares. Nós temos um gabinete para traçar as estratégias de saúde contra a própria ciência e que estimula a morte do povo brasileiro, um gabinete das sombras. Nós vamos ter uma equipe, uma milícia digital absolutamente ilegal também nas sombras. Então, este é o Governo das sombras, é o Governo da morte. E é por isso que este País precisa se levantar - e vai se levantar - no próximo dia 19, para dizer um basta, um basta a tudo isso.

Nós não podemos mais achar que é natural ou que são naturais as mortes. Esse Governo vai se desfazendo do próprio Estado e ferindo a Constituição Brasileira. Quer que a Constituição brasileira não seja uma Constituição de proteção social. Quer oferecer a Constituição brasileira, com essa PEC 32, para os governantes utilizarem a velha prática do clientelismo, a velha prática da República Velha de dominar o Estado.

Veja o que o Presidente da República tentou fazer: utilizou-se de um correligionário ou de um apoiador dentro das estruturas do TCU, para também tentar capturar o TCU, dizendo que havia um estudo do TCU que apontava uma superestimação do número de mortes por COVID-19, o que faz parte da sua política negacionista, negando a dor do povo brasileiro, negando que nós temos por volta de 480 mil pessoas que se foram. E todo mundo que vai é o amor de alguém! Isso é um desrespeito.

Nós temos a maior inflação dos últimos 25 anos para o mês de maio, que vai atingir muito a população pobre. E ainda teremos aqui a

discussão do Governo para privatizar a ELETROBRAS, que é do povo brasileiro, é do povo, e isso numa proposta que estimula ou que obriga a que haja investimento em térmicas.

Ora, se nós pegarmos as térmicas Pecém 1 e 2, no Ceará, veremos que ali existe um consumo de água semelhante ao consumo que tem de haver para atender a uma cidade de 600 habitantes. Ali nós vemos que as térmicas poluem. E se investe nisso? No estresse hídrico que nós estamos vivenciando, este Governo está tentando aprovar a obrigatoriedade da utilização das térmicas e vendendo a ELETROBRAS, quando país nenhum no mundo faz isso!

Nos Estados Unidos, as termoelétricas, na sua grande maioria, são protegidas pelo Exército, e aqui o Presidente da República quer manchar o Exército Brasileiro fazendo com que se desrespeite o Estatuto Militar, querendo dizer que o Estado lhe pertence. Não, o Estado pertence ao povo brasileiro!

Nós vamos derrotar essa proposta, essa PEC 32. Nós vamos derrotar a privatização da ELETROBRAS por amor ao povo brasileiro, esse amor que não existe nas ações do próprio Governo, esse amor que tem sido rasgado, porque há uma política de morte.

Vejam - e concluo dizendo isto - o que respondeu o Presidente da Fundação Palmares, quando foi convidado para uma audiência pública na Comissão de Cultura! Disse que não iria se sentar com o racistas, que não havia crise na Fundação Palmares. Ele, portanto, desprezou o Poder Legislativo, atacou a Deputada Benedita da Silva, atacou todos os Parlamentares desta Casa e, particularmente, os da Cultura.

Chega! Chega de autoritarismo!

Documento 169/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-09:48
Publ.: DCD - 11/06/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à política neoliberal adotada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Necessidade de debate, pelo Congresso Nacional, de projeto de desenvolvimento do País. Exigência de cumprimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, do dever de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Contrariedade à privatização de bancos oficiais e de empresas estatais, especialmente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

Retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Imediata sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu gostaria de registrar que nós estamos vivendo um período muito difícil no Brasil. O Brasil e o povo brasileiro estão mergulhados numa situação econômica triste, horrível, que é a economia dominada por neoliberais, entreguistas, sob a liderança de Paulo Guedes.

Nós precisamos debater um projeto para o Brasil. Esse é o papel do Congresso Nacional. Nós precisamos exigir que o Governo Federal cumpra com o seu papel na saúde pública, que é a vacinação para toda a população brasileira.

Ultimamente, veem-se vídeos em que o Presidente muda completamente a postura. Ele consegue mentir claramente. De manhã, fala uma coisa, e à tarde fala outra, mas não faz nada. Bolsonaro não cumpre com a obrigação de um Presidente da República de cuidar da saúde pública, de ter uma política econômica forte. Ele copiava tudo do Trump, dos Estados Unidos. Por que não copia agora, quando o novo Governo americano mostra que o Estado pode fazer ações na área da educação, da saúde, da economia, da geração de emprego? O Brasil precisa retomar um grande debate., e o debate é sobre os rumos da economia.

Não à privatização das empresas e dos bancos! Não à privatização da ELETROBRAS!

Vacina para toda a população, auxílio emergencial de 600 reais e aprovação e sanção imediata do PL Assis Carvalho, para a produção de alimento da agricultura familiar brasileira!

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidenta.

Eu gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Sumário

Indicação do orador para a Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Câmara dos Deputados. Inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, a respeito da demarcação de terras indígenas.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero cumprimentá-la e cumprimentar todos os Deputados que acompanham a sessão na manhã do dia de hoje.

Quero dizer que agradeço a indicação do meu partido para fazer parte da Comissão Especial instalada ontem para debater a PEC 32, não sem antes deixar muito claro que eu considero absolutamente inadequado este debate num momento de pandemia, em que a prioridade do Brasil é salvar vidas. Nós lideramos tristemente as estatísticas de morte por coronavírus e estamos muito atrás no processo de vacinação.

Este, portanto, não seria um momento para se promover, como se está tentando promover, o desmonte do serviço público brasileiro. O que se quer é atacar o direito dos atuais servidores, reduzir as garantias que o serviço precisa para bem funcionar, como, por exemplo, na fiscalização ambiental, fragilizar as garantias dos servidores públicos e fragilizar os resultados, num momento também muito grave para o meio ambiente.

Nós temos hoje, na pauta da Câmara, o PL da Grilagem. Temos, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, um projeto de lei que tenta abrir as terras indígenas para exploração e destruição. Portanto, quando o Governo diz adotar o modelo gerencial para garantir a eficiência para o serviço público, na verdade o que nós precisamos entender é que ele quer acelerar o processo de desmonte do serviço público para permitir a destruição, afetando, ao mesmo tempo, os serviços públicos prestados.

É muito importante lembrar a todos que nos assistem que dois terços dos servidores públicos são da saúde e da educação. Nos Estados, quase metade do orçamento é gasto com o pagamento de pessoal da educação.

Como é que o gestor vai reduzir essas garantias e reduzir o investimento para o serviço público e querer que este País se

desenvolva? Isto, simplesmente, não vai acontecer. Além disso, serão atingidos os servidores da saúde. Atingir os servidores da saúde no momento de pandemia é de uma desumanidade sem tamanho!

Por isso, eu gostaria de colocar de maneira muito clara que, em nome do trabalho de excelência que é feito nas universidades públicas federais e estaduais do Brasil; em nome dos servidores da saúde, que hoje arriscam suas vidas para nos salvar; e em nome dos fiscais do meio ambiente, que são boicotados, amordaçados, que não têm concurso para sua área há quase 10 anos, nós vamos montar uma trincheira de luta contra a PEC 32.

E eu gostaria de falar especialmente dos servidores públicos do meu querido Estado do Amapá, um ex-Território federal, em que, portanto, nós temos muitos servidores federais, servidores estaduais e municipais: nós estaremos na Comissão Especial da PEC 32 para derrotar essa reforma. Nós acreditamos que é preciso votar a reforma tributária, botar os mais ricos para pagar imposto e garantir, com isso, melhores salários, melhores condições, melhores equipamentos para a saúde, para a educação e todas as demais áreas.

Sra. Presidente, eu peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Documento 171/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-10:00
Publ.: DCD - 11/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à alteração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FCO; e das regras de funcionamento do Banco da Amazônia S/A - BASA, prevista na Medida Provisória nº 1.052, de 2021. Redução de estruturas federais na Amazônia. Provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de habeas corpus impetrado pelo Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, para não comparecimento à CPI da Covid. Situação dramática reinante no Amazonas em face das enchentes e da violência, notadamente na Capital Manaus. Solicitação ao Ministério Público de investigação de grave denúncia do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, a respeito de irregularidades praticadas por grupo de médicos e pesquisadores, defensores do tratamento precoce contra a Covid-19, em Manaus, Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra.



Presidente, muito bom dia! Bom dia a todos os demais colegas Parlamentares!

Sra. Presidente, primeiro, eu quero me manifestar contra a Medida Provisória 1.052, de 2021, que propõe mudar regras em relação ao funcionamento do Banco da Amazônia e também do Fundo Constitucional do Norte. O banco já existe há 79 anos e é fundamental para o desenvolvimento da Região Norte e da Amazônia. Hoje, quase 70% dos créditos disponibilizados são para pequenas empresas e agricultores familiares. É um banco fundamental para o desenvolvimento sustentável dessa região, e agora está comprometido, por conta dessa medida provisória.

Nós já temos aqui, na Amazônia, a redução das estruturas públicas, como a do ICMBio, do IBAMA, da FUNAI, da SESAI. Temos a privatização da Amazonas Energia, do aeroporto, do gasoduto, da água. E agora querem acabar com os Correios, a ELETROBRAS e o Banco da Amazônia, tão importantes para o desenvolvimento da região. Por isso, participaremos dos atos públicos em defesa do Fundo Constitucional do Norte e do Banco da Amazônia. E vou somar-me à luta dos trabalhadores do banco.

Sra. Presidente, também lamento que o nosso Governador do Amazonas, Wilson Lima, seja um fujão, fujão da CPI. Conseguiu na Justiça, no Supremo Tribunal Federal - STF, uma decisão para não precisar depor na CPI do Senado que investiga as ações, omissões e responsabilidades do Governo Federal e Estaduais em relação às mortes e à falta de oxigênio, por conta da pandemia do coronavírus.

Aqui no Amazonas a situação continua dramática, até por conta das enchentes e também da violência que atingiu a Capital, Manaus, e também Municípios do interior do Estado. Diante disso, Sra. Presidente, eu quero trazer outra denúncia.

De acordo com a coluna da jornalista Malu Gaspar, do jornal *O Globo*, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP afirma que o estudo anunciado por um grupo de médicos e pesquisadores, no último dia 10 de março, no Hospital Samel, aqui em Manaus, cometeu uma série de irregularidades graves. Segundo a reportagem, a CONEP descobriu que o estudo irregular com o medicamento proxalutamida estava sendo realizado em pacientes de COVID-19 no Amazonas sem o consentimento do órgão e cometeu uma série de irregularidades graves. Segundo a reportagem local, a administração do remédio pode ter causado a morte de pelo menos 200 pessoas. O detalhe é a participação na equipe de profissionais que são defensores do tratamento precoce contra a COVID-19 e do uso da cloroquina em pacientes. Um deles é o infectologista Ricardo Zimmermann, do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, que veio a Manaus, junto

com a comitiva do Ministério da Saúde. Estamos acionando o Ministério Público para investigar essa denúncia.

O negacionismo bolsonarista está milhares de mortes ao Brasil. Nós não podemos aceitar isso. É importante que o Ministério Público investigue se o povo de Manaus virou cobaia dessas propostas que, como já demonstrado no mundo inteiro, não têm eficácia nenhuma e que podem ter causado mortes de várias pessoas nesse período tão dramático da pandemia do coronavírus.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

Eu gostaria que este nosso discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 172/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-10:28
Publ.: DCD - 11/06/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 2.130, de 2021, sobre a distribuição gratuita de máscaras de proteção individual pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de tratar de projeto que apresentei nesta Casa, o PL 2.130/21.

Nós estamos com quase 17 milhões de brasileiros e brasileiras que já foram contaminados com a COVID-19 e passamos de 470 mil que perderam, infelizmente, a vida para COVID-19. Nós sabemos que a vacina é indiscutivelmente a solução para o problema. Mas, infelizmente, não há vacina para todos os brasileiros. O ritmo de vacinação no País ainda é bastante lento. E, não havendo vacinação, a prevenção é ainda a melhor alternativa.

Nós estamos propondo que o Sistema Único de Saúde - SUS possa fazer gratuitamente, principalmente para o povo mais pobre, a distribuição de máscaras, cuja utilização é obrigatória em todo o território nacional. Não obstante ser um equipamento de custo baixo, muitos brasileiros hoje não tem dinheiro sequer para comprar um pão.

Entre comprar o pão e comprar a máscara, ele vai optar por comprar o pão. Além da questão econômica, Presidente, será também uma questão didática, no sentido de incentivar as pessoas a utilizarem a máscara descartável, se ela for distribuída gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde.

Lembro-me, Presidente, alguns anos atrás, quando começaram a surgir os primeiros casos de AIDS no Brasil, que o Sistema Único de Saúde - e o faz até hoje - distribuiu preservativos para incentivar as pessoas a utilizá-los. Isso serviu também de conscientização para evitar a contaminação com o vírus da AIDS.

Esse mesmo caráter didático, poderíamos utilizar agora com a distribuição de máscaras, até o momento em que o País respire aliviado e, a exemplo de outros países, possamos andar nas ruas sem máscara.

Enquanto isso, o SUS poderia dar esta contribuição, que é a distribuição gratuita de máscaras para a população brasileira, principalmente a mais pobre.

Agradeço, Presidente. Peço que a nossa fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 173/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-10:32
Publ.: DCD - 11/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solicitação ao governo da Índia, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de fornecimento de insumos ao País para produção de cloroquina. Responsabilidade do Presidente da República por mortes decorrentes da Covid-19. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, *O Globo*, edição de hoje, traz uma informação divulgada pela CPI do Senado, denunciando o fato de que o Presidente Bolsonaro, em abril de 2020, interveio, pessoalmente, junto ao Chanceler da Índia e solicitou insumos para a produção de cloroquina por laboratório de duas empresas aliadas do Presidente. Isso confirma a responsabilidade direta do Presidente na omissão em

adquirir vacinas para se prevenir a morte de quase 500 mil brasileiros e brasileiras. Eles não tiveram acesso, no tempo necessário e oportuno, ao único meio, de fato, de se evitar tantas mortes por COVID-19.

Outro dado também divulgado pela edição de *O Globo* de hoje é o fato de pesquisadores terem chegado à conclusão de que, em cada quatro vítimas fatais da COVID-19, três são responsabilidade direta do Presidente. Os estudos demonstram que se essa quantidade de pessoas tivesse tido acesso à vacina, evidentemente teria sido muito menor a crise sanitária no País e o número de vítimas, uma quantidade absurda de brasileiros, por omissão, por conivência e por descaso de um Presidente genocida.

Sr. Presidente, é impossível ficar indiferente a esse quadro! Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados tem negado a tradição dela de compromisso com os interesses do povo brasileiro, com a defesa dos direitos humanos no País e, sobretudo, com a garantia da soberania nacional, da independência dos Poderes e da responsabilidade do Legislativo para com os interesses do povo brasileiro.

Sr. Presidente, está na hora de dar um basta! E só há um meio para isso: afastar o Presidente genocida por *impeachment*, que inclusive está previsto na Constituição. Com mais de cem requerimentos de pedido de *impeachment* apresentados a esta Casa, nada se fez até agora.

O Presidente faz-se de surdo e mudo em relação às demandas da sociedade, como claramente demonstrado no dia 29 de maio, quando o Brasil inteiro teve as ruas ocupadas por cidadãos e cidadãs brasileiros, denunciando esse quadro e exigindo das autoridades, sobretudo do Congresso Nacional, em especial da Câmara, providências para o fim de tanta mortandade, de tanta dor, de tanto luto no País.

Esperemos que essas reclamações cheguem ao Presidente da Casa e que ele não se faça de mudo, de surdo e de indiferente à morte e ao sofrimento do nosso povo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 174/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-10:36
Publ.: DCD - 11/06/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Cenário de tristeza, morte e fome vigente no Brasil em decorrência da Covid-19. Saturação de leitos de UTIs no sistema hospitalar do País. Apoio do Estado brasileiro ao capital financeiro, às grandes empresas e aos grandes latifúndios, em detrimento das camadas menos favorecidas. Omissão do Poder Judiciário sobre a indenização dos atingidos pelo rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Samarco, no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Atraso na construção da nova Bento Rodrigues pela empresa de mineração.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu cumprimento V.Exa. e todos os colegas Deputados e Deputadas.

Trago, como sempre, as realidades mais tristes. Na atual conjuntura, no momento em que estamos vivendo, parece um milagre não termos uma depressão coletiva, porque só recebemos notícias tristes, Deputada Luiza Erundina. É morte de parentes, de amigos; pessoas com fome e sem acesso a UTI mesmo em outras situações. Nós vivemos, de fato, num cenário de muita tristeza.

O capital financeiro está controlando tudo, dominando tudo, como a mineração, os grandes latifúndios. E para eles há o aparato do Estado. É engraçado que há Estado até para partidos que negam a participação do Estado -- negam para os pobres, para os trabalhadores, para os pequenos. Mas para as grandes empresas há isenção de impostos para isso, para aquilo. É algo escandaloso!

É lamentável também que o setor do Judiciário, que deveria garantir justiça, acelere um processo de reparação de danos. É também covarde e cúmplice de um processo criminoso. Eu me refiro, por exemplo, aos crimes da Vale, da Samarco, da BHP Billiton. Ontem, na audiência pública que tivemos, isso ficou bem claro. Embora haja esforço do Ministério Público e da Defensoria Pública, nós não vemos determinação do setor do Judiciário em garantir a justiça. Após mais de 5 anos do crime, famílias, comunidades inteiras não foram reconhecidas como atingidas. Depois de 5 anos, nós só temos sete casas construídas na nova Bento Rodrigues.

Bento Rodrigues era um distrito muito antigo de Mariana, com muitas casas, com toda uma estrutura de igreja, de saúde, de escolas. E as famílias dali, depois de 5 anos - indo para 6 anos em novembro -, estão ainda sem casa. É um absurdo! Se tivesse sido entregue à própria comunidade essa organização, embora o dever de reparar os danos seja da empresa, ela já teria construído essas casas, já teria construído a nova Bento Rodrigues, e bem do jeito dela. Não se trata de incompetência.

Temos que fazer esta denúncia ao mundo inteiro, e não só ao Brasil. Temos que replicar esta denúncia do descaso da Vale, da BHP Billiton com os atingidos pelo crime dessas empresas. Os conselheiros, os investidores, todos têm que ter a informação de que a Vale é criminosa, aliado ao fato de o Governo não estar nem aí para o povo, como foi bem dito, um Governo genocida, com o povo morrendo, desempregado, passando fome e sem o aparato do Estado.

Sra. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 175/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-10:44
Publ.: DCD - 11/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vínculo do clã Bolsonaro com o Auditor Alexandre Marques, do Tribunal de Contas da União - TCU, responsável pela publicação de relatório falso sobre o número de óbitos provocados pela Covid-19 no Brasil. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro. Iminência do alcance de 500 mil mortes decorrentes do coronavírus no País. Insistência do orador no pedido de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Hoje, na manchete do jornal *O Globo*, consta que o pai do auditor do TCU é da turma de Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN. Ou seja, um auditor do TCU, bolsonarista, indicado e amigo dos filhos do Presidente, simplesmente, tomou a iniciativa de publicar, como se fosse do Tribunal de Contas da União, oficial, que mais da metade das mortes não eram em decorrência de COVID-19.

E o Presidente da República assumiu essa estatística, mentindo para a população brasileira. No dia seguinte, ele foi desmentido pelo TCU e teve que admitir que errou. Mas continuou dizendo que os Governadores é que têm culpa.

E hoje essa figura chamada Bolsonaro, que é um genocida, o que faz? Ele diz que a vacina tem tanta eficácia, ou nenhuma, como a cloroquina. Ou seja, ele, que disse que as vacinas tinham que passar

pela ANVISA - e elas foram liberadas pela ANVISA e estão sendo usadas por todas as brasileiras e todos os brasileiros -, agora diz que elas não têm para ele nenhuma importância, não servem para nada. Ou seja, o Bolsonaro não quer vacina. Ele não se vacinou, ele não dá o exemplo, ele continua dizendo que a cloroquina serve ao tratamento precoce, embora a CPI da COVID desminta isso todos os dias.

O que queremos dizer aqui sobre esse auditor do Tribunal de Contas chamado Alexandre Marques, que foi afastado do TCU, é que nós pedimos o rastreamento da presença dele e do pai dele no Palácio do Planalto. O pai é amigo íntimo de Bolsonaro, e ele é amigo dos filhos do Presidente e foi indicado pelos filhos. Ou seja, eles querem falar em nome de uma instituição. Esse auditor se deu o direito de arvorar uma ideia bolsonarista negacionista dele como ideia do Tribunal de Contas da União. Isso é Bolsonaro no poder. Ele corrompe a PGR, incide sobre a Polícia Federal, sobre o Tribunal de Contas da União, sobre a CGU, sobre a AGU, para mentir.

Nós vamos bater 480 mil mortes por COVID no Brasil, na semana que vem - meio milhão de vidas perdidas neste País! E a grande responsabilidade pelo negacionismo, pela teoria da contaminação de rebanho, que é um genocídio da população, é de Bolsonaro. E ele continua negando a pandemia. E seus apoiadores continuam montando uma narrativa, através de Senadores bolsonaristas, na CPI, de que eles têm razão, de que não é necessário combater a COVID, de que se tem que abrir o comércio, de que a população tem que se contaminar, de que não vai haver terceira onda. Aliás, para eles não ia haver segunda onda, por isso não houve auxílio emergencial.

É por isso que Bolsonaro não pode continuar no poder. É por isso que nós insistimos que é preciso colocar o processo de *impeachment* de Bolsonaro em votação aqui, na Câmara dos Deputados.

Obrigado.

Documento 176/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-10:52
Publ.: DCD - 11/06/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apuração, pela CPI da Covid, de ações promovidas pelo gabinete paralelo da saúde. Pedido à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pelo PT, de esclarecimento sobre a compra de grande quantidade de cloroquina pelo

Exército brasileiro. Não punição, pelo Comando do Exército, do general Eduardo Pazuello pela participação em ato político, em desacordo com o disposto no estatuto da instituição. Concessão da Medalha da Ordem do Mérito ao oficial militar. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro, e do Vice-Presidente Hamilton Mourão pela impunidade do general Eduardo Pazuello, com o aval do Exército brasileiro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Primeiro, quero parabenizá-la pelo exercício da Presidência.

Sra. Presidente, mais uma vez, eu quero discutir o processo interno da nossa democracia. Nós estamos atravessando um momento muito crítico em relação ao processo da democracia.

A CPI da COVID que o Senado vem realizando tem um papel fundamental para nós descobrirmos mais sobre o gabinete paralelo da saúde, de cujas reuniões o Presidente Bolsonaro participou 18 vezes, num total de mais de 30 reuniões, inclusive com integrantes da Câmara Federal, como o Deputado do Rio Grande do Sul que já foi Ministro da Cidadania. Um virologista da USP, sentindo a pressão sobre ele, pediu licença e foi para o Canadá. Houve articulação com a indústria farmacêutica brasileira, com os donos de laboratórios que fabricam a cloroquina. Inclusive, a revista *Forbes*, na última edição, lista os novos bilionários, e entre eles aparecem os proprietários dessas empresas. No conluio com o crime, com a organização criminosa desses laboratórios, um representante do curso de inglês Wizard fugiu e, neste momento, está na Flórida, mesmo convocado pela CPI do Senado. Então, nós estamos vivenciando um momento muito crítico e com um detalhe: da produção de cloroquina, mais de 40 milhões de unidades foram compradas pelo Exército Brasileiro, e nós percebemos o silêncio do Ministro do Exército, que não dá resposta clara sobre isso. O PT apresentou um requerimento à CREDEN, solicitando esclarecimentos sobre essa situação.

O Exército fez um jogo combinado, quando permitiu que o general trapalhão que esteve à frente da Pasta da saúde, Pazuello, pudesse ser Ministro. Foi tudo um jogo articulado. E ele, na ativa, participa de um ato no Rio, contrariando o Estatuto do Exército Brasileiro, e não houve punição. Pelo contrário, ele ganhou uma Medalha da Ordem do Mérito. E todo o processo que ele conduziu na sua gestão da saúde ficará 100 anos sob sigilo. Esta Casa serve para quê? O Parlamento tem como um dos seus pressupostos fundamentais o ato fiscalizador.

Nós temos que discutir isso com a sociedade, porque há um jogo demonizando Bolsonaro, querendo salvar o Vice-Presidente Mourão, mas Bolsonaro e Mourão são irmãos siameses desse caos, e com o

aval do Exército, o que é muito grave. A sociedade começa a compreender que existe um partido, mesmo não tendo registro no Tribunal Superior Eleitoral, dando as cartas, ao colocar grade número de integrantes do Alto Comando das Forças Armadas no Palácio do Planalto e no Governo brasileiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 177/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-11:00
Publ.: DCD - 11/06/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso proferido por Deputado da Esquerda contra o general Eduardo Pazuello, o Exército brasileiro e o Presidente Jair Bolsonaro. Tramitação na Justiça de inúmeros processos contra o líder petista, Luiz Inácio Lula da Silva. Ligação da Esquerda com a guerrilha. Resultados positivos da utilização de cloroquina no tratamento do coronavírus. Propósito da Esquerda de introdução do uso de maconha no Brasil. Desrespeito de membros da CPI da Covid para com médicos depoentes. Visita do Presidente Jair Bolsonaro ao Estado do Espírito Santo.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, minha querida Deputada Rosângela Gomes, que está comandando esta sessão hoje. Nós sentimos muito orgulho de ver uma mulher de grande valor como V.Exa. nos comandar nesta sessão de hoje. Parabéns, Presidente!

Sra. Presidente, eu iria falar sobre outro assunto, mas, quando essa turma da Esquerda fala com falta de educação, com falta de respeito, como o senhor de cabelo branco que me antecedeu e falou com falta de qualquer respeito mesmo, referindo-se ao General Pazuello, nosso ex-Ministro, chamando-o de trapalhão, eu preciso dizer que essa turma da Esquerda exige respeito, mas não se dá o respeito. É uma turma sem educação, sem classe, sem credibilidade, já que seu líder máximo é o Lula, petista, aquele ex-presidiário que está com processos na Justiça que não consegue nem contar.

Falam mal do Exército. Vocês têm que lavar a boca para falar mal do Exército. Vocês que fazem parte do Foro de São Paulo, ligados a guerrilheiros, vão falar mal de uma instituição que nos defende com o maior respeito? Realmente, vocês estão esquecidos, estão sem



credibilidade, vocês não têm o que falar. Vocês falam que uma caixa de cloroquina com 30 comprimidos custa 75 reais. Tudo bem, não há comprovação científica, mas há mais de 20 mil médicos no Brasil fazendo uso dela e tendo bons resultados.

E vocês que querem instituir a maconha no Brasil para tratar mais de 15 doenças, com zero de comprovação científica? Sabem por que querem fazer isso? Uma dose de maconha hoje custa 2.500 reais, e vocês querem reduzir para 250 reais, sem comprovação científica. A única doença em que ela ainda tem um algum resultado é na crise convulsiva de repetição em crianças. Agora, vocês querem introduzir a maconha como substância medicinal para tratar acne, dor de cabeça, glaucoma e autismo?

Gente, vocês me poupem! Vocês respeitem os médicos, a classe médica! Vocês não têm embasamento científico, é zero. Vocês querem introduzir a maconha no Brasil para colocar nos alimentos das crianças. Vocês querem introduzir a maconha no Brasil para colocar nos cosméticos. Vocês querem introduzir a maconha no Brasil para abrir brecha para outras drogas. Então, vocês lavem a boca para falar também da cloroquina. A CPI da cloroquina no Senado não tem embasamento. Aqueles Senadores não respeitam os médicos e vão lá depor.

Então, vocês são pessoas sem classe mesmo. Vocês se referem ao Presidente e ao ex-Ministro Pazuello com palavras de baixo calão. Quem quer respeito se dê o respeito também.

Vocês vão levar a cloroquina para a Câmara dos Deputados. Eu espero que os Deputados se conscientizem para derrubar esse projeto.

Nós Deputados Federais médicos queremos, sim, a *cannabis* para aquele caso para o qual tem alguma indicação científica ainda, a crise convulsiva de repetição. Fora isso, nem pensar.

Outra coisa, nobre Deputada e amiga Rosangela Gomes, o Espírito Santo está em festa, porque o Presidente Jair Bolsonaro, o nosso querido Presidente, vai ao Espírito Santo amanhã. E vamos recebê-lo com uma grande festa, com muita gente recebendo o nosso Presidente, sim, porque ele é querido. Agora, eu quero ver o ex-presidiário Lula da Silva ir à rua. Vai tomar sabe o quê? Ovada na cabeça sim. Ele não tem coragem de ir. Agora, o Presidente Bolsonaro tem e vai ser ovacionado no Espírito Santo.

Por ora, Sra. Presidente, eu pediria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Era somente isso para o dia de hoje.

Muito obrigada.

Documento 178/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-11:24
Publ.: DCD - 11/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem à Marinha do Brasil, ao ensejo do transcurso do 156º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. Importância da união de forças para combate ao coronavírus e recuperação da economia brasileira. Condecoração do orador no Grau de Grande Oficial do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval. Tentativa da Esquerda de desmoralização do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssima Presidente Rosangela Gomes, nobre colega Deputado Luiz Lima, é uma grande honra estar nesta tribuna.

Vou fazer a minha homenagem à Marinha brasileira.

Em meio a este momento difícil para o País, de enfrentamento ao coronavírus, torna-se ainda mais relevante reverenciarmos nossos heróis de ontem, de forma a inspirar os de hoje.

Há 156 anos, o Brasil escrevia uma importante página de sua história, por meio de sua gloriosa Marinha. Refiro-me ao sucesso da Batalha Naval do Riachuelo, que contribuiu para o nosso Brasil asseverar a integridade do seu território e sua soberania.

A garantia da liberdade de navegação nos rios da Bacia do Prata, limitando a mobilidade das forças inimigas, foi decisiva para vencermos a Guerra da Tríplice Aliança, o maior conflito da história da América do Sul.

Os combates ocorreram quando parcela de nossa esquadra, fundeada no Rio Paraná, fez frente a oito navios inimigos, descendo o rio em formação de ataque, apoiados por chatas artilhadas e tropas em terra, motivados pelos sinais "*O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!*" e "*Sustentar o fogo, que a vitória é nossa!*", içados no mastro da Nau Capitânia por ordem do Almirante Barroso. Nossos aguerridos marinheiros e fuzileiros superaram a situação desfavorável e

derrotaram o inimigo. Deixaram, assim, lembrança de determinação e amor ao nosso País, relembrando a bravura de seus militares, que honraram a Nação brasileira, ao vencer a Batalha Naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865.

Conclamo todos, neste momento, a unirmos forças para derrotarmos o inimigo invisível, o vírus, e reforçarmos a recuperação de nossa economia.

Parabéns à Marinha do Brasil, assim como a todas as outras Forças Armadas, que, como no passado, se engajam em mais esse combate, defendendo a nossa sociedade!

Aproveito também para agradecer, com muita honra, publicamente, por ser admitido no Grau de Grande Oficial do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval. É uma grande honra para mim. Receberei tal honraria amanhã.

Muito obrigado, Marinha brasileira, pelo belíssimo trabalho de defesa para honrar e glorificar o nosso País.

Amanhã estarei lá recebendo essa honraria que, para mim, é motivo de honra máxima e faz com que eu me empenhe cada dia mais, com o sangue verde e amarelo nas veias, para defender o nosso País dos urubus de plantão, dessa Esquerda contra tudo e a favor de nada, do "quanto pior, melhor", que tenta simplesmente desmoralizar o Governo Bolsonaro.

Isso não é oposição séria. Queremos seriedade,

uma oposição construtiva, que pensem, acima de tudo, no amor ao seu País e aos seus concidadãos. O ódio não leva a nada. Queremos amor, saúde ao povo brasileiro! E é isso que nós do Governo Bolsonaro estamos fazendo. Somos o quarto país que mais vacina no mundo. Sobrarão vacinas, o que deixará muda esta esquerda contra tudo e a favor de nada.

Saúde aos brasileiros! Vamos vencer este vírus, para o bem de todos. Eu quero o bem de todos.

Grato, digníssima Presidente Rosangela Gomes.

Sumário

Alerta aos Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de elevação do número de contaminados e de mortos pela Covid-19, no caso da decisão da Corte a favor da realização da Copa América no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, venho fazer um novo registro. Sabemos que a Colômbia desistiu de competir na Copa América por causa da instabilidade política que o país vive. A Argentina, também, diante do fato da gravidade da COVID em seu país. Catar e Austrália, grandes investidores em patrocínio na área do esporte, que participariam deste momento, foram convidados para o torneio, mas também desistiram devido às restrições sanitárias na América do Sul.

Até mesmo as grandes empresas que costumam patrocinar a Copa América também já se pronunciaram e disseram que desistiram de participar desta edição da Copa América no Brasil.

Ora, chama-nos muito a atenção a decisão incoerente e irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro de insistir na realização da Copa América no Brasil, em meio a uma pandemia que já tirou a vida de 477 mil pessoas. Essa é uma questão muito séria, muito séria mesmo. O País tem que ter responsabilidade com a vida.

Neste momento está havendo uma sessão extraordinária virtual do Plenário da Corte, marcada pelo Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, que está julgando a possibilidade de eventual suspensão da realização da Copa América no Brasil.

Ou seja, a maioria dos países é contra essa ideia de realizar um torneio neste momento no Brasil. Apenas o Presidente, com a sua insensibilidade, com a sua frieza e total irresponsabilidade, insiste nesse absurdo. Por isso, deixo registrada hoje a minha insatisfação.

As ações no STF ainda estão em processo de votação, votação esta que deverá se prolongar ao longo do dia, uma vez que os Ministros têm até as 23 horas para se manifestar a respeito da realização ou não da Copa América no Brasil.

Eu também aproveito a oportunidade para chamar a atenção do Supremo Tribunal Federal - sabemos que ainda há muitas votações a serem feitas -, sem interferir no outro Poder, apenas para sensibilizá-lo, sobre o números de mortes. Há inclusive a previsão de que, caso a Copa América aconteça no Brasil, chegaremos a 1 milhão e 400 mil

mortes por COVID.

Por isso, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, temos que fazer total esforço. Não estamos fazendo oposição ao Governo, estamos defendendo a vida do povo brasileiro.

Muito obrigada.

Documento 180/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-11:32
Publ.: DCD - 11/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Confiança da oradora na corroboração, pelo Supremo Tribunal Federal, da decisão do Ministro Luís Roberto Barroso a favor da ação proibitiva de despejos, remoções e reintegrações de posse durante a epidemia de coronavírus, ajuizada pelo PSOL e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho neste momento a esta tribuna para fazer um apelo aos Ministros do Supremo que vão julgar, hoje e amanhã, uma pauta importantíssima no Pleno.

O Brasil é um país ainda marcado pela lógica dos latifúndios, um país que tem muita gente sem casa e, infelizmente, temos um monte de prédios vazios.

O Ministro Barroso tomou uma fundamental decisão para o povo brasileiro. O Ministro Barroso deferiu a ação do PSOL e do MTST que proibia despejos, remoções e reintegrações de posse durante a pandemia. Essa ação será julgada hoje e amanhã.

O cenário no Brasil é trágico, senhores e senhoras. Quase 65 mil famílias foram ameaçadas de remoção e quase 13 mil famílias foram retiradas de suas casas durante a pandemia.

Precisamos, em um momento de crise sanitária, com quase meio milhão de mortos, interromper esse ciclo de mais uma violação para essas famílias.

Aqueles que hoje estão sendo despejados e que estão sendo expulsos

de seus territórios são os mesmos que estão na fila do SUS esperando uma vaga na UTI. Aliás, são as mesmas - digo isso porque boa parte dessas famílias são chefiadas por mulheres, por mãe solo - que estão menos itens nutricionais na mesa, num cenário de aumento da fome; são as mesmas que estão desempregadas; são as mesmas que são trabalhadoras domésticas, sem terem seus direitos garantidos; são também infelizmente as mesmas pessoas às quais o braço armado do Estado chega com violência, o que acontece sistematicamente no meu Estado, o Rio de Janeiro, onde, tristemente esta semana, uma jovem grávida foi morta pela bala do Estado.

Então, impedir remoções em tempo de pandemia, impedir reintegrações de posse em tempo de pandemia, fazer com que as pessoas possam ficar nas suas casas no momento da maior crise sanitária, Deputada Rosangela, experimentada pelas gerações vivas, é garantir um direito humano!

Os Ministros do Supremo têm hoje a chance de, neste momento dramático, momento de negacionismo, momento de falta de vacina, momento de morte por COVID, momento de desemprego, momento de morte por bala, Deputada Rosangela, tomar uma decisão que, pelo menos, garanta às pessoas o direito de ficarem nas suas casas.

Estou confiante de que a maioria dos Ministros do STF vão seguir a decisão do Ministro Barroso e, definitivamente, proibir despejo, remoção e reintegração de posse neste momento tão dramático. Expulsar as pessoas das suas casas, neste momento, é também um genocídio, é também uma contribuição para o empobrecimento, para a violação do direito das pessoas.

Espero que, ao final do dia de amanhã, o povo brasileiro tenha vitória ao saber que, ao menos neste momento, poderá ficar na sua casa, ficar na sua terra, ficar no seu território.

Obrigada, Deputada Rosangela. É uma alegria vê-la sentada nessa cadeira.

Documento 181/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-11:36
Publ.: DCD - 11/06/2021 - ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inclusão das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado

Federal em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rosângela. Deputado Luiz Lima, agradeço a V.Exa. a compreensão de ter dado prioridade à fala da Liderança.

Presidente, de forma rápida, quero apenas fazer um breve comunicado: foi feita a inclusão das Polícias Legislativas, tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados, na vacinação por parte do Governo do Distrito Federal.

A vacinação iniciará amanhã. Já existem doses suficientes para vacinar todos esses policiais, que exercem funções de alta exposição a contágio pelo coronavírus.

Quero aqui registrar a atenção do Governador Ibaneis Rocha; do Secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha; e do Secretário de Saúde, Osnei Okumoto, a essas categorias. Não poderia, de forma nenhuma, deixar de fazer esse registro. Acredito que esse foi um ato de sensibilidade, visto que o Distrito Federal já tinha vacinado a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 182/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-11:56
Publ.: DCD - 11/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Colapso da rede de saúde pública de São Paulo, provocado pela epidemia de coronavírus. Contrariedade à pretendida privatização do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo. Precariedade das condições de trabalho e defasagem salarial dos servidores da rede municipal de saúde. Omissão da Câmara dos Deputados diante da grave crise sanitária reinante no País. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes decorrentes da Covid-19. Ineficiência do processo nacional de imunização. Defesa de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) -

Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, meus cumprimentos.

Eu agradeço à nossa Presidente dos trabalhos no dia de hoje pela oportunidade de estarmos aqui para trazer a realidade das nossas cidades, dos nossos Estados.

Ainda ontem, nós fizemos uma denúncia sobre o agravamento das condições de saúde na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo. As autoridades sanitárias estão a anunciar que uma terceira onda já chegou a São Paulo, e isso implica o agravamento das condições dos serviços públicos de saúde. Cinco hospitais públicos da cidade de São Paulo, além de outros hospitais públicos do Estado, encontram-se com seus leitos, sobretudo os de UTI, absolutamente esgotados, Sra. Presidente. No entanto, há aglomerações, descuido, descaso com as medidas preventivas, o que agrava ainda mais a crise da rede pública de saúde naquele Estado.

Mais do que isso, o Governador tem uma sanha privatista e não investe nos hospitais públicos.

Eu citaria aqui, em particular, o Hospital do Servidor Público Estadual, que o Governo pretende privatizar. Sempre que os governantes privatistas pretendem se desfazer de um patrimônio público que pertence ao povo, eles deixam os equipamentos se deteriorarem, as condições de trabalho piorarem, o quadro de pessoal não ser plenamente composto, para justificar a privatização, como se a privatização fosse a solução para os gravíssimos problemas de saúde do nosso País. Muito pelo contrário!

Os servidores públicos trabalham na rede pública de saúde em precárias condições, com salários absolutamente insuficientes para manter condições de vida dignas. É isso que está acontecendo no Hospital do Servidor Público Estadual, onde a população é mal atendida, mal assistida, não encontra as condições adequadas para o seu atendimento. E esse hospital se encontra lotado de pessoas com o problema da COVID-19. Enquanto aumenta a demanda, escasseiam os meios de atendimento a essa demanda. E nada se faz neste País, Sra. Presidente, porque temos um Governo irresponsável, um Governo omissivo em suas responsabilidades.

A população está com sua paciência esgotada. No dia 29 de maio, a população brasileira foi às ruas denunciar exatamente a falta de vacinas e exigir o afastamento deste Presidente genocida. Então, não dá mais para aceitar, Sra. Presidente, que a Casa fique omissiva em suas responsabilidades como Casa do Povo. Somos nós os representantes do povo nesta Casa e não estamos vendo solução para o problema de saúde brasileiro, para o problema econômico do País, para o problema do desemprego em massa, para todos os problemas

que afligem o nosso povo. Já chegamos a quase 500 mil brasileiros e brasileiras mortos pela COVID-19, e as pesquisas indicam que, a cada quatro mortes pela COVID-19, três são responsabilidade direta do Presidente da República, por falta de vacinas, por falta de uma vacinação massiva que acelere o processo do fim dessa pandemia.

A pandemia vai trazer sérias consequências, mesmo quando se conseguir controlar o vírus da COVID-19, Sra. Presidente, porque a estrutura pública, seja na área da saúde, seja na área do emprego e do salário, seja na área dos serviços urbanos, estará absolutamente deteriorada, insuficiente. Certamente, a crise pós-pandemia já se aproxima, já está a agravar o quadro, que ainda não entrou no processo de controle. E a falta de controle se deve à ineficiência do processo de imunização.

O povo, Sra. Presidente, vai de novo para as ruas, até ser ouvido pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados, pelo Presidente desta Casa do Povo, até que eles que façam sua parte encaminhando o processo de *impeachment*. A única solução para os graves problemas sanitários do nosso País depende do afastamento deste Presidente genocida.

Vamos ver se as autoridades ouvem o grito do povo, que clama por soluções para os graves problemas que vitimam os setores mais pobres da nossa sociedade.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 183/557

44.2021.B	Sessão Outro Evento	10/06/2021-12:04
Publ.: DCD - 11/06/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Empenho do Ministério da Saúde na compra de vacinas contra a Covid-19. Apresentação de requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.343, de 2021, acerca da utilização, para a produção de vacinas contra a Covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.052, de 2021, a respeito da alteração da Lei nº 14.125, de 2021, com vista à aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) -

Presidente, ocupo a tribuna neste momento para falar sobre a pandemia.

Eu tenho a plena consciência de que a união de todos é o caminho para nós conseguirmos êxito em nossas atividades. E, entre as atividades que nós temos que ter como fundamentais, está a vacina.

O Ministério da Saúde tem empregado todos os esforços na compra de vacinas, quer seja por meio da FIOCRUZ, quer seja por meio do Butantan, quer seja por meio da pesquisa com a Organização Mundial da Saúde - o consórcio COVAX Facility -, quer seja por meio da Pfizer, quer seja por meio de outras fabricantes. Ele praticamente já adquiriu a quantidade de vacinas necessária para atender população brasileira.

Eu apresentei requerimento de urgência, na semana passada, referente a projeto que permite que determinados laboratórios destinados a uso veterinário, mas que têm toda a capacidade da FIOCRUZ e do Butantan, possam produzir a vacina. Um dos exemplos é o Laboratório Ourofino, localizado em Cravinhos, São Paulo, que tem uma tecnologia espetacular. Esse projeto, que deve ser julgado nesta semana, vai facilitar esse contato.

Eu gostaria também de salientar que apresentei o Projeto de Lei nº 2.052, de 2021, que altera a Lei nº 14.125. Segundo o projeto, com a finalidade de contribuir com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, as pessoas jurídicas de direito privado poderão, atendidos os requisitos legais e sanitários, adquirir, distribuir, administrar e comercializar vacinas.

Está na hora de nós também permitirmos aos laboratórios adquirir e comercializar a vacina contra a COVID-19, conforme ocorre com as demais vacinas do Plano Nacional de Imunização - o Plano Nacional de Imunização permite que os laboratórios comercializem as vacinas. Já que toda a quantidade necessária para a população até o final do ano foi adquirida, a partir de agora podemos permitir que os laboratórios, que as empresas também participem desse processo, aumentando a rapidez na imunização do povo brasileiro.

Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço dizendo que todos, juntos, vamos contribuir para o bem comum do povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.



44.2021.B

Sessão Outro Evento

10/06/2021-12:12

Publ.: DCD - 11/06/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso do Hospital Regional de Guanambi provocado pela Covid-19, no Estado da Bahia. Urgente necessidade de instalação de novos leitos de UTIs na unidade hospitalar, para atendimento aos contaminados pelos coronavírus.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, volto a chamar a atenção do Ministério da Saúde neste momento difícil. Chegando à Bahia, à minha região, encontrei uma situação extremamente delicada com relação à COVID.

O Hospital Regional de Guanambi, que foi inaugurado há mais de 30 anos, que atendia a população de algo em torno de 18 cidades da região, hoje atende a população de mais de 40 cidades, e não suporta mais fazer o atendimento dessa população.

Os casos de COVID chegaram com muita força ao interior da Bahia. A situação está dramática nesta região de Guanambi. Numa cidade como Guanambi, só ontem houve 5 óbitos. São 2 dias seguidos em que se registram mais de 100 casos. Ela está entre as cinco cidades da Bahia com maior número de casos ativos de COVID neste momento.

É preciso que o Secretário de Saúde do Estado amplie o número de leitos de UTI-COVID aqui no hospital regional de forma urgente! As pessoas estão desesperadas, pedem vaga nas UTI, mandam mensagens e ligam a todo instante, e não só as da nossa cidade, mas também de toda a região, em busca de tratamento intensivo. Não existem vagas em lugar nenhum aqui na região. Não só não há no hospital de base, o Hospital Regional de Guanambi, como também não há na UNACON, na cidade de Caetité, nem no hospital da cidade de Vitória da Conquista. Não existem mais vagas! As pessoas estão perdendo a vida enquanto esperam pela oportunidade do tratamento, que não têm mais devido ao aumento do número de casos nos últimos dias, na cidade de Guanambi e na nossa região. É preciso que, urgentemente, seja ampliado o número de novos leitos de UTI no Hospital Regional de Guanambi e que se instalem outros leitos, em outros hospitais da região, para que a Bahia possa dar atendimento a sua população neste momento difícil por que estamos passando.

O Secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, esteve aqui no final da semana passada para entregar obras de melhoramento no centro cirúrgico do hospital regional. Foi muito boa, foi muito importante

essa inauguração. Nós precisávamos da ampliação, de mais uma sala de cirurgia aqui no hospital regional, mas agora temos que olhar para a população que precisa de tratamento para COVID. Este é o momento da união, em que precisamos agilizar a abertura de novos leitos, porque os dez leitos de UTI daqui não são suficientes para atender à demanda de Guanambi e da região.

Quero mais uma vez fazer este apelo ao Secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, e também ao Ministro da Saúde: que possamos ampliar o número de leitos neste momento difícil pelo qual nós estamos passando. Não é possível que as pessoas morram nas filas, diante dos hospitais de campanha que temos aqui, sem tratamento mais especializado. Não podemos deixar que as pessoas e suas famílias percam a vida sem terem a oportunidade de receber o tratamento especializado.

O que nos chamou bastante a atenção ao chegarmos aqui hoje, à minha cidade, foi o desespero das pessoas. É preciso que não se perca mais tempo e se faça a ampliação do número de leitos.

Eu sei que o Ministério da Saúde vai estar disponível e vai atender essa nossa demanda. Nós não podemos ficar apenas ouvindo as pessoas pedirem socorro a todo momento quando ligam para o nosso celular. É difícil a situação em que se encontra a nossa região.

Presidente, peço a divulgação deste nosso pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente Rosângela.

Documento 185/557

63.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/06/2021- CD	13:04
Publ.: DCD - 11/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Solicitação ao governo da Índia, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de fornecimento de insumos ao País para a produção de hidroxicloroquina, conforme telegrama do Ministério das Relações Exteriores obtido pela CPI da Covid. Existência de provas para indiciamento do Presidente da República. Estudo Mapeamento e Análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário - CEPEDISA, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP. Possibilidade de alcance pelo País do patamar de 1,5 milhão de mortes



provocadas pelo coronavírus segundo o estudo. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos decorrentes da doença. Publicação, por auditor amigo dos filhos do Presidente da República, de documento falso com timbre do Tribunal de Contas da União - TCU, a respeito do número de mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil. Elevação dos índices inflacionários e dos preços de alimentos no País. Congelamento do salário mínimo. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Relevância da atuação da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidenta Rosangela Gomes, que está coordenando os trabalhos, a notícia de hoje é um telegrama secreto do Ministério das Relações Exteriores, em posse da CPI da COVID no Senado e obtido pelo *O Globo*, que informa e transcreve o telefonema feito por Bolsonaro à Índia.

Brasil, povo brasileiro, todos devem pensar: *Telefonou para a Índia?*"
"A Índia fabrica vacina?"

O Presidente Bolsonaro - já que a única forma de combatermos efetivamente a COVID é ter vacina para o povo - deve ter ligado para a Índia, preocupado com o seu povo, com o povo brasileiro, com as mortes - já são quase meio milhão de pessoas mortas no Brasil -, para pedir vacina.

Observando o que diz o telefonema, Bolsonaro começa deixando claro que objetivo era obter insumos para fabricar, pasmem, hidroxiquina! Gente, a ciência diz, os médicos dizem - está provado - que cloroquina não serve para o tratamento da COVID! E o Presidente da República liga para a Índia - inclusive estão citadas aqui as empresas -, em nome de empresas, para solicitar insumos para a cloroquina. Isso é o fim!

Por isso que a CPI no Senado está apontando a responsabilidade do Presidente da República. O Presidente do Senado já disse que há provas para o indiciamento do Presidente. Genocida. Chega de mortes! Nós queremos vidas!

Eu trago aqui, senhores, outro tema fundamental, um estudo elaborado no âmbito do projeto de pesquisa: *Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*, do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário - CEPEDISA da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Esse estudo mostra claramente a intencionalidade - são 200 páginas já disponíveis na CPI do Senado -, aqui compreendida simplesmente como a confluência entre a consciência dos atos e omissões praticados, e, diz o estudo dos

professores da Universidade São Paulo, a vontade de praticá-los. Ou seja, está definido como lógica do Governo exatamente provocar as mortes no Brasil. Essa é a gravidade. A tal ponto que uma das coordenadoras desse programa, a Dra. Deisy Ventura, diz: *"Não existe incompetência, a disseminação do coronavírus é uma estratégia oficial."*

Nós temos um governante que prega a imunização de rebanho. Isso está também no estudo. Sobre isso eu trago outra matéria que saiu no jornal *The New York Times* que coloca claramente que, se houver a imunidade de rebanho - tese já negada pela ciência -, a taxa de mortalidade será de 1% e a de infecção, de 70%, como limite para a imunidade do rebanho. Bolsonaro planejou, pelo menos, 1,4 milhão de mortes no Brasil.

Nós temos quase meio milhão e poderemos chegar a 1 milhão e meio de mortes - provocadas! É o que diz o estudo.

Quero dizer aqui que a imunidade de rebanho nada mais é do que o assassinato em massa da população brasileira - o assassinato em massa da população brasileira.

Nós temos um Presidente genocida! Para ele fugir dessa marca, que é a atitude deste Governo, ele tem que mentir. Aí preparam notícias com escândalos, como vimos agora o que fez um dos auditores do Tribunal de Contas da União.

Pasmem! População brasileira, atenção ao que aconteceu. Um auditor amigo dos filhos do Bolsonaro, que inclusive praticam rachadinhas, faz um documento falso e o publica com o timbre do Tribunal de Contas da União dizendo que haveria uma superprodução, uma superexposição dos números em relação à COVID, que metade dos mortes não seriam pela COVID, mas por outras doenças.

Eu posso dizer aqui tranquilamente que era jogo combinado, com o amigo dos filhos do Presidente, divulgar esses dados com o timbre do TCU - isso comprometeu inclusive a imagem do Tribunal de Contas da União, que felizmente o afastou para fazer uma investigação com seriedade -, para imediatamente o Presidente da República se prestar a colocar na sua *live*, nas redes sociais, propagandeadas logo na sequência pela base bolsonarista, esta mentira planejada e muito bem articulada de dizer que o meio milhão de pessoas mortas no Brasil não seria pela COVID.

Quer dizer, o Presidente, conforme os estudos e de acordo com a política de imunidade de rebanho, provoca mortes, porque isso aqui é um assassinato em massa, e usa a mentira planejada de dentro de

órgãos do Governo para disseminá-la.

População brasileira, não acredite mais nas palavras do Presidente. Elas são mentirosas!

Assim como a morte pela COVID, as últimas notícias dão conta também que existe a morte pela economia. O Brasil está com a inflação alta, o preço dos alimentos nas nuvens, o povo não podendo comprar mais seus mantimentos corretamente, a renda emergencial pífia, que mal e mal dá para comprar um botijão de gás, porque tudo aumenta neste Governo, o consumo está diminuindo e o salário mínimo está congelado. Nós temos uma decretação de morte pela COVID, por causa do Presidente genocida, e, ao mesmo tempo, pela economia, que também ele e Paulo Guedes são responsáveis por ser tão pífia no Brasil.

Então, resta-nos neste momento dizer que não basta prorrogar por 2 meses esse valor pífio de auxílio emergencial de 150 reais, que são 5 reais por dia.

Presidente Arthur Lira, temos que votar nesta Casa o projeto que trata da renda emergencial, para que possamos colocar ao menos 600 reais, não para mais 2 meses, mas para todo o período da pandemia. É isso o que precisamos votar aqui, assim como há uma investigação séria ocorrendo.

Presidente, aproveito ainda a oportunidade para parabenizar a CPI do Senado, que está fazendo apurações, tem estudos, e está mostrando à sociedade brasileira a culpabilidade e o genocídio que está infelizmente sendo feito neste momento no Brasil, por culpa do Presidente Bolsonaro.

Esta Casa precisa dar andamento ao processo do *impeachment*. Já existem 121 pedidos nesta Casa. Crimes não faltam. Esse processo precisa andar. Esse é o pedido da sociedade brasileira. Abra-se o processo.

Documento 186/557

63.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -	10/06/2021-13:16
	CD	
Publ.: DCD	- PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-	
11/06/2021 -	DEM -TO	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Presença do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, na Câmara dos Deputados para tratativas de assuntos pertinentes ao setor educacional. Posicionamento da oradora a respeito da educação domiciliar. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, relativo à estratégia para o retorno às aulas diante da epidemia de coronavírus. Entraves impostos pelo PSL à votação da proposição.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente, Deputada Rosângela Gomes.

A minha fala é sobre educação. Ontem, o Ministro Milton Ribeiro esteve presente nesta Casa por mais de 4 horas. Houve um bom debate, independentemente de posições políticas. E com a boa vontade de S.Exa., discutimos temas ligados à educação.

Existe um movimento na Casa para a votação da educação domiciliar e há bastante polêmica de ela ser ou não ser importante. Eu não assumo nenhuma postura de preconceito sobre o tema, embora tenha reservas, e acho que ele precisa ser muito bem debatido.

Mas quero lamentar o que está acontecendo aqui. O Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, que trata do retorno às aulas, teve seu texto final protocolado para votação ainda em agosto de 2020. À época, já discutimos a importância do retorno às aulas.

Foi apresentado outro projeto depois e, no entanto, ele não foi apensado ao projeto anterior, o que seria o procedimento normal. A Casa votou com várias restrições e cuidados. Ele está no Senado. Enfim, o PL 2.949 está na pauta desta semana e há o compromisso de ele ser votado. Mas, hoje, infelizmente, não vamos votá-lo, porque o PSL é contra. O PSL não diz por que é contra um projeto que trata do retorno às aulas, até porque 90% do texto do outro projeto que votamos foram copiados através de sugestão, de emenda de colegas Deputados.

Havia três restrições no texto que me foram apresentadas ontem pelo Governo. Foram pedidas mudanças e assim o fiz. Eu modifiquei as três situações, retirei os três pontos apresentados pelo Governo. Inclusive, cheguei a um acordo com o Líder Ricardo Barros porque retirei os três pontos apresentados.

Então, não consigo entender qual é a nossa lógica. Nós falamos o tempo todo que é preciso retornar às aulas. Os professores estão sendo vacinados em ritmos diferentes, nos diferentes Estados e Municípios. É preciso, sim, o retorno às aulas. No entanto, o projeto está parado no Senado para ser votado, esperando que seja

construída uma proposta de retorno às aulas, com situações diferentes.

Nós temos Municípios que podem retornar às aulas, Municípios onde a situação é mais grave. Como podemos equilibrar as diferentes realidades? O fato é que a desigualdade social, em especial nas escolas públicas, faz com que muitos não tenham acesso à educação, o que causa um enorme prejuízo educacional.

Apelo para que o PSL nos diga qual o problema no texto desse projeto, porque os três pontos a nós apresentados foram corrigidos e retirados. Por que não votamos um texto importante que está à disposição na Casa desde o ano passado?

Documento 187/557

63.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/06/2021- CD	13:20
Publ.: DCD - 11/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Contestação à acusação do Relator da CPI, Senador Renan Calheiros, contra o orador por suposta distribuição de Kit Covid a Secretários Municipais de Saúde.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Grato, digníssima Presidente Rosângela, nobres colegas. É uma honra estar nesta tribuna.

Estou muito chateado e indignado. Venho comprovar que essa CPI da COVID é um embuste, uma CPI do ódio, uma CPI da mentira! E fui vítima dessa mentira ontem. Quando o Senador Renan Calheiros me acusou, me difamou, dizendo que eu estava oferecendo *kit* COVID a Secretários Municipais de Saúde. Ele tentou me denegrir de todas as maneiras.

Vou mostrar aqui o que fez o Sr. Renan Calheiros, que ficou indignado, porque dias atrás simplesmente eu pedi uma nota de repúdio e também que fossem colocados no Conselho de Ética os Senadores que ofenderam as duas médicas de maneira totalmente deselegante e fora do decoro parlamentar.

Saiu na mídia: "*Deputados bolsonaristas ofereceram kit COVID para Secretários de Saúde, diz Renan*". E mais: "*O Relator da CPI da COVID, Renan Calheiros, afirmou há pouco que Deputados*

bolsonaristas procuraram Secretários Municipais de Saúde em janeiro deste ano para oferecer o chamado kit COVID, formado por medicamentos sem comprovação científica, como cloroquina e Ivermectina". Totalmente inverdade!

"De acordo com Renan, um dos exemplos foi o Deputado Bibó Nunes (PSL-RS). O Relator da CPI declarou que os pedidos para recebimento do kit COVID foram enviados para o então chefe de gabinete de Eduardo Pazuello, Paulo César Ferreira. As solicitações seguiram com cópia para o e-mail de Airton Leite, assessor parlamentar de Bibó". Ele não era meu assessor!

"Apesar disso, o ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, disse à CPI da COVID desconhecer esse tipo de articulação. 'Eu sequer conheço o Parlamentar e tenho desconhecido que tenha ido esse tipo de solicitação para o Chefe de Gabinete do Ministro, disse Franco'."

Eu, se fosse pedir ao Ministro, seria direto ao Ministro, e não ao chefe de gabinete. Mas, em momento algum, eu pedi. Aí, tem a retratação na mídia. No caso, *O Antagonista*, fala a verdade - a verdade -, porque foi uma vergonha - uma vergonha - o que esse Senador Calheiros fez, tentando me acusar. É uma CPI do ódio, da mentira, da calúnia!

E o mesmo site jornalístico, *O Antagonista*, diz o seguinte: "O Deputado Bibó Nunes nega qualquer relação com o documento enviado ao Ministério da Saúde em janeiro deste ano, no qual o Secretário de Saúde do Município gaúcho de Sant'Ana do Livramento agradece pelo envio de remédios do kit COVID". Nunca kit COVID existiu nesse assunto! "O ofício foi enviado por Airton Leite, que viria ser contratado como assessor parlamentar de Bibó Nunes dias depois".

Não tem documento algum meu! Nunca falei de *kit* COVID! Na época desse ofício, encaminhado pelo Sr. Airton, ele não era meu assessor. O que aconteceu? O Secretário de Saúde de Sant'Ana do Livramento encaminhou um pedido ao chefe de gabinete do Ministério da Saúde e o Sr. Airton Leite o reencaminhou ao chefe de gabinete.

Eu não tenho nada a ver com esse assunto, meu nome não está em momento algum nesse assunto. E o Sr. Renan Calheiros, covardemente, tenta me colocar essa pecha, que não teria problema para mim, porque acho que o *kit* COVID ajudou a salvar muitas pessoas. Mas nada disso foi feito.

O que houve foi uma represália contra este Parlamentar, porque eu pedi ao Presidente do Senado que colocasse no Conselho de Ética aqueles Senadores que desrespeitaram as duas médicas que lá estiveram. Faltaram com o decoro e, em represália: "Pô, acha um furo

do Bibo Nunes aí! Tenta achar algum problema!"

O Sr. Renan Calheiros não acha furo em Bibo Nunes porque eu sou "infurável"! Eu não tenho rabo preso, sou pitoco, o que o senhor não conhece. Por isso que eu enfrento e pedi ao Senador Girão que hoje restabeleça a verdade.

Com esse ato, o senhor mostrou que essa CPI da COVID é a CPI do ódio, CPI da falta total de credibilidade, e o propósito é tentar denegrir a imagem do Governo.

Sr. Relator Senador Renan Calheiros, eu provei aqui: o senhor não merece estar na relatoria, o senhor faltou com a verdade e usou de muitas palavras inverídicas contra este Parlamentar. Lamento o Senado ter o senhor como Relator dessa CPI que, por si só, já é uma vergonha.

A verdade tem que ser restabelecida. É por isso que eu ocupei esta tribuna.

Grato, digníssima Presidenta Rosangela Gomes.

Documento 188/557

63.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 10/06/2021-
	CD	13:24
Publ.: DCD - 11/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Cenário dramático reinante no País em decorrência da Covid-19. Posicionamento do Governo contrário à votação do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, relativo à estratégia para o retorno às aulas diante da epidemia de coronavírus. Repúdio ao Projeto de Lei nº 3.262, de 2019, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, para inclusão do § único no art. 246, com vista à não configuração do ensino domiciliar, (homeschooling), como crime de abandono intelectual, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, agradeço a concessão da palavra.

Quero trazer aqui o tema da educação. O cenário hoje é muito dramático. Estamos vivendo um momento em que o luto tem chegado

às famílias brasileiras de forma muito dolorosa e de diferentes formas.

O luto chega num cenário em que quase meio milhão de mortos já são vítimas dessa crise sanitária sem precedentes. O luto chega também quando a fome está chegando às famílias brasileiras, pela falta de itens nutricionais; o luto chega quando a bala de fuzil do Estado chega às famílias brasileiras; o luto chega com o desemprego. É um cenário insuportável para a classe trabalhadora no Brasil, para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

E, nesse cenário, não dá para não debater a educação. Fico espantada, como professora de História que sou, Sra. Presidenta. Eu estou Deputada, mas sou professora lá da Maré, do chão da escola pública. E é óbvio que se tem um elemento que também está escrachado neste momento é a crise, que, na verdade, é um projeto da escola pública. Ele se mostrou falido. É isso o que estamos vivendo: escolas fechadas porque não têm condições de abrir ou, quando abrem, colocam seus profissionais em risco.

É neste cenário que deveríamos estar, dando passos para abrir escolas, para ser ofertada educação à classe trabalhadora brasileira.

Esse projeto - infelizmente, o Governo não quer votá-lo nesta Casa hoje - encampado pela Deputada Professora Dorinha, que traça um plano de reabertura das escolas, com condições sanitárias, com investimentos para garantir condições pedagógicas e estruturais dentro das escolas, o Governo não quer. O Governo não quer esse projeto.

Quando o Governo disse aqui desta tribuna que a educação é essencial e quis aprovar um projeto que afirmava que a educação era essencial - na verdade, era ali um embrião para tentar proibir greve, para colocar os profissionais das escolas sem nenhuma condição -, na verdade, ele não estava preocupado com a educação.

Ao mesmo tempo em que não se deseja aprovar nesta Casa hoje um projeto simples, que traça um plano de reabertura das escolas públicas brasileiras, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania uma matéria que é uma vergonha para nós educadores e educadoras! Refiro-me ao projeto que propõe regulamentar e aprovar a educação domiciliar, que contraria o ECA, para quem não conhece - aliás, o Governo já disse que deveria colocar o ECA na latrina -, que contraria a LDB, contraria a Constituição brasileira. Essas três legislações dizem explicitamente que elas delegam às famílias, aos responsáveis, a obrigatoriedade de colocar os seus filhos na escola.

No momento da pandemia, não, querem dizer que tem que estudar em casa. Percebemos o quanto a educação domiciliar é falida! Ela não tem Internet. Ficaram sem aula 5 milhões de jovens neste momento por

falta de Internet, por falta de comida. Aliás, 70% dos 5 milhões de crianças e adolescentes sem aulas são negros, as mesmas vítimas de todos os outros dilemas neste momento de crise.

Termino, Sra. Presidenta, dizendo que escola é convivência, é troca, é um processo de ensino e aprendizagem por todos os profissionais e alunos no ambiente escolar. Não há educação possível, potente e transformadora sem o ambiente escolar.

Infelizmente, a escolha do Governo e da sua base está equivocada.

Obrigada, Sra. Presidenta. Quando possível, eu gostaria de fazer uma sugestão à Mesa. Pode ser depois da fala dos demais Líderes.

Documento 189/557

63.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/06/2021- CD	13:28
Publ.: DCD - 11/06/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Razões do posicionamento do PDT contrário à aprovação da propositura. Apelo à Casa de prorrogação e aumento do valor do auxílio emergencial.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trago aqui para reflexão um tema que para o nosso partido é muito caro, muito importante, que é a defesa do serviço público de qualidade.

Esta Casa instalou a Comissão Especial que vai analisar, discutir e votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que é a PEC da reforma administrativa.

Inclusive, agradeço ao meu Líder, o Deputado Wolney Queiroz, a indicação do nosso nome para participar dessa Comissão, colaborar com este debate e fazer dessa Comissão uma verdadeira trincheira de luta em favor do serviço público de qualidade no Brasil.

A pergunta que se faz é muito clara: a quem interessa o serviço público fragilizado? Antes de mais nada, Sra. Presidente, é preciso deixar algo claro. Há aqueles que trazem logo para o debate a discussão de que há servidores públicos que ganham muito, há servidores públicos que

têm privilégio, vamos enfrentar este debate.

No entanto, não devemos fragilizar todos os servidores públicos, porque a maioria esmagadora ganha pouco, ganha muito pouco. Não é fragilizando todo o serviço público que vamos fazer uma reforma administrativa neste País.

A propósito, Presidente, estamos no meio de uma pandemia. O que seria do nosso País, principalmente do povo mais pobre, que não tem plano de saúde, que não tem dinheiro para pagar a consulta médica? O que seria do nosso País, se não fosse o nosso SUS, se não fossem os trabalhadores que estão agora nos hospitais públicos, nas unidades básicas de saúde, em todos os Municípios deste País, atendendo à população mais pobre? O que seria de nós?

Digo isso com muita tranquilidade, porque fui aluno de escola pública. O que seria de nós brasileiros, se não fosse a escola pública para o filho daquele que não pode pagar uma escola particular poder estudar? É exatamente contra o serviço público que vem a PEC 32. Ela fragilizará os servidores públicos - mesmo que não atinja, como não atingirá, aqueles que estão hoje no exercício da atividade - e criará dificuldade para a realização do concurso público.

Falo também, Presidente, com tranquilidade, porque sou servidor público concursado da minha querida Polícia Rodoviária Federal. Para o filho da pobreza, muitas vezes, ou na maioria delas, a porta de entrada, a porta justa de entrada para o mercado profissional é através do concurso público.

Com essa PEC, vamos fragilizar a realização de concurso público, vamos criar escalas diferenciadas de servidores e vamos fragilizar a estabilidade funcional. O nosso País poderá voltar ao tempo do coronelismo, em que o Prefeito de plantão vai demitir aquele que não o segue politicamente.

O nosso partido, o PDT, tem uma posição clara. Não defendemos privilégio, não defendemos supersalários, mas defendemos um serviço público de qualidade que atenda à nossa população.

Defendemos isso porque quem se socorre do serviço público é aquele que mais precisa. E muitas pessoas falam, como eu disse: *"Ah, mas o servidor ganha muito"*. Vamos nos lembrar das enfermeiras, do técnicos, dos vigilantes, das merendeiras, de tanta gente que agora está trabalhando para servir a nossa sociedade!

Portanto, Presidente, essa Comissão, sem debates e sem radicalismo, porque essa não é a marca do nosso partido, ouvindo todos e respeitando a democracia, será a trincheira da defesa do serviço

público de qualidade, de um serviço público que atenda à população brasileira.

Por fim, Sra. Presidente, queria fazer aqui um apelo, de um homem público que fez e faz a sua vida pública nas bases. Eu sou do pequeno, mas honrado Estado de Sergipe, filho de uma professora e de um vendedor de mercado, de um feirante. Portanto, a minha vida pública é feita com as massas. O povo está passando muita fome. E o apelo é que se possa prorrogar o auxílio emergencial e aumentar o valor do auxílio emergencial, porque 150 reais, 250 reais não está dando para que as pessoas sobrevivam. O povo brasileiro está passando muita fome, muita necessidade, e esta Casa não pode virar as costas para o nosso povo, porque ano que vem nós vamos estar na rua, pedindo o voto da população.

Obrigado, Presidente.

Documento 190/557

63.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/06/2021- CD 13:36	
Publ.: DCD - 11/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a não votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, relativo à estratégia para o retorno às aulas diante da epidemia de coronavírus. Desestruturação da educação brasileira pelo Governo Jair Bolsonaro. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, acerca do reconhecimento da educação básica e do ensino superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais, e do estabelecimento das diretrizes para retorno seguro às aulas presenciais. Possibilidade de investigação do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Disseminação de fake news pelo Presidente da República. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Reconhecimento pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, da sua falta de autonomia para tomada de decisões em nome da ciência. Despreparo do Presidente da República para comando do País. Inexistência de motivos para comemoração do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Descaso do Presidente da República com as camadas menos favorecidas, demonstrado na recusa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e de regulamentação do retorno às aulas presenciais. Obstrução pelo Governo da votação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 827, de 2020, sobre o estabelecimento de medidas excepcionais, em face da epidemia de coronavírus, com vista à suspensão do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa para desocupação ou remoção forçada coletiva

em imóvel privado ou público, urbano ou rural. Eficiência das vacinas contra a Covid-19. Ineficácia do tratamento precoce para combate à doença, defendido pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria de lamentar que nós não estejamos, neste momento, votando o projeto de lei que estabelece uma política de retorno às aulas com segurança para professores e alunos, e com participação ampla de todos os envolvidos, inclusive dos pais, que são os responsáveis pela educação das crianças e dos jovens brasileiros.

Nós temos milhões de cidadãos do futuro, que são os que estão neste momento nas escolas, são do presente, mas são a grande promessa para este País superar as grandes dificuldades que enfrenta hoje, ou tendo aulas em casa, ou não tendo aulas, porque não existe uma regra, Prefeitos e Governadores ficam batendo cabeça.

Então é profundamente lamentável que não haja um acordo para que esse projeto possa ser votado. É um projeto que tem o seu substitutivo bastante tranquilo do ponto de vista da retomada das aulas, garante segurança para todos os atores envolvidos. E o que nós assistimos neste momento aqui na Câmara não é nada diferente do que nós estamos assistindo desde o dia 1º de janeiro de 2019, e, pior do que isso, desde a chegada da pandemia, com relação a todas as medidas que se fizeram necessárias, e que não foram tomadas.

O Governo do Presidente Jair Bolsonaro se recusa a liderar o processo da educação. É um Governo que desmonta, reduz orçamento, inviabiliza o funcionamento de universidades públicas e de Institutos Federais, que inviabiliza o funcionamento de institutos fundamentais de pesquisa, que dão subsídios para o avanço da ciência, mas também para o desenvolvimento e para a segurança do nosso País. E o que ele fez até agora, negando a gravidade da pandemia do coronavírus e a emergência em saúde mundial da COVID 19, ele agora retoma com essa questão da educação, de nós não regulamentarmos.

No entanto, o Governo aprovou o projeto de lei, que foi aprovado na Câmara, e que está na pauta do Senado, para determinar a volta às aulas imediata, transformando a educação em serviço essencial.

Este é um governo negacionista, é um governo que comprova a importância, ao contrário do que foi dito agora pelo Deputado da base do Governo, Vice-Líder aqui na Câmara...

O Presidente deve ser investigado pela CPI do Senado. O Senado está

de parabéns por estar trazendo a público fatos que já são de conhecimento geral da população brasileira, dos órgãos de investigação. No entanto, o Presidente Jair Bolsonaro insiste.

Ontem, ele esteve, mais uma vez, disseminando, num evento público com lideranças evangélicas, a desinformação a respeito do número de mortes. Ele já foi desmentido pelo Tribunal de Contas da União. Ele dizia na porta, no cercadinho do Palácio do Planalto, para os seus apoiadores, que o número de mortes era a metade do que, de fato, é, e que haveria, então, um movimento dos governadores de supernotificação.

Isso é de uma irresponsabilidade, de parte da autoridade maior do País, que é o Presidente Jair Bolsonaro, sem nenhum parâmetro de ter acontecido nada parecido com isso na história do Brasil: um Presidente disseminador de *fake news*! Ele volta atrás publicamente, mas, quando vai a eventos e nos grupos de WhatsApp, dissemina essa desinformação terrível, que vai levar à morte mais milhares de pessoas, principalmente os seus apoiadores. Nas cidades onde o Presidente Jair Bolsonaro foi apoiado e ganhou as eleições, os brasileiros morrem mais.

Ou seja, o Presidente é o responsável direto pela morte de milhares de brasileiros. Então veja: o Presidente mente a respeito do número de mortes; mente sobre a eficácia da vacina, desestimulando o povo brasileiro a procurar a sua imunização. Ele próprio não toma a vacina.

O Presidente nega a ciência, diz que a vacina é experimental. A vacina não é experimental; ela foi reconhecida pela ANVISA, está sendo adotada. E os países que a adotaram, e inclusive os experimentos feitos no Brasil de imunização da população, mostraram que a vacina é efetiva e reduz drasticamente o número de mortes.

O Presidente nega a eficácia da vacina. É um Presidente que dissemina tratamento precoce sem eficácia, que cria um gabinete paralelo.

Então a CPI da COVID no Senado é essencial, é fundamental, porque ela faz o resgate de todo o processo que nos levou a ser um dos países campeões de mortes e um dos países que menos vacina. Estamos vendo, no plenário da Câmara e, infelizmente, dentro da própria CPI no Senado, os aliados do Governo disseminando *fake news*, mentiras, tentando desacreditar o trabalho da própria CPI, que é um trabalho essencial para o Brasil.

Ontem, o Ministro da Saúde admitiu que não tem a autonomia que deveria ter para tomar as decisões em nome da ciência. É profundamente lamentável assistirmos a este gigante que é o Brasil

sem rumo, porque o Presidente se recusa a liderar esta Nação de mais de 220 milhões de habitantes!

Nós tivemos a divulgação, por exemplo, do PIB, e o Presidente fez um pronunciamento para festejar um crescimento de 1,2%, concentrado pelo aumento do valor das *commodities* - crescimento que não distribui renda e que não chega ao setor de serviços brasileiro, que é o que mais está sofrendo e é o que mais emprega.

Este é um Governo que mostra os seus compromissos reais.

O seu compromisso não é com aqueles que mais precisam. Se fosse, nós estaríamos aqui regulamentando a volta às aulas; estaríamos votando o auxílio emergencial de 600 reais, que garante a possibilidade de as pessoas de baixa renda, que estão vulneráveis, ficarem em casa; o Presidente não estaria obstruindo a votação do projeto de lei Despejo Zero, que está no Senado e que poderia ter sido votado, mas não foi votado porque a base do Governo está pressionando ao contrário.

Então, o Presidente dá claras demonstrações do seu total descompromisso com os que mais precisam, seja no despejo, seja no não apoio da sua base à medida provisória para nós votarmos o auxílio emergencial de 600 reais, e mente. Não existe outra palavra, é muito triste nós termos que dizer isso no plenário da Câmara dos Deputados: o Presidente mente e coloca a sua base parlamentar aqui para mentir junto com ele.

A vacina é eficiente, sim! A cloroquina e o tratamento precoce não funcionam! Não adianta ficar atacando e tentando falsear o número de mortes, porque isso é lamentável. Todos temos amigos ou parentes que já foram levados por essa doença terrível.

Então, Presidente, trabalhe, aprove, coloque sua base para votar esse projeto e não fique mentindo em eventos, seja no cercadinho, seja...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 191/557

63.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/06/2021-13:44
CD
Publ.: DCD - PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-
11/06/2021 - DEM -TO
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER

Sumário

Comparecimento dos Ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Educação, Milton Ribeiro, à Casa para tratativas de assuntos pertinentes ao setor educacional. Colapso das universidades federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, provocado pelo corte de recursos orçamentários. Necessidade de adoção, pelos governantes, de medidas efetivas em prol da educação básica. Indignação da oradora com a não votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.949, de 2020, relativo à estratégia para o retorno às aulas diante da epidemia de coronavírus. Redução dos recursos orçamentários destinados ao setor educacional.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de continuar falando de educação. Nós tivemos aqui a presença do Ministro Paulo Guedes, na semana passada, para tratar de orçamento, de prioridades, de educação.

Esta semana, o Ministro Milton Ribeiro esteve na Comissão de Educação para tratar de vários temas, entre eles, da situação do orçamento na educação também.

O Ministro Paulo Guedes foi muito claro: "*o orçamento é feito por vocês, as escolhas são políticas, é a política que escolhe o que fazer, como fazer e como definir*". Ou seja, a tarefa é nossa. E, logicamente, esse processo de construção é coletivo e envolve muitos temas, temas importantes.

Eu gostaria de fazer um apelo para que a política pudesse olhar a educação. As universidades federais, os institutos federais não têm como funcionar a partir de agosto.

Se olharmos os recursos, a Emenda nº 95, a do teto de gastos, tem comprimido o orçamento de várias áreas. Eu estou falando da educação, não estou falando nem de ampliação de serviços, considerando as mesmas instituições existentes, a manutenção, a oferta dos cursos. E o maior peso é o de pessoal, sim, porque o perfil do Ministério da Educação é a oferta da educação. Ela exige profissionais, professores, equipe técnica, pesquisa, inovação, extensão. É disso que nós estamos falando na universidade.

São os institutos federais - e eu falo pelo meu Estado, o Tocantins - que fazem um grande trabalho no meu Estado. Estão presentes na maioria dos Municípios e têm um trabalho de formação para os jovens

no ensino técnico, na preparação para o mundo do trabalho.

Também na oferta do ensino superior, as universidades têm feito um trabalho no País inteiro. Várias instituições estão envolvidas no combate à COVID, na testagem, na preparação e no apoio à área da saúde. Enfim, as universidades e os institutos federais fazem esse trabalho.

Mas é sobre a educação básica que eu gostaria de terminar a minha fala.

Nós temos 44 milhões de alunos na educação básica, em escolas públicas estaduais e municipais. Estamos falando desta escola que tem, sim, desafios na qualidade, de onde as nossas crianças saem sem saber ler e escrever, pois apresentam ainda uma enorme dificuldade na alfabetização; desta escola que apresenta 49% de ausência de saneamento básico. Elas não têm saneamento básico! É por essas escolas que nós precisamos fazer um enorme esforço visando à garantia de condições de funcionamento.

Esta não é uma tarefa somente do Governo Federal, mas uma responsabilidade compartilhada dos Municípios, dos Estados e da própria União. É uma tarefa que precisa, principalmente, romper com a redução da desigualdade.

Precisamos cuidar deste tempo em que ficamos com as escolas fechadas para não deixar nenhuma criança para trás, nenhum jovem para trás. É para eles que nós temos a obrigação de trabalhar, de legislar. Precisamos priorizá-los.

A política precisa cuidar de 44 milhões de alunos que têm direito a uma boa escola. Eu não falo de quem tem a oportunidade de buscar a rede privada, que, mesmo com toda a dificuldade, conseguiu manter, ainda que com perdas, o seu funcionamento.

É por isso que eu fiquei, sim, muito indignada em não votar o PL 2.949, que trata da orientação, desde a escola até o Estado, de como organizar o retorno às aulas.

A situação é muito diferente de um Município para outro. A realidade é muito diferente de um Estado para outro. Há lugares que dependem muito do transporte escolar, onde as crianças ficam muitas horas dentro dele, pois saem cedo de casa. Não sei quantos conhecem a realidade das crianças que entram num ônibus escolar às 4h30min da manhã e retornam para suas casas às 14 horas, às 15 horas. Elas ficam, muitas vezes, amontoadas nos bancos dos ônibus amarelinhos no caminho para a escola.



A situação não é diferente na estrutura física de muitas escolas brasileiras. Enquanto algumas têm uma estrutura física justa e boa, que consegue garantir o ensino, outras funcionam em bares, em botecos, debaixo de árvore, em situações totalmente adversas. E aqui eu falo numa reflexão histórica, não é uma situação de agora. Mas nós temos a responsabilidade de enfrentá-la.

Nós temos a responsabilidade de dar continuidade a um trabalho que fizemos nesta gestão. O FUNDEB foi aprovado pela Casa. Está sendo garantido um novo FUNDEB, que olha diretamente cada escola, as mais pobres, as mais frágeis. É um processo em implantação. Parte do dinheiro do FUNDEB vai ser para estimular os resultados de aprendizagem. Não é um *ranking* de escolas, mas garante que elas possam melhorar o seu resultado de aprendizagem.

Precisamos garantir o direito do respeito a cada criança e a cada jovem. E é por isso que nós temos que enfrentar, sim, este tema. A educação não é mais uma área, não pode ser enxergada como mais uma atividade para a qual a escolha política vai dizer se o dinheiro vai ou não.

Nós temos um estudo feito que mostra que, independentemente de qualquer situação, a educação vem perdendo recursos de maneira muito forte ao longo dos anos. Isso não se dá em números absolutos. Os percentuais de apropriação da função educação, no total do Orçamento da União, caem a cada ano, desde 2015.

Também é importante lembrar que, comparando os orçamentos, o da Defesa Nacional tem subido muito, e o da educação tem caído em proporção muito maior. Eu sei que são escolhas políticas, mas eu chamo as pessoas para conhecer os países que, através de investimento na educação, deram um salto na economia.

Falo da educação, não só da vaga, porque não interessa só a vaga. A vaga é importante, mas nós queremos que as crianças aprendam na nossa escola, que tem que ser uma escola para todos, uma escola que respeite as desigualdades, as diferenças, mas não aceite as desigualdades.

É por isso que eu lamento nós não termos votado hoje o PL 2.949, sem nem saber qual é a...

(Desligamento automático do microfone.)

64.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021-
CD 15:36

Publ.: DCD - 16/06/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PARECER
DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização, para a produção de vacinas contra a Covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas.

"Projeto de Lei nº 1.343, de 2021

Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a COVID-19 no Brasil.

Autor: Senador Wellington Fagundes

Trata-se da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 1.343, de 2021, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que 'dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a COVID-19 no Brasil'."

Peço autorização para fazer diretamente a leitura do parecer.

Voto da Relatora

"O projeto de lei em exame torna possível que estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a COVID-19 no Brasil.

Quanto à constitucionalidade da proposta, não foram encontrados óbices, pois trata-se de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme previsão no inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

A matéria consta no rol de atribuições do Congresso Nacional, estabelecidas pelo art. 48 da Constituição Federal. E também cabe à iniciativa legislativa dos Parlamentares, prevista no art. 61 da Constituição Federal.



Também no que concerne à juridicidade e à regimentalidade, não foram identificados óbices que impeçam a proposição de prosperar.

O projeto em análise é oportuno e meritório, visto que propõe uma alternativa ao problema de insuficiência de vacinas no Programa Nacional de Imunização (PNI) para que se alcancem altas coberturas vacinais em curto período de tempo, conforme seria necessário para controlar os atuais indicadores de mortalidade da COVID-19 nosso País. Neste momento de grave crise sanitária provocada pela pandemia, é louvável a proposição que visa contribuir para ampliar o acesso da população às vacinas.

Faz-se necessário ressaltar que as instalações atuais existentes de produção de vacinas veterinárias de origem viral são em geral destinadas à produção de vacinas contra a raiva e a aftosa. Como o fluxo de produção da vacina contra a COVID-19 mantém uma similaridade com a produção destas vacinas, sendo também necessários uma estrutura física, equipamentos, utilidades e procedimentos similares, tanto para a produção do antígeno viral quanto para a realização das etapas posteriores, como a formulação e a envase...

Diante disso, uma vez que a empresa tenha a estrutura física e o conhecimento de fabricação dessas vacinas, será mais fácil e ágil a adaptação para as peculiaridades, especificidades e requisitos necessários à produção da vacina contra a COVID, desde que uma tecnologia similar de produção seja devidamente transferida de um laboratório detentor para o laboratório veterinário.

O projeto de lei do Senador Wellington Fagundes contribui com o esforço de ampliar a capacidade produtiva nacional e diminuir a dependência externa brasileira na produção das vacinas contra a COVID-19, razão pela qual somos favoráveis ao seu acatamento. Contudo, alguns ajustes ao texto se fazem necessários para o aprimoramento da proposição.

Ressalto ainda que o projeto de lei está alinhado com a proposta do Governo Federal de ampliar o Programa de Imunização Nacional, visto que a possibilidade de produção em instalações veterinárias viabilizará a produção de IFA 100% nacional. O Brasil, dessa forma, conseguirá avançar na produção de imunizantes necessários para toda a população, facilitando até mesmo o processo logístico para que as vacinas cheguem nos Municípios. O Brasil com certeza irá dar um grande passo no sentido de enfrentar a guerra da saúde e recuperar a economia nacional.

Após reuniões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento e Secretaria de Governo, entendemos que alguns ajustes ao texto seriam necessários para o aprimoramento da proposição. Destaco as seguintes alterações:

Uma primeira sugestão se dá na ementa do projeto de lei, alterando o verbo 'produzir' por 'fabricar', pois pelo ponto de vista da técnica legislativa é a nomenclatura correta para definir a produção a partir de matérias-primas. Foram adaptados ainda no restante do corpo da proposição.

Foi acrescido ao texto dispositivo determinando que as instalações a serem utilizadas para produção da vacina contra a COVID-19 devem possuir processo de gerenciamento de risco necessário para evitar a contaminação cruzada a cada campanha, não se sujeitando ao disposto no inciso I do art. 52 da Lei nº 6.360, de 3 de setembro de 1976.

Por fim, no art. 3º, reescrevemos o *caput* de forma a determinar que a agência sanitária priorizará a análise dos pedidos de regularização para que os estabelecimentos realizem a fabricação do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da vacina COVID-19 ou a formulação, produção, envase, embalagem e armazenamento de vacinas contra a COVID-19.

Em suma, as alterações sugeridas pela Secretaria de Governo, pelos Ministérios e pela ANVISA buscam adequar o texto da proposição à legislação vigente da referida agência sanitária, que versa sobre as boas práticas de fabricação de insumos farmacêuticos, ativos biológicos e medicamentos estéreis, de forma a assegurar a qualidade da vacina e a segurança dos usuários.

III - Conclusão do voto

Diante do exposto:

Pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.343, de 2021, na forma do Substitutivo.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.343, de 2021, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)."

Além de fazer a leitura do meu relatório, eu gostaria de fazer um registro sobre a importância dessa matéria no cenário em que nos encontramos. Estamos num momento em que a pandemia tem sugado energia, sugado recursos, fazendo com que todos nós nos



reinventemos. É isto o que hoje estamos fazendo: estamos nos reinventando. Precisamos pegar o que o agro tem de melhor - somos autossuficientes na fabricação de vacina animal - e adaptar as estruturas, para realizarmos a fabricação tanto do insumo como da vacina contra a COVID-19.

Um projeto de autoria do Senador Wellington veio num grande momento para darmos um *plus* no sistema de vacinação nacional, a fim de deixarmos de ser reféns das empresas estrangeiras e passarmos a ser donos das nossas vacinas, com independência, qualidade e discernimento.

Para que não houvesse nenhuma falha e, de repente, o Governo vetasse e nós perdêssemos mais 2 meses, 3 meses, 4 meses tentando derrubar o veto, eu adotei a possibilidade de um relatório a várias mãos. Convidei o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, a ANVISA, Consultores do Senado, Consultores da Câmara, o Autor do projeto. Sentamos juntos para construirmos o projeto ideal, para não deixar possibilidade de haver vetos mais à frente, a fim de evitar uma demora na concretização da viabilização desse projeto. Terminamos a reunião com um substitutivo que agradou a todos os entes. No meu relatório, constam poucas mudanças necessárias no projeto original do Senador Wellington, que também participou de todo esse debate.

Caros Deputados, estamos prestes a votar uma divisão de águas dentro do Brasil. Temos a possibilidade de termos a nossa vacina. Temos a possibilidade de termos o nosso insumo. Temos a possibilidade de vacinar com muita velocidade, retomando a economia do nosso País, retomando a estabilidade e fazendo com que realmente o nosso Brasil ande mais rapidamente e se recupere desse grande momento de desafios que a COVID-19 nos proporcionou.

Deputada Alice, Deputados presentes, Deputado Hildo Rocha, Deputado Evair Vieira de Melo, aqui representando o Governo, tenho certeza de que V.Exas. sabem da grandeza deste projeto para a agilização de todo esse momento em que estamos enfrentando esses desafios.

Eu agradeço ao Presidente Arthur Lira a honra de poder relatar essa demanda. Agradeço ao Senador Wellington por ter proposto um projeto de tamanha importância para o nosso País. Agradeço ao Governo, através do nobre Deputado Evair, Líder do Governo, que se encontra aqui, do Deputado Ricardo Barros, que esteve na reunião conosco, discutindo, trabalhando, melhorando a redação do projeto, para que hoje pudéssemos votar.

Tenho consciência de que hoje estamos iniciando um novo momento em relação ao combate à COVID. Também temos um novo momento

para estarmos aptos a enfrentar esse grande desafio e vencermos. Precisamos parar de ser dependentes de outros países para sermos autossuficientes e logo, se Deus quiser, exportadores.

Agradeço a oportunidade ao Presidente Lira. Agradeço aos demais Deputados que estiveram conosco na discussão desta matéria. Agradeço ao Senador Wellington pela grandeza do conteúdo deste projeto.

Peço o voto dos nobres pares.

Documento 193/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	15:52
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Discussão do Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização, para a produção de vacinas contra a Covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Faltam vacinas no País, onde nós temos um Plano Nacional de Imunizações que se iniciou em janeiro, e há por volta de 11%, um pouco mais, de pessoas vacinadas com as duas doses.

No País, há o negacionismo estrutural; não apenas o negacionismo pontual, não o negacionismo à ciência, mas se nega a própria realidade.

O Presidente da República construiu um governo das sombras, um governo paralelo, que dá as instruções na área de saúde e que utilizou recursos públicos para a propaganda de remédios sem eficácia para a COVID-19 - recursos que terá de devolver.

Neste País onde sobram cloroquinas, comprimidos de cloroquina, e onde faltam vacinas, qualquer iniciativa para que nós possamos acelerar, fortalecer a produção de vacinas, é sempre bem-vinda.

Qualquer iniciativa é bem-vinda, para que possamos nos contrapor a um Governo que negou a contratação de vacinas quando era possível

contratar com mais facilidade.

Este Governo tem um Presidente da República que trouxe a este País a volta da fome e que estabelece um auxílio emergencial que se equipara ao valor do bujão de gás neste momento, ou quase isso. Neste País faltam as vacinas, e escutamos o Presidente da República dizer que havia um número superestimado de pessoas mortas pela COVID, embasado em um estudo que, segundo ele, era do TCU, num primeiro momento, mas que é um estudo feito por um áulico instalado naquela Corte, que elaborou um estudo para negar a realidade.

O negacionismo é estruturante neste País - nega-se a realidade. Da realidade negada só fazem parte aqueles que repetem o que fala o Presidente da República, que mais preocupado está em disputar as próximas eleições, e não em salvar vidas.

Por isso, esta proposição e todas as que apontem na perspectiva de enfrentamento a uma crise sanitária, a uma crise trançada, econômica e social, da qual o Presidente da República nega sua gravidade, porque quer, inclusive, estimular as pessoas a não usarem máscara, tem nosso voto favorável.

Documento 194/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-15/06/2021-
	CD	15:56
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização, para a produção de vacinas contra a Covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário, ressalvados os destaques. Imediata apreciação do Projeto de Lei nº 1.462, de 2020, acerca da alteração do art. 71 da Lei nº 9.279, de 1996, para tratativa da concessão de licença compulsória nos casos de emergência de saúde pública.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT orienta "sim" a este projeto.

Mais uma vez, Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem que fazer aquilo que o Governo Federal, o Executivo já poderia ter feito desde o início da pandemia.

Estamos aprovando aqui um projeto de lei que dispõe sobre uma autorização, que poderia ter sido feita pelo Governo Federal, pelos seus órgãos, para garantir a reconversão, ou seja, o aproveitamento da nossa capacidade industrial de fabricação de vacinas veterinárias para ser utilizada na produção de vacinas humanas, Sr. Presidente.

No entanto, para que haja a ampliação dessa capacidade, nós precisamos suspender o monopólio das patentes. Enquanto o monopólio das patentes ficar com poucas empresas internacionais, não teremos programas de transferência de tecnologia nem ensinamento para a produção do IFA, para podermos aproveitar esse parque industrial veterinário.

Por isso, precisamos pautar o PL 1.462/20, que já foi aprovado na Comissão. Ele precisa ser pautado no Plenário, Sr. Presidente.

Documento 195/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:04
Publ.: DCD - 16/06/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização, para a produção de vacinas contra a covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário, ressaltados os destaques. Apoio à quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, também vai orientar "sim" a esta matéria que responde à necessidade mais urgente do povo brasileiro hoje, que é o acesso à vacina.

Infelizmente, até a data de hoje, pouco mais de 20 milhões de brasileiros tiveram acesso às duas doses da vacina, ou seja, cerca de 10% da população brasileira. Essa é uma medida que ajuda, mas ainda não é aquela que soluciona. Tivemos da parte do Governo um atraso na aquisição das vacinas.

Vemos no mundo, hoje, um debate muito importante que esta Casa precisa fazer também, que responde de forma definitiva ao processo de vacina no mundo e no Brasil, que é a quebra das patentes. Nós entendemos que é muito importante preservar a propriedade

intelectual, mas, neste momento, o que é fundamental é preservar a vida das pessoas, por isso nós entendemos que devemos quebrar as patentes.

Documento 196/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:08
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização, para a produção de vacinas contra a covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário, ressaltados os destaques.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse projeto de conversão industrial é um projeto que, desde o início da pandemia, nós estamos discutindo. A Deputada Aline Sleutjes traz um relatório sintético, que vai ao foco da questão. Nós precisamos fazer essa conversão industrial.

Precisamos garantir que essas mais de 30 fábricas que fazem vacinas contra aftose possam, neste momento de guerra, servir ao povo brasileiro, Deputada Aline. E é isso que este Plenário fará hoje. É um grande projeto, importante para a saúde pública.

E, acima de tudo, precisamos voltar a discutir a licença compulsória. A quebra de patentes, Presidente, não é uma briga diplomática; é um acerto humanista. E os próprios grandes produtores de IFA no mundo já se colocam nessa direção.

Portanto, orientamos "sim" ao projeto. Vamos rediscutir a licença compulsória.

Documento 197/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:20
Publ.: DCD - 16/06/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou direto para o voto, mas quero iniciar parabenizando pela iniciativa o Deputado Carlos Jordy. Este é um projeto de extrema importância, porque a ciência é vetor de desenvolvimento econômico deste País. Neste momento de pandemia, com toda a responsabilidade econômica, com todas as travas necessárias, o Deputado Carlos Jordy apresenta uma proposta espetacular como incentivo à ciência.

Vou direto para o voto, Sr. Presidente. Nós apoiamos o projeto, mas trouxemos um substitutivo, que diz o seguinte:

"(...)

Art. 1º Fica instituído o Programa Prioritário Pró-Pesquisa-Covid-19, com aplicação enquanto perdurar a necessidade de pesquisas relacionadas à mitigação da Covid-19 em território nacional.

Art. 2º O objetivo do Programa Prioritário Pró-Pesquisa-Covid-19 é incentivar as pessoas jurídicas a utilizarem recursos próprios para apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação relacionada, direta ou indiretamente, à mitigação dos efeitos da Covid-19.

§ 1º Por pesquisa, desenvolvimento e inovação, são entendidos os projetos que visem o desenvolvimento de soluções e tecnologias para prevenção, controle, tratamento e mitigação das consequências sanitárias da Covid-19.

§ 2º Os recursos deverão ser depositados no programa de que trata o art. 1º, nos termos de regulamentação a ser editada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

§ 3º A execução dos projetos deverá ser realizada exclusivamente por Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT credenciadas junto ao MCTI, conforme regulamentação de que trata o § 2º do *caput* deste artigo."

Portanto, sai da esfera Ministério da Saúde e segue para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

"§ 4º A regulamentação editada pelo MCTI deverá estabelecer critérios

para a concessão, às empresas que transferiram recursos para a pesquisa, de um selo que caracteriza sua atuação cidadã na mitigação da Covid-19.

§ 5º O MCTI deverá divulgar a relação individualizada das pessoas jurídicas que aderirem ao Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 com os respectivos valores transferidos para o Programa."

É uma cláusula importantíssima, dando total transparência e possibilidade de acompanhamento do investimento do dinheiro público.

"§ 6º Para fins da execução dos projetos, a Coordenadora do Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 deverá submeter proposta de projeto em conjunto com ICT credenciada nos termos do § 3º deste artigo.

Art. 3º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto de renda devido, em cada período de apuração, o total das doações em espécie efetuadas ao Programa de que tratam os arts. 1º e 2º devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional.

§ 1º A dedução a que se refere o *caput* deste artigo:

I - não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do imposto devido;

II - deverá corresponder às doações em espécie efetuadas dentro do período de apuração trimestral ou anual do imposto; e

III - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor.

§ 2º Para fins do inciso I do § 1º deste artigo, quando a pessoa jurídica de que trata o *caput* for da área de saúde ou de medicamentos, o limite será" - um pouco maior - "de 50% (cinquenta por cento) do imposto devido."

Esse é um gatilho de estímulo a esse setor, que deve ter em cada país que participa um investimento maior em pesquisa.

"Art. 4º O impacto orçamentário decorrente desta Lei fica limitado a:

I - R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), no ano calendário de 2021" - tendo em vista que nós já estamos em junho de 2021.

"II - R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), no ano calendário de 2022.

§ 1º O Poder Executivo deverá divulgar oficialmente o momento em

que os recursos depositados no programa de que trata o art. 1º alcançarem o valor total referido nos incisos I e II do *caput*, deixando de produzir efeitos o art. 3º desta Lei.

Art. 5º Para fins de apuração da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, as receitas decorrentes da alienação de participações societárias ficam sujeitas à aplicação das seguintes alíquotas:

I - 5% (cinco por cento), para a Cofins;

II - 2% (dois por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep.

§ 1º O Poder Executivo deverá divulgar oficialmente o momento em que os recursos arrecadados com o aumento das alíquotas de que trata este artigo alcançarem o valor total referido no art. 4º, revogando-se o *caput*, I e II, deste artigo, e aplicando-se o art. 8º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e o art. 8º-B da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

§ 2º A diferença entre as alíquotas referenciadas nos incisos I e II do *caput* e os valores vigentes à data da publicação desta Lei corresponderá à medida compensatória relacionada ao benefício fiscal.

Art. 6º O Ministério da Economia e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações regulamentarão o disposto nesta Lei, de acordo com suas áreas de competência.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - em relação aos arts. 3º a 5º, no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

II - em relação aos demais artigos, no primeiro dia do mês seguinte da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 2021."

Sr. Presidente, eu queria mais uma vez parabenizar a iniciativa do Deputado Carlos Jordy, que entendeu ser importantíssimo - e assim o é para qualquer país que pensa em desenvolvimento, independentemente do tema - e urgente, neste momento, o combate à COVID-19, com investimentos em pesquisas e na ciência. E esse projeto traz à tona todo esse resgate.

Parabéns, Deputado Carlos Jordy! Foi uma honra poder relatar um projeto com essa magnitude.

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:28
Publ.: DCD - 16/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Diferença entre o número de óbitos da Covid-19 contabilizados pelo consórcio de veículos da imprensa, e pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS. Atuação do consórcio de veículos da imprensa contra o Governo Jair Bolsonaro. Congratulações ao Prefeito Sebastião Melo, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, pelo elevado índice de vacinação dos porto-alegrenses contra o coronavírus. Inauguração do Hospital Humaniza em Porto Alegre.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente, nobres colegas. É muito bom estar neste plenário.

Sou totalmente favorável ao PL 1.208, do meu colega Carlos Jordy, que cria o Programa Pró-Pesquisa COVID-19. Isso mostra o quanto os bolsonaristas, o quanto o Governo é a favor de combatermos sem demora a COVID.

Lembrem V.Exas. que, pelos especialistas, teríamos hoje 5 mil mortes por dia, quando ontem o CONASS constatou 827 mortes e o consórcio, 928 mortes. Aqui há um grande desrespeito às instituições do Governo! O CONASS é oficial. Só as Secretarias de Saúde dos Estados enviam os dados ao órgão. No consórcio de veículos de comunicação todos são contrários ao Governo. Vejam a diferença: o CONASS, que é uma entidade oficial, ontem registrou 827 mortes, e o consórcio, que é contra o Governo, 928 mortes. São 101 mortes a mais! Isso é um absurdo, é uma vergonha, é um despropósito, é um destempero na tentativa de atingir o Governo de Bolsonaro! Está aqui: CONASS e Secretarias de Estado são do Governo. Onde já se viu um consórcio de veículos de comunicação ter autenticidade em nome do Governo? Isso não existe. Aqui fica o meu protesto!

Quero também aproveitar para homenagear a minha cidade, Porto Alegre, que é a Capital do Brasil que mais vacina. Parabéns ao Prefeito Sebastião Melo, que eu ajudei a eleger para impedir que o comunismo chegasse a Porto Alegre, e também ao Secretário de Saúde, Mauro

Sparta. Como disse, é a capital que mais vacina no Brasil.

A empolgação e o cuidado com a saúde no Rio Grande do Sul é tanto que ontem, em plena pandemia, inauguramos o Hospital Humaniza, do grupo CCG Saúde. Serão 220 leitos e 1.500 empregos, e, na segunda onda, haverá mais 900 empregos. Mostro isso por quê? Os gaúchos têm sangue verde e amarelo nas veias e estão de fato preocupados com a saúde.

Fica, mais uma vez, o meu protesto contra esse consórcio de comunicação, que não tem validade alguma. Ele combate o órgão oficial do Governo, o CONASS, que ontem registrou 827 mortes, e o consórcio, 928 mortes - vergonhosamente, 101 mortes a mais. Isso para tentar macular a imagem do Governo Bolsonaro. Mas as motos estão na rua mostrando que o Governo é do povo e tem o apoio do povo.

Grato, nobre Presidente.

Documento 199/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:32
Publ.: DCD - 16/06/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-1, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Congratulações ao Prefeito Eduardo Braide, de São Luís, Estado do Maranhão, pela vacinação de adultos com menos de 30 anos de idade.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, colegas Deputados, colegas Deputadas, esse projeto, embora seja meritório e o propósito dele venha a calhar com o presente momento - e a Deputada Soraya Santos o tenha melhorado -, ainda deixa algumas dúvidas a serem esclarecidas, o que não consta do projeto.

Logicamente, aumentar o gasto com a ciência é importante no momento de hoje, assim como descobrir novas formas de combater a COVID-19 é viável e interessante, mas fica a dúvida de onde vai sair esse dinheiro. Aqui está dito que será da COFINS, e no final vai aumentar, sem dúvida, a tributação. Nós já temos uma carga tributária

elevadíssima. Nós deveríamos, sim, cortar alguma outra despesa e incluir novas despesas para que pudéssemos investir mais em ciência e tecnologia. Há recursos alocados no Orçamento que poderíamos muito bem cortar neste momento.

Em função disso, nós nos posicionamos contra, por não estar claro o aumento de despesa que haverá por parte da União, o que vai dificultar as políticas públicas em outras áreas, assim como, logicamente, vai impactar a vida do cidadão.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade e parabenizar o Prefeito de São Luís, primeira Capital do Brasil, que está vacinando pessoas com menos de 30 anos de idade. Hoje estão sendo vacinadas pessoas com 27 e 28 anos de idade. São Luís é uma cidade com 1,1 milhão de habitantes, sendo em torno de 700 mil maiores de 18 anos de idade. E o Prefeito já conseguiu aplicar mais de 500 mil doses de vacinas nessas quase 700 mil pessoas maiores de 18 anos que residem naquela cidade.

Portanto, a agilidade, a forma como o Prefeito se comporta e administra essa crise mostram a grande liderança e a grande inteligência que tem, além de também conseguir fazer com que sua equipe trabalhe motivada.

Por isso, quero parabenizar o Prefeito de São Luís, Eduardo Braide, por essa grande conquista.

Documento 200/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:36
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Quadro de desemprego e fome reinante no País. Gasto de dinheiro público pelo Presidente Jair Bolsonaro com passeata de motocicletas e propaganda de cloroquina. Discussão do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Realmente, nós estamos vivenciando um negacionismo profundo. Nega-se a realidade. Aí os fatos se impõem e os que estão no Governo, os áulicos, os sabujos dessa lógica, que estão ostentando a

faixa presidencial, dizem: "*Ora bolas, danem-se os fatos!*" Mas os fatos pontuam.

O Brasil chora neste momento: chora pela fome, chora pela diminuição da renda, chora pelo desemprego e chora pelas pessoas que se foram. E quem parte sempre é o amor de alguém. As pessoas deveriam ser respeitadas na sua dor e deveriam ter na Presidência da República alguém que não se preocupasse apenas em fazer mobilizações em campanhas eleitorais, o que custa caro. Estima-se em mais de 1 milhão de reais o custo da "motociata" que aconteceu em São Paulo - aliás, ela foi pífia em relação ao que eles estimavam de adesão. Gastou-se milhões com propaganda da cloroquina! Este País precisa abraçar o seu povo! Aqui eles se preocupam apenas com as eleições, apenas em desconstruir a verdade!

Por isso, ainda que tenhamos uma série de críticas, estamos aqui para defender os direitos da população. Essa proposição, há que se reconhecer, foi melhorada pela Deputada Soraya, porque estabeleceu o teto de 30% de dedução no Imposto de Renda para todas as empresas que venham a contribuir com a pesquisa. Agora é preciso ver como este Governo tem tratado a CAPES, o CNPq, as universidades que concentram as pesquisas. Há universidades que não terão recursos para findar o ano! E as nossas pesquisas estão, em grande medida, sendo estimuladas pelas próprias universidades.

A Deputada Soraya, ao estabelecer esse teto de 30% de dedução, melhora a proposição, e melhora ainda mais quando dá transparência, porque os recursos que vão para o fundo serão geridos pelo Ministério. E o Ministério terá a obrigatoriedade de discorrer, de publicizar, de dizer para onde foram esses recursos. A transparência é fundamental, particularmente em momento de orçamento clandestino e de Ministério da Saúde clandestino também.

Documento 201/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:40
Publ.: DCD - 16/06/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Consulta ao PT sobre a retirada de emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, acerca da criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, com relação às 13 emendas apresentadas, eu quero agradecer a retirada de cada uma delas neste momento. Por exemplo, a emenda do PCdoB, do Deputado Renildo Calheiros, estava relacionada ao Ministério da Saúde e perdeu a razão de existir.

Quero agradecer-lhe as palavras, Deputada Erika, em relação à análise desse projeto, porque, quando se limita a 30%, é justamente disso que trata o Destaque nº 13, o mesmo destaque que limitava esse valor. Ao mesmo tempo, no relatório, nós tivemos o cuidado de garantir um processo de transparência, a prestação de contas.

Neste momento, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação. Tendo em vista ter sido atendido plenamente no próprio relatório o limite de 30%, gostaria de indagar ao PT se retiraria a última emenda apresentada.

Sr. Presidente, todas as emendas foram retiradas, porque, no plenário, foram abraçadas e agasalhadas no relatório. A única emenda que restou foi a do Destaque nº 13, que também já foi acolhido no relatório, quando se limitou em 30% a aplicação desse recurso. Inclusive, isso foi motivo de fala da Deputada Erika Kokay, quando nós tratamos da transparência dos entes que vão gozar desse benefício e do limite de 30%.

Então, vale aqui a pergunta no sentido de fazer cair a última emenda, já que no relatório ela foi contemplada.

Documento 202/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/06/2021-
	CD	16:40
Publ.: DCD - 16/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Elogio à Deputada Soraya Santos pelo parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Manutenção pelo PT de emenda apresentada à proposição.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Gostaria de dar uma explicação, Sr. Presidente.



Deputada Soraya, nobre Relatora, assim como a Deputada Erika já colocou, também queremos parabenizá-la pelo relatório. Foram feitas várias alterações, e a compreensão é exatamente a de que pode haver a pesquisa. Nós concordamos com tudo isso. Qual é a nossa diferença e o que, nesse sentido, não está incorporado? Inclusive, se caso V.Exa. puder incorporar a nossa emenda dessa forma, eu solicito que o faça, porque, nesse caso, nós a retiramos.

O que acontece hoje? Vou dar um exemplo, para ser didático. Se eu faço uma contribuição de mil reais para o programa e tenho dedução do Imposto de Renda de até 30% desse valor que incorpora os mil reais, eu tenho toda a minha contribuição abatida do Imposto de Renda. Toda a minha contribuição é abatida do Imposto de Renda se está no limite dos 30% do Imposto de Renda.

A nossa emenda é diferente. E dou só um exemplo: se eu faço uma contribuição de mil reais, 30% desses mil reais eu abato do Imposto de Renda e os outros 700 reais eu faço como contribuição, porque esse projeto visa que seja contribuição das empresas para o processo. Se eu abato 100% do imposto de Renda, mesmo que os meus 100% estejam no limite dos 30%, eu não tenho nenhuma contribuição direta. Quem está fazendo a contribuição é o Estado brasileiro, porque foi do abatimento do Imposto de Renda.

Então, essa é a diferença que nós compreendemos como fundamental.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Deputado Bohn Gass, eu entendo a preocupação de V.Exa., e conversamos semana passada.

Esse era um programa que tinha muita resistência, tendo em vista o abatimento, os investimentos. Então, foi nisso que nós conseguimos consenso, para que pudéssemos dar uma demonstração de estímulo à pesquisa, à ciência, um tema que nos é tão caro. Por isso, eu não tenho como acolher essa sugestão. Mas tive o cuidado, Deputado Bohn Gass, quando vi a preocupação de V.Exa. de limitar em 30% essa contribuição, em fazer inclusive um gatilho em separado no que tange às empresas farmacêuticas.

Entendo que, mesmo quando passar a pandemia, no futuro, nós poderemos discutir esse estímulo de incentivo à pesquisa. Volto a dizer, esse limite de 30% foi justamente inspirado nas duas emendas que V.Exa. apresentou. O relatório apresentado foi o limite a que nós chegamos para haver consenso entre todos os partidos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Nós compreendemos. Nós vamos votar a favor do projeto. Mas nós precisamos manter o destaque.

Deputada Soraya, parabenizamos V.Exa. pelo relatório, pela

compreensão e pela incorporação. Mas para nós esse ponto é fundamental, senão o empresário vai dizer que contribuiu para o programa de ciência e tecnologia, que todos nós defendemos, mas vai abater 100% de Imposto de Renda. Então, é o Estado brasileiro que está pagando, e não o empresário. Achamos que 30% podem ser abatidos do Imposto de Renda, mas 70% deve ser a contribuição dele.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Eu entendo. Fica o destaque. Eu rejeito neste momento a emenda apresentada, mas parabênizo-o por toda a construção que sempre tivemos na Casa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu digo o mesmo. Parabéns!

Documento 203/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 16/06/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Deputada Soraya Santos pelo parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Pedido aos Parlamentares de aprovação da propositura.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero meramente agradecer à Deputada Soraya Santos a parceria nesse belíssimo relatório. Não poderíamos ter colocado uma pessoa melhor para elaborar esse parecer, fazendo um substitutivo que acatou diversas sugestões do Ministério da Ciência e Tecnologia e da comunidade científica. E todos estão empolgadíssimos com a aprovação desse projeto, que vai fazer com que haja recursos da iniciativa privada e estímulo à ciência e tecnologia. Assim, poderemos desenvolver medicamentos e a vacina nacional, que é o que todos nós queremos.

Sabemos que não tomaremos somente uma vez a vacina. Essa vacina será aplicada anualmente. E agora o Brasil pode se estabelecer em patamar diferenciado com esse projeto. Por isso, agradeço mais uma vez à Relatora e a compreensão de todos aqui, até mesmo da Oposição, para que possamos aprovar esse importante projeto.

Muito obrigado.

O PSL orienta...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 204/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 16/06/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Relevância do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 durante a perduração da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19. Associação às manifestações elogiosas à Relatora Soraya Santos.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que tenho observado que começa a ganhar relevo em âmbito internacional, na academia, uma espécie de preponderância da ciência como diretriz e norte da humanidade para o futuro. E esta matéria, muito bem relatada pela dedicada Deputada Soraya Santos, certamente há de contribuir para que o Brasil também adote essa perspectiva de fortalecer seus potenciais científicos, que são indispensáveis. O Brasil tem muita vocação e tem muito o que fazer pela frente.

Queria também me associar a outros colegas do Rio de Janeiro quanto à satisfação de termos à frente desta matéria a Deputada Soraya, que se houve com muita categoria mais uma vez.

Muito obrigado.

Documento 205/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/06/2021-16:56
Publ.: DCD 16/06/2021 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 13, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Investigação, pela CPI da Covid, da conduta do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Anúncio da realização de manifestações no País contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, quero parabenizar a Relatora, a Deputada Soraya Santos, pelo trabalho que fez. Ela incorporou vários elementos que foram constitutivos do debate.

Como eu já disse, mantivemos a emenda, o destaque desta emenda, porque, no orçamento do Governo Federal, do Governo Bolsonaro, pouco é destinado a pesquisa. Na verdade, estamos fazendo aportes através deste projeto, estabelecendo deduções do Imposto de Renda para que haja contribuições voltadas ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa no País. Quando da votação do Orçamento, nós votamos contra exatamente porque estavam faltando, no orçamento do Governo Bolsonaro, recursos para a ciência e tecnologia.

Deputada Soraya, precisamos buscar outros recursos porque o Governo se omite.

O Governo se omite e não aloca recursos principalmente para a área de ciência e para a resolução de problemas relacionados à COVID. É muito alto o número de mortes. Há negacionismo.

Deputada Erika, faltam vacinas. A CPI está apurando isso no Senado e a responsabilidade do Governo Bolsonaro por essas mortes neste País. No próximo final de semana, infelizmente, o número de mortes vai chegar a meio milhão.

Haverá mobilizações também no próximo sábado sobre isso. Vacina no braço, comida no prato, renda e emprego para o nosso povo, "fora, Bolsonaro" e recursos para a ciência e tecnologia!

Quanto ao nosso destaque, é preciso compreender que se estabelece o limite de 30%. Se a empresa que for fazer a destinação não tiver um limite para abater o seu Imposto de Renda, se tudo for passível de dedução do Imposto de Renda, ela não vai tirar dinheiro da sua conta para contribuir. Na verdade, quem vai fazer a contribuição vai ser o Estado brasileiro. No caso de uma contribuição de mil reais, por exemplo, serão abatidos 300 reais. Desses mil reais, 300 reais serão

abatidos do Imposto de Renda, e há os 700 reais. Vai fazer a sua contribuição. É isto que está sendo dito, que o empresário vai fazer a contribuição. Se for possível deduzir 100%, não haverá a contribuição direta dele, vai haver a do orçamento deduzível do Imposto de Renda.

Então, é muito justo que este destaque seja aprovado.

Documento 206/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	17:08
Publ.: DCD - 16/06/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Presidência pela indicação da Parlamentar para Relatora do Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Pesquisa-Covid-19 durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Agradecimento aos Líderes partidários e aos membros da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, pelo apoio à oradora na elaboração do parecer apresentado à proposição.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas agradecer a V.Exa. por ter me indicado como Relatora desta matéria tão importante, tão significativa.

Quando vejo um Deputado tão jovem como o Deputado Carlos Jordy pensar em ciência, pesquisa, educação, percebo que esse é um sinal de que o Brasil está no caminho certo.

Agradeço a todos os Líderes de partido todo o apoio. Mais uma vez, quanto a este projeto, agradeço profundamente à Comissão Externa de Enfrentamento da COVID, presidida pelo Deputado Luizinho, que, ao longo desta pandemia, não deixou de envidar esforços, Deputado Renildo, para trazer as matérias tão necessárias ao avanço do combate à COVID-19.

Este é apenas mais um projeto, mais uma ferramenta que simboliza o corpo desta Casa, que, no que toca a esta matéria, agiu sempre suprapartidariamente, em socorro ao cidadão brasileiro.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 207/557

64.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021-
CD 18:08

Publ.: DCD - 16/06/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Perda de olfato, depressão, fadiga e ansiedade como sintomas do paciente com Covid-19. Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.030, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 450.000.000,00.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero falar um pouco sobre a fadiga pandêmica.

A fadiga pandêmica é o grande problema que nós estamos enfrentando no nosso País, neste momento, em função do coronavírus. O coronavírus tem sintomas neurológicos e psiquiátricos, e esses sintomas da COVID-19 não são exceção, são a regra. A perda de olfato, a depressão, a fadiga, a ansiedade são comuns o paciente com COVID-19, tanto em casos graves como em casos leves, de acordo com uma análise de mais de 200 estudos. Foi o que revelou uma metanálise de 215 estudos sobre COVID-19 feita em 30 países, que incluiu um total de 105.630...

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. PSDB - CE) - Sr. Deputado, o tempo se encerrou. Como vota o PL?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Pedi o espaço de Líder do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. PSDB - CE) - Não, eu estou falando da votação. O espaço de Liderança será dado depois. Como vota o PL?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Se eu vou falar depois, no espaço de Líder, digo que o PL encaminha o voto "sim".

Documento 208/557

64.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021-
CD 18:16

Publ.: DCD - 16/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.030, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 450.000.000,00. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição, como disse a Deputada Jandira Feghali, em nome da Minoria, encaminha o voto "sim", evidentemente, porque é meritório se ampliarem recursos para a proteção de comunidades, de cidades que enfrentam situações de eventos climáticos adversos. Contudo, eu quero aproveitar esta oportunidade para pedir desta tribuna, Sr. Presidente, que nós tenhamos neste Plenário o debate sobre o auxílio emergencial, porque esse auxílio emergencial de 150 reais ou de 200 reais não é adequado para se enfrentar o impacto que a pandemia gera na economia. É preciso debater com clareza - e, sim, com responsabilidade fiscal - a necessidade de se ampliar o auxílio emergencial para valores em torno de 600 reais, Sr. Presidente.

Documento 209/557

64.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021 -
CD 18:32

Publ.: DCD - 16/06/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Ameaças do Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados ao Estado Democrático de Direito. Riscos impostos à Polícia Militar pelo estímulo do Presidente da República à violência. Retirada de direitos da corporação pela reforma administrativa. Alerta aos policiais militares sobre as consequências de repressão contra participantes em manifestações de protesto ao Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado

Democrático de Direito, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro, corre risco, está sob ameaça. E a principal ameaça vem exatamente do Presidente da República e vários dos seus aliados.

Aqueles que estão dispostos a uma aventura antidemocrática, liderada pelo Presidente Jair Bolsonaro, citam os policiais militares ou as Polícias Militares. No último episódio, acontecido em Pernambuco, quando da manifestação da Oposição, a ação repressiva de alguns policiais militares reforçou o entendimento desse apoio.

Mas de onde vem esse vínculo? O Presidente Jair Bolsonaro, há muito tempo, estimula ações policiais violentas, mas ele próprio não sofre nenhuma consequência. As ações que ele estimula submetem os policiais militares a riscos. Aí, não é ele que mata ou morre, não é ele que deixa viúvas e órfãos, não é ele que fere ou fica ferido.

Quem visitar o Centro de Fisiatria da Polícia Militar no Rio de Janeiro, vai encontrar lá paraplégicos, tetraplégicos, amputados, tudo em decorrência de ação policial, em ato de serviço.

E mais, não é o Presidente Jair Bolsonaro que sofre processos disciplinares e é excluído da corporação. Não é ele que senta no banco dos réus. Ele não sofre nenhuma consequência daquilo que ele estimula.

Mas existe algo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito mais relevante, se é que pode existir. Os policiais militares do Brasil inteiro conquistaram direitos a partir do período democrático, a partir da Assembleia Nacional Constituinte. Conquistaram vários direitos e lutaram para ampliá-los. E, agora, exatamente no Governo, eles vêm perdendo direitos, com as reformas que vêm sendo feitas. E ainda há a ameaça de perdas maiores com a chamada reforma administrativa, que vai alcançar servidores civis e militares. Aí incluo militares de pouca graduação nas Forças Armadas, pensionistas, mas também policiais militares e bombeiros.

A indagação que faço é: o que é que pode vincular os policiais militares ou as Polícias Militares ao projeto golpista de Jair Bolsonaro? Um projeto golpista que prejudica não só policiais militares, mas também toda a população.

O povo brasileiro quer alternância no poder. O povo brasileiro quer viver um Estado Democrático de Direito. A comprovação, em plena pandemia, é que Jair Bolsonaro sequer respeita a vida. Ele não respeita a vida das pessoas. Ele não apostou na vacinação em massa, porque não tem compromisso com a vida.

Então, Sr. Presidente, a Oposição, no próximo sábado, vai também se

manifestar.

Venho a esta tribuna para advertir, para mandar uma voz de reflexão exatamente para os policiais militares, que são vítimas do Governo Bolsonaro, mas são apresentados como apoiadores de Bolsonaro. Os policiais militares têm que ter um compromisso com a defesa da democracia, uma política de emprego que não vitime tantas pessoas nem tantos policiais militares.

Acredito que a reflexão vai prevalecer. E os policiais militares, nas manifestações da Oposição, rejeitando o Governo Bolsonaro, vão dar segurança, porque vão começar a compreender que, em qualquer ação de repressão, a consequência vai recair sobre eles próprios, como está recaindo lá em Pernambuco sobre os policiais militares que reprimiram, de forma indevida, aquela manifestação.

Sr. Presidente, é preciso dizer que as manobras golpistas difundidas pelo Presidente Jair Bolsonaro não prosperarão e, com certeza absoluta -- é a minha expectativa --, não contarão com outras vítimas e não contarão também com o apoio dos policiais militares.

Fica esta advertência para reflexão: salve o Estado Democrático de Direito! É uma reflexão aos policiais militares.

Muito obrigado.

Documento 210/557

64.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021-
CD 18:48

Publ.: DCD - 16/06/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Perda de olfato, depressão, fadiga e ansiedade como sintomas comuns do paciente com Covid-19. Importância das práticas integrativas e complementares em saúde, para o tratamento da fadiga pandêmica e pós-pandêmica. Conveniência de adoção, pelos Secretários Municipais de Saúde, do disposto no boletim informativo elaborado pelo orador a respeito do tema.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu vizinho e querido Deputado General Peternelli, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sempre digo que política é uma arte, a arte de cuidar de gente, a arte de amar o povo. E foi em nome disso que eu me especializei em terapias. Sou terapeuta holístico



com muito orgulho.

Nós estamos vivendo a chamada fadiga pandêmica. O que é a fadiga pandêmica? Na realidade, nós terapeutas alertamos desde o início da pandemia para o fato de que o medo, a raiva e a tristeza geram doenças. E nós já estamos vivendo essas doenças, além da própria pandemia, é claro.

Nós verificamos que a COVID-19 tem sintomas neurológicos e psiquiátricos que são, na verdade, regra, e não exceção. Perda de olfato, depressão, fadiga e ansiedade são comuns em indivíduos com COVID-19, tanto em casos graves como em casos leves, de acordo com uma metanálise de 215 estudos sobre COVID feitos em 30 países, estudos que incluem um total de 105.638 pessoas que sentiram sintomas graves da doença.

"Na verdade, foi algo que nos surpreendeu. Esperávamos que esses sintomas aparecessem nos casos mais graves, mas não foi o que encontramos. Até vimos o oposto no caso de alguns desses sintomas", explica à BBC News Mundo, o serviço de notícias em espanhol da BBC, Jonathan Rogers, pesquisador da University College London, do Reino Unido, e autor da pesquisa. Ele diz ainda: "Parece que afetar a saúde mental e o cérebro é uma regra da COVID-19, e não uma exceção."

Os sintomas neurológicos e psiquiátricos mais comuns encontrados foram perda do olfato, 43%; fraqueza, 40%; fadiga, 38%; perda do paladar, 37%; dor muscular, 25%; depressão, 23%; dor de cabeça, 21%; e ansiedade, 16%.

Hoje o que mais circula nas redes do mundo é essa constatação da fadiga pandêmica. O que nós podemos fazer quanto a isso? Eu, que gosto de saúde, defendo a saúde, e não a doença. Mas o sistema que o Brasil adotou é baseado na doença, na indústria farmacêutica, na indústria da morte, na indústria do remédio. Infelizmente, as universidades de medicina formam a grande maioria dos nossos médicos para atender sintomas. E eles fazem muito bem isso, por sinal. Mas eles não aprendem a trabalhar a saúde. Então, o Ministério da Saúde não deveria ser chamado de Ministério da Saúde, deveria ser chamado de "Ministério da Doença". O meu sonho é que um dia o Brasil tenha o "Ministério da Saúde e da Doença" e o "Ministério da Saúde e da Felicidade", como há na Índia, onde tive a oportunidade de ver como eles tratam a saúde. Eles têm um trabalho muito forte de espiritualidade, um trabalho muito forte no sentido de orientação para a alimentação, um trabalho muito forte de orientação das pessoas para dormirem melhor e diminuïrem o estresse, com tratamento também pela oração, pela reza.



Que possamos todos os dias elogiar as pessoas, e não ficar só criticando, como, infelizmente, no meio político acontece. E, quando elogiam, esse elogio, às vezes, é falso.

Por isso é que eu defendo as práticas integrativas e complementares em saúde e criei um pequeno boletim informativo para as pessoas e para que os secretários de saúde criem nos Municípios um trabalho para atender pessoas com fadiga pandêmica e pós-pandêmica. Que os secretários de saúde coloquem nos seus programas as práticas integrativas e complementares em saúde, de preferência as 29 práticas que aqui estão. Elas começam com a apiterapia e seguem com a arteterapia, a aromaterapia, a medicina ayurveda - a melhor medicina no planeta -, a biodança, a bioenergética, a constelação familiar - imaginem o trabalho que a constelação familiar pode fazer para as pessoas, neste momento -, a cromoterapia, a dança circular, a geoterapia, a hipnoterapia, a homeopatia, a imposição de mãos, a medicina antroposófica, a medicina tradicional chinesa, a auriculoterapia, a meditação - imaginem incluir a meditação nas escolas para os alunos, neste momento, voltarem para as aulas com meditação -, a musicoterapia - a música muda a natureza das pessoas -, a naturopatia, a osteopatia, a ozonioterapia, as plantas medicinais - a medicina de Deus, que fez o mundo perfeito e colocou nele todos os remédios para nós, mas nós tivemos que inventar os remédios químicos. Que bom que os inventamos! Mas precisamos caminhar mais, a passos largos, a favor da fitoterapia. Aqui ainda há a quiropraxia, a reflexoterapia, o reiki - eu sou especialista em reiki -, a shantala, a terapia comunitária integrativa, as terapias florais e o termalismo social, a crenoterapia.

Nasce com isso um novo olhar para a saúde, para que possamos sair da fadiga pandêmica. Dizem que existem 55 sequelas possíveis para as pessoas que passaram pela COVID. É por isso que eu sempre defendi remédio e vacina, vacina e remédio, remédio e vacina, porque eu não quero que os meus amigos sejam intubados ou que cheguem ao respirador. Eu imagino que as pessoas não devam tomar dipirona ou paracetamol. Elas devem tomar os mais de 15 remédios que, hoje, os médicos que defendem a vida utilizam para o tratamento imediato da COVID-19.

São importantes o remédio e a vacina, a vacina e o remédio - são a salvação da população -, assim como as práticas integrativas e complementares...

(Desligamento automático do microfone.)

64.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021 -
CD 19:00

Publ.: DCD - 16/06/2021 - HEITOR SCHUCH-PSB -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial do Doador de Sangue. Alerta à sociedade brasileira sobre a importância da doação de sangue. Apelo aos Parlamentares de aprovação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 2.177, de 2021, referente à alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão de doadores regulares de sangue em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, em primeiríssimo lugar, eu quero manifestar aqui o meu agradecimento ao nosso Líder do Partido Socialista Brasileiro, o Deputado Danilo Cabral, que nos concede este espaço tão importante para esta manifestação.

Em segundo lugar, digo que venho a esta tribuna para registrar o protocolo de um projeto de lei de nossa iniciativa que altera a Lei nº 14.124, de 10 de março deste ano, para determinar a inclusão dos doadores regulares de sangue no grupo prioritário para a vacinação contra a COVID.

Falar em doador de sangue é falar de uma coisa boa, de uma coisa importante, que dialoga com a vida. Portanto, eu quero aqui fazer também uma manifestação acerca do Dia Mundial do Doador de Sangue, que foi ontem, que comemoramos todo ano e que me parece que precisamos comemorar e celebrar mais, pela sua importância para o sistema de saúde, para a vida dos nossos irmãos que porventura precisem de sangue.

O objetivo desta nossa homenagem a todos os doadores e doadoras de sangue é conscientizar também os não doadores sobre a importância desse ato, que é responsável pela salvação de milhares e milhares de vidas.

Os benefícios da doação de sangue são múltiplos. Além de levar aquele sentimento de satisfação ao doador, esse ato reduz a chance de o doador ter doenças do coração e previne, inclusive, alguns tipos de câncer, como manifestam os cientistas. Uma única bolsa de sangue

é capaz, é suficiente para salvar quatro vidas ao mesmo instante.

É lógico que, com a pandemia, as coisas estão diferentes. O próprio Ministério da Saúde informa que o número de doadores diminuiu praticamente 20%. As doações obviamente diminuíram, uma vez que as pessoas têm evitado sair de casa, por medo da contaminação. No entanto, o consumo diário e contínuo de sangue e derivados por pacientes com anemias crônicas ou transplantados, por exemplo, continua existindo regularmente.

Por isso, recentemente, foi preciso fazer o remanejamento das bolsas de sangue dos bancos para aqueles lugares em que havia uma demanda maior.

Portanto, eu queria pedir aqui, meus colegas Parlamentares, apoio a este nosso projeto, para que, de forma urgente, possamos avançar no sentido de que também os doadores regulares de sangue possam ser priorizados na lista daqueles que vão ser vacinados contra a COVID. Temos aí o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, e nada é mais justo do que incluir essas pessoas.

A doação de sangue é essencial para que os serviços de saúde funcionem, e funcionem bem. Sem esse ato de altruísmo, vidas certamente serão perdidas. Bastam as que já perdemos para a COVID. Vacinar os profissionais da saúde foi a medida mais acertada que se fez, até porque eles lidam com pessoas no seu cotidiano.

Eu acho que agora nós estamos convictos de que também é preciso vacinar aqueles que garantem a disponibilidade do sangue, que é insubstituível e imprescindível para salvar as vidas dos nossos irmãos e irmãs por este País afora que precisam dessas gotas tão importantes. Por isso, consideramos que é preciso modificar o plano para que os doadores regulares possam ter mais segurança para ir aos hemocentros. Assim sendo, como eu disse, sublinho e ratifico, apresentamos esse projeto de lei. Gostaríamos muito de pedir urgência na tramitação dele.

Vivam os doadores e doadoras de sangue, que, com o seu gesto singelo, sublime e fraterno, anonimamente salvam vidas de milhares e milhares de pessoas neste País.

Este é o nosso registro, em nome do Partido Socialista Brasileiro, para que o Projeto de Lei nº 2.177, deste ano, possa entrar em regime de urgência na Casa, de modo que os doadores e as doadoras possam receber as doses contra a COVID e ir com mais coragem aos hemocentros para fazer sua doação de sangue.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 212/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 16/06/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Tragédia social reinante no Estado do Amazonas, em decorrência da epidemia de coronavírus, das ações do crime organizado e das enchentes. Agradecimento ao Presidente Arthur Lira e ao Relator Evair Vieira de Melo pela votação e aprovação da Medida Provisória nº 1.030, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 450.000.000,00, para reforço orçamentário das ações de proteção e defesa civil. Agradecimento ao Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, pelas ações adotadas em prol das municipalidades amazonenses atingidas pelas enchentes.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o meu amado Estado do Amazonas vive uma tripla tragédia: a tragédia da avalanche das duas ondas da pandemia no Estado; agora, no fim de semana passado, a tragédia do crime organizado, que tenta aterrorizar a cidade; e a tragédia decorrente de um fenômeno natural, que é a cheia do rio.

O rio teve a maior cheia dos últimos anos, aliás, dos últimos anos, não: a maior cheia da história.

Eu quero usar este minuto para agradecer ao Presidente Arthur Lira, que pautou a MP, e ao Deputado Evair de Melo, o Relator, pela aprovação da MP 1.030/2021, que garante recursos para a Defesa Civil, que tem sido fundamental para o enfrentamento deste período de cheia em nosso Estado do Amazonas.

Concluo, Sr. Presidente - peço mais 30 segundos -, apenas registrando o papel do Ministro Rogério Marinho, que tem sido absolutamente solícito, atencioso e célere com os Municípios do interior do Estado do Amazonas que passam por essa tragédia social. Quando a cidade é tomada pela água, a economia para, a escola para e a possibilidade de as pessoas plantarem e colherem para. Então, eu quero agradecer ao Ministro Rogério Marinho.

E tenho certeza de que a aprovação da MP vai significar um alento

para o meu querido povo do Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 213/557

64.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/06/2021-19:08	
Publ.: DCD 16/06/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.061, de 2020, com vista à extensão, às organizações sociais de saúde, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida na Lei nº 13.992, de 2020. Crise do sistema nacional de saúde pública. Subfinanciamento do Sistema Único de Saúde - SUS. Corte de recursos do setor pelo Governo Jair Bolsonaro. Ocupação pelo Brasil do 63º lugar no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo baixo índice de vacinação contra o coronavírus no País.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu registro o meu voto favorável. É evidente que deve ser feita essa readaptação dos objetivos e compromissos que têm as organizações sociais.

Aproveito este tempo para registrar que o País vive uma profunda crise no seu sistema público de saúde. O SUS está absolutamente subfinanciado. Qualquer pessoa que ande em qualquer cidade ou região do Brasil sabe que o Sistema Único de Saúde precisa de uma injeção de recursos extraordinários que aumentem o orçamento da saúde.

O País está enfrentando uma pandemia devastadora. Milhões de pessoas precisam de vacinas. Milhares de pessoas, provavelmente, precisaram, ao longo das últimas semanas e meses, de internações de alto custo para o SUS. E o que faz o Governo Bolsonaro? Corta orçamento da área de saúde pública.

Então, eu deixo registrado na tribuna o meu voto favorável a essa

urgência, mas com a clara reivindicação de que o Brasil amplie o orçamento de saúde pública para suportar o impacto que a pandemia está causando no SUS. Faltam recursos nos hospitais. Faltam recursos para garantir o funcionamento adequado do sistema.

Por fim, Presidente, quando se fala de saúde, sempre é preciso lembrar que o Brasil é, infelizmente, um dos países mais atrasados no processo de vacinação. No *ranking* que considera o volume de vacinas por cada 100 mil habitantes, o percentual da população vacinada, que é o que importa, o Brasil está em 63º lugar.

O Brasil, que tem o objetivo, a necessidade e a obrigação de garantir 322 milhões de doses de vacinas para os 161 milhões de brasileiros que têm mais de 18 anos, aplicou apenas em torno de 78 milhões de doses até o momento. Custam muito ao Brasil a incompetência, a inoperância e a irresponsabilidade do Governo Bolsonaro.

Documento 214/557

64.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/06/2021- CD	19:16
Publ.: DCD - 16/06/2021 - PAULO MAGALHÃES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Tradição do Estado da Bahia de eleição de relevantes e renomados Senadores da República. Capacidade de trabalho, seriedade e espírito público do Senador Otto Alencar.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Bahia tem a tradição de mandar para o Senado da República grandes homens, grandes expressões políticas. Foi assim no passado, com as figuras do grande Antonio Carlos Magalhães, do Luiz Vianna, do Josaphat Marinho, Senadores de escol que o Brasil aplaudiu e que até hoje estão na memória do povo brasileiro, principalmente do povo baiano.

Agora, temos nós a felicidade de trazer para o Congresso Nacional figuras da estirpe do Senador Jaques Wagner, ex-Governador da Bahia, que faz um grande trabalho no Senado. Mas ainda para nós...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) - ...a figura do Presidente do meu partido, o Senador Otto Alencar, que entrou na história da política brasileira pelas posições firmes, pela coerência, pela proficiência e pelo conhecimento de causa.

Médico de profissão, professor da Universidade Federal da Bahia, o Senador Otto foi tudo na política: Deputado Estadual, Presidente da Assembleia, Vice-Governador, Governador, Secretário. O Senador Otto Alencar passou por todos os cargos dando-lhes lustro com a sua capacidade de trabalho, com a sua seriedade, com o seu espírito público.

É por isso, Sr. Presidente, que ele não precisa de desagravo, não. Desagravo de quê?

O Senador Otto é um símbolo de trabalho, é uma figura exponencial da política da Bahia e, hoje, do Brasil.

Está aí a CPI, e o Senador Otto destaca-se. Destaca-se pelo conhecimento; destaca-se pela coragem; destaca-se pela bravura, mas, principalmente, pelo amor à coisa pública. Ele defende com valentia e coragem os postulados da seriedade da medicina. E é nesta linha que aqui venho, para dizer ao Brasil que esse médico qualificado, símbolo de trabalho dos baianos, está brilhando no Congresso Nacional.

Está de parabéns o nosso Líder Otto, que é Presidente do meu partido, o PSD, e, principalmente, Senador que está no coração do povo da Bahia.

Parabéns aos baianos pela escolha do Senador Otto Alencar, um Senador para todo o País!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 215/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 16/06/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descontrole da epidemia de coronavírus na macrorregião de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Saturação dos leitos de UTIs na rede hospitalar da municipalidade. Omissão do Governo Estadual na realização de testes da



Covid-19 e na aquisição de respiradores mecânicos para atendimento aos contaminados pela doença viral em Ribeirão Preto. Protesto contra a aprovação, pela Câmara de Vereadores, de projeto de lei encaminhado pelo Prefeito Municipal sobre a doação de 17 milhões de reais às empresas do transporte coletivo urbano. Encaminhamento, ao Ministério Público, de ação contra a iniciativa do gestor municipal de Ribeirão Preto. Desvio, por Prefeituras Municipais, de recursos destinados ao combate à Covid-19.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu venho a esta tribuna manifestar extrema preocupação com situação totalmente descontrolada da pandemia na macrorregião de Ribeirão Preto.

Sr. Presidente, eu tenho recebido, todos os dias, dezenas e dezenas de pedidos da região inteira de Ribeirão Preto. Pessoas estão chorando, clamando por uma vaga em UTI. As pessoas estão morrendo à míngua em Ribeirão Preto, que deveria liderar, em nossa macrorregião do Estado de São Paulo, que é uma das mais ricas e importantes do País, um processo que não fez. Ribeirão Preto recebeu mais de 168 milhões de reais em repasses do Governo Federal, em sua maior parte, e também do Governo Estadual. Com essa quantia, não comprou nenhum teste, não fez nenhuma licitação para testagem em massa da população. Com essa quantia, não adquiriu nenhum respirador. Ficou só esperando o que era repassado pelo Ministério da Saúde ou pela Secretaria de Estado da Saúde. É impensável imaginar que a cidade esteja passando por isso! É lamentável!

Trago ao conhecimento do Brasil, Sr. Presidente, o que está acontecendo em Ribeirão Preto. O Prefeito do Município mandou um projeto para a Câmara Municipal, que infelizmente o aprovou, doando 17 milhões de reais para empresas de ônibus. Elas reduziram a frota na pandemia! Os ônibus circularam lotados! Elas não pararam. O comerciante parou. O comerciante quebrou em Ribeirão Preto. As empresas de ônibus não pararam.

Que vergonha para o Brasil o que está acontecendo em Ribeirão Preto, Sr. Presidente! Que vergonha! Que vergonha! Pessoas estão morrendo!

Eu ingressei no Ministério Público - hoje recebi a confirmação do Promotor de Justiça Dr. Sebastião Sérgio da Silveira, que tem feito um trabalho muito sério em Ribeirão Preto - com um pedido de abertura de inquérito para investigar as empresas de ônibus e a Prefeitura pela representação deste Parlamentar. Nós não podemos aceitar esse descaso. Os empresários, os comerciantes, os microempreendedores individuais não estão recebendo nada, zero. Muitos deles estão quebrando, ao contrário das empresas de ônibus, que mais

disseminaram o vírus, que mataram pessoas em Ribeirão. Eu não quero chamá-las de assassinas, mas foi o que aconteceu, lamentavelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP) - Este Parlamento Federal tem que ficar de olho em tudo o que está acontecendo neste Brasil, porque muitas Prefeituras desviaram recursos que tinham a finalidade de combater a pandemia. Em Ribeirão Preto, foram desviados mais de 28 milhões de reais da pandemia para pagar o Instituto de Previdência. E centenas de pessoas estão morrendo, à míngua, sem vagas.

Esperamos que a Promotoria de Justiça apure e investigue isso com rigor.

Eu peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 216/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 16/06/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus, segundo levantamentos da CPI da Covid. Representação pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de papel de fantoche à frente da pasta. Baixa vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, em face do desinteresse do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de imunizantes.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a CPI da Pandemia, no Senado da República, vem demonstrando o tamanho da irresponsabilidade do Governo Federal no combate ao coronavírus.

Nós tivemos 1 mês e meio sem a presença do vírus em nosso País, tempo suficiente para nos prepararmos com antecedência, planejarmos a estratégia de combate ao coronavírus. O Governo Federal deixou deliberadamente a ciência de lado, preferiu não se utilizar da estrutura

do SUS, da sua capilaridade, da sua experiência, do seu quadro de pessoal qualificado e experiente. O Brasil, que sempre foi reconhecido pelo excelente desempenho nas campanhas de vacinação, hoje passa vergonha, assiste, sem vacinas, à morte desnecessária do seu povo.

A omissão e a incompetência passaram a acompanhar o Ministério da Saúde desde a saída dos dois primeiros Ministros, médicos de formação. Descobriu-se um esquema paralelo de comando, deixando claro que o Pazuello não passou de um fantoche à frente do Ministério.

O Brasil de hoje tem 5 meses de campanha de vacinação e não tem vacinas devido à falta de interesse do atual Presidente na compra de imunizantes. O Brasil de hoje chora por meio milhão de mortes, que, em sua maioria, poderiam ter sido evitadas se tivéssemos, em tempo, tomado a decisão correta e responsável de comprar antecipadamente as vacinas que nos foram oferecidas.

Este, sim, é um cenário de um Governo genocida, que preferiu assistir à morte do seu povo, debochando em meio a essa tragédia que se abate sobre nós. Desconsiderou a presença do atual Ministro da Saúde, que, mesmo sendo um médico respeitado, se sujeita a se manter num Governo negacionista, que não aceita e não reconhece a ciência.

Fora, Bolsonaro!

Documento 217/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença de caravana de indígenas no Distrito Federal, contrários à aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a revisão da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio, para alteração do processo de demarcação de terras indígenas. Propósito do Governo Federal de facilitação do acesso a agrotóxicos no País. Queda da renda média do trabalhador brasileiro. Existência no Brasil de 100 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Reflexo da elevação dos índices inflacionários sobre a renda dos trabalhadores. Insuflação ao povo brasileiro, pelo Presidente Jair Bolsonaro, para não utilização de máscaras de proteção do coronavírus. Protesto contra a tentativa de retirada de direitos dos povos indígenas, e de privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Prática de corrupção pelo clã Bolsonaro. Abertura de processo criminal contra o Ministro do Meio

Ambiente, Ricardo Salles. Protesto contra a retirada, do acervo da Fundação Cultural Palmares, de obras alheias à ideologia da instituição.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando ataques muito profundos aos direitos em nosso País.

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJ uma proposição que busca retirar direitos dos povos indígenas. Centenas de indígenas estão agora na Capital da República protestando contra isso.

Há a intenção do Governo de aprovar um projeto que libera ou que facilita a utilização de agrotóxicos. Neste País, o veneno faz parte da mesa do povo brasileiro. Este País está com fome e com alimentos envenenados. Neste País, a renda média caiu para menos de mil reais. Esse patamar é histórico. Repito: menos de mil reais! Ao mesmo tempo, há mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras em insegurança alimentar, que não sabem se irão se alimentar ao acordar.

Este é o País da fome, o País da renda que cai, a renda média. Neste País, a inflação é extremamente cruel com o povo mais pobre. A inflação de maio, para quem ganha menos de 1.650 reais, está por volta de 0,92%. Mas, para quem ganha entre 8.200 e 16.500 reais, mais ou menos, ela está em 0,49%. Até o ovo não está mais compondo a dieta alimentar do povo brasileiro, porque também está sendo vítima de uma inflação. Este é um país de muita crueldade.

Neste País com tanta crueldade, o que faz o Presidente da República? Propõe que não se utilizem máscaras. Põe as máscaras no orçamento, porque há orçamento clandestino, e faz um Governo paralelo, uma política de saúde paralela, ou seja, destrói o Estado transparente. Em verdade, quer tirar a única máscara que salva e põe máscaras em tudo o que deveria estar às claras para o povo brasileiro, com o orçamento.

É neste País que se quer privatizar a ELETROBRAS e retirar direitos dos povos indígenas, inclusive o direito ao território. Querem abrir os territórios indígenas, para que sejam precificados e estejam sob o controle daqueles que exercem uma ilegalidade que o Governo agora quer legalizar - quer legalizar o que é ilegal!

Nós estamos vivenciando uma tragédia neste País. O Governo é corrupto nas suas prioridades. É corrupto porque o Presidente da República não consegue explicar por que sua esposa recebeu 89 mil reais de uma conta suspeita; porque nós temos um Ministro do Meio Ambiente que está sendo processado; porque a Fundação Palmares

está se desfazendo de 90% do seu acervo.

Documento 218/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:08
Publ.: DCD - 16/06/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Revelação, pela CPI da Covid, do desprezo do Presidente Jair Bolsonaro pela população brasileira frente à epidemia de coronavírus. Aproximação do patamar de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Existência no Brasil de milhões de pessoas sequeladas pela doença viral. Protesto contra o engavetamento, pela Câmara dos Deputados, de pedidos de impeachment do Presidente da República. Necessidade de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro para a queda do número de mortes pela Covid-19. Prática de crime de responsabilidade e de lesa-pátria pelo Chefe da Nação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Brasil está sendo ultrajado de todas as formas por quem está no Palácio do Planalto.

Há um ataque permanente não só à democracia e às instituições, mas à vida do povo brasileiro.

No Senado Federal, a CPI para o enfrentamento à COVID está deixando às claras, totalmente, o que era o objetivo do Governo: tratar a população como gado, tratar a imunidade como se fôssemos todos parte de um mesmo rebanho, como se isso fosse possível.

No entanto, no que diz respeito à COVID, o símbolo e o resultado são aproximadamente 500 mil mortes, além de milhões de pessoas sequeladas, pessoas que não estão recebendo atendimento adequado porque o financiamento da saúde também não tem as condições adequadas no Brasil, ainda que o Sistema Único de Saúde sobreviva, garanta a vida e faça sobreviver brasileiros e brasileiras através de trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, se o Senado Federal vai cumprindo o seu papel com a CPI, a Câmara dos Deputados, que deveria representar o povo, não está cumprindo o papel dela. Digo isso simplesmente porque os pedidos de *impeachment* deste Governo genocida estão totalmente engavetados!

Vejam: as eleições dos Estados Unidos, em pouco tempo, asseguraram, com a derrota de Trump, a possibilidade de que o Governo Biden garantisse a queda do número de mortos. No Brasil, nós não baixamos o número de mortos porque Bolsonaro é a morte dentro do Palácio do Planalto, é a condenação à morte de brasileiros e brasileiras! Não havendo eleições neste ano, o nosso caminho é o *impeachment*, diante dos crimes de responsabilidade! Isso é o que precisa ser feito.

Peço que este meu pronunciamento seja colocado no programa *A Voz do Brasil*, em defesa do *impeachment*, diante dos crimes de responsabilidade, de lesa-pátria, das privatizações da ELETROBRAS, dos Correios, sobretudo em defesa da vida, porque, em nenhum sentido, isso pode ser negociado ou continuar com esse grau de prejuízo no Brasil. As vidas não voltam. Mas Bolsonaro ainda será preso, será responsabilizado nos tribunais internacionais, assim como esses Pazuellos e todos os demais serão responsabilizados nos tribunais nacionais e internacionais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 219/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:12
Publ.: DCD - 16/06/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.052, de 2011, sobre a alteração da Lei nº 14.125, 2021, com vista à aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, bem como do Projeto de Lei nº 1.343, de 2021, acerca da utilização, na produção de vacinas contra a Covid-19, de estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta data em que todos nós devemos estar unidos no combate contra a COVID, diminuindo a sua atividade, a sua influência, eu gostaria de chamar a atenção para o Projeto de Lei nº 2.052, de 2021.

Em determinado momento, a Câmara dos Deputados, com relação à vacina contra a COVID, fez um procedimento diferente do que faz com outras vacinas. Por exemplo, a vacina contra o H1N1 pode ser tomada

no postinho, gratuitamente, no Plano Nacional de Imunizações; pode ser tomada num laboratório particular; bem como pode ser solicitado, particularmente, que essa vacina seja aplicada na sua residência. São três níveis distintos.

Para que o cidadão brasileiro tivesse as mesmas prerrogativas, foi cortada a possibilidade de os laboratórios comercializarem a vacina contra a COVID. O único autorizado a adquirir essa vacina é o Ministério da Saúde. Isso dá oportunidade a todo cidadão brasileiro em condições de igualdade. Não adianta ser rico ou pobre, pois todos seguem essa sequência.

Agora, através do Ministério da Saúde, já temos a quantidade de vacinas necessária à população brasileira. Por isso, eu chamo a atenção para o PL 2.052, que retira a exclusividade que permite que somente o Ministério da Saúde possa adquirir a vacina. Permitindo que outros possam adquiri-la, vamos agilizar ainda mais a imunização da população brasileira. Isso é muito importante.

No mesmo sentido, Presidente, nós estaremos votando, entre hoje e amanhã, a legislação que permite que os laboratórios de uso veterinário possam fabricar a vacina da COVID, logicamente seguindo toda a orientação, toda a exigência da ANVISA. É mais uma oportunidade que nós vamos ter de aumentar o número, a disponibilidade de vacina para o cidadão brasileiro. O nosso foco tem que ser sempre o bem comum do cidadão, do nosso povo. E podem contar comigo nesse sentido. Tenho certeza de que, juntos, vamos vencer a COVID e a pandemia.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 220/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:16
Publ.: DCD - 16/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Estímulo do Governo Federal à incorporação de defensivos agrícolas nas lavouras brasileiras. Anúncio da realização de nova manifestação no País, a favor da vacinação em massa contra a Covid-19; da retomada do auxílio

emergencial de 600 reais e da segurança alimentar.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados, gostaria de chamar a atenção da população do País, sobretudo da população do Estado de Mato Grosso, para a *Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida*.

A realidade dos agrotóxicos no Brasil é muito perversa. Nós estamos vendo o aumento no dia a dia, são mais de 1.700 autorizados nos últimos anos, e a população brasileira fica à disposição desta contaminação. Mato Grosso é um dos Estados que mais produzem grãos no País, que mais criam gado, que mais exportam. Todos nós achamos importante o equilíbrio da balança comercial e a pujança do campo brasileiro, que dá as respostas econômicas que este País precisa. Entretanto, mais que tudo isso, precisamos da vida.

Aqui nós temos Municípios onde, sem nenhuma consciência, plantam até o limite da zona urbana e pulverizam agrotóxicos de avião sobre as cidades. Pessoas mutiladas, crianças nascendo com problemas graves de saúde, mães que, ao amamentarem os filhos, já apresentaram, de acordo com pesquisas, veneno no leite materno, índice de câncer alarmante, tudo isso provém do uso de agrotóxico sem controle no País.

Então, é uma semana de reflexão, são dias de reflexões, para que pensemos: precisamos plantar, precisamos colher, mas precisamos de vida digna em abundância, de vida saudável para a população brasileira. É uma vergonha o que está acontecendo. A ANVISA e o IBAMA não se pronunciam mais, e o Governo estimula cada vez mais a incorporação de veneno na agricultura brasileira.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, no dia 19 de junho, neste mês em curso, estaremos todos nas ruas - convido a todos. Nós estamos na luta por vacina no braço, comida no prato e auxílio emergencial de 600 reais. As pessoas não podem ficar na roda da fome como estão. Seiscentos reais é o mínimo de auxílio para que as pessoas possam adquirir a sua cesta de alimentos. Então, no dia 19, vamos todos para a rua. Vamos unir forças. Só na rua balançaremos o Governo Bolsonaro. Vamos mostrar a nossa força com todos os cuidados, usando máscara e álcool gel, fazendo distanciamento, mas gritando forte: "*Fora, Bolsonaro! Auxílio emergencial de 600 reais e vacina para todos e todas!*"

45.2021.B

Sessão Outro Evento

15/06/2021-14:20

Publ.: DCD - 16/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 2.181, de 2021, sobre a concessão de pensão especial aos dependentes de pessoa falecida em decorrência da Covid-19. Vinculação entre mortes provocadas pela doença viral e a não vacinação em tempo hábil. Apresentação, pelo orador, de proposições destinadas à proteção dos cidadãos brasileiros diante da epidemia de coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os Parlamentares.

Apresentei o Projeto de Lei nº 2.181, que concede pensão especial por morte aos dependentes de pessoas falecidas em decorrência da COVID-19. Imaginem, por exemplo, o caso de um filho ou de uma filha que perdeu o pai e que precisa do amparo dele; da esposa que perdeu o marido, de quem era dependente; do neto que dependia do avô ou da avó que faleceu; dos filhos, de enteados, enfim, familiares que são dependentes daquele que faleceu em razão da COVID!

É uma maneira, Presidente, de o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o poder público, o Governo, o País, de forma generosa, honrosa até, amparar essas pessoas na hora da dor, da angústia, da perda. Há coisas que têm valor, Presidente, e há coisas que têm preço. O que tem preço não tem valor, e o que tem valor não tem preço. E isso é uma coisa que não tem preço. A proteção dessas pessoas que perderam aquele ente querido tem um valor inestimável. A vida se foi, e eles ficaram mais do que pranteando a morte, ficaram sofrendo pela falta daquela pessoa que os amparava nos momentos de caminhada, de trajetória, de estudo, dando uma perspectiva de um mínimo de qualidade de vida.

Estamos chegando a meio milhão de pessoas que vieram a óbito pela COVID. Isso não é pouco, Presidente. E se esqueceram da vacina, que está chegando a conta-gotas.

Se tivessem feito a vacina a tempo, metade dessas pessoas não morreria.

Então, o Estado tem que pagar pela sua omissão, amparando essas pessoas que precisam, que necessitam, que merecem, que têm direito ao mínimo de dignidade, porque perderam seu provedor, perderam o pai, perderam a mãe, o avô, a avó, perderam o familiar que lhes dava

amparo.

Eu apresentei, Presidente, mais de 60 projetos em plena pandemia para proteger o cidadão e a cidadã. Nós não queremos que as pessoas morram de coronavírus, mas também não queremos que as pessoas morram de fome, na miséria. E o Estado brasileiro pode amparar essas pessoas. O Brasil é um País rico de um povo pobre, e esse povo pobre que é vítima da COVID, por omissão do Governo, que não forneceu a vacina a tempo, precisa de amparo e de proteção.

Daí a nossa luta, e por isso este projeto, para amparar essas pessoas.

Muito obrigado.

Documento 222/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 16/06/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro às medidas sanitárias de combate à transmissão do coronavírus. Protesto contra o novo reajuste nos preços do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha. Efeitos negativos da privatização das reservas nacionais de gás.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente e demais colegas, nós queremos saudar a todos e todas e levar mais uma vez a nossa mais alta solidariedade às famílias brasileiras que perderam e continuam perdendo seus queridos entes por conta da COVID-19 e pelo grande desprezo que o Presidente da República tem toda semana, como no último domingo, ao fazer carreatas de motocicletas em todo canto, sem uso de máscara e com aglomeração - é lamentável.

Mas eu queria que também ficasse registrado no programa *A Voz do Brasil* o nosso repúdio a mais um aumento do preço do gás no Brasil. Aprovaram, sem o nosso voto, sem o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores, a chamada Nova Lei do Gás. E também isso não é novidade. O Ministro Paulo Guedes, lá no início do Governo, disse que o gás chegaria a 30 reais ou a 40 reais, que baixaria o preço do botijão pela metade. E é mais um aumento, mais seis pontos praticamente de aumento para o pobre, para o trabalhador, que hoje já está pagando

em várias partes do Brasil mais de 100 reais, numa crise, numa situação de desemprego, numa pandemia, ficando sem ter onde cozinhar, porque não há coração, não há sentimento humano por parte desse Governo e de sua equipe. Deixo o nosso repúdio.

Isso está ocorrendo porque privatizaram as nossas reservas de gás, estão entregando-as aos setores privados. E a PETROBRAS, que deveria ser controlada pelo maior acionista que é o Governo, não é controlada por ele, porque ele presta serviço aos acionistas privados.

Quero, Sr. Presidente, que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação da Casa o nosso repúdio ao aumento dos combustíveis, ao aumento do gás, massacrando-se o povo brasileiro, em especial os mais pobres.

Muito obrigado.

Documento 223/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:32
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Provocação de aglomerações pelo Presidente Jair Bolsonaro, em desacordo com as recomendações preventivas da Covid-19. Importância do Índice de Permanência Domiciliar, elaborado pelo LARIISA Saúde Digital - Laboratório de Redes Inteligentes e Integradas em Saúde Digital, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, o nosso Presidente da República se torna o paladino do péssimo exemplo. Nesse final de semana, o Presidente gerou aglomeração, mobilizou motoqueiros e deu um péssimo exemplo a esta Nação.

Sr. Presidente, eu sou médico e pesquisador da FIOCRUZ. Pandemias de vírus respiratórios nós enfrentamos com medidas não farmacológicas e vacina.

Tenho aproveitado esse período, inclusive, para visitar algumas cidades. Estive em Recife, com o nosso Prefeito João Campos, que é do PSB e está fazendo um excelente trabalho. Estive em Maceió, com o nosso Prefeito JHC, onde um ônibus doado pela Mercedes Benz está

sendo utilizado para ampliar a vacinação. E ontem estive em Araraquara. Fui lá ver o brilhante trabalho realizado pelo Prefeito Edinho Silva. Araraquara se tornou exemplo de enfrentamento à pandemia, com medidas não farmacológicas.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de ressaltar um trabalho feito pelo nosso LARIISA Saúde Digital - Laboratório de Redes Inteligentes e Integradas em Saúde Digital - da FIOCRUZ, em projetos que nós estamos liderando. Um deles é em parceria com Profa. Leonor Pacheco, da UnB. Nós criamos um algoritmo para calcular o Índice de Permanência Domiciliar. Esse índice é muito importante e está fazendo parte das informações prestadas pelo Observatório Covid-19 FIOCRUZ. Nós pegamos os dados das APIs do Google, as interfaces de programação de aplicação do Google, a partir das pessoas que usam o sistema operacional Android. Com esses dados, nós podemos saber exatamente as pessoas que estão em circulação, as pessoas que estão em casa, as pessoas que estão em supermercados, as pessoas que estão em farmácias, as pessoas que estão em parques, em lazer.

Usamos o Índice de Permanência Domiciliar para comparar o que aconteceu em Manaus e em Fortaleza. Verificamos que o índice é diretamente proporcional à evolução da pandemia nessas capitais, ou seja, à medida que as pessoas foram se aglomerando, 2 meses ou 3 meses depois, houve o recrudescimento da pandemia.

Nós estamos vivendo praticamente dentro de uma onda só. Não há como se falar em primeira onda, em segunda onda. Nós temos uma onda que começou no início de 2020 e permanece até hoje, com picos. Então, Sr. Presidente, nós precisamos ter o entendimento de que para enfrentarmos esta pandemia não podemos fazer aglomeração.

Quero ressaltar os autores do artigo que analisou, com base nesse índice, o colapso que houve em Manaus e em Fortaleza: a Profa. Ivana Cristina, o Prof. Valter Costa, o Prof. Ronaldo Ramos, a Profa. Luciana Gonzaga, a Profa. Natália Martins, a Profa. Leonor Pacheco e eu, que também sou autor.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu pronunciamento fosse registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 224/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:44
Publ.: DCD - 16/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Publicação, pelo jornal Folha de S.Paulo, de denúncia contra o Presidente Jair Bolsonaro por desvio de 52 milhões de reais destinados ao combate à Covid-19. Provocação de aglomerações pelo Presidente da República durante passeata de motocicletas na Capital São Paulo, em desacordo com as medidas preventivas do coronavírus. Devastação do meio ambiente no Governo Jair Bolsonaro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV Câmara, boa tarde.

A *Folha de S.Paulo* denunciou no final da semana mais um crime cometido por Bolsonaro na pandemia. Segundo a denúncia, o Governo desviou 52 milhões de reais dos recursos destinados à campanha de combate ao coronavírus no ano passado. Em vez de usar o dinheiro para conscientizar a população sobre os cuidados para prevenir a doença, Bolsonaro o aplicou em propaganda sobre o Governo. É assim que esse Governo sempre tratou a pandemia, com desinformações e deboche.

No final de semana, ele passeou de moto em São Paulo e, mais uma vez, o que se viu foi isto: o Presidente da Nação estava lá, em plena pandemia, sem máscara, fazendo xingamento ao Governo de São Paulo. Ele até ajudou a comandar um coro de palavras de baixo calão. Isso é uma vergonha para a Nação brasileira.

Sr. Presidente, é lamentável ver que o desmatamento continua aumentando no Governo Bolsonaro. No ano de 2020, o aumento foi de 14%, segundo estudos divulgados no final da semana passada. Nos 2 anos de Governo de Bolsonaro, o desmatamento já atingiu uma área acima de 26 mil quilômetros quadrados. Essa área devastada, por exemplo, é maior do que toda a extensão do território do Estado de Sergipe. É um absurdo ver que, mesmo diante dessa destruição, o Governo enfraquece os órgãos de fiscalização e as normas de proteção do meio ambiente. E a boiada continua passando.

Sr. Presidente, peço que estas falas sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 16/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Aproximação da marca de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Visita do orador ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas. Participação na cerimônia de celebração do 30º aniversário de criação da Universidade Federal do Amazonas. Não fornecimento pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo então Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de oxigênio ao Estado do Amazonas para atendimento aos contaminados pela Covid-19 em estado grave. Urgente necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.069, de 2021, sobre a obrigatoriedade da instalação de usinas geradoras de oxigênio medicinal nos estabelecimentos de saúde hospitalares e de internação.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Eu queria primeiro, mais uma vez, prestar solidariedade a todas as famílias que perderam algum ente querido devido à pandemia. Já são quase 500 mil pessoas que perderam a vida no Brasil. E aqui no Estado do Amazonas já são mais de 13 mil pessoas falecidas devido à COVID.

Sr. Presidente, quero informar que ontem eu estive visitando o Município de Itacoatiara, que fica a 266 quilômetros da Capital Manaus. Fizemos uma visita ao Instituto Federal, verificamos os investimentos realizados com recursos de emenda parlamentar. Muito importantes são os investimentos na área da educação para o interior do Amazonas. O Presidente Lula e a Presidente Dilma ampliaram muito os investimentos em unidades do IFAM aqui no Estado do Amazonas.

Também participamos da homenagem dos 30 anos da Universidade Federal do Amazonas, realizada neste mesmo Município de Itacoatiara. Há 30 anos, através de uma mobilização, militantes do Partido dos Trabalhadores conquistaram a implantação dessa unidade que hoje garante a milhares de estudantes a oportunidade de estudar.

Sr. Presidente, a CPI da COVID, no Senado, está ouvindo o Secretário de Estado de Saúde do Amazonas, está mostrando ali que a crise de oxigênio na cidade de Manaus já tinha sido anunciada 1 mês antes de nós enfrentarmos esse período terrível, com tantas mortes. O Governo Bolsonaro e o Ministro Pazuello nada fizeram para garantir o fornecimento de oxigênio. A empresa fornecedora do Estado também,

há meses, já tinha anunciado que teria problemas, colapso em relação ao fornecimento, e não foram tomadas providências a tempo, quer dizer, uma irresponsabilidade que matou certamente milhares de pessoas. O Governo do Estado também foi irresponsável, lento nas ações, ao contratar empresa privada na área da saúde para um hospital de campanha, em vez de investir no hospital público e ampliar os hospitais atualmente existentes. Então, também contribuiu com esse processo. A Prefeitura de Manaus fez um acordo com a empresa privada e também fechou o hospital de campanha antes do tempo necessário, e hoje está sendo investigada essa empresa por conta de experimentos feitos que possam ter causado a morte de 200 pessoas. Então, é necessário apurar tudo isso.

E é fundamental que haja urgência na aprovação do Projeto de Lei nº 1.069, de 2021, de minha autoria e do Deputado Alexandre Padilha, para que cada unidade de saúde do Brasil tenha usina de oxigênio e não falte oxigênio para ninguém que necessitar do atendimento especializado.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Documento 226/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-14:52
Publ.: DCD - 16/06/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização do V Congresso Nacional da Agricultura Familiar. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), relativo às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Exigência de execução, pelo Governo Jair Bolsonaro, do disposto na propositura. Maior atenção do Governo Federal para com a agricultura familiar.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas e saudar quem nos assiste pela *TV Câmara* e nos ouve pela *Rádio Câmara*.



Hoje, amanhã e depois de amanhã, acontecerá o V Congresso Nacional da Agricultura Familiar. A atividade sempre contou com a presença de milhares de lideranças, de organizações da agricultura familiar, muitas vezes, em Brasília. E hoje, é claro, está sendo realizado de forma virtual. Quero aqui saudar os nossos agricultores familiares que estão participando desse V Congresso.

Quero aqui lembrar e enaltecer a importância de termos aprovado, há poucos dias, a Lei Assis Carvalho II. O nosso saudoso Deputado, do PT do Piauí, deixou-nos, mas ficaram aqui a sua marca, a sua lembrança. Esperamos que essa lei, de fato, seja definitivamente cumprida pelo Governo Federal.

Espero que Bolsonaro pare de ignorar a gravidade da pandemia; que Bolsonaro pare de ignorar uma decisão tão importante do Congresso Nacional; e que dê, de fato - tenho certeza de que isso vai ser pauta, agora, do V Congresso Nacional da Agricultura Familiar -, o tratamento diferenciado, especial, necessário, que a agricultura familiar merece.

Cada um, se observar a mesa do seu café da manhã, do seu almoço, do seu jantar, verá, com facilidade, que 80% do que está em cima dela é produzido pela agricultura familiar. Os dados de emprego demonstram também claramente que, apesar de todo esse descaso do Governo Federal, continua sendo a agricultura familiar que gera praticamente 70% dos empregos de toda a área da agricultura.

Eu sou Deputado pelo Paraná. Nasci no interior. Moro, até hoje, num pequeno Município, o Cruzeiro do Oeste. Tenho a minha base eleitoral, quase 100% dela, em Municípios ligados à agricultura, em especial à agricultura familiar. Por isso, quero, neste meu pronunciamento, celebrar o V Congresso Nacional da Agricultura Familiar; cumprimentar todas as entidades, as cooperativas, as organizações que o estão promovendo.

E quero fazer um apelo: que cada um de nós, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, tenha uma ação muito efetiva para exigir que o Governo Federal cumpra a sua obrigação, execute a Lei Assis Carvalho II, para que os nossos agricultores tenham apoio à comercialização, ao crédito, tenham acesso a auxílio financeiro quando necessário, e nós possamos continuar...

(Desligamento automático do microfone.)



45.2021.B

Sessão Outro Evento

15/06/2021-14:56

Publ.: DCD - 16/06/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), relativo às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Apelo ao Senado Federal por celeridade na apreciação da propositura. Realização, no Distrito Federal, de mobilização de indígenas contrários à aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio, com vista à demarcação de terras indígenas.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero falar aqui de dois assuntos.

Primeiro, quero valorizar a decisão da Câmara dos Deputados de aprovar o Projeto de Lei Assis Carvalho, uma homenagem ao nosso querido Deputado piauiense, um projeto de lei que paga uma dívida da história da pandemia com a agricultura familiar brasileira, que é um dos setores que não tinha sido beneficiado com programas e com políticas de incentivo a processo de produção de alimentos. Então, estamos todos de parabéns por aprovarmos essa lei, que envolve o agricultor familiar.

Aqui, na Amazônia, é muito forte a pesca, o extrativismo, a aquicultura, que nós chamamos de produção familiar rural, porque é um conjunto de atores que trabalha a produção de alimentos.

Agora, queremos pedir ao Senado celeridade, que aprove esse projeto sem alterações, para que ele não precise voltar para a Câmara, e ao Presidente da República que não o vete. Esse projeto não pode ser visto como um projeto de Situação ou de Oposição. É um projeto de interesse de Estado. Portanto, espero que recursos cheguem logo para a agricultura, para a produção familiar rural brasileira.

Outro assunto é a mobilização dos indígenas. Em Brasília, mais de 700 indígenas estão correndo atrás de audiências, implorando ao Poder Legislativo brasileiro que não entre nessa de aprovar o Projeto de Lei nº 191, de 2020, que retrocede muito em favor dos indígenas e facilita o capital predador, inclusive, no que se refere ao marco temporal.

Os indígenas mundurucus e ianomâmis também estão correndo atrás de proteção e dizendo não à mineração em terra indígena, que é um projeto em tramitação, ainda não aprovado.

Eu acho que nós não podemos prestar esse desserviço de levar às populações indígenas a doença, o mercúrio, o conflito quando a legislação nem permite que essa exploração seja feita.

Então, vamos ouvir os indígenas e vamos atender a sua pauta de reivindicação.

Sr. Presidente, eu peço que o meu pronunciamento seja colocado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 228/557

45.2021.B	Sessão Outro Evento	15/06/2021-15:00
Publ.: DCD - 16/06/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 2.183, de 2021, sobre a concessão de pensão especial a crianças órfãs de pais falecidos em decorrência da Covid-19.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente Charles.

Eu fiquei feliz, porque protocolei um projeto de lei que socorre as famílias e as crianças cujo pai ou mãe foram vítimas da COVID e faleceram -- pai ou mãe informal, porque, quando falece o pai ou a mãe de alguém que está registrado numa empresa, ele fica aposentado, fica com um benefício. E, quando falece o Seu João, que vende sapato na esquina, a família fica sem nenhum amparo do poder público. Portanto, esse é o objeto do meu projeto de lei. E o Governo falou hoje na hipótese de dar um abono para as crianças. Então, é algo nessa linha.

Agora, deve ser dado não só no período de pandemia, tem que ser dado até os 18 anos, porque há em torno de 15 mil crianças que estão órfãs de pai e mãe.

Documento 229/557

46.2021.B Sessão Outro Evento 16/06/2021-12:56

Publ.: DCD - 17/06/2021 - ALÊ SILVA-PSL -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ilegalidade da prisão do Deputado Daniel Silveira. Liberação de recursos de emenda impositiva da oradora, para a área de saúde do Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. Resistência do Prefeito Marcos Vinicius à decretação de lockdown. Destinação, pela Parlamentar, de verbas orçamentárias para a assistência social nos Municípios de Ipatinga e Caratinga.

A SRA. ALÊ SILVA (PSL - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas. Boa tarde, Brasil.

Eis-me, novamente, à presença de todos para fazer algumas considerações. A primeira consideração que eu tenho a fazer é que o Deputado Federal Daniel Silveira está sofrendo uma prisão ilegal, e nós, conservadores de todo o País, aguardamos um posicionamento desta Casa contra esta grande injustiça e, é claro, esta grande ilegalidade.

No segundo ponto, eu quero agradecer ao Governo Bolsonaro, ao nosso Governo Federal, ter viabilizado o pagamento de uma emenda impositiva, de minha autoria, no valor de 1 milhão de reais, para fortalecer a saúde pública do Município de Coronel Fabriciano, que tem à frente da administração o Prefeito Dr. Marcos Vinicius. Muito embora nós tenhamos algumas diferenças ideológicas, o Dr. Marcos Vinicius enfrentou todo o sistema, se opôs o tempo inteiro ao *lockdown*. Aliás, Coronel Fabriciano foi o único Município mineiro que se opôs ao *lockdown*, por entender que estaria e está com a saúde fortalecida.

O Dr. Marcos Vinicius enfrentou o Poder Judiciário para garantir a sustentabilidade do Município, enfrentou com responsabilidade os percalços da saúde e os percalços da pandemia e quis, sim, manter em dia, como manteve, dentro das possibilidades, as atividades econômicas do Município.

Em razão disso, agora nós temos mais um reforço, que é esta emenda de 1 milhão de reais, que deve auxiliar na compra de equipamentos para o bloco cirúrgico do hospital público e para a maternidade pública que não de se instalar na cidade. Com isso, mais fabricianenses terão a honra de nascer na cidade. O Município também contribuiu para esta emenda, pois apresentou uma contrapartida no valor de 400 mil reais. Além disso, nós tivemos nesta semana o pagamento de uma emenda

de 200 mil reais para Ipatinga e de 180 mil reais para Caratinga, valor que deve ser aplicado em ações de assistência social.

É o Governo Federal trabalhando em prol dos mineiros, em prol dos Municípios, em prol dos Municípios do interior, aqui, através do mandato da Deputada Federal Alê Silva.

Abraços, meus amigos! Tudo de bom!

Muito obrigada.

Documento 230/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:08
Publ.: DCD - 17/06/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro por possíveis apagões de energia elétrica no País. Inadmissibilidade de reajuste nas tarifas de energia elétrica.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, meus colegas Parlamentares e população que nos acompanha, é bom nos preparemos, se é que isso será possível, para os grandes apagões que acontecerão no País. Já se fala num reajuste de 20% na conta de energia elétrica. O Governo está botando a culpa da possível crise energética do País na falta de chuvas.

Ora, Sra. Presidente, quem mora neste País, quem dirige este País sabe que nós temos períodos de chuvas e também períodos de secas em todos os anos. Mas parece que o Governo Bolsonaro não sabia disso, quando suspendeu o horário de verão. O Presidente Bolsonaro parece não conhecer o Brasil, quando proíbe a ELETROBRAS de fazer investimentos na infraestrutura brasileira. É preciso que isso fique bem claro.

A ELETROBRAS, que virou a joia da coroa da privatização, a maior empresa de distribuição de energia no País - infelizmente, esta Casa já aprovou o projeto de privatização da empresa, que está em debate no Senado -, vai nos fazer muita falta neste processo de investimentos.

O Governo Bolsonaro não fez investimento no sistema elétrico do País. O Governo Bolsonaro não tem planejamento para o sistema elétrico do

País. Suspendeu o horário de verão, que ajudava a controlar esse processo. E agora está botando a culpa na possível falta de energia, nos apagões, na falta de chuvas. Não é verdade! O Governo mente quando tenta enganar a população e fazer com que a população aceite mais um reajuste em torno de 20% na conta de energia.

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, nós não podemos, de forma alguma, aceitar que essa conta da irresponsabilidade do Governo caia nas costas da população. Essa conta não pode cair no talão de energia que já é tão difícil para o povo pagar.

Se o Governo Bolsonaro deixou gente morrer por falta de oxigênio, se o Governo Bolsonaro deixou morrerem mais de 100 mil vidas que poderiam ter sido salvas com a vacina, agora se preparem: quando começarem os apagões, vai faltar candeeiro no Brasil para nos iluminar. Comecem a estocar vela, porque é com ela que muitos vão se apegar.

O Governo Bolsonaro, de forma irresponsável, leva o País a um verdadeiro apagão. E já está sendo dito sobre os apagões que virão, a falta de energia que vai vir, o aumento na conta de energia. Querem que isso vá para as costas do brasileiro. Nós não podemos aceitar isso. E o Governo precisa ser punido pela sua falta de planejamento, pelo seu não investimento e pela sua irresponsabilidade. Os apagões e a falta de energia do Brasil fatalmente vão implicar no PIB brasileiro, vão implicar em situações mais difíceis para as empresas do País.

É preciso garantir que a população brasileira não pague a conta do aumento da energia por conta da irresponsabilidade do Governo Federal! Este Parlamento tem a obrigação de convocar aqui os responsáveis por essa tragédia que o Brasil está à véspera de viver.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 231/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:12
Publ.: DCD - 17/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação dos preços do gás de cozinha, de combustíveis, de aluguéis e de tarifas de energia elétrica no País. Existência de 15 milhões de trabalhadores brasileiros desempregados. Anúncio da ocorrência de apagão de energia elétrica. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A -

ELETROBRAS. Queda do Brasil no ranking mundial da economia. Aproximação da nefasta marca de meio milhão de óbitos no País em decorrência da Covid-19. Vinculação entre a vacinação em massa contra o coronavírus e a retomada da economia brasileira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a luz vermelha das angústias da economia brasileira se acendeu, e se acendeu de uma maneira muito viva, muito preocupante, muito angustiante. Os números são extremamente preocupantes, Presidente. Veja bem agora o gás de cozinha: 6% de aumento nesta semana. Passa de 100 reais, vai para 110 reais o botijão de gás de cozinha, que é essencial para a vida, para o cotidiano de toda família brasileira.

Se formos olhar o desemprego, veremos que são 15 milhões os desempregados no Brasil. São pessoas, são famílias, são cidadãos, são pais de família. A gasolina está 6 reais. Houve 40% de aumento na gasolina e 37% de aumento no óleo *diesel* só neste ano, nos 5 primeiros meses do ano. O valor do aluguel, que é importante para as pessoas que não têm casa própria, subiu mais de 32%.

E, se acham pouco, vem aí o apagão. A energia elétrica foi à estratosfera: 15% de aumento.

Agora, numa pegada só, pode haver um aumento de até 20%. Isso, se não faltar, por conta exatamente da falta de ação, de atitude, de investimento. E ainda querem vender a ELETROBRAS. Estamos entregando a ELETROBRAS. E aí estão entendendo porque vai faltar energia elétrica.

A inflação, medida da forma como é medida, de maneira um pouco esotérica, é a maior dos últimos 25 anos e chega quase a 9%, passa de 8%. Então, são números que impressionam, são números que assustam, são números que precisamos mostrar para que todos fiquem sabendo.

O PIB cresceu? O PIB cresceu, mas o mesmo PIB que cresceu é o PIB que também desceu, porque, se olharmos as maiores economias do mundo, veremos que o Brasil, em 2019, era a oitava economia do mundo; em 2020 era a nona economia do mundo; em 2021, a décima segunda. Estamos crescendo como cola de muro, para baixo. A COVID vai registrar meio milhão de mortes até o final do mês, meio milhão de almas, de vidas, que não são só números, são familiares, são pessoas que ficam pranteando a morte de um ente querido. Isso tem consequência, tem valor econômico, tem valor social, sentimental. Algumas coisas têm valor, outras coisas têm preço. O que tem valor

não tem preço, e são valores inestimáveis e significativos.

Cadê a vacina? A vacina poderia salvar a economia, porque com vacina se retoma a atividade econômica. Sem vacina tudo fica parado, estagnado, tudo é inseguro. E nós não estamos aqui falando isso para dizer que estamos torcendo contra o Brasil. Não somos torcedores contra o Brasil. Aliás, também não adianta nem torcer contra. Pelo jeito não adianta também torcer a favor, porque com o Governo que aí está não tem jeito. São dados, são fatos, são números, e não dá para aguentar mais.

Documento 232/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:16
Publ.: DCD - 17/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Demandas apresentadas por grupo de estudantes ao orador, por ocasião de encontro realizado na Universidade Federal do ABC - UFABC. Anúncio da realização de movimento nacional contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, estimada Presidenta. Bom dia a todos os colegas.

Esta semana eu tive a oportunidade de me reunir com um importante grupo de jovens da Universidade Federal do ABC, jovens da periferia, jovens estudantes, jovens do Primeiro Emprego, jovens desempregados. E o objetivo foi ouvi-los. Esse encontro foi organizado pelo estimado Thiago, neto do Presidente Lula, que trabalha comigo, juntamente com a Vitória. São jovens que trabalham na nossa equipe.

Meus colegas Parlamentares, o clamor e a consciência desses jovens é um grande alerta para o nosso País. Esses jovens, meninos e meninas, reclamaram do Governo Bolsonaro, porque sabem que estão desempregados por causa da falta de política para geração de emprego e de cuidados com a nossa juventude. Bons tempos quando Lula criou a Secretaria Nacional de Juventude!

Esses jovens, meninos e meninas, reclamaram que a vacina não chegou a todos. Eles sabem que Bolsonaro boicotou a vacina desde agosto do ano passado. Esses jovens se prepararam para gritar e demonstraram uma profunda decepção com os Deputados jovens, que, ao invés de representarem bem a juventude, representam ideias velhas

que vieram de seus pais, de seus avós, de antigos políticos ou de partido que se diz novo, mas, infelizmente, tem ideias velhas.

Este jovens, portanto, pedem que nós os ouçamos. É importante ouvir a nossa juventude brasileira, que felizmente está se mobilizando e se movimentando para o dia 19. Eles me disseram: "*Vicentinho, nós estamos morrendo na periferia. Ou nós morremos lutando, e nós não queremos morrer, nós queremos vida, ou nós ficamos quietos, escondidos nas comunidades, e a violência nos mata, como também a violência do coronavírus*".

Dia 19 será, portanto, um dia de grandes mobilizações. Eu lhes recomendei - estarei participando em São Paulo - todos os cuidados sanitários, seguindo orientação inclusive do nosso partido, que devemos participar sem nos aglomerarmos e usar a máscara, mas vamos dizer: Fora, Bolsonaro!, pelo *impeachment*! Vamos dizer: 600 reais, no mínimo! Vamos dizer: Direitos para todos, vacinas para todos!

Parabéns, juventude! Obrigado, Presidenta.

Documento 233/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:20
Publ.: DCD - 17/06/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reunião do orador e do Deputado José Nelto com o Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, destinada ao debate da contratação de candidatos aprovados em concurso público. Protesto contra o reajuste de 20% nas tarifas de energia elétrica. Anúncio da realização de movimento nacional contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, eu queria cumprimentá-la e dizer que ontem eu tive a oportunidade de, junto com o Deputado José Nelto, do Podemos, ter uma audiência com o Presidente da EBSEH, empresa que é responsável pela gestão de mais de 40 hospitais universitários no Brasil, inclusive do hospital universitário ligado à Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Essa é uma discussão importante, porque esta Casa aprovou a autorização de mais 5,5 mil profissionais que fizeram concurso e estavam na expectativa do direito de serem contratados. Há um atraso muito grande e há o temor, com razão, de que o concurso tenha sua

expiração. O Presidente anunciou que haverá a prorrogação de 2 anos para 4 anos, como também que a expectativa de contratação depende do Ministério da Economia, que não quer contratar pessoal. No entanto, para atender banqueiro, Paulo Guedes é mansinho e atende com facilidade.

Então, eu queria fazer esse registro.

A exemplo de alguns companheiros, também quero dizer que estou indignado com mais um reajuste na tarifa de bandeira vermelha, autorizado pela ANEEL, de 20%. Isso vai ter repercussão direta no consumidor brasileiro. Isso vai aumentar o custo de vida num País que tem 14 milhões de desempregados, a maioria jovens da periferia, pobres e negros.

A vacinação não teve celeridade devido à irresponsabilidade desse Presidente genocida. E é por isso, como falou o Deputado Vicentinho - eu quero aqui comungar com a fala dele -, que terá grande importância o dia 19, sábado. Dia 19 vai ser maior, com todos os cuidados sanitários. Eu participei da primeira manifestação e estarei, sim, junto com quem está fazendo protesto para garantir direitos e defender a democracia, colocando uma palavra de ordem para o povo brasileiro, sem tergiversar: Fora, Bolsonaro! Fora, assassino do povo brasileiro!

Por isso, eu convido todos para, no dia 19, com todos os cuidados sanitários, irem para as ruas, irem para as redes combater esse Presidente genocida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 234/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:32
Publ.: DCD - 17/06/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Informação ao Deputado Charles Fernandes sobre a retratação, pelo orador, de discurso ofensivo ao Senador Otto Alencar. Congratulações ao Desembargador Néviton Guedes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pelo acatamento do pedido de participação da defesa do Presidente Jair Bolsonaro na ação relativa à quebra de sigilo do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, defensor do Sr. Adélio Bispo de Oliveira, acusado de tentativa de assassinato do então candidato à sucessão presidencial, Deputado Jair Bolsonaro. Exigência de revelação dos nomes dos mandantes do crime. Repúdio às

acusações do ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, ao Presidente Jair Bolsonaro durante depoimento prestado à CPI da Covid.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Já o fiz, meu querido colega Deputado. Já o fiz hoje, pessoalmente, na CPI da COVID-19.

Sra. Presidente, venho a esta tribuna hoje para parabenizar o Desembargador Néviton Guedes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que admitiu a participação da defesa do Presidente Bolsonaro em uma ação que discute a quebra do sigilo do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, que defende Adélio Bispo de Oliveira. Nessa ação, a OAB tenta invalidar a investigação sobre o advogado. Quais os interesses da OAB? Quais os interesses do seu Presidente, Dr. Felipe Santa Cruz, em impedir essas investigações sobre o advogado? O que o Brasil quer saber é de onde brotou o Dr. Zanone, porque bastaram algumas horas da fachada criminosa contra o Presidente Bolsonaro para ele aparecer com o seu escritório de advocacia, que dizem caríssimo, Deputada Rosângela Gomes, minha amiga, defendendo um criminoso, um assassino como Adélio Bispo.

O Brasil quer a resposta: quem mandou Adélio Bispo executar o então candidato Jair Messias Bolsonaro? Quem está financiando o escritório do Dr. Zanone? É essa a pergunta que o Brasil quer fazer. Agora, o Desembargador Néviton Guedes concede a oportunidade para que a defesa do Presidente participe desse processo.

Sra. Presidente, um segundo assunto me traz a esta tribuna. Quero falar do circo que eu acabei de presenciar na CPI da COVID-19, com a participação do maior vagabundo, larápio, bandido e safado que já passou pela política do Rio de Janeiro, juntamente com Sérgio Cabral: o ex-Governador Wilson Witzel. Ele preferiu se fazer lá presente, para fazer da CPI um palco, como todos estão fazendo, um palco de ataque ao Presidente da República, fazendo acusações de que a sua queda começou por causa de investigações do Governo Federal.

Ora, Deputada Rosângela Gomes, que nos preside, V.Exa. é do meu Estado e sabe que, na verdade, as investigações contra Wilson Witzel e sua quadrilha começaram pelo Ministério Público Estadual, com a participação da Polícia Civil, ou seja, a própria Polícia do Estado do Rio de Janeiro - parabéns à nossa Polícia Civil! - descobriu a quadrilha do larápio do Wilson Witzel. E, quando descobriu, o processo e a investigação tiveram que passar obrigatoriamente para a esfera federal.

O circo que armam na CPI contra o Presidente Bolsonaro é ridículo. Hoje, o Senador Renan Calheiros estava gentil demais. Já não estava

dizendo para responder "sim" ou "não", estava calmo, honrando Wilson Witzel, como se este fosse honesto. É assim: sempre defendemos os iguais.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 235/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:36
Publ.: DCD - 17/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a inclusão na pauta, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Contrariedade a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a situação do povo brasileiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, hoje a Comissão de Constituição e Justiça cometeu um profundo ato de ferimento à Constituição brasileira, ao colocar em pauta - houve vista, inclusive - um projeto que retira direitos, ferindo o art. 231, que assegura os direitos dos povos indígenas ao seu próprio território.

Eu me lembro muito, Deputada Rosângela Gomes, de um cacique que dizia o seguinte: "*Será que ninguém entende que só estamos tomando emprestada a terra para cuidar dela, para cuidar da terra para quem ainda vai chegar?*" As terras indígenas, os territórios indígenas são terras da União e são cuidadas, porque é absolutamente fundamental preservar a trama de vida. O ser humano não é dono da vida, ele faz parte de uma trama de vida. E hoje nós tivemos o início de um processo para a aprovação desse projeto que permite, sem escutar os indígenas, a produção de transgênicos e malhas viárias dentro dos territórios indígenas. Isso é um desrespeito! Obviamente, está sob vistas a proposição, mas nós vamos resistir.

E isso se dá com a presença de centenas de indígenas, que estão na porta do Parlamento, e não podem entrar. Eles estão na porta do Parlamento, e não podem entrar! Há centenas de indígenas que chegam de todos os cantos deste País para dizer que é preciso respeitar a Constituição, a justiça e os povos originários desta Nação.

Hoje também há no Senado uma discussão que se iniciou de forma criminosa na Câmara: busca-se privatizar a ELETROBRAS. Esse é um crime de lesa-pátria! Nós estamos vivenciando um estresse hídrico, nós estamos vivenciando uma pandemia, e querem entregar ativos, ativos de quase 400 bilhões de reais! E se fala em conseguir o quê? Vinte bilhões de reais, com a venda desses ativos. E abrir mão das nossas matas ciliares, do reservatório, da soberania energética?

Vai-se vender a ELETROBRAS? Eles querem vender? Vão vender para quem, exatamente? Para empresas de países que não abrem mão das suas hidrelétricas, hidrelétricas que aqui no Brasil já foram pagas pelo povo brasileiro.

Nós temos que impedir que o País se desmanche sob o Governo da morte, um Governo que busca todo o tempo questionar a democracia e preparar as condições para desrespeitar o resultado das eleições, pois as pesquisas já indicam uma derrota a Jair Bolsonaro. O Brasil não suporta mais isso. O Brasil quer respirar, o Brasil está asfocado. O Brasil vê, todos os dias, a sua democracia sendo chamada pelo Presidente da República para dançar na beira de um abismo. O Brasil está assistindo, em meio às quase 500 mil pessoas que se foram - e todo mundo que parte, é o amor de alguém -, ao Presidente desfilando de moto com recursos públicos, pensando apenas nas próximas eleições, ignorando o povo brasileiro, esse povo que precisa de auxílio e não precisa do preço do gás quase igual ao preço do auxílio emergencial.

Por isso, eu digo: fora, Bolsonaro!

Documento 236/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:40
Publ.: DCD - 17/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Anúncio da ocorrência de apagão e do reajuste de tarifas de energia elétrica com a venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Alcance pelo País da nefasta marca de meio milhão de óbitos em decorrência da Covid-19. Agravamento da fome no País. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma previdenciária. Perseguição política aos adversários do Presidente Jair Bolsonaro, por meio do gabinete do ódio. Desqualificação do Presidente da República para o exercício do cargo de mandatário da Nação brasileira. Necessidade de abertura, pela

Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidenta Rosangela Gomes! É uma honra ocupar a tribuna neste momento, estando V.Exa. na Presidência.

Cumprimento também todos os demais Deputados e Deputadas, entre os quais a Deputada Alice Portugal, que está conosco neste plenário.

Deputadas, o que está acontecendo com o nosso País? Lembrei-me hoje das sete pragas do Egito. Acho que, no Brasil, são mais de sete. Eu comecei a contar e verifiquei que há a praga do desemprego. Nós já estamos com mais de 14 milhões de desempregados. Com mais os desalentados, já passamos de 20 milhões de pessoas no Brasil que não sabem o que fazer no dia seguinte.

Agora vem a praga do apagão, do aumento de preço da energia, com a venda e privatização da ELETROBRAS em curso, empresa que poderia gerenciar esse problema da falta hídrica e outros problemas que vamos ter daqui para frente. Mas o Governo aprofunda a segunda praga, a do apagão.

Há a praga das mortes, da pandemia, a terceira praga, com meio milhão de mortes! E o Ministro Pazuella exibiu um documento ao Ministério das Relações Exteriores - e foi pego com a boca no botija hoje dizendo às autoridades internacionais que ele havia conseguido diminuir 70% das mortes com o tratamento precoce de cloroquina, fazendo, portanto, com que a praga da pandemia seja ainda mais aguda. Estamos à mercê da desgraça, como disse o Witzel, um bolsonarista de primeira hora, que comemorava quando atiravam nos pobres no Rio de Janeiro. E agora está sendo ofendido por bolsonaristas! Isso é impressionante.

A quarta praga, Deputada, é a fome. O povo está comendo mingau nas periferias das grandes cidades deste País e pelo interior afora. A fome voltou.

A quinta praga é a retirada de direitos. Eu e a Deputada Alice Portugal vamos agora discutir a PEC 32, aquela que desmancha o Estado, que acaba com direitos e acaba com serviços de saúde e de educação, uma praga arranjada por Bolsonaro e por Paulo Guedes.

A sexta praga é a perseguição política, o "gabinete do ódio", *fake news*, isso é o que produz o Governo Bolsonaro, produz pragas, já não basta as que vêm da natureza.

E a sétima praga é ele próprio, um genocida, um Presidente

desqualificado, preguiçoso, que, em vez de unir o povo, divide a todos.

Precisamos dar um fim a essas pragas. São pragas impostas pela praga do Governo Bolsonaro.

Nós temos que colocar o *impeachment* para ser votado aqui na Câmara. Mas ele só será votado porque a CPI no Senado, aqui ao lado, está dando resultado e os bolsonaristas tremem de medo dessa CPI.

Mas o medo maior deles é o medo das ruas. O povo não aguenta mais ficar em casa, está saindo às ruas agora com os cuidados necessários, com máscaras, álcool gel, com todos os cuidados, mas para derrubar Bolsonaro. É a única forma de determos as sete pragas. Eu contei sete, mas, provavelmente, devem ser em torno de dezessete.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 237/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:44
Publ.: DCD - 17/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Quadro de desemprego e fome reinante no País. Decisão do Governo Federal de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 300 reais. Necessidade de implantação no País de política de renda permanente, destinada às camadas menos favorecidas. Regozijo com a rejeição do Veto Parcial nº 21, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 795, de 2021, acerca da alteração da Lei nº 14.017, de 2020, (Lei Aldir Blanc), para prorrogação do auxílio emergencial concedido a trabalhadores da cultura, e do prazo de utilização de recursos pelos Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Pedido a Secretaria Especial de Cultura de retirada da circular contrária à utilização, por Prefeitos Municipais e Governadores, de recursos destinados à cultura.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Presidente Rosângela Gomes, é um prazer vê-la nessa mesa nesta tarde, Deputado Rogério Correia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente, quero dizer que, de fato, estamos vivendo momentos muito difíceis no Brasil, onde o desemprego e a fome, principal parceira da pandemia, de fato, afligem o povo brasileiro.

E o Governo Federal começa, Sra. Presidente, a sentir os efeitos

práticos da queda da sua popularidade, entra em desespero e resolve reaver, por alguns meses, o auxílio emergencial de 300 reais.

Sabemos que isso não deveria ter sido contido. Nós tínhamos a necessidade do auxílio emergencial para as famílias mais pobres. Estamos vendo o ascenso da pandemia e o altíssimo grau de dificuldade da manutenção da vida das pessoas. A nossa expectativa é que haja uma política de renda permanente para que as pessoas possam ter o mínimo para a sua sobrevivência, pelo menos.

Mas vim a esta tribuna para falar sobre cultura. Eu tenho a honra de presidir a Comissão de Cultura aqui na Câmara dos Deputados. E temos tido muitas vitórias. Aprovamos a derrubada do veto do Projeto de Lei nº 795, que transformou-se em lei e liberou, finalmente, em acordo com o acórdão do Tribunal de Contas da União, os recursos remanescentes da Lei Aldir Blanc, tão bem discutidos pelo Plenário desta Casa, que vieram em socorro aos fazedores de cultura no ano de 2020.

Isso foi uma felicidade! Mas, infelizmente, anteontem, a Secretaria Nacional de Cultura, que está alocada no Ministério do Turismo, solta um ofício dizendo aos gestores, Prefeitos, Governadores, que não usem o dinheiro que a lei prevê que pode ser utilizado, a lei e o acórdão do Tribunal de Contas, porque eles vão renovar o decreto.

Ora, senhores, já temos um instrumento legal, o diploma legal, já temos um acórdão dos técnicos do Tribunal de Contas votado à unanimidade dos Srs. Ministros.

Por que a Secretaria Especial de Cultura resolve causar insegurança jurídica, colocar em dúvida o valor da lei votada pelo Congresso Nacional e o acórdão do Tribunal de Contas da União?

O meu breve comunicado de hoje é para fazer aqui uma reivindicação pública, já que não se consegue que esses gestores da cultura do Governo Bolsonaro venham ao Congresso Nacional: que imediatamente retirem esse ofício de circulação e garantam o cumprimento da lei e do acórdão do Tribunal Contas da União! Caso contrário, teremos que acionar o Ministério Público para ser fiscal efetivo da lei e garantir aos fazedores de cultura os direitos conquistados pela decisão desta Casa.

Muito obrigada.

Publ.: DCD - 17/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Empobrecimento da população brasileira diante da epidemia de coronavírus, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Manutenção do baixo valor do auxílio emergencial pelo Governo Jair Bolsonaro. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha, de energia elétrica e combustíveis. Previsão da Universidade de Washington sobre o número de mortes pela Covid-19 no Brasil até o mês de outubro de 2021. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a situação do povo brasileiro diante da greve epidemia de coronavírus.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta Rosangela Gomes, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra que, durante a pandemia, a população está cada vez mais pobre. Esse público perdeu renda quase duas vezes a mais do que a média geral.

O estudo aponta que uma das causas foi a falta de transferência de uma renda maior. Mas para o Ministro Paulo Guedes a economia está muito bem e o valor do auxílio emergencial está bom demais, enquanto a fome, a miséria aumentam. E o Governo Federal nem fala em aumentar o valor do auxílio emergencial.

Os preços dos alimentos, como gás de cozinha, energia elétrica, combustível, não param de crescer. O Governo faz ações para os mais ricos e não tem coração para com os pobres deste País.

Sra. Presidenta, enquanto o Presidente da República anda dizendo que a pandemia está chegando ao fim, especialistas fazem um grave alerta: nas atuais condições de combate à pandemia, o Brasil deve chegar a 727 mil mortos até outubro próximo. A previsão é da Universidade de Washington, nos Estados Unidos.

Mas para Bolsonaro nada disso importa. Ele quer que o povo não use máscara, não tome vacina, aja como se não tivesse pandemia e apenas tome cloroquina, quando o Brasil já está chegando a meio milhão de mortos. O Brasil chora enquanto Bolsonaro faz passeios de moto, gastando o dinheiro público.

Sr. Presidente, peço que esses dois assuntos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 239/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:52
Publ.: DCD - 17/06/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Dificuldades dos trabalhadores do Estado de Tocantins para recebimento do auxílio emergencial. Elevado índice de desemprego registrado no Estado. Colapso do sistema de saúde tocantinense provocado pela Covid-19. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial 2021. Observância dos princípios norteadores da justiça nos processos de desapropriação de terras em Tocantins.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, sou do Estado do Tocantins, um dos Estados da Amazônia. Acabei de ouvir a notícia que nos trouxe o Deputado Joseildo Ramos. Fico pensando: por que as coisas não acontecem nas regiões mais desenvolvidas? Nas regiões remotas, tudo acontece.

Por exemplo, no meu Estado do Tocantins não está chegando o auxílio emergencial de 5 reais por dia, ou seja, 150 reais por mês. Nem para receber esta ninharia os trabalhadores e trabalhadoras estão conseguindo fazer o cadastro na Caixa Econômica Federal. São filas, são pessoas passando fome.

Além do mais, o desemprego no Estado do Tocantins é maior do que o desemprego no Brasil. Não existe indústria no Tocantins, Sra. Presidente. A empresa que mais gera emprego no Estado é um hospital, é o Hospital Dom Orione. E os homens e mulheres perambulam pelas ruas atrás do que fazer para tratar dos seus filhos.

Falta vacina no Estado do Tocantins. O próprio Ministro da Saúde usou a tribuna para dizer ao jornal *Folha de S. Paulo* que é necessário fechar o Estado do Mato Grosso do Sul e o Estado do Tocantins, senão as pessoas não vão sobreviver. Faltam hospitais, faltam leitos de UTIs, faltam vagas nos hospitais para tratar da população, tanto em Araguaína, que é a maior cidade, quanto em Palmas, Porto Nacional e Gurupi.

Sra. Presidente, precisamos olhar para o povo mais carente. As nossas crianças estão passando fome, porque não existe o auxílio emergencial, que teria que ser de 600 reais. Cadê a medida provisória para ser votada, para ser colocada à disposição dos trabalhadores, com o auxílio de 600 reais para acabar um pouco com a fome dos trabalhadores, para amenizá-la um pouco?

Por último, Sra. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que as desapropriações de terras que estão acontecendo em todo o Estado do Tocantins. Por isso, queremos que a justiça seja feita no Estado.

Sra. Presidente, gostaria que a minha fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 240/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-13:56
Publ.: DCD - 17/06/2021 - EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governo Federal de liberação de nova parcela do Fundo do Idoso, para as entidades de amparo às pessoas da terceira idade. Agradecimento ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pela anunciada prorrogação do auxílio emergencial até o mês de outubro de 2021. Maior atenção dos governantes para com as Santas Casas de Misericórdia. Pedido de inclusão de caminhoneiros em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidente, muito obrigado.

Hoje venho falar em prol das nossas entidades de todo o nosso País - Lar dos Idosos, Lar São Vicente, Vila Vicentina -, tanto da minha região do sul, do sudoeste de Minas e de toda as Minas Gerais, quanto também de todo o nosso País.

No ano passado, no mês de junho, o Governo liberou um recurso do Fundo do Idoso de 160 milhões para essas entidades. Esse dinheiro chegou na hora certa, porque todos estavam precisando muito. Nestas entidades, as diretorias e todos são voluntários. Todos são voluntários, ninguém ganha salário para conduzi-las.

Nos anos anteriores, havia as quermesses e os eventos que eram realizados em cada comunidade e que ajudavam, e ajudavam muito.

Mas, devido à pandemia, foram suspensos todos esses eventos, e essas entidades estão com a corda no pescoço. O custo para manter esses idosos subiu muito. Há as despesas, os custos, e há o isolamento.

Então, se o Governo pudesse, novamente, pagar uma nova parcela do Fundo do Idoso, ainda que o recurso não fosse no mesmo valor do ano passado, que fosse 50%, ou se tivesse condição de ajudar essas entidades que estão precisando e precisando muito, seria importante.

Esses idosos, que se encontram assistidos nessas entidades, foram quem construiu os nossos Municípios, o Estado e o País, no passado, no seu tempo. Eles ajudaram, e ajudaram muito.

Queria também agradecer ao Paulo Guedes, o Ministro da Economia, pelo anúncio de que vai ser editada uma medida provisória estendendo o auxílio emergencial até outubro. Isso é muito importante, porque, até outubro, nós acreditamos que já teremos quase concluído a vacinação no País de ponta a ponta, e esse auxílio precisa muito ser prorrogado até outubro.

Nós precisamos também que o Governo Federal e o Governo Estadual juntem as mãos e olhem para as Santas Casas, para essas entidades que também estão aguentando o rojão. Medicamento, material, equipamento, tudo isso subiu, e subiu muito. As Santas Casas estão com muita dificuldade de atender no dia a dia. Todos estão lutando, os médicos, a enfermagem, todos estão lutando e fazendo a sua parte, mas seria preciso que o Governo também ajudasse.

Um mês atrás, pedimos prioridade na vacina para o setor da educação e fomos atendidos. E hoje, eu quero pedir a prioridade para os caminhoneiros, essa classe tão importante para o nosso País e que precisava também estar na lista da prioridade.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 241/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 17/06/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância das ações do Parlamento brasileiro para enfrentamento da epidemia

de coronavírus. Indignação com a recusa de atendimento ao orador pelo Sr. Carlos Henrique Sobral, assessor do Ministro da Saúde Marcelo Queiroga. Desrespeito da Pasta ao Parlamento brasileiro.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu venho aqui, primeiro, para reafirmar o quanto este Parlamento contribuiu com o País no combate à pandemia. O Congresso Nacional elaborou leis, atuou na urgência de atitudes governamentais, colocou panos quentes nos momentos corretos. Se não fosse este Parlamento brasileiro, talvez a situação da pandemia hoje estivesse muito mais grave. Nós então começamos a entender o tamanho da desorganização do Ministério da Saúde. Depois da saída do Ministro Luiz Henrique Mandetta, entraram alguns Ministros tampões, depois o Pazuello, e agora, o Marcelo Queiroga.

Eu registro aqui, Sra. Presidente, de público, o descaso do Ministério da Saúde no tratamento para com este Parlamento.

Carlos Henrique Sobral, assessor do Ministro Marcelo Queiroga, já foi homem forte do MDB, assessor do ex-Presidente desta Casa Eduardo Cunha e assessor de gabinete do Geddel Vieira Lima. Agora ganhou um cargo no Ministério da Saúde.

Sr. Carlos Sobral, a diferença do senhor e este Parlamento é que o senhor foi indicado por um político, e aqui nós estamos pelo voto popular.

Deputado General Peternelli, eu estou nesta Casa ajudando no que posso o Governo, votando projetos, tentando entender o Governo. Nós aqui fazemos um trabalho com independência. Relatei uma medida provisória.

Pedi uma audiência com esse senhor para tratar de um assunto importante, que é a vacinação dos oficiais de justiça, e ele disse que não atenderia este Parlamentar, que só fala por ofício.

O senhor presta um desserviço, Ministro Queiroga! Que vergonha! Quando o senhor tomou posse no Ministério da Saúde, tivemos a esperança de que poderia mudar. Vocês desrespeitam o Parlamento brasileiro, que contribuiu com vacina, que contribuiu com medidas corretas no combate à pandemia. Que vergonha! Que desserviço!

Agora colocaram um tal de Leonardo para me atender às 4 horas da tarde. Eu tive que abordar o Líder Ricardo Barros no corredor, que, aliás, com muita sensibilidade - obrigado ao Líder do Governo -, ligou para esse Carlos Sobral para me atender. O Deputado Ricardo Barros

ficou até meio sem jeito, porque eu vi esse Carlos falar para ele que poderia me atender com pressa até às 14 horas e que esse Parlamentar não se atrasasse.

Ah, é incrível o desserviço prestado! Aí começamos a ver o resultado da pandemia nessa vergonha do Ministério da Saúde. O modo como eles tratam um Parlamentar é como eles tratam o povo brasileiro. E estou pedindo algo público.

Que vergonha de vocês todos! Vou lá falar com Leonardo, assessor de alguém do Ministério. Que vergonha!

O Brasil se envergonha...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 242/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:12
Publ.: DCD - 17/06/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância do aplicativo ConecteSUS, plataforma oficial de comunicação entre o cidadão e o Sistema Único de Saúde.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

A vinda a esta tribuna para este breve comunicado diz respeito a um *app* para celular chamado ConecteSUS. Ele é fundamental para o cidadão brasileiro. O Deputado Luizinho e eu somos autores do projeto da caderneta digital de vacinação. Mas, independentemente disso, nós já temos o ConecteSUS, que é mais do que uma caderneta de vacinação digital, e essa caderneta é a comprovação das vacinas que o cidadão tomou. Eu lembro que para ir ao exterior é preciso comprovar a vacinação contra a febre amarela. Eventualmente, pode vir a ser necessária a comprovação da vacinação contra a COVID. E o meio para se comprovar isso é exatamente o ConecteSUS.

Agora, além do aspecto da caderneta de vacinação digital, o

ConecteSUS é importante porque traz o prontuário médico do cidadão. É importante que esse prontuário médico esteja cadastrado, com os dados de contato do cidadão. E isso pode ser realizado através do e-Gov.

Se você sofre um acidente a caminho da sua casa ou viajando e é levado para um pronto-socorro médico, esse sistema vai permitir a identificação, mesmo que você esteja sem documentos, num acidente, por exemplo. Em especial no caso das mulheres, o documento fica na bolsa, não se vai ter conhecimento. Esse *app* vai permitir identificar quem você é, se você é alérgico, se você é diabético, se toma medicamentos, se tem plano de saúde, seu telefone de contato.

Então eu estimulo todos os brasileiros a acessarem, fazerem o cadastro, conferirem os dados que estão no Ministério da Saúde através do ConecteSUS, um *app* para celular que pode salvar a sua vida. É muito importante.

Além disso, essa estrutura vai permitir que sejam feitos levantamentos de dados. Lá está o registro, por exemplo, da vacina contra a COVID que você tomou. Assim, será possível fazer análises, caso você tenha contato com a doença novamente. Então, solicito a todos que baixem esse aplicativo no celular e o indiquem aos seus filhos, para que todos tenham o ConecteSUS.

Muito obrigado, Presidente. Solicito constar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 243/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:16
Publ.: DCD - 17/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto pela aprovação da Medida Provisória nº 1.030, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 450.000.000,00 para os fins especificados. Urgente necessidade de adoção, pela Defesa Civil, de ações emergenciais em prol das populações atingidas por enchentes no Estado do Amazonas. Encaminhamento, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, de

requerimento de indicação para a liberação de recursos ao Amazonas. Intensificação do processo de vacinação contra a Covid-19 em Manaus e no Estado.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidenta. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Eu votei a favor da Medida Provisória nº 1.030, de 2021, que aprovou um crédito de 450 milhões de reais, destinado aos Municípios atingidos pelas chuvas e enchentes em todo o Brasil. Essa medida provisória já está valendo desde fevereiro, mas o Governo gastou muito pouco desses recursos para essa finalidade. Então, acho que é hora de se agilizar a liberação desses recursos.

Aqui no Amazonas nós temos milhares de famílias vítimas das enchentes. Nós estamos enfrentando na cidade de Manaus a maior enchente da história do nosso Estado, em 119 anos de medição do rio. Com isso, claro, muitas famílias estão prejudicadas, bem como o comércio. Há necessidade de ações emergenciais, ações da Defesa Civil, ações para ajudar as famílias com alimentação e uma série de outras situações, como alojamento. Por isso eu estou fazendo o encaminhamento de uma indicação ao Ministério do Desenvolvimento Regional para que ele destine recursos prioritários para o Estado do Amazonas, notadamente para os Municípios atingidos por essa enchente histórica aqui no Amazonas.

Outro assunto de que quero falar, Sra. Presidenta, tem relação com a campanha de vacinação. O Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura fizeram uma campanha no final de semana, aqui em Manaus, para intensificar a vacinação das pessoas com idade acima de 40 anos - na faixa de 40 a 50 anos, principalmente. E havia a meta de se alcançar mais de 200 mil pessoas. Não se alcançou essa meta, mas algo em torno de 140 mil pessoas. Então, ainda há de 60 mil a 70 mil doses que não foram aplicadas.

O que estamos questionando não é a campanha de vacinação em si, que foi acelerada nesses dias, mas a necessidade de continuidade dessa processo. Nós precisamos acelerar a vacinação. Se há vacinas, se nós temos um estoque disponível de vacinas, precisamos manter os postos de vacinação funcionando. Se não for possível vacinar a mesma quantidade, que se vacine ao menos em número suficiente para não que a vacinação não pare e assim se agilize esse processo.

Para isso, a sugestão em que nós estamos insistindo é que também se coloquem postos de vacinação nos terminais de ônibus, nas fábricas do distrito industrial, do nosso polo industrial, que tem um movimento

muito grande de trabalhadores, e entre os ribeirinhos. Que equipes itinerantes se dirijam também às áreas ribeirinhas para atender as famílias e vaciná-las. Que se contratem acadêmicos da área saúde e se acolham os voluntários, porque há muita gente querendo ajudar. Temos que intensificar a vacinação. Se há vacina, temos que dar agilidade à vacinação para salvar vidas. Já foram mais de 13 mil mortos aqui no Amazonas, e a vacinação está muito lenta ainda. Nós precisamos de vacinação já e de mais vacinas para todo o Brasil.

Gostaria que se divulgasse no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso de hoje, Sra. Presidente.

Documento 244/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 17/06/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Criação da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19. Homenagem à memória das vítimas do coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para falar dos quase 500 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida para a COVID-19. Quero falar da não banalização dessas mortes e quero falar dos milhões de brasileiros que estão sequelados pela COVID-19.

Nós criamos a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, e essa associação nacional, com as maiores lideranças deste País, em várias áreas, está coordenando um grande mutirão de solidariedade às vítimas da COVID-19. Essa associação está buscando manter a visibilidade dos invisíveis que perderam a vida, dar visibilidade à história de cada um dos brasileiros e de cada uma das brasileiras que perderam a vida. Vamos articular ações de apoio psicológico, jurídico e social. Estamos articulando políticas públicas e estamos apresentando aqui dois projetos de lei para buscar financiamento dos que ganham acima de 20 salários mínimos como contribuição solidária às vítimas da COVID-19, a fim de atender os órfãos e aqueles que perderam renda e perderam familiares e dar assistência e auxílio permanente às vítimas da COVID-19.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a associação está buscando documentos, depoimentos e testemunhos neste Brasil inteiro para responsabilizar o Estado brasileiro pelas mortes causadas pela COVID-19. E a CPI do Senado também vai contribuir para produzir provas. Se ficar comprovado que o Governo Bolsonaro tem responsabilidade na morte de três de cada quatro brasileiros que perderam a vida para a COVID-19, ele terá que reparar isso moralmente, materialmente e politicamente.

Por isso, neste momento histórico em que há solidariedade e há busca de documentos, estamos mobilizando todos no País para organizarem associações nos Estados e nos Municípios. Como diz Luís Fernando, do jornal *Folha de Londrina*, se o Governo Bolsonaro tivesse comprado vacina, o meu pai, que morreu hoje, a minha mãe, que morreu hoje, e meu irmão que morreu hoje estariam vivos. Quantos brasileiros que, a cada dia, são anunciados desta tribuna que morreram da COVID-19, e isso poderia ter sido evitado?

Nós queremos defender a vida e a justiça. Justiça às vítimas da COVID-19! Por isso, nós vamos acender 500 velas em homenagem às 500 mil vítimas da COVID-19. Vamos defender a vida e defender a justiça.

Fora, Bolsonaro, genocida!

Documento 245/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:28
Publ.: DCD - 17/06/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Superação do patamar de 491 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Apelo ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de renovação de contratos no âmbito do Programa Mais Médicos. Divulgação pelo Governo Federal de fake news a respeito da privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Prática contumaz de mentiras pelo Governo Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de movimento nacional em defesa do impeachment do Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta. É um prazer revê-la, mesmo que a distância.

Infelizmente, a tragédia que se abate sobre este País está a cada dia

mais grave. Já passamos de 491 mil mortes, e este Governo continua tomando medidas para prejudicar a vida e a saúde da nossa população.

Presidenta Rosângela, eu quero fazer aqui um apelo para o Ministro da Saúde, o Ministro Queiroga, a fim de que renove os contratos dos profissionais médicos que atuam no Programa Mais Médicos. Hoje, na Comissão de Seguridade Social e Família, da qual V.Exa. faz parte também, Presidenta, nós aprovamos uma moção ao Ministro da Saúde, pedindo que não permita que esta barbaridade aconteça: no momento grave em que nós estamos vivendo, centenas e centenas de profissionais irão ter o seu contrato de trabalho encerrado no final do mês de julho. Só na Bahia, são quase 100 médicos, nos Municípios mais pobres, nos Municípios que mais precisam de assistência à sua população. Esses são contratos vencem agora em julho, mas outros vencerão durante o segundo semestre. Nós precisamos renovar esses contratos para não permitir que essa população fique sem profissionais médicos para o seu cuidado.

Quero pedir desde já o registro no programa *A Voz do Brasil* desta conclamação, deste apelo ao Ministro da Saúde, para que não deixe milhões de brasileiros sem médicos neste momento em que nós estamos vivendo de tão grave crise sanitária.

Este é também o momento em que nós precisamos denunciar a ação deste Governo e seus aliados, que continuam com as mentiras, continuam com as chamadas *fake news*. Nós, infelizmente, tivemos aqui a Câmara aprovando a privatização da ELETROBRAS, a privatização do sistema energético no Brasil, em pleno momento de apagão, de crise energética.

Sabe o que os bolsonaristas já estão fazendo, Presidenta? Estão divulgando nas redes que o projeto aprovado foi o projeto para revitalizar o Rio São Francisco, foi o projeto para revitalizar as nascentes deste País. É muita hipocrisia, é muito cinismo, é muita mentira!

Este Governo se elegeu com mentira, governa com mentira e quer que se aprovelem projetos da "privataria", da entrega de um patrimônio de mais de 500 bilhões de reais para receber 20 bilhões de reais e torrar, pagando lucros aos seus comparsas, aos seus aliados do rentismo, para isso entregando a vazão dos rios, entregando um patrimônio estratégico para o País.

Chega de mentira! Chega de *fake news*! Fora, Bolsonaro! Dia 19, sábado, a população vai estar nas ruas pedindo o *impeachment* do Presidente Bolsonaro.

Muito obrigado, Presidenta.

Documento 246/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:28
Publ.: DCD - 17/06/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Superação do patamar de 480 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Elevação dos preços do gás de cozinha e de energia elétrica no País. Baixo valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Descompasso entre a comemoração, pelos governistas, do aumento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, e o quadro de fome e desemprego reinante no País. Indignação da oradora com a divulgação de fake news sobre a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Inconsistência das declarações do Governo Federal, a respeito da realização de obras de saneamento básico em Municípios situados ao longo do Rio São Francisco.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, com alegria chego a este plenário e vejo V.Exa. conduzindo esta sessão, em nome das mulheres desta Casa, como integrante da Mesa.

Saúdo todos os Deputados e todas as Deputadas, o povo brasileiro, todos os que nos ouvem e nos acompanham através dos canais e meios de comunicação desta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, nós estamos, mais uma vez, diante desta tragédia, uma tragédia anunciada, em abril deste ano, pelo Dr. Nicolelis, que disse que chegaríamos a julho com 500 mil mortos no Brasil. Nós já estamos com mais de 480 mil pessoas mortas no Brasil, brasileiros e brasileiras que perderam suas vida e cujas famílias choram a orfandade, a sua ausência.

Nós estamos, por outro lado, sob o ponto de vista da economia, com o preço do gás de cozinha chegando a 110 reais, 120 reais; com um auxílio emergencial de menos de 250 reais, que, portanto, não paga nem o gás de cozinha; e com a nova bandeira vermelha da energia, cujo preço teve crescimento de 20%. É esse o Governo Bolsonaro. Eles comemoram a ampliação do PIB porque o PIB que cresce é apropriado pelos grandes capitalistas e pelos bancos no Brasil, enquanto o povo morre de fome, desempregado, sem auxílio

emergencial e sem apoio para a retomada do crescimento econômico.

Eu ouvi o nosso colega Jorge Solla falando disto e quero aqui também denunciar: nesta Casa foi votado o projeto de privatização da ELETROBRAS, que foi para o Senado Federal, onde espero que o senso patriótico dos Senadores impeça a sua realização.

Agora, há as *fake news*: alguns, que certamente são beneficiários do orçamento paralelo, espalham pela Bahia e pelo Brasil que foi votado um projeto de revitalização do Rio São Francisco com rejeição nossa. Não é verdade. É mais uma *fake news*, é mais uma picaretagem, é mais uma mentira. Nós votamos aqui, e infelizmente perdemos, contra a privatização da CHESF. É o ribeirinho lá que vai deixar de ter acesso à água, vai ter sua água privatizada e gerida pelas grandes empresas.

Para finalizar, Sra. Presidente, o saneamento que eles estão prometendo, de 250 milhões, não chegará, não é suficiente para fazer o saneamento das cidades ribeirinhas do Rio São Francisco. São mentirosos, antipatriotas e picaretas, que usam o dinheiro do orçamento federal para o seu benefício próprio.

Dizemos "não" às *fake news*.

Documento 247/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:40
Publ.: DCD - 17/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Vacinação dos habitantes do Município maranhense de Alcântara contra a Covid-19, território de origem quilombola, por força da Lei nº 14.021, de 2020, acerca do estabelecimento do plano emergencial de atendimento às comunidades indígenas, quilombolas, e aos povos tradicionais diante da epidemia de coronavírus.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Presidente.

Eu queria dizer, nesta sessão, a todos os Srs. e Sras. Parlamentares que a cidade de Alcântara, no Maranhão, caminha para ser a primeira cidade do Brasil a ter 100% da sua população vacinada. Isso acontece por duas razões fundamentais. A primeira delas é o trabalho do Governador Flávio Dino, que tem sido um trabalho destacado

nacionalmente neste momento de luta contra a pandemia. O segundo fator - o principal - é a Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, uma lei aprovada por nós que trata do plano emergencial em razão da pandemia para atendimento das comunidades quilombolas e indígenas e dos povos tradicionais.

Foi graças a essa lei que os quilombolas foram incluídos no plano emergencial e se garantiu sua priorização. Agora, por ser a cidade de Alcântara um território quilombola, cuja maioria da população é formada por comunidades quilombolas, ela está sendo a cidade que tem o maior ritmo de vacinação em termos proporcionais no nosso País.

Então, é preciso que reconheçamos o esforço desta Casa e todo o trabalho que foi realizado, sobretudo a luta que se travou durante o ano passado para que esse projeto pudesse ser aprovado. Eu me lembro de que esse foi o projeto mais vetado. De todos os projetos e medidas emergenciais na Câmara, o mais vetado pelo Governo Bolsonaro foi esse projeto, mas nós conseguimos, com muito esforço, com muita luta, garantir sua aprovação. Hoje os resultados mostram a importância desse trabalho.

Portanto, eu quero destacar essa notícia sobre o que neste momento acontece no Estado do Maranhão, no Município de Alcântara, e a luta pela aprovação dessa lei, que foi um projeto da minha autoria que se juntou a um projeto da autoria da Deputada Professora Rosa Neide, que foi relatado pela Deputada Joenia Wapichana e que, ao final, foi aprovado.

Nós caminhamos para meio milhão de pessoas mortas, infelizmente, em razão da pandemia. Se o Presidente Bolsonaro tivesse cumprido com a sua obrigação e tivesse comprado vacinas, certamente teríamos poupado muitas vidas desta tragédia humanitária que acontece em nosso País, porque o caminho é a vacinação.

Portanto, eu parableno toda a população de Alcântara por estar tendo essa oportunidade de ter a vacinação, graças a essa lei que garantiu a prioridade de vacinação para as comunidades quilombolas.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 248/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 17/06/2021 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	APARTE DISCURSO



Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no País. Baixo percentual de vacinação da população brasileira contra a Covid-19. Inexistência de coordenação nacional para enfrentamento da doença. Críticas ao autoritarismo do Governo Jair Bolsonaro e à sua atuação contrária às orientações científicas de prevenção da Covid-19. Protesto contra o corte de recursos orçamentários das universidades federais, especialmente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidenta Rosangela, minha conterrânea, é um prazer vê-la.

Presidente, colegas, Deputada Gleisi, eu gostaria de realçar a minha permanente angústia e indignação, ao mesmo tempo, com a situação dramática e ainda acelerada de transmissibilidade do vírus no Brasil. Vejam, ontem, nós tivemos novamente quase 2.500 mortes no nosso País e mais de 85 mil casos. E o percentual de pessoas vacinadas com segunda dose não chega a 13%, o que nos coloca numa posição de vacinação ainda absolutamente vergonhosa diante do mundo.

Nós não temos coordenação nacional na pandemia. Nosso Ministério da Saúde não é um Ministério que coordena as ações, e muito menos o faz o Governo Federal. Nós não temos coordenação nacional de enfrentamento à pandemia. Isso é triste, isso é revoltante.

Qual é a resposta do Governo neste momento? É o Presidente da República passeando de motocicleta, sem máscara; é Ministro, sem máscara, dando um péssimo exemplo, inclusive o Ministro da Ciência e Tecnologia, contrariando toda a orientação da ciência. Eles foram autuados corretamente pelo Governador de São Paulo, que secunda o Governador do Maranhão, que fez, de forma pioneira, essa autuação no Estado do Maranhão.

Além disso, o Presidente da República continua ameaçando a democracia, dando sinais claros de autoritarismo a cada dia.

Nós estamos permanentemente neste Congresso mostrando caminhos, mostrando soluções, apontando a necessidade da priorização de populações, como os adolescentes com comorbidades, como os adolescentes com deficiência, pessoas importantes da sociedade que precisam ser priorizadas no Plano Nacional de Imunizações. Nós aqui sabemos o que fazer. Tudo está sendo levantado, os caminhos estão sendo apontados. Mas qual é a resposta do Governo? Restrição de orçamento, cortes orçamentários e desaceleração das respostas em relação à pandemia.

As universidades, Deputado Afonso, estão morrendo por falta de recursos. Hoje, eu fiz publicar um artigo, que saiu num jornal do Rio de

Janeiro, Deputada Rosangela, sobre a asfixia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está fechando as portas. O laboratório que está pesquisando uma vacina nacional não consegue mais trabalhar.

É grave a situação do ponto de vista da defesa da vida, do ponto de vista da defesa da sobrevivência por meio do emprego e do ponto de vista da democracia. É preciso que a sociedade continue se levantando em nome dessas bandeiras.

Obrigada, Presidenta.

Documento 249/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-15:16
Publ.: DCD - 17/06/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao povo brasileiro de participação nas manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Alcance da marca de 500 mil mortes no País, provocadas pelo coronavírus. Quadro de fome e desemprego reinante no Brasil. Desestruturação do Estado brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Lentidão do processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Falta de alimento na mesa dos trabalhadores brasileiros atingidos pela epidemia de coronavírus.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas Deputadas e Deputados, querido povo brasileiro do campo e da cidade, desempregados, eu venho aqui, mais uma vez, fazer um apelo ao povo brasileiro, mesmo diante de uma pandemia, mesmo enfrentando um vírus muito letal, para, no próximo sábado, dia 19 de junho, ir às ruas. É muito importante ir às ruas! Não estou sendo irresponsável, pelo contrário, é porque não dá mais. Não dá mais! O Brasil acumula meio milhão de mortos, milhões de desempregados, milhões de pessoas passando fome, milhões passando fome. E este Presidente, com seus cúmplices genocidas... Quem apoia essas ações, inclusive, com todo o respeito, colegas, no Congresso como um todo, sobretudo na Câmara, são cúmplices do genocídio, são corresponsáveis.

Com uma agenda de desmonte do Estado brasileiro, eles atacam a educação, atacam os indígenas, atacam e desmontam um conjunto de políticas públicas que vinha garantindo dignidade para o nosso povo. Promovem a privatização do patrimônio público, de empresas

estratégicas, como a ELETROBRAS, o Banco do Brasil, que estão no mesmo caminho dos Correios. São genocidas.

É assustador quando eu vejo médicos, que deveriam estar em defesa da vida, deveriam estar dando exemplo, deveriam estar lutando nesta Casa, deveriam estar lutando para que o próprio Presidente seja responsável e use máscara, lamentavelmente sendo cúmplices de uma agenda que está desmontando o Estado brasileiro, sobretudo negando políticas para os mais pobres. O Estado vale para os grandes. Há isenção para a mineração, para a compra de agrotóxico para matar o nosso povo. Mas, para o pobre, cadê o auxílio emergencial digno de 600 reais?

Então, é pelo auxílio emergencial de 600 reais, por vacina no braço - é uma vergonha a lentidão da vacinação - e por comida no prato que nós vamos às ruas neste sábado, 19 de junho.

Fora, Bolsonaro! Fora, genocida! Fora, cúmplices deste genocida Bolsonaro!

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 250/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-15:20
Publ.: DCD - 17/06/2021 - ODORICO MONTEIRO-PSB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Importância do papel desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS, e pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS no combate à Covid-19. Avanço da vacinação em Estados brasileiros. Relevância do Plano Nacional de Imunização - PNI. Realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de debate a respeito da inclusão de gestantes e puérperas em grupo prioritário de vacinação.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sra. Presidenta.

Sras. e Srs. Deputados, vou seguir essa linha do nosso querido

Deputado Padre João a respeito do negacionismo do Presidente da República, da sua postura dando péssimo exemplo com frequência, causando aglomeração. Como um Presidente da República sai de Brasília e fica aglomerando nos Estados como se fosse um esporte, Deputada Carmen Zanotto?

Eu quero ressaltar o papel dos Municípios no Brasil. Ressalto o papel dos CONASEMS, liderado pelo Presidente Wilames Freire, o papel dos Secretários Estaduais de Saúde, liderados pelo Presidente do CONASS, o Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Carlos Lula. Na hora em que há vacina para Estados e Municípios, nós vemos avanço. Os Governadores estão começando a povoar de boas notícias este País.

Por um lado, infelizmente, nós estamos chegando a 500 mil mortes, fruto do negacionismo e da necropolítica. Por outro lado, o Governador Camilo e o Secretário Cabeto anunciaram ontem que, no Estado do Ceará, já foram vacinadas mais de cem mil pessoas e há a possibilidade de que, até agosto, toda a população-alvo já esteja vacinada com a primeira dose.

O Governador João Doria também sinaliza a possibilidade de vacinar toda a população do Estado de São Paulo.

O Governador Flávio Dino, numa grande iniciativa do seu Secretário Carlos Lula, está incentivando todas as pessoas a aplicarem a segunda dose, inclusive com a realização de um sorteio.

Também ressalto o desempenho do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero mandar um abraço para o Secretário de Saúde Geraldo Resende, nosso colega desta Casa, que está fazendo um excelente trabalho à frente da Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul. Nossa solidariedade a ele, que está lá, de sol a sol, e já vacinou 36% da população de Mato Grosso do Sul, enquanto a média nacional é de 27%.

Da mesma forma, cumprimento o Secretário de Saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes, e o nosso Governador Renato Casagrande. Também cumprimento o nosso Secretário de Saúde de Pernambuco, André Longo.

Esse esforço dos Estados e dos Municípios do Brasil mostra que o Programa Nacional de Imunizações - PNI é o maior programa de vacinação do mundo e está dando resposta à medida que há vacinas.

Sra. Presidenta, hoje fizemos um debate na Comissão de Seguridade Social e Família a fim de criarmos mecanismos para incluir, cada vez mais, a população mais jovem, as gestantes e as puérperas. Esse é

um esforço que estamos fazendo com o Ministério da Saúde, para ampliar a vacinação, aproveitando a vacina da Pfizer e outras vacinas que estão sendo incorporadas.

Sra. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 251/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-15:32
Publ.: DCD - 17/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Provocação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de aglomerações durante a sua visita ao Estado do Espírito Santo, em desacordo com as recomendações de prevenção da Covid-19. Inconsistência do número de motociclistas participantes em passeata na Capital São Paulo, divulgado pelo Presidente da República. Atuação do Governo Jair Bolsonaro com base em mentiras. Repúdio às propostas governamentais de privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A- ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e de realização da reforma administrativa. Realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Deputada Rosângela Gomes, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de falar nesta tarde. Eu estava numa audiência pública e cheguei alguns minutos atrasado.

Quero fazer referência, primeiramente, à visita do Presidente da República ao Espírito Santo. O Presidente esteve lá na última sexta-feira para entregar pouco mais de 400 casas. Os principais jornais do nosso Estado divulgaram que apenas 15% do valor daquele empreendimento foram pagos neste Governo, ou seja, 85% daquele empreendimento foram pagos ainda no Governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O Presidente foi ao nosso Estado, mas quero dizer que, para a maioria do Espírito Santo, para a maioria da nossa população, o Presidente não é bem-vindo, até porque promoveu aglomerações, andou sem máscara. Na verdade, foi fazer uma tentativa de testar a sua popularidade. Entrou sem ser convidado numa aeronave, no Aeroporto Eurico Salles, e foi vaiado, muito vaiado pela maioria da população.

Vejam que impressionante: no dia seguinte, o Presidente vai para São Paulo, faz um passeio com motos e divulga que o passeio teve, Deputado Afonso Motta, 1 milhão e 300 mil motos, quando o que se divulgou oficialmente foi que havia 12 mil motos. Todo o mundo estava sem máscara. Ao final, houve alimentação gratuita para todos os que participaram.

A verdade é que este Governo é baseado na mentira, é um Governo *fake*, é um Governo que acha que o povo vai acreditar o tempo inteiro nas mentiras que são contadas para a população brasileira.

Este Governo, em plena pandemia, apresenta a esta Casa projetos para privatizar os Correios, privatizar a ELETROBRAS, apresenta uma proposta de reforma administrativa que quer destruir o serviço público, que prejudicará sobremaneira os servidores públicos deste País.

Portanto, a mentira, como dizia meu saudoso avô, lá no interior do Espírito Santo, onde eu nasci, tem pernas curtas. O povo brasileiro está abrindo os olhos e está percebendo que este Governo não tem compromisso com a maioria do nosso povo.

Por isso, nós vamos às ruas no próximo dia 19, com máscara, álcool gel, distanciamento social. O povo brasileiro não aguenta mais tanto absurdo. Já temos meio milhão de mortos no nosso País, e muito poderia ter sido evitado.

Peço, Sra. Presidenta, que seja divulgado meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 252/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-15:36
Publ.: DCD - 17/06/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repercussão das acusações do ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, contra o Presidente Jair Bolsonaro e o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, durante o depoimento prestado à CPI da Covid. Indignação com os sucessivos reajustes nos preços do gás de cozinha e nas tarifas de energia elétrica.



O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Presidente genocida Bolsonaro não vai conseguir dormir, porque o depoimento do ex-Juiz, ex-Governador e ex-bolsonarista Wilson Witzel, do Rio de Janeiro, na CPI da COVID, retratou que Bolsonaro passou a persegui-lo a partir do momento em que ele abriu investigação sobre o caso Marielle, quando prenderam duas pessoas ligadas a Bolsonaro, ou seja, as investigações chegaram muito próximas ao Presidente Jair Bolsonaro. A partir daí, Bolsonaro começou a perseguir o Governador do Rio.

Se não bastasse isso, o ex-Governador ainda denunciou que o ex-Juiz e ex-Ministro Moro coagiu o porteiro, que tinha dito que um dos que foram presos foi no condomínio de Bolsonaro. Aí, a denúncia que o ex-Governador fez é que Moro coagiu o porteiro, ou seja, isso é terrível, pelo momento que nós estamos vivendo.

Se não bastasse isso, o ex-Governador ainda disse que tinha outra denúncia a fazer e não poderia ser no plenário da CPI, tinha que ser em segredo de Justiça.

Portanto, meus companheiros, minhas companheiras, colegas Deputadas e Deputados, o depoimento do ex-Governador Wilson Witzel é assustador, mostra que, primeiro, Moro coagiu o porteiro, mas também mostra que a investigação dos envolvidos no assassinato de Marielle chegou muito perto do Planalto.

A Justiça e todos nós temos que tomar providências com relação a isso, porque não se pode deixar passar a ideia de que o Presidente Bolsonaro, de acordo com a denúncia do ex-Governador, utilizou-se da estrutura do Estado para coagir, intimidar e, ao mesmo tempo, perseguir o ex-Governador do Rio de Janeiro ou qualquer outro Governador.

Nós não podemos aceitar isso.

Então, Sra. Presidente, o Governo Bolsonaro, os bolsonaristas e também Bolsonaro, nesta noite, não vão conseguir dormir.

Eu quero encerrar, falando de outro assunto importante, que é a carestia que está no Brasil. O preço do gás e da energia todos os dias aumenta. Como é que a população pobre vai viver neste País desse jeito? É preciso que nós, como Deputados, possamos agir. Não podem, de forma alguma, os preços tanto da energia quanto do gás cada vez mais aumentarem, enquanto as pessoas não têm trabalho, as pessoas não têm dinheiro, alguns estão recebendo 150 reais. Como é que vão pagar um botijão de gás que custa mais de 100 reais? Como é que vão pagar a energia...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 253/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-15:40
Publ.: DCD - 17/06/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance pelo País da marca de 17 milhões de contaminados e de meio milhão de mortes pela Covid-19. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.130, de 2021, sobre a distribuição gratuita de máscaras de proteção individual.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vou insistir em um tema que tratei aqui na semana passada. O Brasil já chega a quase 17 milhões de pessoas contaminadas pela COVID-19. Lamentavelmente, estamos nos aproximando de 500 mil pessoas, brasileiras e brasileiros que morreram de COVID.

Nós apresentamos, Presidente, o Projeto de Lei nº 2.130, que tem por objetivo fazer com que o Sistema Único de Saúde distribua máscaras descartáveis para a nossa população, principalmente para a população mais pobre, porque há pessoas no Brasil que não têm dinheiro sequer, neste momento, para comprar um pão. Entre comprar um pão e comprar a máscara, Deputado Afonso, as pessoas vão optar pela compra do pão.

Portanto, a doação da máscara tem o caráter econômico e o caráter educativo de incentivar a pessoa a utilizá-la. Nós já vivemos isso no Brasil com relação à contaminação pelo vírus da AIDS, o que fez, à época, o Governo brasileiro, através do SUS, como é feito até hoje, distribuir preservativos para evitar que o vírus da AIDS pudesse contaminar mais pessoas e para incentivar a utilização do preservativo. Este é o mesmo objetivo deste PL: o Governo distribuir máscaras para a população mais pobre do Brasil.

Presidente, eu costumo dizer que a pessoa gosta do que quer, gosta do político que quiser, é um direito democrático que lhe assiste, mas, pelo amor de Deus, não ouça o conselho daqueles que dizem que não há mais necessidade de utilização de máscara, principalmente porque

o ritmo de vacinação no País é muito lento.

Portanto, Presidente, o Sistema Único de Saúde, que está presente em todas as cidades brasileiras, distribuindo máscara descartável para a população mais pobre, além de economizar, de sobrar o dinheirinho para comprar o pão, incentiva as pessoas a utilizarem a máscara, prevenir-se, enquanto, infelizmente, o ritmo da vacinação continua lento.

Peço que a nossa fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 254/557

46.2021.B	Sessão Outro Evento	16/06/2021-15:44
Publ.: DCD - 17/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa de culpabilidade do Governo Jair Bolsonaro pela crise sanitária reinante no País, demonstrada no número de óbitos decorrentes da Covid-19 divulgado pelo consórcio de veículos da imprensa.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssima Presidente Rosângela Gomes, nobres colegas.

É muito bom estar neste plenário.

Eu vou citar aqui desta tribuna um caso que considero quase de desobediência civil. Quando nós temos, no Brasil, Secretarias de Saúde e o Ministério da Saúde para medir o número de mortos no País por COVID, é inaceitável que exista um consórcio de veículos de comunicação para dizer e somar quantos brasileiros morreram, quando temos o CONASS, órgão oficial do Governo, que ouve todas as Secretarias oficialmente para divulgar o número de mortos. E o interessante é que os números do consórcio sempre, ou na maioria das vezes, são superiores aos números do CONASS. Por que isto? Por que maiores os números? Para tentar menosprezar e colocar a culpa dos mortos no Governo do Bolsonaro. Isso para mim é quase uma desobediência civil; é um desrespeito ao CONASS, que é o órgão responsável junto às Secretarias de Saúde por somar o número de mortos por COVID no Brasil.

Quero dizer também que nesta época, segundo os urubus de plantão, com olhos na nuca, "contra tudo e a favor de nada", do "quanto pior,

melhor", era para termos a média de 5 mil mortos por dia - 5 mil mortos por dia! Na segunda-feira, tivemos 2.800, mortes, bem aquém do que os "desgracionistas" almejam, porque o interesse é menosprezar o Governo. Felizmente, estamos demonstrando que somos o 4º país que mais vacina. Já há mais de 600 milhões de doses compradas. Por quê? O Governo quer saúde, o Governo quer progresso, quer desenvolvimento e, acima de tudo, a volta à normalidade.

E deixo bem claro, como disse há pouco um opositor que vivemos uma carestia como nunca, que isso é no país dele, porque problemas os pobres tiveram quando tínhamos aqui o petrolão, o mensalão, uma corrupção desenfreada e obras superfaturadas.

O Brasil está bem porque acabou a corrupção, não há mais obras superfaturadas, e o respeito é para todos os brasileiros.

Grato, nobre Presidente.

Documento 255/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	16:08
Publ.: DCD - 17/06/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com Câncer. Defesa de vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19. Necessidade de votação pela Casa de proposta de imunização de lactantes.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "sim" à urgência, Sr. Presidente, sobretudo num momento como este, em que as pessoas que vivem com câncer, as que estão se tratando de câncer e as que não fecharam o diagnóstico de câncer estão tendo inclusive seus atendimentos retardados e exames cancelados por conta da grande tragédia humana que nós vivemos, devido ao grande número de casos da COVID-19, à lotação dos hospitais, à lotação dos leitos de UTI, a essa irresponsabilidade que é a lentidão do nosso plano de vacinação.

Por isso, o PT vota a favor da urgência desse projeto. Que esse sentimento de urgência seja também para a vacinação da população brasileira, Sr. Presidente! Precisamos vacinar cada vez mais - vacinar,

vacinar, vacinar.

Queria reforçar que o Senado aprovou a vacinação para as lactantes e que precisamos botar em votação, o mais rápido possível, aqui na Câmara, a vacinação para as lactantes - uma vacina salvando duas vidas, Sr. Presidente.

Documento 256/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	16:12
Publ.: DCD - 17/06/2021 - IGOR TIMO-PODE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Relevância do Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com Câncer. Excelência da gestão do Prefeito Eduardo Braide, da Capital São Luís, Estado do Maranhão. Vacinação em massa da população ludovicense contra a Covid-19.

O SR. IGOR TIMO (PODE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu queria acrescentar o tempo de Líder, para que eu possa fazer referência ao nosso ex-Deputado Eduardo Braide, atual Prefeito de São Luís, que foi o autor do projeto de lei.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, de autoria do ex-Deputado Eduardo Braide, do Podemos, que hoje é atual Prefeito da Capital São Luís, do Maranhão, traz a consolidação do Estatuto da Pessoa com Câncer, com os principais objetivos de assegurar e promover, em condições de igualdade, o acesso ao tratamento adequado aos pacientes; garantir o respeito, a dignidade, a cidadania e a inclusão social das pessoas com câncer.

A proposição busca soluções para as dificuldades enfrentadas pelos pacientes com câncer. Cria um marco regulatório para subsidiar ações públicas no enfrentamento da doença, destacando a importância do diagnóstico precoce. São trazidos como princípios a busca pelo tratamento precoce e humanizado, o estímulo à prevenção e o acesso a informações claras pelos pacientes. Ressalta a importância do papel do Estado no atendimento devido às pessoas com câncer, inclusive na garantia do fornecimento de medicamentos comprovadamente eficazes, próteses e demais recursos necessários ao tratamento e à reabilitação das pessoas com câncer.

Parabenizo, portanto, a iniciativa do ex-Deputado Eduardo Braide, que

contribuiu para o acesso à saúde das pessoas com câncer.

Não poderia deixar de destacar a gestão que Braide vem fazendo à frente da Prefeitura de São Luís. Sua preocupação com a saúde, refletida no PL nº 1.605, de 2019, que traz o Estatuto da Pessoa com Câncer, manifesta-se também em ações concretas realizadas por sua gestão na Capital São Luís. O Prefeito Eduardo Braide tem se mobilizado para revitalizar a cidade, os seus pontos turísticos, e levar mais qualidade de vida para a população.

A cidade se destaca com a campanha de vacinação em massa. É uma das primeiras cidades brasileiras a iniciar a vacinação em grupos acima de 24 anos de idade. E está anunciada a vacinação para jovens a partir de 18 anos para a próxima semana. São realizados mutirões de vacinação na cidade, que já aplicaram mais de 500 mil doses.

O acesso à saúde pública de qualidade já é realidade na gestão do Prefeito Eduardo Braide em 6 meses à frente da Capital São Luís, o que nos mostra o compromisso do Podemos em levar saúde à população brasileira.

Agradeço ao Presidente Arthur Lira por atender ao nosso pedido na reunião de Líderes e incluir essa proposição na pauta. Conto com o apoio de todos os nobres colegas na aprovação desse projeto.

Esse projeto, para mim, Sr. Presidente, é simbólico, porque este ano eu perdi a minha irmã, de 37 anos de idade, para um câncer, depois de 7 anos de luta, enfrentando essa maligna doença. Espero que outras famílias brasileiras não passem pela perda que eu passei.

Conto com o apoio de todos e que Deus nos abençoe nessa missão.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 257/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	16:16
Publ.: DCD - 17/06/2021 - RENATA ABREU-PODE -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Pedido aos Parlamentares de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com Câncer. Congratulações ao autor da proposição e atual Prefeito Municipal de São Luís, ex-Deputado Eduardo Braide. Vacinação em

massa da população ludovicense contra a Covid-19.

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria pedir atenção e apoio a todos os colegas para esse requerimento de urgência referente ao Projeto nº 1.605, do ex-Deputado do Podemos Eduardo Braide, o atual Prefeito da Capital São Luís. É um projeto que consolida o Estatuto da Pessoa com Câncer e tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o acesso ao tratamento adequado dos pacientes. O projeto promove o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com câncer, visando garantir respeito à dignidade, à cidadania, à inclusão social das pessoas com câncer, ou seja, ele busca soluções para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que hoje portam câncer.

Minha mãe teve câncer, e sei da importância desse projeto para darmos qualidade de vida a essas pessoas que sofrem com essa doença que tem tomado conta, infelizmente, do nosso País.

Eu quero aproveitar, Presidente, e parabenizar o nosso atual Prefeito Eduardo Braide, pelo compromisso de trabalhar pela aprovação dessa matéria. E celeridade, inclusive, é a marca registrada de Eduardo Braide à frente da Prefeitura da Capital São Luís do Maranhão.

Para termos ideia, neste momento, a campanha de vacinação em massa na cidade já alcança adultos acima de 24 anos e, nas próximas semanas, já vai vacinar acima dos 18 anos. Isso é uma referência para o Brasil. São mais de 550 mil doses de vacinas aplicadas em São Luís do Maranhão.

Então, eu quero parabenizar, por todo o esforço, o nosso Deputado Eduardo Braide, pedir apoio dos Parlamentares e orientar, pela Maioria, "sim" para esse projeto tão importante para o nosso País.

Documento 258/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 17/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do § 9º, art. 12, da Lei nº 8.429, de 1992, alterado pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 10.887, de 2018, a respeito da

improbidade administrativa. Registro de 2.997 óbitos no Brasil nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "sim", Presidente, e mais uma vez denuncia desta tribuna a irresponsabilidade, o negacionismo do Governo Bolsonaro no combate à pandemia. Hoje, infelizmente, 2.997 brasileiros e brasileiras perderam a vida. O Brasil já tem a segunda maior mortalidade por COVID do mundo em números absolutos. Quando se considera o número proporcional à população, ao contrário do que mentem os "bolsonaristas", o Brasil já tem, infelizmente, a nona maior mortalidade do mundo. Estados Unidos: 600 mil mortos; Brasil: 493 mil mortos.

Documento 259/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD 20:00
Publ.: DCD - 17/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor, constante no § 10, art. 17, da Lei nº 8.429, de 1992, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 10.887, de 2018, e, por decorrência, do inciso I, § 13, art. 17 da referida lei, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo. Consequências da recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria libera, Presidente, pois tem posições diferentes no plenário.

Hoje estou tratando, por diversas vezes, do impacto da pandemia no Brasil, que foi muito maior do que deveria ter sido. O Brasil já está sendo um dos países mais atrasados do mundo a conseguir superar a pandemia. Nós somos, neste momento, o 63º país mais atrasado no processo de vacinação do mundo. E isso foi causado pela postura do Presidente Bolsonaro, que não comprou vacinas quando havia disponibilidade para comprá-las. Imaginem quantos milhares de vidas poderiam ter sido salvas e o impacto na economia desse atraso na

vacinação.

Nós liberamos a bancada.

Documento 260/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	20:08
Publ.: DCD - 17/06/2021 - CACÁ LEÃO-PP -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, aprovado pelo Senado Federal, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão de lactantes, gestantes e puérperas em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Deputado Bohn Gass. Prometo não passar de 1 minuto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, que trata da alteração da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 das gestantes, puérperas e lactantes, bem como das crianças e dos adolescentes com deficiências permanentes e comorbidades, além daquelas privadas da liberdade.

Eu queria dizer, Presidente, que estou apresentando um requerimento de urgência - vamos colher a assinatura dos Líderes - para que votemos esse projeto, o mais rapidamente possível, na Câmara dos Deputados. Ele é de suma importância para a vida desses grupos prioritários.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Obrigado.

Documento 261/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 17/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		

Sumário

Registro de 2.997 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Aproximação da nefasta marca de meio milhão de óbitos provocados pela doença viral no Brasil. Vinculação entre as mortes decorrentes do coronavírus e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas. Elevação dos índices inflacionários, bem como dos preços de alimentos, de combustíveis, do gás de cozinha, de tarifas de energia elétrica e de aluguéis no País. Agravamento do desemprego e congelamento do salário mínimo. Insignificância do valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021 para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Possibilidade da ocorrência de apagão de energia elétrica no País. Devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Defesa de instauração, pela Casa, de CPI para investigação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Omissão do Governo Federal no repasse de recursos às pequenas e microempresas. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Conclamação ao povo brasileiro para participação em manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado General Peternelli.

Saúdo os colegas Deputados.

Nós temos mais um número triste no dia de hoje: 2.997 mortos nas últimas 24 horas pela COVID. E esse número eleva para 493.693 mortos por causa da COVID. Quase meio milhão de pessoas morreram pelo descaso do Governo Bolsonaro ao não viabilizar vacina para a população, Deputado Pedro Uczai. V.Exa., inclusive, está organizando uma associação de vitimados pela COVID no Brasil.

Não é só esse número que sobe, infelizmente. Sobe também o preço da comida. Sim! Em média, a comida aumentou 15%, está 15% mais cara, percentual que é o dobro da inflação. Aliás, a taxa de referência da SELIC hoje também aumentou. A inflação está em torno de 8%, e os alimentos subiram o dobro! A carne subiu 30%. Aliás, muitos brasileiros nem mais comem carne. O arroz chegou a subir 70% e o feijão, 69%. O tomate e a cebola dispararam. O óleo de soja subiu 87%. Tudo isso no último ano. Os combustíveis não param de subir. O gás de cozinha, em alguns lugares, já está custando 100 reais. A gasolina subiu 45% e o *diesel*, só este ano, 46%. O aumento da conta

de luz já foi anunciado, vem aí a bandeira vermelha. Os aluguéis subiram 37%.

Comer, transportar-se, morar no Brasil, Deputado Uczai, é muito caro. Enquanto isso, o desemprego aumenta, o salário mínimo está congelado e o auxílio emergencial é pífio, além de em janeiro, fevereiro, março e abril não ter havido auxílio emergencial. No ano passado, o auxílio era de 600 reais a 1.200 reais; neste ano, pode ser de 150 reais, 250 reais ou, no máximo, 375 reais. E o Governo vem anunciar uma prorrogação de 2 meses, com outro programa, sendo que só pensa na própria situação eleitoral, porque aqui sempre condenou qualquer programa social.

Nós temos a solução. Nós queremos que esta Casa vote a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, porque, ao não votá-la, nós vamos consolidar esse valor pífio para as pessoas, que estão morrendo de fome. A proposta do Partido dos Trabalhadores é votar a Medida Provisória nº 1.039 para garantir 600 reais durante todo o período da pandemia, porque o descalabro que nós estamos vendo no Brasil é uma opção do Governo Bolsonaro.

Se a comida está tão cara, é porque houve o abandono do financiamento para o agricultor familiar, não há mais estoques reguladores, diminuíram o recurso para a compra pública.

Por falar em agricultura, está próximo o novo Plano Safra, e sequer sabemos se há expectativa de anúncio de melhores programas, de recursos, de mais subsídio, de mais crédito. Há o risco - esta é a preocupação de todo o setor da agricultura - de acontecer elevação dos juros dos financiamentos, porque, com este Governo, tudo aumenta, como o número de mortes e o preço dos produtos básicos, de que as pessoas precisam.

As opções para deixar o Brasil numa situação tão difícil acontecem em todas as áreas. Na de combustíveis, por exemplo, em que os preços aumentam, foi feita no País a vinculação ao preço de paridade de importação, o PPI. Isso se faz quando o país não tem sua própria riqueza, o seu próprio petróleo, a sua própria energia. Não precisamos nos submeter a essa lógica dolarizada em âmbito internacional e estabelecer preço tão elevado, como acontece hoje em relação aos combustíveis.

Estamos diante da possibilidade de um apagão, de uma crise energética. O Estado do Amapá, por exemplo, entrou hoje novamente em situação de colapso na área de energia. É o novo apagão, e, neste momento, o Governo opta por se desfazer da maior empresa de energia elétrica do País, a ELETROBRAS.



O Governo não tem preocupação com a economia, não tem preocupação com a saúde. Naquela fatídica reunião, do dia 22 de abril do ano passado, o Ministro Salles disse: "*Precisamos passar a boiada*". Está fazendo isso, está destruindo a Amazônia, aumentando o desmatamento, as queimadas, o uso de venenos. Queremos, portanto, a CPI do Salles. Precisamos que os colegas Deputados assinem o nosso pedido para instalação dessa CPI.

Naquela fatídica reunião, Paulo Guedes fez duas afirmações significativas. Primeiro, disse que colocaria uma bomba no bolso do servidor público. Sim, já colocou. Muita reforma foi feita, e não recuperou a economia, nem sequer gerou empregos. Agora querem consolidar as reformas com a reforma administrativa. Vamos fazer de tudo para que a PEC 32 não seja aprovada nesta Casa. Segundo, ele disse, naquela mesma reunião, que as pequenas empresas só davam prejuízo. "*As pequenas empresas só dão prejuízo.*" Ora, são as pequenas empresas que mais empregam neste País! E passaram meses sem ter o apoio do Governo. Estávamos aqui para votar o auxílio e, no ano passado, nós o votamos. Mas, neste ano, infelizmente, o Governo não o repassou para as pequenas e microempresas, que Brasil afora poderiam manter empregos, o que é fundamental.

Presidente, é opção do Governo abandonar o povo, criar um verdadeiro assassinato em massa. Isso a CPI no Senado está investigando bem e vai apontar os responsáveis.

Ela já está mostrando a responsabilidade pela falta de oxigênio, de vacina, pelo genocídio que está sendo cometido. Precisa seguir o dinheiro, porque deve haver muito rolo, muito interesse financeiro quando se procura defender produtos que são negados pela ciência.

O Senado vai fazer o seu trabalho, mas é preciso que haja mobilização maior da sociedade brasileira. Além disso, é necessária a instalação da CPI relativa ao Ministro Salles, a aprovação, nesta Casa, da abertura do processo de *impeachment*. Precisamos de mobilizações sociais nas ruas. É exatamente isso.

Eu quero concluir a minha fala dizendo que, no mês passado, no dia 29, muitas pessoas foram às ruas para dizer o seguinte: "*Queremos vacina no braço, queremos comida no prato, queremos renda e emprego*". Elas estão dizendo também: "*Fora, Bolsonaro!*" Não é mais possível que este Governo continue, porque, como ele mesmo disse, veio para destruir, antes de construir. Está destruindo a economia brasileira, está destruindo o sonho de vida e de qualidade de vida do nosso povo.

Por isso, eu quero conclamar todas as pessoas de bem - quem

defende a democracia, quem quer atendimento de saúde, quem quer emprego, quem quer comida, quem quer desenvolvimento neste País, sem privatizações, sem venda e submissão do Brasil, e sim com soberania - a participarem das mobilizações no próximo sábado. Este dia 19 é fundamental. O Brasil precisa disso. De norte a sul, de leste a oeste do País, em todas as cidades estão sendo preparadas mobilizações para que possamos, sim, dizer: basta! Basta de genocídio, basta de sombras, basta de violência! Nós queremos que as pessoas tenham emprego, renda e dignidade.

Obrigado.

Documento 262/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD 20:24
Publ.: DCD - 17/06/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Ministério da Saúde pela distribuição de 110 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 no País. Expectativa de imunização do povo brasileiro contra a doença até o final de 2021. Congratulações à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, pela produção de imunizantes contra o coronavírus. Anúncio de reajuste nas tarifas de energia elétrica em 20%. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, a respeito da produção e distribuição de energia renovável, especialmente da energia solar. Presença no plenário do Sr. Augusto, representante do Als Livres, e dos ex-Vereadores Wilton Minarini e Zazá Evangelista, respectivamente, dos Municípios de Baixo Guandu e Marataízes, Estado do Espírito Santo. Apelo ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, de redução da taxa de anuidade estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.964, de 2021, sobre a criação da Universidade Federal de São Mateus - UFSM, no Estado do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente eu quero parabenizar o Ministério da Saúde. Hoje o Brasil bateu a marca de 110 milhões de doses de vacinas distribuídas no País. O Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo! Hoje de manhã assisti a uma reportagem sobre a Rússia, onde o número de casos de COVID está aumentando muito. A Rússia, apesar de fabricar vacina, de ter sido o primeiro país a registrar uma vacina, a Sputnik, só vacinou 10% da população.



Mesmo que esteja enfrentando tantos desafios e tantas dificuldades, eu quero parabenizar o Ministério da Saúde. Aliás, o Ministro da Saúde acaba de anunciar em sua rede social que a Pfizer, que entregaria em julho 7 milhões de doses de vacina, vai antecipar a entrega. Vai entregar 15 milhões de doses de vacina para o Brasil e, até o final do ano, entregará cerca de 200 milhões de doses. A FIOCRUZ vai entregar, até o fim do ano, 200 milhões de doses, e o Butantan, aproximadamente 100 milhões de doses. Com a Sputnik, que foi liberada pela ANVISA, vamos chegar ao final do ano, se Deus quiser, com toda a população brasileira vacinada, a população indicada pela ciência, a dos que têm 18 anos ou mais.

Então, parabéns ao Ministério da Saúde! Parabéns ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, que, mesmo sendo mal interpretado e mal compreendido, não tem medido esforços para vacinar a população brasileira. É bem verdade que gostaríamos de já estar vacinados há muito tempo, mas falta vacina no mundo, todos sabem disso, quem tem compromisso com a verdade sabe disso.

A propósito, quero parabenizar a FIOCRUZ, que está pré-fabricando a vacina brasileira, a vacina própria.

Abordo agora outra questão importante, a da energia no Brasil. Hoje a ANEEL anunciou que vai, nos próximos dias, aumentar o preço da energia em cerca de 20%. Vai implantar a bandeira vermelha.

Eu quero fazer um apelo a este Parlamento. Já passou da hora de votarmos o PL 5.829, em favor de produção de energia barata, energia limpa, a energia solar! Este Parlamento tem que dar ouvidos à população! Tem que dar ouvidos ao clamor do povo, que não suporta mais aumento do preço da energia, do gás. Nós temos saída. A saída não é criticar o Presidente, não é criticar o Governo. A saída é aprovar aqui o projeto sobre energia fotovoltaica, para que se possa oferecer mais energia ao sistema e, assim, baratear a energia brasileira.

Faço então esse apelo ao Parlamento, para que seja aprovado o PL 5.829, que trata de energia.

Sr. Presidente, registro a presença aqui de Wilton Minarini, ex-Vereador da cidade de Baixo Guandu; do meu amigo Zazá Evangelista, ex-Vereador da cidade de Marataízes; do Augusto, representante do Als Livres, dos agentes de investidores. Tratamos de uma pauta importante hoje na Secretaria Especial de Fazenda, questionando justamente a redução da taxa cobrada pela CVM.

A maior anuidade cobrada no Brasil é da OAB, que já é cara, 800 reais, e um agente de investidor no Brasil paga quase 2.500 reais de anuidade. Isso é um absurdo! Esse setor poderia gerar quase 1 milhão

de empregos no Brasil, mas essa taxa absurda está inibindo que novos investidores entrem no mercado.

Então, faço um apelo ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. Já conversamos hoje com Bruno Funchal, com Bruno Neves, da Fazenda. Eles se sensibilizaram com esse tema e nós acreditamos que vamos ter essa vitória em defesa dos agentes de investidores do Brasil.

Sr. Presidente, quero tratar agora de outro assunto: educação. Em 2004, assumi o mandato nesta Casa de Leis e apresentei um PL para criação da Universidade Federal do Norte do Espírito Santo, na cidade de São Mateus. A ideia era fazer um desmembramento da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e interiorizar o ensino superior no Estado. Na época, não foi possível criar a universidade federal, mas a cidade ganhou um polo universitário, que hoje tem 21 cursos.

Ao voltar ao Parlamento neste ano, Sr. Presidente, apresentei dois projetos de lei, o PL 1.963 e o PL 1.964, para transformar dois polos universitários, o de Alegre e o de São Mateus, em universidades autônomas, a fim de que a comunidade desses locais possa construir a grade de cursos dessas instituições e gerar mais empregos, oferecer mais oportunidades, levar mais conhecimento à região e também desenvolvimento, porque conhecimento atrai desenvolvimento. Toda boa indústria quer estar onde há capacidade de formação de mão de obra qualificada.

O PL 1.964 trata da criação da Universidade Federal de São Mateus. Além desses dois projetos, Sr. Presidente, fizemos uma indicação ao Ministério da Educação e ao Presidente da República, para que se possa transformar outros polos universitários do Brasil em universidade federal.

Sr. Presidente, para transformar um polo universitário já existente em universidade federal, o Governo vai precisar de mais 8 milhões por ano por unidade. É muito pouco. Esta quantia, 8 milhões de reais, equivale à metade do valor das emendas orçamentárias a que tenho direito como Parlamentar, 16 milhões. A educação precisa do nosso apoio.

Estive agora à tarde com o Secretário-Executivo do MEC e lhe disse que, se o Governo não tiver 8 milhões para transformar um polo como esse em universidade, eu destino os 16 milhões, por emenda orçamentária, a que tenho direito como Parlamentar, para custear essas duas novas universidades no meu Estado. Eu tenho certeza de que este Parlamento fará o mesmo, se o Governo disser: *"Veja, para eu transformar 30 polos, 40 polos em universidades no Brasil, vou precisar de 8 milhões por unidade"*. Tenho certeza de que o Parlamentar de cada Estado vai assumir esse compromisso.



Quero aqui assumir este compromisso com a comunidade do norte do Estado do Espírito Santo. Se o problema for recurso, vou destinar metade da minha verba orçamentária parlamentar à criação da Universidade Federal de São Mateus, no Estado do Espírito Santo. Se forem necessários mais 8 milhões, e a bancada do meu Estado não quiser fazer essa alocação - a nossa bancada é atuante, trabalha unida, sei que vai nos ajudar -, tenho coragem de destinar os 16 milhões, por meio de emenda orçamentária, para ajudar a criar essas duas universidades federais no meu Estado, a de São Mateus, no norte do Estado, e a de Alegre, no sul do Estado do Espírito Santo. Fica registrado o meu compromisso.

Quero agradecer a Victor Godoy, Secretário-Executivo, e a Wagner Souza, Secretário de Educação Superior, que nos atenderam muito bem.

Se Deus quiser, povo do Espírito Santo, teremos duas novas universidades!

Documento 263/557

65.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/06/2021- CD	20:36
Publ.: DCD - 17/06/2021 - JOSIVALDO JP-PODE -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Prefeito Eduardo Braide pela vacinação em massa dos habitantes de São Luís, Estado do Maranhão.

O SR. JOSIVALDO JP (PODE - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que nos ouvem pela *Rádio Câmara* ou assistem pela *TV Câmara* esta sessão, ocupo esta tribuna com todo o orgulho que sinto no meu coração. Sou caçulinha nesta Casa. Assumi o mandato há pouco mais de 6 meses. Assumi a vaga do então Deputado Eduardo Braide, que tanto me orgulha. Hoje é Prefeito da Capital São Luís.

Há uma grande crise no nosso País e no mundo inteiro. No Brasil, Eduardo Braide tem se destacado como o melhor Prefeito da Capital São Luís, onde já vacinou mais de 600 mil pessoas.

Temos a grata satisfação de saber que o Prefeito de São Luís já está vacinando pessoas de 22 anos. Na semana que vem, vai vacinar

peessoas que têm 18 anos.

Eu fico muito feliz em poder dizer que sou maranhense, residente na cidade de Imperatriz, e que o nosso Maranhão está sendo destaque no que se refere a imunização.

Parabéns, Prefeito Eduardo Braide! Parabéns, povo do Maranhão! Eu fico muito feliz por estar aqui na Câmara ajudando o meu Estado.

Obrigado.

Documento 264/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:00
Publ.: DCD - 18/06/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Suspensão, pelo Supremo Tribunal Federal, da tramitação de processos da Justiça Federal de primeira instância nos Estados do Pará e Amazonas, relacionados ao contrabando e à extração ilegal de madeira. Imediata instauração da CPI do Meio Ambiente pela Câmara dos Deputados. Devastação do meio ambiente pelo Presidente Jair Bolsonaro, a favor da grilagem de terras e da extração ilegal de madeira. Não aquisição de vacinas em tempo hábil pelo Presidente da República. Importância do isolamento social e da vacinação contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mantenho a manifestação que fiz ontem no período de Breves Comunicados, para saudar a intervenção do Supremo Tribunal Federal, a partir da Ministra Cármen Lúcia, que paralisou, deixou de lado, desconsiderou os encaminhamentos feitos pela Justiça Federal, de primeira instância, do Pará e do Amazonas. Os processos suspensos tem relação com aqueles acontecimentos da apreensão da maior carga de madeira extraída de maneira ilegal, da prática de contrabando, que alcança inclusive não só o Presidente afastado do IBAMA, o Eduardo Bim, mas também o Ricardo Salles. Este, por sua vez, informou à Polícia Federal que cumpria ordem da Casa Civil, do Ministro Luiz Eduardo Ramos, que sugeriu que atendesse aos madeireiros e às empresas envolvidas naquele escândalo de devastação da Floresta Amazônica em nosso País.

Essa atitude de enfrentamento é importante para o Brasil, cuja imagem é hoje de um pária internacional do ponto de vista dos cuidados com o

meio ambiente. Nós já tivemos uma posição diferente. Até então, nós tínhamos uma legislação considerada modelo para cuidar do meio ambiente, elemento de democracia direta por meio dos diversos conselhos, tanto municipais quanto estaduais e regionais, que cuidavam de fazer a política, dividindo a responsabilidade com o Poder Executivo. Esse tempo acabou.

O que esta Casa precisa é tomar pé da situação e definitivamente instalar a CPI do meio ambiente, a CPI do desmatamento. Tanto a CPI da COVID, no Senado, quanto uma CPI do desmatamento, nesta Casa, alcançam a orientação primeira da autoridade principal deste País, que é o Presidente da República, que está destruindo o meio ambiente em favor da grilagem, da extração ilegal de madeira, de uma série de eventos delitivos.

Esse Governo não é sério. E, do mesmo jeito, acontece na saúde, em que ele prevaricou não comprando vacinas. Do ponto de vista estatístico, imaginem quantas vidas de brasileiros e de brasileiras poderiam ser salvas.

Não existe outro remédio, a não ser a vacina, o distanciamento social. Não podemos tratar uma tragédia como essa como se fosse algo de botar motocicleta na rua, de desdenhar, de debochar do sofrimento das famílias brasileiras.

Portanto, esta Casa tem que cumprir sua prerrogativa: instalar uma CPI do desmatamento para irmos fundo na investigação, oferecendo uma justificativa para a sociedade. É para isso que nós estamos aí.

Fora, Bolsonaro!

Documento 265/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:08
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Quadro de desemprego e fome reinante no País. Repúdio à decisão do Presidente Jair Bolsonaro de redução do valor do auxílio emergencial para 150 reais. Aumento do custo de vida no País. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -

Sra. Presidenta, bom dia. Tenho o prazer de poder ver V.Exa. presidindo a Mesa, na manhã deste dia.

Sra. Presidente, eu queria aqui mais uma vez lamentar os 14 milhões de pessoas desempregadas neste País, nós estamos vendo a fome bater à porta de mais da metade dos lares brasileiros.

E isso é uma maldade com o povo. Nós já tivemos aumento do gás, e agora novamente o Governo aumenta o gás. Se antes era 100 reais, agora o botijão está mais de 100 reais, e o Governo pega os 600 reais do auxílio emergencial e reduz para 150 reais.

Então, Sra. Presidenta, vamos pensar juntas: com 150 reais, ou compro arroz e feijão e não cozinho, porque não tenho gás, ou compro o gás e fico sentindo ali o calor das chamas.

Não é possível aumentar mais do que isso. Esse aumento do gás, para as pessoas mais pobres, não tem condição. Isso é acabar de vez com a possibilidade de as pessoas terem pelo menos um prato de comida por dia. Não há como aguentar isso. É o aumento do gás, da energia elétrica, dos serviços de água e esgoto. E a inflação vai destruindo aquilo que o trabalhador conseguiu conquistar, Sra. Presidente, que é exatamente o seu salário, que já não está valendo quase nada.

Portanto, é preciso mais uma vez dizer que não é intriga da Oposição nem intenção de deslocar o Governo, mas o auxílio emergencial deve ser, e tem que ser, de 600 reais. Não dá para o Governo destinar um auxílio de apenas 150 reais. As pessoas estão passando fome, existe fome neste País.

Eu não poderia deixar de me manifestar nesta manhã. Eu já estava em agonia, porque estou vendo o desespero das pessoas. Nós estamos nas redes e aqui pedindo, pelo amor de Deus, que este Congresso faça esse apelo ao Presidente da República, porque que, com esse aumento do gás, não há como vermos as nossas crianças e os nossos desempregados comerem alguma coisa durante o dia.

Sra. Presidenta, peço a divulgação da minha manifestação nos meios de comunicação.

Obrigada.

Sumário

Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de políticas destinadas à inclusão social e à geração de emprego e renda. Existência no País de 100 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Elevação dos preços do gás de cozinha, de combustíveis e de energia elétrica. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Responsabilidade do Presidente da República por mortes decorrentes da Covid-19 no Estado do Amazonas. Situação caótica reinante em Manaus em face do desemprego e das enchentes. Imediata liberação de recursos federais à Capital manauara para atendimento aos atingidos pelas cheias. Urgente necessidade de vacinação do povo amazonense contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidenta, bom dia a todos os colegas Parlamentares. Dados do IBGE estão mostrando que o Brasil voltou ao Mapa da Fome. Já são quase 20 milhões de pessoas passando fome no Brasil, lamentavelmente, em função do Governo, que não tem uma política de inclusão social, de geração de emprego, e também é um Governo em que a economia não ajuda a população mais pobre. O povo está empobrecendo.

O IBGE anuncia também que em termos de insegurança alimentar, ou seja, de renda insuficiente para garantir qualidade na alimentação, o número já chega a 55,2% da população. São mais de 100 milhões de pessoas nessa situação.

Para completar, em relação ao custo de vida, o Governo continua aumentando o preço do gás de cozinha, da energia, da gasolina. Aqui no Amazonas, há locais em que o gás de cozinha custa 120 reais. E aí, o Governo paga um auxílio emergencial, para muitas famílias, de apenas 150 reais, ou então, na média, 250 reais, que, no caso, em 4 meses, vai dar menos do que 1 salário mínimo. É insuficiente para garantir dignidade, garantir a alimentação, garantir a vida.

É necessário um auxílio emergencial, no mínimo, de 600 reais. E já é pouco, diante dessa situação calamitosa que nós temos no Brasil.

No Amazonas, o sofrimento é muito grande, porque nós tivemos um pico, um momento dramático da pandemia do coronavírus, com mortes. Houve de 13 mil mortos aqui. Boa parte dessa mortes poderiam ter sido evitadas se o Governo tivesse medidas de prevenção, garantindo oxigênio.

Nós temos aqui a fome também voltando, o desemprego altíssimo. E agora as enchentes dos rios. O Rio Negro, aqui, que passa em frente a

Manaus, tem a maior enchente da história, em mais de 100 anos de medição.

Há muitas famílias necessitando, efetivamente, do apoio público. Mas o Governo não age. Hoje, há necessidade de alocar recursos para a alimentação dessas famílias, alojamento, água, mas é muito lenta a ação do Governo.

Por isso a nossa cobrança de que, com os recursos que foram aprovados nesta Casa em relação a ações emergenciais devido às vítimas de chuvas e enchentes, possam ser priorizadas as vítimas das enchentes do Estado do Amazonas. Mas é necessário o auxílio emergencial de 600 reais e a vacinação. É preciso urgência na vacinação, que continua lenta. E, com isso, o Amazonas voltou, de novo, a um quadro de elevação dos casos de COVID, infelizmente.

Nós vimos o Governo fazendo um mutirão, neste final de semana, mas só na capital, e não no interior do Estado, onde boa parte dos Municípios continuam numa situação extremamente vulnerável, e pior agora por conta das enchentes, que deixaram muitas famílias desabrigadas.

Portanto, é necessário vacinação urgente, auxílio emergencial, apoio às famílias que realmente precisam e, de verdade, investimentos que possam ajudar a gerar empregos; a construção de casas e o apoio às pequenas e microempresas.

Obrigado, Sra. Presidente.

Solicito que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Documento 267/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:20
Publ.: DCD - 18/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais proposto pelo Presidente Jair Bolsonaro. Não votação pelo Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, de pedidos de impeachment contra o Presidente da República. Anúncio da realização de movimento nacional contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Estimada Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, nós convivemos com a ameaça ao Estado Democrático de Direito, às instituições e à quebra da Constituição. Neste momento, nós estamos também fazendo com que o nosso povo sofra com essas 150 merrecas, que não dão para nada. Neste momento, o nosso povo sofre, perde a vida todos os dias, porque não tem vacinação, responsabilidade do Governo Federal.

Neste momento, já se somam 115 pedidos de *impeachment*, e o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, não os põe em pauta.

E o povo começa a ficar impaciente.

No último dia 29, aconteceu um belíssimo movimento. Agora, vamos realizar um evento nacional, um dia nacional de lutas, no próximo dia 19. Desta vez, participarão movimento sindical, centrais sindicais, movimentos populares, partidos políticos progressistas, partidos políticos democráticos. Todos estão organizando, apoiando a ida às ruas, evidentemente com as recomendações de não aglomerar, manter o distanciamento, usar os equipamentos de proteção, como álcool em gel - leve-o de casa -, usar máscara, se possível, duas máscaras, para poder ter o máximo de proteção, mas manifestar a sua indignação, fazer o seu protesto contra tudo que aí está.

A manifestação tem como objetivo "Fora, Bolsonaro", vacina para todos, ajuda emergencial de 600 reais e, sobretudo, a defesa do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, recomendamos a ida de todos, pessoal! Por exemplo, aqui em São Bernardo do Campo, o nosso povo e a frente de oposição estão organizando uma manifestação. Já pela manhã, haverá concentração ali atrás para quem mora em São Bernardo, na Rua Odeon, atrás do Terminal Ferrazópolis. Vamos fazer uma carreta e de lá iremos para a Avenida Paulista. Vamos nos encontrar com o povo de toda a capital, da Grande São Paulo e de toda a região, para manifestar a nossa unidade em defesa dos direitos e em defesa da dignidade humana, pelo *impeachment* do Bolsonaro, pois ele é incapaz de resolver os problemas sanitários, como também econômicos e sociais do nosso País.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 268/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES

Sumário

Defesa de retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Apresentação de requerimento de criação, pela Casa, de Comissão Especial para exame do modelo educacional híbrido. Defesa da inclusão de pastores evangélicos em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Presidente, eu a cumprimento pelo boa e democrática condução dos trabalhos desta sessão.

Eu queria abordar, neste pequeno tempo, dois assuntos que considero muito importantes.

O primeiro, Sra. Presidente, diz respeito ao voto impresso. O voto impresso é uma saída necessária para a democracia brasileira. A nossa Constituição diz que o poder emana do povo e é exercido por esse mesmo povo. E o que se sabe é que o povo quer o voto impresso.

O Ministro Barroso alega dificuldade no que se refere a votação manual, alega retrocesso. Ora, não estamos pedindo, *a priori*, que 100% dos votos sejam contados. Em alguma demanda, sim, em alguma busca que se justifique, sim, mas isso pode ser feito por etapas. Pode haver contagem, por exemplo, por amostragem, 1%, 2% das urnas são contadas depois de um sorteio. Isso gera uma segurança muito grande nesse sistema eletrônico. Na verdade, quem construiu essa visão entende que ele não é seguro.

Aqui expresso o meu desejo de que haja o voto impresso, para o bem da democracia e para a segurança da sociedade.

Agora abordo outro tema, Sra. Presidente. Apresentei um requerimento e espero que ele seja acolhido por este Parlamento. Trata-se da criação de Comissão Especial para que analise o modelo de educação híbrido, com inserção familiar, em tempos de pandemia. Não dá mais para viver a expectativa de que podem vir outras ondas relacionadas à COVID. Priorizou-se a vacinação do corpo docente das escolas, mas a insegurança é reinante. A Câmara Federal precisa sair na frente. A pandemia pode permanecer por um tempo bem longo. Cabe um modelo de educação híbrido, com inserção familiar, em tempos de pandemia. Esse requerimento apresentei ontem na Câmara Federal. Acredito que ele será bem-vindo.

Falo agora sobre outro assunto, Sra. Presidente. Muitos pastores do Brasil estão morrendo. É preciso que os pastores sejam incluídos na lista de prioridades da vacinação, eles atendem pessoas todos os dias.

Essa reivindicação eu fiz através de um projeto de lei. Essa categoria está sentindo muito esse drama da COVID - centenas deles têm morrido no Brasil. Levam alegria, paz e esperança para os seus liderados. Eles estão vulneráveis à COVID. Apresentei então um projeto referente a isso.

Muito obrigado.

Documento 269/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:32
Publ.: DCD - 18/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da fome no País. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Elevado contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Realização de manifestações no País contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidenta Rosângela Gomes. Bom dia, população brasileira que nos acompanha por meio da *TV Câmara*.

Mais uma vez quero falar sobre a gravidade da pandemia e, em especial, da fome, que voltou com muita força ao nosso País. Quase 20 milhões de brasileiros estão novamente passando fome. A situação só não é pior porque muitas entidades da sociedade civil estão se organizando para fazer campanhas e garantir alimentação para a nossa população, que, se dependesse do Governo... O Governo não controla o preço da botija de gás, que, praticamente, consome todo o auxílio emergencial, cujo valor caiu para 150 reais. Nós defendemos o auxílio emergencial de 600 reais. É o mínimo para matar a fome do nosso povo! E é preciso dizer que mais de 50% da nossa população está em situação de insegurança alimentar, ou seja, não está se alimentando de forma adequada.

Neste grave momento, em que há quase meio milhão de pessoas mortas pela COVID -19, o Governo quer privatizar as nossas empresas estratégicas. Isso vai gerar desemprego e vai causar ainda mais fome.

Vejam, senhoras e senhores, o mercado está preocupado com a privatização da ELETROBRAS. A FIESP está preocupada com a

privatização da ELETROBRAS, diz que haverá prejuízo de 400 bilhões. A FIESP, que representa as grandes empresas! A comentarista Míriam Leitão está dizendo que o consumidor brasileiro vai pagar o equivalente a uma ELETROBRAS para que seja privatizada a ELETROBRAS.

Senhoras e senhores, se a FIESP está preocupada com a privatização da ELETROBRAS, por causa do aumento das tarifas de energia no País, caso a empresa seja privatizada, se a Míriam Leitão está preocupada, preocupem-se ainda mais, micro e pequenos empreendedores deste País. O povo brasileiro deve se preocupar ainda mais, porque quem vai pagar a conta da privatização da ELETROBRAS será a grande maioria da população brasileira. Se o mercado está preocupado, se as grandes empresas estão preocupadas, o povo brasileiro precisa ficar ainda mais preocupado. Onde houve privatização de empresas estratégicas, houve aumento de tarifa, e quem pagou a conta foi o povo, que está sem emprego, sem vacina e está passando fome. A situação do País tende a se agravar, caso isso aconteça.

Por isso, com todo o cuidado, sem fazer aglomeração, mantendo o distanciamento social, iremos às ruas no próximo sábado, dia 19, em todo o Brasil. Já estão programadas mais de 250 manifestações, para dizermos juntos, todos juntos: fora, Bolsonaro!

O povo brasileiro não aguenta mais. O povo não aguenta mais tanta maldade contra o próprio povo. Por isso, vamos sim, com máscara, com álcool em gel, mantendo o distanciamento social, respeitando as recomendações sanitárias, fazer as nossas manifestações, para que o nosso povo volte a ter comida, emprego e vacina.

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 270/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:36
Publ.: DCD - 18/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da nefasta marca de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Postura irresponsável e criminosa do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia de coronavírus. Elevação dos índices inflacionários e do

preço do gás de cozinha. Contrariedade à implantação do ensino domiciliar no Brasil. Aumento do desmatamento no País em 312% no mês de maio de 2021. Propósito do Governo Jair Bolsonaro de destinação de terras indígenas à garimpagem e ao latifúndio. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, estamos com quase 500 mil pessoas mortas neste País. Estamos vendo que o Governo insistiu com a imunidade coletiva através do contágio. Isso é de uma profunda irresponsabilidade.

A CPI da COVID está atestando que se tentou fazer no Amazonas um laboratório - um laboratório. Com essa tentativa, muitas pessoas morreram por ausência de oxigênio. O Brasil não consegue respirar. O Brasil não consegue respirar por causa deste Presidente. Mais de 493 mil pessoas já se foram. E quem parte sempre é amor de alguém.

Quem lucrou com essa política do Governo? Lucrou a morte. Lucraram também empresas. No caso das empresas que produzem cloroquina, em 2019 o lucro foi de 55 milhões; em 2020, foi de 91,6 milhões. As empresas que produzem ivermectina tiveram lucro de 821% - 821%!

O Embaixador do Brasil nos Estados Unidos comemorou a doação ao Brasil de 2 milhões de comprimidos de cloroquina. Disse: "*Habemus hidroxicloroquinam, habemus hidroxicloroquinam*". Nitidamente, o Governo favoreceu empresas à custa da vida do povo brasileiro - da vida do povo brasileiro!

O Governo desdenhou as vacinas, o Governo desdenha as máscaras, desdenha a necessidade de isolamento e de distanciamento social. O Governo aposta na morte. O Presidente da República disse isto muito claramente: "*Todo mundo vai pegar esse vírus. Alguns vão sobreviver, e outros não*". É um escárnio à dor do povo brasileiro, este povo brasileiro que está com renda média de menos de mil reais. Esse é um piso histórico - histórico! A inflação atinge mais a população de baixa renda, que está usando lenha para cozinhar, sujeitando-se a uma série de acidentes. Está usando lenha porque o preço do gás está proibitivo.

Neste quadro, no que se interessa o Governo? Na imposição do *homeschooling*, para tirar das crianças o direito à escolarização, o direito ao contraditório, o direito a uma vida plena, a uma consciência crítica. Interessa-se em arrancar dos povos indígenas isto que está na Constituição, o direito deles à própria terra, ao território. Os indígenas não são donos da terra. As terras são da União, e eles as preservam. Neste País, no mês de maio, houve aumento de 312% do desmatamento, e se quer arrancar os indígenas de suas terras e destiná-las para usufruto do garimpo ilegal, para usufruto do latifúndio.

É preciso dar um basta a tudo isso.

É preciso dar um basta à privatização da ELETROBRAS. Essa empresa tem cerca de 400 bilhões em ativos, e querem privatizá-la por pouco mais de 20 bilhões. A própria FIESP, como disse o Deputado Helder, aponta prejuízo de 400 bilhões.

Por isso, no dia 19, vamos às ruas para dizer: fora, Bolsonaro!

Documento 271/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:40
Publ.: DCD - 18/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Iminência de alcance pelo Brasil do nefasto patamar de meio milhão de óbitos em decorrência da Covid-19. Baixo índice de cidadãos brasileiros vacinados contra o coronavírus. Atribuição à falta de vacinas como causa da maioria das mortes ocorridas no Rio Grande do Sul e no Brasil. Necessidade de ampliação da cobertura vacinal contra a Covid-19 no País.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -
Presidente, cumprimento V.Exa.

O Brasil está atingindo o emblemático e macabro número de meio milhão de mortos pela COVID-19. Tempos atrás, isso era inimaginável, e hoje é assustador. Mas não foi por falta de aviso que isso aconteceu. O motivo está na forma como foi tratada a pandemia. "*É uma gripezinha.*" "*É um resfriadinho.*" "*A vacina transforma a pessoa em jacaré.*" "*A vacina é comunista.*" "*A vacina não funciona.*" Surgiram todas essas narrativas absurdas.

Ontem houve quase 3 mil mortes, 2.997. A vacinação no País está devagar, quase parando. Só 27% das pessoas no Brasil receberam a primeira dose da vacina e nem 12% receberam a segunda dose. Estamos longe do necessário e do ideal.

Aqui no Rio Grande do Sul, temos notícia boa e notícia ruim. A notícia ruim é que se atingiu o número de 30 mil mortes no Estado. Se comparássemos esse número, Presidente, com o de habitantes de algumas cidades daqui, poderíamos dizer que sumiriam do mapa Palmeira das Missões, que tem pouco mais de 30 mil habitantes, ou Soledade, Carlos Barbosa, Nova Santa Rita, Triunfo, Santa Vitória do

Palmar, Três Coroas, Lagoa Vermelha, São José do Norte, Nova Pádua, Vera Cruz, Taquari, Veranópolis. É como se tivessem varrido do mapa essas cidades. Setenta por cento dessas mortes no Rio Grande do Sul aconteceram em 2021. Então, se tivéssemos antes vacinas suficientes, não teriam ocorrido essas mortes.

A notícia boa, se é que dá para se dizer isso, é que a vacinação aqui no Estado está adiantada. No Brasil, 27% da população recebeu a primeira dose da vacina; no Rio Grande do Sul, 35%. No Brasil, 12% receberam a segunda dose; aqui no Estado, 14%. O Rio Grande do Sul está fazendo o dever de casa. As enfermeiras, os enfermeiros, os auxiliares de enfermagem, os profissionais de saúde estão trabalhando dignamente. Merecem o nosso reconhecimento e o nosso respeito. A taxa de mortalidade no Rio Grande do Sul, no entanto, Presidente, é maior do que a registrada na Bélgica, do que na Itália, do que no Reino Unido, do que na Argentina, do que na Espanha, do que no Uruguai, é maior até mesmo do que a registrada nos Estados Unidos.

Então, veja bem, a situação é perigosíssima. Nós precisamos de vacina. O Rio Grande do Sul é o Estado que mais vacina no País, mas a vacinação ainda está muito pouco perto daquilo que o gaúcho, a gaúcha, o cidadão, a cidadã precisam, merecem e têm direito. Nós estamos distantes do índice de 70% da população vacinada com a segunda dose. Estamos muito distantes. Isso nos angustia, isso nos deixa muito preocupados, Presidente. É por isso que precisamos fazer aqui um apelo veemente: vacina, vacina, vacina!

A Pfizer vai adiantar 7 milhões de doses. Isso é importante para o Brasil? É, mas essa mesma Pfizer que vai adiantar 7 milhões de doses é aquela de que o Governo brasileiro se recusou a comprar vacina em agosto e setembro do ano passado.

Só a vacina vai melhorar a saúde, a economia e a vida. É o que defendo.

Documento 272/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:48
Publ.: DCD - 18/06/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Aproximação da marca de 500 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela

tragédia causada pelo coronavírus no País.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, eu estou aqui com uma vela, que tem dois significados, sobre os quais me pronuncio nesta manhã.

O primeiro é sobre o fato de 313 Deputados, semanas atrás, terem votado pela privatização da ELETROBRAS. A empresa, com suas subsidiárias, tem um valor de ativos de 370 bilhões de reais; com mais suas marcas, nós estamos falando de 400 bilhões de reais. E eles vão entregá-la a preço de banana.

Neste momento, espero que o Senado, que não votou ontem a privatização da ELETROBRAS, tenha maturidade, tenha responsabilidade com o povo brasileiro para não aumentar a tarifa de energia, para não destruir um patrimônio que é do povo brasileiro. Voltou o apagão na privatizada do Amapá. E nós não queremos apagão neste País. Nós queremos o patrimônio e o desenvolvimento para o povo brasileiro. Não à privatização da ELETROBRAS! Sim à empresa pública do povo brasileiro! Do contrário, milhões de brasileiros vão voltar a iluminar suas casas à base de vela.

A segunda razão de trazer a vela é porque nós vamos acendê-la, infeliz e lamentavelmente, com profunda indignação ética, pelo número a que vamos chegar nos próximos dias de 500 mil brasileiros e brasileiras mortos pela COVID-19. Quando falamos em COVID-19 e em 500 mil mortos, nós não estamos tratando de uma condição natural de pandemia. Nós estamos discutindo aqui que o Governo foi negligente, incompetente e, por descaso ou desgoverno, produziu 500 mil mortes.

Um estudo da USP, coordenado pela Deisy Ventura, demonstrou em centenas de páginas que o Governo, de forma racional, eficiente e competente, proliferou o vírus no Brasil com ações e omissões governamentais, não comprando vacinas, aglomerando, não usando máscara e incentivando o não uso de máscara. Não é à toa que os Municípios mais bolsonaristas do Brasil são aqueles com o maior contágio e com o maior número de mortes de brasileiros e brasileiras.

Nós estamos chamando a isso de genocídio humano. Ele precisa reparar moralmente a história de cada brasileiro e brasileira, porque isso tem nome e precisa ter visibilidade. Nós vamos responsabilizar por essa tragédia e por esse genocídio humano o principal responsável: Jair Bolsonaro. Ele retornou a minha cidade para elogiar tratamento precoce. Fora, Bolsonaro! Fora, genocida!

Estamos na defesa da vida e na defesa da justiça para todas as vítimas

da COVID-19 e vítimas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 273/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-09:56
Publ.: DCD - 18/06/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Apelo ao Senado Federal de aprovação do Projeto de Lei nº 827, de 2020, a respeito da suspensão, em face da epidemia de coronavírus, do cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa para desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural. Participação de ato ecumênico contra o despejo de famílias da Prainha de Aracaju, à beira do Rio Sergipe. Realização na Capital sergipana e no Brasil de manifestações contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidenta e demais colegas, bom dia a todos e todas, e nossa solidariedade às famílias dos quase 500 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida.

Cada família deste País tem um parente, tem um amigo, tem um familiar que está acometido pela doença, intubado, na fila do hospital, esperando a UTI, ou que já perdeu a vida. Portanto, não podemos deixar de nos indignar com este Governo, que fez todo o esforço e toda a sua política contra a ciência, contra a vida.

Sra. Presidente, gostaria de mencionar dois temas rapidamente, e peço que sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O primeiro é um apelo ao Senado Federal para aprovar o PL 827/20, aprovado nesta Casa, do qual participamos junto com os demais Parlamentares, para ajudar o Judiciário, as autoridades, o Estado, a União e os Municípios a evitar despejos, seja de sem-teto, seja de sem-terra, seja de posseiro, de qualquer comunidade, de qualquer família, no mínimo, durante o período de pandemia. Nós somos contra qualquer despejo em qualquer ocasião, mas neste momento é preciso

cuidar das pessoas e impedir os despejos.

Deixo aqui nossa total solidariedade às famílias de Prainha de Aracaju, na beira do Rio Sergipe, que ontem à noite fizeram um ato maravilhoso, ecumênico, com todos os movimentos e entidades. Contamos com a presença da Vereadora Ângela, do nosso partido, da Capital, com a minha presença, com a presença de padres, pastores, movimentos do campo e da cidade, em solidariedade, para a União não despejar famílias que lá residem há muito tempo. Nossa luta é para não haver esse despejo.

O segundo ponto: no próximo sábado, dia 19, todos estaremos, com máscara, com álcool em gel, com todos os cuidados, em Aracaju, participando de um ato na Praça da Bandeira, junto com o povo sergipano, no "Fora, Bolsonaro!" O lema é: *Vacina no braço, comida no prato!* Lutaremos pela vacina para todos, pelo direito ao auxílio emergencial, pelo direito à vida e à democracia. Dia 19, sábado, o Brasil nas ruas em defesa da democracia, e "Fora, Bolsonaro!"

Pediria que fossem registrados em *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação desta Casa, Sra. Presidenta, esses dois temas.

Muito obrigado.

Documento 274/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:04
Publ.: DCD - 18/06/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudação à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Rosangela Gomes. Agradecimento ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, pela fidelidade ao Presidente Jair Bolsonaro diante de sucessivas ameaças de impeachment. Solicitação ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de informações sobre a segurança, os efeitos colaterais e o registro de óbitos decorrentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Rosangela Gomes, folgo em vê-la nessa Presidência. Tenho profundo respeito por V.Exa. e pelo seu trabalho, minha colega de Estado, que tem representado com dignidade não somente o povo da Baixada Fluminense, mas também o povo de todo

o Estado do Rio de Janeiro. Eu quero louvar a Deus pela sua vida.

Sra. Presidente, eu subo a esta tribuna para manifestar a alegria que tive ontem, a de me reunir com o Vice-Presidente da República, o General Hamilton Mourão.

Eu pedi esta agenda ao Vice-Presidente, povo brasileiro, para agradecer a ele, em nome de todos os brasileiros de bem, pela sua fidelidade ao Brasil e pelo seu patriotismo. Sim! E por quê? Porque, para que o ingrediente do *impeachment* seja efetivado - que é o que eles querem - contra o Presidente Jair Bolsonaro, não basta apenas a população estar ao lado de Bolsonaro, porque os canalhas daqui não respeitam o povo, é necessário, para que esse ingrediente seja fechado, que o Vice-Presidente seja cooptado. Foi assim com Dilma, foi assim com Collor. Se Itamar não tivesse sido cooptado, não teriam derrubado Collor. Se Temer não tivesse sido cooptado, não teriam derrubado Dilma. Portanto, o Presidente Bolsonaro, sim, é uma pedra no sapato deste *establishment*. Porém, nós temos um Vice-Presidente fiel. A despeito de qualquer crítica que um ou outro possa fazer a Hamilton Mourão, certo é que temos um Vice-Presidente fiel à Pátria, fiel aos valores da Nação.

Parabéns, Vice-Presidente Hamilton Mourão, pela sua fidelidade ao Presidente Jair Messias Bolsonaro!

Sra. Presidente, quanto ao segundo assunto que me traz a esta tribuna, quero me dirigir ao Exmo. Ministro da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga, para fazer-lhe alguns questionamentos sobre a vacinação que está acontecendo no Brasil, algumas perguntas, que foram feitas pelo jornalista Alessandro Loiola. Precisamos de respostas urgentes.

Quantos efeitos colaterais das novas vacinas ocorreram no Brasil, Ministro? Quantos óbitos potencialmente estão associados a vacinas? Quantas dessas pessoas pegaram a doença? Quantas adoeceram e morreram por conta das vacinas, Ministro? Quanto por cento do total de óbitos corresponde a pessoas vacinadas e a não vacinadas?

Não! Nós não estamos falando contra a vacina, pregando antivacina. Não, não, não! Mas essas perguntas feitas pelo jornalista Alessandro Loiola precisam ser urgentemente respondidas pelo Ministro Queiroga. O medo que alguns brasileiros têm de se vacinarem é porque essas perguntas não foram respondidas pelo Ministro Queiroga.

Portanto, o povo brasileiro, que quer se vacinar, está aguardando as respostas.

47.2021.B Sessão Outro Evento 17/06/2021-10:08

Publ.: DCD - 18/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização no País de novas manifestações de protesto contra o Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, do Senado Federal, batizado de Lei Paulo Gustavo, sobre a destinação de vultosos recursos ao setor cultural/audiovisual.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta, muito obrigado pela atenção.

Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, eu registro que sábado será mais um dia de protesto em todo o Brasil, um protesto por vacina para a população, pelo auxílio emergencial de 600 reais e pelo "Fora, Bolsonaro!".

A manifestação terá a participação de partidos de oposição, frentes populares, centrais sindicais, movimentos populares e diversas organizações do País. Aqui em João Pessoa, no Estado da Paraíba, haverá uma caminhada e uma carreata pelas ruas da cidade.

É bom destacar, Sra. Presidenta, que será tudo realizado com as pessoas usando máscara e álcool em gel. É muito diferente dos atos de Bolsonaro, que sai por aí sem máscara, empurrando o povo para a morte.

Sra. Presidenta, eu parablenizo todos os setores que estão mobilizados no Brasil pela aprovação da Lei Paulo Gustavo. Projeto de lei complementar, que ainda está no Senado Federal, prevê a destinação de 4,2 bilhões de reais ao setor cultural até o final de 2022. O Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, é de autoria do Senador Paulo Rocha e de toda a bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado. Assim como a Lei Aldir Blanc, a lei vai destinar recursos para Estados e Municípios.

Ontem eu participei de uma sessão especial conjunta, *on-line*, realizada pela Câmara de Vereadores de João Pessoa e pela Assembleia Legislativa da Paraíba. Pessoas do setor cultural da Paraíba e de vários Estados participaram da audiência.

O objetivo foi o de discutir a importância da Lei Paulo Gustavo. Eu parablenizo o Vereador Marcos Henriques, do Partido dos

Trabalhadores, e a Deputada Estadual Estelizabel pela propositura.

Sra. Presidenta, eu peço que essas duas informações sejam veiculadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado e até a próxima.

Documento 276/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:12
Publ.: DCD - 18/06/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa da CPI da Covid de atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela tragédia causada pela epidemia de coronavírus no Brasil. Necessidade da apresentação, pela CPI da Covid, de relatório dos hospitais com maior número de óbitos de pacientes intubados com coronavírus.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria fazer algumas considerações.

Eu tenho acompanhado os trabalhos da CPI da COVID no Senado Federal e tenho percebido que aquela CPI poderia prestar serviço muito maior ao País do que o papelão que ela está fazendo. A CPI poderia procurar evidências sobre a COVID-19, poderia procurar respostas na ciência para os problemas que nós estamos enfrentando, mas está apenas querendo procurar culpados. Aliás, não quer procurar culpados, quer culpar exclusivamente o Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela pandemia que nós vivemos.

Eu não vejo os italianos chamarem o Presidente da Itália, onde já morreram mais de 128 mil pessoas, de "genocida". Eu não vejo os moradores da Inglaterra chamarem a Rainha Elizabeth de "genocida" porque lá já morreram mais de 127 mil pessoas. Eu não vejo os moradores da Alemanha chamarem o Presidente da Alemanha de "genocida" porque lá já morreram 85 mil pessoas. Eu não vejo os moradores da Espanha nem a imprensa chamarem o Rei da Espanha de "genocida" porque lá já morreram mais de 70 mil pessoas.

Aliás, nós lamentamos as mortes ocorridas no Brasil. No Brasil, em 2017, Deputado Odair, morreram 1 milhão e 24 mil pessoas. Em 2018, Presidente, morreram 1 milhão e 145 mil pessoas no Brasil. Em 2019,

no Brasil, morreram 1 milhão e 274 mil pessoas. Dividindo esses números por ano, o resultado é o de 4 mil mortes por dia. Ninguém ouvia falar dessas mortes no Brasil. Lamentamos que, além dessas mortes, ainda tenha chegado esta pandemia, que aumentou o percentual de mortes no Brasil.

A CPI poderia prestar um grande serviço, e não está prestando.

Eu estive recentemente na FIOCRUZ, visitei a Bio-Manguinhos. Aliás, parablenzo a FIOCRUZ por estar fabricando a vacina brasileira. Vi uma instalação e perguntei ao diretor: "O que é isso?". Ele falou: "É um centro de tratamento intensivo que criamos aqui, que tem 190 UTIs". Eu perguntei: "Qual é o índice de mortes de intubados nesse centro da FIOCRUZ?". Ele falou: "Deputado, aqui morrem 30% dos intubados". A média de mortes dos intubados no Brasil é de 90%. Há alguma coisa errada. O que o centro intensivo da FIOCRUZ tem que os outros hospitais não têm?

Aliás, já era tempo de o Senado estar fazendo um relatório sobre os hospitais do Brasil em que morrem mais pessoas com COVID, já era hora de chamar os dirigentes dos hospitais em que morrem 90% dos intubados e chamar o Diretor da FIOCRUZ, onde morrem 30%.

O que nós percebemos é que 70% das mortes dos intubados no Brasil são causadas por infecção.

Quando estão quase curadas ou curadas, as pessoas pegam uma bactéria, que chega ao pulmão, que chega aos rins, e as leva a óbito.

Então, Sra. Presidente, a CPI poderia prestar grande serviço ao País. Em vez de procurar culpados, deveria procurar evidências, deveria procurar a ciência, deveria procurar respostas na saúde. Por que morrem tantas pessoas intubadas no Brasil? Por que, em alguns hospitais, morrem 90% e na FIOCRUZ morrem 30%? Temos que trazer aqui os dois diretores, para sabermos quais protocolos estão sendo usados, para saber onde está o erro.

Lamentamos todas as mortes, mas temos que...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Razões da comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas diante da epidemia de coronavírus. Realização de novas manifestações populares contra o Presidente da República. Importância da exploração de fontes de energia renováveis, a exemplo da solar e eólica. Equívoco da privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Importância da estatal para a diversificação da matriz energética brasileira. Protesto contra a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, a respeito da produção e distribuição de energia renovável.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente, Deputada Rosangela Gomes, colegas Deputados e Deputadas.

Os governantes de outros países não são chamados de "genocidas", apesar de alguns países terem também um grande número de mortes pela COVID-19, porque eles tomaram atitudes corretas: compraram vacinas no tempo certo, usam máscara, não provocam aglomerações, tudo o que o Presidente Bolsonaro não faz. Bolsonaro não comprou as vacinas, não usa máscara e agora quer mandar o povo brasileiro retirar a máscara, no momento em que o número de mortes chega a 500 mil.

Por tudo isso, pelo descaso deste Governo com a vida, Sra. Presidente, é que o povo brasileiro voltará às ruas no próximo sábado, em paz, usando máscara, mantendo o distanciamento social, em defesa da vida, em defesa da saúde pública, em defesa do emprego dos brasileiros e da democracia. Aqui em Teresina a concentração será na Praça Rio Branco, a partir das 8h30min da manhã.

Sra. Presidente, quero tratar também da questão da energia no Brasil. Está acontecendo uma revolução no nosso País nas energias renováveis. No caso da energia solar, por exemplo, saímos de 7 megawatts de potência instalada, em 2012, para mais de 9 mil megawatts de potência instalada, agora em 2021. E, para a minha felicidade, o Estado do Piauí está acompanhando esse processo: é o primeiro Estado do País em potência instalada, em operação e em construção. Essas possibilidades, tanto da energia solar quando da energia eólica, poderiam ser melhor utilizadas pelo nosso Governo neste momento em que o País enfrenta, inclusive, o risco do apagão, decorrente do baixo nível de acumulação de água dos nossos reservatórios. Mas as respostas que estão sendo dadas são as mesmas: a ligação das termelétricas, que geram energia a partir de uma matriz suja, que queima carvão mineral, que queima petróleo, de

uma matriz cara, que encarece a conta de luz para os brasileiros.

Do lado conjuntural estratégico, o Governo toma atitudes erradas. Está privatizando a ELETROBRAS, uma empresa de ponta que dá ao Governo brasileiro a condição de liderar o processo de renovação da matriz energética brasileira, de diversificação da matriz energética brasileira. De outro lado, o Governo retira de pauta o projeto que regulamenta a geração distribuída de energia, de energia solar. A fonte mais limpa de energia é aquela que geramos no telhado da nossa casa. Milhares de telhados do Brasil estão prontos, esperando a instalação de uma placa de energia solar. Nenhuma árvore precisa ser derrubada para isso.

E poderíamos incorporar ao esforço de geração de energia milhares de famílias, centenas e centenas de pequenas e médias empresas.

Mas, ao invés de lutar contra a possibilidade de apagão, o Governo prefere adotar uma postura ultraneoliberal para agradar o grande capital internacional: entrega a ELETROBRAS e retira de pauta o projeto que permite a regulamentação da geração distribuída de energia.

Então, é um ato contra o Brasil que está sendo cometido pelo Governo também na área da energia elétrica.

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja incorporado aos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 278/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:24
Publ.: DCD - 18/06/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio às manifestações de protesto contra o Presidente Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com os povos originários. Aumento do custo de vida no País.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Neucimar Fraga, eu quero parabenizá-lo por estar na Presidência dos trabalhos neste momento e trazer o meu apoio aos

movimentos sociais e à sociedade brasileira que se organizam para fazer uma grande manifestação popular neste fim de semana, no próximo sábado, dia 19.

É uma manifestação, Sr. Presidente, em favor da vida. É uma manifestação pela vacina, em favor da vacinação. É uma manifestação em favor do auxílio emergencial de 600 reais. É também uma manifestação popular em defesa dos povos indígenas, que estão sendo massacrados por esse Governo genocida.

O Governo Bolsonaro está acabando com os povos originários. Isso é verdade. Nesta semana, vários caciques, de várias partes do Brasil, viajaram quilômetros e quilômetros e estão em Brasília fazendo uma grande manifestação em defesa deles, em defesa dos povos originários.

Nesta manifestação de sábado, no próximo dia 19, todo o povo brasileiro vai se manifestar contra o aumento do gás, contra o aumento da gasolina, contra o aumento do arroz, do feijão. O povo não aguenta mais! Por isso, o povo está indo para rua.

Eu queria aqui, como Deputado Federal, manifestar o meu apoio a toda população brasileira, sobretudo à classe trabalhadora, que irá para as ruas junto com os movimentos sociais no próximo sábado, dia 19.

Portanto, é uma manifestação contra o Governo Bolsonaro. É uma manifestação pelo "Fora, Bolsonaro!", "Fora, Governo genocida!" É uma manifestação em favor da vida.

Vamos para as ruas no dia 19, próximo sábado!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 279/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Assinatura, pelo Governo brasileiro, de contratos para a compra de 600 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19. Inconsistência de pronunciamentos a respeito do imobilismo do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Conveniência de investigação pela CPI da Covid da aplicação, pelos Estados e Municípios, de recursos federais destinados ao

combate à epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Deputada Rosângela Gomes. É um prazer ver V.Exa. novamente na Presidência dos trabalhos desta Casa.

Bom dia, colegas Deputados e Deputadas.

Presidente, já peço a divulgação, nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, deste pronunciamento. Nós temos, hoje, mais de 600 milhões de doses de vacinas contratadas pelo Governo Bolsonaro. É esse Governo que alguns Parlamentares insistem em dizer que não está fazendo nada. É uma grande mentira! É uma grande mentira! É até uma grande decepção ver os nossos colegas mentindo para a população brasileira e usando a tribuna para isso.

O Governo Bolsonaro, hoje, está provendo todos os Estados de vacinas. A vacinação só não anda mais rápido porque os Governadores não querem. Agora mesmo, vejo uma notícia, aqui no meu Estado de São Paulo, de que o interior paulista, que é grandioso demais, com quase 20 milhões de habitantes, sofre com a falta de vacinas e com a falta de leitos. Há uma superlotação dos hospitais neste momento, sem a menor necessidade. Nós já estamos há mais de 1 ano nesta pandemia. Os Governadores não tiveram a percepção de que era preciso aumentar o número de leitos? Dinheiro não falta. Esta Casa já aprovou vários PLNs para o combate à COVID, já aprovou recursos mais do que necessários para prover todos os Estados e todas as cidades de leitos. Mas há declaradamente uma guerra política que está matando a população brasileira. Os Governadores estão sendo irresponsáveis nas suas gestões. Não querer abrir leitos num momento de precisão é criminoso demais, Presidente. Abram-se leitos, o suficiente para deixar uma folga de 20%.

E, se isso apertar, abram mais leitos, porque dinheiro o Governo Bolsonaro está fornecendo.

A CPI da COVID está fazendo o trabalho contrário. Vá para cima dos Governadores e dos Prefeitos apurar cada centavo.

Nós não podemos conviver com uma guerra política sem a menor necessidade. Eu sempre digo desta tribuna: é Bolsonaro remando de um lado, e os Governadores remando contra do outro. Se todos se unissem, eu tenho certeza absoluta de que já teríamos saído dessa pandemia como muitos países já saíram. Mas aqui os Governadores e os Prefeitos não querem resolver o problema da pandemia, eles querem resolver um problema político. Espero que a população esteja

atenta a isso.

Nós estamos fazendo a nossa parte e denunciando.

Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia para todos os colegas!

Documento 280/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:32
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa indução do eleitorado brasileiro por pesquisas de intenção de voto. Realização de passeata de motociclistas em apoio ao Presidente Jair Bolsonaro, em São Paulo, Estado de São Paulo. Convite ao Sul do País para participação na chamada cavalgada de aço em defesa do Governo Jair Bolsonaro, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssima Presidente Rosangela Gomes.

Nobres colegas, é uma grande honra estar neste plenário.

Quero dizer que pesquisas funcionam, contanto que sejam feitas com seriedade. Em pesquisas que não são sérias, antes de uma eleição, por exemplo, é muito fácil argumentar e tentar induzir o eleitorado. O que acontece 1 ano e meio antes da eleição? Fazem uma pesquisa dando percentuais totalmente inverossímeis e justificam que é o momento. Mas, nessa tentativa de pesquisa, cujo resultado pode se notar que é adulterado, diz-se que é o momento e que depois pode modificar. Com isso faz o quê? Tenta induzir o eleitorado.

O que nós temos é a pesquisa real, a pesquisa nas ruas. Essas pesquisas são incontestáveis. Eu fico feliz porque foram milhares e milhares de motocicletas em São Paulo em apoio ao Presidente Bolsonaro.

Eu aqui convido o Sul do País para que, no dia 10 de julho, em Porto Alegre, participem da cavalgada de aço, porque o gaúcho gosta de cavalo, e, para o gaúcho, a moto é um cavalo de aço. Então, convido a todos para a cavalgada de aço, dia 10 de julho, em Porto Alegre, onde

teremos todos os tipos de motos, movimento de cavaleiros com cavalos, com *jet skis*. Será a maior manifestação motociclística do Brasil, não em números, porque nós, gaúchos, não temos a população de São Paulo, mas, proporcionalmente, nós daremos um exemplo de civismo, de patriotismo como nunca antes mostraram neste País. A gauchada, com a cavalgada de aço, vai mostrar o que são as verdadeiras pesquisas, puxando do fundo da alma do cidadão patriota brasileiro, desfilando com seus cavalos de aço pelas principais ruas de Porto Alegre, Capital que muito orgulha a todos os gaúchos.

Não posso deixar de enfatizar que a Capital que mais vacina no Brasil é Porto Alegre. A maioria estará vacinada.

Com as devidas precauções, estaremos lá em Porto Alegre com a cavalgada de aço, no dia 10 de julho, mostrando a voz das ruas, a voz do povo e a pesquisa incontestável de apoio dos brasileiros ao Presidente Bolsonaro.

Grato, Presidente.

Documento 281/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:44
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da nefasta marca de meio milhão de mortes no Brasil provocadas pela Covid-19. Protesto contra o novo reajuste do gás de cozinha. Majoração das tarifas de energia elétrica com a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Retirada de direitos sociais e trabalhistas, devastação do meio ambiente e de vidas humanas pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização de novas manifestações no País contra o Presidente da República.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, infelizmente nós estamos chegando à marca trágica de meio milhão de mortos no Brasil por causa da pandemia. E o que é mais grave é que a boiada continua passando.

Tivemos nesta semana o aumento do preço do gás de cozinha, e esse foi o quinto aumento somente este ano. Nós chegamos, em 1 ano, a

22% de reajuste no preço do gás de cozinha. O Governo prometeu que ia reduzir para a metade, mas o valor está estourando e superando a casa dos 100 reais em todo o Brasil. Esse é quase o valor do auxílio emergencial que está sendo pago agora, neste período de pandemia.

Enquanto se aumenta o preço do gás de cozinha e se piora ainda mais a vida do povo brasileiro, porque o gás de cozinha significa comida no prato, no Senado da República avança o projeto nefasto de privatização da ELETROBRAS, que vai fazer a energia elétrica no Brasil ficar mais cara no bolso do trabalhador e da trabalhadora. É a boiada passando, é a política da destruição: da destruição de direitos sociais, da destruição de direitos trabalhistas, da destruição do meio ambiente, da destruição de vidas humanas.

É por isso que Bolsonaro é chamado de genocida. Além de ele não ter cumprido a sua obrigação de comprar vacina para garantir a vacinação do povo brasileiro, que hoje está aí sofrendo, só com 10% das pessoas vacinadas com a segunda dose, ainda temos que conviver com essas medidas das boiadas que vão passando e destruindo ainda mais a perspectiva de desenvolvimento em nosso País.

Para completar, nós temos também na pauta a PEC 32, a PEC da chamada reforma administrativa, que, na verdade, é a destruição do serviço público em nosso País, é o desmantelamento dos serviços tão necessários para a maior parte da nossa população. Nós não podemos aceitar isso.

É por isso que o povo não está suportando e está indo para as ruas. No próximo sábado, as pessoas vão novamente às ruas. E não há políticos mobilizando, não. É a população que está reagindo espontaneamente. Não se precisa de moto, não se precisa de carro. É gente, é povo na rua se rebelando contra esta situação dramática e este Governo genocida, que está destruindo o nosso País.

Eu peço, Sra. Presidente, que divulgue esta minha fala nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 282/557

47.2021.B	Sessão Outro Evento	17/06/2021-10:56
Publ.: DCD - 18/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Quadro de miséria e desemprego reinante no País. Elevado contingente de excluídos do Programa Bolsa Família. Insuficiência do auxílio emergencial de 150 reais concedido pelo Governo Federal. Reajuste nos preços do gás de cozinha. Expectativa de votação e aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 198, de 2021, de autoria do orador, sobre a criação da tarifa social do botijão de gás de cozinha. Paradoxo entre o anunciado racionamento de energia elétrica no País e a abundância dos nossos recursos hídricos. Contrariedade à venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Ocorrência de novos apagões no Estado do Amapá. Vinculação entre o registro de meio milhão de óbitos no País decorrentes da Covid-19, e a falta de imunização do povo brasileiro. Incompetência e mentiras como marcas do Governo Jair Bolsonaro. Desprezo do Presidente da República pela vida do povo brasileiro. Realização de novas manifestações populares contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Rosângela Gomes, Sras. e Srs. Deputados, nós vivemos hoje no Brasil, infelizmente, alguns paradoxos.

O Brasil hoje, apesar de ser o segundo maior produtor de alimentos do mundo e ser um grande exportador de alimentos, chamado de celeiro mundial, tem em frente aos supermercados, nas ruas e na porta das nossas casas milhões de pessoas passando fome. O Brasil está voltando para o Mapa da Fome, estamos vendo a miséria campando em todos os lugares, e há um desemprego recorde - mais de 15 milhões de pessoas estão desempregadas.

Esta semana saiu uma notícia de que mais de 400 mil pessoas estão na fila do Bolsa Família e não foram contempladas pelo programa. O auxílio emergencial de 150 reais em muitos lugares só dá para pagar o gás de cozinha, cujo preço, diga-se de passagem, no início desta semana, aumentou em 6%. Já houve 24% de elevação, em 14 aumentos no preço do gás de cozinha, só no período da pandemia. Nós estamos vivendo uma situação de calamidade.

Eu tenho um projeto, o Projeto de Lei nº 198, de 2021, que prevê a tarifa social do gás. Espero que ele venha para o plenário da Casa para que possamos apreciá-lo, a fim de que as pessoas tenham acesso ao gás de cozinha de maneira diferenciada, porque muita gente está voltando a usar lenha.

Outro paradoxo que vive o Brasil, Sra. Presidenta, é que hoje, apesar de deter 12% dos recursos hídricos do mundo, da água doce do mundo, o nosso País vai ter racionamento de energia, com a possibilidade de haver aumento de até 20% no preço da energia elétrica. Enquanto isso, o Governo quer vender a ELETROBRAS, que é

uma empresa lucrativa. Nós já estamos tendo apagões, como tivemos mais uma vez agora no Amapá. É um absurdo isso que está acontecendo!

E outro paradoxo é que nós temos o maior programa de vacinação do mundo, mas a vacinação no Brasil está nessa lentidão, fruto da incompetência e da omissão, inclusive na aquisição das vacinas, o que está sendo comprovado pela CPI da COVID. O resultado disso tudo é meio milhão de mortes no nosso País.

Nós temos um Governo incompetente, um Governo mentiroso, que mente todos os dias. São mais de 3 mil as mentiras que foram contadas desde que o Presidente Bolsonaro assumiu. E ele despreza - literalmente despreza, infelizmente - a vida das pessoas. Enquanto o povo morre, o Presidente faz essas marchas fúnebres, como a que fez no Rio de Janeiro e a que fez em São Paulo recentemente.

É por isso, Sra. Presidenta e povo brasileiro, que nós temos que dar um basta nisso. Nós precisamos no dia 19, sábado, reunir todo o mundo, com álcool em gel nas mãos, máscara no rosto, mantendo o distanciamento social, para tomar as ruas e dizer: "*Basta! Fora, Bolsonaro!*"

O Brasil não aguenta mais tanta miséria, tanto desemprego e tanto desprezo pela vida das pessoas.

Eu peço o registro no programa *A Voz do Brasil* deste meu pronunciamento, Sra. Presidenta.

Obrigado.

Documento 283/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021 - CD	11:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, acerca da alteração da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para disposição sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Morosidade da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19, em face do boicote do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, a Minoria vota "sim" e aproveita a oportunidade para, mais uma vez, denunciar que o Presidente Bolsonaro boicotou de forma criminosa o processo de vacinação do povo brasileiro.

Qual é o resultado do boicote de Bolsonaro, que não comprou vacinas, que contestou as vacinas, que criticou as vacinas? Cinco meses depois de iniciada a vacinação no Brasil, Presidenta, apenas 15% da população foi vacinada de maneira completa, recebeu as duas doses. O Brasil é o 68º país mais atrasado do mundo na vacinação. Quanto a um objetivo de 320 milhões de doses de vacinas, o Brasil aplicou, Deputado Renildo Calheiros, apenas 82 milhões de doses. Faltam, portanto, 238 milhões de doses. E sabe qual é a média diária de aplicação de vacinas nos últimos 7 dias? É de apenas 1 milhão e 30 mil vacinas. Nesse ritmo, o Brasil, infelizmente, demorará mais 230 dias para concluir a vacinação.

Isso é um crime que está matando milhares de brasileiros. Isso é um crime que está prejudicando a economia brasileira.

Documento 284/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	11:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.909, de 2020, acerca da alteração da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para disposição sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Ocupação pelo Brasil do 4º lugar no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria encaminha "sim" a este projeto de lei. Sabemos da importância dele.

Quero falar sobre a vacinação no Brasil. O Brasil, Sra. Presidente, é o quarto país que mais vacina no mundo! A Rússia, que foi o primeiro país a fabricar e registrar uma vacina, a Sputnik, só vacinou 10% da população. O Brasil já distribuiu mais de 110 milhões de doses de vacina. Já foram aplicadas 85 milhões e há 30 milhões já guardadas para aplicação da segunda dose. Até o final deste ano, chegarão ao

Brasil mais 300 milhões de doses de vacina. Só a FIOCRUZ vai entregar ao Brasil 200 milhões de doses neste ano; o Butantan, 100 milhões; a Pfizer, 200 milhões; e a Johnson também entrou como fornecedora agora.

Estamos no caminho certo. Está lento, mas vamos chegar lá.

Documento 285/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	11:32
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Defesa de acatamento da emenda da oradora destinada à inclusão de trabalhadoras domésticas no texto da proposição.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero, primeiro, agradecer ao meu Líder, o Deputado Bohn Gass, por eu estar falando em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, para fazer um apelo que entendemos ser de fundamental importância, do qual não podemos abrir mão.

A FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, cuja Presidenta é a Luiza Batista Pereira, já esteve conosco várias vezes. Já realizamos seminários, já colocamos emenda ao PL 1.011/20, no qual pedíamos a prioridade para que fossem vacinadas as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos. Essa categoria, Sra. Presidenta, foi considerada essencial. Ora, se ela foi definida como essencial, é lógico que é preciso que essa categoria tenha prioridade na vacinação contra a COVID.

As trabalhadoras domésticas pertencem a um dos grupos mais vulneráveis. Só neste ano, havia 1,3 milhão de vagas, e essas vagas sumiram. Esses dados são do IBGE. No trimestre encerrado em fevereiro de 2019, havia 6,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras domésticas.

Desse grupo, 92% são mulheres, e 66% delas são negras, essas mulheres que simbolizam, na verdade, há séculos, a trabalhadora escravizada, a mulher que foi trazida da nossa querida África e foi

escravizada no Brasil. Durante esta pandemia, nós vimos que as oportunidades de emprego, que eram de cerca de 6 milhões, caíram para 4,9 milhões. Nesse contexto, apenas 26,7% têm carteira assinada, e o salário médio é 925 reais. Temos consciência do papel, há séculos neste País, dessas mulheres e desses homens.

Numa audiência nesta Casa, Mariana Almeida, representante de secretaria do Ministério da Economia, disse que houve, em relação ao auxílio emergencial, 320 mil acordos que envolveram trabalhadoras. Elas encontraram grande dificuldade para ter acesso a esse benefício, e 62% foram por conta de suspensão temporária de contratos.

Isso nos dói, Sra. Presidenta, até porque temos um projeto e uma emenda que podem beneficiar essas mulheres que estão na informalidade. A pandemia aumentou a informalidade, e sabemos que é importante haver uma formalização, um vínculo. Encontramos agora mais 15 casos de trabalho análogo ao da escravidão.

Nós não estamos falando de uma trabalhadora ou de um trabalhador qualquer, estamos falando da pessoa que cuida de nossas casas. Neste período de pandemia, sabemos que é preciso manter muito mais limpa a casa. Muito mais atenção tem que ser dada às pessoas, às crianças, aos idosos e, em alguns casos, aos doentes que ficam na residência. Essas trabalhadoras são usuárias de transporte público. Elas utilizam transportes superlotados. Elas não têm condição de pegar táxi ou Uber para que possam chegar ao trabalho. Então, elas são maioria no transporte público, nos coletivos.

Esta pandemia exige de cada um de nós todos os cuidados necessários. Por conta disso, precisamos olhar com carinho para essas pessoas e colocar essa matéria na pauta.

Eu sei que é preciso um acordo, um entendimento, mas já existe quase consenso nesta Casa de que é importante priorizar a vacinação das trabalhadoras domésticas. Elas estão todos os dias indo e vindo, elas estão vulneráveis, elas estão sujeitas a contágios. Essas mulheres estão sujeitas também aos abusos que temos visto por aí. Isso já foi abordado em algumas de minhas falas e em outras de muitas Parlamentares desta Casa. Integrantes da bancada feminina e outros Parlamentares cuidam bem da sua trabalhadora, são empregadores conscientes, mas nem todos são.

Faço uma homenagem a Laudelina de Campos Melo, que foi a primeira a organizar as trabalhadoras domésticas.

Sra. Presidenta, um dos dias muito tristes que mais marcaram a minha vida foi aquele em que aquela trabalhadora deixou o filho com a sua empregadora, e o filho não foi cuidado. Ela o deixou no apartamento

em que trabalhava porque precisou descer com o animal dos seus empregadores. Isto me chamou a atenção: quando ela voltou e viu o seu filho no chão, morto por falta de cuidado, ela não soltou a coleira do cachorro. *(A oradora se emociona.)*

Sra. Presidenta, vamos vacinar essas mulheres. No meu Estado, a primeira a ser contaminada foi uma trabalhadora doméstica, e ela morreu. Muitas estão trabalhando, com afinco, precisam sustentar a sua casa. Então, vamos dar segurança a elas. Quanto mais aceleramos esse processo, mais proteção damos a elas.

Eu conheço V.Exa., Sra. Presidenta. Faço um apelo aos seus pares e aos Líderes nesta Casa. Vamos votar hoje ainda o PL 1.011, para que essa emenda, que é quase consensual, possa dar essa tranquilidade e dignidade a essas trabalhadoras e esses trabalhadores. Este é o meu apelo: coloquem em votação hoje o PL 1.011/20.

Peço, Sra. Presidenta, que este pronunciamento seja realmente divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Mais uma vez agradeço à minha bancada.

Documento 286/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	11:52
Publ.: DCD - 18/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a manutenção de acordo para a votação de requerimentos de destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Houve uma reunião, Presidenta, de representantes do Sindicato dos Bancários da Bahia, de Sergipe e representantes inclusive da FENABAN, com o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira. E houve o compromisso de que, no dia de hoje, seria apreciado o PL 1.011, que estabelece prioridades e está pendente de apreciação de alguns destaques. Há, inclusive, a possibilidade de que nós tenhamos a priorização do destaque para empregadas domésticas, que diz respeito a isso, de outro destaque para bancários e, por fim, de

destaque para os motoristas de Uber. Falta apenas a apreciação desses destaques. Eu gostaria que V.Exa. informasse se está mantido aquilo que foi acordado em reunião com o Presidente da Casa.

Documento 287/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD 12:00	
Publ.: DCD - 18/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Fatores determinantes da crise econômica brasileira. Prioridade dada ao capital especulativo em detrimento do setor produtivo. Reflexos, no ambiente econômico, da disseminação de ódio e intolerância nas redes sociais. Efeitos do atraso na vacinação sobre a economia brasileira. Alerta ao Governo Jair Bolsonaro sobre o agravamento da fome no País. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Elevado contingente de trabalhadores brasileiros desempregados. Precarização das relações de trabalho no País. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 4.172, de 2020, referente à criação de novo contrato de trabalho em plataformas digitais de transporte individual privado ou de entrega de mercadorias. Defesa de votação pela Casa de outras proposições destinadas à proteção dos trabalhadores em empresas virtuais (aplicativos). Necessidade da realização de investimentos robustos nas áreas de educação e infraestrutura. Apoio à candidatura do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidenta, Deputada Rosângela, colegas Parlamentares que estão aqui no plenário da Câmara, aqueles que estão participando da sessão virtualmente e povo brasileiro que acompanha os debates da política nacional e do Parlamento brasileiro, quero falar hoje, Deputada Erika e Deputado Renildo Calheiros, com o povo brasileiro sobre o balanço da situação econômica que o nosso País está vivendo.

O Brasil vive um processo de profunda recessão, um processo de devastação econômica que tem múltiplas causas. Evidentemente, a pandemia impacta a economia de todos os países do mundo e impacta também negativamente a economia brasileira.

Mas aqui no Brasil a devastação é agravada violentamente pelas escolhas de política econômica feitas pelo Presidente Bolsonaro e seu Governo. Há o chamado fundamentalismo liberal, o fanatismo liberal que opera com a ideia de comprimir os salários, de retirar direitos que protegem a sociedade tanto do ponto de vista social quanto

econômico. Há também a ideia de que os trabalhadores, aqueles que menos ganham, sejam os trabalhadores do setor privado, sejam os trabalhadores do setor público, seriam a causa dos problemas do Brasil.

Ao mesmo tempo, Deputado Bacelar, há uma enorme benemerência com o chamado capital especulativo, porque o que falta ao Brasil é capital produtivo, capital que gere empregos, não capital vadio, como diz o sempre Senador da República Roberto Requião, capital vadio daqueles que, sem trabalhar, querem ganhar altos percentuais de lucro na simples especulação cotidiana. O aumento de 0,75% da taxa SELIC, operada de ontem para hoje, vai sangrar em 50 bilhões de reais o orçamento brasileiro, Deputado Renildo Calheiros.

Agora, o hiperconflito, a ideia de Bolsonaro de polarizar permanentemente a sociedade com discussões sem importância, a ideia de disseminar redes de ódio e intolerância também têm um custo elevado sobre o ambiente econômico. Portanto, contribuem sobremaneira para que o Brasil viva uma das suas fases mais negativas, e Bolsonaro tem enorme culpa.

O atraso na vacinação, por exemplo, Deputada Erika, está custando milhares de vidas, milhões de empregos e bilhões de prejuízo financeiro para o nosso País. Dou aqui alguns dados, Deputada Presidenta Rosângela: a renda média do povo mais pobre, aqueles que ganham um ou dois salários mínimos, caiu 20% em 1 ano. Foram 20% de queda! Qual é a consequência disso? O Brasil, fruto do fanatismo liberal, o Brasil que, em 2013, tinha deixado o mapa da fome sob as condições de políticas lideradas pelo Governo popular do Presidente Lula e depois da Presidenta Dilma, o Brasil havia constituído um projeto de desenvolvimento nacional. Havia ganho real do salário mínimo todos os anos. Havia um programa robusto de proteção social chamado Bolsa Família, que deveria ser ampliado.

Atenção, Paulo Guedes! Atenção, Bolsonaro! Atenção, vocês que são do fundamentalismo liberal! Há milhões de brasileiros passando fome, e há dinheiro no Brasil para evitar a fome. O Brasil deveria estar fazendo o que fazem outros países desenvolvidos no mundo: emitindo moeda, ampliando responsabilmente o endividamento público para injetar recursos, para alavancar a economia, que está paralisada. É preciso retomar, sim, um auxílio emergencial digno e decente de 600 reais. E há dinheiro para isso, Deputado Alex Manente.

Digo mais: três de cada dez brasileiros não têm o direito sagrado, em idade produtiva, de um emprego digno. Há desemprego estrutural no Brasil, há precarização. Olho aqui os números para não errar. São 14 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados, que desistiram de procurar emprego, e 32 milhões de brasileiros em empregos

ultraprecarizados.

Deixo a minha homenagem aos trabalhadores por aplicativo.

Presidente Arthur Lira, coloque para votar, com urgência, dentre tantos projetos de lei que estão tramitando, projetos de lei - eu sou autor de um deles - que protejam os milhões de trabalhadores por aplicativo, que estão sendo hiperexplorados no meio da crise econômica!

Precisa haver mais Estado, Deputado Bacelar. Quero repetir para provocar os fundamentalistas liberais: precisa haver mais Estado, como há hoje nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha, na França. É preciso mais Estado para ampliar investimentos em infraestrutura, para fazer investimentos robustos em educação pública e não cortes, como estão sendo feitos na ciência e na tecnologia, na educação, por este Governo irresponsável de Bolsonaro.

O Brasil pode e vai construir um novo caminho, Deputada Erika Kokay, Deputado Renildo Calheiros. E nós queremos convidar todos aqueles que amam a democracia a construir uma ampla aliança. Nós propomos a candidatura de Lula! Respeitamos outras candidaturas, mas convidamos todos desde já, numa grande unidade, para derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo.

O Brasil não suporta mais o fascismo! O Brasil não suporta mais essa fábrica de *fake news* e de mentiras! O Brasil não suporta mais o desrespeito de ver 500 mil brasileiros mortos pela inoperância de um Governo! O Brasil não suporta mais ver um Presidente que não governa, um Presidente que só incita ódio, violência, um Presidente que incita preconceitos, um Presidente que assiste calado a atos de corrupção dentro do seu Governo.

Vamos mudar o Brasil! No sábado, vamos às ruas para protestar!

Documento 288/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	12:08
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BACELAR-PODE -BA		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Impacto da epidemia de coronavírus sobre o setor turístico nacional. Urgente necessidade de adoção, pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional, de medidas excepcionais em prol do turismo brasileiro.



O SR. BACELAR (PODE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Exma. Sra. Deputada Rosangela Gomes, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Parlamentares, quero chamar a atenção da Casa e do Brasil para um dos mais importantes segmentos da economia brasileira, o segmento mais prejudicado com a pandemia do coronavírus: o setor do turismo.

O setor do turismo, ao lado do agronegócio, é a grande locomotiva da economia brasileira: 10% do PIB vêm do turismo; 9% da força de trabalho formal no Brasil vêm do turismo. É uma cadeia produtiva riquíssima que envolve toda a sociedade. O turismo envolve desde a grande empresa aérea até o emprego da camareira numa rede hoteleira; envolve desde as grandes companhias aéreas à baiana do acarajé; envolve emprego e força de trabalho jovem que não exige muita qualificação.

Pois bem, nesta crise, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, as perdas do turismo brasileiro somam 356 bilhões de reais - 356 bilhões de reais! O Brasil opera hoje com apenas 48% de sua capacidade na área do turismo. Os grandes Estados perdedores - a Bahia fica entre os quatro - são principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

O problema afeta também os trabalhadores. Desde o início da crise sanitária, o turismo brasileiro já eliminou 475 mil postos de trabalho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. A previsão é que o turismo só volte ao patamar pré-pandemia em 2022. Para que V.Exas. tenham uma ideia, o setor aéreo, que teve o maior impacto negativo, em 2019, transportou 4,5 bilhões de passageiros. Agora, em 2020, esse número caiu para 1,8 bilhão, o equivalente a 2003.

Sra. Presidente, não para por aí: inúmeros estabelecimentos fecharam as portas - hotéis, bares, restaurantes, agências de viagem, o setor de eventos.

Por isso, quero chamar a atenção do Parlamento e do Governo, para que tomemos medidas excepcionais para o turismo, que não pode ser tratado como os outros segmentos da economia, porque é o que mais sofre - e vai continuar sofrendo, porque não temos vacina. Sem vacina, não há turismo. Sem vacina, estrangeiros não virão ao Brasil, nem brasileiros poderão ir para o exterior. Estamos colocando em risco, Sra. Presidente, uma das cadeias mais ricas da economia brasileira. Se essa cadeia se desestruturar, nós vamos retroceder quase 50 anos.

São necessárias medidas urgentes. Esta Casa aprovou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -

PRONAMPE. Esta Casa aprovou o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Entretanto, ou há um tratamento excepcional para o turismo ou nós vamos destruir essa importante cadeia produtiva.

Deputado Renildo Calheiros, V.Exa., que é nordestino e tem influência em dois importantes Estados do Nordeste, sabe como esses prejuízos serão grandes, já no São João, para a Paraíba, para a Bahia, para Pernambuco, para Alagoas, enfim, para todo o Nordeste.

O turismo é fundamental para o Brasil. Precisamos, Sra. Presidente, dar ao setor o destaque que ele merece.

Documento 289/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	12:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Desistência da oradora de discussão do Projeto de Lei nº 1.136, de 2019, sobre a instituição do Dia Nacional de Conscientização de Doenças Cardiovasculares na Mulher Importância de conclusão das votações do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, nós achamos que esta matéria é importante. Ela faz um recorte de gênero. Nós estamos vivenciando uma crise sanitária que não apenas, por irresponsabilidade do Governo, levou o Brasil a quase 500 mil mortes por COVID como impacta as estruturas de saúde e faz com que outras patologias também tenham um atendimento insuficiente.

Por isso, nós abrimos mão da discussão, para que possamos, imediatamente, encaminhar a votação da matéria e avançar em outras proposições sobre as quais também exista acordo, como o projeto da Deputada Soraya e o PL 1.011/20, que é preciso concluir e que diz respeito às prioridades que esta Casa aponta, inclusive bancários, motoristas de Uber, empregados e empregadas domésticas, para darmos, enfim, a opinião desta Casa acerca desse plano de imunização, que está mais atrasado do que exige a nossa cidadania e o nosso senso de humanidade.

Documento 290/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	12:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de informações sobre a conclusão das votações do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu também abro mão, mas gostaria de ouvir uma manifestação de V.Exa. sobre a questão levantada pela Deputada Erika Kokay acerca do PL 1.011/20, que nós precisamos concluir. Se não me trai a memória, restam três emendas a serem votadas: a dos servidores da Caixa Econômica Federal, que pode, inclusive, ser ampliada para todos os bancários; a dos motoristas de aplicativos, que irão se somar, seguramente, aos motoristas de táxi; e também a das empregadas domésticas.

São as três emendas que restam serem votadas, e nós precisamos concluir esse projeto.

Gostaria de ouvir uma manifestação de V.Exa., se ele será submetido à votação hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputado Renildo, em relação ao PL 1.011/20, a Mesa consultou a Presidência, e ele entrará na pauta.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Obrigado, Presidente.

Documento 291/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	12:56
Publ.: DCD - 18/06/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação de requerimento de destaque remanescente do

Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Há um item, que é um destaque, sobre o qual inclusive tem acordo, para finalizarmos o projeto de vacinação, o Projeto de Lei nº 1.011, de 2020. Eu gostaria de falar rapidamente, porque eu estou em trânsito, se os dois Líderes permitem que façamos essa votação, para agilizarmos.

Eu estou no meio de uma solenidade aqui no Distrito Federal. Então, se V.Exa. permitisse que nós fizéssemos a votação desse destaque... O projeto principal já foi votado, só falta o destaque. Eu só gostaria de ler o relatório, Sra. Presidente, se os Líderes permitirem.

Documento 292/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	13:04
Publ.: DCD - 18/06/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Relatora Celina Leão sobre a possibilidade da inclusão de esteticistas no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, conversei com a nossa Relatora, a Deputada Celina Leão, porque são coisas que nem imaginávamos que esta Câmara fosse tratar. Por exemplo, quando falamos em pessoas que frequentam hospitais e estão ali na linha de frente, precisamos deixar claro, em lei, que pessoas que fazem hemodiálise três vezes no hospital precisariam estar sendo vacinadas.

Neste mesmo momento, Sra. Presidente, quero só levantar uma questão, o caso das esteticistas, que fazem muitas vezes drenagem no pós-operatório, que lidam com pacientes. Não está claro para o Ministério da Saúde - e não sei se está claro no relatório - que elas também estão na linha de frente, porque elas também lidam com pacientes na convivência diária nos hospitais.

Eu queria só que a nossa Relatora pudesse responder em relação a

esse item. Senão fazemos uma recomendação ao Ministério, pela própria Câmara.

Obrigada, Presidente.

Documento 293/557

66.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021-
CD 13:08

Publ.: DCD - 18/06/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre a impossibilidade de inserção de novas categorias profissionais no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, acerca da alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Possibilidade de inclusão de novas categorias no texto da proposição durante a sua tramitação no Senado Federal.

A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, é importante avisar aos colegas Deputados que o texto principal do PL 1.011 já foi votado, o que inviabiliza a entrada de qualquer outra categoria. Há pedidos de vários colegas, sobre outras carreiras, que nós entendemos que também são prioritárias, como a que citou a nobre Deputada Soraya Santos.

Acredito, Deputada Soraya, que no Senado talvez consigamos fazer esse ajuste para as esteticistas. É um pedido muito nobre.

Mas o que nós tínhamos condições de fazer? Nós tínhamos alguns destaques, em que tínhamos condições de fazer algumas alterações, para abrigar algumas categorias, e categorias que realmente precisam ser vistas como prioritárias. Nós vacinamos os caminhoneiros, não podemos deixar de vacinar também os bancários. Imaginem: hoje todos os benefícios são recebidos nas agências da Caixa Econômica Federal e em outros bancos, em que se recebe também a aposentadoria. O número de óbitos de bancários, que chegou a quase 500, já constatados neste ano, praticamente dobrou desde o ano passado. Foi por isso que fizemos emenda de redação e acatamos três pedidos, que foram muito importantes, Sra. Presidente: o dos bancários, que é meritório; o outro pedido, da Deputada Benedita da Silva, que também é muito meritório - as nossas empregadas domésticas pegam transporte público todos os dias, não podem se dar ao luxo de ficar sem trabalhar, precisam colocar realmente o pão

dentro de casa. São essas pessoas que muitas vezes cuidam do nosso lar nas nossas ausências e precisam ser tratadas com todo o carinho e amor. A Deputada Benedita da Silva teve essa sensibilidade, e nós acatamos esse destaque da Deputada Benedita. Sobre a questão das doenças raras, o pedido foi acatado junto com o PL 1.011 anterior, por meio de uma emenda de redação, e o pedido para motoristas de aplicativo, que não estava claro no texto do PL 1.011, ficou um pouco mais claro com o destaque, com a emenda de redação.

Para sintetizar, Deputada, o que nós votamos com esses destaques? Quem realmente ficou com a possibilidade de entrar no grupo prioritário. Lembro que muitos Estados já estão vacinando esses grupos. Isso não vai impactar de forma negativa. Este projeto vai para o Senado. Vai haver uma discussão final no Senado. Esperamos que realmente nem precisemos de prioridade, que possamos ter todos os nossos trabalhadores vacinados, mas, infelizmente, ainda não é essa a realidade em muitos Estados do Brasil. Nós precisamos, sim, vacinar aquela pessoa que cuida da nossa cidade e que não pôde parar. Quando falamos de motoristas de aplicativo, de entregadores do iFood e de outros tipos de aplicativos, que entregam alimentos em nossa casa, é preciso dizer que, muitas vezes, durante a pandemia, tudo fechou, mas esses trabalhadores continuaram trabalhando e estão expostos todos os dias. Então, é pela saúde de todos, e não só desses trabalhadores.

Quero agradecer às Deputadas que nos confiaram essa missão e, para finalizar, Sra. Presidente, quero agradecer ao nosso Presidente Arthur Lira, que, na reunião que nós tivemos com os sindicatos dos bancários, com a FEBRABAN, com o Deputado Daniel e a Deputada Erika Kokay, na terça-feira, acatou o pedido e o apelo e possibilitou esta votação no dia de hoje. Com a finalização deste projeto, ele será encaminhado para o Senado.

Deputada Soraya, quero me comprometer com V.Exa., porque acho meritório o seu pedido. Espero que nós possamos fazer essa alteração também no Senado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Boa tarde.

Documento 294/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021 - CD	13:12
Publ.: DCD - 18/06/2021 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa de vacinação em massa da população brasileira contra o coronavírus. Apelo ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, por vacinação de adolescentes com doenças raras, deficiência ou comorbidade, bem como de seus acompanhantes.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, nobre Deputada Rosângela. É um prazer vê-la mais uma vez presidindo uma sessão da nossa Câmara dos Deputados.

Eu vou usar um ditado popular, Presidente: *"Em casa que falta pão, todo mundo briga, e ninguém tem razão"*.

Todos têm prioridade, todos. Nós deveríamos ter vacinas para toda a população brasileira. Quando nós vemos o Parlamento debruçado sobre traçar prioridades, vemos que complicamos um pouco o Programa Nacional de Imunizações. A Deputada Celina teve um trabalho gigante para atender a demanda de todos.

O que nós precisamos fazer, aqui no Parlamento, é estimular as pessoas que já tiveram a sua faixa etária aberta para vacinação, as que têm comorbidades, as pessoas que têm deficiência a comparecerem ou a pedirem para um profissional da área da saúde ir até o domicílio, se não têm condições, se estão acamadas, para que sejam vacinadas. O que nós precisamos é vacinar e ter vacinas para toda a população brasileira.

Ontem, Sra. Presidente, nós estivemos com o Ministro, a partir de uma audiência pública que aconteceu na Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a partir da nossa Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão Externa da qual eu sou Relatora. Já temos uma vacina no País que é permitida para pessoas com idade entre 12 e 17 anos. Ou seja, as nossas crianças...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - O que nós pedimos ao Sr. Ministro? Que olhe para essa vacina, que já está autorizada para essa faixa etária, e, dentro dessa priorização, olhe para as crianças e os adolescentes com doenças raras, com deficiências e comorbidades, além dos acompanhantes das pessoas com deficiência, não

profissionais da área.

Do que nós precisamos? Todo o mundo quer vacina, e temos que ter vacina para todo o mundo. Por isso, essa briga da prioridade...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 295/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD 13:12
Publ.: DCD - 18/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a inclusão de empregadas domésticas no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Posso falar agora. Quero orientar rapidamente sobre esta matéria.

Sra. Presidenta, antes tarde do que nunca. O cenário brasileiro é dramático - quase meio milhão de mortos, infelizmente -, e a primeira pessoa a morrer vítima da COVID no Brasil foi uma trabalhadora doméstica, no Rio de Janeiro. Normalmente, mulheres negras das favelas e periferias brasileiras, aquelas que estão jogadas no trabalho informal, aquelas que têm seus filhos vítimas da bala de fuzil do Estado, aquelas que têm seus filhos vítimas do desemprego, também estão no conjunto das que são menos vacinadas. A população negra no Brasil é também a menos vacinada.

Então, para a vida funcionar, as trabalhadoras domésticas estão nas casas limpando as privadas dos senhores que, muitas vezes, estão circulando por esse plenário. É óbvio que elas têm que ter prioridade na fila de vacinação e todos os seus direitos garantidos, o que, infelizmente, o Brasil ainda não conseguiu oferecer para essas importantes trabalhadoras do Brasil. Obviamente, estamos muito felizes com esta aprovação no dia de hoje.

Viva a luta dessas trabalhadoras, das trabalhadoras domésticas!

Foi a partir dessa luta que aprovamos esta prioridade na vacinação hoje.

Obrigada, Sra. Presidenta.

Documento 296/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	13:16
Publ.: DCD - 18/06/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto da inclusão de profissionais do transporte coletivo urbano, taxistas, motoristas de aplicativos e bancários no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, colegas Deputados, acho que o texto que foi aprovado hoje, as emendas e os destaques são importantes porque incluem outras categorias, outros trabalhadores que também necessitam urgentemente de vacina. Mesmo diante de um cenário de eventual isolamento, de paralisação de alguns serviços em cidades e Estados, essas categorias continuam trabalhando, prestando serviços e se arriscando. O ideal seria que todo o mundo tivesse vacina, o mais rapidamente possível - é um direito garantido pelo SUS -, mas, infelizmente, patinamos, por responsabilidade direta e objetiva do Governo Federal. Nesse sentido, tivemos que priorizar algumas categorias.

Ficamos felizes porque hoje se garantiu que motoristas, condutores de transportes urbanos, de ônibus, de aplicativos e de táxi sejam incluídos na vacinação prioritária, assim como os trabalhadores bancários do País, categoria também importante, que continua na lida, independentemente do cenário. Queremos que as demais categorias também sejam vacinadas, mas saudamos os motoristas de ônibus e os demais trabalhadores que foram, assim como os bancários, citados.

Documento 297/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021-
---------	--

Sumário

Regozijo com a inclusão de empregadas domésticas no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Minha amada Presidenta Soraya.

Neste momento, é grande a minha satisfação em ver atendido o apelo a respeito das trabalhadoras domésticas. Elas fazem parte de umas das categorias classificadas como essenciais. E, como essencial também, essas mulheres não poderiam abrir mão do seu trabalho. Todos os dias elas precisam ir para o trabalho e pegar o transporte público. Neste momento delicado, elas manipulam vários instrumentos para que possam deixar a casa mais arrumada, no sentido de garantir segurança e evitar contaminação. Mas elas também são contaminadas. Nós tivemos o episódio de uma trabalhadora doméstica, que muito me emocionou, pois foi a primeira a morrer em decorrência da COVID. Houve outra em Pernambuco, que deixou o filho, mas ele não foi bem cuidado. Quando ela chegou, viu o filho morto no chão. Porém, ela continuou (*falha na transmissão*).

Sra. Presidenta, eu quero agradecer a todos e a todas que se somaram comigo para aprovar a emenda referente às trabalhadoras domésticas, dando a elas prioridade para que sejam vacinadas, a fim de que não sejam contaminadas nem contaminem ninguém.

Quero agradecer a V.Exa., Deputada Rosângela, porque fiz um apelo, quando V.Exa. presidia a sessão, e esse apelo foi atendido. Falamos também com vários Líderes, que aprovaram a emenda, com exceção do Líder do NOVO.

Faço somente este agradecimento em nome das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.

Muito obrigada.

Publ.: DCD - 18/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Inclusão de motoristas de aplicativos, empregadas domésticas e bancários no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputada, eu fico muito feliz de termos concluído a votação dessa proposição com a inclusão das categorias que foram objeto dos destaques.

Nós estamos falando dos trabalhadores de aplicativos, como Uber, e também das empregadas e dos empregados domésticos. A Deputada Benedita, de forma muito brilhante, discorreu sobre a urgência dessas inclusões. Refiro-me particularmente à categoria bancária, com a qual tive a grande satisfação de conviver, e sei a dor e a alegria de ser bancária. Esse segmento, aquele que mais dá lucro neste País, teve aumento no número de mortes no último período bastante superior à média nacional. Portanto, os bancários estão exercendo função essencial, pois asseguram direitos nas agências bancárias, e não constavam do plano de imunização.

Nós fizemos justiça hoje à categoria bancária, aos bancários e bancárias do País, para que continuem exercendo as atividades que fazem todos os dias. É uma categoria que está se dedicando a fazer com que o País assegure direitos que se consolidam com os serviços bancários, para além dos benefícios sociais, mas também do dia a dia da população. Eu fico muito feliz, porque os bancários passam a ser prioridade no Plano Nacional de Imunizações. No Distrito Federal, já conseguimos incluí-los após uma discussão com o Governador. E, agora, em âmbito nacional, os bancários e bancárias serão incluídos no Plano Nacional de Imunizações.

Encerro apenas parabenizando tanto a Juvandia, da CONTRAF, como o Kleyton, Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

Documento 299/557

66.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021-
CD 13:32

Publ.: DCD - 18/06/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER



Sumário

Denúncia de retenção de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo do Estado do Maranhão. Maior transparência do Governo Estadual no processo de distribuição de imunizantes às municipalidades. Declaração de voto pela aprovação de emendas destinadas à inserção de novas categorias no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputada Rosângela Gomes, que preside a sessão da Câmara dos Deputados neste momento, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu tenho recebido várias denúncias sobre o Governo do Maranhão no que diz respeito à distribuição de vacinas contra a COVID-19 para os Municípios maranhenses. Segundo os denunciantes, a Secretaria Estadual de Saúde estaria retendo boa parte das vacinas contra a COVID-19 que foram encaminhadas pelo Governo Federal para imunizar os maranhenses.

Fiz uma pesquisa e cheguei à conclusão de que o Maranhão já recebeu 3.437.900 doses de vacinas contra a COVID-19, mas foram aplicadas apenas 2.357.924 doses. Portanto, faltam ser aplicadas 1.074.976 doses.

O Maranhão ainda continua no fim da fila quando se fala dessa vacinação. O Estado está no último lugar, acompanhado do Acre e do Amapá. O Maranhão só vacinou até agora 7% de sua população, enquanto o Brasil já vacinou pouco mais de 11% da população brasileira.

Segundo as denúncias enviadas ao meu gabinete, vejo que está faltando, por parte do Governo do Estado do Maranhão, maior transparência sobre a distribuição das vacinas contra a COVID-19 que foram entregues ao Estado para que fizesse a logística da distribuição aos Municípios. Falta uma transparência maior nesse sentido.

O Maranhão, por estar ainda no fim da fila, tem permitido que cidadãos e cidadãs, os quais já poderiam estar imunizados, venham a contrair essa doença. Ao se contrair a COVID-19, corre-se o risco de vir a óbito, assim como de haver sequelas, principalmente quem for vítima do vírus Sars-CoV-2 de forma mais grave. E as pessoas com essas sequelas passarão o resto da vida com problemas, sendo obrigadas a comprar medicamentos e a fazer tratamentos que muitas vezes são caros. Tratamentos e remédios caros vão afetar a economia doméstica.



Portanto, entendo que o Governo pode dar uma resposta à sociedade maranhense ao apresentar, de forma mais transparente, a execução do plano de imunização. Nós terminamos de aprovar aqui mudança no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, incluindo várias categorias. Votei a favor da matéria porque entendo que os bancários - categoria muito defendida pela Deputada Erika Kokay em seu mandato, no Distrito Federal, mas também em âmbito nacional - são profissionais que têm contato com várias pessoas no dia a dia, assim como os caixas de supermercado, assim como os motoristas, que também foram contemplados com o projeto de lei aprovado aqui hoje.

Eu entendo que o Governo do Maranhão precisa dar maior transparência a esse processo. Fiz um requerimento, solicitando informações ao Governo do Estado sobre as denúncias recebidas pelo Deputado Hildo Rocha. Espero que o Governo responda às informações que estou solicitando, para evitar que eu tenha de apresentar uma proposta de fiscalização e controle na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle sobre o uso e a distribuição de vacinas no Maranhão. Não espero chegar a isso, porque sei que o Governo do Estado irá responder ao requerimento. Assim, eu poderei explicar aos maranhenses que represento, e que gosto de representar na Câmara dos Deputados, por que o Município A ou o Município B recebeu mais vacinas proporcionalmente à população do que outros Municípios.

Estou usando esta tribuna da Câmara para pedir uma explicação ao Governo do Estado do Maranhão - não o Deputado Hildo Rocha, mas a população maranhense -, aos gestores municipais, aos legisladores da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e também aos Vereadores. Por que alguns Municípios estão recebendo mais vacinas do que outros, e alguns deles estão deixando de receber vacinas, como é o caso de São Luís? São Luís, mesmo recebendo menos vacinas do que deveria, está tendo grande êxito no que diz respeito à vacinação, até porque foi a primeira Capital brasileira a imunizar pessoas com menos de 30 anos. Hoje, ali, os moradores entre 25 e 26 anos já estão sendo vacinados.

Sra. Presidente, Deputada Rosângela Gomes, espero que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Agradecimento à Relatora Celina Leão pela inclusão, no texto da propositura, de bancários, empregadas domésticas e motoristas do transporte coletivo urbano.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria saudar esta Casa pela decisão tomada hoje (*falha na transmissão*) prioridades na vacinação e cumprir com sua obrigação. Não adquiriu a vacina no tempo certo, e isso acaba gerando essa situação, eu diria até de instabilidade na população brasileira, que fica ansiosa, fazendo filas enormes, para conseguir alcançar a vacinação. Mas acho que esse é um salto importante (*falha na transmissão*).

Gostaria de agradecer à Relatora, Deputada Celina Leão, pela inclusão da categoria bancária, da qual eu faço parte. Lutamos muito para que isso fosse respeitado. É uma pena que demorou tanto, mas a inclusão é importante, como também das trabalhadoras domésticas (*falha na transmissão*) e dos transportes.

Precisamos garantir que a efetividade da vacinação possa oferecer esperança para o nosso povo (*falha na transmissão*).

A SRA. PRESIDENTE (Rosângela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputado Bira do Pindaré, a sua Internet está caindo.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Esse é o caminho. Por isso, agradeço a todos a decisão tomada na sessão de hoje.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 301/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD 13:44	
Publ.: DCD - 18/06/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira pelo recebimento de delegação de

bancários para debate da inclusão da categoria no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Agradecimento à Relatora Celina Leão pela inserção de trabalhadoras domésticas e motoristas de aplicativos na proposição.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, gostaria de agradecer a V.Exa. e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, que recebeu uma delegação de bancários e outros setores, na última sexta-feira, e se comprometeu a pautar a matéria hoje. E agora votamos o Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, que estabelece prioridades para acesso à vacinação.

Os bancários, liderados pelo Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos, estiveram na Casa e estão muito felizes, porque foram incluídos. Foi uma atitude importante, decisiva, devido ao atendimento que prestam às pessoas. Mas também saúdo as outras categorias que foram incluídas, como a de domésticos e a de trabalhadores de aplicativos.

Anteriormente, a Relatora Celina Leão, muito sensível, já tinha acatado várias outras sugestões, algumas do PCdoB, como incluir os trabalhadores de farmácias, de limpeza, rodoviários e metroviários, que também merecem ter acesso à prioridade na vacinação.

Portanto, deixo o meu agradecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados e à Deputada Celina Leão, e parabenizo todos os que estão lutando para que os bancários tenham um papel decisivo neste momento. Mas o esforço não deve cessar, no sentido de que todos tenham acesso às vacinas. Esse é um desafio que nós temos que continuar cobrando do Presidente da República.

Parabéns!

Documento 302/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021 - CD 13:44
Publ.: DCD - 18/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de

caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Saudações às novas categorias incluídas no texto da proposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, todos nós estamos fazendo um esforço hercúleo para que a população brasileira seja vacinada. Estamos aqui estabelecendo prioridades para algumas atividades, funções e profissões relevantes.

Um dos projetos é de minha autoria, e eu agradeço, porque ele está sendo aprovado no conjunto da obra. É aquela velha história: em casa que falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. Em um país que falta vacina, todo mundo briga e todo mundo tem razão. Então, cada um quer ter o seu espaço.

Nós estamos na luta com os caminhoneiros, todo o pessoal do transporte coletivo urbano, do interior, das cidades, do Sistema Único de Assistência Social, as domésticas, os motoristas de aplicativos, os taxistas, os mototaxistas, os trabalhadores das farmácias, meus colegas bancários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BANRISUL, no Rio Grande do Sul, de todos os bancos, de todas as cores, de todas as matizes, para terem a vacina. Assim, poderão se proteger, ter dignidade e qualidade de vida.

A vacina é fundamental. Ela é a diferença entre a perspectiva de vida com qualidade e o risco até mesmo de morte. Tanto é que meio milhão de pessoas já sucumbiram. Eu passei pela doença e sei o quão difícil ela é. Voltei para contar; outros não voltaram.

Registro a minha homenagem aos caminhoneiros, ao pessoal do transporte, aos domésticos, aos bancários, a todos.

Que venha a vacina! Sempre vacina!

Documento 303/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	13:48
Publ.: DCD - 18/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de

instituições financeiras. Aproximação da marca de meio milhão de óbitos no País em decorrência da Covid-19. Agravamento da fome no Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero dizer que nesta orientação o PDT tem posição favorável.

Então, quero que V.Exa. consigne o nosso voto "sim".

Quero aproveitar este minuto para dizer da nossa angústia, a angústia que o Brasil está vivendo, por estarmos chegando a meio milhão de vítimas, de mortos, nessa contabilidade macabra e absurda de pessoas que estão perdendo a vida. Elas não são só números, são nomes, são sobrenomes, são famílias, são almas, são vidas que importam e importam a todos. Só quem perdeu um ente querido pode avaliar. Só quem perdeu alguém dos seus pode compreender, e transmitir, e dizer, mais do que prantejar a morte de um ou de outro familiar, a angústia coletiva por que o Brasil está passando.

Além da questão do coronavírus, existe a questão econômica, ou seja, nós estamos vivendo um duplo drama. Não queremos que as pessoas morram de coronavírus, mas não podemos morrer de fome. Essa é a nossa luta.

Documento 304/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	14:04
Publ.: DCD - 18/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, para redução da burocracia e concessão de tratamento isonômico entre nacionais e estrangeiros. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021 para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus; e do Projeto de Lei nº 4.086, de 2020, acerca da alteração da Lei nº 10.836, de 2004, relativa ao Programa Bolsa Família, e da Lei nº 8.742, de 1993, referente à organização da Assistência Social, com vista à ampliação das condições de superação da vulnerabilidade econômica (Mais Bolsa Família).

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, nós concordamos com a urgência do debate e da votação. É preciso, sim, compatibilizar os procedimentos de registro de patentes internacional e nacional.

Eu queria aproveitar este minuto para dizer que, no Colégio de Líderes, hoje, em nome da bancada do PT, vou defender a votação de dois projetos.

O Brasil passa fome. O Bolsonaro tem abandonado qualquer política para ajudar o povo brasileiro. Infelizmente, estamos no Mapa da Fome, e houve o aumento da desigualdade. Nós precisamos votar no plenário a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, que exatamente dá condições de nós alterarmos a renda emergencial, que é pífia. No ano passado, nós tínhamos já 600 reais e 1.200 reais; o Governo Bolsonaro não pagou janeiro, fevereiro, março e abril e agora está pagando de 150 reais a 375 reais por mês. Isso é muito pouco. Isso não aquece a economia, e o povo passa fome. Então, nós precisamos votar a MP para aumentar a renda emergencial para, ao menos, 600 reais e para estabelecer o pagamento durante todo o período da pandemia. Esse é um primeiro projeto.

O segundo projeto que nós queremos é o do Mais Bolsa Família, que não é só um valor, é uma rede de proteção social, porque envolve assistência, saúde, um salário mínimo reajustado acima da inflação, o que também é fundamental. Esse projeto também é da bancada do PT. Nós queremos que ele seja votado para ajudar o povo brasileiro a sair dessa crise, para melhorar a economia, para ajudar quem está em dificuldade, passando fome.

Então, deixo esses dois recados, além do convite para, no sábado, irmos às mobilizações.

Documento 305/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	14:16
Publ.: DCD - 18/06/2021 - JOÃO CAMPOS-REPUBLICANOS -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do 110º aniversário de fundação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Relevância das ações promovidas pela instituição religiosa na área social e nos campos de educação e cultura. Homenagem a missionários e pastores da Igreja Assembleia de Deus. Regozijo com a inclusão de motoristas de Uber, taxistas, oficiais de justiça e motoristas do transporte coletivo urbano



no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Aplausos aos policiais do Estado de Goiás e do Distrito Federal pelo empenho na captura do assassino Lázaro Barbosa de Sousa.

O SR. JOÃO CAMPOS (REPUBLICANOS - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, inicio dando parabéns à Igreja Assembleia de Deus do Brasil, a minha igreja, que amanhã completa 110 anos de fundação. A exemplo das demais igrejas evangélicas, a Assembleia de Deus realizou e realiza uma obra missionário evangelizadora extraordinária no Brasil, levando a palavra de salvação a milhões de pessoas, homens, mulheres, idosos, jovens, adolescentes. Essa obra espiritual tem alcance que não dá para ser medido.

Por outro lado, a igreja também tem uma obra na área social, de acolhimento a dependentes químicos, de idosos, de moradores de rua, de mães solteiras. Há também investimentos na área da educação e da cultura, destacando-se principalmente a música. Na área de educação, tem inúmeras escolas confessionais de qualidade. Enfim, a igreja merece o aplauso da Nação brasileira e especialmente desta Casa.

Eu sou pastor da Igreja Assembleia de Deus em Goiás. Realizo o meu ministério e fui ordenado pastor em 1996. Portanto, tenho muito orgulho do ministério que me foi confiado e por ser membro de uma igreja que realiza uma obra tão reconhecida.

Mas aproveito para homenagear aqueles que fundaram a igreja, dois missionários suecos, o Daniel Berg e seu companheiro, e especialmente aqueles que coordenam e dirigem essa igreja no Brasil, o Bispo Primaz Manoel Ferreira, Presidente da CONAMAD - Convenção Nacional das Assembleias de Deus de Madureira; o pastor José Wellington Bezerra da Costa, ex-Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, o qual foi sucedido por seu filho, o Pastor Wellington Júnior. Quero cumprimentar outro grande líder, o Pastor Samuel Câmara, Presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil. Outro líder de muita expressão, o Pastor José Clarimundo César, Presidente da CIAD - Convenção Internacional das Assembleias de Deus, de Anápolis. E aí eu poderia citar um conjunto de outros líderes que coordenam o trabalho da Assembleia de Deus no Brasil e no mundo. Finalizo, portanto, louvando a Deus pela existência dessa igreja séria, evangelizadora, a favor do povo brasileiro.

Sra. Presidente, permita-me aplaudir o fato de termos aprovado no dia de hoje, ainda nesta sessão, alguns destaques ao projeto que estabelece como prioridade a imunização de diversas categorias do Brasil. Nesta oportunidade, nós inserimos, através dos destaques,

dessas emendas, os taxistas, os motoristas de Uber e os motoristas de ônibus. O projeto contempla os oficiais de justiça e outras categorias. É com justiça, embora com um pouco de atraso, porque o Plano de Imunização Nacional avançou e, graças a Deus, milhões de brasileiros já estão sendo vacinados.

Por último, Sra. Presidente, gostaria de me referir também a esse episódio que está sendo notícia no Brasil, relativamente à prisão de um bandido, o Lázaro, em uma operação das polícias do Distrito Federal e de Goiás. Infelizmente, essa operação ainda não foi bem-sucedida. E, em função de não ter sido bem-sucedida ainda - mas será, esse bandido será preso -, muitas pessoas começam a fazer abordagens, parece-me que inconscientemente, mudando o polo: exaltando a esperteza e a inteligência do bandido de continuar fugindo da polícia e a polícia não ter colocado a mão nele ainda. Sem perceber, as pessoas que assim agem começam a exaltar o bandido, como se ele merecesse os aplausos da sociedade.

O Lázaro continua sendo bandido! Quando for encontrado pelas polícias, será preso, processado, condenado, porque a qualificação, a adjetivação que temos dele é apenas uma. Trata-se de um bandido, e bandido perigoso! Não há como mudarmos esse conceito. Agora, os policiais, ainda que não tenham encontrado o Lázaro, esses sim se identificam conosco: são gente de bem, profissionais de bem, que, sem conhecer as vítimas, quer sejam os policiais de Brasília, quer sejam os policiais de Goiás, estão colocando suas vidas em perigo a nosso favor. Não podemos nos esquecer disso, senão começamos a debochar do policial, fazer graça com o policial, e até desmotivá-lo do serviço. Não, o policial é gente de bem, é um de nós, que se identifica conosco e está fazendo o máximo, usando o seu conhecimento, as técnicas de investigação e de abordagem para prender esse bandido. O bandido será preso! Lázaro será preso!

Não é a primeira vez, embora sejam situações raras, que surgem bandidos com esse perfil de dificultar o trabalho da polícia, de fazer com que a polícia demore a encontrá-los e prendê-los. Mas, em todos os casos que a história registra, por mais que o bandido seja inteligente, esperto, termina atrás das grades. Não tenho dúvida disso.

Então, parabéns aos policiais de Goiás, civis e militares, aos policiais federais, rodoviários federais, e aos do Distrito Federal, que estão empenhados nessa operação que, ao final, será exitosa.

Que Deus continue abençoando todos nós, e que continuemos trabalhando com boa-fé em favor de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	14:28
Publ.: DCD - 18/06/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Regozijo com a inclusão de empregadas domésticas, motoristas de aplicativos, taxistas, bancários e balconistas de farmácia no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso de caminhoneiros à vacinação contra a Covid-19. Aproximação da marca de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Incompetência do Presidente da República para comando do País.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós terminamos aqui a apreciação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, que apresenta uma série de sugestões ao Plano Nacional de Imunização, estabelecendo uma série de categorias e de segmentos como prioritários.

Enquanto votávamos a matéria, eu ficava ali refletindo sobre a situação a que chegamos no Brasil. O Presidente suja a água em cima, e embaixo o povo não tem como tomar a água limpa. É como se tivéssemos uma vara torta e a réstia torta dessa vara, e nós estivéssemos tentando consertar a réstia sem consertar a própria vara. Nós estamos pagando o preço.

Vamos completar, Sr. Presidente, em mais 1, 2 ou 3 dias, meio milhão de brasileiros mortos pela COVID-19. E o Presidente continua negando a vacina, fazendo campanha contra a vacina, fazendo propaganda contra a vacina, acusando os países que nos ajudam a encontrar o caminho da vacina. O Presidente continua gerando aglomeração, tratando com descaso o que já matou meio milhão de brasileiros!

Hoje, aqui, nós fizemos um esforço para tentar corrigir parte dessas distorções. Conseguimos incluir no rol das prioridades as empregadas domésticas, que trabalharam durante toda a pandemia, expondo-se, pegando transporte duas ou três vezes ao dia, tendo contato com muitas pessoas. Conseguimos incluir as empregadas domésticas no rol dos prioritários.

Conseguimos também, Sr. Presidente, que os motoristas de táxis e os motoristas de aplicativos, que já estavam cadastrados anteriormente, fossem incluídos entre as categorias prioritárias, pelo serviço relevante que prestam, levando e trazendo gente o dia inteiro. Entram no táxi ou no carro, que funciona seguindo o aplicativo, pessoas que eles não sabem se estão com saúde ou não, se estão doentes ou não. É um segmento também importante.

Conseguimos incluir os bancários. Iniciamos pelo debate com os funcionários da Caixa Econômica Federal, que ficaram trabalhando e atendendo milhares e milhares, milhões e milhões de brasileiros no auxílio emergencial, expondo-se ali, no contato direto, a uma quantidade enorme de pessoas. Depois, esse entendimento evoluiu, e nós conseguimos incluir todos os bancários. É também uma conquista importante dentro desse quadro de muita dificuldade que vivemos.

Nosso partido, o PCdoB, conseguiu ainda incluir outros segmentos. Fizemos uma emenda, que foi aprovada, que estabelecia como prioridade também os trabalhadores e as trabalhadoras das farmácias, que também recebem centenas de pessoas por dia, sempre em busca de remédio. Em geral, recebem pessoas que vêm de residências onde há alguém doente ou que carregam doença e vão buscar medicamentos. Esse é um esforço para diminuir o dano, mas não resolve o problema. O que resolve o problema é vacina para todos.

Nós precisamos de um Governo que respeite as pessoas, que respeite a vida das pessoas, que respeite a sociedade, que respeite o País, que respeite a saúde pública! Infelizmente, essa figura para governar o Brasil não está sentada na cadeira de Presidente. A cadeira está sem Presidente da República! O País está sem comando, entregue à própria sorte.

Documento 307/557

66.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2021- CD	14:32
Publ.: DCD - 18/06/2021 - VITOR HUGO-PSL -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Perfil cristão, patriota e honesto do Presidente Jair Bolsonaro. Empenho do Presidente da República e seus Ministros na preservação de vidas e manutenção de empregos diante da epidemia de coronavírus. Destinação, pelo Governo Federal, por volta de 1 trilhão de reais para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Registro do superávit primário de 16 bilhões de reais. Geração de 1 milhão de novos empregos no País. Previsão de crescimento do



Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 6%. Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Repúdio à atuação da Esquerda brasileira. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 10.887, de 2018, referente à alteração da Lei nº 8.429, de 1992, a respeito da improbidade administrativa. Indignação do orador com a gravação para emissora de TV, pela Relatora Luisa Canziani, de reunião realizada no Ministério da Educação para debate do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, sobre a inserção de § ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde!

Eu queria aproveitar este tempo de Liderança do PSL, Sr. Presidente, para falar do orgulho que nós temos por ter um Presidente da República cristão, patriota e honesto. Tenho certeza de que Junio Amaral, um excelente e competente Deputado Federal por Minas Gerais, concorda comigo. O nosso Presidente tem feito, junto com os seus Ministros, todo o possível e o impossível para salvar vidas e preservar os empregos dos brasileiros nessa pandemia.

Já foram distribuídas mais de 108 milhões de doses de vacinas neste País. Já foram aplicadas mais de 78 milhões de doses.

Nós estamos falando de quase 1 trilhão de reais aplicados para salvar vidas, para salvar os empregos dos brasileiros. No auxílio emergencial de 600 reais, no passado, foram gastos mais de 300 bilhões de reais, 10 vezes mais do que o Bolsa Família, que foi criado pelos Governos esquerdistas, que mandavam bilhões e bilhões de reais para ditaduras comunistas no exterior. O nosso programa de auxílio emergencial é 10 vezes maior do que o Bolsa Família.

Fizemos vários programas para acudir os informais, porque o nosso Governo descobriu pelo menos 40 milhões deles. Nós imaginávamos que iríamos atingir, com o auxílio emergencial, 23 milhões de brasileiros, e ao término atingimos mais de 60 milhões de brasileiros com essa política importantíssima, que evitou o caos social no Brasil. Também apoiamos empresas a manterem os empregados, possibilitando a redução da jornada de trabalho e também a redução da suspensão dos contratos de trabalho.

Estamos numa rota econômica muito boa para o momento. Imaginem, numa pandemia, nós termos o melhor mês de abril em 7 anos, no que diz respeito às contas públicas! São mais de 16 bilhões de reais de superávit. Nós criamos, no primeiro semestre deste ano, quase 1 milhão de empregos. Temos a previsão de crescimento do PIB do

nosso País este ano, um ano de pandemia, chegando quase aos 6%.

Isso é o reflexo de um Governo sério, de um Governo que se preocupa com a população, ainda que tenhamos uma CPI que foi criada a partir de uma invasão da competência do Parlamento pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou ao Senado a criação desta CPI, que é um grande circo. É um *show* de horrores o que nós temos visto lá todos os dias. Já começou errada, não só pela determinação do Supremo Tribunal Federal, mas também quando se escalou o Relator e também o Presidente da Comissão. Todos nós conhecemos quem eles são, sabemos da ficha corrida deles. Já começa uma Comissão Parlamentar de Inquérito desmoralizada.

E depois nós vemos a atuação em si, uma atuação política. Eu queria ver, Deputado Junio Amaral, a Esquerda vir defender, por exemplo, as mulheres que estão sendo atacadas naquela CPI, a Dra. Nise, a Dra. Mayra Pinheiro. Só defendem as mulheres que são do campo delas. Quando as mulheres são atacadas lá, são maltratadas, quando os médicos vão lá e são atacados, eu não vejo a Esquerda fazer qualquer defesa. Da mesma forma, quando morre um policial negro, por exemplo, cadê a Esquerda para defender? Quando morre uma policial negra, mulher, cadê a Esquerda para defender? Eles têm uma preocupação seletiva.

Isso é demonstrado pela Esquerda também quando eles nos criticavam por irmos às ruas para manifestar apoio ao Presidente Bolsonaro, e agora eles mesmos querem ir às ruas também. Eles precisam definir se isso é uma conduta errada ou não, porque nós, desde sempre, fomos às ruas, sabendo muito bem o que queríamos. Eles nos criticavam aqui, neste Plenário, e agora muitos deles vão, sim, às ruas, embora não sejam muitos, porque não muita gente apoia a Esquerda no Brasil. É difícil para eles, nesse sentido. É mais fácil para eles manterem o distanciamento social, porque não há quase ninguém nas ruas. Mesmo assim, eles estão querendo mudar de postura.

Eu quero aproveitar também, Sra. Presidente, para falar um pouco sobre a votação que nós fizemos ontem, no que diz respeito à questão da improbidade. O texto que foi construído e que foi aprovado ontem, com a orientação positiva do Governo e também do PSL, foi um texto construído por vários juristas.

Não era um texto da Esquerda, era um texto que foi construído com juristas de todos os campos políticos.

Temos diversas falas de políticos sérios no Brasil, a incluir a do nosso próprio Presidente Bolsonaro, criticando a Lei de Improbidade Administrativa, porque, apesar de ser correta e de ter um propósito muito bom, a lei tinha, no seu art. 11, um campo muito aberto para



perseguições políticas. Imaginem, as Procuradorias dos Municípios podiam - ou podem ainda, porque a lei não foi completamente aprovada, mas o projeto de lei que foi aprovado pretende modificar isto - fazer denúncias contra os opositores políticos que estavam no poder meses atrás! Por exemplo, alguém é o Prefeito de uma cidade; a oposição vem e vence; então, o novo Prefeito coloca a sua Procuradoria - e não o Ministério Público, porque ele não tem ascendência no Ministério Público -, mas o novo Prefeito coloca a sua Procuradoria para ingressar com vinte processos de improbidade administrativa contra o seu adversário político. Como os prazos de prescrição eram muito alargados, aquele grupo político adversário, independentemente da visão política deles, ficaria - como ficava, e ainda fica - anos e anos tentando se justificar. E, às vezes, os processos nem andam!

Depois, vimos também os tipos abertos. Vemos no Direito Penal, por exemplo, o princípio da taxatividade, que impõe que o processo punitivo se valha de um tipo penal claramente definido. E isso vale também para a improbidade administrativa. Agora, se começarmos, como estava sendo feito, a punir pessoas com base em princípios - e a interpretação de um princípio no Sul pode ser diferente no Norte -, vamos causar uma insegurança jurídica que dificultará que Prefeitos efetivamente venham a administrar os seus Municípios, assim como Governadores e até o Presidente.

Portanto, a despeito de termos algumas preocupações com o texto, apresentamos destaques e votamos favoravelmente, entendendo que há oportunidade ainda de aperfeiçoamento no Senado e há oportunidade de veto também. Nós discordamos, por exemplo, da facilitação que havia, no texto, contra o nepotismo, mas conseguimos apresentar um destaque que, em alguma medida, foi incorporado em modificações no texto, e o texto está melhor no que diz respeito à prevenção do nepotismo.

Discordamos, por exemplo, da vedação ao juiz de reclassificar o tipo apontado pelo Ministério Público na defesa. Achamos que o juiz deveria continuar com esta prerrogativa. Apresentamos o destaque. Infelizmente, fomos vencidos, mas isso não quer dizer que, no Senado, isso não possa cair. Se for aprovado, vamos solicitar ao Presidente Bolsonaro que vete este dispositivo.

Temos também a questão da segunda instância. Ainda está previsto no texto que a punição só será aplicada ou só será válida a partir do trânsito em julgado, quando a decisão se torna definitiva. Discordamos, pois queríamos que fosse na segunda instância, assim como defendemos a prisão em segunda instância. Assim, lutamos para apresentar uma emenda. Faltaram três assinaturas para que nós pudessemos apresentá-la, mas apoiamos uma emenda de outro

partido que foi no mesmo sentido. Infelizmente, perdemos. Mas isso não quer dizer que não vamos tentar modificar no Senado ou pedir ao Presidente que vete, para que volte à situação normal de hoje, em que já se podem aplicar algumas penas já na primeira instância, inclusive deixando somente penas mais graves para o trânsito em julgado, como a questão da perda de mandato, da perda da função pública e também da suspensão dos direitos políticos.

Por fim, Sra. Presidente, quero expressar a nossa indignação, a nossa revolta com a atitude da Deputada Federal Luisa Canziani - Deputada por quem tínhamos até grande simpatia -, que, infelizmente, adotou uma postura muito ruim, ao entrar numa reunião privada, junto com Deputados Federais, com Ministro de Estado: sem que ninguém soubesse, estava carregando um instrumento para gravar e transmitir o evento para uma emissora externa, para uma emissora de televisão. Imagine isso, Deputado Boca Aberta! S.Exa. é de Londrina. Esta é uma atitude, realmente, decepcionante.

Estamos todos muito decepcionados, pois, em um tema importantíssimo como o do *homeschooling*, em função disso, não temos a mínima condição de apoiar o relatório da Deputada.

Nós queremos um relatório alternativo, que se aproxime mais daquilo que o nosso Governo enviou, porque, a partir de uma atitude como essa, nós só podemos inferir que a Deputada estava influenciada por gestores dessa emissora, com a qual nós discordamos frontalmente.

Sra. Presidente, infelizmente isso aconteceu. Nós estamos muito chateados com isso. Pretendemos levar isso à frente, para que atitudes como essa sejam reprovadas no País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 308/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 22/06/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros vítimas da Covid-19. Êxito de manifestações realizadas no País contra o Presidente Jair Bolsonaro. Contrariedade à aprovação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa da abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente

da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mais uma vez manifesto a minha solidariedade e o meu apoio total aos brasileiros e brasileiras e suas famílias, àqueles e àquelas que são vítimas da COVID-19. Os dias são de luto: há 500 mil mortos no Brasil, há famílias enlutadas, o Brasil está em luto.

Mas o sábado foi de esperança, quando as pessoas tomaram as ruas das cidades. Cada vez mais cidades participaram. No último dia 19, nós vimos a presença das pessoas nas ruas que diziam "Fora, Bolsonaro!", chamando pelo devido nome, de "genocida", quem está na Presidência do Brasil. Como disse o Presidente Lula, é genocida quem não trata de trazer a vacina para o povo brasileiro. Quinhentas mil pessoas morreram de uma doença para a qual já existe vacina.

Essa luta do povo se espalha por diferentes áreas. Hoje, por exemplo, aqui na Câmara dos Deputados, em vez de estarmos tratando da gravidade desta situação, temos na pauta a proposta de privatização da ELETROBRAS. Volta a MP do Apagão, volta a MP que vai aumentar as tarifas de energia elétrica, a MP que para o Brasil! Volta, portanto, o projeto de morte ao País que é capitaneado pelo Governo Bolsonaro, por Guedes e pelos seus cúmplices. Quem é cúmplice deste Governo é cúmplice da morte.

Está mais do que na ordem do dia que venhamos a analisar o *impeachment*. Senhores e senhoras, a Constituição Federal estabelece esse caminho, pelo qual nós podemos resolver quando há um governo que comete um grave crime de responsabilidade. Sabemos que contra a Presidenta Dilma não houve crime de responsabilidade, mas a manipulação política tirou da Presidência alguém que tinha amor pelo povo. Agora observo que, diante de tantos e tão graves crimes de responsabilidade, há dentro da Câmara dos Deputados uma gaveta, parece-me que fechada, da qual, dos mais de cem pedidos de *impeachment*, não sai nem um para análise.

Presidente Arthur Lira, é sua responsabilidade colocar o *impeachment* na pauta da Câmara dos Deputados.

Direi "não" à MP do Apagão e direi "sim" ao *impeachment*, direi "sim" aos movimentos sociais, direi "sim" à vida. Direi "não" ao Governo Bolsonaro, "não" aos genocidas, "não" aos que devastam a natureza, "não" aos que levaram o Brasil à fome, "não" aos que fazem o preço dos alimentos aumentar e que jogam as pessoas no desemprego.

Em todo o Brasil há um sentimento de solidariedade, de luto e de luta.

A luta tem o nome e o rosto daqueles amigos e amigas, parentes, irmãos que perdemos nesta pandemia. O responsável é Jair Bolsonaro, genocida.

Muito obrigada.

Documento 309/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:04
Publ.: DCD - 22/06/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos participantes em manifestações realizadas no País contra o Presidente Jair Bolsonaro. Vinculação entre a recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas em tempo hábil, e a morte de milhares de brasileiros em decorrência do coronavírus. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Repúdio ao Decreto nº 10.710, de 2021, da Presidência da República, a respeito da regulamentação do marco legal do saneamento básico.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos num momento pós-ditadura, um momento muito difícil para o povo brasileiro. Eu não quero perder a oportunidade de parabenizar a todos os que, no dia 19, foram às ruas demonstrar a insatisfação com este Governo genocida.

Nós deveríamos estar debruçados sobre uma série de possibilidades que o Estado tem de atuar, de trabalhar, a partir do Parlamento federal, do Congresso Nacional, ou seja, do Senado e da Câmara, pela diminuição desta tragédia humana que tem no genocida Presidente o culpado maior, pela desídia, pela falta de responsabilidade, pela falta de empatia, pelo desamor pelo seu povo, porque, se não tivesse diminuído as possibilidades de termos vacina tempestivamente, certamente metade de meio milhão de pessoas, os amores do povo brasileiro, não teria falecido.

Além disso, vamos tratar da privatização da ELETROBRAS, que, na prática, aqui no Nordeste, é como entregar as águas do Velho Chico ao lucro. O lucro não pode mediar o uso da água, pois o uso da água tem que ser equilibrado. São conflitantes os diversos usos que a humanidade faz da água. O lucro não tem equilíbrio, o lucro não tem a borda social que se espera de um governo num país tão desigual

quanto o nosso.

Ainda nessa esfera, o Decreto Presidencial nº 10.710, deste ano, que deveria regulamentar o art. 10-B desse chamado "Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico", na realidade, faz a desregulamentação. É uma legislação que atende como uma luva à criação de monopólios e oligopólios privados do saneamento. É a divisão da carne e do osso. O osso vai ficar para o Estado. Esse decreto, que não regulamenta e, sim, desregulamenta, é inexecutável e amplia a inconstitucionalidade do atual Marco Legal do Saneamento. Esses conflitos empurrarão para fora o recurso privado, que não vai aportar para melhorar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 310/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:08
Publ.: DCD - 22/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade a votação e aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de discussão da retomada do auxílio emergencial de 600 reais; de programa de apoio às pequenas e microempresas e da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Indignação com a venda depreciada da ELETROBRAS.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esta sessão da Câmara Federal, numa segunda-feira, está destinada à votação da medida provisória que prevê a privatização da ELETROBRAS. É inadmissível nós sermos convocados, em plena pandemia, para discutir uma matéria desta natureza. É lamentável.

Gostaria muito de estar aqui hoje convocado para debater o auxílio emergencial de 600 reais, porque o nosso povo está passando fome.

Gostaria de ter sido convocado para discutir um programa nacional de apoio à pequena e microempresa que garantisse, efetivamente,

recursos, por meio de crédito para pequenas e microempresas e empreendedores individuais, a juros baixos, e não como foi aprovado recentemente por esta Casa.

Gostaria de ter sido convocado, em plena segunda-feira, para discutir uma estratégia nacional para acelerar a vacinação do nosso povo. O Governo brasileiro continua mentindo ao dizer que o Brasil está em 4º lugar no mundo em termos de vacinação. O Governo não disse, no seu relatório divulgado na última semana, que o Brasil está na 71ª colocação no *ranking* mundial, que o Brasil está na posição 71 em relação à vacinação. Apenas 11,5% da nossa população recebeu a primeira e a segunda doses.

Nós estamos aqui hoje, Srs. Parlamentares, convocados para discutir a privatização de uma empresa estratégica para a nossa economia. O setor elétrico do nosso País vai correr muitos riscos, assim como a PETROBRAS e outras empresas. Por exemplo, Furnas, Correios. Mas aqui hoje vamos tratar da ELETROBRAS, de uma empresa que nos últimos 3 anos deu lucro de mais de 30 bilhões. O povo brasileiro precisa saber de duas coisas: que essa empresa está avaliada em 370 bilhões - este é o valor da empresa - e que o Governo quer arrecadar apenas 25 bilhões, ou seja, vai entregar a ELETROBRAS a preço de banana. Isso vai elevar as tarifas que a população vai pagar e isso vai fragilizar o sistema energético brasileiro, o que pode inclusive ocasionar novos apagões no nosso País. Por isso, não...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 311/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:12
Publ.: DCD - 22/06/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Consternação com a morte de 500 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Indiferença do Presidente da República diante da tragédia causada pelo coronavírus no País. Não realização pela Casa de sessão solene em homenagem póstuma às vítimas da Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da

oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, brasileiros que nos assistem, aqui estou hoje, com a Bandeira do Brasil. (*Exibe a Bandeira do Brasil.*)

Mas é uma bandeira marcada pelo luto, porque 500 mil vidas se foram por causa da COVID-19. Meio milhão de brasileiros se foram por causa dessa doença. Se tivéssemos vacina, muitas vidas teriam sido salvas. São 500 mil amores de alguém, são tios, irmãos, primos, sobrinhos, avós, avôs, netos, amigos queridos que se foram. Quinhentas mil famílias, meio milhão de brasileiros choram hoje a morte de seus entes queridos.

Na minha opinião, o que a Câmara dos Deputados deveria fazer hoje era exatamente um momento de solenidade, um momento de pesar. Esta bandeira está manchada pelo luto, porque muitos brasileiros se foram, porque muitos deles poderiam ter sido salvos. Infelizmente, quem está na Presidência do nosso País não faz um registro de lamento sobre essas mortes. Infelizmente, a Câmara dos Deputados não está reunida hoje aqui para lamentar, para fazer uma despedida solene desses mortos, para abraçar as famílias dos 500 mil brasileiros que se foram.

A imprensa registrou, no último sábado, o povo na rua, que pedia "Fora, Bolsonaro!", porque ele não cuidou do povo, porque ele deixa o povo morrer por falta de vacinas. A maioria dos editoriais - do *Globo*, da *Folha*, do *Estadão* e de vários outros jornais do Brasil - registrou o luto dos brasileiros, registrou que 500 mil amores de alguém se foram, registrou este momento difícil que o País vive, mas o Presidente da República não foi capaz de escrever um tuíte para lamentar essas mortes, o Presidente da República não foi capaz de fazer um momento de solenidade no Palácio, de ser solidário, o Presidente da República não visitou um único hospital em mais de 1 ano e meio de pandemia.

Então, Sr. Presidente, nós temos muito o que lamentar. Atingimos a triste marca dos 500 mil mortos. Quantos mais virão? Se o Presidente não tivesse recusado as vacinas tão logo elas nos foram oferecidas, muitos desses brasileiros teriam sido salvos, muitas famílias poderiam estar comemorando hoje o fato de seus familiares estarem vivos. Lamentavelmente, esta bandeira é de luto pelos brasileiros que se foram, pela triste marca de 500 mil mortos. Quinhentas mil famílias choram hoje os seus 500 mil amores que se foram - meio milhão de brasileiros. Muitos deles poderiam ter sido salvos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Publ.: DCD - 22/06/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Fracasso de manifestações realizadas no Brasil contra o Presidente Jair Bolsonaro. Perda pela Esquerda do poder de mobilização das massas. Consternação diante da morte de 500 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pelas mortes provocadas pelo coronavírus.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os que nos acompanham através da *TV Câmara*.

No final de semana, nós vimos uma grande inovação por parte da Esquerda. A Esquerda, a Oposição, que vivem criticando o Presidente Bolsonaro e seus apoiadores por fazer "motociatas", por fazer manifestações em apoio ao Governo Bolsonaro, foram às ruas fazer a famosa aglomeração do bem, aquela que, no caso deles, pode. Foi uma inovação, porque não foram manifestações, mas "minifestações", ou seja, aglomerações de pequenos grupos. Nem se pode dizer que foram aglomerações. Foi um pequeno amontoado de pessoas com muito distanciamento social, mostrando que a Esquerda perdeu o poder de mobilização das ruas, perdeu o poder de mobilização das massas e perdeu também a narrativa.

Isso demonstra que toda essa história de que o Presidente é irresponsável, de que seus apoiadores são irresponsáveis, porque estão indo às ruas para fazer "motociatas", para se aglomerar, porque não respeitam a vida, tudo isso cai por terra, porque eles agora fazem "minifestações" corriqueiramente contra o Presidente. E não são mini porque eles querem. São mini porque eles não têm o apoio da população, não têm o apoio das massas. A população sabe quem está ao lado dela, quem está efetivamente trabalhando por conceder auxílio emergencial e linhas de crédito para as empresas sustentarem os empregos, e também lutando para comprar vacinas para o Brasil.

Essa narrativa sobre 500 mil mortos não se sustenta, tanto que eles foram para as ruas comemorar os 500 mil mortos! É isso o que foi feito pela Esquerda e pela Oposição nesse final de semana. Foram comemorar, porque esse é um elemento para que eles possam colocar contra o Presidente a narrativa inescrupulosa de atacar o único que está fazendo algo pelo Brasil neste momento para nos tirar dessa crise.

Por isso, senhores, essas "minifestações" feitas no final de semana só demonstram como eles são inescrupulosos e como perderam o poder de mobilizar as massas, porque a única coisa que havia ali eram pequenos satélites dos movimentos de esquerda - CUT, MTST, MST e entidades estudantis de viés socialista -, obviamente com muito pão com mortadela. Mas não conseguiram fazer uma mobilização à altura das que são feitas pelos verdadeiros patriotas deste País, que apoiam o Presidente Bolsonaro.

Lamento aqui as 500 mil mortes. São 500 mil vidas que se foram, mas é canalhice querer colocar isso na conta do Governo, é canalhice querer culpar o Presidente Bolsonaro.

Por isso, todas essas mobilizações, ou "minifestações", feitas pela Esquerda só demonstram que ela não tem o apoio da população e que perdeu o poder de convencimento das ruas.

Obrigado.

Documento 313/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 22/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da situação por que passa o povo brasileiro. Submissão do Governo Federal aos interesses do mercado financeiro. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, segunda-feira de luto no Brasil. Luto porque nós já temos mais de 500 mil pessoas mortas pela COVID, meio milhão de brasileiros e brasileiras - pessoas, vidas, pais, mães, filhos, parentes, amigos -, meio milhão de mortos no Brasil. Também estamos de luto porque hoje a Câmara quer finalizar a privatização da ELETROBRAS, empresa estratégica que gera energia e é orgulho do povo brasileiro. É um dia, portanto, de luto.

Isso só poderia acontecer com o Presidente da República que aí está, uma pessoa fraca, uma pessoa sem alma, hoje refém dos interesses

do mercado e da não ciência, refém da cloroquina. É uma pessoa investigada na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado e que vive a ameaçar e a fazer chacota do povo brasileiro.

Hoje mesmo ele foi ao chiqueirinho desdenhar do povo brasileiro. Chiqueirinho é aquele lugar onde ele vai encontrar bajuladores, quando não tem o que dizer para o povo brasileiro. Foi lá de novo desdenhar do povo e da morte de meio milhão de pessoas, de famílias inteiras. São milhões de indivíduos que estão representados nessa dor, e o Presidente vai lá novamente fazer chacota.

Lembro que ele já fez isso quando debochou da COVID, dizendo que era uma gripezinha. Afinou a voz preconceituosamente para dizer: "*Estou com medo da COVID!*" É um sujeito asqueroso esse Presidente da República. Além de tudo, ele é fraco e só faz aquilo que o mercado manda.

Agora está privatizando a ELETROBRAS. Um Presidente que privatiza uma empresa como a ELETROBRAS não tem condições de governar o Brasil. Ele só faz aquilo que os ricos mandam, o que interessa ao mercado. Azar do preço da conta de luz, que cada vez aumenta mais. São 14 milhões de desempregados, somam-se mais de 20 milhões de desalentados. Mas o povo foi às ruas, e eu vi bolsonarista tremendo. Isso está só começando.

Presidente Lira, ponha o *impeachment* para ser discutido, ponha o *impeachment* para ser votado. O "Fora, Bolsonaro!" é a esperança do povo brasileiro. Esta é uma segunda-feira de luto.

Documento 314/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:28
Publ.: DCD - 22/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Adesão do povo brasileiro às manifestações em defesa do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Insensibilidade do Presidente da República diante do agravamento da fome e do alcance do patamar de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares e telespectadores da TV

Câmara, a sessão de hoje, convocada para votar o projeto de privatização da ELETROBRAS em plena pandemia, é um crime contra o patrimônio público, contra de fato o povo brasileiro.

A ELETROBRAS é uma empresa que gera lucro acima de 10 bilhões de reais por ano, é uma empresa avaliada em 370 bilhões de reais, e será posta à venda por apenas 25 bilhões de reais. Isso é um crime, é uma vergonha! Essa privatização vai gerar mais de 15 milhões de desempregados e aumentar imediatamente a conta de luz do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu digo não a essa privatização da ELETROBRAS.

Sr. Presidente, os atos "Fora, Bolsonaro!" estão tendo cada vez mais gente. À medida que a vacinação avança, o povo não suporta mais os desmandos do Governo. Sábado, em todo o Brasil, houve manifestações gigantescas. O povo saiu para pedir "Fora, Bolsonaro", vacina no braço, comida no prato e auxílio de 600 reais.

Mesmo diante de mais de 500 mil mortes e de protestos gigantescos, Bolsonaro ainda teve coragem de ironizar o povo e ironizar a pandemia. Mandou os doentes procurarem o apresentador do *Jornal Nacional* e disse que vai apoiar o consumo de mortadela.

É vergonhoso!

Sob o Governo desastroso de Bolsonaro, a grande maioria do povo está comendo apenas mingau. Mais de 17 milhões estão passando fome. Enquanto isso, vocês fazem farra com dinheiro público em passeios de moto. Fazem tudo isso usando dinheiro do povo brasileiro.

Portanto, fora, Bolsonaro! Os seus dias estão contados, tenho certeza.

Peço que esses dois registros sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 315/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:32
Publ.: DCD - 22/06/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Alcance do patamar de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Mobilização da sociedade brasileira contra o Governo Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Posicionamento do PT contrário à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Descompasso entre os anseios do povo brasileiro e matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos, sim, num dia de luto. Quinhentas mil pessoas, meio milhão de vítimas da COVID e de um Governo desastroso, genocida! E a base governista da Câmara dos Deputados vive de costas para a população brasileira, não escuta as vozes das ruas.

No último sábado, nós tivemos, em mais de 400 cidades, atos de rua contra o Presidente Bolsonaro e sua política de morte. A motivação dos milhões de brasileiros e brasileiras que se manifestaram, seja nas ruas, seja nas redes sociais, teve como pauta principal o cenário da pandemia e a falta de vontade do Governo Bolsonaro de enfrentar a COVID-19 de maneira concreta. Na verdade, ele faz o contrário, incentiva a morte, incentiva a contaminação.

Mas não se tratou apenas da pandemia. Eu estive no ato de São Paulo, onde dez quarteirões da Avenida Paulista foram tomados por milhares de pessoas, e 99,9% delas usavam máscaras, utilizavam álcool em gel e tentavam ao máximo manter o distanciamento social. Outros temas foram abordados, como a falta de emprego, de renda, a volta do auxílio emergencial, posicionamento contra a reforma administrativa, defesa das empresas públicas e da soberania nacional. Também se pediu a CPI do desmonte ambiental, porque é preciso haver o Fora, Salles!

O que se pretende fazer na Câmara hoje? Ao contrário do que as ruas estão dizendo, e não só por quem foi à manifestação, pois as pesquisas apontam que há rejeição cada vez maior a Bolsonaro, querem aprovar em segundo turno a privatização da ELETROBRAS, uma estatal estratégica para a soberania nacional. Ela tem a tarefa de administrar, de gerenciar o setor elétrico brasileiro. É uma vergonha o que está ocorrendo aqui! Enquanto a sociedade clama por retomada da capacidade de investimento do Estado, vamos abrir mão da soberania energética, vamos tomar decisões que vão na contramão do que vem acontecendo no mundo todo.

A conta ficará mais cara, e o peso da energia, ainda maior para os mais pobres. A bancada do PT votará contra essa aberração, em defesa da ELETROBRAS pública e por uma Câmara mais sintonizada

com os anseios do nosso povo.

Presidente, eu peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 316/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:36
Publ.: DCD - 22/06/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevado número de pessoas recuperadas da Covid-19 no Brasil. Recorde do País na aplicação de doses diárias de vacinas contra a doença viral. Sucesso da implementação do auxílio emergencial como programa de distribuição de renda. Inexistência de casos de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. É um prazer vê-lo novamente presidindo os trabalhos. Boa tarde, todos os nossos demais colegas.

Eu gostaria de fazer menção, nestes Breves Comunicados, ao número de pessoas recuperadas, de pessoas restabelecidas durante esta pandemia. Nós sabemos que o vírus tem a sua letalidade. Eu, particularmente, lamento demais todos os óbitos que aconteceram, mas quero comemorar a recuperação que tiveram aquelas pessoas. São mais de 16 milhões de pessoas, considerado o número absoluto de 17 milhões de pessoas que foram contaminadas. Há uma grande recuperação. Nós precisamos destacar isso. Precisamos destacar que pessoas se recuperaram, estão trabalhando, puderam continuar a sua vida. Isso é o mais importante, é o mais importante mesmo.

A vacinação bateu recorde na semana que passou. Quase 2 milhões de pessoas foram vacinadas em um único dia. Isso mostra a força do nosso País, a força do Sistema Único de Saúde, que pode inclusive melhorar essa marca. Tenho certeza de que vai fazê-lo. Nós estamos caminhando para sair deste período de pandemia. Não foi o Presidente Jair Bolsonaro que provocou isso. Não! O mundo todo sofre com isso. E o Brasil dá exemplo ao bater esse recorde, aplicou 2 milhões e 200 mil vacinas num dia. O Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo, graças a um Governo sério, um Governo comprometido com o trabalho de fazer o melhor para o seu povo.

Estamos realizando o maior programa de distribuição de renda, que é o de auxílio emergencial. O Governo Bolsonaro vem fazendo-o, agora já na sua terceira etapa. É assim que se trabalha. É assim que se faz um Governo sério.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, que não há nenhum caso de corrupção. Não dá para comparar este Governo com nenhum Governo anterior. Nenhum caso de corrupção! O Governo Bolsonaro está de parabéns.

Tenho certeza de que vamos sair desta pandemia, custe o que custar, queiram os políticos ou não. Sabemos que muitos estão jogando contra.

Obrigado.

Documento 317/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:40
Publ.: DCD - 22/06/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance do patamar de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente da República. Posicionamento do orador contrário à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente do Brasil, houve um acidente com um avião da Gol e morreram centenas de pessoas. Fernando Henrique prestou solidariedade a todos aqueles que perderam ente querido naquele acidente.

Quando Lula era Presidente do País, houve um acidente com um avião da TAM. Em rede nacional, o Presidente Lula prestou solidariedade ao povo brasileiro, sobretudo às pessoas que perderam ente querido naquele acidente.

Posteriormente, ocorreu o acidente na boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A Presidente Dilma prestou solidariedade aos familiares das vítimas e ao povo brasileiro.

Até o golpista Michel Temer prestou solidariedade aos familiares das vítimas daquele acidente com jogadores da Chapecoense.

Até agora, meio milhão de pessoas já morreram em decorrência da COVID e da incapacidade do Governo Bolsonaro de ter atitude para minimizar o sofrimento do povo brasileiro, e Bolsonaro desdenha da vida das pessoas, desdenha do nosso povo, da nossa gente. Nós não podemos continuar com um Governo insano como este. Nós não podemos continuar com um Governo genocida, como é o Governo Bolsonaro, Sr. Presidente. Nós precisamos votar o *impeachment* deste Governo! É isso que nós temos que fazer nesta Casa.

Sr. Presidente, quero agora abordar o assunto que vamos discutir hoje, que é a privatização da ELETROBRAS. Isso é uma irresponsabilidade do Governo Bolsonaro e também dos Deputados que vão votar a favor dessa privatização. Estamos vendo a carestia batendo na porta das pessoas, o gás está muito caro, e agora se diz que o preço da energia vai aumentar 60%. Nós não podemos privatizar a ELETROBRAS! Em vez de restringir o acesso à energia, temos que fazer com que a energia chegue para toda a população brasileira.

Eu espero que o Congresso Nacional, Sr. Presidente, que os Deputados não sejam coniventes com Bolsonaro, porque Bolsonaro é um irresponsável. Bolsonaro não cuida das pessoas. Bolsonaro não gosta de gente. Os Deputados, que se elegem com o voto do povo, não podem virar as costas para o povo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 318/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:44
Publ.: DCD - 22/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem simbólica da bancada petista aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Constatação, pela CPI da Covid, da prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro. Realização de manifestações populares a favor do impeachment do Presidente da República. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A -

ELETOBRAS.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa bancada hoje está de luto. Estamos vestindo uma cor para fazer uma singela homenagem às mais de 500 mil famílias que perderam entes queridos.

Não é qualquer coisa, pessoal. Se o nosso Brasil fosse um país sério, Bolsonaro já estaria preso, não seria apenas alvo de *impeachment*.

A CPI da COVID já comprovou que houve, pelo menos, uns 20 crimes de responsabilidade, sem falar dos crimes comuns. Portanto, ele pode ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Senado, se tivermos a coragem de, na Câmara dos Deputados, votar e autorizar o afastamento.

As mobilizações que ocorreram no último dia 19 são a nossa esperança, meu povo, já que o Congresso Nacional, os Deputados do Centrão, principalmente, mas também outros Deputados seguram os pedidos, com o apoio do Presidente Lira, que não põe em votação nenhum dos 121 pedidos de *impeachment*!

Agora está chegando o superpedido, que é a junção de todos eles.

Nesse caso, é importante que a comunidade acompanhe. Aliás, o povo precisa acompanhar a postura dos Deputados nesses momentos tenebrosos que nós estamos vivendo.

Outra coisa: por que está havendo sessão hoje? Esta sessão acontece hoje porque essa maldita medida provisória da entrega do patrimônio vence amanhã. Como nós vamos obstruir e lutar até o fim, eles querem ganhar tempo.

Não dá para entender. Qualquer pessoa simples pode imaginar o seguinte: para construir a ELETOBRAS, nós precisaríamos de 400 bilhões de reais em 3 anos. A ELETOBRAS deu lucro de 30 bilhões de reais. A empresa tem 44 bilhões de reais a receber e 15 bilhões de reais em caixa. Então, por que vendê-la por 50 bilhões de reais? E ninguém sabe se o preço será esse, porque haverá negociações. Essa é a primeira negociação burra que eu vejo na minha vida. Mas, além de ser burra, é uma negociação em que se entrega um patrimônio estratégico. Os países avançados protegem a energia para a sua gente. O sistema é para garantir estrategicamente a nossa caminhada.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos lutar muito hoje, amanhã e a cada momento contra essa entrega do patrimônio para os grupos privados.

Obrigado.

Documento 319/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:48
Publ.: DCD - 22/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à postura do Presidente da República diante da tragédia causada pela Covid-19 no País. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo quadro de fome e desemprego reinante no Brasil. Prejuízos ao País advindos da privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Repercussão da venda estatal sobre as tarifas de energia elétrica.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós ouvimos, no último sábado, a voz das ruas. A população brasileira foi às ruas para dizer que basta de tantas mortes. Mais de meio milhão de pessoas se foram. E o Presidente da República trata essa situação como se essas pessoas não tivessem existido, como se não existisse uma dor tão profunda - uma dor tão profunda -, como se não existissem investigações na CPI que pontuam a responsabilidade do Presidente da República, que não contratou vacinas, que estimulou aglomerações, que questionou o uso de máscaras, que disse que isso era apenas uma gripezinha e que ele não era coveiro.

Portanto, a responsabilidade do Presidente da República pelas mortes que fazem o Brasil se debulhar em lágrimas é concreta, como também é sua responsabilidade a volta da fome, o desemprego de quase 15 milhões de pessoas, isso somado a quase 6 milhões de desalentados e a mais de 33 milhões de subempregados.

O Brasil chora neste momento. O Brasil chora pela postura desta Casa, a Câmara dos Deputados, que terá um momento para se redimir e impedir que o patrimônio do povo brasileiro seja entregue à iniciativa privada, a uma empresa estrangeira de um país que seguramente não abre mão das suas hidrelétricas. As hidrelétricas são protegidas, em grande medida, nos Estados Unidos pelo exército.

O povo brasileiro já pagou por essas empresas. O povo brasileiro pagou 370 bilhões de reais pela ELETROBRAS. É isso o que valem os ativos dela, sem considerar o preço da marca. Nós poderíamos dizer que 400 bilhões de reais é o que vale a ELETROBRAS, que vai ser

vendida, ou vai ser entregue - entregue! Essa empresa é fundamental para protegermos os nossos reservatórios, os nossos rios, as matas ciliares. Essa empresa é fundamental para assegurar energia.

Todas e todos sabem que a venda da ELETROBRAS terá uma repercussão na tarifa. A inflação foi recorde no mês de março. Um terço dessa inflação veio do aumento do preço da energia. A própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP aponta o prejuízo que o País terá com a entrega da ELETROBRAS.

Não cometam esse crime contra o povo brasileiro! Em troca de quê? De orçamento clandestino? De emendas? Não cometam esse crime contra o povo brasileiro!

Esta Casa tem hoje a oportunidade de dizer "não" à privatização da ELETROBRAS.

Documento 320/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 22/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 500 mil mortes no País provocadas pelo coronavírus. Vinculação entre a recusa do Presidente da República à aquisição tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Denúncia de corrupção na venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham neste período dos Breves Comunicados, quero dizer hoje, com tristeza, que não podemos deixar de nos indignar com os 300 mil mortos de 2021. Em toda a pandemia, chegamos ao número de 500 mil mortos. Imaginemos uma cidade com 500 mil pessoas sendo banida do mapa. Foi o que aconteceu neste fim de semana. Os 300 mil mortos de 2021 são 300 mil pessoas que poderiam, no início do ano, ter sido vacinadas. Se o Brasil tivesse feito a aquisição de vacinas conforme o que a CPI vem mostrando, feito os contratos, nós poderíamos hoje ter muitas famílias com os seus entes queridos no seio familiar. Infelizmente, as pessoas perderam entes queridos, perderam familiares. Todos perderam pessoas conhecidas e amigas. Quem neste País não tem relação com alguém que perdeu a vida em razão da pandemia? E continuamos a perder. Todos os dias nós vemos um

número grande de mortos, vemos cidades voltando ao *lockdown*, vemos um País sem controle.

Em vez de fazermos uma reflexão sobre o que aconteceu até agora, esta Casa pauta a venda final da ELETROBRAS. Sabemos que a energia é o motor que, na maioria das vezes, faz o País funcionar. É literalmente o motor. A indústria, para funcionar, depende de energia. Enquanto o Brasil vive essa calamidade, esta Casa pauta uma matéria sobre a venda de uma empresa pública altamente lucrativa, que tem o seu valor avaliado em torno de 400 bilhões de reais. O que vai sobrar para o Brasil está entre 15 bilhões e 20 bilhões de reais. Que negócio é esse? Interessa a quem essa venda? Quem ganha? Quem tem lucros com isso? E quem vai pagar essa conta? Com certeza, é o consumidor, é a consumidora, são os mais pobres, os que mais sofrem.

Eu gostaria que cada Deputado e cada Deputada fossem cobrados. Cidadão, quando olhar o quanto cresceu a sua conta, veja no seu Estado quem foi a Deputada ou o Deputado responsável por essa entrega, por essa venda desonesta, por essa corrupção a olhos vistos que o País está fazendo. Isso é corrupção. Uma empresa no valor de 400 bilhões de reais vai deixar o valor final de 20 bilhões de reais para o Governo. E ainda vão ficar dívidas para o Governo pagar. Então, não sobra nada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 321/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 22/06/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Ocorrência de crime de lesa-pátria na venda da estatal. Alcance da marca de 500 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Contrariedade à pretendida venda da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, e da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na mesma linha dos colegas que acabaram de falar, eu quero repudiar, com todas as forças, a

privatização da ELETROBRAS.

Não existe nenhum motivo para o Governo Bolsonaro fazer mais esse desserviço à nossa Nação. Chega de tanta coisa ruim! Infelizmente, nós não temos nada a comemorar. Nesta semana, atingimos a triste marca de 500 mil vidas perdidas na pandemia, pela omissão deste Governo.

A cada dia, o Congresso Nacional pauta projetos contra o povo brasileiro. A privatização da ELETROBRAS é, claramente, mais um crime de lesa-pátria, mais uma facada no peito de cada brasileiro, porque isso vai significar aumento da conta. O brasileiro já sabe disso.

Desde a chegada do Bolsonaro e do Paulo Guedes, Ministro da Economia, os pobres têm sofrido. Todo o mundo, ao pagar uma conta de luz e uma conta de água, sabe do que eu estou falando. Nós não podemos admitir essa privatização. Isso significa dobrar o valor da conta de luz, significa que não teremos mais programas como o Luz para Todos, que, no Governo Lula, levou energia de graça para 17 milhões de brasileiros.

A ELETROBRAS é uma empresa que vale 370 bilhões de reais. É isso mesmo: 370 bilhões de reais! E eles querem entregá-la pela bagatela de 25 bilhões de reais. Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente. Nós temos que vetar a tramitação desse projeto. Temos que reprovar esse projeto. É o que pede o nosso povo neste momento.

Quero ainda, Sr. Presidente, dizer que nós já temos essa experiência. Já vivemos isso em Minas Gerais. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG só foram privatizadas em 49%. O Estado ainda controla 51%. O Governo Zema está querendo vender a CEMIG e vender COPASA. Vender a CEMIG e vender a ELETROBRAS significa mais arrocho, mais perseguição, mais conta alta, como fizeram com o gás de cozinha, com a gasolina, com o óleo *diesel*, com a cesta básica. O salário não aumenta, mas tudo tem aumentado no Governo Bolsonaro, menos...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra o coronavírus. Realização no País de grande mobilização popular contra o Governo Jair Bolsonaro. Escalada da fome e do desemprego no Brasil.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos de luto, só que é um luto que não nos abate.

Manifesto solidariedade a todas as famílias enlutadas. São 500 mil pessoas! Cada pessoa teve, no mínimo, quatro ou cinco perdas entre familiares e amigos. É a situação mais triste que o Brasil enfrenta em toda a sua história. Nem um massacre pode ser comparado a isso.

Quantos acidentes de avião, grandes catástrofes nós tivemos que chocaram toda a Nação brasileira, o mundo inteiro? E 500 mil pessoas, quase assassinadas, não conseguem chocar, sensibilizar este Governo, não conseguem sensibilizar colegas nossos aqui. Quem continua apoiando essa pauta privatista, quem consegue continuar apoiando a falta de compromisso deste Governo com a vacina é cúmplice, é tão genocida como ele.

É muito triste o que nós estamos vivendo. Isso tem sido a negação da política, que é vital, essencial. Este Governo negou a vacinação, negou a oferta que teve de vacina. Não há desculpa. Foi estratégia deste Governo, foi estratégia dos Ministros negar a vacina, negar o socorro. Portanto, são genocidas. E estamos de luto!

Entretanto, esse luto nos impulsiona na luta. Por isso, fomos, milhares e milhares, ocupar as ruas nesse 19 de junho - milhares e milhares - a fim de externarmos a nossa indignação contra este Governo genocida, que não tem sensibilidade; não se sensibilizou com essas mortes; não se sensibiliza com mais de 20 milhões de brasileiros passando fome - passando fome -, na miséria; não se sensibiliza com mais de 15 milhões de brasileiros desempregados, muitos já desiludidos, desencantados. Não tem sensibilidade no centro deste Governo.

E o Ministro ainda diz que o que povo tem para matar a fome é resto de comida. Isso é uma vergonha, um escândalo!



Publ.: DCD - 22/06/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Consternação com a morte de 502 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Razões do posicionamento do orador contrário à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Repercussão da venda da estatal sobre as tarifas de energia elétrica.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, em primeiro lugar, homenagear e lamentar a morte de 502 mil brasileiros, pelo menos, em decorrência da COVID. Uma pandemia mal gerenciada pelo Presidente da República desde o início, porque falou permanentemente contra o isolamento social, desdenhou até da máscara e, finalmente, por pressão popular, ele começa a se movimentar, porém de forma atrasada, incompetente e insuficiente para termos vacina e salvamos vidas

Entretanto, hoje, o Presidente da Câmara pautou a medida provisória que permite a privatização do Sistema ELETROBRAS, um sistema que vale 370 bilhões, e o Governo quer vender por 25 bilhões. Hoje, a União, o Brasil, o Estado brasileiro tem 62% das ações com capacidade de voto. Ao vender por esse preço vil, um verdadeiro roubo, o Brasil passará a ter apenas 10% das ações votantes, ainda que seja divulgado que o Brasil vai ter 45% das ações.

Outra coisa: ainda no Governo Dilma, 15 empresas geradoras de energia, por determinação legal, tiveram que vender uma quota que, aos preços de hoje, é de 65 reais o megawatt/hora, quando as outras empresas, não quotizadas, vendem por 250 reais o megawatt/hora. Vejam os senhores e as senhoras: o único objetivo da venda é o negócio. É um grande negócio para quem comprar. Imediatamente, portanto, a energia vai pular de 65 reais para 250 reais, no mínimo, e por um prazo de em torno de 30 anos, sendo que essa energia barata, se não se privatizasse a empresa, que é o que nós queremos impedir, vai até 2042.

Portanto, a empresa é altamente lucrativa. Nos últimos 3 anos, deu 30 bilhões de lucro e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 324/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-15:08
Publ.: DCD - 22/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Quietude da Câmara dos Deputados diante da privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/ - ELETROBRAS. Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela tragédia causada pelo coronavírus no Brasil. Não manifestação da Presidência da Casa a respeito de declarações de extrema-direita do Comandante da Aeronáutica, e de entrevista do Presidente do Superior Tribunal Militar a favor do Presidente Jair Bolsonaro e do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, e contra a democracia. Necessidade de manifestação dos Parlamentares a respeito da compra de equipamentos agrícolas com recursos de emendas do Relator. Necessidade de abertura da CPI do Tratoração pela Câmara dos Deputados.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar hoje sobre o silêncio ensurdecedor, silêncio desta Câmara dos Deputados para a vergonha que é a privatização da ELETROBRAS, por medida provisória, a entrega do patrimônio público para o mercado e o aumento de tarifas.

Em segundo lugar, quero me solidarizar pelas mais de 500 mil famílias que foram enlutadas pela COVID, cujo principal responsável tem nome, chama-se Jair Bolsonaro, com a sua imunidade por contaminação, pela não compra das vacinas, pelo negacionismo, pelo não uso de máscaras, por incentivar a aglomeração, e mais, pelo silêncio dele - silêncio. Ele não diz nada. As pessoas perdem entes queridos, mas não há compaixão, não há luto. Daí o repúdio de milhões nas ruas no sábado passado. Está chegando a hora de o povo derrubar esse vírus, que é pior do que o coronavírus.

Em terceiro lugar, quero repudiar o silêncio, na Câmara dos Deputados, da sua Presidência em relação às declarações de militares, que passam pano para o Pazuello, que dão declarações de extrema-direita, como é caso do Ministro da Aeronáutica, que curte *site* de extrema-direita, participa politicamente, e a entrevista do Presidente do

Superior Tribunal Militar, dizendo para não esticarem a corda, ameaçando a democracia brasileira, defendendo Bolsonaro e Pazuello. É preciso acordar para isso! Ditadura nunca mais! AI-5 nunca mais!

E nós queríamos também dizer que os Parlamentares não podem mais se garantir, ficar nesse silêncio, porque as emendas do Relator compram consciências, corações e mentes com dinheiro público, com tratores e motoniveladoras.

É preciso abrir a CPI do Tratoração. É preciso denunciar o que está havendo, que isso é "toma lá, dá cá", é corrupção. Isso é o que causa esse imenso silêncio frente à alienação do patrimônio público, frente ao genocídio, à agressão às instituições democráticas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 325/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-15:12
Publ.: DCD - 22/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Insensibilidade do Governo Jair Bolsonaro e do Congresso Nacional, demonstrada na votação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Razões da realização de grande mobilização no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Posicionamento do orador contrário à venda da ELETROBRAS.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Sr. Presidente, são mais de 500 mil mortes no Brasil devido à pandemia do coronavírus, e vejo a insensibilidade do Governo e do Congresso Nacional em aproveitarem esse momento para aprovar a privatização da ELETROBRAS. É um absurdo o que se pretende fazer.

No sábado, milhares de pessoas estiveram nas ruas, em cada cidade, em cada capital, denunciando esse genocídio, querendo "Fora, Bolsonaro!", questionando a política de desemprego - há tantas

pessoas desempregadas. Há um auxílio emergencial, que deveria ser no mínimo de 600 reais, mas é muito menor, insuficiente para garantir a alimentação, porque a fome voltou no Governo Bolsonaro.

Nas ruas, há estudantes questionando os cortes de recursos na área de educação, um retrocesso sem tamanho para o futuro do nosso País. Há trabalhadores desempregados, na informalidade, sem direitos e sem dinheiro para comprar alimentação. Mas há também pessoas cobrando vacinação em massa, urgente. *Vacina no Braço, Comida no Prato* é a palavra de ordem também para muitas pessoas nessa situação. Há a manifestação contra as privatizações, mas também contra a reforma administrativa, que vai afetar todo o serviço público, os serviços prestados para a população.

Nós não podemos aceitar o que se pretende fazer hoje, de sobressalto, nesta sessão da Câmara dos Deputados, que tenta votar, na marra, a privatização da ELETROBRAS, que teve, nos últimos 3 anos, 30 bilhões de reais de lucro. E querem vendê-la por 25 bilhões de reais, quer dizer, querem vendê-la por um valor menor do que o lucro dela em 3 anos. A empresa e o grupo valem hoje 370 bilhões de reais, é o patrimônio do povo, e estão entregando quase de graça investimentos bilionários do setor público para a iniciativa privada e estrangeira, o que é pior ainda. Isso é um atentado à soberania e vai doer no bolso da população.

Vão privatizar aqui o serviço de distribuição de energia do Amazonas. E, na Amazônia, a conta de energia não para de crescer; e vai crescer mais ainda com a privatização da ELETROBRAS. Esse prejuízo não será só para os cidadãos, para as pessoas, mas também para as empresas, quer dizer, é uma política contra a indústria nacional para inviabilizá-la, favorecer importações, e não para gerar empregos no nosso País.

Eu sou contra a privatização da ELETROBRAS. Já manifestei isso aqui e me somo a todos os trabalhadores da ELETROBRAS e de todas as empresas que querem privatizar.

Sou solidário ainda às famílias que perderam os seus entes queridos, devido ao genocídio desse Governo Federal.

Sr. Presidente, gostaríamos que divulgassem o nosso discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Homenagem simbólica da oradora aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Realização no País de grande mobilização contra o Governo Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela tragédia causada pelo coronavírus no Brasil. Defesa de votação pela Casa de pedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, vim de preto e não foi por acaso. O preto é luto. É luto, sim, pelas 500 mil vidas perdidas. E isso é simbólico, porque é meio milhão de vidas. São vidas que geram orfandade, que geram dor. Podem ser mães, podem ser pais, podem ser filhos ou mulheres grávidas que morrem com seus filhos já no ventre. Esta não é uma situação que nos coloca diante do mundo como uma Nação que se preocupa com o seu povo. Na verdade, estamos mostrando para o mundo que somos uma Nação que despreza a vida.

Neste sábado, dia 19 de junho, 750 mil estiveram nas ruas de mais de 400 cidades no Brasil e no mundo. Todas essas pessoas sabem onde está a responsabilidade por essas 500 mil mortes. Aqui não adianta tapar o sol com a peneira. Todos nós aqui dentro - Base, Oposição ou os chamados independentes - sabemos por que chegamos até aqui. Todos sabemos. Essa responsabilidade tem um nome e tem sobrenome: Jair Messias Bolsonaro.

Nós não deveríamos estar fazendo funcionar o Parlamento no dia de hoje. As bandeiras do Brasil, deste País inteiro, deviam estar a meio mastro, em luto. Não há nenhuma outra pauta que deveria estar sendo debatida hoje que não fosse a de como interromper este Governo criminoso. Nenhuma outra pauta deveria estar em debate no dia de hoje que não fosse a de como enfrentar a pandemia no Brasil e enfrentar esse gabinete paralelo do Governo Jair Bolsonaro.

Não deveria haver outra pauta no Brasil hoje que não fosse a do *impeachment* deste Governo. A CPI já está acumulando provas, e nós temos provas de que este Governo é um governo que leva à morte do povo brasileiro. É disso que nós precisamos tratar aqui. Precisamos tratar de como interromper este Governo. Eu não estou na pauta de 2022. Eu estou na pauta de 2021. É desta pauta que nós temos que tratar.

Muito obrigada, Presidente.

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-15:20
Publ.: DCD - 22/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização no País de grande manifestação popular a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pelas mortes decorrentes da Covid-19 no Brasil. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Semrevisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de ontem, os brasileiros mais uma vez saíram às ruas aos milhares, às centenas de milhares, para mostrar sua indignação e exigir deste Congresso Nacional, do Senado e desta Câmara dos Deputados - são essas as instituições responsáveis por resolver o problema que o País vive hoje, uma verdadeira tragédia -, o afastamento desse Presidente genocida.

Quinhentos mil brasileiros e brasileiras perderam suas vidas em razão da COVID-19, e há um único responsável por isso: o Presidente Jair Bolsonaro. E há uma medida, uma saída possível para este problema, que é a Câmara dos Deputados, a partir do Presidente Arthur Lira, assumir a prerrogativa que a Constituição lhe confere e, atendendo a uma demanda muito explícita, clara, contundente do povo brasileiro, instalar o processo de *impeachment*, para resolver, de uma vez por todas, os gravíssimos problemas que o País vive hoje.

É uma forma, Presidente, de resgatar as tradições democráticas desta Casa. Ela foi fechada três vezes durante a ditadura militar - em 1966, em 1968 e em 1977 -, porque os Srs. Parlamentares daquela época, os dirigentes do Congresso Nacional eram democratas, eram responsáveis pela soberania do País e eram responsáveis pela normalidade democrática da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, além do fechamento do Congresso, 173 Deputados e 8 Senadores tiveram seus mandatos cassados. Por isso, o que se quer é que o Presidente Arthur Lira, seguindo a tradição democrática da Câmara dos Deputados, atenda a mais de 100 pedidos de *impeachment*, por meio dos quais entidades, cidadãos e cidadãs dos vários segmentos da sociedade civil

organizada querem pôr fim a este morticínio.

Este morticínio só terá fim quando se vacinarem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 328/557

48.2021.B	Sessão Outro Evento	21/06/2021-15:24
Publ.: DCD - 22/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance pelo País da funesta marca de meio milhão de mortes pela Covid-19. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelos óbitos decorrentes da doença viral. Razões do posicionamento do orador contrário à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Desprezo do Presidente da República pela vida do povo brasileiro. Fechamento de fábricas das empresas automobilísticas Volkswagen e Hyundai no País. Queda vertiginosa dos investimentos externos no Brasil. Emigração de jovens brasileiros por falta de perspectivas no País. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia para lamentarmos profundamente. No sábado, nós atingimos o número de 500 mil pessoas, meio milhão de brasileiros, que perderam suas vidas pela negligência, pela incompetência, pela omissão de um Governo que despreza a vida.

Pasmem! Depois de um dia como esse, em que a população foi às ruas se manifestar contra este Governo, nós temos hoje, numa segunda-feira, chamada uma sessão extraordinária para vender um dos maiores patrimônios que o Brasil tem: a ELETROBRAS. É uma empresa lucrativa e estratégica, como várias outras empresas do setor elétrico são estratégicas em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, mas o Brasil quer se livrar da ELETROBRAS.

E quem vai pagar essa conta, inclusive a de jabutis que foram colocados na proposta aqui na Câmara e no Senado, é a nossa população, que vai sofrer com os aumentos da energia e com a baixa

qualidade dos serviços.

Isso já aconteceu na privatização das distribuidoras. Aqui, no Estado do Acre, para se ter uma ideia, em 2 anos, a distribuidora que comprou a Eletroacre por 50 mil reais já está tendo um lucro de 50 milhões de reais.

Então, é desta forma que este Governo trata o povo brasileiro: com muito desprezo. E não é só em relação à COVID-19, tem a ver também com os rumos que o País toma na nossa economia.

Sr. Presidente, hoje os jornais estampam a notícias de que as fábricas da Volkswagen e da Hyundai estão indo embora do País, assim como aconteceu com as da Ford. Os investimentos no nosso País estão retrocedendo ao patamar de 20 anos atrás. Metade dos jovens brasileiros não tem mais esperança, e inclusive aqueles que se formaram em universidades estão querendo ir embora do Brasil. Eles não acreditam mais no seu próprio País, Sr. Presidente. Nós estamos vendo o Brasil em segundo lugar no índice de mal-estar, gerado por esse desemprego e essa inflação que atingem o nosso povo com aumento de gás, de gasolina, de energia elétrica - e a tarifa vai aumentar, dizem os especialistas, 60% -, e este Congresso é negligente.

O Brasil não tem mais rumo. O Brasil está desgovernado!

Por isso, Presidente Arthur Lira, nós precisamos avaliar, apreciar esses pedidos de *impeachment*. É o apelo que as ruas fizeram no último sábado, e, por isso, eu o faço aqui.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 329/557

67.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/06/2021-15:32	
Publ.: DCD 22/06/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da

Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Indignação da oradora com a votação da matéria diante do cenário de fome e morte reinante no País em decorrência da Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é desesperador constatar o que está acontecendo no plenário neste momento.

Sábado atingimos o trágico marco de 500 mil mortos, vítimas da maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, Sr. Presidente. Sábado se escrachou um Brasil desigual, um Brasil em que metade da população voltou a lidar com a fome, com a falta de itens nutricionais básicos. Ao mesmo tempo, sábado se escrachou também um povo que está cansado do Governo Bolsonaro, que está cansado de não ter comida, que está cansado de ter um auxílio emergencial insuficiente para estes tempos.

Neste cenário de meio milhão de famílias em luto, esta Casa, que deveria parar e se concentrar na única coisa importante para o Brasil, que é colocar comida na mesa do povo, que é viabilizar a vacina no braço do povo, não o faz. Estamos aqui entregando um patrimônio público para o mercado, estamos aqui com a possibilidade de bater o martelo sobre a privatização da ELETROBRAS, sobre a privatização de um bem público, que é lucrativo inclusive, sobre a privatização de uma empresa que foi a que salvou o Amapá do apagão (*falha na transmissão*) de um escândalo. Esta Casa tem a oportunidade de dar para o povo aquilo que é (*falha na transmissão*) o mais rapidamente possível, e não privatizar o que é do povo, privatizar as nossas águas, privatizar a concessão de hidrelétricas, levar o povo a ter aumento de tarifa.

Não é possível que o conjunto de Deputadas e Deputados não entenda que neste momento precisamos priorizar o óbvio e tirar o povo brasileiro da crise que está colocada sobre o seu lombo, Sr. Presidente. Não é razoável que votemos, dois dias depois que se atinge a marca de meio milhão de pessoas mortas, vítimas de um governo negacionista e entreguista, que não paremos para pensar em estratégias para sair desta crise.

Pedimos que esta matéria, Sr. Presidente, seja retirada de pauta...

(Desligamento automático do microfone.)

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/06/2021-15:36		
Publ.: DCD - 22/06/2021	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE			
-			QUESTÃO	DE
CÂMARA	DOS	ORDEM DO DIA	ORDEM	
DEPUTADOS			QUESTÃO	DE
			ORDEM	

Sumário

Questão de ordem sobre a decisão da Presidência acerca do Requerimento nº 1.336, de 2021, de autoria do orador, para não realização de sessões plenárias e de reuniões de Comissões, no dia 21 de junho de 2021, em respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu encaminhei a V.Exa., na manhã de hoje, o Requerimento de nº 1.336, em que solicito o cancelamento da sessão, pelas razões que estão apostas no teor do requerimento, num gesto de solidariedade às 500 mil vítimas, aos mortos pela COVID-19, numa atitude política da Casa, de solidariedade, num momento grave como este. O Parlamento não pode silenciar ou não deveria silenciar frente a tudo que ocorreu no final de semana, no que diz respeito à pandemia. O nosso requerimento - é o que eu rogo a V.Exa., é o que solicito -, deveria ter sido apreciado ainda em tempo de ser deferido ou indeferido por V.Exa. Eu sei que cabe a V.Exa. essa decisão, mas penso que, ao olhar o Regimento Interno, em função da sessão de hoje, numa segunda-feira, seria importante o pronunciamento político de V.Exa. com base no Regimento, por conta das 500 mil mortes. Não vejo prejuízo algum para a votação desta matéria nem das demais matérias, que podem ser convocadas para amanhã, mas penso que seria um gesto de grandeza do Parlamento brasileiro, um gesto de grandeza do Presidente desta Casa se posicionar num momento grave como este. Solicitaria a V.Exa. que, neste momento, à luz do Regimento, expressasse perante o Parlamento uma tomada de decisão. Não se trata aqui de requerimento protelatório. Isso é outra discussão. Nós vamos discutir a matéria em outro momento - e já se iniciou -, mas penso que é aconselhável para o Presidente de um Poder que representa todos nós, num momento como este, um posicionamento.

Solicito, rogo a V.Exa. que pelo menos me conceda a resposta, para que possamos seguir discutindo as matérias a partir de amanhã, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 331/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD	15:40
Publ.: DCD - 22/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Homenagem simbólica prestada pela bancada do PT à memória dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Brasil está de luto. No final de semana, completou meio milhão o número de mortes pela COVID. Isso não é normal. E esta Casa vota hoje, sem parar para ser solidária com as famílias enlutadas. Presidente, não são 100 mil, não são 200 mil, são 500 mil mortes. Essas mortes poderiam ter sido evitadas. Nós precisamos refletir sobre isso. O povo precisa de vacinas, o povo precisa de leitos, o povo precisa de acompanhamento, e nós não podemos, nesta Casa, considerar que meio milhão de pessoas mortas é algo normal e continuar as atividades, como se nada tivesse acontecido.

A nossa bancada do PT está de luto, está de preto, está pedindo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 332/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD	15:44
Publ.: DCD - 22/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com a votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, em detrimento do debate da imunização do povo brasileiro

contra a Covid-19 e da retomada do pagamento do auxílio emergencial.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós não estamos de preto à toa. São 500 mil mortos. O Brasil está de luto, Sr. Presidente. São 500 mil mortos, e nós, nesta Casa, estamos ratificando a privatização da ELETROBRAS. São 500 mil mortos, e nós estamos votando aqui a luz mais cara para o povo brasileiro. São 500 mil mortos, e nós estamos votando, infelizmente, a entrega das nossas águas também. São 500 mil mortos, Sr. Presidente, e esta Casa não prioriza a votação de matérias para apressar a vacinação do povo, para fazer com que chegue auxílio emergencial digno à mesa de um povo com fome. Metade dos brasileiros hoje estão sem todos os itens nutricionais na mesa.

Obviamente, o PSOL não quer entregar a ELETROBRAS para o mercado e quer direitos para o povo, vacina e comida.

Documento 333/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD	15:44
Publ.: DCD - 22/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vai orientar "sim". Nós somos pela retirada de pauta deste projeto perverso e que não faz nenhum sentido ser debatido neste momento. Passamos de meio milhão de mortos em razão da pandemia. É preciso que o Congresso pare para discutir as providências para enfrentar a situação que o povo está enfrentando neste momento, mas, infelizmente, o que trazem para a pauta é uma proposta que desmonta, desmantela, acaba com o patrimônio nacional. Por esta razão, nós não temos absolutamente nenhuma condição de aprovar um projeto como este. Entendemos que esta medida provisória tem que ser retirada de pauta, para que nós possamos discutir aquilo que realmente é necessário para a população brasileira.

O PSB vota "sim", Presidente.

Documento 334/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/06/2021- CD	15:48
Publ.: DCD - 22/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a conta de luz ficará mais alta. A ELETROBRAS é uma empresa lucrativa. Qual é a justificativa para a privatização da ELETROBRAS? Desde a votação na Câmara nós deixamos claro que ela era inoportuna e ia absolutamente na contramão da economia popular, que neste momento está atingida com a pandemia do novo coronavírus.

A Câmara deveria estar fechada hoje ou fazendo uma sessão solene, em homenagem ao meio milhão de mortos. São pessoas, são pessoas, não são números. É necessário que a Câmara se debruce sobre soluções para a pandemia, sobre a quebra da patente das vacinas, sobre a importação mais célere, sobre a intervenção na posição diplomática do País em relação a essa economia das vacinas. Por isso, a nossa opinião é pela retirada de pauta. Não queremos privatizar a ELETROBRAS e queremos o principal, que a Câmara se debruce para salvar vidas.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 335/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/06/2021- CD	15:48
Publ.: DCD - 22/06/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no País.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", Sr. Presidente.

Primeiramente, eu gostaria de deixar registrada a minha solidariedade aos familiares das pessoas que se foram pela COVID - mais de meio milhão de pessoas. É inadmissível... Não são números, são vidas. Eu quero deixar registrada a nossa solidariedade, a da Rede Sustentabilidade, a todas as famílias que perderam vidas nesta pandemia.

Em segundo lugar, nós somos a favor da retirada de pauta porque esta é uma das piores medidas provisórias que foram pautadas aqui. Ela traz impacto na direção econômica, social, ambiental, inclusive em relação aos povos indígenas, porque tem um "jabuti" que atropela os direitos indígenas. Querem autorizar de imediato uma linha de transmissão que está sendo questionada judicialmente há muitos anos.

Então, deixo claro que se trata de uma das piores medidas já analisadas pelo Congresso Nacional. A REDE vota "sim", pela retirada de pauta.

Documento 336/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/06/2021-
	CD	15:48
Publ.: DCD - 22/06/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Pedido à Presidência de decisão sobre o requerimento apresentado pelos partidos opositores de decretação, pela Casa, de luto oficial em respeito aos 500 mil brasileiros

falecidos em decorrência da Covid-19.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos os partidos que compõem a Minoria são favoráveis à retirada de pauta porque entendem que a ELETROBRAS é uma empresa estratégica para a soberania energética deste País. Um país da dimensão continental do Brasil não pode abrir mão da sua soberania sobre a produção de energia.

A ELETROBRAS é uma empresa sólida, lucrativa.

Ouçõ alguns Parlamentares dizerem que faltou investimento. Faltou investimento por opção, não por destino dessa empresa. O próprio lucro que a empresa forneceu poderia ser reinvestido, e haveria crescimento com soberania. Por isso, defendemos, evidentemente, a retirada de pauta.

Presidente, queria a atenção de V.Exa. no tempo que me resta. Nós, partidos da Minoria e da Oposição, encaminhamos um ofício para V.Exa. - eu tenho a cópia aqui - em que fazemos uma solicitação em nome dos 500 mil mortos, de meio milhão de brasileiros que morreram. Não há nenhum brasileiro que não tenha perdido alguém querido, alguém que amasse. É uma tragédia que se abate. É claro que 420, 430, 140 mortes é algo gravíssimo, eu concordo, mas 500 mil, queira ou não, é um símbolo. Nós não podemos parar ou nos sensibilizar só quando morre alguém famoso. Então, a solicitação nesse ofício assinado por todos os Líderes, Presidente, é para que seja declarado luto oficial. Esse é um símbolo que esta Casa, uma casa que representa o povo brasileiro, pode cumprir. A decretação de luto oficial é uma solicitação de todos os partidos da Minoria e da Oposição. Não há nenhum problema se os partidos da base do Governo entendem da mesma maneira. É evidente que temos que dar uma resposta a essa sensibilidade de todos os brasileiros. Nós solicitamos a V.Exa. um posicionamento, para que possamos fazer esse luto em homenagem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 337/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021 - CD	15:52
Publ.: DCD - 22/06/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Conveniência de realização, pelo Parlamento brasileiro, de homenagem póstuma aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Boicote do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas e às medidas sanitárias de prevenção do coronavírus. Solidariedade dos partidos opositores aos familiares das vítimas da doença viral. Desprezo do Presidente Jair Bolsonaro pela vida dos brasileiros.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os partidos todos da Oposição orientam a favor da retirada de pauta, não apenas por todas as razões que nos levam a nos colocar contra este projeto que desmonta a capacidade do País de apostar num futuro de segurança e soberania energética. O texto foi para o Senado e voltou com outros problemas. Isso, por si só, já seria suficiente para que votássemos a favor da retirada de pauta e tentássemos impedir a aprovação desta medida, que destrói, em parte, o futuro do Brasil. É gravíssimo o que está prestes a acontecer aqui nesta tarde. Mas outra razão nos leva a votar a favor da retirada de pauta: o dia grave, triste e trágico em que nós estamos.

Hoje deveria ser um dia em que o Parlamento deveria se reunir para lamentar e homenagear as mais de 500 mil pessoas que morreram no Brasil por COVID, deveria ser um dia de fazer homenagem a essas pessoas. Deveríamos fazer uma tarde de luto, de lamento, de pesar e de repúdio às ações que nos trouxeram até aqui. Meio milhão de mortos é o equivalente à queda, por dia, de 3 Boeings com capacidade para 368 passageiros.

Em aviões da TAM, daquele acidente que marcou tragicamente o Brasil, seriam quase 6 aviões por dia. Uma pessoa está morrendo de COVID a cada 1 minuto e 18 segundos. É quase como se a cidade de Florianópolis fosse apagada do mapa de uma hora para outra. É uma tragédia sem precedentes na história do Brasil. Nunca o Brasil enfrentou uma situação tão trágica, dramática e dolorosa como essa.

Agora, é possível quantificar as mortes? É impossível quantificar a dor. São 500 mil filhos, filhas, pais, mães, avós. São muito mais de 500 mil sonhos, planos, projetos, amores, lembranças, saudades. Qual é o tamanho da dor da nossa Nação no dia de hoje? A isto esta Casa hoje deveria estar se dedicando: a homenagear essas pessoas e a discutir o que faremos para interromper imediatamente essa matança de

brasileiros.

Em média, os brasileiros perderam 18 anos de vida. Aqueles que morreram de COVID no Brasil perderam, em média, 18 anos de vida. São pessoas que poderiam viver, em média, 18 anos a mais com suas famílias. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, são filhos que não conhecerão as mães; são crianças que vão ficar esperando os pais voltarem para casa; são maridos e mulheres, companheiros e companheiras que nunca mais verão a pessoa amada, que não tiveram a oportunidade de se despedir, que não puderam ver o parente ser enterrado, com caixões lacrados, numa dor sem precedentes na história do País.

Se o Brasil estivesse na média mundial de mortes por COVID, quatro em cada cinco vidas teriam sido poupadas - repito, quatro em cada cinco vidas teriam sido poupadas! E isso, Sr. Presidente, não aconteceu por acaso, não foi destino. Isso foi feito pelas graves ações do Governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia. Bolsonaro boicotou, do início ao fim, medidas de prevenção, o uso de máscaras, as medidas de distanciamento, o auxílio emergencial, que permitiria que as pessoas ficassem em casa para proteger a vida. Bolsonaro ainda sabotou e boicotou imunizantes, que poderiam ter salvado a vida de centenas de milhares de pessoas.

Ontem, nas manifestações que encheram as ruas do País, uma senhora com um cartaz dizia: "*Se o Governo tivesse comprado a vacina, a minha filha não teria morrido*". E essa filha tem um nome, essa filha tem uma história, essa filha tinha um futuro pela frente, que lhe foi negado por essa ação criminosa do Governo. É uma ação criminosa! Não é uma questão de opinião, não é ponto de vista, não é ideologia; é a ciência, são os fatos, é a realidade que o Governo insiste em negar.

Nós da Oposição, Sr. Presidente, estamos aqui para nos solidarizar com essas famílias, para dizer a essas famílias que nós sentimos a dor delas e estamos com elas. E lamentamos profundamente o descaso, o desprezo pela vida dos brasileiros demonstrados pelo Presidente da República. Nós não nos esqueceremos do "*E daí?*". Nós não nos esqueceremos do "*Eu não sou covão*". Nós não nos esqueceremos da imitação das pessoas com falta de ar por COVID, das pessoas que agonizavam nos hospitais por falta de oxigênio. Nós não nos esqueceremos!

Esta Casa, Sr. Presidente, deveria, nesta tarde, estar fazendo isso, estar falando disso, estar se solidarizando com essas famílias que hoje choram, estão enlutadas por essa ação criminosa do Governo. Esse descaso criminoso terá de ser cobrado na Justiça pelos responsáveis. E a nossa expectativa é de que a Comissão Parlamentar de Inquérito

da COVID, que acontece no Senado - e que esta Casa, infelizmente, não teve a coragem de fazer -, chegue aos responsáveis e aos culpados por essas mortes, que seriam e são evitáveis. Muitos brasileiros, centenas de milhares de brasileiros poderiam estar entre nós hoje. E é por isso que nós da Oposição estamos de preto, em sinal de respeito e de luto por essas famílias.

Às senhoras e aos senhores, às famílias brasileiras, a nossa solidariedade, os nossos sentimentos, o nosso pesar profundo. E o nosso compromisso de lutar até o fim para que os culpados por essas mortes respondam perante a Justiça por esse descaso criminoso, por esse boicote, por essa sabotagem que tirou tantas pessoas queridas de nós.

Muito obrigado.

Documento 338/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/06/2021-16:04
Publ.: DCD 22/06/2021 -	- ARTHUR LIRA (PRESIDENTE)-PP -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Decretação, pelo Congresso Nacional, de luto oficial de três dias em respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Antes de encerrar a votação, eu queria dizer, em resposta à questão de ordem do Deputado José Guimarães e ao ofício endereçado a esta Presidência por nove Líderes, que fiz contato com o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal e, portanto, do Congresso Nacional. Em respeito, como venho me posicionando há alguns dias, a toda e qualquer morte de qualquer brasileiro, da primeira à última, penso sempre que temos que ter cuidado, porque há pessoas que têm pais, mães, amigos, irmãos, parentes que tiveram ou padeceram de coronavírus, mas vamos evitar os excessos, principalmente qualquer tipo de politização sobre esse tema.

Em respeito às mortes e aos pedidos, e em comum acordo com o Presidente do Senado, nós faremos 3 dias de luto sem nenhum tipo de interrupção dos trabalhos legislativos das duas Casas, porque pensamos que a melhor maneira de ajudar o Brasil a combater a

pandemia é com esta Casa e o Senado funcionando em sua plenitude.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 168;

NÃO: 265.

ESTÁ REJEITADO O REQUERIMENTO.

Para oferecer parecer à emendas do Senado Federal, concedo a palavra ao Deputado Elmar Nascimento.

Documento 339/557

67.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/06/2021-16:12
Publ.: DCD 22/06/2021 -	BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Protesto contra a realização, pela Casa, de votações em ensejo da funesta marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Acerto da decretação, pelo Congresso Nacional, de luto oficial em respeito às vítimas do coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, hoje o Brasil está de luto. Nós solicitamos à Casa que não se votasse absolutamente nada no dia de hoje. Nós não poderíamos votar com meio milhão de pessoas mortas no País! Importante decisão, Presidente: tanto a Câmara quanto o Senado terão toda a semana de luto. Nós queríamos, além do luto, não votar nada hoje, por respeito às pessoas, àqueles que perderam seus familiares, filhos que não verão mais os pais, não voltarão nunca mais para casa e foram enterrados sem despedida.

Mais do que isso, nós estamos hoje apreciando uma medida provisória no momento em que está o Brasil a entrar em racionamento e apagão.

Vai faltar energia, e o Governo está entregando a sua empresa de energia elétrica, a ELETROBRAS. Se todo o Sistema ELETROBRAS fosse reconstruído no Brasil, chegaria a 400 bilhões de reais.

A ELETROBRAS, nos últimos 3 anos, teve um lucro de 30 bilhões de reais. Ela tem 44 bilhões de reais a receber e, em caixa, 15 bilhões de reais. Os senhores sabem quanto o Governo pretende arrecadar com a privatização? Serão 50 bilhões de reais: 25 bilhões de reais para o Tesouro e 25 bilhões de reais para a CDE. Além disso, não terá novos investimentos. Esse processo vai apenas substituir por empresas privadas as empresas públicas existentes.

Bom, se o consumo aumentar, e se o Brasil precisava de mais energia, não a terá. O custo desse processo, já que vai que embutir lucro e vai tirar o tema das cotas, será o aumento da tarifa para as pessoas. Quem vai pagar essa conta é o consumidor. Com o Governo Bolsonaro, aumenta o *diesel*, aumenta o gás de cozinha e aumentará também a tarifa de energia.

Então, nós estamos pedindo exatamente o adiamento de discussão, porque nós não compreendemos, não aceitamos e rechaçamos que o povo brasileiro pague essa conta, e vai pagá-la. E nós Deputados não podemos ser cúmplices disso.

Documento 340/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD 16:24
Publ.: DCD - 22/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de submissão da propositura à Comissão Especial.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota "sim" a esta proposta.

Nós entendemos que a matéria deveria estar sendo discutida numa Comissão Especial. Agora todos os partidos deveriam estar homenageando tanto a memória dos que perderam a vida para a COVID quanto os seus familiares. Sobretudo hoje, não podemos votar

alienação de soberania, entrega de patrimônio nacional. Eu queria dizer o seguinte a todos os partidos e aos Parlamentares: hoje é dia de luto! Nós temos que falar sobre isso.

Quem politiza esta questão, Sr. Presidente, perdoe-me, é o Presidente da República. Ele poderia ter unificado o País no combate à pandemia. Ele poderia ter evitado quatro quintos dessas mortes, mas ele é o principal responsável por esse genocídio contra o povo brasileiro.

O PSOL vota "sim".

Nós não deveríamos continuar esta sessão.

Comissão Especial já, Presidente!

Documento 341/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/06/2021-
	CD	16:28
Publ.: DCD - 22/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros vítimas da Covid-19. Posicionamento dos partidos opositores contrário à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Ocorrência do crime de lesa-pátria na venda da estatal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria e a Oposição querem, em primeiro lugar, solidarizar-se com as 500 mil famílias de brasileiros e brasileiras que tinham história de vida, tinham direitos e mereciam estar vivos entre nós. O grande responsável pela imensa maioria dessas mortes chama-se Jair Bolsonaro.

Em segundo lugar, Presidente, a Minoria e a Oposição dizem que vender a ELETROBRAS num dia como o de hoje é dar outro tapa na cara do povo brasileiro. A ELETROBRAS, que foi construída e tem riqueza equivalente a 400 bilhões de reais, será entregue por 40 bilhões de reais. Isso se chama crime de lesa-pátria! É uma vergonha o que se está votando aqui!

Documento 342/557

67.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -21/06/2021-
CD 16:28
Publ.: DCD - 22/06/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "não", Sr. Presidente. Queremos votar já esta medida provisória.

O Governo também se solidariza com as famílias dos brasileiros que foram afetados pela COVID e perderam a vida. O Governo editou medida provisória ainda no ano passado e aprovamos neste plenário 20 bilhões de reais para compra de vacinas, fez o PRONAMP, fez o auxílio emergencial, investiu mais de 700 bilhões de reais no combate à pandemia e aos seus efeitos.

A assunto agora é a ELETROBRAS. Essa capitalização vai ser útil para o Brasil. Haverá mais investimentos, mais geração de empregos e mais energia mais barata para o povo.

Nós votamos "não".

Documento 343/557

67.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -21/06/2021-
CD 16:32
Publ.: DCD - 22/06/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Apoio do PL à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Questionamento sobre o baixo número de óbitos pela Covid-19 registrados na República Popular da China, em relação à densidade demográfica daquele país. Conveniência da visita de autoridades sanitárias ao país asiático para investigação da origem do coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou ouvindo atentamente nossos colegas Parlamentares. É lógico que nós do PL queremos votar esta privatização, que vai ser muito importante para o nosso País.

Chama-me muito a atenção este Plenário, porque todo mundo fala das mortes no Brasil, que temos de lamentar. São 600 mil nos Estados Unidos, 500 mil no Brasil, 400 mil na Índia, 200 mil no México, 180 mil no Peru. No Reino Unido, morreram 120 mil; na Itália, 120 mil; na Rússia, 120 mil; na França, 110 mil. Nós teríamos que fazer um tribunal internacional para irmos ao laboratório de Wuhan. Todo mundo morreu naquele laboratório. Por que na China morreram 4.636 pessoas? E lá existe 1 bilhão e 500 mil habitantes. Vamos à China para vermos de onde saiu esse vírus. Lá, sim...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 344/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-21/06/2021- 16:40
Publ.: DCD - 22/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Indignação do orador com a votação da proposição, ao ensejo do registro de 500 mil óbitos no País decorrentes da Covid-19.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, este é um dia de luto. Nós deveríamos não só decretar luto por 3 dias como também suspender toda e qualquer discussão que tenha o objetivo de entregar o nosso patrimônio a grupos econômicos internacionais.

É um crime que podemos cometer aqui hoje se votarmos a favor da privatização da ELETROBRAS. Trata-se de mentira do Governo. O Governo editou esta medida provisória para privatizar a ELETROBRAS, que é responsável por 30% de toda a energia gerada no Brasil. É uma empresa rentável. Nos últimos 3 anos, teve lucro de

30 bilhões. A ELETROBRAS vale mais de 370 bilhões, e o Governo, com a venda dessa empresa, quer arrecadar 25 bilhões. Isso é um crime contra o povo brasileiro.

Meio milhão de brasileiros, 500 mil brasileiros já morreram por causa da COVID, e a Câmara Federal, o Congresso Nacional está votando medidas para entregar o patrimônio público.

Vai haver, sim, povo brasileiro, aumento da conta de luz. Vai haver aumento da conta de luz para a população, mas também vai haver aumento da conta de luz para a pequena indústria, para a média indústria, para toda a indústria brasileira, para o comércio. A economia brasileira vai ficar mais cara.

É preciso dizer que esta medida provisória, se for aprovada, vai significar uma conta de 400 bilhões de reais a ser paga nos próximos 30 anos pelo povo brasileiro. Esta privatização, em plena crise hídrica, vai aumentar os riscos de racionamento e de apagões. Nós perderemos a nossa soberania. Esta medida vai enriquecer ainda mais os acionistas e empobrecer a população brasileira, vai gerar mais desemprego.

Hoje nós estamos de luto. Meio milhão de brasileiros estão mortos, e a Câmara Federal está se ocupando da votação de uma medida provisória que representa um crime de lesa-pátria, um crime contra a nossa soberania.

Por isso, nós encaminhamos contra esta medida provisória. Ela é uma mentira, é um engodo.

Fora, Bolsonaro, que está acabando com a economia brasileira, com os empregos e com a vida do nosso povo!

Documento 345/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/06/2021-
	CD	17:00
Publ.: DCD - 22/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de 500 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas

Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando hoje um quadro trágico no Brasil, em que mais de 500 mil pessoas já se foram. O País chora.

Neste quadro em que quem parte sempre é o amor de alguém, em que o Brasil chora, em que o Brasil se revolta e vai às ruas para dizer que essas mortes têm a digital de quem ocupa a Presidência da República, nós estamos aqui, na Câmara Federal, e a maioria desta Casa, de forma absolutamente antinacional, está prestes a entregar uma empresa que é do povo brasileiro.

Nós estamos falando de uma empresa que tem uma participação fundamental na geração de energia no Brasil e que, durante os piores momentos da pandemia, chegou a representar por volta de 40% da geração. Nós estamos falando da ELETROBRAS. Nós estamos falando dessa empresa que é responsável, em grande medida, pela transmissão de energia neste País; que tem diversas hidrelétricas, 47 delas ou a maioria delas já pagas pelo povo brasileiro. Eles querem entregá-la para, seguramente, uma empresa internacional de países onde não se abre mão de hidrelétricas - não se abre mão de hidrelétricas. Nos Estados Unidos, parte substancial das hidrelétricas é protegida pelo exército.

Aqui se quer entregar essas empresas. Querem entregar uma empresa como a ELETROBRAS, com todo o seu arcabouço de fornecimento, de transmissão, de geração de energia. Querem vender esse patrimônio de 370 bilhões de reais por, talvez, 50 bilhões de reais. E ainda se vai assumir um prejuízo de 84 bilhões de reais! Segundo está estampado nas páginas dos jornais, o prejuízo será de 84 bilhões de reais para arrecadar 50 bilhões de reais. O patrimônio é de 370 bilhões de reais! E vai aumentar a conta de energia! E vai se impedir que nós tenhamos o Luz para Todos!

Uma senhora abordou o Lula e disse: "*O meu rosto tem a marca da fuligem da lamparina, que eu acabei de jogar fora*". Isso se está jogando fora também. Também se está onerando o povo brasileiro. Nós estamos falando de energia, que é fundamental para o desenvolvimento industrial, para o desenvolvimento agrícola, para o desenvolvimento social.

Por isso, nós dizemos "não" a esse crime contra o Brasil!

67.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021-
CD 17:04

Publ.: DCD - 22/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a discussão pela Casa de matérias não relacionadas ao combate à Covid-19. Registro no País de 500 mil mortes pela doença viral. Recusa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à prestação de assistência hospitalar aos contaminados pelo coronavírus, e à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, nós estamos enfrentado uma pandemia. Chegamos a mais de meio milhão de pessoas mortas. O Brasil podia estar debatendo qualquer assunto que enfrentasse a situação presente no País, que está causando uma profunda aflição ao povo brasileiro, pelas inúmeras mortes que já causou e pela falta de iniciativa do Governo.

O Governo não comprou vacina. O Governo recomendou cloroquina. O Governo não deu a assistência hospitalar necessária e não garantiu o auxílio emergencial de 600 reais. No entanto, traz para esta Casa o debate sobre a privatização da ELETROBRAS.

E o que é essa privatização, senão uma privatária, uma roubalheira? Estão tirando dinheiro do povo para entregar para uma minúscula fração de pessoas que dominam o mercado financeiro. São esses que vão ganhar. O povo vai perder. O povo vai perder! A conta vai aumentar e isso vai pesar no bolso do trabalhador, que já paga uma conta altíssima. Basta ver o preço da gasolina! Basta ver o preço do gás de cozinha! As pessoas não conseguem mais nem cozinhar com gás e estão voltando para o fogareiro.

Essa é a realidade nua e crua do nosso País. Acontece em todos os cantos deste Brasil, inclusive no meu Estado do Maranhão. Lá no interior do Maranhão, a quebradeira de coco vai sofrer mais. O trabalhador e a trabalhadora rural, os quilombolas vão sofrer com essa privatização, porque nós estamos entregando o patrimônio nacional. Nós estamos abrindo mão da soberania nacional. Nenhum país do mundo que se preze fez isso. Nem mesmo os Estados Unidos, que são o centro do capitalismo, fizeram isso. Eles continuam controlando o setor elétrico.

O liberalismo praticado no Brasil é um liberalismo chinfrim, é algo que não serve para nada, só serve para enricar meia dúzia de famílias que controlam a economia neste País. É lamentável que cheguemos a esse ponto.

É preciso conclamar este Parlamento, esta Casa, para derrotar esse projeto, que veio do Senado muito pior do que já era. Ponham a mão na consciência! Vamos garantir a virada necessária para que o Brasil possa respirar decência, possa respirar dignidade, que é o que falta para o povo brasileiro, que neste momento está sendo asfixiado em razão da pandemia e em razão da política que predomina neste Governo Bolsonaro.

"Não" à privatização da ELETROBRAS!

Documento 347/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	21/06/2021-17:08
	- CD	
Publ.: DCD - 22/06/2021	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM
		QUESTÃO
		ORDEM
		DE
		DE

Sumário

Questão de ordem sobre a incompatibilidade temática das Emendas do Senado Federal de nºs 1 e 3, apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Protesto contra o fechamento da portaria do Anexo II da Câmara dos Deputados, para impedimento do acesso de indígenas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Questão de ordem com base no art. 62 da Constituição Federal; na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127; no art. 55 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e na Questão de Ordem nº 307, de 2017, que determinou que fossem consideradas não escritas as emendas que não tivessem pertinência temática com a medida provisória.

Nós temos aqui duas emendas - uma, inclusive, oriunda da Câmara;

outra piorada pelo Senado - que, obviamente, não têm nenhuma relação temática e se configuram claramente como jabutis. Uma delas é a Emenda nº 1, da termoelétrica, que foi bastante discutida. Como foi trazido pelo Líder Alessandro Molon, essa matemática não fecha. Eles dizem que vão privatizar uma empresa estratégica, que nos dá a soberania energética, que resolve o problema do apagão do Amapá, por 60 bilhões de reais e vão gastar 84 bilhões de reais para financiar as termoelétricas. Precisa ser dito: é interesse do empresário Suarez, ex-OAS! Aqui há interesses privados escusos, potencializados com dinheiro público e com danos ao meio ambiente.

E há a Emenda nº 3, que foi incluída pelo Senado, não pela Câmara dos Deputados, sobre o Linhão de Tucuruí, que passa dentro de terras indígenas - terras indígenas que pressupõem, primeiro, uma consulta à FUNAI. A medida provisória incluiu essa emenda que não tem relação com o tema e que passa por cima do ordenamento jurídico brasileiro.

Eu estou fazendo uma questão de ordem e não usei o tempo de Liderança, mas é evidente que eu preciso me solidarizar com as famílias dos 500 mil mortos. Estamos num momento de luto no País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Está no tempo de V.Exa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - A Deputada Erika Kokay falava inclusive sobre isso. É óbvio que um luto oficial deveria prescindir da suspensão dos trabalhos parlamentares.

Falando em indígenas, Presidente, não vou fazer outra questão de ordem, mas agrego uma observação a esta, com base no art. 5º da Constituição Federal.

Desde a semana passada, nós estamos vendo o Anexo II ser fechado de maneira ostensiva pela Polícia Militar e pela Polícia Legislativa - tenho todo respeito por esses servidores, e a determinação vem de cima -, de forma a inviabilizar que se possa acessar a Câmara dos Deputados.

Poderiam usar o argumento de que nós estamos numa pandemia, mas não é o que acontece, porque, na pandemia, estão passando a boiada, estão passando por cima de terra indígena, estão tentando privatizar a ELETROBRAS, estão tirando a soberania energética, estão querendo passar aos contribuintes 20% a mais no custo da energia elétrica, que é o que impactará essa medida provisória.

Então, obviamente, nós estamos em obstrução.

Com base nesses quatro artigos, a nossa questão de ordem é sobre os

jabutis das hidrelétricas e do Linhão de Tucuruí.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputada Fernanda, com todo carinho e respeito, esta Casa tem que aprender a separar exatamente o que chama de jabuti, para que não joguemos terra para cima e ela caia nos olhos. Nós precisamos ter esse cuidado.

Esta não é uma Casa carimbadora de medida provisória. Todas as matérias a que V.Exa. fez referência são do setor elétrico. Elas dizem respeito à energia, dizem respeito a esse tema. Na avaliação das matérias que foi feita aqui na Câmara, já tínhamos ultrapassado essa questão com relação às emendas da Câmara. Com relação às emendas do Senado, nós estamos a analisar ainda no dia de hoje as alterações que o Senado fez.

Portanto, a questão de ordem de V.Exa. não tem efetividade. Eu nego seu prosseguimento dizendo justamente isto: quando um assunto não tem pertinência com o tema, esta Mesa tem tido todo o cuidado, juntamente com as assessorias da Casa, de conversar antecipadamente com os Relatores, ou aqui indeferimos, como já indeferimos diversas vezes. No entanto, se a medida provisória fala de energia, dizer que matéria pertinente a energia é jabuti é depreciar o trabalho de Deputados e Deputadas, que têm total respaldo para fazer quaisquer emendas que pensem ser meritórias, e o Plenário decide por sua maioria.

Para discutir contrariamente, tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

Documento 348/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 22/06/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência do coronavírus. Saudações aos participantes em grande mobilização popular contra o Governo Jair Bolsonaro. Defesa de discussão, pela Casa, do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.



A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, é isso mesmo. Deputado Freixo, o projeto é tão bom, tão bom, que os governistas não querem vir aqui defendê-lo. Estão votando na surdina, porque sabem o que estão legando a este País, à soberania e ao povo brasileiro. Infelizmente, estão vendendo uma das maiores empresas do nosso País, a maior empresa de energia da América Latina.

Eu quero começar aqui estendendo a nossa solidariedade e a do Partido dos Trabalhadores aos familiares dos mais de 500 mil mortos por essa pandemia. Se é verdade que não foi Bolsonaro que forjou e espalhou o vírus, também é verdade que ele tem a responsabilidade objetiva de não ter protegido a vida das pessoas. Nós poderíamos ter evitado grande parte dessas mortes, mas ele, não, apostou que as pessoas fossem de encontro ao vírus, e nós tivéssemos esse resultado.

Também quero saudar aqui os atos que aconteceram no sábado. Em mais de 400 Municípios, mais de 750 mil pessoas nas ruas gritaram contra Bolsonaro, pela vacina, pela renda emergencial e pelo trabalho.

Hoje vocês viram que os investimentos estrangeiros diretos caíram no Brasil: 62% a menos em relação a 2020. É claro, a pandemia não está tendo a gestão que deveria, o Brasil não passa confiança.

Também estamos com o desemprego nas alturas, o desemprego da juventude. E esta Casa está discutindo o quê? Esta Casa está aqui falando em vender a ELETROBRAS, a maior empresa de energia. Vai acontecer o quê? Vamos ter o aumento da conta de luz. Por que vender a ELETROBRAS, uma empresa que dá lucro, uma empresa que já está amortizada, uma empresa que está ajudando o Brasil a se desenvolver? Por que essa sanha de entregar aos agentes estrangeiros? Só pode ser a sanha negociata.

Não é possível, gente, que nos façamos isso com a maior empresa sem haver uma audiência pública, sem haver uma discussão em Comissão! Esta Casa deveria estar discutindo o *impeachment* de Bolsonaro, que tem que ser interditado o quanto antes, a bem deste País e do povo brasileiro.

Eu queria dizer para vocês: se preparem, porque nós vamos voltar a discutir esse tema; nós vamos desmanchar esse erro que está sendo feito hoje nesta discussão e vamos apresentar, na sequência, um projeto de decreto legislativo pedindo referendo popular ao que esta Casa tem que votar. A empresa é do povo, foi ele que a ajudou a fazer, e não se pode deixar acontecer o que vai acontecer aqui...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado, Deputada Gleisi Hoffmann...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - ...Presidente, da entrega do patrimônio público e da soberania nacional.

Pelo bem do Brasil e do povo brasileiro, a ELETROBRAS voltará às mãos do Estado.

Documento 349/557

67.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/06/2021-17:24	
Publ.: DCD 22/06/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros vítimas da Covid-19. Ocorrência do crime de lesa-pátria na desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro a minha solidariedade às mais de 500 mil famílias de brasileiros e de brasileiras que perderam seus entes queridos.

Em segundo lugar, a privatização da ELETROBRAS entrará para a história como um dos maiores crimes de lesa-pátria do Brasil. Não há lógica econômica, não há lógica no sentido do projeto nacional. Ou alguém... Aliás, eu não ouço as vozes dos defensores da privatização da ELETROBRAS. Expliquem por que é bom vender uma empresa, Deputado Alencar, que vale 400 bilhões de reais, e é entregue por menos de 40 bilhões? Expliquem por que as hidrelétricas, que o povo brasileiro construiu e que podem nos fornecer energia mais barata, devem ser entregues ao setor privado para gerar aumento da conta de luz do povo brasileiro? Expliquem ali, Deputada Jandira Feghali, quem fará um programa como o Luz para Todos, se eles venderem a ELETROBRAS?

Nós temos que reverter, se porventura essa venda ocorrer. Aliás, quero dizer desta tribuna: a Oposição vai trabalhar muito para voltar a

governar este País. E nós vamos fazer uma auditoria, Deputado Marcelo Freixo, detalhada em toda e qualquer destas privatizações: da PETROBRAS, da ELETROBRAS. E vamos mostrar que tem muita picaretagem, muita corrupção, muita coisa errada nessas privatizações. Com base nisso, se porventura der tempo de vocês, no apagar das luzes do Governo Bolsonaro, venderem esse patrimônio estratégico do Brasil, nós vamos encaminhar a reestatização desse patrimônio.

Quero dizer mais: a venda da ELETROBRAS não passa na opinião pública brasileira. V.Exas. não estão indo à tribuna porque sabem que a ampla maioria do povo brasileiro não quer privatizar a ELETROBRAS.

Façam um referendo, façam um plebiscito, parem de mentir! A ELETROBRAS é uma empresa superavitária. A ELETROBRAS tem capacidade de investimento. A ELETROBRAS gera energia mais barata para o povo brasileiro.

Documento 350/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/06/2021- CD 17:28
Publ.: DCD - 22/06/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-1. Questionamento sobre o baixo número de óbitos pela Covid-19 registrados na República Popular da China, em relação à densidade demográfica daquele país. Conveniência da visita de autoridades sanitárias ao país asiático para investigação da origem do coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta "sim", Sr. Presidente.

E eu novamente gostaria de me solidarizar com as pessoas que falaram tantas vezes que houve 500 mil mortes no Brasil. Isso realmente é muito triste. Mas, nos Estados Unidos, morreram 600 mil pessoas; na Índia, 400 mil; no México, 200 mil e, na China, 4.636 pessoas, onde inventaram esse vírus.

Nós temos que fazer um tribunal internacional, para ir à China e ver esse laboratório, que proibiu a entrada de pessoas, como os jornalistas. Dizem que morreram todos os que inventaram o vírus. Nos Estados Unidos, morreram 600 mil pessoas.

Nós temos que ser solidários às famílias americanas, europeias, indianas, a todas as famílias que morreram. Tantas pessoas morreram, meu Deus do céu! Temos que ser solidários!

Por isso, o PL encaminha "sim".

Documento 351/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021 - CD	17:36
Publ.: DCD - 22/06/2021 - ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance da nefasta marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Decretação, pelo Congresso Nacional, de luto oficial em respeito às vítimas do coronavírus. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela tragédia causada pela Covid-19 no Brasil. Transcurso dos 17 anos de falecimento do ex-Governador Leonel de Moura Brizola. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 21 de junho, é um dia em que nós, simbolicamente, choramos os mais de 500 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida e nos solidarizamos com seus familiares. Aqui, quero saudar todos os Líderes dos partidos de oposição, nas figuras do Líder da Minoria, o Deputado Marcelo Freixo, e do Líder da Oposição, o Deputado Alessandro Molon, bem como V.Exa., ao decretar luto oficial juntamente com o Presidente do Senado.

Quinhentas mil mortes são mais de dez vezes a pior tragédia brasileira em termos de mortalidade, que foi a Guerra do Paraguai. Mais de 50 mil brasileiros morreram em 5 anos de guerra. Agora são mais de 500 mil brasileiros mortos em pouco mais de 1 ano de pandemia, por conta da irresponsabilidade e da negligência do Governo Federal.

Hoje, 21 de junho, também é, Presidente, o dia em que nós estamos chorando a ausência de um dos maiores líderes da história do Brasil,

Leonel Brizola. Há 17 anos, Brizola partia e deixava a todos nós uma história de luta, uma história brilhante. E, hoje, neste 21 de junho, esta Casa deve sacramentar a entrega de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro: a ELETROBRAS.

O trabalhismo tem muito a ver com a ELETROBRAS. Getúlio Vargas, em 1954, propôs a criação da ELETROBRAS, e já, naquele momento, os grandes interesses das grandes multinacionais se voltaram contra a criação dessa estatal tão importante, que só foi ser instalada em 1962 por João Goulart. Brizola, ao tomar posse como Governador do Rio Grande do Sul, em 1959, ao contrário do que estamos fazendo hoje aqui, ao contrário do que faz esta medida provisória que o Governo mandou para cá, encampou a CEERG, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, que era uma subsidiária da Electric Bond and Share, uma multinacional que, na década de 30, chegava a ter 70% da geração de energia elétrica no País.

Hoje, nós vamos entregar uma empresa que tem 59 anos, uma empresa que representa, acima de tudo, a soberania do povo brasileiro. No final da década de 50, Brizola tomou aquela atitude porque faltava justamente a responsabilidade de se garantir o fornecimento sem interrupção, sem desabastecimento; e agora nós, que temos um modelo exitoso, uma empresa que é superavitária, vamos entregá-la. Certamente, a conta vai chegar ao bolso do consumidor brasileiro. Já estão falando que vão tirar 10 bilhões da outorga, para compensar o aumento na Conta de Desenvolvimento Energético, que está nas faturas mensais dos consumidores brasileiros. Isso dura 1 ano, e aí a conta vai, mais cedo ou mais tarde, chegar, porque, justamente, o modelo que está sendo proposto em nada, em absolutamente nada, será benéfico para o Brasil.

Mas queremos aqui também deixar um aviso muito claro. Se o Governo que aí está se preocupa com o Programa Nacional de Desestatização e Desinvestimento, no nosso programa nacional de desenvolvimento que, se Deus quiser, será implantado a partir de 1º de janeiro de 2023, nós criaremos um programa nacional de reestatização e reinvestimento, para que nós tenhamos, justamente, áreas estratégicas voltando para as mãos do Estado brasileiro, para que não venhamos a ser, em absoluto, lacaios de grandes empresas internacionais.

Sei que muitos de V.Exas. - alguns, talvez, por pressões por fazer parte da base do Governo - vão votar "sim" a esta entrega da ELETROBRAS. Mas temos absoluta convicção de que o povo brasileiro mostrará a sua indignação não apenas pela questão da ELETROBRAS, mas também, certamente, por outra discussão que faremos aqui nesta Casa, com a questão dos Correios. Nós também vamos lutar bastante contra a entrega de uma empresa que é

absolutamente estratégica e capilarizada em todo o território nacional.

Essas são palavras de reflexão, mas que servem também como um alerta que nós faremos, claramente, aos pseudoinvestidores. Nós não trataremos a questão da ELETROBRAS com amorismo. Nós vamos supervisionar todo esse processo de desestatização, todo esse processo de capitalização por subscrição de ações, que não deixa de ser uma burla à Lei de Licitações. Nós fiscalizaremos, e a ELETROBRAS, em um Governo que efetivamente seja do povo brasileiro, será reestatizada.

Portanto, colegas Parlamentares, neste dia 21 de junho, temos a chorar as mais de 500 mil brasileiras e brasileiros que partiram por causa da COVID; temos a chorar a ausência de um líder que, sem dúvida nenhuma, estaria esbravejando, da maneira como ele fazia sempre quando achava que uma questão não era correta, o nosso saudoso Brizola, que partiu há 17 anos; e temos a chorar a conclusão por esta Casa de um processo de votação que vai entregar uma das maiores empresas do povo brasileiro.

Mas a vida é assim. Vamos à luta sempre! O povo brasileiro saberá dar resposta.

Documento 352/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/06/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 22/06/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Falecimento da Vice-Coordenadora da Organização de Mulheres Indígenas, Rosimeris Cavalcante Barbosa, em decorrência da Covid-19, em Boa Vista, Estado de Roraima.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "não", Sr. Presidente, até porque faltavam poucos inscitos para falar sobre este texto, para debatê-lo. Esta medida provisória traz impactos significantes para todo o Brasil e deveria ter uma discussão. O relatório foi apresentado hoje e há muitas emendas novas, texto novo. Por isso, merecia uma atenção especial

deste Parlamento.

Eu também quero aproveitar para mandar o meu abraço à família da coordenadora Rosimeris Cavalcante Barbosa, que faleceu há poucos minutos de COVID. Ela só tinha tomado a primeira dose da vacina e pegou COVID. Neste momento, a sua família está muito triste. Eu queria mandar um abraço para a família dela. Era uma indígena macuxi, da Terra Indígena Pium, na região do Tabão, e foi coordenadora do movimento indígena das mulheres de Roraima.

Meu abraço à família. Força e fé! É um símbolo muito grande perder mais uma indígena para essa doença. Infelizmente, é assim.

Documento 353/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 22/06/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, relativa à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria encaminha o voto "não" pelas razões que nós já expusemos da inconveniência e sobretudo da perversidade que há nisso.

Na verdade, os liberais, como defendeu o Senador Tasso Jereissati, no Senado, nem sequer votaram favoravelmente a essa medida provisória, porque ela não é a privatização, é outra coisa. Portanto, o nosso voto é "não" ao encerramento da discussão.

Aproveito, Sr. Presidente, para me solidarizar com o povo brasileiro naquilo que para nós era fundamental: o cancelamento desta sessão. Quinhentas mil pessoas morreram. Quinhentas mil famílias perderam seus entes queridos e esperam do Parlamento brasileiro no mínimo uma palavra de solidariedade neste momento.

Dizem os governistas que o Presidente da República está solidário, mas não está. É a omissão, é o silêncio de quem não tem qualquer

compromisso com a defesa da vida dos brasileiros e das brasileiras.

Por isso, o nosso voto, Sr. Presidente, é "não".

Documento 354/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021- CD 19:28
Publ.: DCD - 22/06/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, aos Líderes partidários, ao Relator Elmar Nascimento e ao Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pela aprovação da propositura. Relevância de matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Edição de medida provisória sobre a destinação de recursos para a compra de vacinas da Covid-19. Concessão, pelo Governo Federal, de auxílio emergencial aos atingidos pela crise gerada pelo coronavírus. Anúncio da criação de novo programa social no País.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, estamos votando uma medida provisória muito importante. Trata-se da medida de capitalização da ELETROBRAS, que vai assegurar capacidade de investimento ao setor elétrico. A ELETROBRAS é a maior empresa do setor, mas há tempos não tem a capacidade de alcançar os investimentos necessários para que o setor de energia possa assegurar acesso, especialmente aos Estados do Nordeste e do Norte.

Essa capitalização vai viabilizar 60 bilhões de reais. Desses 60 bilhões de reais, Sr. Presidente, 10 bilhões de reais irão para os fundos regionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; 20 bilhões de reais irão para o Tesouro; e 30 bilhões de reais irão para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa modicidade tarifária, exatamente para reduzir tarifa, para que possamos enfrentar essa necessidade de investimentos e enfrentar também a crise hídrica sem prejudicar o consumidor.

É evidente que uma crise hídrica como esta, a maior em 20 anos, provoca uma diminuição da geração hidrelétrica, que é a mais barata. Isso impacta o custo da energia. Mas o objetivo da medida provisória é o não aumento da tarifa. Por isso, há a aplicação de 25 bilhões de

reais, 50% da capitalização, na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, na redução da tarifa, para haver a modicidade tarifária.

Também está contemplada nesta medida provisória a expansão do mercado de gás para o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sudeste, que foi incluído pelo Senado nessas alterações que estamos acatando - mais de 20 alterações na medida provisória foram propostas pelo Senado Federal.

Pequenas centrais hidrelétricas também estão contempladas. São 2 gigawatts de PCHs. Elas não estão localizadas, mas certamente estarão mais no Sul e no Centro-Oeste, que têm uma condição hídrica mais favorável. Isso é muito importante, porque PCHs são hidrelétricas que se espalham por diversas localidades e geram o desenvolvimento regional.

A sustentabilidade é um ponto importante, porque há os recursos para a revitalização das bacias de Furnas e do São Francisco. Vamos investir muitos bilhões de reais na revitalização das bacias, o que dá sustentabilidade, assegura os recursos para a navegabilidade, para a irrigação e para a geração de energia elétrica.

A navegabilidade dos Rios Madeira e Tocantins também está contemplada. Essa é uma medida muito importante que nós estamos votando aqui, acatando o Tocantins, que foi incluído no Senado.

A previsão, então, é de arrecadar 60 bilhões de reais. Isso é uma capitalização da ELETROBRAS, não é privatização. Não estamos vendendo a ELETROBRAS para um outro dono. O Governo está lançando ações, abrindo mão da preferência, permitindo que a maior parte do capital fique com o conjunto dos investidores - com ele ficarão 45%. O Governo também está abrindo mão do seu peso de voto na hora da eleição do Conselho e da Diretoria, conseqüentemente - ele fica com apenas 10%. Portanto, irá, quase que em iguais condições com outros investidores, decidir os rumos da empresa no seu Conselho e na sua Direção.

Quero aqui elogiar o Deputado Elmar Nascimento, que fez um excelente relatório, ouvindo todos e dialogando muito também com o Senado. Nós estamos acatando mais de 20 emendas do Senado, mostrando que este é um texto plural, de Câmara e Senado.

Quero agradecer ao Ministro Bento Albuquerque, que prestigia esta votação, e também à sua equipe; às equipes da SEGOV, da SAG e da SEPAR, que trabalharam muito na estruturação deste texto; aos Srs. Líderes que nos apoiam nesta votação; e ao Presidente Arthur Lira, que colocou ritmo na condução dos trabalhos.

Temos aprovado aqui inúmeras matérias relevantes, que vêm lá da autonomia do Banco Central, seguida pela matéria do câmbio e, depois, pela PEC Emergencial. Já tínhamos votado a cabotagem e votamos a PEC Emergencial, com gatilhos importantes do ajuste fiscal. Votamos também o projeto do superendividamento, o Marco Legal das Startups, a Lei do Gás, o Marco do Saneamento e tantas outras matérias relevantes, como esta da ELETROBRAS e todas as referentes à COVID.

Registramos aqui a nossa solidariedade expressa, do Governo e dos Parlamentares da base do Governo, com as famílias enlutadas por nossos compatriotas que foram contaminados pela COVID e faleceram.

O Governo editou uma medida provisória de 20 bilhões de reais só para a compra de vacina para todos os brasileiros, já desde o ano passado. O Governo gastou mais de 700 bilhões de reais para combater a COVID na saúde e a COVID nas suas repercussões na economia, na atividade econômica, na vida das pessoas, na capacidade das pessoas de ganharem o próprio sustento. Então, houve um esforço enorme do Governo.

Fizemos, no ano passado, o maior programa social do mundo com o auxílio emergencial, que está novamente atendendo a população brasileira afetada pelo isolamento social da COVID. E já há o anúncio do Presidente Bolsonaro e do Ministro Guedes a respeito do pagamento de mais três parcelas do auxílio emergencial.

Além disso, vem por aí um novo programa social que é uma rampa de ascensão social. Nele, as pessoas serão apoiadas e estimuladas a terem a sua autonomia financeira. Haverá qualificação de jovens em cursos técnicos, para que eles cheguem ao mercado com uma profissão, com uma qualificação, possam ter um bom salário, com o que as famílias poderão cuidar melhor dos seus filhos. O programa vai exigir não a presença na escola, não a frequência escolar, como é hoje, vai exigir desempenho escolar, vai incentivar o desempenho no esporte e vai premiar aqueles que tiverem maior meritocracia.

Portanto, com essas palavras eu saúdo a todos pela aprovação da Medida Provisória da ELETROBRAS.

Documento 355/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/06/2021-
	CD	20:52
Publ.: DCD - 22/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Registro de voto dos Deputados Leo de Brito e Merlong Solano. Crise energética reinante no País. Protesto contra a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Registro de meio milhão de óbitos no Brasil decorrentes da Covid-19. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do luto da família brasileira. Agressão do Presidente da República à imprensa, aos Governadores e Prefeitos Municipais. Homenagem simbólica prestada pela Oposição às vítimas do coronavírus. Documento da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a respeito de ações do Governo Jair Bolsonaro frente à epidemia de coronavírus. Vinculação entre a recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Realização de grandes mobilizações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Defesa de criação pela Casa da CPI do Meio Ambiente. Interrupção, pelo Governo Federal, do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Anúncio da apresentação de novo pedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiramente, quero registrar que o Deputado Leo de Brito acompanhou as votações da bancada do Partido dos Trabalhadores e que o Deputado Merlong Solano também votou no Destaque 8. Peço que esses votos fiquem computados.

Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, estamos, sim, encerrando um dia de trabalho, já noite adentro, com muita tristeza, no momento em que estamos com possibilidade de um apagão. Quero lembrar que há um novo apagão no Amapá, onde a empresa privada está sendo socorrida por uma empresa pública, a ELETRONORTE, da ELETROBRAS, para que as pessoas tenham energia elétrica.

Estamos com uma crise energética, e esta Casa faz a entrega de um bem público a um preço irrisório, sem novos investimentos, jogando a conta do aumento de luz para a população brasileira e se desfazendo da sua maior empresa de energia, a ELETROBRAS.

Precisamos ter referendos populares quando esta Casa vai contra o povo. Precisamos fazer o debate no futuro Governo - e espero que possamos interditar o mais rápido possível esse Governo genocida, entreguista - do tema da revogação dessas medidas, porque nenhum país do mundo se desfaz das suas estruturas, do seu desenvolvimento, da sua soberania, e as entrega de mão beijada para empresas de outros países ou endinheirados do País poderem jogar para o consumidor o aumento das contas, talvez com um serviço não tão qualificado como o que presta a ELETROBRAS.

O tema da revogação dessas medidas vai estar, sim, na ordem do dia

do debate nesse próximo período político.

Entretanto, estamos com um segundo sentimento de tristeza no dia de hoje: 500 mil pessoas, em decorrência da COVID, estão sem vida - meio milhão de mortos! Eu pergunto para vocês, população brasileira: vocês ouviram uma manifestação - uma manifestação! - do Presidente da República Jair Bolsonaro sobre o meio milhão de pessoas mortas aos seus familiares, aos seus amigos, aos seus parentes? Algum gesto de solidariedade a essas pessoas enlutadas, Deputado Henrique Fontana? Uma palavra do Presidente da República? Não! Mas ele saiu hoje a agredir a imprensa, a agredir as pessoas, a agredir os Governadores que foram trabalhar para arrumar vacinas, porque ele não as arrumava para o povo, a agredir Prefeitos, a mentir, a fazer *fake news*, porque é isso o que ele sabe fazer neste momento.

Estamos aqui hoje dizendo que o Brasil está de luto. Estamos de preto, estamos solidários com as pessoas que neste momento estão com dor. São filhos que não vão ver mais seus pais, são pais que não terão mais seus filhos em sua companhia, ou que sequer puderam se despedir, quando foram acometidos pela COVID.

Estamos aqui hoje para dizer "sim", solidariedade às famílias dos mais de 500 mil mortos. Este é o gesto que a Oposição, que o nosso partido, que as pessoas estão fazendo para todas as famílias e as pessoas.

Há documentos chegando à CPI do Senado. Eu queria citar mais uma vez um documento - eu já fiz isso em outra ocasião - da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo que faz uma análise profunda de todas as medidas, atitudes, iniciativas, decretos, portarias, projetos de lei e divulgação que o Governo Bolsonaro fez.

Não há morte ocasional de 500 mil pessoas. Há, sim, uma ação deliberada, deliberada, provocando tantas mortes. Então, se era evitável a morte e ela não aconteceu, posso aqui afirmar que foi um assassinato. Era evitável, porque poderia haver vacina para a população, conforme nós manifestamos hoje aqui, mas o Presidente negou a vacina. O Presidente foi contra a vacina. A ciência, os médicos diziam... E as empresas vinham aqui e diziam: "*Aqui você pode comprar, pode fazer contrato*". Ele dizia: "*Não, eu quero que o povo tome cloroquina*". Mas a cloroquina não serve para a COVID. "*Então, alterem a bula!*" Sim, o Governo Bolsonaro queria, através dos seus agentes, alterar a bula, fazendo uma burla. E a vacina não chegou para a população. Então, foi uma ação deliberada. É por isso que estamos dizendo que essa é uma ação genocida! É um assassinato em massa! E não é pouca gente, é meio milhão de pessoas.

Por último, queria dizer que a população brasileira está acompanhando. Ela esteve nas ruas no dia 29 do mês passado e disse

que retornaria no dia 19, no último sábado. E, nesse último período, ocorreu a maior das manifestações da população brasileira em mais de 400 cidades, em todos os Estados do Brasil, inclusive fora do Brasil.

O mundo está acompanhando a situação do País, que tinha tanto com Lula e tinha tanto com Dilma a presença na geopolítica mundial. As pessoas vinham aqui para conhecer os programas na área da saúde, para conhecer o SUS, que está sendo desmantelado agora, com a PEC 32 ou com o teto de gastos, que queriam conhecer o Programa Mais Alimentos, os programas da agricultura familiar, os programas de sustentabilidade da Amazônia, para evitarmos as queimadas e os desastres de agora, do Governo, de Salles.

Precisamos de assinaturas para a CPI.

Nós estamos pedindo aos Parlamentares da base do Governo para assinarem o pedido de CPI, porque têm feito crimes contra a nossa Amazônia, com o abatimento ilegal da madeira, com o envenenamento lastimoso que ocorre Brasil a fora em cima dos alimentos, com as queimadas abusivas que são feitas. Nós queremos que isso seja apurado.

O povo foi às ruas exatamente para dizer isso, reconhecendo outras políticas de outrora no nosso País, de respeito internacional, de valorização do seu povo, que impediam que crescesse a miséria. Hoje ocorre de novo a volta da fome, e por isso as pessoas foram às ruas e disseram: *"Eu quero comida no prato"*. Essa foi uma das manifestações de sábado. Comida no prato, vacina no braço e renda e emprego para as pessoas!

Por isso o apoio, Deputado Henrique Fontana, para o nosso pequeno empresário, para ele poder pegar recursos que foram negados pelo Governo Bolsonaro.

Desde janeiro não há mais oportunidades de geração de empregos e programas importantes, Deputado Pedro Uczai e Deputado Zé Neto, que nós votamos aqui nesta Casa e que foram interrompidos pelo Governo Bolsonaro, assim como foi interrompido o auxílio emergencial de 600 reais que todas as famílias estavam a receber e que ajudava no comércio da cidade. Se o comércio vende, a indústria tem que produzir; e a indústria produzindo, gera-se mais desenvolvimento e emprego para as pessoas. Isso foi interrompido pela atitude também negacionista, porque, se não mata pela COVID, está matando pelo desemprego, está começando a matar pela fome.

É por isso que o povo, no sábado, dizia nas manifestações: *"É vacina no braço, é comida no prato, é renda e emprego para o povo e impeachment!"*. Sim, nos próximos dias haverá um superpedido

de *impeachment*, juntando todos os pedidos, porque crime neste Governo não falta. Tem que haver uma ação deste Parlamento para que o *impeachment* tramite...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 356/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2021 - CD 21:00
Publ.: DCD - 22/06/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transformação da Frente Parlamentar em Apoio ao Bambu na Frente Parlamentar do Bambu e de Fibras Naturais. Regulamentação da Lei nº 12.484, de 2011, acerca da Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu. Aprovação de nova logomarca da Frente Parlamentar do Bambu e de Fibras Naturais. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil e no mundo. Necessidade de esclarecimento ao mundo, pelas autoridades governamentais da República Popular da China, da origem do novo coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje ocorreu uma grande reunião da nossa Frente Parlamentar em Apoio ao Bambu, e nós a transformamos, por uma sugestão que nasceu no dia 11 de junho, na Câmara Setorial de Fibras Naturais do Ministério da Agricultura, que foi conduzida pelo Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, César Halum, e que contou com a participação do Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão.

Nós transformamos a Frente Parlamentar em Apoio ao Bambu em Frente Parlamentar do Bambu e de Fibras Naturais. Essa Frente Parlamentar tem o objetivo de agregar e incluir, além do bambu, fibras como o algodão orgânico, o bambu, a juta, a malva, a seda, o sisal, a piaçava, o licuri, a macaúba, o babaçu, o abacá, o curauá, o linho e outras fibras naturais importantíssimas para a nossa economia brasileira.

Essa Frente Parlamentar tem por objetivo defender a execução da política nacional de incentivo e estimular a pesquisa, o cultivo, a

inovação tecnológica na cadeia produtiva e no valor do uso do bambu e demais fibras naturais.

Um exemplo do crescimento do mercado é o biocompósito, que possui um mercado potencial de 320 bilhões de euros para os próximos 10 anos. O biocompósito é todo e qualquer produto feito com polímeros derivados de recursos renováveis ou não renováveis. As fibras naturais usadas como reforço do produto são substituídas por fibra de vidro e de carbono e outros poluentes.

No Brasil, mais de 200 mil famílias de agricultores cultivam fibras naturais em todos os biomas nacionais. Além da agricultura familiar, podemos considerar os empregos gerados na cadeia do beneficiamento e na cadeia de valor. O plantio e o desenvolvimento do encadeamento produtivo favorecem a agricultura familiar e as políticas públicas de conservação e de preservação do meio ambiente, porque são espécies de fácil propagação. Crescem rápido, neutralizam carbono, oferecem simples manuseio, podendo ser usadas na agricultura, na construção civil, na indústria da moda, nos biocompósitos, no bioplástico, na arte, na culinária, na saúde, no artesanato, nos móveis, na decoração, no paisagismo e na produção de papel e bioenergia.

Nós aprovamos um novo estatuto, que inclui a Comissão Parlamentar Mista de Bambu e de Fibras Naturais, que tem então como grande objetivo regulamentar a Lei nº 12.484, de 2011, que institui a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e demais fibras naturais. Nós queremos propor soluções legislativas, envidar esforços, realizar encontros, seminários, fazer visitas técnicas, articular e integrar atividades da Frente Parlamentar do Bambu e das Fibras Naturais com ações do Governo e da sociedade civil.

Hoje também aprovamos uma nova logomarca da nossa Frente Parlamentar. Então, nós vamos também estimular pesquisas. O bambu é uma atividade produtiva para o nosso agricultor e apresenta melhora na questão do carbono. Então nós temos a grande chance de estimular, apoiar, inclusive Frentes Parlamentares dos Estados e dos Municípios, porque nas Assembleias Legislativas nós queremos também que essa Frente Parlamentar se viabilize e trabalhe, porque isso gera renda, gera emprego, gera oportunidade, e uma oportunidade nova, porque na pequena propriedade o bambu e as fibras naturais têm um papel importantíssimo.

Portanto, nós hoje reforçamos isso. Através de entidades que representam esse setor, como a ABRAFIBRAS, a APROBAMBU, entre outras entidades, nós tivemos a oportunidade de reforçar a criação da nossa Frente Parlamentar do Bambu e das Fibras Naturais.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar ainda estes minutos que me restam para dizer que ouvi várias vezes pessoas muito solidárias. Nós todos somos solidários, porque todos nós perdemos um ente querido ou algum amigo nesta pandemia, mas nos Estados Unidos também morreram 600 mil pessoas. Somos solidários aos povos do nosso planeta que perderam vidas. A Índia perdeu 400 mil pessoas; o México, 200 mil pessoas; o Peru, 180 mil pessoas; o Reino Unido, 120 mil pessoas; a Itália, 120 mil pessoas; a Rússia, 120 mil pessoas, em números redondos; e a China - pasmem! -, 4.636 pessoas.

Onde surgiu esse vírus? Esse vírus foi inventado pelo Presidente Bolsonaro? E as pessoas que morreram nos Estados Unidos, também foi o Presidente Bolsonaro o culpado? Pois é! Na China, foram 4.636 mortes, e ninguém conseguiu entrar no laboratório, ninguém sabe para onde foram aquelas pessoas que trabalhavam no laboratório, porque lá é um país comunista, que não tem liberdade, que não tem democracia. Ninguém fala da China! Nós temos uma relação comercial com eles, e eles também precisam de nós. Não somos apenas nós que precisamos vender *commodities* para a China, eles também precisam de nós.

Eles têm que explicar como é que conseguiram inventar esse vírus, morreram milhões de pessoas no mundo, e, na China, que tem quase 1 bilhão e 500 milhões de habitantes, morreram 4.636 pessoas. Espalharam esse vírus para o mundo inteiro, a partir de Wuhan.

Por favor, vamos entrar contra eles também! Vamos brigar contra eles também! Vamos ver se vocês têm coragem para fazer isso! Ou, afinal, esse vírus foi inventado no Brasil, na Amazônia, ou lá na Inglaterra?

E agora inventaram as cepas, para dizer: "*Essa cepa é brasileira, essa cepa é da Inglaterra*", mas por que não dizem que esse vírus surgiu lá na China, foi inventado em um laboratório, que só Deus sabe se veio do morcego ou se só foi inventado para que fosse dizimada a população mundial e os chineses virassem donos do mundo? Quem sabe? Nós nunca saberemos, mas é bom colocar os pingos nos "is": quem inventou esse vírus não foi o Brasil e não foi o Presidente Bolsonaro!

Documento 357/557

67.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/06/2021-
	CD	21:08
Publ.: DCD - 22/06/2021 - DIEGO GARCIA-PODE -PR		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Falecimento do pai do orador em decorrência da Covid-19. Importância do tratamento precoce da doença viral.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente Peternelli, eu aguardo até este momento para poder usar a palavra pelo tempo de Liderança neste dia 21 de junho. Exatamente nesta data, nós, eu e a minha família, vivemos talvez o momento mais difícil das nossas vidas. Faz 3 meses que eu perdi o meu pai, que faleceu no último dia 21 de março. Tem sido um momento muito difícil.

Meu pai, ainda no primeiro dia de sintomas, procurou um médico, foi ao hospital, mas, infelizmente, o profissional o orientou a voltar para casa sem fazer exames, sem tomar nenhum medicamento. Eu descobri, 7 dias depois, que ele estava mal, porque fiz uma ligação, uma chamada de vídeo para minha mãe. Ela estava no primeiro dia dos sintomas dela. Ela tossiu na ligação, e ali eu descobri que ela tinha os sintomas da COVID. Eu pedi, então, para que ela chamasse o meu pai, que eu iria orientar o meu pai sobre como proceder. Só que, enquanto ela chamava meu pai, eu pensava: *"Bom, se ela está, o meu pai também está"*. Eu, então, comecei a conversar com ele, e ele começou a relatar que já estava há dias se sentindo mal, cansado, com a garganta ruim, tossindo. E eu disse para o meu pai: *"Pai, você está com COVID"*. Eu liguei na hora para o Dr. Laercio Abrahao Ceconello, da cidade de Londrina, que os atendeu por videoconferência. O meu pai, naquele dia, começou a se tratar, e a minha mãe também.

Presidente, todos nós nos tratamos no primeiro dia de sintoma - eu; minha esposa, que está grávida, com 37 semanas; meu irmão; nossos filhos; minha cunhada -, e todos nós conseguimos vencer esse vírus. O meu pai, infelizmente, faleceu. Ele não teve a mesma sorte que nós, apesar de ter procurado médico, apesar de ter ido ao hospital no primeiro dia de sintoma.

A Oposição fez tanta questão de ficar falando ao longo da sessão toda dessa data, só que eles não falam daquilo que poderia de fato ter evitado a morte e o luto de milhares de famílias, assim como a minha.

Este está sendo o momento mais difícil da minha vida. Este está sendo um momento difícil e delicado. Eu espero que seja considerada a opinião de médicos respeitados, como o Dr. Laercio Abrahao Ceconello, de Londrina, que já salvou milhares de pessoas; o Dr. Zeballos; o Dr. Ricardo Ariel; o Dr. Francisco. Que essa opinião seja respeitada, Presidente! Que essa opinião não seja ignorada, pois é a opinião de médicos, é a opinião de profissionais de saúde que estão

salvando a vida de milhares de pessoas todos os dias.

O meu pai não teve a mesma sorte. Eu, no primeiro dia de sintoma, também fui ao médico. Eu procurei um hospital aqui em Brasília, e ele também me mandou de volta para casa, sem remédio, sem sequer orientação para realizar o exame, mas eu tinha certeza de que eu estava com COVID, por conta dos sintomas, e 2 dias depois veio a confirmação. O meu pai não teve a mesma sorte.

O exemplo do meu pai é o exemplo de milhares de pessoas, Presidente. Milhares de pessoas morreram no nosso País pela falta de informação, pela falta de orientação, pela falta de responsabilidade de pessoas que mandaram o povo com sintomas de volta para casa sem sequer fazer exames. O meu pai não está aqui, e é duro para mim, é o momento mais difícil da minha vida. *(O orador se emociona.)*

Hoje, depois de 3 meses, eu volto ao Plenário da Câmara dos Deputados para fazer um apelo a todos os Parlamentares que hoje se pronunciaram defendendo a vida. Vamos defender a vida junto daqueles que estão salvando as vidas através de tratamento, através de orientação das pessoas sobre como proceder nas fases dessa doença! Vamos ajudar a salvar a vida dos brasileiros, unindo-nos em torno das pautas de interesse no Congresso, no Plenário, e não fazendo da morte de pessoas que morreram, como o meu pai, um palanque político! Eu não admito isso! Fiquei a sessão toda aguardando para poder fazer esta fala, este desabafo, porque o meu pai não está mais aqui por conta de um irresponsável que o mandou de volta para casa.

Ele não tinha nenhum problema de saúde, nenhuma comorbidade, estava estudando para o concurso da Polícia Federal aos 63 anos de idade, treinando. Mas morreu porque confiou na palavra de um irresponsável que o mandou de volta para casa.

Nós não podemos mais aceitar isso! É preciso nos unirmos para apoiar aqueles médicos que estão salvando a vida das pessoas de todo o Brasil.

Eu agradeço, Presidente, por esta oportunidade que V.Exa. me deu, inclusive extrapolando o tempo da Liderança, mas eu não poderia deixar de aqui falar, falar pelo meu pai, falar pela minha família e falar por milhares de famílias como a minha, que sofrem por conta da irresponsabilidade de pessoas que mandaram ficarem em casa. Esse sofrimento eu não desejo compartilhar com ninguém.

Aqueles que estão dizendo que defendem a vida, na verdade, estão na torcida para quanto pior ficar, melhor. Aqueles que de fato defendem a vida precisam apoiar aqueles que estão salvando a vida de pessoas

em todo o Brasil.

Eu chamo o nosso País, a nossa Nação e o Congresso a se unirem e não medirem forças para disseminar as informações boas que estão salvando a vida de milhares de brasileiros todos os dias.

Obrigado, Presidente.

Documento 358/557

49.2021.B	Sessão Outro Evento	22/06/2021-14:20
Publ.: DCD - 23/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento da Deputada Maria do Rosário, a respeito do confronto entre policiais e indígenas nas imediações da Casa. Realização do 26º Encontro Estadual do Conselho do Mandato. Importância da participação de conselheiros no evento. Atuação irresponsável e criminosa do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero manifestar a minha total solidariedade e apoio às palavras da nossa estimada Deputada Maria do Rosário. Concordo plenamente com o que ela fala, com a sensibilidade e o compromisso que ela tem.

Por falar nisso e por falar em outros graves problemas que estão acontecendo no nosso País, postura provocada por esse povo irracional, desrespeitoso, eu estou convidando os membros do meu mandato, isto é, do conselho do nosso mandato. Vamos realizar sábado agora, a partir das 9h30min, o 26º Encontro Estadual do Conselho do Mandato, em que nós teremos a presença do nosso grande companheiro, professor e Ministro da Educação Fernando Haddad. Ele fará uma palestra para todos os conselheiros de todo o Estado de São Paulo a respeito dessa conjuntura que estamos vivendo.

E nós, junto com o povo conselheiro, homens e mulheres dos vários segmentos, do campo, da cidade, do movimento negro, jovens, aposentados, sindicalistas, enfim, gente de todos os matizes, vamos refletir nesse encontro estadual a respeito dessa realidade que nós estamos vivendo. É fundamental que os conselheiros participem e retornem - retornar é o jeito de falar, porque o encontro será virtual - ,

voltem às suas bases para explicar o quanto é criminoso o gesto, a postura e a irresponsabilidade do Jair Bolsonaro e da sua (*falha na transmissão*).

É criminoso quando trata com desdém as vítimas da COVID, criminoso quando desrespeita profissionais, e covarde, porque mais uma mulher jornalista foi atingida ontem aqui no Estado de São Paulo, e irresponsável quando adota políticas de desrespeito ao nosso povo. Sobretudo ele age com grande covardia. Qual é a covardia? Entregar o patrimônio público aos grandes empresários estrangeiros, como no caso da ELETROBRAS, matéria que ontem foi votada aqui.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, até me constrange ainda mais saber que as Forças Armadas, que têm vários Deputados aqui, e o "Capitão Cloroquina", que também pertenceu às Forças Armadas, ferem inclusive um dos princípios das Forças Armadas, que é defender o patrimônio público. Que coisa feia!

Todos convidados para o nosso conselho.

Obrigado, Presidente.

Documento 359/557

49.2021.B	Sessão Outro Evento	22/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 23/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com as agressões praticadas contra indígenas nas imediações da Câmara dos Deputados. Necessidade de abertura, pela Presidência, de negociações com lideranças indígenas a respeito da votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Defesa da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer a compreensão.

Eu estava dirigindo a reunião da Comissão de Cultura, e a estava dirigindo com lágrimas nos olhos, infelizmente não por emoção, mas por gás lacrimogêneo, que tomou as dependências da Casa. Infelizmente assistimos, no meio do dia de hoje, a um lamentável episódio de agressão aos povos indígenas que tentam negociar o

projeto que trata da demarcação de suas terras e da mineração ilegal nas terras indígenas. Essa é uma questão sensível. Os nossos povos originários não podem ser tratados como párias da sociedade. É preciso que se abram as portas para negociar com as lideranças indígenas e especialmente com aqueles cujas terras estão sendo vislumbradas para essas ações.

Evidentemente, diante de tamanho impasse, o enfrentamento é uma realidade. Não se sabe se foi a bala de borracha que partiu primeiro, ou se foi a flecha desferida, mas não há dúvida de que a desproporção é evidente, a desproporção é algo que precisa ser mensurado por esta Casa, a desproporção de homens, mulheres, idosos e crianças.

Eu estou dizendo isso porque estive de manhã no acampamento como Presidente da Comissão de Cultura e representante da minha bancada e vi que são pessoas absolutamente pacíficas. Mas vamos para o noticiário porque na porta da Câmara dos Deputados uma praça de guerra se estabeleceu.

Eu quero apelar ao Presidente desta Casa para que tome para si o processo de abertura dessa negociação. As comunidades indígenas estão neste momento em sobressalto, e essa representação permanente na Câmara dá um indicativo muito claro disso. O nosso papel não é espantá-la, o nosso papel não é tangê-la. O nosso papel é abraçá-la e buscar soluções possíveis, porque o que está em jogo é o futuro de comunidades, é o futuro de pessoas, de brasileiros. É por isso que eu quero dizer que a desproporção nos causou espécie e nos leva ao repúdio, porque a violência não leva a nada.

Sr. Presidente, agradeço a reabertura. Eu gostaria aqui de estar falando da pandemia, dos mais de 500 mil mortos, da necessidade de buscar a solução para as vacinas e para a quebra de patentes, mas tenho que falar sobre circunstâncias que pensei que tivéssemos superado com o tempo e com o aprimoramento democrático. No entanto, estamos em recuo estratégico da democracia.

Eu quero, portanto, pedir ao Presidente da Casa que tome para si essa questão e abra a negociação.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 360/557

49.2021.B

Sessão Outro Evento

22/06/2021-15:08

Publ.: DCD - 23/06/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Consternação com o alcance pelo País da marca de 500 mil mortes em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Estado da Bahia e no Brasil. Não realização das festas juninas em face da Covid-19. Importância do avanço na imunização do povo brasileiro contra a doença viral.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Eu gostaria inicialmente de me somar àqueles que hoje lamentam as 500 mil vítimas da pandemia no nosso País, essa triste marca. Na minha cidade, Guanambi, a sociedade, os profissionais de saúde, o poder público, todos estão lamentando as 500 mil vidas perdidas no nosso País. Guanambi, uma cidade-polo regional, atingiu ontem a marca de 100 mortos. Aproveito este momento para deixar minha solidariedade às famílias enlutadas do Brasil, da nossa região e da minha cidade.

Neste período de festas juninas, a alegria de muitas famílias foi ceifada pela morte dos seus entes queridos. Em várias cidades da minha região, principalmente na região sudoeste do Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é forte a tradição dos festejos juninos. Infelizmente, pelo segundo ano consecutivo, não teremos, em muitas cidades, festas grandes, com atrações culturais, com quadrilhas, eventos que inclusive geram emprego e renda, aumentando a receita de muitos Municípios da região nesse período.

Infelizmente, não teremos festejos juninos, o que redobra a responsabilidade do Governo do Estado, das Prefeituras que adotaram medidas restritivas, que estão inclusive chamando à responsabilidade as famílias que irão se reunir, para que o façam de forma restrita, com poucos membros da família, com poucos amigos, com o dever de não deixar totalmente passar em branco essa tradição. Mas todo o cuidado tem que ser tomado por cada família, por cada um que vai fazer essa comemoração, que, naturalmente, deve ser feita em família, evitando-se aglomerações.

Que a vacina avance o mais rápido possível! Que possamos ajudar e que possamos, com a permissão de Deus, ter no próximo ano a alegria voltada para o interior da Bahia, para o interior do Nordeste, na comemoração do São João e do São Pedro! Sr. Presidente, com fé em Deus, nós vamos superar este momento difícil que nós estamos passando, de modo que, no próximo ano, o São João e o São Pedro sejam comemorados em todo o Nordeste, a nossa região.

Peço a divulgação deste registro nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 361/557

49.2021.B	Sessão Outro Evento	22/06/2021-15:16
Publ.: DCD - 23/06/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Defesa de sua retirada de tramitação na Câmara dos Deputados.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Deputado Gilberto Nascimento, que está presidindo esta sessão, eu quero falar com V.Exa., com os Líderes de todos os partidos e com o Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, sobre a necessidade de tomarmos uma atitude com relação ao Projeto de Lei nº 490, de 2007. Não faz sentido esse projeto continuar circulando nesta Casa. Esse projeto é uma afronta à Constituição. Ele fere cláusula pétrea da Constituição.

Todos sabem que a possibilidade de existência de um povo indígena depende de ele ter o seu território. O povo brasileiro quis assim, e os Constituintes em 1988 colocaram isso na Constituição. Então, esse projeto, se avançar, será inconstitucional. Se esse projeto avançar, primeiro ele vai ser derrubado pelo Supremo. Se por acaso ele desse certo, seria o fim de 40% a 50% das terras indígenas e de 40% a 60% dos povos indígenas. Estou falando de terras que ainda estão em processo de demarcação, mas também de terras que estão completamente pacificadas.

Esta Casa não pode, de forma nenhuma, dar sequência a esse projeto. Isso não faz sentido. Mas é importante que todos os que estão nos ouvindo saibam que estão aqui cerca de mil lideranças indígenas de quase todos os povos indígenas do Brasil. Há mulheres, crianças. Vieram, em plena pandemia, com o risco de se contaminar, com o risco de levar o vírus para as suas comunidades. Eles correm esse risco ao virem para cá porque sabem da ameaça que representa esse projeto de lei, se ele avançar nesta Casa.

Qual é a sensibilidade de cada Parlamentar desta Casa para entender

que os povos indígenas têm direito ao seu território, que o povo brasileiro assim quer?

Eu pergunto para cada Parlamentar aqui: não está hora de darmos um basta em projetos de lei que vão contra a vida, contra a possibilidade de existência desses povos? Ou nós vamos tratá-los da mesma forma como o Brasil tratou durante 500 anos vários povos que foram exterminados?

Então, Presidente, vamos fazer coro aqui e pressionar pela interrupção desse projeto agora na Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado.

Documento 362/557

49.2021.B	Sessão Outro Evento	22/06/2021-15:20
Publ.: DCD - 23/06/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Rejeição da imprensa e da comunidade internacional ao Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de apuração, pelo Presidente Arthur Lira, de responsabilidades pelos atos de violência praticados pela Polícia Militar contra indígenas, durante manifestação contra o Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo e dizer que meu sentimento é de vergonha - vergonha! Tenho certeza de que V.Exa., que é um homem cristão, também deve estar envergonhado neste momento, presidindo esta Casa.

O Presidente Bolsonaro é um genocida convicto, repudiado pela comunidade internacional, rejeitado pela grande imprensa internacional. Isso já é fato. E esse ato de hoje contamina a Câmara Federal. É necessário que, no modelo presidencialista, o Deputado Arthur Lira tenha altivez e coragem para apurar esse fato grave que ocorreu hoje, afinal de contas, estamos falando dos povos originários.

O mundo olha com atenção um projeto que tramita nesta Casa com vício de inconstitucionalidade, e a Presidente da CCJ, que é uma procuradora do Distrito Federal, uma conhecedora da lei, atropela, não

respeita a nossa Constituição e contribui na prática para que situações como a de hoje sejam referências negativas.

Presidente Gilberto, V.Exa. é um homem inteligente, com vários mandatos. Imagine que vergonha essa situação representa para Ulysses Guimarães, o cidadão que foi um baluarte da nossa Constituição, um Deputado cidadão, o "Senhor Diretas", uma figura importante para o alicerce do Estado Democrático de Direito.

Esta Casa se apequena quando permite que a Polícia Militar, de forma truculenta, não só atinja os povos indígenas, mas, como foi destacado aqui pela Deputada Professora Rosa Neide, ataque crianças. Quando não respeitamos crianças, quando violentamos crianças, é porque a sociedade está deteriorada e não tem missão humanitária.

Então, eu peço, Sr. Presidente, que isso seja divulgado nas redes sociais, para que o primeiro ato do Presidente Arthur Lira seja apurar esse ataque contra...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 363/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	15:44
Publ.: DCD - 23/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de decretação de luto ao longo da semana em respeito às vítimas da Covid-19. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro por milhares de óbitos decorrentes da doença viral. Protesto contra a votação e aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Contrariedade à votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Retirada de direitos dos povos originários, notadamente quanto à demarcação de suas terras, no caso de aprovação da propositura. Apelo ao Presidente Arthur Lira de suspensão da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados. Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Pedido ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, de concessão de audiência ao orador para esclarecimento da repressão praticada pela Polícia Militar contra indígenas nas imediações da



Casa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Arthur Lira, Deputados e Deputadas, por solicitação da Minoria e da Oposição, lideradas pelo Deputado Freixo e pelo Deputado Molon, nós fizemos um pedido para que fosse decretado luto ao longo desta semana inteira. O Brasil está de luto. São 500 mil mortes. Não há mais família no Brasil que não tenha um parente, um familiar, um vizinho, um amigo que faleceu por causa da COVID. Trata-se de pais, como dizia o Deputado Molon ontem, que nunca mais verão o regresso dos filhos às suas casas; de filhos que jamais verão novamente o pai, a mãe; da esposa que não receberá mais o seu marido; do marido que não receberá mais a sua esposa.

Quando não é feito um esforço para alcançar, para a população, o que é necessário neste momento - uma política de isolamento, uma política de testagem em massa em relação à COVID, uma política de informação sobre o uso da máscara e sobre se evitar aglomeração e, principalmente, a disponibilização da vacina -, nós podemos dizer que houve mortes evitáveis, e, se uma morte evitável ocorre, ela é um assassinato. Por isso nós chamamos, sim, o Presidente de genocida. Como a CPI está provando e nós já sabíamos, por documentos fartos, houve ação deliberada do Governo para colaborar com esse assassinato em massa, infelizmente, no Brasil.

Nós queremos, portanto, manifestar toda a nossa solidariedade às pessoas. Já fizemos essa manifestação na segunda, faremos nesta terça, faremos na quarta, faremos sempre.

Nós queremos que haja também manifestação desta Casa, do Poder. O fato de esta Casa ter decretado estes dias de luto é importante para mostrar à sociedade posição. Serve para mostrar ao Executivo, fundamentalmente, que a Câmara não está submissa à sua lógica.

Há um segundo aspecto nos preocupa muito no dia de hoje. Por causa dele nós dissemos aqui, Deputados, que devíamos não votar absolutamente nada na sessão de hoje - essa era a nossa reivindicação - e fazer uma sessão solene, Deputado Afonso Motta, em homenagem às vítimas da COVID, ao meio milhão de pessoas mortas no País. Por que nós achávamos que não devíamos votar projetos nesta semana? Porque, apesar de já termos votado muitos projetos em relação à COVID, muitos outros projetos são votados aqui, Deputada Erika Kokay, Deputado Zé Neto, Deputado Alencar e Deputada Gleisi, sem ter a ver com o período da pandemia.

Esse é o caso do projeto da ELETROBRAS, que não deveria ter tido a sua privatização aprovada, porque é a maior empresa pública do País.

Mas votamos a privatização no dia de ontem, e isso vai onerar a conta do cidadão e vai dificultar ainda mais a elaboração de formas de alcançar mais energia para o povo brasileiro.

Há também outros projetos nesta Casa que não poderiam ser votados. Eu quero me referir aqui ao projeto que trata dos indígenas, que inclusive originou o ato violento que aconteceu na parte da manhã de hoje - nós somos solidários com todos que foram atingidos, sejam pessoas desta Casa, servidores da Câmara, sejam pessoas de fora da Casa, indígenas, que estavam fazendo uma manifestação.

O Projeto de Lei nº 490 não pode ser votado nesta Casa! Ele trata do marco temporal. Ele determina exatamente se poderá ou não haver a demarcação das terras que pertencem aos povos originários do Brasil, que são os índios, às comunidades indígenas, aos diferentes povos. É isso que diz o projeto.

Mais do que isso: nas próximas demarcações, esse projeto vai possibilitar que sejam revistas as demarcações já realizadas. Num momento em que se passa a boiada, num momento em que se mete fogo na Amazônia, num momento em que se desmata e se tira, de forma ilegal, madeira da Amazônia para contrabando, nesse passar da boiada, as terras indígenas, na Amazônia ou em qualquer lugar do País onde há comunidades com muita história no nosso Brasil, poderão ser destinadas para ocupações predatórias.

Há um grande problema na Amazônia, que é o processo da mineração. A Deputada Joenia, que é índia, tem dito isso seguidamente aqui. E nós estamos solidários exatamente à demarcação existente, às demarcações necessárias que serão realizadas e ao respeito aos povos indígenas, sob todos os aspectos das suas identidades.

A alteração trazida pelo projeto, cuja tramitação está em curso, vai, portanto, impedir novas demarcações, vai alterar as demarcações já realizadas e vai permitir a exploração predatória das áreas indígenas. Isso está na CCJ. É isso que nós não queremos que seja votado. Já fizemos esse apelo ao Presidente da Casa e estamos solicitando um novo debate, para que o projeto seja suspenso. Inclusive, está prestes a ser tomada uma decisão de confirmação, no Supremo Tribunal Federal, em relação a essa tese.

Nós sempre vamos condenar qualquer violência, qualquer ação feita em qualquer setor contra os índios. Por isso, estamos solidários a eles, exatamente dizendo que o que aconteceu hoje de manhã foi uma reação, infelizmente, pela agressão que está sendo realizada contra as comunidades indígenas. A vida dessas comunidades está sendo tirada, o solo delas está sendo retirado. Mexe-se no subsolo, nas riquezas. As águas estão sendo poluídas por consequência de um projeto de

desenvolvimento que agride o meio ambiente. A alimentação está sendo reduzida, porque muitas aves não podem mais viver no espaço da natureza, que está sendo destruída; porque não há peixes nos rios.

Então, esse é um grande debate. Esta Casa deve ter respeito com as comunidades históricas, com as comunidades indígenas. Por isso, não queremos, de forma alguma, que o PL 490 seja votado.

O projeto de lei transfere para o Parlamento a demarcação de terras indígenas, tirando a função do Executivo. Essa alteração foi proposta pela PEC 215/00, à época, para jogar para o Congresso, para os Parlamentares o espaço de demarcação das áreas. Não, isso não cabe a nós! Cabe-nos fiscalizar, para que as áreas indígenas possam ser respeitadas como é devido, como diz a Constituição.

Aliás, a Constituição está correndo cada vez mais perigo de sofrer alterações que retirem direitos fundamentais não só dos índios, mas também dos servidores. Há agora a própria Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que acaba com o serviço público deste País.

Portanto, nós estamos aqui, Presidente, para dizer que esta é uma semana triste, é uma semana de luto.

Nós precisamos colocar com clareza os fatos que aconteceram na manhã de hoje. Inclusive já solicitamos também reunião com o Governador Ibaneis, do Distrito Federal, para que não haja a repressão.

Os órgãos de segurança do Estado estão a serviço para dar segurança às pessoas, e não para agredir aqueles que legitimamente fazem suas reivindicações. Portanto, estamos solicitando uma audiência com o Governador do Distrito Federal, o Dr. Ibaneis.

Também já estamos em conversações aqui com o Presidente da Casa, pois é importante que esses projetos que mencionei sejam retirados de pauta, para que possamos evitar qualquer forma de violência e agressão e para que tenhamos respeito às pessoas.

Esta é a Casa do Povo. Portanto, o povo tem que ser respeitado. Nós não podemos votar nada antipovo, antinação, porque uma nação só se faz com o povo e com respeito.

Era esse o nosso pedido, Presidente.

Sumário

Alcance pelo País da marca de 500 mil mortes em decorrência da Covid-19. Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Solidariedade a indígenas, policiais legislativos e Parlamentares diante de atos de violência praticados pela Polícia Militar no confronto ocorrido nas imediações da Câmara dos Deputados. Assassinato de lideranças indígenas no País. Defesa de retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 490, de 2007.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu agradeço, Presidente.

Evidentemente, nós estamos muito preocupados com a situação do País e também com a pauta da Câmara dos Deputados.

Todos sabem que, infelizmente, no sábado, o Brasil chegou aos 500 mil óbitos, o que nunca será um número; quem morreu é o amor, é a mãe, é o irmão, é o amigo de alguém. Todos nós perdemos companheiros nessa jornada de enfrentamento da COVID e do Presidente que ajudou a COVID no País, que, em vez de combater com a ciência, combateu as medidas sanitárias.

Contudo, nesse contexto de COVID, de luta, de mortes, de desemprego, de fome, nós vemos essa pauta da Comissão de Constituição e Justiça e também essa pressão para votar um PL claramente inconstitucional, que é o PL 490. E não sou eu ou a bancada do PSOL que estamos dizendo que ele é inconstitucional. O Ministério Público Federal, Deputada Joenia, nossa Líder nessa luta, fez parecer em 2017, em 2019 e agora, em 2021, reafirmando que o PL 490 é inconstitucional, que ele fere a Constituição Federal.

Hoje, nós tivemos uma situação lamentável na Câmara dos Deputados. E eu também quero me solidarizar com os indígenas feridos, com as crianças, com os Deputados.

Os Deputados Alencar Santana Braga e Reginaldo Lopes foram vítimas nesse processo. Eles sofreram com o gás lacrimogênio, junto com os indígenas, com as bombas de gás e com toda a violência. Depois, a partir da negociação do Barros, que foi muito correta, com os Parlamentares e com a tropa de choque, que estava truculenta, garantiu-se a normalização da situação. Foi nesse momento que nós

chegamos ao local.

Quero me solidarizar também com os três funcionários do DEPOL que estão feridos.

É preciso dizer, no entanto, que a responsabilidade por essa violência é dessa pauta absurda, que coloca de novo, Deputada Gleisi, o PL 490, um PL inconstitucional, um PL que ataca ainda mais os indígenas, Deputado Marcelo, que já estão sofrendo com a COVID e com os assassinatos de lideranças indígenas.

Presidente Arthur Lira, 12 lideranças indígenas foram assassinadas nos últimos anos, o maior período que já houve de violência contra lideranças indígenas promovida por criminosos, garimpeiros ilegais, violentos, que recebem com bala a Polícia Federal.

Atacam os indígenas e a Polícia Federal.

Não se pode conceber que uma legislação inconstitucional legalize a mineração em território indígena, que coloque a demarcação de terras indígenas sob coordenação da Câmara dos Deputados, e não mais da FUNAI, e que atente contra as lutas históricas dos indígenas. Nós estamos falando de uma história de 520 anos de resistência!

Quando nós estivemos com a liderança indígena e a Frente Parlamentar esteve com V.Exa., Presidente Arthur Lira, eu sugeri um grupo de trabalho, quando fomos recebidos. Fazemos um grupo de trabalho, mas o PL 490 precisa sair da Comissão de Constituição e Justiça! Não é aceitável que, na pior pandemia da nossa história, determinados setores queiram se aproveitar da pandemia para passar uma boiada.

A situação dos indígenas brasileiros é destaque internacional. Todos dizem que crime de genocídio, ainda mais de indígenas, é imprescritível, e Bolsonaro responderá em Haia, pode ter certeza, Presidente.

Não adianta a Câmara deixar na pauta um projeto desta magnitude, que não diz respeito somente à violência praticada contra os indígenas, mas também a uma violência que é corriqueira: assassinatos, mortes e de invasões de suas terras.

Documento 365/557

68.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021 -
CD 16:28

Publ.: DCD - 23/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO

Sumário

Defesa de inclusão, na agenda prioritária da Casa, de matérias destinadas ao combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Discussão do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Penso que matérias que dizem respeito ao enfrentamento da crise sanitária que nós estamos vivenciando deveriam ser as matérias que adquirissem prioridade nesta Casa. Não faz sentido, durante esta pandemia, que já levou mais de 500 mil brasileiros e brasileiras - quem parte sempre é amor de alguém -, estarmos com Comissões discutindo retirada de direitos dos povos indígenas, estabelecendo a legalização do esbulho, que foi feito, dos territórios indígenas. Arrancaram aos povos indígenas aquilo que é fundamental para a sua existência.

Estas são matérias - e especificamente esta - que dizem respeito ao que quer o povo brasileiro. O povo brasileiro quer que tenhamos o enfrentamento de uma crise que é trançada: é uma crise econômica, uma crise sanitária, uma crise social, uma crise institucional, pelos arroubos autoritários do Presidente da República, que acha que tem o direito de calar jornalistas e que acha que tem o direito de negar os próprios fatos.

O negacionismo que nós estamos vivenciando no Brasil não é circunstancial ou pontual. Busca-se negar os fatos. E os fatos, quando se impõem, carregam muita tristeza.

Por isso, essa proposição que estabelece a prorrogação da suspensão do cumprimento de metas para as instituições que trabalham conveniadas é absolutamente fundamental, até porque unidades como as das Santas Casas, por exemplo, estão sendo demandadas para enfrentar a COVID-19, para exercer uma função de assegurar o direito à vida, essa vida que é negada todos os dias por um Presidente que tem uma série de suspeições acerca da sua predileção por uma vacina indiana sem autorização da ANVISA. O País destinou 1 bilhão e 600 milhões de reais a empresas intermediárias, que não se justificam.

Hoje, nas Santas Casas, há, em média, uma defasagem no financiamento de aproximadamente 35%. E exigir que ali se estabeleça um cumprimento de metas, como se numa normalidade nós estivéssemos e não nesta crise tão cruel, é negar a dimensão do

momento que o Brasil está vivenciando.

Esse projeto é louvável porque faz com que continuemos contratando essas unidades conveniadas, que já têm a previsão orçamentária, inclusive, para seguir enfrentando a COVID-19.

Parabéns ao Relator pelo parecer, que faz justiça a este Brasil!

Documento 366/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	16:32
Publ.: DCD - 23/06/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Protesto contra a redução de recursos orçamentários da saúde.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. É bom contar com V.Exa. na Presidência, neste momento tão importante.

Eu queria parabenizar o Deputado Pedro Westphalen pela iniciativa; o Deputado Antonio Brito, da Frente Parlamentar das Santas Casas; e todos os demais Parlamentares que assinaram esse projeto.

Eu queria chamar atenção, inicialmente, para a natureza dessas instituições, que não são prestadores de serviço ao SUS, não vendem serviço ao SUS: são parceiras do SUS. São instituições não lucrativas que têm história, que têm compromisso com a saúde. Presidente Marcelo Ramos, eu era Secretário de Atenção à Saúde no Ministério da Saúde no primeiro Governo Lula, quando criamos o contrato de metas, que parte do pressuposto de que essas instituições não vendem serviços, mas são parceiras. Elas tinham contratos que previam cirurgias eletivas, previam um quadro de morbimortalidade que não é o atual. Isso mudou. Essas instituições agora estão, obviamente, a serviço do enfrentamento da pandemia. Portanto, não podemos penalizá-las por estarem contribuindo de forma decisiva para esse

enfrentamento.

Isso é muito importante.

Inclusive, eu tenho tido contato com várias delas, que estão preocupadas, sofrendo, porque, quando as Procuradorias fazem uma análise rasteira da lei - e a vigência anterior da lei já acabou -, os contratos estão sendo cortados e as instituições estão sendo penalizadas. Por isso, nós precisamos retomar essa natureza das instituições e permitir que os recursos do SUS lhes sejam repassados integralmente.

Infelizmente, nós temos no Palácio do Planalto alguém que é contra a vida, que é contra a saúde, que é a favor do vírus, que é favor da morte, que não tem a capacidade de, pelo menos, compartilhar a dor de mais de 500 mil famílias que estão perdendo entes queridos.

Não podemos naturalizar, Sr. Presidente, não podemos banalizar, colegas Parlamentares, as mortes. São mais de meio milhão de vidas perdidas! E essas instituições, esses hospitais são parceiros na luta em defesa da vida. Por isso, nós precisamos garantir os repasses integrais, nós precisamos garantir os recursos do SUS.

É um absurdo que o Brasil, em plena pandemia, esteja cortando o orçamento da saúde! Nós tínhamos que estar aqui agora aprovando o aumento de recursos para esses hospitais! Infelizmente, nós estamos precisando aqui manter os recursos que estavam anteriormente previstos.

Eu ainda tenho a esperança, Presidente Marcelo Ramos, de que nós vamos melhorar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Jorge Solla, eu peço a V.Exa. que abra o seu microfone para concluir a sua fala, por 30 segundos.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Obrigado, Sr. Presidente, pela concessão desse tempo adicional.

Concluo dizendo que não podemos aceitar a banalização e a naturalização de meio milhão de vidas perdidas, e temos que apoiar essas instituições, que são nossas parceiras na luta em defesa da vida e da saúde.

Quero aprovar aqui o nosso projeto, junto com o Deputado Pedro Westphalen, e pedir a todos os Parlamentares que recomponham o orçamento da saúde, que recomponham os recursos do SUS, que aumentem os recursos do Ministério da Saúde. Peço a todos os Parlamentares da Oposição e da Situação que se empenhem em garantir que tenhamos recursos para defender a vida e a saúde da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Deputado Pedro Westphalen! Parabéns a todos os colegas que lutam pela vida e pela saúde!

Documento 367/557

68.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 22/06/2021-16:44	
Publ.: DCD 23/06/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Responsabilidade do Presidente da República pela tragédia causada pela Covid-19 no País. Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando - e a CPI da COVID-19 tem demonstrado isto - uma tragédia que tem um construtor, que a constrói todos os dias: o Presidente da República, que demonstra a sua impossibilidade - e esta é a característica dos arbitrários, dos fascistas - de sentir a dor do povo brasileiro, de sentir a dor do outro, de se solidarizar com tantas famílias que perderam seus entes queridos. Esta pandemia entrou em nossas casas e está levando pessoas, que não são números: são pessoas que têm história.

Nesse sentido, o conjunto do sistema de saúde - e viva o SUS, que foi tantas vezes atacado e talvez seja o mais profundo instrumento de eliminação das desigualdades e de inclusão social, viva o SUS! -, o SUS e as instituições conveniadas estão se dedicando a enfrentar a

COVID-19, esta que tem como parceiro o Presidente da República, que disse que era uma gripezinha.

Hoje, o Deputado Osmar Terra está tentando explicar o inexplicável. Disse que esta pandemia, em verdade, não levaria mais do que 800 ou 900 pessoas no Brasil.

É preciso que as pessoas façam uma autocrítica para corrigir os rumos, para que se diga qual de fato é o interesse do Presidente da República de pregar a utilização de medicamentos que não são eficazes para o combate da COVID, rasgando a ciência, ferindo as evidências. Que interesses financeiros tem o Presidente da República? Que interesses tem para ainda estar buscando - e buscou contratar, fez gestões - uma vacina não autorizada pela ANVISA, rejeitando a vacina da Pfizer? Que interesses econômicos existem neste Governo extremamente corrupto?

É com este quadro que as instituições de saúde estão enfrentando a COVID. Como é possível exigir das Santas Casas que elas cumpram uma meta, se elas estão dedicadas a enfrentar a COVID neste momento? É preciso assegurar que essas instituições continuem enfrentando a COVID, até prorrogando o prazo de cumprimento das metas que foram estabelecidas sem pandemia.

Muito obrigada.

Documento 368/557

68.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 22/06/2021-16:52	
Publ.: DCD 23/06/2021 -	JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela falta de vacinas no País. Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.



A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de mais nada, quero me solidarizar com mais de meio milhão de brasileiros que perderam suas vidas por conta dessa pandemia. E nós sabemos que, infelizmente, temos a digital de um Presidente tresloucado, que ataca a imprensa, que não respeita ninguém - nem mulheres, nem profissionais, nem homens, nem minorias, absolutamente ninguém - e que debocha enquanto líderes mundiais se solidarizam nesse momento, que ainda é muito trágico no Brasil.

Aliás, é bom lembrar que estamos sem vacinas em vários postos deste País justamente porque o Governo se atrapalhou, mais uma vez, na compra e distribuição de vacinas para os brasileiros.

Mas estamos aqui tentando cada vez mais reduzir os danos causados por um governante, repito, tão tresloucado, que realmente não consegue se localizar, não consegue se orientar, não consegue administrar e não sabe fazer nada mais do que urrar, xingar, agredir. Ele não vai a público nem sequer para emitir um mínimo de solidariedade e empatia a essas famílias que tiveram seus entes queridos levados pela COVID.

Aproveito, Sr. Presidente, a oportunidade para dizer que somos contra o destaque de preferência, porque entendemos que é preciso um pouco mais de tempo para que as coisas voltem ao normal em relação às cirurgias eletivas. Sabemos que infelizmente não há estrutura para que as entidades hospitalares do dia para a noite, simplesmente, retomem as cirurgias, apesar de que é absolutamente necessário, e entendemos que é necessário, sim. Mas, por todo esse período, as nossas entidades médicas, os nossos hospitais ficaram dedicados única e exclusivamente à COVID. Para se ter ideia, em São Paulo, mais de 80% dos leitos do SUS estão destinados ao tratamento de pacientes com COVID.

Então, é preciso que haja um retorno estruturado, responsável para que os nossos profissionais de saúde e também os pacientes possam participar dessa retomada, para que a fila seja organizada, porque há muita coisa que era eletiva e hoje já não é mais, já entra em caráter de urgência. Isso é realmente muito complexo e tem que ser feito com as autoridades de saúde, para que possamos tirar da fila do SUS os pacientes que estão aguardando há tanto tempo por causa dessa pandemia e prestar atendimento adequado àqueles que precisam de tratamento cardíaco, de aneurisma, de câncer e de tantas outras doenças.

Por isso, rejeitamos a preferência. Entendemos que é necessário, sim,

um pouco mais de tempo para essa reestruturação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 369/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	17:04
Publ.: DCD - 23/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiramente, queremos lamentar as mais de 500 mil mortes pela COVID e expressar a solidariedade do PDT a todas as famílias que perderam seus entes queridos. São vidas, são almas, são pessoas, são pais, são mães, são irmãos, irmãos, filhos, netos, avôs, avós. São pessoas e, como tal, nós temos que expressar este sentimento de amor, de carinho, de resiliência, de generosidade.

Quero dizer da luta do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, contra o coronavírus, o combate ao coronavírus, a luta a favor da vida, a favor da vacina. Esta é a nossa luta.

Quanto ao projeto, Presidente, votamos "não", porque entendemos que o parecer do Relator melhorou e o consideramos muito importante.

Documento 370/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	17:04
Publ.: DCD - 23/06/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Pedido ao Ministério da Saúde de criação de comissão para atendimento aos sequelados da Covid-19.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta "não".

Quero aproveitar o momento para cobrar do Governo, do Ministério da Saúde, para criar uma Comissão para tratar dos cuidados a serem prestados às pessoas que foram vítimas do coronavírus.

Milhares e milhares de brasileiros estão sofrendo com as sequelas deixadas por essa terrível doença, tais como, trombose, ataque cardíaco.

Também é hora de o Governo Federal estudar uma aposentadoria - já que estamos em guerra - para aquelas pessoas que não têm mais vida pós-COVID.

Encaminhamos o voto "não".

Documento 371/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/06/2021-
	CD	17:12
Publ.: DCD - 23/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original do Projeto de Lei nº 4.384, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 2020, para extensão, às organizações sociais de saúde, a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas, contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Responsabilidade do Presidente da República pela maioria das mortes provocadas pela doença viral.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria libera, Presidente, em função de posições diferentes entre os partidos.

E quero aqui, mais uma vez, homenagear as mais de 502 mil famílias de brasileiros e brasileiras que perderam entes queridos.

A negação, a contestação e o atraso na compra de vacinas, a negação e o boicote ao uso de máscaras, o incentivo à aglomeração, o negacionismo, a prescrição de medicamentos que não protegem contra a COVID levaram e levam o nosso País a uma profunda crise sanitária. Milhares destas mortes poderiam ter sido evitadas. E o grande responsável pela grande maioria destas mortes chama-se Jair Bolsonaro. Nós cobraremos sempre desta tribuna.

Documento 372/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD 17:16
Publ.: DCD - 23/06/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alcance pelo País da nefasta marca de meio milhão de mortes provocadas pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela tragédia decorrente do coronavírus. Defesa de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que essas cruces que as Lideranças da Minoria e da Oposição trazem hoje ao plenário são por essa inaceitável situação de meio milhão de brasileiros mortos. O que nós estamos aqui dizendo é que é preciso dar um basta a um Governo absolutamente irresponsável com a vida, irresponsável com cada uma dessas pessoas. Não há ninguém, Deputado Marcelo Ramos, que não tenha perdido alguém que ama durante a pandemia. Então, é preciso esse simbolismo, esse grito de basta de crueldade do Governo Bolsonaro.

Bolsonaro agiu de forma errada por ideologia, por ter negado a ciência, por ter contrariado Governadores, por não ter espírito de grandeza, mas o País também errou ao deixar Bolsonaro continuar no Governo. São mais de cem pedidos de *impeachment*.

Então, neste momento, Deputado Marcelo Ramos... Só peço tempo para poder concluir, Deputado Marcelo Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Conclua, por favor, Deputado.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Neste momento grave, em que se registra meio milhão de mortes, nós não precisamos de algum famoso ou conhecido para nos mobilizarmos. Todos nós perdemos alguém querido, alguém que amamos.

Então, quem mantém Bolsonaro no poder também tem responsabilidade sobre essa tragédia. Nós temos mais de cem pedidos de *impeachment*.

Bolsonaro não tem condições de governar este País.

Fica a nossa homenagem a cada família, a cada vida perdida neste País, neste momento.

Documento 373/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 23/06/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Homenagem simbólica prestada pelos partidos opositores à memória dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Associação entre a recusa do Presidente da República à aquisição tempestiva de vacinas, e a maioria das mortes decorrentes da doença viral. Acerto da instauração da CPI da Covid pelo Senado Federal. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu volto a esta tribuna para falar desta homenagem que os partidos de oposição fazem aos 500 mil mortos, essa cifra dramática, trágica, inaceitável que o Brasil atingiu, Deputado Rafael Motta, no último sábado.

É uma tristeza imensa para o nosso País, é uma dor sem tamanho



para quem perdeu seu ente querido. Eu dizia ontem: são filhos, Deputado Renildo Calheiros, que não vão conhecer seus pais; são crianças que vão esperar suas mães chegarem a casa, e elas não voltarão; são parentes que enterraram seus entes queridos sem poder se despedir deles; são casos de pessoas que se despediram de alguém sendo internado e nunca mais puderam ver a pessoa, não puderam ver sequer o ente querido no seu velório, porque os caixões estavam lacrados.

Neste momento de dor, de profunda dor, passa um filme na nossa cabeça. Passa um filme desde o momento em que esta pandemia foi descoberta, e nós, ouvindo cientistas, alertávamos para a gravidade da doença. E, desde o início dela, Deputada Lídice da Mata, o Presidente da República desdenhava da gravidade da doença dizendo que era uma gripezinha, estimulando aglomerações, ridicularizando o uso de máscara, sabotando o auxílio emergencial, que permitiria às pessoas ficarem em casa para proteger suas vidas.

Muitos desses 500 mil mortos, Líder Danilo Cabral, morreram porque não puderam ficar em casa e se proteger da doença, porque não tinham o auxílio. Muitos, Deputado Henrique Fontana - V.Exa. que é médico, como a Deputada Jandira Feghali - morreram tomando remédios sem eficácia acreditando na palavra do Presidente da República.

Essas mortes não foram por acaso. Essas mortes não eram inevitáveis. Essas mortes poderiam ter sido evitadas. Essas mortes teriam que ter sido evitadas.

E a maior de todas as irresponsabilidades - a maior de todas! -, Deputado Elias Vaz, foi a recusa do Governo de comprar vacina nos primeiros momentos em que nós as poderíamos ter comprado. Uma senhora, na manifestação do sábado, saiu com um cartaz que dizia: "*Se o Presidente tivesse comprado vacina, a minha filha não teria morrido*". Esse é o sentimento de 500 mil famílias que perderam seus amores, que viram ser enterrados, com seus parentes, os seus sonhos, os seus planos e os seus projetos. Projetos esses de uma vida melhor, de ver a formatura do filho, da filha, de ir ao casamento de alguém, de fazer uma viagem, de se aposentar, de curtir os netos, sonhos de gente simples, sonhos de quem ama a vida. E, apesar de todos esses sonhos e contra todos esses sonhos, o Presidente da República está agindo de forma completa e inteiramente irresponsável.

Não ficará assim. A CPI da COVID não é uma bobagem. Não é um erro do Senado a CPI da COVID. A CPI da COVID é um acerto do Senado. Ela haverá de continuar produzindo provas, como tem feito, que levarão aos bancos dos réus os responsáveis por esse genocídio da nossa população, por essa matança da nossa gente, que tinha nome,

que tinha sobrenome, que tinha família.

Eu fico perplexo ao ver o Presidente da República, cuja ação e omissão destruíram tantas famílias, ter coragem de acusar os outros de destruírem a família brasileira. O maior destruidor das famílias no Brasil é o Presidente da República. Ele é o maior inimigo das famílias brasileiras, porque as vacinas não foram compradas por ele. Primeiro, nós achávamos que eram 50 e-mails da Pfizer que não tinham sido respondidos, depois, 80. Descobrimos que são cem. Há denúncia hoje nos jornais de que uma vacina de outro país foi comprada superfaturada. Há suspeita de corrupção na compra de uma vacina que veio tarde e há suspeita de que tenha vindo com sobrepreço, com superfaturamento.

Será que nem na hora em que as pessoas estão prestes a morrer o Presidente da República tem misericórdia, tem solidariedade, tem um pouco de amor, de respeito pela vida? É muito grave isso que aconteceu no Brasil. Eu nunca imaginei, Presidente, viver um momento como esse na minha vida. É, sem dúvida nenhuma, o pior momento da minha vida, não da minha vida pessoal apenas, mas da minha vida como brasileiro.

Eu nunca imaginei que tivesse que subir a esta tribuna para falar de 500 mil mortes do meu povo.

Imaginei que fosse vir aqui para discutir quais eram as melhores medidas, para concordar, discordar, mas não imaginei que tivéssemos que vir aqui, Deputada Fernanda Melchionna, para falar que o Presidente da República contribuiu para que 500 mil pessoas no Brasil morressem! Nunca imaginei isso. Nunca imaginei na minha vida passar por isso. E duvido que alguém aqui tivesse imaginado passar por isso, por situação tão dramática, tão dolorosa, tão triste.

Não ficará assim. Nosso compromisso com as famílias dos brasileiros é continuar cobrando as investigações e cobrando as responsabilidades. Lutaremos para que aqueles que, no Governo, agiram ou se omitiram para sabotar o enfrentamento à pandemia respondam na Justiça por esse grave crime, por esse gravíssimo crime.

A todas as famílias brasileiras dos mais de 500 mil mortos deixo a solidariedade dos nossos partidos de oposição e nosso compromisso com a luta pela vida de vocês!

Sumário

Alcance da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Insensibilidade e falta de sentimento humanitário do Presidente da República, diante da dor e sofrimento por que passa a família brasileira. Defesa do seu afastamento do comando do País.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quando começou a pandemia, todos nós, em frente à televisão, ficávamos assustados com o noticiário de que havia morrido 40, 50 pessoas na Itália. Houve um período em que chegou a se aproximar de cem o número de mortos na Itália, e todos nós, aqui, assustados, escandalizados.

Um ano depois, Sr. Presidente, mais de 3 mil brasileiros morrem todos os dias. Já são 500 mil brasileiros que morreram vítimas da COVID. Se multiplicarmos por 5, 6 - o número de pessoas que, em média, tem uma família -, são 3 milhões de brasileiras e brasileiros atingidos. Se multiplicarmos pelos parentes, que são 40, 50, 60, às vezes mais, são muitos milhões de brasileiros atingidos pela COVID.

Tivemos a infelicidade de a pandemia chegar ao mundo e ao Brasil em um período em que a Nação está sem Governo, que a Nação está sem Presidente.

Primeiro, ele negava o vírus, negava a pandemia. Depois, disse que isso não passava de uma gripezinha. Depois, disse que havia medicamento que tratava as pessoas e induzia os brasileiros a usarem cloroquina. Sempre estimulou as aglomerações, desrespeitou todas as medidas de proteção, como as máscaras. Faz chacota das pessoas que reclamam providências do Governo Federal.

Morreram mais de 500 mil pessoas, e não há uma palavra séria do Presidente da República, não há um lamento do Presidente da República, não há uma manifestação de solidariedade e de respeito do Presidente da República.

O Presidente da República é uma pessoa desprovida de qualquer sentimento humanitário, é um homem doente, é um homem que está levando o País ao caos, é um homem sem sentimento humano nenhum.

É evidente que o País não pode continuar com Bolsonaro na

Presidência da República. Independentemente do que vai acontecer, nós não podemos aceitar que um Presidente como este, que comete um genocídio contra o povo brasileiro, continue intacto na Presidência da República.

Obrigado, Presidente.

Documento 375/557

68.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021-
CD 17:32

Publ.: DCD - 23/06/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Registro de 500 mil óbitos no País provocados pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Falecimento da Vice-Coordenadora da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, Rosimeris Cavalcante Barbosa, em decorrência do coronavírus. Repressão da Polícia Militar aos indígenas contrários à votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Desrespeito aos povos originários no País.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais membros desta Casa, este dia de ato é para lembrar as mais de 500 mil vidas que se foram. E essas vidas não são apenas número, são pessoas.

Devemos memorizar essa questão porque é o que o País todo está vivendo. Toda vida importa. Se houvesse responsabilidade e ação, muitas dessas pessoas estariam vivas.

Eu quero aqui manifestar toda a minha solidariedade às famílias, às pessoas que estão sofrendo. Foram avós, pais, irmãos, sobrinhos, amigos.

Ontem nós sofremos. Ontem mesmo, houve a morte de uma indígena. Ela foi uma liderança do movimento de mulheres, a Rosimeris, Vice-Coordenadora da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, que tomou só a primeira dose da vacina.

Essa lembrança nós vamos viver, mas também é preciso compromisso para superar toda a omissão que pode ter havido e responsabilizar os

culpados.

Quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar o meu tempo de Liderança para também lembrar o que aconteceu hoje, para que não se repita. Já são mais de 521 anos perseguindo os povos indígenas, Sras. e Srs. Parlamentares. A hora da paz não há de chegar?

Só existe uma palavra que eu posso usar para descrever o que aconteceu hoje aqui nesta Casa, que dizem que é a Casa do Povo: covardia! Foi mais de 1 hora usando bombas de efeito moral, balas de borracha, gás de pimenta. Parecia uma guerra! Eu creio que ninguém quer isso. Ninguém quer feridos, nem policial nem indígena. Os indígenas estão acampado há mais de 2 semanas aqui em Brasília.

Eles já fazem, digamos assim, o seu posicionamento de manifestação, porque não têm uma representação em sua maioria e estão vendo os direitos constitucionais serem rasgados, desmontados, suas terras indígenas, invadidas por criminosos que têm poder econômico e influência política, e nada ser feito. Estão vendo as suas vidas ameaçadas, levadas - crianças, mulheres.

Essa violência do PL 490 os fez chegar a Brasília para uma manifestação, que há 2 semanas tem sido pacífica, somente com danças, rezas, conversas. Nós já vimos acontecerem muitas dessas manifestações aqui nesta Casa. Os povos indígenas só vêm pedir uma questão, que é a garantia da Constituição. Querem respeito ao que o homem branco aprovou aqui em 1988. Querem respeito e que dialoguem como a Convenção 169 determina: com consulta prévia, livre e informada.

Eu pergunto, senhoras e senhores: esta Casa é de diálogo ou não? Esta Casa representa o povo ou não? Se representa, por que tem tanto medo dos povos originários deste País? Por que não os enfrenta no diálogo, nas suas comunidades, nas suas terras, onde eles têm a tranquilidade de discutir assuntos que são do seu interesse?

Nós sabemos que o PL 490 veio com um interesse, que não é o dos povos indígenas. Pode ser que haja um ou dois que queiram a sua terra retalhada, mas eu nunca vi um indígena não defender a terra dele, porque a terra é sagrada, porque é da terra que vêm a sustentabilidade, a educação, a saúde, a cultura. Não é em todas as terras que foi concluído o processo de demarcação.

Eu quero justamente lembrar isso porque é responsabilidade nossa, é responsabilidade parlamentar, sim, defender a Constituição, defender os direitos fundamentais, o direito de ir e vir, o de se expressar, o de participar da administração deste País.

Se os povos indígenas não são considerados brasileiros, o que eles são, então, se são povos originários daqui? É assim que se tratam os povos originários deste País?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Conclua, Deputada.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Eu pergunto, Sr. Presidente, para concluir: que País é este? Que País é este, que não respeita a Constituição? Que País é este, que não considera os povos originários? Que País é este, que fecha os olhos para a violência que todos os dias eles denunciam? Que País é este - irresponsabilidade? -, que quer atropelar os direitos de quem é mais vulnerável e minoria neste País?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 376/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 23/06/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contestação às declarações do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, a respeito da manifestação dos partidos oposicionistas ao ensejo do registro de 500 mil óbitos no País decorrentes da Covid-19. Luta da Oposição pela aprovação de matérias destinadas à retomada do crescimento socioeconômico brasileiro, e ao amparo do povo brasileiro contra os efeitos da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e à morte de milhares de brasileiros provocada pelo coronavírus. Ocupação pelo Brasil no 8º lugar no ranking fúnebre da Covid-19 no contexto mundial. Escalada do desemprego, da fome e da miséria no País. Reajuste nos preços dos componentes da cesta básica, dos combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Necessidade de criação, pelos partidos políticos, de grande frente nacional para interrupção do processo de descontrole da epidemia de coronavírus e da economia brasileira. Insistência do PSB na abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que nos ouvem através dos meios de comunicação da Casa, ontem e hoje os partidos de oposição nesta Casa registram o seu protesto, o seu luto, pela chegada infeliz a meio milhão de pessoas

mortas pela COVID em nosso País.

Deputado Henrique Fontana, como já dissemos aqui, não são números, são brasileiros e brasileiras que ficaram como perdas eternas na memória dos seus familiares e da sociedade brasileira.

O Ministro das Comunicações diz que a Oposição registra apenas os que morreram, e não os que sobreviveram. Essa é uma estranha forma de pensar. Imaginem se os judeus, que perderam 7 milhões na Segunda Guerra Mundial, registrassem apenas os que sobreviveram, ou os russos, que perderam 20 milhões de pessoas, também registrassem apenas os que sobreviveram. A história é marcada pelas perdas e, principalmente numa situação desta, pelas perdas que poderiam ser evitadas. Isso é o que nós fazemos aqui hoje e temos feito em todo período de registro nesta Casa.

Nós que lutamos pelo auxílio emergencial, nós que lutamos pelo socorro às pequenas e médias empresas, nós que lutamos por medidas de proteção ao emprego, nós que lutamos e continuamos lutando para que sejam taxadas as grandes fortunas neste País, para que possamos, desta maneira, fazer frente às despesas do combate à pandemia e à retomada do crescimento nacional.

Nós não podemos aceitar que cheguem aqui Deputados para dizer que está sendo preparada a compra de 400 milhões de doses de vacina e que isso acaba com o problema. Essa é a mentira que o Governo repete todos os dias, como se fosse possível apagar essas 500 mil mortes, por medidas atrasadas. Que comprem 400 milhões de doses de vacina, o Brasil precisa, mas elas precisavam ter sido compradas lá atrás, para ser evitado este registro tão dramático, tão trágico, de 500 mil pessoas mortas em nosso País.

Sr. Presidente, se considerado o tamanho da população, o nosso País ocupa o oitavo lugar no *ranking* mundial, com 2.347 mortes por milhão de habitantes, e passa a ocupar o segundo lugar no número absoluto de vítimas, atrás apenas dos Estados Unidos.

No que diz respeito à economia, comemoram o crescimento do PIB e esquecem o crescimento da miséria, o crescimento da fome, o crescimento do desemprego, o crescimento do preço do combustível, o crescimento do preço da cesta básica e, agora, o crescimento do preço da iluminação, da energia em nosso País. Cresce apenas a produção de riquezas, que são apropriadas pelos mais ricos em nosso País, e decresce a apropriação dessas riquezas produzidas pelos mais pobres desta Nação. É, portanto, esta a referência que nós temos que ter.

Está se tornando inevitável, Deputado Fontana, que todos os partidos façam uma grande frente nacional para enfrentar esta situação. Que

possamos fazer com que a Câmara dos Deputados, o Presidente desta Casa compreenda que não pode haver mais de 1 centena de pedidos de *impeachment*, e que nós continuemos calados. O povo brasileiro clama, sim, clama por uma solução, a mesma solução que foi dada inclusive nos Estados Unidos, quando estava em descontrole a pandemia: o povo americano tomou a providência de mudar o Presidente da República. Neste momento não temos eleição, e é indispensável que possamos interromper este processo de descontrole, tanto das medidas de economia quanto as da pandemia e da sustentação da vida das pessoas no nosso País.

É por isso que o PSB insiste e continua lutando pelo *impeachment* do Presidente da República, pelo *impeachment* de Jair Bolsonaro, e conclama a unidade das forças democráticas do nosso País, para fazermos a mais ampla frente que a história do nosso País já registrou, para acabarmos com este ciclo de morte, de pobreza, de miséria na nossa Nação e darmos esperança ao povo brasileiro, de retomada do desenvolvimento, para darmos esperança à nossa juventude, que agora está decidindo sair do Brasil, porque não tem mais esperança no Governo que está aí. Nada demonstra tanto a desesperança do nosso povo quanto o fato de a juventude não se vincular à defesa e, principalmente, à necessidade de ficar nesta Nação.

Portanto, pela volta do desejo dos jovens brasileiros de continuarem no Brasil, sendo brasileiros, porque terão a certeza de terem escola de qualidade, saúde de qualidade e um presidente - qualquer que seja o Governo neste País - que pode lhe dar a certeza de um futuro melhor, "Fora, Bolsonaro!".

Obrigada.

Documento 377/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021 - CD	17:56
Publ.: DCD - 23/06/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de apoio ao Projeto de Lei nº 1.509, de 2021, acerca da anistia de tributos federais mediante a dação de instalações e equipamentos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Impacto da propositura na redução da dívida pública brasileira e no controle dos índices

inflacionários. Realização das reformas tributária e administrativa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, eu vou usar este tempo da Liderança da Maioria, primeiro, para explicar um pouco o projeto - e nós vamos entrar nele daqui a pouco, no voto -, mas, antes de qualquer coisa, para pedir a ajuda dos colegas para um dos projetos que eu apresentei à Casa, um dos projetos que dizem respeito ao combate à pandemia.

Sr. Presidente, há um projeto tramitando que basicamente faz uma troca, uma troca de impostos que já estão em dívida ativa por insumos e equipamentos que podem ser usados pelas entidades públicas de saúde, obviamente destinados pelo Ministério da Saúde, para levar esses equipamentos de combate à COVID, de tratamento da COVID, como respiradores, tomógrafos, ou insumos, como oxigênio, de maneira mais célere. É um jogo de ganha-ganha: ganha o Governo, uma vez que não está recebendo esses impostos, já que as empresas estão na dívida ativa, e ganham as empresas, que têm esses insumos e podem trocar pelos impostos.

Então, eu peço a ajuda, o auxílio de V.Exas., para que nós possamos, o mais rapidamente possível, aprovar este texto.

Em relação ao projeto, Sr. Presidente, como houve muitas dúvidas, conversando com Líder a Líder, com Deputado a Deputado, as dúvidas foram sendo dirimidas. Mas o PL 3.877 é extremamente técnico. Então, ele carece de uma explicação, para tirarmos um pouquinho do economês e falarmos em português, porque o economês é um dialeto complexo.

Basicamente, este projeto tem um impacto gigantesco na redução da dívida pública brasileira. É um projeto que ajuda no controle da nossa inflação de maneira absolutamente inteligente e eleva o Brasil de patamar quando o assunto é o nosso Banco Central. Ele coloca para o nosso Banco Central, no controle da liquidez do País, as mesmas regras, por exemplo, utilizadas pelo Banco Central americano, o FED, ou pelos bancos de países europeus.

Como funciona hoje? Para regular essa liquidez da economia e manter a nossa taxa SELIC, que é definida pelo COPOM, o Banco Central precisa de títulos. Ele não pode emitir títulos. Então, ele vai lá, bate à porta do Tesouro Nacional e diz: "*Tesouro, eu preciso de um tanto de dinheiro para poder manter a nossa taxa SELIC*". Aí o Tesouro emite, através de papéis da dívida, esse tanto de dinheiro. Se, por exemplo, o Banco Central precisa de meio bilhão para manter a taxa de juros,

segundo aquilo que foi definido pelo Conselho Monetário Nacional, muito bem, esse meio bilhão chega, mas chega em forma de títulos, que viram dívida.

E isso o FMI entende como dívida, porque o modelo é diferente dos utilizados em outros países do mundo. Então, nós precisamos modernizar isso. O Banco Central, para que de fato seja autônomo, precisa dessa modernização.

Quando os bancos privados não conseguem emprestar dinheiro, o que acontece com eles? Eles emprestam entre si e muitas vezes com juros, que podem ser até menores do que a SELIC, só que a SELIC é definida por esse comitê monetário. E vai de novo o Banco Central fazer um equilíbrio de pratos, esse malabarismo todo, para conseguir manter uma taxa já definida por um comitê.

Então, esse texto basicamente organiza essa operação. E a operação que existe hoje custa caro para o País por alguns motivos, entre eles o de ser uma operação antiga. O Banco Central faz uma operação de vender esses títulos do Tesouro com o compromisso de comprá-los. Por isso, é uma operação compromissada. Só que, nessa operação compromissada, nós temos esse problema da dívida.

Quando nós trouxermos a possibilidade de esses bancos privados colocarem esse empréstimo, esse dinheiro, esses depósitos dentro do Banco Central, a remuneração desse crédito vai ser SELIC para menos. Não há como ser SELIC para mais. Não há o menor sentido nisso. Como o Banco Central vai aplicar uma taxa acima da SELIC? Não há lógica. Então, obviamente, vai haver um leilão, mas às avessas. Será um leilão em que o Banco Central vai dizer: "*Se a taxa SELIC está 2%, eu pago 1,8%, 1,5%, 1%*". Isso vai depender de quanto dinheiro está sobrando no mercado e não vai impactar a nossa dívida pública.

Para se ter uma ideia do tamanho do impacto que existe hoje na dívida pública brasileira com o modelo atual de operação comprometida, ele chega a 25% do PIB. É muito dinheiro. E isso poderia ser utilizado, obviamente, para que o Brasil, primeiro, tivesse uma dívida menor e, segundo, recuperasse alguns pontos na economia, como a redução do próprio Risco Brasil. Se nós temos uma dívida menor, se nós temos a possibilidade de redução de dívida, se nós temos uma operação mais inteligente dentro do Banco Central, se nós não estamos emitindo papel do Tesouro como dívida, é bom para o País. Então, lá fora, outros países já olhariam para o Brasil com um pouco mais de atenção.

Esse projeto veio do Senado. A Relatora Kátia Abreu disse, na defesa dela, que é um projeto muito mais importante do que a própria autonomia do Banco Central. Quando eu a ouvi falando, pensei: "A

Senadora está exagerando. Como assim mais importante do que a autonomia do Banco Central?" E, de fato, o é, porque não há autonomia sem a aprovação desse texto, que terá impacto direto nas contas públicas.

Sr. Presidente, alguns Deputados também me disseram: *"Mas esse texto pode ajudar muito as contas públicas brasileiras neste Governo"*. Não interessa o governo. O que interessa é que nós trabalhamos por este Governo, pelo próximo Governo e pelos próximos anos que virão, para que, de fato, nós possamos ajudar a controlar a dívida pública brasileira.

E quais serão os efeitos? Haverá uma melhor relação das instituições Banco Central e Tesouro Nacional, além da correção da distorção da dívida pública, que só existe no Brasil. Quando se trata de países emergentes para cima, vemos que isso só existe no Brasil. É uma rebimboca da parafuseta o que se inventou aqui. E diminuirá, como eu disse, o Risco Brasil, ao se reduzir a dívida pública.

Ao mesmo tempo, o Banco Central não precisa simplesmente tirar do cardápio essa operação compromissada. Ela vai estar lá, mas obviamente é muito mais inteligente, do ponto de vista do cuidado com o que é público e do combate à dívida pública, trabalhar com esse outro tipo de gerenciamento da liquidez. O Banco Central, com esse projeto, ganha um instrumento poderoso para cumprir o seu papel de fato, que é gerenciar a liquidez bancária.

Por isso, eu peço aqui a ajuda de todos em relação ao projeto. Eu sei que o Governo é a favor. Esse projeto vem de um Senador da Oposição no Senado - lá houve uma composição entre Governo e Oposição. O texto foi bastante melhorado.

Para dirimir qualquer dúvida, eu estou à disposição de todos.

Lembro que, para que nós possamos atingir os objetivos que queremos nesta Casa e neste País, é necessário que avancemos. Não basta criar esses mecanismos para o Banco Central. Precisamos dar passos à frente em relação às reformas de que tanto precisamos: uma reforma tributária de verdade, não um arremedo de reforma; uma reforma administrativa de verdade, não um arremedo de reforma. Aí, sim, nós conseguiremos fazer com que o País caminhe para frente.

Dito isso, Presidente, eu fico à sua disposição. V.Exa. quer que eu já profira o voto ou aguarde um pouco?



Sumário

Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19 no País. Discussão do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Redirecionamento da política econômica brasileira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, venho reafirmar, desta tribuna, a minha solidariedade às famílias, aos amigos e aos parentes dos mais de 500 mil brasileiros mortos nesta pandemia. A maior parte dessas mortes seguramente deve-se à irresponsabilidade do Governo Bolsonaro.

Segundo, quero indicar desta tribuna o meu voto favorável ao relatório da Deputada Joice Hasselmann, porque, de fato, o chamado depósito voluntário pode, sim, gerar fatores positivos sobre a dívida brasileira.

Mas quero aproveitar, já que a matéria trata de tema da política econômica do País, Deputada Erika Kokay, para dizer que o grande problema da política econômica brasileira hoje é que ela é dirigida por aquilo que nós definimos como fanatismo liberal. A economia brasileira hoje é dirigida por uma visão em que o rentismo, o chamado ganho financeiro na área econômica, que se denomina também de financeirização da economia, é absolutamente hegemônico, Deputado Júlio.

Há um grupo muito pequeno de pessoas que ganham muito dinheiro com investimentos puramente financeiros. Alguns dizem: "*Não, os investimentos todos se cruzam*". E eu digo que não. Há hoje uma hegemonia desse capital financeiro que busca taxas de juros cada vez mais elevadas, inclusive na compra de títulos públicos, e o chamado capital produtivo está cada vez mais asfixiado, basta ver a reversão dos resultados da economia brasileira.

Quando governamos juntos, com um Governo popular, com Lula e Dilma, o Brasil foi reduzindo o desemprego, que em 2003, Deputada Erika Kokay, era de 13,1%, e foi para 4,3%, em 2014. Agora, sob a égide dessa política do fundamentalismo liberal e o desastre bolsonarista, o desemprego voltou para 14,6%.

É preciso mudar a política econômica, Presidente.

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	18:16
Publ.: DCD - 23/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 3.877, de 2020, sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo de instituições financeiras. Defesa da realização de reforma bancária. Realização, pelos partidos opositoristas, de ato simbólico na Câmara dos Deputados ao ensejo do registro de 500 mil mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil. Negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra o coronavírus. Defesa do afastamento do Presidente da República.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria cumprimentar a Relatora, Deputada Joice Hasselmann, e dizer, primeiro, que esse projeto é meritório. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores vamos votar a favor dele.

É um projeto que reduz a dívida pública. Esses depósitos voluntários são mais um instrumento de política monetária, portanto, importante, sobretudo para fazer o equacionamento na questão dos juros e também da inflação no País. Portanto, nós vamos apoiar esse projeto.

Mas, obviamente, a grande preocupação da população, do cidadão brasileiro, no dia a dia, é exatamente que os juros praticados ao consumidor, os juros que estão no mercado, realmente baixem.

Essa é uma realidade que está longe do brasileiro, daquele cidadão simples, que paga prestação, que toma um empréstimo e paga juros muito altos. Esse problema nunca foi resolvido no Brasil.

Por isso, é importante e necessário que nos debruçemos e façamos uma reforma bancária, inclusive para aumentar a competição entre as instituições financeiras, a fim de que esse problema possa ser resolvido.

A segunda parte do meu pronunciamento será para falar do ato, Deputado Henrique Fontana, que nós tivemos hoje na Câmara. É muito importante registrarmos este momento doloroso que vivem as famílias brasileiras, com mais de 500 mil mortos, e por negligência. Isso ficou muito nítido na CPI da COVID, que está mostrando com clareza solar a

negligência do Governo Federal.

O Presidente Bolsonaro apostou na imunidade de rebanho, não adquiriu as vacinas quando deveria adquiri-las, e o resultado infelizmente está aí. O Brasil é uma vergonha internacional nessa situação, motivo de tristeza para todos nós, motivo de tristeza para os brasileiros do Oiapoque ao Chuí, infelizmente, Deputada Erika Kokay.

Por isso, nós fizemos aqui um ato simbólico. Agora ele deve ser sucedido por atitudes mais concretas, e a principal delas é tirar o Sr. Presidente Jair Bolsonaro da Presidência da República. O Brasil não aguenta mais.

Fora, Bolsonaro!

Documento 380/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 23/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Manifestação de solidariedade e respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19 no País. Insensibilidade e negligência do Presidente Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Posicionamento do PDT contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Repúdio aos atos de violência praticados pela polícia contra manifestantes indígenas nas cercanias da Câmara dos Deputados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho à tribuna, com a autorização do meu Líder, o Deputado Wolney Queiroz, em nome, honrosamente, da bancada do meu partido, o PDT, para expressar coletivamente a nossa solidariedade, o nosso respeito, as nossas condolências, os nossos profundos sentimentos às mais de 500 mil famílias que perderam no Brasil entes queridos. São pais, mães, avôs, avós. São tios, tias, irmãos, irmãs, filhos, filhas, netos, netas. São mais do que números, são pessoas com sentimento, com sonhos, que foram interrompidos.

Isso não aconteceu por acaso. Nós sabemos que a pandemia atacou o mundo inteiro, mas, no Brasil, atacou mais. A pandemia não teria sido mais letal no Brasil do que foi na Itália, na Alemanha, nos Estados



Unidos. A mesma pandemia que bateu lá bateu aqui. A diferença foi o jeito, a forma como os Governos trataram da questão. No Brasil, a pandemia foi tratada com gentilezas, a pandemia foi acolhida, a pandemia foi abraçada. Desdenhou-se da pandemia. *"Deixa, vai por conta. É uma gripezinha. É, no máximo, um resfriadinho. Não faz mal."* *"Isso é coisa para macho!"* *"Vacina? Ah, para que vacina? Chega de mi-mi-mi!"* *"Vacina? Não é preciso. Ainda mais vacina comunista!"* *"Vacina faz a pessoa virar jacaré."* *"Vacina custa caro!"* *"Não há vacina para tudo."* *"la morrer mesmo! Deixa que morra!"* *"Vai haver imunidade de rebanho!"* Ora, Presidente, todas essas assertivas são absurdas!

Levaram a questão do coronavírus para a ideologização, para a retórica. Ora, o vírus não é de direita nem de esquerda, o vírus não é desse ou daquele partido, dessa ou daquela religião. Não importa se você é pobre ou rico, se é paisano ou milico, o vírus bate em todas as casas. Bateu na minha casa, e eu disse o seguinte ao vírus: *"Eu sou Deputado Federal"*. O vírus olhou para mim e disse: *"É você mesmo que eu quero"*. E me botou no chão. Por 12 dias, fiquei num hospital. Voltei para contar isso. Meio milhão de pessoas não voltaram, não podem falar, elas se foram. E as famílias pranteiam. E o Presidente da República não diz nada! Não tem dó, não tem piedade, não tem condolência.

Para provar o que estou dizendo, Deputado Henrique Fontana, que o tratamento da doença aqui foi diferente do de outros países, cito que a população do Brasil equivale a 2,7% da população mundial, mas o número de mortos pela COVID em nosso País corresponde a 13% dos que morreram no mundo por causa dessa doença. Aqui, no Brasil, quem matou não foi só o vírus. Se fosse apenas o vírus, o percentual de mortos nos outros países seria próximo do percentual registrado em nosso País. Aqui, o vírus foi auxiliado, foi apoiado, foi ajudado! Nós precisamos denunciar isso de forma muito clara.

É muito triste que isso tenha acontecido. Ouvimos afirmações como estas. *"São 100 mil. E daí?"* *"Vacina? Ah, só se for na casa da tua mãe."* *"Quem tem dinheiro compra."* O PDT repudia esse tipo de atitude. Nós temos lado: o lado da ciência, o lado do conhecimento, o lado da vacina - vacina, vacina, vacina! - e não o do negacionismo. Essa é a nossa postura.

Expresso as nossas condolências e os nossos sentimentos a todas as famílias que perderam entes queridos.

Abordo agora outro tema, Sr. Presidente. Lamento que estejamos votando, na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que trata da questão das terras indígenas. O PDT é um partido que defende os índios. Isso está no seu estatuto. Aliás, o primeiro índio brasileiro a ser Parlamentar nesta Casa, o índio Juruna,

era do PDT. Então, temos essa compreensão, esse olhar, que não é de generosidade nem de favor, é de respeito e de reconhecimento às nações indígenas.

Agora querem botar a mão nas terras indígenas. Não com nosso apoio, não com nosso voto, não sem a nossa crítica, não sem a nossa reação! Respeitem os índios! A César o que é de César! A Deus o que é de Deus! A nós, os brancos, o que nos pertence! Aos índios o que é deles!

O episódio que houve aqui hoje, de repressão a manifestação indígena, foi muito pesado. Eu sei que ocorreu um enfrentamento, mas foi por conta da indignação que chegamos a esse patamar, talvez pela incompreensão, pela falta de respeito. Os índios pedem mais respeito, e nós, os brancos, temos que saber ter equilíbrio e respeitar as nações indígenas.

É assim que o PDT pensa.

Documento 381/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD 18:48
Publ.: DCD - 23/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.234, de 2019, acerca do registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica entre delegatárias. Associação ao ato de solidariedade e respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Gravidade da crise econômica brasileira. Quadro de fome, desemprego e degradação ambiental reinante no Brasil. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nós somos contrários à matéria.

Aproveito este 1 minuto, já que não pude estar no plenário hoje, para me somar ao ato em solidariedade aos mais de 500 mil mortos, vítimas da pandemia, da maior crise sanitária experimentada pelas gerações

vivas. Boa parte dessas mortes era evitável.

Infelizmente, a este momento se somam uma crise econômica sem precedentes - com a volta da fome, desemprego - e uma degradação ambiental, a partir tanto de projetos aprovados nesta Casa quanto de medidas operadas pelo Poder Executivo que atacam a natureza e seus povos.

No meio disso, há uma série de crimes cometidos pelo Presidente da República, que - não tenho dúvida - precisam ser interrompidos. Os mais de cem pedidos de *impeachment*, que hoje estão sob sua guarda, Sr. Presidente, precisam ser apreciados. Este ciclo de morte precisa ser interrompido.

Documento 382/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021 - CD	19:12
Publ.: DCD - 23/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável com configuração de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa. Caráter demagógico do ato simbólico promovido pela Oposição no plenário, ao ensejo do registro da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela tragédia causada pelo coronavírus no Brasil.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Grato, nobre colega Deputado General Peternelli.

A orientação é "não".

Eu aproveito o momento, nobre Presidente, para falar sobre uma grande demagogia que está acontecendo. Tentam colocar a culpa pelas 500 mil mortes no Presidente Bolsonaro. Trouxeram cruces para o plenário, ensaiaram até uma coreografia. Se a Oposição estivesse preocupada, de fato, com a dor dos familiares, se estivesse verdadeiramente preocupada com a dor dos familiares, se estivesse

falando com o coração, não falaria a todo momento do Presidente Bolsonaro.

A intenção de V.Exas. é política. Uma demagogia barata, que envergonha a dignidade humana: exploração de mortes para fazer política.

Vergonha!

Documento 383/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -22/06/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 23/06/2021 - PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE -BA CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Relevância dos trabalhos realizados pelo Parlamento brasileiro, notadamente no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa votação do Projeto de Lei nº 2.588, de 2019, sobre a instituição da política nacional de redução dos preços do gás liquefeito de petróleo para consumidores de baixa renda; e do Projeto de Lei nº 3.058, de 2019, referente à alteração da Lei nº 13.260, de 2001, relativa ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para criação de novas regras de proteção aos beneficiários. Necessidade de ampliação do valor do auxílio emergencial e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Repúdio aos atos de violência praticados pela polícia contra indígenas nas cercanias da Câmara dos Deputados. Excelência da gestão do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa. Congratulações à Presidência pela condução dos trabalhos da Casa. Saudações aos pastores, diáconos, presbíteros e demais membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, digo com muita alegria, do plenário desta Casa, apesar de tantas perseguições às vezes daqueles que não entendem o trabalho deste Parlamento, que ele tem levado o Brasil a resolver problemas muito graves, principalmente neste momento de pandemia, de sofrimento.

Eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, dizendo que é uma alegria continuar neste Parlamento.

Peço a V.Exa. que sejam pautados projetos de minha autoria, como, por exemplo, o de baixar o preço do gás de cozinha, nem que seja para as pessoas do Bolsa Família, e os preços dos combustíveis, que têm

sido um absurdo. Destaco projetos como o FIES, que nossos mui dignos graduados estão devendo, segundo o SPC e a SERASA.

Sr. Presidente, é importante que nossa Nação entenda a necessidade de se ampliar o valor do auxílio emergencial. Essa tem sido a nossa luta, e não poderemos abrir mão disso. O povo precisa da vacina, o povo precisa do alimento.

Hoje eu vi um enfrentamento de índios com a polícia. Como pastor evangélico, tenho obrigação de orar por todas as autoridades desta Nação, mas não posso aceitar o derramamento de sangue na nossa Nação. O povo de direita ou de esquerda tem o direito de pertencer ao partido que quiser, nem é gado nem é jegue. Não podemos continuar com o discurso odioso de que quem está de um lado é jegue e do outro é gado. É melhor que todos busquem ser homens e mulheres capazes de ter a misericórdia de Deus.

Vou continuar orando pelas autoridades desta Nação, seja o Presidente da República, seja o Governador Rui Costa, que vem dando exemplo de condução, de gestão, tanto na pandemia quanto na saúde, colocando a Bahia no segundo lugar em empreendimento, perdendo apenas para São Paulo.

Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução destes trabalhos. Quero parabenizar também todos os homens e mulheres das Assembleias de Deus, as princesas do Círculo de Oração, os obreiros, as ovelhas do Senhor Jesus, os diáconos, os presbíteros, os cooperadores, que estão em todo canto, os bons pastores, seja da Assembleia de Deus do Brasil, seja da Assembleia de Deus de Belém, da Missão. Seja qual for a Assembleia de Deus, o que interessa é que Deus é um Senhor único.

A Deus toda a honra, toda a glória!

À Assembleia de Deus, vem comigo,

Ouvir a Palavra de Deus;

E terás a certeza, contigo,

Que Jesus é o caminho dos céus.

(Desligamento automático do microfone.)

68.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021-
CD 19:36

Publ.: DCD - 23/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública. Posicionamento do Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, favorável à quebra de patente de vacinas contra a Covid-19. Indícios de superfaturamento na compra da vacina indiana Covaxin pelo Governo Federal.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, a vida está acima do lucro. É muito importante este projeto que trata da concessão de licenças compulsórias, da quebra de patentes principalmente relacionadas, por exemplo, a vacinas contra a COVID-19, a medicamentos importantes, como o remdesivir.

É importante dizer também que o Governo Bolsonaro foi contra a quebra de patentes e que o governo norte-americano, que antes era contra a quebra de patentes, agora, com o Presidente Joe Biden, é a favor.

E foi nesse mesmo Governo Bolsonaro que o Ministério Público identificou indícios de crime na compra da vacina indiana Covaxin por 1,6 bilhão de reais. Vai ser investigado por que a dose da Covaxin foi comprada a 80 reais, enquanto que a da AstraZeneca foi comprada a 19 reais.

Documento 385/557

68.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021-
CD 19:36

Publ.: DCD - 23/06/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à

propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública. Posicionamento do orador favorável à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD encaminha "sim" nesta matéria, que é extremamente importante.

Só quero lembrar aos Parlamentares que Joe Biden é a favor da quebra de patentes, sim, mas depois que vacinou a população americana toda. Ele não depende de comprar vacina de ninguém. E, naquele momento em que o Brasil se posicionou contra a quebra de patentes, isso se deu porque nós dependíamos dos fornecedores da tecnologia. De nada adianta quebrar a patente se não tivermos tecnologia. E sobre isso nós assinamos um convênio com a AstraZeneca e com a FIOCRUZ, para transferência de tecnologia.

Mesmo assim, eu acredito que a matéria apresentada pelo Deputado Aécio Neves é extremamente importante. Somos favoráveis à quebra de patentes, seguindo o protocolo, respeitando os direitos autorais e até indenizando as pessoas que tiveram tempo e recursos investidos na criação tecnológica da vacina.

Documento 386/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	19:36
Publ.: DCD - 23/06/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio do PSB à quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e o registro de meio milhão de mortes no País decorrentes do coronavírus. Orientação de bancada na votação requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PSB somos plenamente favoráveis à

quebra de patentes, em se tratando de qualquer invento ou inovação que ajude a enfrentar uma situação de emergência, de urgência ou de calamidade pública, como a que vivemos agora em relação à COVID.

O PSB também é a favor da quebra de patentes das vacinas.

E, inclusive, há que se dizer que Bolsonaro deixou de comprá-las, de adquiri-las, no tempo certo para salvar a vida da população. Chegamos agora a mais de meio milhão de mortos, número que poderia ter sido evitado se o País tivesse comprado as vacinas no tempo certo. Por exemplo, a Pfizer as ofereceu ao Brasil, que recusou a compra por meio do seu Presidente da República.

É necessária a quebra de patentes no caso de qualquer medida, invento ou inovação que ajude a enfrentar uma situação de calamidade, de emergência sanitária ou de interesse público.

O PSB vota "sim" a esta urgência.

Documento 387/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021 - CD	19:40
Publ.: DCD - 23/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio do PDT à aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT é favor do projeto que regula a quebra de patente, com o estabelecimento de critérios, ou seja, o detentor da patente vai ser remunerado e aquele que vai ser beneficiado com a quebra de patente terá que demonstrar capacidade tecnológica para produzir o mesmo produto, com base na patente quebrada.

Portanto, essa é a maneira de enfrentarmos aquilo que tanto nos assola, que é a pandemia. Aliás, o Governo errou e não comprou o remédio na hora certa. Agora nós temos que quebrar a patente, precisamos fazer isso. Aqui no Brasil morreram cinco vezes mais pessoas do que em outros países do mundo. Nós somos 2,7% da

população mundial, mas 13% em número de mortos.

Então, é importante termos essa compreensão. Por isso, nós somos a favor do projeto.

Documento 388/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	19:40
Publ.: DCD - 23/06/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio do Podemos ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública. Luta do ex-Ministro da Saúde José Serra pela quebra de patentes de imunizantes.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa matéria tem sido amplamente discutida no planeta. Tem sido discutida a quebra de patente nos Estados Unidos, pelo Presidente Joe Biden, na Europa e agora no Parlamento brasileiro.

Nós temos que valorizar a ciência, os nossos cientistas, a pesquisa. A quebra de patentes dos remédios contra a AIDS no Brasil foi um avanço.

Quero deixar registrada a luta do ex-Ministro e Senador da República José Serra, que serviu de exemplo para o planeta.

No momento de pandemia que vivemos, o nosso partido é favorável à quebra de patentes, evidentemente remunerando a empresa, o laboratório que criou esse medicamento.

Documento 389/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 23/06/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esta matéria é extremamente meritória. É de fundamental importância a concessão de licenças compulsórias de patentes, em especial em momentos de crise sanitária como a que estamos vivendo. Aliás, eu queria efetivamente uma quebra de patentes, avançar ainda um pouco mais. Mas esse é um passo fundamental.

O povo brasileiro, em especial o povo das periferias, que tem menos acesso ao SUS, menos acesso às vacinas, está experimentando a escassez de vacinas, de medicamentos, de insumos. Por isso mesmo, morrem mais negros, vacinam-se menos negros que estão nas periferias desse Brasil de proporções continentais. Então, para nós isso é fundamental.

A vida não tem preço. Entendemos que o lucro não pode estar acima da vida. Portanto, somos totalmente favoráveis à quebra de patentes.

Documento 390/557

68.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 23/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero me congratular com o Relator, o Deputado Aécio Neves. Trabalhamos juntos na construção da

Comissão Geral para introduzir este tema na Câmara.

Às vezes, Sr. Presidente, a Câmara, por ter certa teimosia, perde o protagonismo. Nós tínhamos quatro projetos na Casa: o do Deputado Alexandre Padilha, o da Deputada Jandira Feghali, o do Deputado Heitor Freire e o da Deputada Erika Kokay. Poderíamos já ter adiantado esse processo. Felizmente, o Senador Paulo Paim apresentou para a Nação este projeto de concessão de licença compulsória, ou quebra de patentes, que o Deputado Aécio Neves especializa com delicadeza. Agora vamos entrar atrasados na modernidade das relações com os fabricantes de vacinas e de medicamentos que já surgem para atenuar as dores da COVID-19.

Eu só posso ser favorável a uma tese que defendo, como farmacêutica, desde a primeira hora. O Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 391/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-13:16
Publ.: DCD - 24/06/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de votação dos Projetos de Lei de nºs 2.101, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.656, de 1998, com vista a suspensão de reajustes de planos de saúde em 2021; e 1.814, de 2021, relativo à alteração do § 3º, art. 20, da Lei nº 8.742, de 1993, para estabelecimento de critério de concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC a idosos e portadores de deficiência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui fazer um apelo para que seja votado o Projeto de Lei 2.101, de 2021, de minha autoria, que suspende o reajuste das mensalidades dos planos de saúde para o ano de 2021.

Todos nós sabemos da importância da saúde, e a pandemia, mais do que nunca, agora demonstrou o valor da saúde, o custo da saúde, o significado, a importância da saúde. Os planos de saúde, sem dó, nem piedade, ano a ano, reajustam os preços de acordo com a idade da

peessoa, e está ficando insuportável pagar esses reajustes. Há pessoas que, em vez de pagar com dinheiro, está pagando com a vida, porque não tem dinheiro para pagar o reajuste. E aí o preço é a vida, porque elas não têm proteção.

Então, nós queremos, exatamente, suspender o reajuste dos planos de saúde por 1 ano e depois reavaliar. O pobre está sofrendo, a classe média está sofrendo, todos nós estamos sofrendo. A saúde é fundamental para todos. Quem faz o bem, sem olhar a quem, melhor convém; quem faz para a saúde e em favor da saúde, faz para a vida, em favor da vida. Por isso, o projeto de lei de minha autoria, o PL 2.101/21, é para suspender os reajustes dos preços dos planos de saúde por 1 ano.

O outro projeto que eu apelo a V.Exa. para que seja votado é o Projeto de Lei nº 1.814, de 2021, que trata de mudar o regramento do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Todos nós sabemos, e é lei, que a casa que tem um idoso pobre, com mais de 65 anos, esse idoso tem direito a receber um salário mínimo de BPC. A casa que tem uma pessoa com deficiência, essa pessoa com deficiência tem direito também a receber um salário mínimo. Só que para ela receber esse benefício, a renda *per capita* tem que ser de, no máximo, um quarto do salário mínimo, ou seja, 275 reais. Na prática, numa casa com quatro pessoas - pai, mãe, filho e um filho com deficiência -, se o pai receber um salário mínimo, essa pessoa com deficiência não recebe nada. Se houver quatro pessoas na casa, uma for idosa e um deles receber um salário mínimo, ninguém ganha nada.

Eu estou elevando esse índice para 50% do salário mínimo, para 550 reais, ou seja, a pessoa precisa ganhar 2 mil reais. Aí, sim, fica suspenso.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos valorizar. Só quem tem alguém em casa que tenha deficiência pode compreender. Na minha casa, eu já vivi isso. Só quem vive esse drama, sabe.

Documento 392/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-13:20
Publ.: DCD - 24/06/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Fatores determinantes da ocorrência de 500 mil mortes no País pela Covid-19.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, meu colega de bancada, colega aqui do Estado de São Paulo, é um prazer vê-lo presidindo estes trabalhos. Gostaria de solicitar a V.Exa. que este pronunciamento fizesse parte dos canais de comunicação da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nobres colegas, lamento muito as 500 mil vidas que foram perdidas nesta pandemia, mas quero deixar registrada minha opinião sobre isso, a minha opinião sobre tudo o que aconteceu nestes 16, 17 meses em que estamos enfrentando essa pandemia.

Foram 500 mil mortes, mas por falta de tratamento precoce; 500 mil mortes, pelos desvios bilionários do dinheiro que o Presidente Bolsonaro encaminhou a Estados e Municípios; 500 mil mortes, pelos erros da OMS; 500 mil mortes, porque tivemos o carnaval no ano passado promovido aqui no Estado de São Paulo, com autorização do Governador João Doria; 500 mil mortes, por mandar pessoas para casa que já estavam com sintomas graves e não tiveram a chance de um tratamento um pouco mais complexo; 500 mil mortes, pela compra de respiradores superfaturados em todos os cantos deste País, em especial aqui em São Paulo e também no Nordeste; 500 mil mortes, por serem gastos milhões de reais em hospitais de campanha que não foram sequer utilizados; 500 mil mortes, por décadas, décadas de sucateamento da saúde - nos governos passados, tivemos a extinção de quase 19 mil leitos; 500 mil mortes, por culpa de gestores que enganaram o povo em 2018, elegeram-se governadores e simplesmente desprezaram a saúde da população brasileira no momento agudo.

Se há aqueles que não reconhecem isso que acabei de falar, aí sim, estarei diante de um negacionista.

Dai honra a quem tem honra - ao Governo Bolsonaro e à pessoa do Presidente Bolsonaro. Este é um Governo honrado, com uma pessoa honrada, que merece toda a credibilidade do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 393/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-13:52
Publ.: DCD - 24/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Inconsistência de dados contidos no relatório dos 900 dias do Governo Jair Bolsonaro. Inadmissibilidade da votação pela Casa do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio. Prejuízos causados aos povos originários no caso de aprovação da propositura. Pedido à Presidência de investigação de responsabilidades pela repressão da Polícia Militar à manifestação de indígenas nas adjacências da Câmara dos Deputados.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, na última semana, o Governo divulgou o seu relatório de 900 dias.

Coincidiu a divulgação do relatório com as 500 mil mortes registradas no nosso País. O Governo utiliza o relatório para falar uma série de inverdades, e não mostra nenhuma preocupação com a morte de meio milhão de pessoas no nosso País.

Os 900 dias deste Governo, diferentemente do que está no relatório, foram marcados pela corrupção. A última foi denunciada agora, sobre o superfaturamento na compra da vacina Covaxin. Mas são muitos casos, e muitos deles têm sido falados aqui, insistentemente.

Esses 900 dias do Governo Bolsonaro têm sido marcados pela desumanidade, pela incompetência, pelo desmonte das políticas públicas e pelos ataques aos direitos do povo, aos direitos dos trabalhadores.

Esses 900 dias de governo têm sido marcados pelas mentiras, pelas *fake news*.

A economia brasileira está derretendo, e a popularidade do Governo cai a cada dia.

Aumenta a fome, aumenta o desemprego, aumenta a dor dos brasileiros e das brasileiras por causa da morte de tantas pessoas que poderiam ter tido a vida preservada. Há uma desumanidade e um genocídio, e a culpa é, sim, do Presidente da República e de seus principais aliados, que não providenciaram a vacina no tempo certo.

Quero também, Sr. Presidente, dedicar este último minuto ao que aconteceu ontem. É inadmissível que a Câmara insista em votar o PL 490/07. É inadmissível, porque, em plena pandemia, os direitos das populações indígenas, das populações originárias estão sendo atacados. Esse PL é um absurdo, é um retrocesso. Ele vai na contramão da história. Houve desmatamento, mineração em terras indígenas e grilagem. O que foi feito aqui ontem tem de ser apurado,

porque uma manifestação pacífica das lideranças indígenas foi reprimida pela Polícia Militar.

Solicito ao Presidente desta Casa uma rigorosa investigação.

Deixo aqui a minha homenagem aos povos indígenas do País.

Documento 394/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 24/06/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 360º aniversário de fundação do Município de Santarém, Estado do Pará. Repúdio à repressão policial contra manifestação de indígenas na área externa da Casa. Apoio à luta dos povos originários pela demarcação de suas terras. Defesa da rejeição pela Casa do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, e de sanção, pelo Presidente da República, do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19, e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem a nossa querida cidade, Santarém, que me acolheu com tanto carinho na Amazônia, completou 360 anos. Estivemos junto com o Governador do Estado, Helder Barbalho, fazendo entregas e participando das comemorações. Então, aqui fica os nossos parabéns ao querido Município de Santarém.

Sr. Presidente, eu quero começar lamentando - essa é a palavra - a violência policial contra os povos indígenas que ocorreu no dia de ontem. Foi lamentável. Com isso veio um filme a minha mente de um processo histórico de violência, genocídio e matança dos povos indígenas. Sinceramente, o que ocorreu nas dependências do Poder Legislativo não é nada agradável.

Então, fica o nosso repúdio ao que aconteceu. Não creio que essa violência tenha partido dos povos indígenas. Inclusive, hoje de manhã, as mulheres indígenas entregando flores aos policiais demonstra isso. Eu participo muito de mobilizações e manifestações dos povos

índigenas. Eles não são da violência; eles são da paz.

Também quero dizer que esse fato não pode ofuscar a razão da mobilização. Eles estão em Brasília pedindo demarcação, uma dívida histórica que o Estado brasileiro tem com eles, mas também estão pedindo que não aproveemos esse absurdo do projeto, que, no fundo, vai abrir a possibilidade de eles terem mais dificuldades ainda para regularizar suas áreas ou de perderem áreas que devem ser destinadas a eles com essa mudança do marco temporal.

Dito isso, Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para dizer da nossa expectativa de que o Senado aprove o mais rapidamente possível e o Presidente da República sancione o Projeto Assis Carvalho II, em favor da agricultura familiar brasileira.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e, especialmente, no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 395/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-14:12
Publ.: DCD - 24/06/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de apuração do escândalo da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é impossível hoje assumir a tribuna e não falar do escândalo que vai tomando conta das preocupações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, da sociedade brasileira e, espero, deste Parlamento.

Parece-me que a CPI vai trilhando um bom caminho, não apenas ao identificar o que sustenta o comportamento do Governo, que é responsável por milhares de mortes no País, mas, ao mesmo tempo, comportamentos e atitudes administrativas com grande suspeição de corrupção. Falo isso não apenas em relação à compra de medicamentos ineficazes, mas agora também em relação à compra de

vacina.

Essa questão da Covaxin já está vindo há alguns meses. Essa vacina indiana foi adquirida por um contrato de 1,6 bilhão de reais, mesmo antes da autorização da ANVISA e sem a inspeção da ANVISA. Em fevereiro, esse contrato foi fechado, quando a ANVISA ainda apontava a inspeção em março.

E eu me lembro de que, quando o Ministro Queiroga esteve pela primeira vez na Comissão de Seguridade, assim que assumiu o Ministério, eu fiz essa pergunta, eu o questionei sobre esse contrato. Ele disse que esse contrato seria revisto, e nunca mais tivemos satisfação desse contrato.

Quando acompanhamos na linha do tempo a história da compra da Covaxin, ela só piora, porque vão entrando novos elementos dessa importação em relação à empresa Precisa - que tem um capital de 13 milhões de reais e fez um contrato de 1,6 bilhão de reais - e em relação à sua sócia global, que certamente, se olhada e investigada com calma, vai puxar para trás uma série de outras investigações.

A empresa Precisa, pelo que vi em matéria do GGN, também já é investigada por superfaturamento no Distrito Federal, em relação aos testes de COVID, na Secretaria de Saúde. E há uma série de outras investigações a respeito da empresa Global, que deve ao Ministério da Saúde, por entregas não feitas, quase 20 milhões de reais.

Então, isso é um imbróglio em que vamos precisar colocar de fato a mão, e a CPI tem instrumentos para isso, para saber por que uma irregularidade já avisada ao próprio Presidente da República não foi interrompida e por que, no Brasil, foi feita essa contratação, com que a própria Índia se surpreendeu. Isso é fato e precisa ser...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 396/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-14:20
Publ.: DCD - 24/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à repressão da Polícia Militar contra manifestação de indígenas na área externa da Casa. Solidariedade à luta dos povos indígenas contra o Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Reexame da retomada das aulas presenciais no Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente manifesto meu repúdio à repressão aos povos indígenas que foi feita. É lamentável que a Câmara dos Deputados trate os indígenas dessa forma. Foi um absurdo o que aconteceu ontem. É preciso que isso seja apurado adequadamente.

Os indígenas estão lutando pelos seus direitos. Logicamente, deveria ser garantida a liberdade de manifestação. Eles estão se manifestando contra o Projeto de Lei nº 490, de 2007, um projeto prejudicial aos povos indígenas de todo o Brasil, porque ameaça as terras indígenas. Aquilo que deveria ser algo normal, até porque a Constituição trata do reconhecimento e da demarcação das terras indígenas, agora é uma ameaça, porque querem que essas terras possam ser utilizadas para a realização de atividades econômicas que não vão favorecer os povos indígenas.

Portanto, manifesto aqui a minha solidariedade aos indígenas e às lideranças indígenas que vieram de longe para discutir, debater, dialogar e também se manifestar contrariamente a esse projeto, que é um projeto de morte. Não é um projeto que vai melhorar a vida dos povos indígenas. Vai piorá-la. Por isso, o nosso posicionamento é contrário ao PL 490.

Passo a abordar agora outro tema, Sr. Presidente. Aqui no Estado do Amazonas há preocupação a respeito da volta às aulas. Nós já temos relatos de que, em 18 escolas municipais e estaduais, houve casos confirmados de COVID. A aplicação apenas da primeira dose de vacina não representa garantia de proteção e segurança para os profissionais da educação, para os funcionários e para os próprios alunos. Em 18 escolas houve casos confirmados. Precisamos verificar se os procedimentos que a Prefeitura e o Governo anunciaram em relação às escolas estão sendo realmente implementados.

Eu recebo denúncias de que muitas escolas não têm condições de dar continuidade às aulas dessa forma. Não há garantia de distanciamento nem de uso de máscara, procedimentos importantes para garantir a vida dos estudantes, dos funcionários e dos professores. Temos que rever isso urgentemente, para garantir a vida de quem trabalha na escola.

Sr. Presidente, quanto ao primeiro tema que abordei, vou continuar insistindo em que temos de garantir o direito de manifestação dos povos indígenas. Os seus direitos já estão previstos na Constituição.

Gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 397/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 24/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pelos partidos opositoristas, de ato simbólico em respeito aos 500 brasileiros falecidos pela Covid-19. Decisões equivocadas e irresponsáveis do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Apuração, pela CPI da Covid, da denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Possibilidade de instauração de processo de impeachment contra o Presidente da República por prevaricação.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a CPI da COVID está entrando num momento crucial. Fizemos aqui um protesto, um ato de repúdio quanto às mais de meio milhão de mortes no nosso País decorrentes dessa doença. Nunca antes na história do País houve uma CPI no Congresso Nacional que tivesse tantas provas. Há muitas provas! Aliás, este Governo é profissional em produzir provas contra si mesmo.

Muitas coisas já estão claras na primeira fase dessa CPI. A primeira é que o Governo apostou, e apostou errado, que, se as pessoas pegassem logo o coronavírus, a pandemia cessaria. Na verdade, houve uma grande tragédia no País, essa mortandade sem precedentes. A segunda é que o Governo negou diversas vezes a vacina. Se não a tivesse negado, Deputado Afonso, teria salvado milhares de vidas. A terceira é que o Governo apostou em tratamentos que não têm eficácia alguma, como foi o caso da cloroquina, da ivermectina.

Só que havia uma coisa estranha nessa história toda. Agora a CPI está começando a investigar algo muito importante. O Governo Jair Bolsonaro transformou a pandemia em um negócio, para ajudar

compadres. Procurou insumos da Índia para laboratórios como EMS e Apsen. Alguns ganharam muito nessa história. E ganharam mesmo!

Agora há essa situação da empresa Precisa. O custo é de 1 bilhão e 600 milhões de reais, no caso de uma vacina que não estava autorizada pela ANVISA e foi superfaturada em mais de 1.000%. Vejam, o preço da vacina da Oxford está em torno de 19 reais, e essa vacina superfaturada está custando cerca de 80 reais. Então, existe alguma coisa aí. Mas agora a CPI vai atrás dessa situação.

Precisamos ficar atentos, porque pessoas estão morrendo, e há muita gente ganhando dinheiro com isso, infelizmente. Precisamos apurar as responsabilidades do Sr. Presidente da República, que, inclusive, foi avisado pelo irmão do Deputado Luis Miranda de ocorrência de ato ilegal, e não tomou providência. Pode sofrer *impeachment* por causa disso.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 398/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-14:28
Publ.: DCD - 24/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido à CPI da Covid de apuração da denúncia do Deputado Luis Miranda, a respeito da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Boa tarde, Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, assisti agora à entrevista, longa, do Deputado Luis Miranda, do DEM, apoiador do Governo. A denúncia que ele está fazendo sobre a Covaxin, a vacina indiana, é gravíssima!

Nós sabemos que há mesmo corrupção no Governo Bolsonaro. Salles está para ser preso, há os laranjais, as rachadinhas, mas agora estamos falando de 1,6 bilhão de reais, que é o valor do contrato

assinado com uma empresa para fornecimento de uma vacina, que está custando 1.000% a mais do que o preço contratado. Essa vacina custa 80 reais.

Houve ainda a participação de uma intermediária, uma empresa suspeita, a Precisa, que é ligada à Global, que já tem problemas com o Ministério da Saúde, da época em que era Ministro o hoje Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros.

O que estamos vendo é que o Deputado Luis Miranda fez uma denúncia grave, sobre a compra dessa vacina. Essa denúncia foi feita ao General Pazuello, passou por dois coronéis - um deles, o Coronel Elcio Franco, seu braço direito - e foi direto aos ouvidos de Bolsonaro. O denunciante disse isto a ele, olhando-o nos olhos. "*Há corrupção!*" Bolsonaro sabe disso e disse a ele que encaminharia o caso à Polícia Federal. Esse é um caso gravíssimo!

Agora aparecem notícias de que existe mais uma intermediária, de Singapura. Estão indo atrás desse processo, mas o Governo está silencioso.

Digo mais, não se explica por que tiraram aquele artigo negando a vacina da Pfizer e da Janssen, porque não se poderia contratar seguro no exterior, e se acelera a compra da Covaxin. De repente, ocorre esse escândalo, a respeito de uma vacina de 80 reais, que passou pelo Ministério, pelos militares, teve o apoio de Bolsonaro, e ele não fez a denúncia à Polícia Federal. Não há notícia disso.

Nós pedimos então que a CPI vá fundo. Estamos aqui exigindo explicações. Esse caso é gravíssimo! Estamos tratando da saúde pública. Não se trata mais de negacionismo apenas, e sim de corrupção. O Governo já jogou com 500 mil vidas. Bolsonaro é o responsável. Agora...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 399/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-14:40
Publ.: DCD - 24/06/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Incompetência da gestão governamental no tocante à epidemia de coronavírus. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Necessidade de investigação, pela CPI da Covid, de responsabilidades pelos 500 mil óbitos decorrentes do coronavírus no País. Defesa de votação e aprovação de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, eu quero manifestar a minha indignação, que é a de todos os brasileiros, com a gestão do enfrentamento à COVID no Brasil. É a pior gestão no mundo.

São mais de 500 mil brasileiros mortos. São dores de pais, mães, tios, avós, filhos, maridos, mulheres. São pessoas! Mais do que números, são vidas, é sofrimento. Essas mortes poderiam ter sido evitadas.

Há responsabilidades! Nós sabemos, o mundo sabe, os brasileiros sabem que grande parte dessas mortes poderia ter sido evitada. Os crimes estão aí. O Governo Federal não cumpriu aquilo que é o seu papel: estimular a vacinação, prover assistência, transmitir aos brasileiros uma ação e uma informação de forma correta. Muito pelo contrário, acabou estimulando a tal imunidade de rebanho, o que leva a esse desastre que está aí.

A CPI do Senado precisa cumprir o seu papel de investigar e de indicar os responsáveis, que precisam ser punidos. Chega de assistir a esse patamar de mortes! Está na hora de levantar a bandeira: fora, Bolsonaro! *Impeachment* já! A Câmara dos Deputados não pode ser conivente com este genocídio que está acontecendo no Brasil. E o caminho é o *impeachment*.

Por isso, nós estamos aqui para levantar a bandeira "Fora, Bolsonaro!" *Impeachment* já! É preciso interromper essa tragédia que se abate contra tantos brasileiros.

Não podemos ficar impassíveis. Não podemos achar que isso é normal. Não é normal. As responsabilidades estão indicadas. Todos os crimes estão sendo claramente identificados, porque Bolsonaro não nega. Todos os dias ele afirma a sua irresponsabilidade, a sua atitude de não ter compaixão e de não ter cumprido o que é o seu papel.

Portanto, mais uma vez, manifestamos a nossa indignação.



Publ.: DCD - 24/06/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a votação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio. Retirada de direitos dos povos originários pela proposição. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Investigação, pela CPI da Covid, de denúncia do Deputado Luis Miranda a respeito da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Defesa de aprovação de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputado Gilberto Nascimento, Presidente desta sessão.

Eu quero fazer alguns registros. Primeiro, que a Comissão de Constituição e Justiça está votando o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que retira direitos dos povos indígenas em nome da exploração sem limite da terra, da natureza e dos direitos dessa população, que estão previstos na Constituição. É um absurdo o que acontece agora. Mas isso acontece ao mesmo tempo em que 500 mil brasileiros e brasileiras perderam a vida. Muitas dessas vidas poderiam ter sido preservadas se o Governo brasileiro tivesse comprado a vacina.

Agora, nós nos damos conta de uma nova questão: além de não comprar a vacina, além de não ter respondido os *e-mails* da Pfizer, a procura dos laboratórios internacionais, o Governo superfaturou, através de intermediários, a vacina comprada da Índia. E quem diz isto, fala que denunciou o Presidente Bolsonaro, é o Deputado Luiz Miranda, o Deputado que até apoiou o Presidente Bolsonaro, Presidente a quem eu tenho dificuldade de chamar assim, mas que ocupa aquela cadeira. Pois nós estamos diante de um genocídio e da corrupção.

Peço que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* porque quero alertar para três aspectos que andam juntos: o negacionismo da ciência, o desmonte da ciência nacional, a propaganda da cloroquina andando junto com isso, cujos laboratórios também ganharam muito - houve interesse comercial em torno disso -; a compra superfaturada, que tem que ser investigada, e a CPI do Senado está investigando, da vacina da Índia e a não resposta aos *e-mails* dos demais laboratórios; e o terceiro aspecto que vai junto aqui é

o genocídio. Genocídio, corrupção e negacionismo, resultado: 500 mil brasileiros e brasileiras mortos.

Eu não posso me calar diante disso. Não sou cúmplice nem da corrupção, nem do genocídio, nem do negacionismo contra a ciência. Não sou cúmplice do ataque aos indígenas, às mulheres, às crianças.

Por isso, Presidente Arthur Lira, é sua responsabilidade e obrigação colocar o *impeachment*, porque o único "sim" que Bolsonaro deve ter é ao *impeachment*.

Documento 401/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-15:08
Publ.: DCD - 24/06/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Conveniência de criação, pela Casa, de CPI para investigação do escândalo da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus, e a morte de 500 mil brasileiros pela doença viral. Repúdio ao Veto Total nº 32, de 2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, (nº 76, de 2007, na Casa de origem), relativo à alteração do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, com vista à inclusão de Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Quero tratar de três temas.

O primeiro é a denúncia de corrupção na compra da vacina indiana, que é muito grave. Esta Casa deveria abrir uma Comissão para investigar isso, Deputado Alencar Santana Braga. Olhe, esse Governo, que se negou a responder vários *e-mails* da Pfizer em julho, em agosto, em setembro, até em dezembro, quando a Pfizer propôs 50% de desconto, 10 reais a vacina, fechou um acordo, do qual se tem uma acusação por parte de um colega desta Casa, Deputado Federal, com a vacina indiana de 1,5 bilhão de reais, 80 reais cada vacina.

Esse Governo, negacionista, é genocida, porque o Brasil poderia ser o primeiro país a vacinar a sua população. É genocida, porque não propôs o distanciamento nem defendeu nosso povo. Se compararmos com países que ainda não vacinaram, como o Japão, que teve distanciamento, uso de máscara, álcool gel, eles perderam 25 mil vidas, e o Brasil perdeu mais de 500 mil vidas. E a vacina, que é o melhor remédio para enfrentar a pandemia, o Governo também negou. Então, nós temos que investigar se esse Governo, além do negacionismo, queria receber propina para comprar vacina. Essa é a acusação. E nós temos que apurar, como um Parlamento.

A segunda questão é que este Governo não tem empatia pelas pessoas e pelas regiões mais vulneráveis. Ao vetar o projeto da SUDENE, que amplia a abrangência da superintendência nos Municípios de uma região muito pobre, a região do Vale do Rio Doce, este Governo demonstra que não tem nenhum compromisso com o instrumento da política econômica para enfrentar as desigualdades. É um Governo que quer, de fato, deixar as pessoas cada vez mais vulneráveis. É importante e estruturador para uma região um projeto que busca mais empregabilidade, mais sustentabilidade e novos investimentos.

Por último, Presidente - peço só mais 30 segundos -, é uma vergonha este Parlamento, Deputado Bira do Pindaré, discutir o Projeto de Lei nº 490, que é inconstitucional...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 402/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-15:12
Publ.: DCD - 24/06/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Visita do orador ao Município de Araraquara, Estado de São Paulo. Ações de combate à Covid-19 adotadas pelo gestor da municipalidade. Documento do Coletivo José Martí em solidariedade ao sistema de saúde cubano no enfrentamento à Covid-19. Manifestação de países contra o bloqueio econômico imposto a Cuba pelos Estados Unidos da América.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Estou indo para Araraquara, Sr. Presidente, símbolo do combate à COVID-19.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Bela cidade! Boa viagem!

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Daqui a pouco estou chegando a Araraquara, onde vou fazer uma ação de solidariedade com o Prefeito Edinho e com a Secretária de Saúde Eliana. É grande o resultado do esforço (*falha na transmissão*). Aqui só entra quem está com teste negativo ou com vacinação em dia. Essas são as ações de enfrentamento à COVID-19 aqui em Araraquara, querido Presidente.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para, inclusive, protocolar e pedir que vá para *A Voz do Brasil* um documento que recebi do Coletivo José Martí, de Campinas, em solidariedade a toda ação do sistema de saúde de Cuba e do povo cubano no enfrentamento à COVID-19. Saúdo os resultados iniciais (*falha na transmissão*) 184 países se declararam contrários ao bloqueio dos Estados Unidos a Cuba. (*Falha na transmissão.*)

Documento 403/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-15:16
Publ.: DCD - 24/06/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a visita do Presidente Jair Bolsonaro ao Estado do Rio Grande do Norte. Anúncio de realização, pelo Governo Federal, de investimentos em obras de infraestrutura hídrica no Estado. Protesto contra a avocação, pelo Governo Estadual, da responsabilidade pela compra de vacinas da Covid-19. Importância do tratamento precoce e das medidas sanitárias de prevenção do coronavírus. Descompasso entre o discurso da Esquerda e as ações do governo petista.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde demais colegas.

Eu gostaria de pedir inicialmente que o nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Queria dizer da nossa satisfação, do Rio Grande do Norte, de amanhã

podemos receber o Presidente Bolsonaro, que vai levar notícias e recursos para a segurança hídrica do nosso Estado, por meio do nosso Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que está fazendo excelente trabalho em prol da segurança hídrica do Brasil como um todo, com o Projeto de Interligação de Bacias.

Estou muito feliz com isso. O Presidente Bolsonaro vai levar, sim, boas notícias para a Barragem de Oiticica, para o Ramal do Apodi, para a Barragem Poço de Varas e também para outras obras que sabemos que estão sendo feitas pelo Governo Federal no Rio Grande do Norte.

Gostaria de aproveitar também a oportunidade para destacar, Sr. Presidente, a importância da vacinação que está ocorrendo no Brasil. As vacinas compradas com recursos do Governo Federal são levadas para o Estado. O Estado tem somente o trabalho de fazer a descentralização, a entrega dessas vacinas.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte se apropria das vacinas, dizendo que são eles que estão vacinando. É muita cara de pau! É muita falta de compromisso com a verdade! A população está cansada de receber essas mentiras. Fica até feio, para uma pessoa de idade, mentir para a população. É uma estrutura de governo mentindo para a população.

Precisamos restabelecer a verdade. Eu espero que ela seja restabelecida. A população do Rio Grande Norte sabe que as vacinas têm sido compradas pelo Governo Federal. É o Governo Federal que está colocando essas vacinas lá e entregando para que todos sejam vacinados. Essa é a preocupação do nosso Presidente Bolsonaro.

Gostaria ainda de destacar o seguinte. Por favor, vamos parar com essa briga política. Deixem os médicos trabalhar. Os médicos estão salvando vidas. Eu fui salvo, Sr. Presidente, depois de duas COVIDs, por causa da medicação empregada de imediato. É essa medicação empregada de imediato que salva vidas, juntamente com os testes, com a proteção da máscara, com a higiene das mãos permanente. É isso que fortalece a sua imunidade e leva você a não ter uma COVID tão forte.

Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, agradecer. Quero dizer que precisamos, sim, mudar este Brasil. O discurso da Esquerda é um discurso que esquece o que eles fizeram. Esquecem que levaram o dinheiro para Cuba, em vez de investir aqui no Brasil; esquecem que colocaram dinheiro na Venezuela, em vez de investir aqui no Brasil. Sucatearam a nossa saúde. Temos que parar com isso. Por favor, quem faz esse tipo de discurso tem que ter vergonha na cara também.

Presidente, mais uma vez, gostaria de pedir a V.Exa. que o nosso

pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, em respeito a todos os que estão nos escutando e aqueles que ainda vão falar.

Muito obrigado.

Documento 404/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-15:28
Publ.: DCD - 24/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o atraso no início da Ordem do Dia para a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio. Retirada de direitos constitucionais dos povos originários, no caso de aprovação da propositura. Denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Não esclarecimento pelo Presidente da República da denúncia de recebimento, pela Primeira-Dama Michele Bolsonaro, de 89 mil reais de conta ilegal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu começo dizendo que tem que começar a Ordem do Dia. Esta sessão foi prevista para 2 horas da tarde, cinco para as duas. Já há quórum regimental, mas está aqui se fazendo uma manobra para se retirarem os territórios indígenas na CCJ, num projeto nitidamente inconstitucional, para se retirarem os direitos dos povos originários.

É um projeto de lei que fere a Constituição brasileira; que tira o usufruto exclusivo dos territórios pelos povos indígenas; que fere a Convenção nº 169 da OIT, que assegura a obrigatoriedade de consulta aos povos indígenas. Ali estão se destruindo direitos dos povos originários. É uma nova colonialidade para nos mostrar que não fizemos o luto do colonialismo neste País e que o genocídio não apenas vitima mais de 500 mil pessoas no Brasil pela COVID-19, mas também está em curso para retirar e roubar o território que pertence aos povos indígenas para seu usufruto - porque os territórios, as terras são da União, os indígenas estão nelas e preservam essas terras, mas as terras têm como proprietária a União neste Brasil.

O que estamos vivenciando aqui é um crime continuado contra os povos indígenas - um crime continuado. Aliás, o Brasil está vivenciando não apenas uma lógica negacionista que tem matado, de forma cruel e

sem arrancar nenhuma palavra de solidariedade do Presidente da República, que, como os fascistas e psicopatas, não consegue vivenciar a dor do outro, não tem empatia, mas também um "negocionismo".

Que preocupação é essa do Governo? E a dedicação do Presidente da República em negar a vacina da Pfizer, de comprar a vacina da Índia, pagar um preço muito mais caro por uma vacina que não tinha e não tem autorização da própria ANVISA e que iria dar por volta de 500 milhões de reais do 1 bilhão e 600 milhões de reais para esta vacina ou para este laboratório da Índia, para comprar essa vacina da Índia, para uma empresa que é sócia de outra empresa, denunciada por corrupção, no momento em que ocupava o Ministério da Saúde, na condição de Ministro, o atual Líder do Governo.

É um "negocionismo". É um Governo corrupto, que não consegue explicar por que a Primeira-Dama recebeu 89 mil reais de uma conta ilegal. Também não consegue dar explicações à Nação.

Fora Bolsonaro corrupto!

Documento 405/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-15:48
Publ.: DCD - 24/06/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007 sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Alteração da sistemática de demarcação de terras indígenas e riscos impostos ao meio ambiente e aos povos originários, no caso de aprovação da propositura. Reajuste nas tarifas de energia elétrica. Não realização de investimentos governamentais no setor elétrico nacional. Contrariedade à desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre a denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar todos os Deputados e Deputadas.

Nós estamos aqui hoje, já são quase 16 horas, e a sessão ainda não

se iniciou por conta de que, na Comissão de Justiça, está se tentando fazer uma votação do PL 490, que é um PL extremamente retrógrado, porque deixa as áreas indígenas desprotegidas, refaz todo o processo de demarcação de terras, coloca em risco os índios e o meio ambiente brasileiro.

De fato, nós estamos vendo essa confusão que está tomando conta do País. Hoje tivemos, de manhã, uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, que, na iminência de uma crise energética no País, coloca como solução o aumento das contas de energia elétrica, o aumento da bandeira vermelha.

Então o que vai acontecer? Nós vamos pagar mais caro. O Governo devia estar pensando em plano de expansão da oferta de energia elétrica. Isso é urgente, mas desde o Governo Michel Temer, aquele Governo oriundo do golpe, que não se faz investimento em energia elétrica. E agora, quer-se privatizar a ELETROBRAS, que é a empresa que, de fato, faz investimento neste País.

É fundamental nós pararmos o carro dessa privatização. O Brasil precisa de mais energia e energia barata. É disso que precisamos. E temos que garantir isso ao povo brasileiro, à indústria, ao comércio, aos serviços e à agricultura. O Brasil não se desenvolve sem energia. Precisamos urgentemente fazer isso.

E agora, também vemos uma situação delicada. Um Deputado aqui da Câmara afirma que o Governo, mais precisamente o Presidente da República, foi informado do superfaturamento na compra das vacinas Covaxin.

Ora, o Presidente ficou sabendo de uma informação dessas, e qual atitude ele tomou? Ao que parece, nenhuma, porque, de fato, as vacinas foram compradas com valor superfaturado.

Eu acho que a CPI do Senado está prestando um grande serviço ao País. A cada dia saem mais coisas dessa caixa-preta que hoje é o Palácio do Planalto. No Palácio do Planalto vivem pessoas autoritárias, fascistas, que, tudo indica, lesam a Pátria brasileira. Nós precisamos saber disso.

Parabéns aos Senadores da CPI!

Sumário

Atraso proposital no início da Ordem do Dia para a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Alcance do patamar de 500 mil óbitos no País pela Covid-19. Possibilidade da ocorrência de apagão de energia elétrica no Brasil, no segundo semestre de 2021. Boicote, pelo Presidente Jair Bolsonaro, às medidas sanitárias de combate à epidemia de coronavírus. Denúncia de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Não abertura, pela Casa, de processo para investigação de responsabilidades pela tragédia causada pela Covid-19 no País.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente Gilberto, colegas Deputadas e Deputados, aqui no Piauí, Presidente, há um ditado que diz assim: o rabo está abanando o cachorro. Ele é usado para designar situações anormais. É isso que está acontecendo neste momento na Câmara Federal.

A CCJ está abanando o Plenário da Câmara, está definindo o horário de funcionamento do Plenário da Câmara. Uma sessão convocada para as 13h55min ainda não foi iniciada com o propósito de permitir a aprovação na CCJ do PL 490, que afeta os interesses dos povos originários.

Eu penso que, se o nosso Regimento não diz algo a respeito do horário de início do Grande Expediente no Plenário, ele precisa ser alterado para incluir isso.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, ultrapassamos esta semana 500 mil vítimas pela COVID-19 e estamos também na iminência de um apagão de energia elétrica no segundo semestre. Mas este apagão já está em andamento no que diz respeito ao combate à pandemia. Vivemos um apagão federal do combate à pandemia, porque, na verdade, o Presidente Bolsonaro boicotou o combate à pandemia desde o primeiro dia não usando máscara, provocando aglomerações, não valorizando a vacina, que desde o princípio ele combateu. Combateu a CoronaVac, não comprou a vacina da Pfizer, não comprou a quantidade de vacinas que poderia ter comprado do consórcio da OMS. E agora, ainda estamos diante de uma denúncia de corrupção na compra da vacina da Índia, da Covaxin.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, é gravíssimo o que está acontecendo no Brasil. Passamos dos 500 mil mortos, agora rumamos para 600 mil vítimas da COVID, e, enquanto isso, a Câmara dos Deputados não abre um processo de apuração de

responsabilidades.

Poucas guerras na história da humanidade mataram mais de 500 mil pessoas em 13 meses. A falta de combate à pandemia nos levou a isso. Quantas pessoas a mais morreram no Brasil porque o Governo não comprou a vacina da Pfizer em agosto do ano passado, com a opção de começar a receber as primeiras doses em dezembro do ano passado? Muitas pessoas morreram por causa disso. Há um crime de responsabilidade que precisa ser apurado, e essa é uma responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

Documento 407/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:04
Publ.: DCD - 24/06/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Interesse de garimpeiros e mineradoras na aprovação da propositura. Solidariedade às populações indígenas brasileiras. Desrespeito do Governo Jair Bolsonaro para com os povos originários. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de milhares de brasileiros em decorrência do coronavírus. Falecimento do líder petista Elder Negão, do Município de São Francisco, Estado do Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente, mas sou o Deputado João Daniel, de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Desculpe-me, Deputado João Daniel. V.Exa. é do único Estado que não teve vocação para ser automóvel, porque quis ser jipe.

De Sergipe, fala o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Com todo o respeito aos baianos, Sergipe é um grande Estado.

Presidente, eu queria manifestar, com muito carinho, com muito respeito, nossa solidariedade aos povos indígenas. Não é possível que os povos indígenas sejam tratados como vêm sendo tratados pelo Governo Bolsonaro.

O Projeto de Lei nº 490, de 2007, não é apenas para dar direito de exploração das riquezas das áreas indígenas. Ele é também, com toda a certeza, um projeto a serviço da mineração, do garimpo, das mineradoras. É um crime de lesa-pátria mexer nas terras indígenas. Este Governo não teve e não tem nenhum respeito pela população indígena brasileira.

Nossa solidariedade aos povos indígenas, aos povos originários que fazem acampamento em Brasília e lutam pelos direitos à vida e à demarcação das terras indígenas.

Nosso repúdio a qualquer tipo de repressão a qualquer manifestação, especialmente à dos povos indígenas.

Aproveito para fazer uma homenagem a todas as famílias que lutam e sentem a dor da perda de seus amigos e familiares em mais de meio milhão de pessoas mortas por conta da COVID-19 e pela irresponsabilidade do Governo genocida de Bolsonaro.

Elder Negão, de São Francisco, Sergipe, líder do Partido dos Trabalhadores, ex-Vereador, esposo da Vice-Prefeita que hoje está no exercício do mandato, nos deixou no início desta semana. A ele nosso reconhecimento e nosso respeito.

Expresso minha solidariedade a todos os que estão com COVID e aos familiares que perderam alguém vítima dessa doença, por conta, principalmente, deste Governo genocida.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 408/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:12
Publ.: DCD - 24/06/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Sucesso das medidas de combate à epidemia de coronavírus adotadas por nações estrangeiras. Agravamento do desemprego no País, provocado pelo fechamento de pequenas e microempresas. Negligência do Presidente Jair Bolsonaro na adoção de medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Vinculação entre a omissão governamental na compra tempestiva de vacinas, e o alcance do patamar de 500 mil óbitos no País decorrentes da Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, peço que este pronunciamento seja transmitido pelo programa *A Voz do Brasil* por causa da sua relevância nacional.

Eu estudei agora, esses dias, o que aconteceu com a chamada gripe espanhola - cujo nome era até preconceituoso contra a Espanha -, doença disseminada pelos soldados que voltavam da Primeira Guerra Mundial. A história mostrou que, nos Estados Unidos, os prefeitos e governadores que tiveram posturas corajosas de realizar *lockdowns* e de fazer com que as pessoas se cuidassem para proteger a vida, em oposição aos negacionistas da época, os quais queriam que o povo fosse trabalhar na marra, o resultado foi que as cidades e os Estados que tomaram esse cuidado voltaram a se desenvolver e até hoje são as maiores potências dos Estados Unidos porque souberam tratar daquela situação.

Hoje, voltando à nossa realidade, os países que tiveram o mesmo cuidado de realizar *lockdown* e de fazer um trabalho metódico de controle da epidemia, estimulando a vacinação, comprando vacinas com antecedência, sem negligência, sem corrupção, já estão liberando o seu povo para não usar mais máscaras e para voltar ao trabalho. Esses países, portanto, vão avançar com referência a um país como o Brasil.

Eu estou muito preocupado, sobretudo com as pequenas e as microempresas, que são responsáveis por 70% do emprego no Brasil. Elas estão sofrendo uma barbaridade, quebrando, comércios estão fechando, e o desemprego está crescendo. Sabem por quê? Porque o Governo Bolsonaro não adotou medidas parecidas com essas que enumerei. Na verdade, ele as negligenciou todo o tempo. Até a última ação nefasta dele, ao humilhar uma profissional de comunicação, aqui no Estado de São Paulo, faz com que continuemos com a fome, continuemos com o desemprego, continuemos com a desesperança e continuemos com a quebra de empresas. Por quê? Porque não se controlou o vírus, não se garantiu o tempo para que voltássemos à normalidade.

Eu tenho certeza de que se tivéssemos vacina para todos, a partir do momento em que ela surgiu, e o Governo a negligenciou, e se

tivéssemos tomado todos os cuidados adicionais não teríamos chegado às 500 mil de mortes e, quem sabe, já estaríamos produzindo e gerando empregos com normalidade. Por isso, a comparação é clara. Tomara que o povo acorde!

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 409/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:16
Publ.: DCD - 24/06/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Impacto da epidemia de coronavírus sobre o turismo nacional. Importância de retomada das atividades econômicas para o reerguimento do setor turístico. Ampliação das dotações orçamentárias do Ministério do Turismo e da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR. Saudações aos trabalhadores e empresários do setor turístico.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. É uma satisfação vê-lo presidir esta Casa.

Eu queria trazer uma reflexão. Primeiro, quero constatar que, talvez, depois da saúde propriamente dita, o setor que, no Brasil, mais diretamente ficou impactado pela pandemia foi o setor do turismo, por uma razão muito simples: pela ausência de turistas.

É óbvio que o fluxo doméstico, paulatinamente, foi ganhando algum corpo nas áreas mais afastadas, nas áreas abertas, nas áreas com aeração maior. No entanto, ainda estamos muito aquém de voltarmos aos parâmetros de 2019, quanto já se tinha um horizonte de muita perspectiva para o crescimento do turismo brasileiro. Eu era Secretário de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, e estávamos ali aprontando uma série de medidas impulsionadoras do turismo doméstico receptivo e do turismo internacional receptivo. Grande parte das empresas de turismo - a grande maioria - passou dificuldade ao ponto de ou fechar, ou ter que parcialmente encerrar as suas atividades durante um período.

Ora, a saída de todo o processo - é óbvio, ao lado de uma vacinação em massa - está na retomada da atividade econômica. Sem atividade

econômica, nada acontece, vira tudo discurso, e o Estado brasileiro não tem capacidade de prover minimamente a necessidade de seus cidadãos. Mas, no turismo, há uma perspectiva muito grande de que tenhamos um horizonte melhor.

É preciso que haja o planejamento e, depois, a execução concreta de medidas de promoção turística internamente. O turismo será retomado pela proximidade com os eixos mais compatíveis ao deslocamento de veículos e também com o eixo aéreo, porque nós já temos algum tipo de aquecimento na aviação, é óbvio, desde que respeitados todos os protocolos e as providências acautelatórias profiláticas. Evidentemente, por aí nós podemos caminhar.

No entanto, uma política pública de turismo precisa de recursos. É preciso dotar o Ministério do Turismo de mais recursos. É preciso que a EMBRATUR tenha recursos. Quando eu falo em recursos agora, é porque o planejamento de ações de promoção do destino Brasil no mercado internacional não tem que esperar o fim da pandemia, tem que se aproximar de um instante em que já se tenha um nível de segurança de saúde pública maior. Por quê? Porque há uma disputa muito grande, e é preciso, portanto, haver recursos. A EMBRATUR foi aprovada como agência, no entanto até hoje não tem uma fonte de recursos específica para dotar possibilidades concretas de realização de promoção turística, seja internacional, seja nacional.

Então, quero aqui chamar atenção para a relevância do setor do turismo, de todos os que operam o setor, numa cadeia que é ampla e que emprega milhares e milhares de pessoas. O Brasil tem hoje 14 milhões de desempregados. Como é que a retomamos o crescimento? Através das nossas vocações. Uma delas chama-se turismo.

Portanto, eu quero aqui fazer um preito, uma homenagem a todos os trabalhadores, a todos os empreendedores do turismo brasileiro que vêm lutando para manter viva essa chama, essa vocação, que é uma dádiva divina.

Vamos em frente, em prol do turismo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 410/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:24
Publ.: DCD - 24/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Incompetência e letargia do Presidente Jair Bolsonaro. Exploração de terras indígenas por mineradoras clandestinas e madeireiras. Quadro de desemprego, fome e miséria reinante no País. Repúdio à violência praticada contra os povos originários.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Sr. Presidente, o Brasil tem um futuro incerto. É de chorar, é de se entristecer: temos mais de meio milhão de óbitos. Eu quero me solidarizar com os filhos, com as mães, com os pais, com aqueles que perderam seus entes queridos.

Nós estamos caminhando, Sr. Presidente, com um governo que junta letargia com incompetência. O Brasil está sendo colocado em leilão. Estamos rebaixados à terceira categoria, diria um bom baiano. Perdemos nossa identidade. Durante mais de 500 anos, negros, indígenas e brancos conviveram nos quilombos e fora deles. Agora querem dizer que nós temos que ajudar os indígenas porque eles querem virar homens e mulheres de bem. Que bem? E ainda dizem que não podemos transformar as áreas indígenas em zoológico humano. Pensem bem no que isso significa. Eles estão sendo explorados pelas mineradoras clandestinas e pelas madeireiras. O que é isso?

Nós estamos perdendo a nossa identidade, pelo amor de Deus! Não é possível. Além do descaso com a pandemia, há a história da vacina superfaturada da Índia. Nós estamos vendo a violência contra o indígena. Isso não se deu só na situação de ontem; constantemente eles vivem isso. Nós estamos vivendo uma política de ódio, estamos vivendo uma política de birra. Nós estamos sem oportunidade nenhuma para a nossa juventude, por isso ela está nas ruas protestando. Não há emprego. Nós estamos vivendo no desemprego, na fome, na pobreza, na miséria.

É isso que esta Casa tem que debater, e não uma tomada inconstitucional das terras indígenas e uma forma de fazer um bom uso disso, de ter uma convivência fraterna.

Sr. Presidente, já não tenho mais argumentos. Só peço a V.Exa. que divulgue este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

50.2021.B Sessão Outro Evento 23/06/2021-16:36

Publ.: DCD - 24/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Atraso proposital da Presidência no início da Ordem do Dia, para a votação de proposta contrária aos interesses dos povos indígenas, em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas, no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Fracasso da política econômica vigente no País. Desrespeito do Presidente da República à democracia e às instituições democráticas. Prática de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro, com relação à denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Eu vou na mesma toada do meu amigo e colega Deputado Padre João. Nós vivemos aqui na Câmara agora sem regras. A sessão deliberativa deveria ter sido iniciada às 14 horas. Já são 16h30min, até mais do que isso, e ela não começou, simplesmente porque se quer passar o trator nos povos indígenas. Como a Comissão de Constituição e Justiça não tem consenso para que isso aconteça, paralisa-se todo o procedimento aqui na Câmara até que o trator passe. E a prática tem sido essa.

É impressionante a pressa para determinados assuntos. Eu acho que isso ocorre porque o Governo está chegando ao fim.

Já tínhamos muitas denúncias contra o Governo, denúncias de genocídio, porque o povo brasileiro está morrendo por causa da pandemia de COVID-19, morrendo porque o Presidente disse que a doença era uma gripezinha, que não estava nem aí, que não era coveiro, que não havia vacina, que era para tomar cloroquina - são mais de 500 mil mortes, meio milhão de pessoas morreram, e o Presidente vai pagar por isso. Mas, como se não bastasse esse crime, O Governo também comete crime na economia, e o Brasil está indo para o buraco, para a fome. Além de tudo isso, há a falta de respeito com a democracia, pois este é um Governo que ameaça o Supremo, ameaça o Parlamento, faz atos antidemocráticos. Então, o Governo comete crimes na pandemia, comete crimes na economia e comete crimes contra a democracia.

O Governo quer apressar, portanto, os seus projetos de destruição do Estado brasileiro e de destruição das causas sociais. Agora é a vez dos índios, mas já tivemos aqui a vez do servidor público, dos

trabalhadores, com a reforma trabalhista, e assim por diante.

O Governo agora foi pego com a boca na botija da corrupção, e quem diz isso é um Deputado da base do Governo. Agora mesmo vão começar a dizer que esse Parlamentar não vale nada, mas se trata de alguém da base do Governo, cujo filho estava sendo obrigado a fazer coisas erradas, corruptas. Esse Deputado está denunciando que avisou o Presidente Bolsonaro de que havia corrupção, e o Presidente Bolsonaro nada fez.

Houve mil por cento de superfaturamento na vacina da Covaxin! Agora está explicado, Deputado Fontana, por que o Governo não comprava as outras vacinas, por que ele receitava cloroquina, que todos diziam e sabem que não resolve o problema: mil por cento de superfaturamento. Agora o Governo Bolsonaro está encrencado com a corrupção. Nós já sabíamos disso, mas agora é o Brasil que sabe.

Fora, Bolsonaro!

Vamos abrir a nossa sessão.

Documento 412/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:44
Publ.: DCD - 24/06/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de investigação da denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Caráter criminoso do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro à Constituição Federal e à Nação brasileira.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais companheiros Parlamentares presentes, hoje é um dia de muita reflexão. Eu estava refletindo sobre o primeiro ato oficial do qual nós Deputados Federais participamos após a nossa eleição, que é a nossa posse, na qual fazemos juramento à Constituição, um juramento de defender o País, a Nação brasileira, e o seu povo. E, hoje, nós analisamos dois fatos.

Inicialmente, há essa denúncia feita pelo Deputado Luis Miranda, do Democratas. O irmão do Deputado, com documentos, prova que falou ao Presidente Jair Bolsonaro que existem atos de corrupção no Ministério da Saúde relacionados à compra da vacina Covaxin com um ágil de mil por cento.

Só de imaginar o que está acontecendo já ficamos muito tristes. É triste saber quantas pessoas morreram porque o Governo não comprou vacina a preços muito menores esperando essa outra vacina, pela qual ele pagou mais caro e que tem prazo de entrega muito maior. Isso é genocídio. Isso é assassinato e tem que ser investigado.

Tão triste quanto isso é vermos o que está acontecendo na Comissão de Constituição e Justiça em relação ao PL 490/07. Brasileiros mesmo são os índios. Eles estavam na terra. Eles são a terra. Fazer projetos para explorar a terra dos índios, para vender a terra dos índios mostra o nível de irresponsabilidade com a vida da população que há. Tanto a corrupção na saúde que foi denunciada como o que estão fazendo com o povo indígena brasileiro são fruto da mesma coisa!

Aliás, como já foi dito pelo Deputado Rogério Correia, disseram: "*Ah, vai melhorar o Brasil!*" Olhem a reforma trabalhista. Olhem a reforma da Previdência. Hoje, o setor que mais emprega é o de aplicativos. Ali os trabalhadores são livres, mas são livres porque não têm nada! Eles não têm garantia legal e social, não têm nada! Se ficarem doentes amanhã, vão ficar doentes e vão morrer de fome, porque não têm garantia alguma.

É esse o País que o Governo Bolsonaro e a base do Governo Bolsonaro estão construindo, aqui na Câmara e no Senado, para o povo brasileiro.

São dois os fatos que mostram o compromisso da base do Bolsonaro com a destruição da Constituição de 1988 e com a destruição da Nação brasileira, nos transformando numa grande fazenda. Isso não pode acontecer.

Peço, por favor, Sr. Presidente, que divulgue meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Sumário

Natureza demagógica da manifestação simbólica realizada pelo PT no plenário, em respeito aos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Repúdio à necropolítica adotada pela Oposição. Protesto contra a atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro, pelos partidos opositores em conjunto com a chamada imprensa marrom, da responsabilidade pelas mortes decorrentes da epidemia de coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente.

Só para colaborar, Presidente, nós já discutimos aqui que não adianta o Parlamentar ficar pedindo espaço no programa *A Voz do Brasil*. Isso não funciona.

Não percam tempo pedindo espaço para divulgação dos seus pronunciamentos no programa *A Voz do Brasil*! Não existe essa possibilidade. O que *A Voz do Brasil* divulga é posicionamento e pronunciamento que tenha fundamento jornalístico. Informo isso para colaborar mais uma vez.

Eu vou usar meu tempo aqui para falar da demagogia barata que a Oposição faz nesta Casa em cima de mortes. Quem quer de fato ser solidário diante da morte de 500 mil pessoas, com condolência, se prepara, fala com o coração, lamentando as mortes que aconteceram por causa desta pandemia, que está no mundo todo. E o discurso fica nessa linha.

Os Deputados da Oposição ontem vieram com cruces, inclusive, e deveriam ter ensaiado uma coreografia. Eles falam das mortes prestando condolências? Não. Homenageiam? Homenageiam, e, em meio segundo, já criticam o Governo Bolsonaro: "*É Bolsonaro o culpado*". Isso mostra o quê? Demagogia barata em cima das mortes. Eles usam as mortes.

A Oposição pratica necropolítica! A Oposição brasileira pratica necropolítica! É isso que fazem. Eles não respeitam nem as mortes e torcem pelo vírus. Isso é uma vergonha! Por isso que a Oposição do Brasil fala, fala, fala, e diz nada, nada, nada.

A Oposição brasileira é formada, na sua imensa maioria, por mitômanos, que são aqueles que mentem compulsivamente e acreditam na sua mentira. Quanto mais falarem inverdades, mais ainda

ninguém vai acreditar neles.

Andam de mãos dadas a imprensa marrom e a Oposição mitômana contra Bolsonaro. Desmoralização total e geral: uma Oposição que mente compulsivamente e acredita na sua mentira de mãos dadas com a imprensa marrom, que, se alguém pagar, fala até a verdade.

Então, parem com essa demagogia barata! Respeitem os 500 mil mortos por COVID que tivemos! O Presidente Bolsonaro é culpado por todas as mortes? Não haveria nenhuma morte no Brasil se Bolsonaro não fosse o Presidente? Parem com essa demagogia! Vocês estão ofendendo, estão mexendo com o sentimento de pessoas feridas pela perda de entes queridos.

É uma vergonha a Oposição praticar necropolítica no Brasil!

Documento 414/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-16:56
Publ.: DCD - 24/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de início da Ordem do Dia para suspensão das votações, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Denúncia de superfaturamento da compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Pedido à Procuradoria-Geral da República, pelos partidos opositoristas, de abertura de inquérito para investigação dos fatos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, como vários colegas Deputados já manifestaram, eu também quero dizer que já são exatamente 16h56min, quase 5 horas da tarde, e ainda não começou, Deputado Henrique Fontana, a Ordem do Dia.

Por que ainda não começou a Ordem do Dia? Porque esta Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, quer cometer um crime contra os índios, caso seja aprovado o PL 490. Nós fizemos um apelo para que o Presidente Arthur Lira começasse a Ordem do Dia. Já temos quórum desde cerca das 2 horas da tarde para o início da Ordem do Dia, mas ela ainda não começou porque na CCJ se está retirando um direito dos índios, os povos originários deste País.

Se passar o PL 490 , não haverá mais a demarcação de terras indígenas, e as terras atuais poderão sofrer um uso predatório, como a extração ilegal de madeira, a mineração, sem o devido cuidado com as pessoas e com o meio ambiente. Portanto, é muito importante que a Ordem do Dia comece, para impedirmos que esse crime se configure.

De outro lado, a notícia do dia de hoje é a denúncia da suspeita de superfaturamento na compra da vacina Covaxin, da Índia. Atenção, Brasil! Indício de fraude! Superfaturamento! A Covaxin é a vacina mais cara no momento, e a compra envolve um contrato de 1,6 bilhão que o Governo fez, quando o custo estimado para a produção de uma dose é de cerca de 1,4 dólar, mas o Governo fez uma compra em que cada dose sairia por 15 dólares!

O interessante é que esta compra, diferente de outras, é feita por intermediação de empresas. O mais interessante ainda é que a empresa contratada é denunciada por fraude e há uma sócia desta empresa também denunciada por fraude. Hoje já nós entramos com um pedido de informações para obter o detalhamento do contrato, para sabermos quem fez o quê, o momento em que fez, que estudo fez, o levantamento que fez, enfim, todos os dados, para termos esta informação.

Nós, junto com os partidos de oposição, vamos à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal de Contas da União a fim de que abram um inquérito para apurar esta denúncia de superfaturamento na compra da vacina...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 415/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-17:00
Publ.: DCD - 24/06/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de investigação, pela Câmara dos Deputados, de denúncia de irregularidades na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria das mortes decorrentes da Covid-19. Posicionamento do Presidente da República contrário

à imunização do povo brasileiro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu confesso que fico um tanto quanto perplexa e até entristecida quando vejo o debate deste escândalo que envolve a Covaxin, vacina da Índia, ser tratado apenas por uma parte do Parlamento. É um verdadeiro escândalo!

Há Deputados que se dizem do centro, há os do centro-direita. Eu nem estou falando da Direita mais radical, extremista, uma direita que, desculpem-me, é burra, porque o extremo é burro. Eu estou falando desse miolo do Parlamento que tem a responsabilidade de discutir um assunto sério como este, independentemente de ser ou não da base do Governo.

Nós estamos falando de uma vacina, de um protocolo de intenções - hoje, o Ministro Queiroga disse que se tratava apenas de uma intenção. Sim, mas é uma intenção que se transformaria em realidade e que pode não se transformar a partir desta denúncia, já que se trata de uma vacina mil vezes mais cara do que a que foi oferecida anteriormente.

Eu ouvi o colega que me antecedeu dizer o seguinte: "*Mas estão dizendo que a culpa por todas as mortes é do Governo*". Não, de todas, não, mas de uma parte considerável, sim! No Brasil, nós temos mais de meio milhão de mortos - o dobro do número de mortos pelas bombas em Hiroshima e Nagasaki. Isso é uma verdadeira tragédia!

Em relação à Covaxin, nós perguntamos: por que essa pressão do Governo para aprovar esta compra? Por que aceitar um contrato mil vezes mais caro que o oferecido anteriormente? Por que um intermediário envolvido em investigação de corrupção? Há muitos porquês nesta história, e nós não podemos simplesmente fechar os olhos e os ouvidos como se nada estivesse acontecendo, pelo menos quando falamos de quem não é de uma oposição de esquerda, porque aqui fala uma oposição de direita.

Minha gente, juntemos os fatos! Independentemente de se gostar ou não do Presidente da República, isso pouco importa, juntemos os fatos! Foi esse Presidente que sempre colocou muitas pedras no caminho da vacinação no País. Ele foi contra a vacina do Butantan, ignorou mais de 100 e-mails da Pfizer e depois, junto com sua equipe, organizou - organizou, sim, porque ele sabia, ele foi avisado - a intenção de compra de uma vacina que só lesaria o bolso dos brasileiros. O que nós estamos vivendo é um escândalo.

Nós, da Câmara dos Deputados, temos a obrigação de investigar o que

é o "covaxingate" deste Governo. Nós temos que investigar isso. Nós estamos sentindo o cheiro de desvio de verba pública, e isso é crime. Corrupção e incompetência matam, e este Governo tem estas duas características, Sr. Presidente.

Documento 416/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-17:00
Publ.: DCD - 24/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anúncio de pronunciamento em homenagem ao Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo, ao ensejo do transcurso do 131º aniversário de emancipação político-administrativa. Pedido à Presidência de suspensão das votações do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Retirada, pela proposição, de direitos dos povos indígenas consagrados na Constituição Federal. Necessidade de investigação do escândalo de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente em exercício Deputado Neucimar Fraga.

Amanhã eu farei um discurso em homenagem à cidade de Cariacica, que completa 131 anos. Eu tenho a honra de ter sido Prefeito do Município por 8 anos e de morar aqui há mais de 40 anos.

Eu quero falar ao povo brasileiro e aos Parlamentares desta Casa. O que está acontecendo neste momento é muito grave, porque a CCJC continua funcionando para votar um projeto absurdo, um projeto que vai criar uma série de problemas para a comunidade indígena do nosso País, os povos tradicionais, os povos originários. Querem liberar a grilagem, acelerar o desmatamento e autorizar a mineração em terras indígenas. Isso é um absurdo!

Portanto, eu peço ao Presidente da Casa que interrompa agora a reunião da CCJC e que nós iniciemos a Ordem do Dia. Nós estamos aqui, já são 17h4min. É um absurdo nós estarmos aqui até agora aguardando o funcionamento da CCJC para votar um projeto que seja contra os interesses nacionais, contra os interesses do nosso povo. O normal é que as Comissões sejam subordinadas ao Plenário.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, está acontecendo o contrário: é o Plenário que está subordinado à Comissão de Constituição e Justiça. Não é o cachorro que está abanando o rabo; é o rabo que está abanando o cachorro. Isso é resultado desse desgoverno Bolsonaro.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar também sobre o escândalo de corrupção denunciado por um Deputado da base aliada do Governo. Agora está explicado por que o Governo se esforçou tanto e continua se esforçando tanto para divulgar e fazer propaganda do tratamento precoce da COVID e está explicado por que se recusou tantas vezes a comprar vacinas da Pfizer e de outros laboratórios. É porque o Governo tinha preferência pela Covaxin, vacina que custa muito mais caro.

Esta é uma denúncia gravíssima. Trata-se de um escândalo de corrupção que tem marcado este Governo desde o início, e nós precisamos que os fatos sejam apurados. Todos os órgãos, não apenas o TCU, têm que apurar este escândalo vergonhoso na República brasileira.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 417/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-17:08
Publ.: DCD - 24/06/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, pela vacinação dos habitantes da Ilha de Fernando de Noronha. Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada à atualização da Lei nº 9.615, de 1998, a chamada Lei Pelé.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os que estão nos acompanhando pela *TV Câmara*.

Quero, na tarde de hoje, parabenizar o Governador Paulo Câmara e o administrador de Fernando de Noronha pela imunização completa de

todos os moradores da única ilha meso-oceânica habitada em nosso País, que fica a 540 quilômetros da costa de Pernambuco.

Foram feitas inúmeras reivindicações para Fernando de Noronha ter sua população imunizada, devido à sua excepcionalidade geográfica no Brasil. O Ministro da Saúde não fez, mas o Governo de Pernambuco, com sua competente equipe de saúde - eu aproveito para parabenizar o Secretário de Saúde André Longo -, fez a imunização daquela que é uma população muitas vezes esquecida. Fez-se justiça, e nós ficamos muito felizes com esta decisão.

Agora eu quero falar sobre esporte. Hoje nós tivemos a instalação da Comissão Especial que vai atualizar a Lei Pelé. Tivemos a Presidência do querido Deputado Renildo Calheiros, nosso conterrâneo, a quem quero agradecer o gesto e a presença. O Deputado Renildo é profundo conhecedor e admirador do esporte. Nós tivemos a eleição da querida Deputada Celina Leão para a Presidência desta Comissão e, para a Vice-Presidência, do Deputado Luiz Lima, e nós ficamos com a incumbência e a responsabilidade pela Relatoria.

Eu quero agradecer ao Presidente Arthur Lira o fato de termos, nesta Legislatura, a oportunidade de atualizar a Lei Pelé, o esporte brasileiro, para que tenhamos um olhar diferenciado para o esporte, que perdeu o *status* de Ministério. Nós precisamos de uma política pública de Estado voltada para o esporte. O esporte forma não apenas campeões e atletas olímpicos, mas também cidadãos. É por meio do esporte que nós vemos vários jovens sem esperança ascender e ter uma oportunidade de vida no nosso País. O esporte é uma ferramenta de transformação social.

Sr. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 418/557

50.2021.B	Sessão Outro Evento	23/06/2021-17:28
Publ.: DCD - 24/06/2021 - JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 32, de 2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, referente à alteração do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, com vista à inclusão dos Municípios do Vale

do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais, e de Municípios do Estado do Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Regozijo com a exoneração do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Investigação, pela CPI da Covid, de denúncia de superfaturamento da compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Eu vou voltar a agradecer ao Presidente a deferência.

Quero cumprimentar o Deputado Da Vitória pelo uso da palavra. Nós vamos, com certeza, na sessão do Congresso Nacional, derrubar este veto.

Deputado Henrique Fontana, a área da SUDENE vai valer para o Amapá, e eu faço um apelo para o Senador Davi Alcolumbre. Vai continuar valendo para o Amapá, mas em Municípios da divisa do Espírito Santo com a Bahia e de Minas Gerais com a Bahia, houve veto do Presidente, ou seja, a inclusão de 81 Municípios de Minas Gerais e mais de 30 Municípios do Espírito Santo, na área da SUDENE. Isso é um absurdo!

Contudo, venho usar este tempo para dizer que, para a salvação do meio ambiente nacional, para que possamos recuperar o clima, a boa notícia é a saída do Ministro Ricardo "Motosalles". Ontem, eles tinham afastado o segundo delegado que estava fazendo a investigação, que estava chegando dentro do Ministério. Havia participação direta, junto com os madeireiros. E o delegado foi afastado. Isso foi um constrangimento, porque não vai ficar como prova: na hora em que a Polícia Federal detiver as contas bancárias do ex-Ministro Ricardo "Motosalles".

Hoje temos a notícia de sua saída, para o bem do meio ambiente brasileiro, o que é péssimo para o Governo Bolsonaro - e até para o nosso discurso -, mas, para o meio ambiente brasileiro, a saída do Ministro é uma salvaguarda para nós, fruto da luta de muitos de nós, que insistimos nisso, quando houve a intransigência de que ele continuasse, desde quando disse claramente que ia passar a boiada. E estava passando a boiada! Chegou ao limite, e foi preciso fechar a porteira. Para o Ministro "Motosalles", isso acabou. Felizmente podemos anunciar isso.

E parece que vai acabando, em consequência, porque aconteceu o veto. Há a saída do Ministro "Motosalles" e haverá a fala, amanhã, de um colega Parlamentar nosso, junto com o seu irmão, na CPI da COVID-19. Isso é muito grave! As coisas estão chegando muito próximas ao Presidente da República, ao seu aparato fechado. Isso

demonstra claramente que o recurso para o combate à COVID-19 não foi destinado a Estados e Municípios. Uma vacina, Deputado Elias Vaz, que está sendo vendida a 1,50 dólar nos Estados Unidos foi vendida para o Brasil a 15 dólares! Custou quase 80 reais, uma vacina que não custa 10 reais! Isso é um absurdo!

Isso tem que ser apurado. A CPI da COVID-19 vai fazer a sua parte no Senado Federal, e nós vamos fazer a nossa parte aqui. Vamos cobrar desse Ministro "Motosalles", que hoje entrega o cargo e sai do Ministério do Meio Ambiente, para o bem do meio ambiente nacional.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 419/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/06/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 24/06/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da parcialidade do ex-Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processo instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Regozijo com a exoneração do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Anúncio de encaminhamento, pelo PT e outros partidos oposicionistas, de representação à Procuradoria-Geral da República para investigação da denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Razões da apresentação de pedidos de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Apresentação, pelo orador, de pedido de abertura da CPI da Cloroquina pela Câmara dos Deputados. Expectativa quanto aos resultados da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Existência de motivos o afastamento do Presidente Jair Bolsonaro do comando do País.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, é um prazer ocupar a tribuna com V.Exa. na Presidência. Já estávamos sentindo saudades de V.Exa. na Presidência. É um prazer.

Deputado Bohn Gass, quero agradecer a V.Exa. a concessão para eu falar em nome do Partido dos Trabalhadores num dia tão importante como hoje.

Hoje o Juiz Moro foi considerado juiz parcial - no linguajar futebolístico,

um juiz ladrão -, e Lula é hoje inocente e livre. Isso nós do Partido dos Trabalhadores e toda a sociedade democrática comemoramos no Parlamento brasileiro. Parabéns ao Lula, que persistiu na sua defesa e provou a sua inocência!

Hoje também é o dia em que caiu Ricardo Salles, o "Ministro da motosserra", o que não respeita o meio ambiente, o que foi até os madeireiros dar a eles razões para o desmatamento de mata virgem na Amazônia. Caiu esse Ministro. Vem outro, o que, no Governo Bolsonaro, certamente será uma troca de seis por meia dúzia, porque quem aceita participar do Governo Bolsonaro é porque tem pressupostos antidemocráticos e também, neste caso, é antiambientalista. Mas comemoremos isso, porque caiu um daqueles que, dizia Bolsonaro, eram "incaíveis". Isso é sinal de que o seu Governo também está indo para a ruína.

E vai para a ruína por outro motivo agora, por corrupção, que é o motivo que me traz a esta tribuna.

O Partido dos Trabalhadores, o Líder Bohn Gass, já comunicou isto, junto com os partidos da Oposição e da Minoria, que irá à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal de Contas da União exigir toda a investigação do processo dessa compra superfaturada em mil por cento da vacina Covaxin, que vem da Índia.

É uma denúncia gravíssima. Ela vem, Líder Bohn Gass, Deputado Paulo Pimenta, no momento em que chegamos à marca de mais de meio milhão de pessoas mortas no Brasil. Esse número infeliz foi alcançado no sábado, dia 19 de junho. Nesse mesmo sábado, dia 19 de junho, quase 1 milhão de brasileiros e brasileiras foram às ruas pedir o *impeachment*.

Qual é o motivo para o *impeachment*? Nós temos aqui na Casa 122 pedidos de *impeachment*, feitos por partidos da Oposição, mas também por membros da sociedade civil e organizações sociais, em cima de três eixos básicos. O primeiro é o de que este é um governo que sempre atenta contra a democracia, que faz desde apologia à tortura, passando por agressões ao Supremo Tribunal Federal e ao Parlamento e por participação em atos antidemocráticos, até ameaças de golpe. É um Presidente que tem a coragem de falar para uma mulher jornalista que ela cale a boca.

O segundo motivo - e nós vamos listar mais de 20 crimes em torno desses eixos -, é o genocídio na pandemia, o desrespeito à ciência, os discursos contra o isolamento social, a recomendação de remédios *fake news*, como cloroquina, para COVID-19, a recomendação para que não se use máscara, a participação em aglomerações, em passeios de moto, o deboche do povo brasileiro.

Como pode um presidente afinar a voz e falar "estou com COVID", para debochar de milhões que morreram? Só mesmo um presidente genocida para fazer algo desse tipo.

Mas agora, Deputado Bohn Gass, vem o terceiro motivo - nós listamos, somamos mais de 20 crimes cometidos: o crime da corrupção na pandemia.

No dia 29 de julho de 2020, junto com a bancada do PT, apresentei um pedido de instalação da CPI da Cloroquina. Nós alertávamos: "*Tem remédio no laboratório do Exército que está com superfaturamento. Tem milhões de comprimidos. Tem gente se enriquecendo com isso. E o Bolsonaro já ligou inclusive para o Primeiro-Ministro da Índia para pedir para liberar remédios, para poder produzir aqui no Brasil a cloroquina*". Enfim, o Bolsonaro e a cloroquina nós apontávamos como um negócio milionário. A Câmara não quis instalar a CPI, mas o Senado, felizmente, instalou.

Aqui, infelizmente, a base do Governo parece sólida. É autonomia do Banco Central, é privatização da PETROBRAS, é PEC de ajuste fiscal, é afrouxamento do licenciamento ambiental, é desmatamento e mineração em terra indígena, é privatização dos Correios, é privatização da ELETROBRAS, tudo isso faz parecer que a base é sólida. Mas Marx já dizia, Presidente: "*Tudo o que é sólido desmancha no ar*".

Agora a CPI do Senado pega um esquema de megacorrupção.

As manchetes nos jornais que Bolsonaro não aguenta ler - e, por isso, anda muito descontrolado - dizem: *Documentos apontam que governo comprou vacina indiana por valor 1000% maior; Procuradora classifica compra da vacina Covaxin pelo governo como 'temeridade' e propõe investigar; Ao abrir investigação, MPF vê suspeitas de crime e risco de saúde em compra de vacina Covaxin*. Hoje: *Áudio urgente: Miranda - Deputado conosco aqui - diz que entregou documentos a Bolsonaro sobre irregularidades na compra da Covaxin*. Ou seja, o Presidente Bolsonaro sabia do ato de corrupção que está sendo exercido no Ministério da Saúde.

Quem estava lá era nada mais, nada menos do que o braço direito do General Pazuella, que era o Ministro, e ele operou todo esse esquema. Ele ameaçou o filho do Deputado, para que assinasse os documentos referentes a esse superfaturamento.

As coisas vão ficando claras. Por que o Governo não comprou as vacinas oferecidas pela Pfizer? Por que ele demorou meses e meses e enrolou a Pfizer para adquirir essas vacinas? Por que ele andava receitando cloroquina? Por que ele quis que o povo brasileiro fosse

infectado por COVID-19, como se fosse um rebanho? Ele dizia que isso seria curado com as cloroquinas e outras mentiras que ele repetia como *fake news*. Agora está claro. Porque havia a possibilidade de uma discussão na Índia, para trazer uma vacina superfaturada, que vai custar ao Brasil 1 bilhão e 400. Tudo isso feito com superfaturamento e com indícios claros de corrupção. Portanto, o Governo hoje não tem como fugir desses 1.000%.

O Ministério Público aponta cinco indícios dessa corrupção, Deputado Bohn Gass. Um deles é a velocidade na negociação. No caso da Pfizer, ele demorou, ele enrolou. No caso da Covaxin, ele foi rápido: 3 meses. Ainda colocou um intermediário, a Precisa Medicamentos, a única farmacêutica que intermediou, porque as outras negociações foram feitas diretamente. Aqui, não. Houve a da Precisa Medicamentos, cujos donos são donos também de outra empresa que já foi denunciada por corrupção no Ministério da Saúde. Ela fez essa mediação. Pressionaram um servidor, o Luis Ricardo de Miranda, que vai agora à CPI e lá vai contar que tipo de pressão sofria e de quem sofria, para assinar esses contratos bilionários e contratos superfaturados.

Outro indício: a dívida com o Ministério da Global Gestão em Saúde. E o Deputado Luis Miranda alerta o Presidente: "*Presidente, V.Exa. conhece essa empresa. E não é possível um governo, conhecendo ela, fazer com a outra, cujos sócios são os mesmos, esse tipo de contrato*". Pois Bolsonaro nada fez a respeito. E agora estoura essa denúncia.

Portanto, é um governo que tem todos os motivos para não continuar a governar o Brasil: por crimes na pandemia, com genocídio, por crimes de corrupção e por crimes antidemocráticos.

Há na Mesa da nossa Câmara dos Deputados e Deputadas 122 pedidos de *impeachment*, e 1 milhão de pessoas foram às ruas pedir a abertura do processo de *impeachment* - e isso vai se repetir no dia 24 de julho.

Povo brasileiro, é hora de fazermos com que este Governo antidemocrático, antipopular e de medidas sociais antipovo saia.

Fora, Bolsonaro!

Documento 420/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 23/06/2021 -
	CD	18:52
Publ.: DCD - 24/06/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2021, oferecido à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, para majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à modificação da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; das Leis de nºs 10.865, de 2004, 11.196, de 2005, 13.756, de 2018, e 9.613, de 1998; do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e da revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. Gravidade da denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxim pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa posição sobre a medida provisória é de que três conquistas básicas que foram feitas no debate com o Senado devem ser mantidas.

Primeiro, o País tem um programa de incentivo à indústria química. Não se pode, para resolver outro problema do Governo, destruir um programa que tem relação fundamental com o desenvolvimento econômico do País.

Segundo, nós aqui debatemos que era necessário ampliar os valores de veículos comprados por pessoas portadoras de deficiência. Não há porque discriminá-las, se há o reconhecimento da sociedade de que um portador de deficiência deve comprar um carro sem pagar o tributo, porque, em geral, ele tem um conjunto de outras despesas na sua vida. Portanto, não pode haver um limite, dizendo que ele só pode comprar um carro, que, às vezes, não atende à necessidade que ele tem. Então, não compreendo por que vamos voltar atrás nessa medida.

Mas eu quero falar, nesse 1 minuto e 30 segundos que me resta, de um escândalo que revolta qualquer pessoa que queira uma política digna. Nós estamos diante, provavelmente, de um caso grave de corrupção no Governo Bolsonaro, pasmem, envolvendo a compra de vacinas. Essa denúncia está sendo feita por um colega nosso, que eu gostaria, inclusive, de convidar para que usasse um tempo especial na tribuna, nesta tarde, Deputado Renildo Calheiros, para explicar o que ouviu, leu ou quais documentos tem em mão. E nós temos tudo para confiar no que S.Exa. está dizendo.

As evidências são as seguintes: a Covaxin estava sendo anunciada com um preço de venda de 1 dólar e 34 centavos. A compra que o Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro fez foi no valor de 15 dólares. Eu quero repetir para o Líder do Governo, a fim de que S.Exa.

vá à tribuna explicar como uma vacina, que é anunciada a um 1 dólar e 34 centavos, foi comprada por 15 dólares pelo Governo Bolsonaro.

Segundo, a Covaxin é a vacina mais cara de todas. Ele não comprou, Deputada Jandira Feghali, a vacina da Pfizer, a Coronavac - mandou cancelar 46 milhões de doses da Coronavac -, e agora compra "x" milhões de doses da vacina, pagando mais do que a da Pfizer.

Por fim, Deputado Marcelo Freixo, Líder da Minoria, de repente, surgiu um intermediário para vender a vacina. Imaginem, nós temos meia dúzia de fornecedores no mundo, e o Governo tem que negociar direto com o fornecedor. E esse intermediário parece que está envolvido em outros casos de corrupção também na pandemia com a compra de testes de COVID.

Documento 421/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -23/06/2021- CD	19:12
Publ.: DCD - 24/06/2021 - VERMELHO-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de prioridade na vacinação dos habitantes do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, diante do grande fluxo de visitantes.

O SR. VERMELHO (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar mais uma vez em nome da nossa querida e bela Foz do Iguaçu.

Encaminhei um expediente ao Ministro Queiroga, da Saúde, dizendo da importância que tem a nossa cidade. Em Foz do Iguaçu há um trânsito muito grande de pessoas do exterior. Ela está ao lado da Argentina e do Paraguai. Isso diz respeito a quase 1 milhão de habitantes. O grande fluxo de pessoas nessa fronteira tem provocado, é claro, transmissão mais rápida da COVID.

Então, nós fazemos um apelo - precisamos desse entendimento por parte do Ministério da Saúde - para que se dedique com mais carinho à remessa de vacinas para essa localidade, a fim de imunizarmos o nosso povo da fronteira. Nós estamos quase prontos para receber o turista, porque em breve estaremos saindo desta pandemia.

Muitos empresários sofreram e estão sofrendo. Alguns não aguentaram

a pandemia e fecharam as portas. Essencialmente, vivemos do turismo, e ele quase não existe neste momento. Mas temos que estar preparados, sim, para receber o povo do Brasil e o povo do exterior, assim que tivermos condições de mobilidade.

Por isso, precisamos de uma preferência.

Ministro Queiroga, por favor, olhe com carinho as vacinas para a nossa querida Foz do Iguaçu.

Obrigado, Presidente.

Documento 422/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/06/2021- CD 20:08
Publ.: DCD - 24/06/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta o voto "sim".

Quero aqui fazer um comentário sobre o principal assunto do dia, que não é a demissão do antiministro Ricardo Salles - talvez esta seja uma cortina de fumaça, porque ele verdadeiramente não atuava como Ministro, e sim como alguém que tentou acabar com o meio ambiente. Quero falar sobre a denúncia da Covaxin, da compra da vacina.

É muito grave, Presidente Marcelo Ramos, porque foi a única vacina comprada por meio de uma empresa intermediária, a Precisa Medicamentos, que já é denunciada por inúmeras irregularidades, Deputado Fontana. A Precisa Medicamentos recebeu 1,6 bilhão de

reais para conseguir fazer essa mediação num prazo recorde e com preço 1.000% mais alto do que o valor original - corrupção em compra de vacinas. Bolsonaro foi avisado, inclusive pelo Deputado Luis Miranda, desta Casa, e nada fez. Isso é muito grave, é um assunto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 423/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/06/2021 - CD 20:12
Publ.: DCD - 24/06/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Repúdio ao Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de rejeição do Veto Total nº 32, de 2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2017, (nº 76, de 2007, na Casa de origem), relativo à alteração do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, com vista à inclusão de Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Solidariedade orienta o voto "não".

Eu quero usar este tempo para fazer uma reflexão sobre dois fatos que impactam muito o desenvolvimento da minha querida Minas Gerais e

também do Brasil.

O primeiro refere-se às medidas emergenciais para a agricultura familiar, aprovadas nesta Casa em 2020 e que novamente aprovamos aqui. Em 2020, infelizmente, quase foram integralmente vetadas. Até pensei que fosse algum problema da agricultura familiar, porque são produtores de propriedade de pequeno porte e é o único setor da economia brasileira que não recebeu atenção e medidas efetivas de apoio com que pudesse sobreviver a esse tempo tão sombrio de pandemia e fazer sua retomada.

Mas hoje, após um tempo tão grande de mobilização da bancada de Minas Gerais, sabemos das dificuldade que é ter recursos que possam tratar os desiguais de forma desigual. E eu me refiro ao Vale do Jequitinhonha, ao Vale do Rio Doce, ao noroeste de Minas Gerais e à parte do norte de Minas Gerais, onde estão os Municípios da área da SUDENE.

Quando cheguei aqui, como extensionista rural, um dos primeiros pontos foi estudar com mais profundidade a similaridade que há entre os desafios do Nordeste brasileiro e dessas regiões que citei da minha querida Minas Gerais. Os desafios são os mesmos. As intempéries climáticas assolam desde Dom Bosco, Uruana, Bonfinópolis até Natalândia, que foram Municípios de um projeto de lei que apresentei ainda em 2017, para que pudessem ter as mesmas condições de acesso aos recursos do Governo Federal.

E não digo isso agora por ser um Deputado que tem, com muita alegria e legitimidade, as raízes fincadas no meio rural, mas porque as populações das cidades e os empresários que vão acessar os recursos do Banco do Nordeste e de outros agentes financeiros precisam ter condições diferenciadas para ali gerarem emprego, renda e qualidade de vida.

Foi uma engenharia de consenso com o ex-Deputado e hoje Prefeito da cidade de Conceição do Mato Dentro, José Fernando Aparecido, cujo pai, José Aparecido, também é histórico na política mineira. Depois eu apresentei, em 2011, projetos que foram apensados em outros projetos. Em 2017, voltei a insistir com o PLP 389, e nesta Casa, que é uma casa de consensos, nós conseguimos aprová-lo, assim como o foi no Senado da República. Mas hoje, infelizmente, esse projeto foi integralmente vetado. Então, quero aqui me dirigir às bancadas de todos os Estados, para que estejamos unidos em defesa desses legítimos interesses dos Municípios. São 84 Municípios de Minas Gerais que foram aprovados para serem inseridos na área mineira da SUDENE.

As justificativas dos vetos não se sustentam, como a de não ter

previsão orçamentária, já que esses Municípios, com a inclusão na área da SUDENE, irão gerar muito mais renda, muito mais emprego, mais produção e mais produtividade.

A nossa bancada hoje se reuniu com o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, um mineiro legítimo, daqueles mineiros que aprenderam, com os ares de liberdade das montanhas mineiras, a ouvir atentamente.

E nos ouviu de forma muito atenta, até porque ele sabe o que dói nas veias dos mineiros dessas regiões dos 84 Municípios que foram vetados de participar da área da SUDENE.

A justificativa também é que são poucos recursos e é preciso dividir mais. Então, se o Estado brasileiro não tiver capacidade de ampliar a sua potência, a sua musculatura, a sua envergadura de atender as regiões mais deprimidas, o Brasil cada vez mais vai mergulhar nas dificuldades, especialmente nas desigualdades regionais. E o resultado hoje é que, no meio rural brasileiro, há 13,2 milhões de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza.

Portanto, aqui como extensionista rural, agrônomo, mas, especialmente, que tem a confiança do povo mineiro, venho aqui manifestar, sem arredar um milímetro, que vamos derrubar esse veto e assegurar aos 84 Municípios mineiros a inclusão na área da SUDENE, a fim de garantir emprego, qualidade e tratar os desiguais também de forma desigual.

Obrigado, Presidente.

Documento 424/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -23/06/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 24/06/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de



produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Atuação desastrosa do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Investigação de denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Apoio aos votos dos Ministros do Supremo do Tribunal Federal, contrários à declaração de parcialidade do ex-Juiz Federal Sergio Moro na condução de processo contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Relevância dos trabalhos de combate à corrupção, realizados pelo então magistrado à frente da Operação Lava-Jato.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Marcelo Ramos.

Deputados e Deputados, eu quero antes fazer a orientação da nossa bancada com relação ao PDC - Pessoas com Deficiência. Acompanhamos o Relator. Acho que o limite imposto de 140 mil é o suficiente para fazer a inserção das pessoas com deficiência e ter a isenção do IPI. Nós não estamos tirando a isenção do IPI dessas pessoas. Estamos impondo um limite, porque alguém que compra um carro de 500 mil reais não pode ter abatimento de imposto. Não é possível compactuarmos com isso. Surpreende-me, inclusive, o fato de que essa emenda venha do PT, que deveria defender aqueles que mais precisam e não aqueles que mais têm.

Outra questão importante que registro aqui é sobre a saída do Ministro Salles. Eu acredito que o legado deixado pelo Ministro Salles é um legado de isolamento mundial e desregramento ambiental. Foi infeliz a passagem dele pelo Ministério. E eu espero que possamos acompanhar as apurações que virão de todos os indícios que existem da sua atuação.

Outra questão que eu gostaria de falar sobre o combate à corrupção é com relação à Covaxin. As denúncias que temos são gravíssimas e precisam de apuração. Estaremos atentos para verificar o desdobramento das operações e na fiscalização para que não houvesse nenhum problema em relação aos indícios de irregularidades na compra das vacinas da Covaxin. É inadmissível pensar, de fato, que a Pfizer e a Janssen, as melhores vacinas mundiais, tiveram um tipo de tratamento letárgico pelo Governo e temos uma celeridade e um preço questionado na compra da Covaxin. É importante apurarmos esse tema.

Ao finalizar, quero mostrar a independência do nosso partido de não ter ninguém que não esteja com a razão para defender aqui a atuação do ex-Juiz Sergio Moro. Moro foi um juiz fundamental para o Brasil para que tivéssemos um marco no combate à corrupção e à impunidade. Infelizmente, essa questão política, depois de 3 anos de pedido da suspeição, foi votada nesta tarde e finalizada pelo Supremo Tribunal

Federal. Eu prefiro ficar com os votos do Ministro Fachin, do Ministro Barroso e do Ministro Luiz Fux.

Aproveito ainda a oportunidade para registrar a importância que a Operação Lava-Jato teve no Brasil.

É importante resguardar tudo aquilo que o Brasil conheceu através das investigações do Ministério Público na Lava-Jato e também das decisões tomadas com coragem pelo Juiz Sérgio Moro e consolidadas na segunda instância, por unanimidade, pelo TRF-4 - e foram decisões embasadas no Direito, conforme os votos dos Ministros que citei nesta tarde.

Não podemos aceitar que se tenha decidido pela suspeição do Juiz, por conta dessa discussão tardia no Supremo. E digo isso porque, se o julgamento houvesse sido realizado há 3 anos, quando feito o pedido, seria outra realidade. Retardar em 3 anos o julgamento da suspeição do Juiz Sergio Moro é, no mínimo, também duvidoso, também estranho, em razão do ambiente político em que vivemos.

E não podemos perder de vista os avanços no combate à corrupção e à impunidade. Inclusive, como legado, fica a grande mobilização da sociedade pela aprovação da prisão após condenação em segunda instância, que também nos dará condições para termos uma Justiça igual para o pobre e para o rico, porque hoje a Justiça permite a uma pequena casta, a dos ricos, postergarem suas condenações. O pobre não consegue sequer recorrer à segunda instância.

Documento 425/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -23/06/2021- CD 20:24
Publ.: DCD - 24/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, oferecida à Medida Provisória nº 1.034, de 2021, a respeito da majoração tributária da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro; da alteração da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de automóveis por pessoa com deficiência; da revogação da tributação de produtos destinados a centrais petroquímicas até 31/12/2021; e da dedução do crédito presumido relativo à contribuição para o PIS/PASEP de pessoa jurídica fabricante de produtos utilizados em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação até 31/12/2025. Inconsistência do discurso da Oposição sobre a

compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, o PSL orienta "não", mantendo o texto da Câmara, que prevê a redução gradual do REIQ, em 3 anos e meio, até a extinção, em 2024.

Também aproveito para chamar atenção para uma grande injustiça que está sendo feita na Câmara Federal nesta data, lamentavelmente. A Oposição, que é mitômana, que mente compulsivamente, e a imprensa marrom, que, se for paga, fala até a verdade, estão cometendo um grande erro.

Covaxin, a vacina indiana, estão dizendo que o Governo comprou, pagou 1.000% de ágio. O Ministro Queiroga se levantou na CPI da COVID hoje, porque - atenção, Oposição! - o Ministro não comprou a vacina indiana. Atenção! Parem de mentir e cometer injustiça. Mostrem uma compra. Não houve compra, não houve compra.

Grato, Presidente.

Documento 426/557

69.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/06/2021- CD 21:08	
Publ.: DCD - 24/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Exigência de investigação da denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal, apresentada pelo Deputado Luis Miranda. Repúdio às declarações intimidatórias do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, contra o Deputado Luis Miranda e servidor do Ministério da Saúde.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, cumprimento V.Exa. e os colegas Parlamentares que estão na sessão, os que estão aqui dentro do plenário e aqueles que acompanham o trabalho remotamente.

Eu quero falar aqui, Deputado Bira, com mais calma e vagar sobre o escândalo que está movimentando Brasília hoje, a denúncia em torno de um muito provável caso de corrupção na compra de 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin. E é muito interessante e muito



indicadora de quão grave é a situação a maneira agressiva com que o Presidente da República e os seus Ministros estão reagindo a essa denúncia.

Primeiro, nós estamos falando do Governo brasileiro, que não comprou, quando lhe foram ofertadas, no início do ano passado, doses da vacina Pfizer, que é uma vacina já consagrada, inclusive, ao preço de 10 dólares. O Governo não comprou, Deputado Renildo, dizendo que aquele preço era muito elevado e que as condições em que eram ofertadas não atendiam aos interesses do País.

Depois, esse mesmo Governo mandou cancelar a compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac, também a preço menor do que ele terminou pagando pela Covaxin. O resumo é que o Governo Bolsonaro, num negócio muito obscuro, decidiu comprar 20 milhões de doses da vacina Covaxin por 15 dólares a unidade.

Os anúncios da empresa produtora dessa vacina indicam que ela estaria vendendo no mercado internacional essa mesma vacina a 1 dólar e 34 centavos. Ou seja, Deputada Alice, Presidente Arthur Lira, o Governo Bolsonaro encaminhou a compra de uma vacina por preço 1.000% mais cara do que o preço que estava anunciado nos próprios sites da empresa produtora da vacina.

Mas há outra questão que salta aos olhos de qualquer pessoa que queira, de fato, investigar e desvendar um eventual caso de corrupção. E quero dizer também que este caso foi levantado pelo nosso colega Deputado Federal Luis Miranda. Eu aqui não vou fazer nenhum juízo de valor, mas foi uma denúncia feita por um Deputado Federal. Não se trata de uma denúncia feita em qualquer ambiente. E mais: o Ministério Público Federal identifica indícios de crime nessa negociação.

Eu dizia - e quero aqui me dirigir ao Líder do Governo - que o que também salta aos olhos é que essa compra foi a única, de todas as compras de vacinas que o Brasil fez, que exigiu uma empresa intermediária, a tal de Precisa. E aí, vejam, nós fomos olhar quem é a Precisa e descobrimos que ela está sendo investigada porque, provavelmente, ao que tudo indica, se meteu também num esquema de superfaturamento na venda de testes. Ou seja, parece ser uma empresa especializada em gerar atos de corrupção em torno da pandemia.

Muito bem. Isso tudo mostra um nível de evidências que, se eu fosse o Presidente da República, Deputado Bira, diria na mesma hora: *"Mandem investigar tudo isso. Que todas as estruturas que o Estado brasileiro tem para investigar entrem em campo e investiguem. E, se houver efetivamente algum indício de ilegalidade, que ela seja*

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil.

O SR. FELIPE RIGONI (PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, obrigado pela palavra.

Nós estamos passando por um momento muito difícil em nosso País no combate à epidemia. Todos nós sabemos que a economia vai ter dificuldades, e nós vamos precisar nos esforçar muito para fazer a retomada econômica.

Todas as vezes que os países que passaram por grandes crises internas ou mundiais retomaram a economia, necessariamente fizeram um grande programa de desburocratização. Foi feita sempre uma desburocratização radical nesses países. A Alemanha, no pós-guerra, a Suécia, quando houve a quebra dos bancos nos anos 90, todos eles fizeram a mesma coisa.

E é isso que nós estamos fazendo aqui nesta MP, através de uma série de medidas, porque, como disse o Deputado Alexis antes de mim, os problemas criados ao longo do tempo são muito grandes, muito extensos, presentes em várias legislações. Mas nós estamos conseguindo aqui consolidar numa MP um grande avanço para o empreendedorismo brasileiro, facilitando a abertura de negócios, dando prazos claros e corretos, fazendo de fato o que sempre tivemos que fazer no Brasil para que se torne um país fácil de empreender.

Com isso, Presidente, com certeza nós vamos dar uma força danada para essa energia empreendedora que temos nos brasileiros. E é isso, no fim das contas, que vai nos tirar desta depressão econômica que a pandemia nos trouxe e vai nos levar para uma direção de crescimento econômico.

Presidente, muito obrigado.

Sumário

Congratulações ao Relator Marco Bertaiolli e à Consultora Legislativa Liana Issa Lima, pela construção do novo texto da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil. Homenagem aos profissionais da saúde no Brasil. Repúdio ao tratamento dispensado por membros da CPI da Covid, a profissionais médicos. Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência do coronavírus. Importância da atuação dos profissionais da saúde na linha de frente de combate à doença viral. Empenho do Governo Jair Bolsonaro na distribuição de vacinas aos Estados e Municípios, e na habilitação de novos leitos de UTIs na rede hospitalar brasileira. Apoio do Presidente Jair Bolsonaro à opção dos profissionais médicos pelo tratamento precoce contra a Covid-19. Exemplos consubstanciadores da atuação incoerente da Esquerda. Empenho do Governo Federal na preservação de vidas e de empregos diante da epidemia de coronavírus. Reaquecimento da economia brasileira. Criação de 1 milhão de novos empregos no primeiro semestre de 2021. Acerto da realização de reformas constitucionais. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro e ao seu corpo ministerial.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu gostaria, neste momento, de parabenizar o nosso Relator pelo excepcional texto e pelo excepcional trabalho que fez. Quero cumprimentar também a minha colega Liana Issa Lima, Consultora Legislativa que auxiliou o Relator. Eles conseguiram construir um consenso quase unânime na Casa. Em sendo um tema econômico - e sabendo que a Esquerda tem algumas dificuldades em relação à pauta liberal -, isso nos deixa bastante felizes no dia de hoje.

Contudo, Sr. Presidente, eu queria aproveitar este tempo para fazer uma homenagem específica a todos os profissionais de saúde do Brasil. Nós temos visto, infelizmente, na atuação da CPI que corre no Senado, alguns Senadores que se dizem opositores ou independentes realizando verdadeiros ataques aos médicos do Brasil, porque, quando a tacam, por exemplo, a Dra. Nise ou a Dra. Mayra Pinheiro, no fundo estão atacando todos os médicos e profissionais de saúde do Brasil, porque agem de maneira desrespeitosa, que

certamente não condiz com o tratamento que este Parlamento deveria dar a todos os profissionais de saúde, que arriscam as suas vidas no dia a dia do nosso País para salvar vidas.

Nós lamentamos as mais de 500 mil vidas que foram perdidas no Brasil ao longo desse tempo. Lamentamos todas as mortes e nos solidarizamos com as famílias e amigos. Mas queremos ressaltar o trabalho dos profissionais de saúde - médicos, biomédicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem -, todos os profissionais que contribuíram para que 16,5 milhões de brasileiros fossem salvos. Nós temos que ressaltar este número: são 16,5 milhões de brasileiros que foram recuperados, justamente pelo grande trabalho dos profissionais de saúde no nosso País.

Nós já temos - pelo trabalho profícuo e dedicado do nosso Governo, tendo à testa, tendo à frente o nosso Presidente Bolsonaro - 128 milhões de doses de vacinas distribuídas, 91 milhões de doses de vacinas aplicadas pelos Estados e Municípios, sendo que 67 milhões de pessoas tomaram a primeira dose e 24 milhões de pessoas já tomaram as duas doses. É importante, Sr. Presidente, falar do esforço do nosso Governo para habilitar quase 25 mil leitos de UTI, num investimento que beira os 3,5 bilhões de reais só em habilitação de leitos.

Nós temos que fazer aqui, Sr. Presidente, uma defesa dos profissionais de saúde e também de dois princípios importantes, Deputado Evair Vieira de Melo: a liberdade médica e a valorização da relação médico/paciente. Que os médicos do Brasil possam, analisando o caso concreto e cada paciente, receitar o remédio que ele julgue que seja melhor para salvar aquela vida em particular. É isso que o nosso Governo defende, é isso que nós defendemos. Se o médico entende que o certo é o tratamento precoce, que ele aplique e acompanhe seu paciente. Se ele entende que o certo é a cloroquina, a hidroxiclороquina, a azitromicina, se ele entende que é a ivermectina, a proxalutamida, que ele aplique. É o médico que tem que decidir.

Nós ficamos muito tristes, Sr. Presidente, ao verificar na CPI o tratamento diferente que é dado aos médicos que acreditam em determinado conceito e àqueles que acreditam naquilo que os opositores ao Governo querem fazer o País acreditar que é o certo, na visão deles. Está lá a Dra. Nise e está lá a Dra. Mayra Pinheiro sendo completamente maltratadas.

E não vemos aqui a Esquerda, que costuma dizer que defende as mulheres, não vemos a Oposição fazer qualquer tipo de defesa, como não vemos aqui na Casa também as mulheres de esquerda defendendo, por exemplo, a atuação da Presidente Bia Kicis, da Presidente Carla Zambelli e da Presidente Aline Sleutjes. Não vemos

também a Esquerda defendendo ou se solidarizando com as famílias dos policiais negros que morrem ou das policiais negras que morrem. Eles só se preocupam quando os bandidos morrem.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria dizer que o nosso Governo está fazendo tudo para salvar vidas e preservar os empregos dos brasileiros. A economia já está reaquecendo, mesmo num tempo de pandemia. Nós estamos falando de mais de 1 milhão de empregos que foram criados no primeiro semestre. Estamos falando do melhor abril de 7 anos, em termos de contas públicas. Foram economizados mais de 16,5 bilhões de reais. E estamos falando de uma projeção de crescimento da economia, que sempre avança e que já está próximo dos 6% este ano, mesmo depois de 1 ano e meio de pandemia.

Isso mostra que o nosso Governo está no caminho correto nas aprovações das reformas. Aprovamos uma reforma da Previdência; estamos discutindo uma reforma administrativa; vamos aprovar, se Deus permitir, uma reforma tributária; aprovamos a capitalização da ELETROBRAS, que vai permitir a sua futura privatização. Vamos atacar a questão dos Correios e vamos avançar muito bem, e muito mais, assim como estamos fazendo hoje com a excelente relatoria do Deputado Marco Bertaiolli.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que eu quero parabenizar o Governo Federal, o nosso Presidente e seus competentes Ministros pelo excelente trabalho que têm feito em prol do nosso País.

E, respeitando a promessa que fiz, embora não tenha sido exatamente um terço, Sr. Presidente, mas dois terços, vou terminar a fala antes, para que avancemos nos trabalhos.

Muito obrigado.

Documento 429/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:04
Publ.: DCD - 25/06/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Perfil do novo Titular da Pasta. Ataque ao meio ambiente pela votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio, e pela privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Não comprometimento do novo Ministro do Meio Ambiente



com a questão ambiental. Defesa de abertura e aprovação de processo de impeachment contra o Presidente da República. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Denúncia de superfaturamento na compra de imunizantes pelo Governo Federal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ricardo Salles foi demitido. Foi demitido porque estava envolvido e está sendo investigado por corrupção, inclusive por destruição ao meio ambiente. Um novo Ministro já foi nomeado no lugar de Ricardo Salles, que saiu por corrupção, e já há debates de todo tipo sobre o envolvimento do atual em reivindicação de terras indígenas no Estado de São Paulo. É sempre o mesmo perfil a assumir.

A destruição ambiental veio esta semana no formato da privatização da ELETROBRAS e veio ontem no formato da votação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, porque as comunidades indígenas também preservam o meio ambiente no Brasil.

E o novo Ministro do Meio Ambiente é tão defensor da destruição do meio ambiente quanto Ricardo Salles. A área indígena de Jaraguá em São Paulo que o diga, pois está sendo disputada pela família tradicional do atual Ministro.

É preciso fazer o *impeachment* de Bolsonaro. Não basta trocar Ministro, porque este Governo é o governo do genocídio e da destruição do Brasil e da destruição ambiental. E é um Governo que ameaça, em todos os sentidos. Ontem, ameaçou o Deputado Luis Miranda, que é da base bolsonarista e denunciou superfaturamento e intermediários na compra de uma vacina.

Se tivéssemos uma vacina, Sr. Presidente do Brasil, quantos dos 500 mil brasileiros e brasileiras estariam vivos neste momento? Qual é o tamanho da responsabilidade ou da irresponsabilidade de Jair Bolsonaro e dos Ministros, sobretudo do Ministro Pazuello? Sim, porque outros Ministros também não aguentaram a forma vil e perversa com que defenderam até alteração da bula da cloroquina. Mas, quando compraram vacinas, Deputados e Deputadas, compraram com 1000% de ágio. Isso é agiotagem, é corrupção.

Eu digo a V.Exas. que o Senado Federal está cumprindo o seu papel com a CPI, trazendo à luz um governo que é o Governo Bolsonaro da destruição, do genocídio e da corrupção. Por isso, o único "sim" que o Governo Bolsonaro precisa e dever ter é o "sim" ao *impeachment*.

Agora, Sras. e Srs. Parlamentares, o que a Câmara dos Deputados está fazendo? Está votando essas matérias que favorecem o Governo?

Presidente Arthur Lira, tire da gaveta o *impeachment!* Isso é a sua responsabilidade. Eu quero votar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 430/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:08
Publ.: DCD - 25/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Registro de 507 mil óbitos no País pela Covid-19. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição tempestiva de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Solidariedade ao Deputado Luis Miranda, autor da denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Devastação do meio ambiente e prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Deputados que iniciam esta sessão de Breves Comunicados nesta quinta-feira, eu gostaria de fazer uma reflexão: ontem, registraram-se 507 mil óbitos no Brasil pela COVID-19. Quando pensamos que as coisas podem melhorar um pouquinho, nós temos recordes de contaminação em diversos locais do País. Então, começamos a perceber que o Governo começa a ficar meio desesperado.

O Governo fez campanha, dizendo que os demais Governos eram corruptos e que ele era limpinho e bonzinho, que estava aqui para fazer o melhor para o povo brasileiro. Contudo, percebemos que, mesmo quando se tratou de atender a vida das pessoas, de atuar para que a vida fosse mantida, o Governo nada fez. E quando nós vemos estampados, em todos os jornais, extratos de contrato publicado no *Diário Oficial da União* e o empenho de valores altíssimos para a compra da vacina Covaxin, e depois as denúncias de que esta vacina teve o seu preço majorado e de que o Brasil o recebeu, percebemos que grande parte da perda de 307 mil vidas, em 2021, poderia ter sido

evitada. Quantas famílias estariam com o seu ente querido, vivo e saudável, se este estivesse vacinado desde janeiro de 2021?

A tragédia que o Brasil vive é uma tragédia que chegou a cada casa, a cada família. Quem não perdeu diretamente um familiar, perdeu um amigo próximo. É preciso que haja resposta para isso!

O Deputado Luis Miranda, que fez uma denúncia, demonstrou claramente com documentos e foi avisar antecipadamente o Presidente da República do que estava acontecendo, hoje é ameaçado! Covardemente se anunciou, em todas as redes, que o Deputado vai ser investigado. Então, se nós Parlamentares, ao sabermos de uma maracutaia, não tivermos direito, dentro dos preceitos do Legislativo, de fazer a denúncia, qual é o nosso papel? Qual o papel desta Casa? Todos sabemos que nós somos legisladores e fiscais dos investimentos públicos.

Portanto, toda a solidariedade ao Deputado Luis Miranda, porque teve coragem de ir a público e mostrar claramente o que estava acontecendo. Quando se trata de vida humana, todos nós temos responsabilidade em dobro. Esse Governo tem demonstrado corrupção, corrupção com o meio ambiente, corrupção com exportação de madeira ilegal, e agora corrupção com vacinas, que poderiam ter salvado a vida das pessoas. Cada família que perdeu um ente querido está fazendo hoje o cálculo. Se essa vacina estivesse aqui no Brasil no início do ano, como estaria a pessoa que eu perdi, que você perdeu, que o vizinho perdeu?

Este é um momento muito sério, um momento de reflexão por parte desta Casa. Não podemos ficar calados ou fazendo defesas hipócritas com relação ao que este Governo está fazendo.

Fora Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 431/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:12
Publ.: DCD - 25/06/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atribuição à falta de tratamento precoce e ao desvio de recursos por Governos Estaduais, como a causa da morte de 500 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Tentativa da Oposição de criminalização do Governo Jair Bolsonaro pela tragédia causada pelo coronavírus no País. Repúdio à decretação de

lockdown pelo Prefeito Municipal de Araraquara, no Estado de São Paulo. Retirada, pelo governo do PT, de 19 mil leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS. Apoio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Honradez e honestidade do Presidente da República.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente! Que satisfação em vê-lo conduzindo esses trabalhos!

Bom dia a todos os colegas!

Sr. Presidente, 500 mil mortes, e ninguém quer contar a verdade neste País! Ninguém quer levar à população brasileira o que, de verdade, está acontecendo no nosso País! São 500 mil mortes por falta do tratamento precoce, são 500 mil mortes por conta dos desvios do dinheiro da saúde em diversos Estados. Governador Flávio Dino, Governador Rui Costa, Governador João Agripino Doria, Governador Wellington Dias, Governador Wilson Lima: verdadeiros criminosos que assaltaram dinheiro de recursos federais enviados pelo Governo Bolsonaro para satisfazer as suas vontades de corrupção, de lavagem de dinheiro e de diversos outros crimes. Mais uma mentira! Aliás, várias mentiras estão sendo contadas novamente, para afetar o Governo Bolsonaro!

Cadê a resposta do carnaval do ano passado, de 2020, Sr. Presidente? Nós tivemos aqui um carnaval que contaminou milhares de pessoas! Culpa do Governador João Doria, que disse que não teria nenhum problema. Culpa do seu médico consultor David Uip - que tomou cloroquina -, que disse que isso não atingiria absolutamente ninguém! Cadê a culpa por conta desse *lockdown* agressivo, abusivo e criminoso que estão fazendo ainda em diversas cidades?

A cidade de Araraquara, governada por um imbecil do PT, por um Prefeito imbecil, está deixando a cidade em cenário de terra arrasada, em cenário de pós-guerra. É isso que nós precisamos dizer aqui para a população brasileira.

Precisamos dizer também que o Partido dos Trabalhadores tirou 19 mil leitos do SUS - 19 mil leitos, Sr. Presidente! É um absurdo o que vemos. O Governo Bolsonaro fez a ampliação de 20 mil leitos durante a pandemia.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos colocar a verdade de pé, colocar a verdade na boca, nos olhos e nos ouvidos da população brasileira. Este é um Governo que está fazendo muito mais até do que muitos países do Primeiro Mundo. Este Governo está tentando segurar a nossa economia para não matar a população brasileira de fome, para

não matar a população brasileira de sede, para não matar a população brasileira de todas as formas que eles estão tentando para conseguir voltar ao poder e novamente praticar assaltos, roubos, roubalheira pura dos recursos federais, das empresas estatais.

Dai honra a quem tem honra! Bolsonaro está fazendo a parte dele. Homem honrado, Presidente justo e honesto!

Documento 432/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:16
Publ.: DCD - 25/06/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Perseguição de adversários políticos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Reação do Presidente da República contra Deputado Federal por denúncia de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, envolvido em atos de corrupção. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Vamos colocar a verdade no lugar. Acredito que neste tema seja fundamental a verdade.

Na verdade, o Governo Bolsonaro, ao longo desse período, sempre teve como característica perseguir pessoas. No dia de ontem, o que o Secretário do Governo Federal fez é algo inaceitável. E o Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar uma posição, tem reagir com relação a isso. O Governo Bolsonaro disse que vai investigar um Deputado porque este está denunciando um esquema de corrupção que estava montado no Ministério da Saúde, ou seja, no Governo. O que o Governo tem que fazer é utilizar toda a estrutura de investigação e de transparência que tem para poder investigar o Governo Bolsonaro, e não o contrário.

Aqui, no Brasil, nós estamos vivendo um período em que não se pode denunciar, porque, quando se denuncia, vem a perseguição do Governo. E não se pode investigar, porque, quando se investiga, perde as suas funções. Foi exemplo a Polícia Federal, que começou a investigar o Ministro Ricardo Salles; a partir dali, houve perda de

funções, porque se estava cumprindo o seu papel.

E isso é nítido, todo mundo está vendo.

O Ministro Ricardo Salles caiu no dia de ontem. Caiu por quê? Porque está envolvido em corrupção. Bolsonaro o protegeu até onde pôde. Depois não aguentou mais, porque as entidades ambientais no Brasil pressionaram tanto que Bolsonaro não teve condições de mantê-lo. Mas, pela vontade dele, teria mantido o Ministro.

Sr. Presidente, só temos um caminho: colocarmos o *impeachment* de Bolsonaro para ser votado e tirarmos Bolsonaro. Bolsonaro é responsável por 15 milhões de desempregados; Bolsonaro é responsável pela carestia neste Brasil, do gás, da carne...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 433/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:20
Publ.: DCD - 25/06/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Coação do Deputado Luis Miranda pelo Presidente Jair Bolsonaro, por informações prestadas a respeito da existência de esquema de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Defesa de impeachment do Presidente da República por prevaricação. Necessidade de abertura, pela Casa, da CPI do Meio Ambiente para investigação do ex-Ministro Ricardo Salles por prática de crimes ambientais e envolvimento com organizações criminosas.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu quero me dirigir diretamente ao Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira.

Um membro desta Casa, o Deputado Luis Miranda, da base do Governo Bolsonaro, no momento em que teve conhecimento de uma conduta inadequada, irregular, ilegal, no dia 20 de março, próximo passado, foi ao Presidente avisá-lo. Hoje ele está sendo coagido

juntamente com seu irmão, que segundo as informações foram corretos. Ele tomou uma atitude preventiva junto ao Governo, ao Presidente que ele apoia; não foi a Oposição. E o Presidente prevaricou.

Além da conduta ilegal do então Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, uma compra viciada, superfaturada em 1.000%, ele não foi para a imprensa. Agora ele está sendo coagido e agora foi e deve continuar nas miudezas das informações que ele e o irmão têm em favor da República.

Além do escândalo em si, há prevaricação, o que é motivo, Sr. Presidente, para *impeachment*. Os crimes ambientais atingiram Ricardo Salles, que caiu ontem. Presidente Arthur Lira, o que V.Exa. está esperando? Apenas e tão somente por uma opinião da Deputada Talíria Petrone, V.Exa. questionou extrajudicialmente a nossa colega. Mas, com a responsabilidade que V.Exa. tem ao sentar nessa cadeira, a República inteira espera uma atitude desta Casa, que até então está se acumpliciando a esse estado de coisas, como facilitação de contrabando de madeira, associação com a organização criminosas, extração ilegal de madeiras em áreas de proteções permanentes em áreas griladas.

Será possível que nada disso podemos tratar numa CPI do Meio Ambiente?

A sociedade espera muito de nós, e essas relações, Sr. Presidente, com os colegas Deputados devem ser melhor tratadas, sob pena de haver problemas.

Documento 434/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:36
Publ.: DCD - 25/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Escândalo da compra superfaturada de vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Repressão praticada por policiais contra manifestação indígena nas cercanias da Câmara dos Deputados. Denúncia de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o Governo Jair Bolsonaro. Alcance da marca de 508 mil óbitos no País pela Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Existência no País de 14 milhões de trabalhadores desempregados. Associação ao pronunciamento de

Deputada do PSOL a respeito da prática de racismo no País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou acompanhando os debates nesta Casa desde ontem. E gostaria de ressaltar, primeiro, que o dia de ontem foi marcado por denúncias enormes no Ministério da Saúde; foi marcado pela demissão do pior Ministro do Meio Ambiente, que está sendo interrogado pela CPI que o investiga; houve uma lista de escândalos sobre a vacina; e os indígenas foram quase apedrejados e mortos durante sua chegada, pela Polícia Federal e de Brasília, quando tentaram falar com a Casa do Povo.

Temos uma lista de outros escândalos. Aumenta cada dia mais esta lista. Há denúncia de corrupção, lavagem de dinheiro, e outras coisas mais, no Governo Bolsonaro.

Com mais de 508 mil pessoas mortas, ainda vêm dizer que está tudo bem, que há vacina para todo mundo - quando a CPI também está ouvindo os Governadores, que estão dizendo o que chegou e o que não chegou. Convoquem os Governadores! Façam uma sabatina com os Governadores, para vermos se é verdadeiro o que colocam na tribuna, do Governo honesto, transparente e que não tem nenhuma corrupção!

Não posso nem dizer, porque a lista é grande, e já ouvi os meus colegas e companheiros falarem sobre este assunto.

O País está voltando ao mapa da fome. Nós temos 14 milhões de desempregados. Não vamos nos cansar de dizer isto.

E o Presidente ontem disse que passou o dia pagando incêndio. Que incêndio? Era para livrar a cara de um amigo ou de uma amiga de alguma coisa para não se apresentar à CPI? O que ele estava apagando realmente? As marcas que foram deixadas para trás dos madeireiros, dos usineiros, de tudo o mais, dos exploradores, das mineradoras? Eu acho que deveria ser isso.

Concluo, Sr. Presidente, colocando a V.Exa., que está me ouvindo com toda a atenção, que nós vivemos em um País que é racista. Ouvi o pronunciamento da Deputada do PSOL e tenho certeza de que assino embaixo, porque nós estamos sendo ameaçados, ameaçados politicamente. Querem nos calar com o combate ao racismo, à discriminação, à violência no campo e na cidade.

Peço divulgação do meu pronunciamento.

Obrigada, Presidente.

Documento 435/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-09:48
Publ.: DCD - 25/06/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza caluniosa da denúncia do Deputado Luis Miranda, a respeito de irregularidades no processo de aquisição da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia, digníssimo Presidente Julio Cesar, nobres colegas. É muito bom estar nesta tribuna, principalmente para estabelecer a verdade.

Ontem, vimos caluniação do mais alto nível. Os irmãos Miranda, tentando alcançar a luz, os holofotes, encontrarão as trevas, a escuridão eterna.

Atenção, Oposição contra tudo e a favor de nada! Atenção, imprensa marrom! Aprendam um pouco. Acusem com fundamento. Uma compra passa por três estágios. A compra começa com o empenho, depois há a liquidação e o pagamento. Acharam que o empenho presumido seria uma compra e saíram difamando do ex-Ministro Pazuello e tentando atingir o Presidente Bolsonaro -- uma grande inverdade!

A Lei nº 4.320, de 1964, que dispõe sobre o orçamento e os contratos públicos, define que a compra ou a contratação de serviços se concretiza em três estágios: empenho, liquidação e pagamento, e nessa ordem. Diz a lei que nada será contratado sem prévio empenho e nada será pago sem prévia liquidação.

Houve empenho? Empenho é o ato de controle no qual se reservam recursos para pagamento de futura compra ou prestação de serviço. E o empenho pode ter valor acima do valor do futuro contrato ou da futura compra, principalmente se forem em moeda estrangeira - em dólar, iene, libra esterlina. A liquidação ocorre na entrega da mercadoria ou serviço. Dessa entrega, será emitida a nota de liquidação, após medição, no caso de serviço, ou verificação de quantidade, qualidade, validade e documentos fiscais da mercadoria entregue como certa, confirmando assim a possibilidade do pagamento. E o pagamento somente será efetuado mediante a

apresentação da nota de liquidação da respectiva nota de empenho.

Portanto, a acusação que fizeram é pura calúnia - pura calúnia! O Governo não comprou a Covaxin superfaturada. Não houve nada. Isso é difamação, é irresponsabilidade da Esquerda contra tudo e a favor de nada e da imprensa marrom. Estão tentando acusar o Governo Bolsonaro de homicídio, mas não apresentam sequer uma vítima. Isso é irresponsabilidade! Isso é uma oposição alicerçada em areia movediça.

Vocês envergonham o Brasil! Aí está a verdade! É por isso que lutamos.

Grato, nobre Presidente.

Documento 436/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:00
Publ.: DCD - 25/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados à Zona Franca de Manaus pela Medida Provisória nº 1.034, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 7.689, de 1988, com vista à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro; a alteração da Lei nº 8.989, de 1995, para mudança da sistemática de concessão da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência; a alteração das Leis de nºs 10.865, de 2004; 11.196, de 2005; 13.756, de 2018; e 9.613, de 1998; bem como do Decreto-Lei nº 288, de 1967; e a revogação da tributação especial relativa à Nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Inconstitucionalidade da proposição. Escândalo da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Investigação do ex-Ministro Ricardo Salles por crimes praticados contra o meio ambiente. Elevação dos índices de desmatamento e das ameaças aos povos amazônicos.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas Parlamentares.



Sr. Presidente, a Zona Franca de Manaus, mais uma vez, foi ameaçada, ou está sendo ameaçada, agora com a Medida Provisória nº 1.034, de 2021, que foi aprovada na Câmara e também no Senado. Essa MP mexe com os incentivos fiscais, ou seja, com a política de incentivos que atrai as empresas para se instalarem em Manaus. Na verdade, ela é um atentado à Constituição, porque a política de incentivos está garantida pela Constituição brasileira. E mais uma vez há aí um golpe do Governo Federal, do Bolsonaro, contra a Zona Franca de Manaus. Nós vamos continuar lutando, insistindo e talvez tenhamos que brigar na Justiça para garantir esse direito de manutenção dos incentivos fiscais da Zona Franca.

E a Constituição também foi rasgada ontem, na CCJ, aí na Câmara, com a aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007. Isso é um absurdo, porque esse é um projeto contra os direitos indígenas. Esse é um projeto que permite a ocupação das terras indígenas por garimpeiros, a exploração das terras, o que afeta a vida dos povos indígenas, e dificulta as demarcações. Esse projeto é um atentado à vida dos povos indígenas do nosso País. Portanto, não dá para aceitar esse absurdo. É um retrocesso. E o pior foi o Presidente da Câmara autorizar a repressão aos povos indígenas, que já vêm se manifestando, cobrando seus direitos, no seu direito constitucional de se manifestar. É lamentável isso. Nós temos que continuar insistindo na defesa dos povos indígenas e contra o PL 490, que não pode ser aprovado na Câmara, porque é um absurdo!

Também estamos vendo agora mais um escândalo no Governo Federal, no Governo Bolsonaro, com a compra superfaturada ou a tentativa de compra superfaturada de vacinas, por preço 1.000% acima do devido. Quer dizer, a turma aproveita o momento da pandemia, com 500 mil mortes, muitas das quais poderiam ter sido evitadas se tivessem comprado vacinas no tempo certo, e agora vai se descobrindo o superfaturamento, a corrupção no Governo Bolsonaro. Isso tem que ser apurado nos mínimos detalhes, porque não podemos aceitar tanta gente morrendo pela irresponsabilidade de um Governo genocida.

E é um Governo que está derretendo. O Ministro do Meio Ambiente já saiu. Ele patrocinava e ajudava grandes empresas a desmatarem a Amazônia, responde a processos, está sendo investigado. Nós não podemos deixar que joguem para debaixo do tapete as investigações sobre a destruição do meio ambiente e a política ambiental.

Nós não podemos deixar como está. Tudo tem que ser investigado, porque nós estamos vendo o crescimento do desmatamento e das ameaças à vida dos povos amazônidas e à vida do povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente. Gostaria que fosse divulgado no programa A

Documento 437/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:08
Publ.: DCD - 25/06/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Envolvimento do clã Bolsonaro em atos de corrupção. Tentativa do Presidente da República de desapropriação de terras indígenas. Investigação do Ministro Ricardo Salles por prática de crimes contra o meio ambiente. Não esclarecimento do envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro com milicianos no Rio de Janeiro. Escândalo da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Ameaças ao Deputado Luis Miranda, autor da denúncia de superfaturamento na aquisição da vacina indiana.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os colegas Parlamentares e a todos os que nos acompanham.

Realmente, este Governo está mais do que nunca desnudado. O mar de corrupção, por mais que tentem esconder, salta a olhos vistos. Na verdade, a corrupção de Bolsonaro, de sua família e de sua quadrilha começa muito antes, começa no seu mandato parlamentar, com as rachadinhas, o roubo dos salários de servidores, de assessores. Essa tecnologia foi transferida para os filhos, que se locupletam, viram proprietários de grandes residências, o que não têm como justificar com o pagamento do salário parlamentar, invadem o Governo. E a destruição está associada à corrupção.

Por que é que querem agora tomar as terras indígenas? Para atender os interesses, Deputado Célio Moura, dos seus comparsas, da sua quadrilha. Por que o desmatamento ilegal tem prosperado? Por que o Ministro Ricardo Salles está respondendo a processos por desmatamento? Por causa da quadrilha rural, da quadrilha que usurpa, por meio do garimpo, os recursos naturais.

Quanto ao envolvimento de Bolsonaro com a milícia no Rio de Janeiro, até hoje não explicaram quem mandou matar Marielle, mas ele participou do encobertamento e homenageou envolvidos, faz parte do envolvimento da milícia.

Agora na saúde há um gigantesco escândalo com as vacinas. Este

Governo é o mesmo que é responsável pelo genocídio de mais de 505 mil vidas e que queria, com seus comparsas, se locupletar com recursos para a aquisição da vacina indiana através de intermediários e fraudes.

Quero parabenizar o nosso colega Parlamentar Deputado Luis Miranda, que fez a denúncia. Ele agora está sendo ameaçado, porque este Governo ainda tem esta característica: quem não segue a cartilha da corrupção e dos seus desmandos sofre ameaças. Mas eles não estão se curvando. Vão amanhã à CPI do genocídio, à CPI da COVID.

E nós vamos continuar aqui denunciando: denunciando os ataques covardes aos índios que foram se manifestar contra a tomada das suas terras, denunciando às ameaças contra aqueles que estão entregando a corrupção no Ministério da Saúde, denunciando um genocida que continua em atuação. São crimes continuados.

Há mais de 120 pedidos de *impeachment*, e a medida mais importante...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 438/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:28
Publ.: DCD - 25/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não realização dos festejos de São João na Região Nordeste em face da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de milhares de brasileiros em decorrência do coronavírus. Necessidade de punição do ex-Ministro Ricardo Salles por crimes praticados contra o meio ambiente, com o aval do Presidente Jair Bolsonaro. Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da parcialidade do então Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processo instaurado contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV

Câmara, hoje, 24 de junho, é comemorado em todo o Brasil o Dia de São João, uma das datas mais festejadas no Brasil, principalmente no Nordeste. Mas, por causa da pandemia, estamos sem poder festejar já pelo segundo ano.

Se Bolsonaro não tivesse se negado a comprar vacinas, o Brasil poderia estar festejando esta data. Em vez de comemorar o Dia de São João, o Brasil chora a morte de mais 500 mil brasileiros e brasileiras. Estudos apontam, especialmente, que, se o Governo Federal tivesse tomado providências em relação à pandemia, mais de 400 mil pessoas não teriam morrido. No entanto, infelizmente, Bolsonaro, com suas ações genocidas, empurrou a população para a morte.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar de outro assunto. Todos os que defendem o meio ambiente ficaram felizes com a queda do Ministro Ricardo Salles, mas apenas a saída dele do cargo não é suficiente. Salles tem que ser punido pelos crimes que cometeu contra o meio ambiente, com o aval de Bolsonaro. Não basta apenas deixar o cargo: ele tem que responder pelos crimes que cometeu contra o meio ambiente.

Sr. Presidente, ontem, o Supremo Tribunal Federal finalmente bateu o martelo e livrou Lula das injustiças cometidas pelo ex-Juiz Sergio Mouro. Lula está livre das condenações injustas que foram feitas apenas para que ele não fosse candidato nas eleições de 2018. Agora, o povo brasileiro tem a chance de corrigir, em 2022, o mal que fez ao Brasil ao eleger Bolsonaro.

Lula livre!

Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que esta fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigado.

Documento 439/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:32
Publ.: DCD - 25/06/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance do marco de 500 mil óbitos no País decorrentes da Covid-19.

Esgotamento da narrativa incorruptível do Governo Jair Bolsonaro. Agressões do ex-Ministro Ricardo Salles ao meio ambiente. Compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Inadmissibilidade de adesão do Congresso Nacional à política suicida do Presidente Jair Bolsonaro em relação à epidemia de coronavírus, bem como à pauta econômica contrária aos interesses do povo brasileiro.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Primeiramente, quero dizer que é um prazer vê-lo na condução da Presidência da Casa nesta sessão de hoje.

Neste instante, o Brasil vive um momento superdifícil, com mais de 500 mil mortes pela COVID-19, e o Governo, que foi eleito, todos sabemos, na base de *fake news*, vai se perdendo em suas narrativas, porque ele vive de narrativas. A narrativa de Governo honesto, Governo probo, vai caindo, e vai caindo muito rápido. Já vinha caindo havia algum tempo, desde a época das questões relacionadas a rachadinhas, a milícias e a pessoas que estavam ao redor do Governo.

No entanto, nesses dias, a coisa piorou, e muito. Embora todos esperassem a saída de Ricardo Salles, isso não vai resolver o problema do Governo, até porque a questão do meio ambiente não é apenas lateral: é uma questão central da economia e do momento em que o mundo está vivendo. O mundo olha muito atento para o meio ambiente, principalmente para o clima, para o aquecimento global.

Ricardo Salles se envolveu em várias polêmicas, tornando-se o grande agressor mundial do meio ambiente, e o Brasil passou a ter penas econômicas absurdas. Ricardo Salles contribuiu muito para as alterações climáticas que vemos e para questões que dizem respeito aos ribeirinhos, aos índios, que, nesta semana, foram agredidos em Brasília, além de toda esta questão relacionada à proteção das nossas florestas, dos nossos biomas e do nosso crescimento sustentável.

A saída de Ricardo Salles, todos já estão sabendo, se deve ao fato de que o Governo estava com medo de que ele fosse preso, e preso como Ministro! Ele sai, mas, 1 dia antes, o Presidente o elogia, o coloca lá em cima e faz todo aquele processo que nós já conhecemos: o mesmo processo que ele fez com Pazuello. Depois, vai arranjar uma brechinha para encaixá-lo em algum lugar, para ele não se tornar um homem-bomba.

Agora, vem a Covaxin, outra situação difícil, mais uma que o Governo vai ter que explicar. A toda hora, chegam situações que vão dando o tom de um Governo que não governa, não dialoga, que age com truculência, que não percebe que o Brasil sofreu, e muito, até aqui, com acontecimentos que poderiam ter sido resolvidos de forma mais

tranquila e humanizada, olhando com responsabilidade para o nosso povo.

O Congresso e a Câmara Federal não podem se coadunar com esta política suicida, que está levando não só a mortes pela COVID-19, mas também a situações econômicas e sociais absolutamente impossíveis de ser suportadas pelo nosso povo brasileiro.

Documento 440/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-10:56
Publ.: DCD - 25/06/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Boicote do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de imunizantes contra o coronavírus. Conivência do Presidente da República com a compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Necessidade de adoção pela Casa de providências a respeito do caso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentar V.Exa. e os colegas Deputados e Deputadas.

Olhe, o Presidente sabia! Mais do que isso, ele agiu. A todo momento, desde o início da pandemia, quando começaram a sair os primeiros estudos sobre a vacina, o Presidente os boicotou. A iniciativa internacional, da qual diversos países participaram, ele negou, não quis que o Brasil entrasse nesse consórcio. Boicotou empresas que estavam tentando trazer ao Brasil as vacinas, para imunizar o nosso povo. Não deu a elas atenção. Mas, a todo momento, chegou a dar declaração dizendo que compraria a vacina da Índia. Vacina essa cujos estudos não estavam completos, aprovados aqui no País.

Pasmem, senhoras e senhores, você que nos acompanha: 1.000% foi o preço a mais daquele inicialmente proposto, dito que foi contratado. *"Ah, mas não foi pago."* Como assim? Só não foi pago porque se revelou, senão iria pagar. Mesmo assim, não importa, o Presidente sabia e não tomou uma providência.

E olhem só, senhoras e senhores: é o Presidente que diz que bandido bom é bandido morto; é o Presidente que diz que quer a ordem, que é contra a corrupção; é o Presidente que a todo momento põe a PF para ir atrás de opositores, para investigar, como agora fez contra o próprio

Parlamentar desta Casa que fez a denúncia.

Ora, este Governo age tão prontamente para pôr a PF para investigar, por exemplo, *hacker* que revelou as tramas do Moro, mas não consegue rapidamente mandar a PF investigar um crime cometido dentro - diretamente - do Governo, de seu conhecimento, que lesou 1,6 bilhão de reais dos cofres públicos e impediu que o Brasil recebesse vacina antes de outras fornecedoras. Foi isso o que aconteceu. Foi omissso. E foi omissso porque tinha interesse.

É o mesmo Presidente que não manda a PF investigar suspeita de um Senador que comprou a mansão do nada de 6 milhões. Será que tem alguma coisa a ver com isso? Quem sabe as próximas revelações dirão muito mais.

Esta Casa tem que tomar providência. Além da CPI do Senado -- vou concluir, Sr. Presidente --, esta Casa tem que agir. O Ministro da Saúde tem que vir a algumas Comissões para prestar esclarecimentos, no mínimo! Se esta Câmara dos Deputados defende o povo, o interesse público, tem compromisso com a verdade, com a transparência e com a honestidade, tem que agir duramente contra a corrupção que fizeram na compra de vacina, com o aval do Sr. Presidente Bolsonaro.

Documento 441/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:08
Publ.: DCD - 25/06/2021 - TITO-AVANTE -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imediato fornecimento às municipalidades da região oeste do Estado da Bahia, pelo Ministério da Saúde, de equipamentos destinados ao tratamento da Covid-19.

O SR. TITO (AVANTE - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero, nesta manhã, fazer um apelo ao Ministro Marcelo Queiroga, o nosso atual Ministro da Saúde, tendo em vista a gravidade da situação da região oeste do Estado da Bahia no que se refere ao enfrentamento à pandemia da COVID. A região oeste da Bahia está em colapso no que diz respeito ao enfrentamento à COVID. Isso porque a ocupação dos leitos de UTI existentes aqui na região, no Hospital do Oeste, é superior a 90%, chegando a 100% em alguns momentos. Cidadãos baianos estão sendo transferidos, por UTI aérea, aqui do oeste para a

capital e para outras cidades.

Quero apelar para a sensibilidade do Ministro com relação à grave situação que vive a nossa região. Os Prefeitos do oeste têm enviado ofícios ao Ministério em que solicitam equipamentos para ampliarem o atendimento à população, a exemplo de respiradores móveis, bombas de infusão, monitores cardíacos, além de concentradores de oxigênio. Esses pedidos têm sido feitos pelos próprios Municípios, pela própria Secretaria de Estado da Bahia, porque são equipamentos imprescindíveis para a proteção da saúde da nossa população. Esses equipamentos ajudarão a salvar muitas vidas, Presidente.

Dessa forma, peço ao Ministro Marcelo Queiroga que atenda à Bahia com mais esses equipamentos, não obstante já termos conseguido implantar no Hospital do Oeste 40 leitos de UTI por meio de parceria com o Governo Federal e o Governo do Estado, através do ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Agora apelamos ao Ministro Marcelo Queiroga, para que avalie esses pedidos do Estado da Bahia que tramitam no Ministério da Saúde, para que a nossa população fique protegida. O Município de Barreiras, por exemplo, que tem mais de 153 mil habitantes, já está se aproximando do número de 300 vítimas fatais em função do coronavírus. Portanto, quero deixar aqui, nesta manhã, o meu apelo ao Ministério da Saúde para que amplie a parceria com o Estado da Bahia, para que destine os equipamentos solicitados há algumas semanas, porque cada dia que conseguirmos antecipar para a entrega desses aparelhos representa mais vidas protegidas.

Presidente, peço que este meu pronunciamento tenha ampla divulgação nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Bom dia e muito obrigado.

Documento 442/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:28
Publ.: DCD - 25/06/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não realização dos festejos de São João em face da epidemia de coronavírus. Apoio ao isolamento social decretado pelos Governos Estaduais e Municipais. Solidariedade aos familiares dos 500 mil brasileiros falecidos em decorrência da Covid-19. Investigação e punição de responsáveis por mortes provocadas pelo coronavírus. Saudações aos forrozeiros no Estado da Bahia e na Região

Nordeste.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje é 24 de junho, Dia de São João.

Sr. Presidente, se não fosse a pandemia, milhões de brasileiros estariam comemorando essa que é a maior festa popular de todo o País. Ela reúne gente em todas as dimensões, nos grandes, médios e pequenos eventos, nas praças, nos distritos e nos grandes centros. Muitos eventos também acontecem nos povoados, às vezes até sob a sombra de uma árvore.

Infelizmente, estamos no segundo ano sem realizar essa grande festa em função da pandemia. Isso não só provoca um grande afastamento de famílias que se reúnem nesse período, mas também tem dimensão econômica extraordinária. Muita gente sobrevive dessa atividade turística e cultural, mas, infelizmente, não pode realizá-la pelo segundo ano consecutivo.

Nós queremos dizer que concordamos com todas as iniciativas dos Governos Municipais e dos Governos Estaduais que garantem o afastamento social neste momento e identificam a impossibilidade de realização desse evento. Ao mesmo tempo em que manifestamos solidariedade aos mais de 500 mil brasileiros mortos, queremos aqui condenar a atitude do Governo Federal. Há responsáveis por isso, há crimes cometidos. Esses crimes precisam ser investigados - e serão investigados! Os responsáveis por eles serão punidos.

Quero aqui também prestar minha solidariedade a todos os forrozeiros, que trabalham nesses eventos e estão diretamente prejudicados. Em nome de forrozeiros conhecidos na Bahia, como Adelmário Coelho, Del Feliz, Zelito Miranda e tantos outros, eu quero transmitir um abraço a todos aqueles que, com a sanfona, a zabumba e o triângulo, alegrem as pessoas. Que logo possam voltar a alegrar os baianos, os nordestinos, os brasileiros.

Viva São João!

Documento 443/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:28
Publ.: DCD - 25/06/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Agradecimento a Parlamentares pelo apoio à causa indígena. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de matéria prejudicial aos povos originários. Necessidade de investigação do escândalo da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Defesa de apuração de crimes ambientais praticados pelo ex-Ministro Ricardo Salles, bem como do seu envolvimento no contrabando de madeira. Investigação de crimes do Governo Jair Bolsonaro relacionados à saúde pública. Homenagem aos povos indígenas, em especial ao pai da oradora, ao ensejo do transcurso do Dia de São João.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
- Bom dia, Sr. Presidente, todos os membros desta Casa, Srs. Parlamentares aqui presentes e também de forma virtual.

Hoje, trago a esta plenária um agradecimento a todos pelo apoio que os povos indígenas receberam ontem, em relação à luta pelos seus direitos na Comissão de Constituição e Justiça. Foi um dia muito longo, e um dia triste, pois vimos que passou um texto contrário à nossa Constituição Federal, pois retalha o direito estabelecido no art. 231, bem como pela forma com que os povos indígenas foram tratados, como se não fossem povos originários, cidadãos brasileiros.

Quero me solidarizar com todos e agradecer o apoio que tive em relação aos diversos ataques que sofri, inclusive por membros desta Casa, que não conseguem entender os povos indígenas e a diversidade do Brasil. Eles faziam chacota e até mesmo gritavam nos corredores que os indígenas eram assassinos e outras formas de manifestação que não contribuem em nada para a consolidação dos direitos constitucionais.

Mas hoje também é o dia em que precisamos mostrar à sociedade brasileira qual é a prioridade do nosso País, qual é a prioridade da Nação brasileira. É justamente defender os direitos fundamentais, a saúde, a vida, a integridade física, e combater a corrupção, Deputada Erika.

Temos visto, nos últimos dias, denúncias que não podem ser rechaçadas ou desconsideradas também pela sociedade. Há o escândalo sobre compra da Covaxin. Tem que se passar pano, fechar os olhos? Eu insisto: essa denúncia tem que ser apurada, a sociedade deve acompanhar os casos de corrupção que envolvem este Governo.

Também repudio a questão do Ministro do Meio Ambiente. Ele foi demitido, e já foi tarde, mas o substituto vai na mesma linha. E nós queremos ver apurados os crimes. Inclusive, não podemos esquecer este crime que a Polícia Federal denunciou, sobre compra ilegal de

madeira da Amazônia para envio ao exterior. O povo brasileiro tem que ter memória.

É preciso apurar também os diversos crimes relacionados à questão da saúde. É importante que a sociedade verifique que essa prioridade é nossa, é prioridade de todos os brasileiros, para que recurso público não seja jogado fora ou envolvido em questões escandalosas.

Neste Dia de São João, quero fazer uma homenagem aos povos indígenas. O aniversário do meu pai seria hoje. Colocaram o nome dele de João justamente porque ele nasceu no dia 24 de junho. Ele era um grande indígena que trabalhava com medicina tradicional, Sr. Presidente. Infelizmente, ele já se foi, mas esta data sempre vai ser lembrada, 24 de junho, Dia de São João Batista. Esta foi uma homenagem que fizeram ao meu pai, deram a ele o nome de João.

Agradeço a todos os "Joões" e a todo o povo que celebra o Dia de São João.

Deixo registrada a minha homenagem aos povos indígenas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 444/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:32
Publ.: DCD - 25/06/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a credibilidade de interpelações e afirmações do Senador Randolfe Rodrigues na CPI da Covid. Inconsistência da denúncia do Deputado Luis Miranda sobre a compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Lista de membros do PT investigados ou condenados por corrupção. Desvio de 47 bilhões de reais pelo governo petista. Contrariedade à comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas, pela Esquerda, com relação à epidemia de coronavírus. Necessidade de investigação do laboratório de Wuhan, origem do coronavírus, na República Popular da China.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Odorico, é uma satisfação estar no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Eu vou relatar um fato que aconteceu ontem. Nós ficamos muito



ligados a fatos políticos e perdemos o sentimento em alguns momentos.

Ontem, eu estava no meu apartamento funcional e saí para dar uma caminhada, às 10 horas da noite, quando chegou o Senador Randolfe Rodrigues, acompanhado de mais um Deputado, ao meu prédio. Eu perguntei a ele, Presidente Odorico: "*Senador, o senhor realmente acredita no que o senhor diz? O senhor acredita nas perguntas e nas afirmações que o senhor faz na CPI da COVID?*" Ele olhou nos meus olhos e disse: "*Acredito*". Mas sabe quando olhamos nos olhos de uma pessoa e não temos certeza de que o que ela disse representa o puro sentimento dela?

Essa foi a sensação que eu tive ontem quando vi pela televisão o Deputado Luiz Miranda - temos que avaliar o seu histórico - fazer denúncias contra o Governo em relação à Covaxin. Muitos Deputados disseram aqui: "*Se houve empenho, isso caracteriza crime*". Nada disso. Crime é caracterizado quando há pagamento e recebimento. Quando alguém empenha um valor, pode pedir Tomada de Contas Especial e não efetuar esse pagamento. Não foi efetuado. Então, trata-se de mais uma bravata, de mais uma forma de degradar um Governo que se preocupa com os recursos públicos.

Eu vou citar agora integrantes do PT, que gosta muito de gritar aqui na Câmara dos Deputados. Ou foram investigados ou foram condenados. Cito Aloizio Mercadante, Antonio Palocci, Delúbio Soares, Dilma Rousseff, Fernando Haddad, Fernando Pimentel, Gleisi Hoffmann, Guido Mantega, Humberto Costa, Jaques Wagner, João Paulo Cunha, João Vaccari Neto, José Dirceu, José Genoíno, Lindbergh Farias, Lula, Marco Maia e Paulo Bernardo. Foram 4.880 dias de corrupção no Governo do PT, mais de 47 bilhões desviados. Qualquer diretor da PETROBRAS tinha 70 milhões, 80 milhões na Suíça, que, infelizmente, era a cumbuca do mundo em relação aos desvios de recursos do Governo brasileiro.

Volto a falar de ontem à noite. Quando regresssei ao meu apartamento funcional, estava acontecendo uma cantoria em um dos apartamentos do meu prédio. Estavam celebrando o quê? As 500 mil mortes? Por que os Deputados ficam tão coniventes aqui no plenário e não lembram que, de janeiro para cá, infelizmente, faleceram 2 milhões e 100 mil brasileiros: 1 milhão e 600 mil por outras causas e 500 mil por COVID, lamentavelmente.

Eu quero ver aqui algum Parlamentar da Esquerda chamar o Presidente Biden de genocida. Nos Estados Unidos, quando 300 mil americanos já haviam falecido, começou a vacinação, e lá o número de mortos já chegou a 600 mil.

O vírus é chinês. Vamos descobrir muita coisa do que aconteceu no laboratório de Wuhan.

Quanto a essas narrativas de hoje, são mentirosas. Não há nada como o tempo. O tempo requer paciência, e a verdade nem sempre precisa de pressa.

Muito obrigado, Presidente Odorico.

Documento 445/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:36
Publ.: DCD - 25/06/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter falacioso do discurso de Deputados sobre a necessidade de aprovação de proposições governamentais, para a reversão das crises socioeconômica, política e ambiental, a geração de novos empregos e a assistência às camadas menos favorecidas. Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Reajuste nos preços do gás de cozinha, de alimentos e combustíveis. Instalação da CPI da Covid pelo Senado Federal. Omissão da Casa na abertura de CPI para investigação de crimes praticados pelo ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Inadmissibilidade de transformação da Câmara dos Deputados em puxadinho do Palácio do Planalto. Imediata abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dialogar com V.Exas. sobre o momento que estamos vivendo. Sempre que estamos na Câmara debatendo um projeto, um conjunto de Deputados diz que o objetivo é resolver a crise econômica no Brasil, a crise política, a crise social, a crise ambiental, é cuidar dos pobres, cuidar do povo, gerar empregos, criar postos de trabalho, desenvolver o Brasil. Já foram feitas várias reformas, como a reforma da Previdência. Foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, que congelou o orçamento de serviços públicos. O Governo Bolsonaro cortou recursos da educação, das universidades públicas, cortou recursos da saúde, em plena pandemia. Agora, no período do Governo Bolsonaro, há mais de 15 milhões de desempregados. O preço do gás, do arroz, da carne, da gasolina aumenta todo dia.

Se não bastasse isso, Sr. Presidente, escândalos aparecem cada vez mais no Governo Bolsonaro. O Senado instalou uma CPI para

investigar toda essa crise relacionada à área de saúde no Brasil. A Câmara Federal não teve coragem de criar uma CPI para investigar o denunciado Ricardo Salles, ex-Ministro do Meio Ambiente. Ele foi o pior Ministro do Meio Ambiente da história da República brasileira, e a Câmara até hoje não teve coragem de instalar uma CPI para investigá-lo. Há mais de cem pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro! E a Câmara dos Deputados não abre o processo de *impeachment*.

Estou dizendo isso porque não dá para aceitar, Sr. Presidente, sobretudo na crise que estamos vivendo no Brasil, que a Câmara dos Deputados seja um puxadinho do Palácio do Planalto, que a Câmara dos Deputados faça a vontade de Bolsonaro. Nós não podemos aceitar isso, não! Somos eleitos pelo povo, temos que defender o povo, temos que trabalhar pelo povo, não podemos ficar aqui defendendo este Governo genocida, o Governo Bolsonaro.

Por isso, Sr. Presidente, *impeachment* de Bolsonaro imediatamente!

Documento 446/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:40
Publ.: DCD - 25/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Mentiras e corrupção como marcas do Governo Jair Bolsonaro. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Reajuste nos preços de alimentos e combustíveis. Quadro de fome e desemprego reinante no País. Resistência de defensores e integrantes do Governo Jair Bolsonaro às medidas preventivas da Covid-19, não obstante o alcance, pelo País, do nefasto marco de 507 mil óbitos decorrentes da doença viral. Expectativa quanto ao afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares e população brasileira que nos acompanha, quanto mais eu ouço os Deputados da base aliada, mais me convenço de que este Governo se apoia em mentiras. É impressionante! Eles mentem todos os dias, insistem nas mesmas mentiras e, é claro, acabam acreditando nas inúmeras mentiras que são contadas todos os dias. Este é um Governo que se fundamenta em mentiras.

Mas não se trata só de mentiras. A cada dia este Governo revela, em

todos os sentidos, que está envolvido em práticas de corrupção. É preciso que haja uma investigação urgente.

Por isso, faço mais uma vez um pedido ao Presidente desta Casa. Vamos pegar pelo menos um dos pedidos de *impeachment* que estão nesta Casa - são mais de 115 - e vamos abrir um processo de investigação para impedir o Presidente genocida, que só faz aumentar o preço dos alimentos nos supermercados, aumentar o preço dos combustíveis, aumentar a fome, o desemprego, aumentar o sofrimento do povo brasileiro. Mais de 507 mil pessoas já morreram de COVID-19, e defensores do Governo e integrantes do próprio Governo insistem em não usar máscaras, não respeitar o distanciamento social e pregar, irresponsavelmente, o tratamento precoce, que sabidamente não tem efeito no caso da COVID-19.

Este Governo é o Governo da mentira. Eu tenho muita esperança de que, com os desdobramentos da CPI da COVID, com as manifestações que ocorreram em maio e no dia 19 de junho, com as manifestações que nós teremos no próximo mês, no dia 24 de julho, nós haveremos de derrubar este Governo, porque este Governo é o Governo da morte; é o Governo contra a vida; é o Governo do autoritarismo contra a democracia; é um Governo desumano e mentiroso, contra o povo brasileiro.

Peço, Sr. Presidente, que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 447/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:44
Publ.: DCD - 25/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Insensibilidade dos governistas diante do registro de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Proteção do Presidente da República ao então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, investigado pelo Supremo Tribunal Federal. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio. Afronta à Constituição Federal e aos direitos dos povos originários pela proposição. Associação da oradora à manifestação da Deputada Talíria Petrone, contra as declarações de cunho racista do Presidente Arthur Lira em relação aos indígenas. Repúdio à iniciativa da Presidência de interpelação extrajudicial da Parlamentar do PSOL. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da

situação por que passa a população brasileira.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - É impressionante como os áulicos de Jair Bolsonaro, pela sua omissão e pelas suas ações, acabam se tornando cúmplices da tragédia que o Brasil está vivenciando neste momento.

Eles querem que nós não falemos das pessoas que se foram em razão da COVID. Eles querem ignorar mais de 500 mil mortes por COVID neste País - mais de 500 mil mortes! Só que eles não conseguem arrancar essas pessoas da memória dos seus entes queridos. Diz o poeta: *"A saudade não é a ausência. A saudade é carregar alguém que não está conosco dentro de nós mesmos"*. Eles tentam, a todo custo, impor as suas mentiras a este País.

Este Governo não é só genocida; este Governo é extremamente corrupto. O Presidente da República busca proteger o Ministro do Meio Ambiente, impedindo que ele continue sendo investigado pelo Supremo, e coloca no Ministério outro tocador de boiada, coloca alguém de uma família de latifundiários que tem, inclusive, disputas com os territórios indígenas.

Indígenas foram vítimas e têm sido absolutamente desprezados por esta Casa, numa postura essencialmente racista. O Projeto de Lei nº 490, de 2007, afronta a Constituição brasileira. Ele tem características de negar os direitos dos povos originários.

Aqui nós vimos o Presidente da Casa falar expressões e elaborar conotações racistas - racistas! E, quando esse racismo foi pontuado pela Líder do PSOL, a Deputada Talíria Petrone, o que fez o Presidente da Casa? Não refletiu sobre as suas próprias palavras; não refletiu sobre um racismo que, muitas vezes, está entranhado e nem é percebido enquanto tal. Está entranhado, naturalizado. O Presidente usa a estrutura da Casa - a estrutura da Casa! - para interpelar extrajudicialmente uma Parlamentar, que disse que as suas palavras têm conotação racista. E eu assino embaixo: têm conotação racista, sim! Desprezar um povo com suas crenças, com sua cultura, com sua ancestralidade tem conotações racistas, sim!

O Presidente da Casa busca interpelar extrajudicialmente uma Parlamentar. Isso nunca aconteceu nesta Casa. Aliás, muita coisa que temos visto neste País tem um ineditismo macabro. Neste País, o Presidente da República se farta de picanhas, de leite condensado, de cerveja; se farta disso com recursos públicos. Neste País, grande parcela da população passa fome, vivencia o desemprego, vivencia a morte, que poderia ser evitada.

Bolsonaro genocida!

Documento 448/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:52
Publ.: DCD - 25/06/2021 - PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 2.588, de 2019, de autoria do orador , sobre a instituição da política nacional de redução dos preços do gás liquefeito de petróleo para consumidores de baixa renda. Cartelização do setor de revenda de combustíveis no País. Apresentação pelo orador dos Projetos de Lei de nºs 2.486, de 2020, acerca do estabelecimento do auxílio emergencial nos valores de 600 e 1.200 reais, pagos pela rede bancária e agências lotéricas; e 3.891, de 2020, relativo à redução em 50% dos vencimentos de Vereador, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Presidente da República e Vice-Presidente da República, Ministros, Secretários e demais autoridades das cúpulas dos Poderes da República, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, durante a emergência de pública decorrente da epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de demarcação de terras indígenas.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a minha Bíblia, o Livro Sagrado, nas mãos, eu quero dizer que a Bíblia diz que os que confiam no Senhor são como o Monte Sião, que não se abala, mas permanece para sempre.

Digo a V.Exas. que continuo cobrando desta Casa e do Governo a redução do preço do gás de cozinha e dos combustíveis. Tenho um projeto nesta Casa nesse sentido. Esta é uma luta antiga. Não posso entrar aqui com um botijão de gás no ombro, por causa da segurança. O gás de cozinha é produto importante da cesta básica. E há um cartel, uma verdadeira máfia. O gás de cozinha custava entre 32 e 33 reais antes deste Governo, que aí está. Hoje está custando 80 reais, 90 reais. No setor de combustível, existe um verdadeiro cartel.

O povo precisa de alimentos mais baratos. Temos lutado muito para o auxílio emergencial retornar ao valor de 600 reais. Esta é uma luta minha. Este é um projeto meu. Sr. Presidente, 150 reais, 160 reais não dão para nada!

Propus, inclusive, projeto que cortasse 50% do salário das autoridades

desta Nação - de Deputados, de políticos, do Judiciário, das Forças Armadas, de todos os Poderes -, enquanto durar a pandemia.

Temos lutado - lutado muito! - nesta Casa para ver todo o povo vacinado. O povo precisa da vacina. O povo precisa de saúde. O povo precisa de alimento. Não é momento para guerra, não é momento para confronto. Precisamos invocar o Deus da paz, para que nos abençoe.

Ontem, quase tivemos uma tragédia envolvendo o povo indígena, que precisa de respeito, que precisa ter suas terras demarcadas.

Parabenizo o Estado de V.Exa., Sr. Presidente, por oferecer um homem, embora com os cabelos brancos, jovem pela sua postura ética, com esforço e trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 449/557

51.2021.B	Sessão Outro Evento	24/06/2021-11:56
Publ.: DCD - 25/06/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de investigação imparcial da denúncia do Deputado Luis Miranda, a respeito da compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a denúncia do Deputado Luis Miranda precisa ser investigada. Até semana passada, o Deputado Luis Miranda, estando entre nós, muitas vezes foi elogiado, incensado pelo seu desempenho parlamentar.

A minha surpresa hoje é ver muitos daqueles que antes o elogiavam agora o criticarem, exporem de maneira crítica e de certa forma até pejorativa alguns atributos de sua personalidade sem antes aguardarem eventuais provas que ele possa vir a apresentar amanhã na CPI.

Pode ter sido um blefe do Deputado Luis Miranda e do irmão dele? Pode. Podem estar ambos falando a verdade? Sim. Isso é verossímil.

Isso é possível. Vamos aguardar, com prudência, com serenidade, com equilíbrio, para avaliarmos, amanhã, quais as provas que o Deputado Luis Miranda e o irmão dele têm que robusteçam, confortem e guarneçam as alegações dele.

Também é importante asseverar, Sr. Presidente, que foi erro crasso do Governo Bolsonaro determinar a investigação do denunciante, que é um servidor público de carreira. Qual é a mensagem que ele está passando para todos os servidores? A mensagem é a seguinte: "*Servidores, se detectarem alguma irregularidade, alguma ilicitude, pensem antes de denunciar, porque, se denunciarem, podem vir a ser processados*". Isso não é saudável para a administração pública!

Um Deputado agora há pouco disse que o crime de corrupção só se consuma com o recebimento do dinheiro. Não é verdade! O crime de corrupção é um crime formal, que se consuma com uma simples conduta, embora na descrição do tipo penal conste a menção ao resultado. Mas a doutrina e jurisprudência são unânimes no sentido de que o crime de corrupção é um crime formal.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso investigar. Vamos investigar, imparcialmente, para chegar à verdade. Afinal, os bens jurídicos atingidos não são do Governo, mas da coletividade, expressão do Estado brasileiro.

Que o meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente!

Documento 450/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-24/06/2021-
	CD	12:08
Publ.: DCD - 25/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.330, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.656, de 1998, para ampliação do acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares, de uso oral, pelos usuários de planos de assistência à saúde. Apuração de denúncia de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, somos favoráveis, para ampliarmos o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde.

A tudo o que for encaminhado a esta Casa para a melhoria da saúde e do Sistema Único de Saúde - SUS, vamos votar favoravelmente. Mas é importante denunciarmos hoje que em relação ao Governo, no tema de aquisição da vacina, na área da saúde, há a gravíssima denúncia de superfaturamento da compra da vacina da Índia, a Covaxin. Isso precisa ser apurado, pois temos um superfaturamento - cada dose a 15 dólares -, ao mesmo tempo intermediado, e não sei por que razão, por uma empresa suspeita da fraude. Isso precisa ser apurado!

Documento 451/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2021- CD	12:28
Publ.: DCD - 25/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à dedução do Imposto de Renda de gastos com o tratamento de complicações e sequelas da Covid-19, bem como à isenção de carências para processos de aposentadoria. Vinculação entre o boicote do Presidente Jair Bolsonaro às medidas de combate à epidemia de coronavírus, e a morte de milhares de brasileiros provocada pela doença viral.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós também orientamos "sim". Queremos parabenizar o Deputado Wolney Queiroz pelo projeto que foi bem explicitado. As pessoas sequeladas por causa da COVID terão esses estímulos. Então, votamos "sim" pelo PT, parabenizando a iniciativa do Deputado Wolney.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar que esta é uma semana de luto. Os sequelados são os que conseguiram sobreviver. Temos que ter, sim, políticas solidárias a eles, mas meio milhão de pessoas - já passam agora de 500 mil pessoas - morreram por causa da COVID. E toda a medicina, todos os técnicos, todos os pesquisadores dessa área dizem que a maior parte dessas mortes poderia ter sido evitada se não houvesse uma política deliberada do Bolsonaro para que não houvesse vacina, para que houvesse aglomeração, para que não se usasse

máscara. Enfim, esse Governo genocida provocou tantas mortes. É por isso que precisamos dizer: Fora Bolsonaro!

Documento 452/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -24/06/2021- CD	12:32
Publ.: DCD - 25/06/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à dedução do Imposto de Renda de gastos com o tratamento de complicações e sequelas da Covid-19, bem como à isenção de carências para processos de aposentadoria. Homenagem à Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 - AVICO. Defesa de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade. A Minoria orienta "sim". A proposta trazida pelo Deputado Wolney Queiroz é extremamente importante, porque reconhece a existência no Brasil de milhões de brasileiros e brasileiras que se encontram neste momento com sequelas da COVID. Essas pessoas sobreviveram e ficaram marcadas, em todos os sentidos, físico e psíquico, pela doença que poderia ter sido evitada se tivéssemos vacina.

Agora, Sr. Presidente, eu quero, também em nome da Minoria, homenagear as associações que estão sendo formadas no Brasil, a AVICO - Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19, que reúne familiares, a liga nacional, as organizações nacionais, o sistema nacional. Organizem-se, e vamos fazer o *impeachment* de Bolsonaro, pelo genocídio que ele está cometendo.

Documento 453/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -24/06/2021- CD	12:40
Publ.: DCD - 25/06/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos 507 mil óbitos decorrentes da Covid-19. Aprovação, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de requerimento de indicação ao Ministério da Saúde, para renovação de contratos de médicos junto ao Programa Mais Médicos. Defesa de impeachment do Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente Odorico, é um prazer tê-lo na condução desta sessão.

Nós queremos registrar, claro, primeiro, o pesar pelas mais de 507 mil vítimas desse genocídio pelo qual o grande responsável é o Presidente Bolsonaro. Estudos mostram que três em cada quatro mortes pela pandemia precisam ser responsabilizadas, e o verdadeiro culpado é o Presidente.

Aproveito para registrar a aprovação, na Comissão de Seguridade Social e Família, de um requerimento ao Ministro da Saúde para renovar os contratos dos médicos que atuam no Programa Mais Médicos. É mais um crime desse Governo, Deputado Odorico, que preside esta Casa neste momento, permitir que não tenhamos médicos na atenção básica para milhares e milhares de famílias em nosso País. Precisamos renovar contratos que vão se encerrar agora no final de julho. E quero pedir a todos os Parlamentares mais essa ação em defesa da vida e da saúde.

Impeachment já! Fora, Bolsonaro!

Documento 454/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2021 - CD	12:40
Publ.: DCD - 25/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Wolney Queiroz pela apresentação do Projeto de Lei nº 1.100, de 2021, sobre a alteração das Leis de nºs 7.713, de 1988, e 8.213, de 1991, com vista à dedução do Imposto de Renda de gastos com o tratamento de complicações e sequelas da Covid-19, bem como à isenção de carências para processos de aposentadoria. Necessidade de investigação, pela CPI da Covid, da denúncia de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da

oradora.) - Presidente, quero apenas parabenizar o Deputado Wolney Queiroz pela iniciativa desse projeto, que tira a carência para aqueles trabalhadores e trabalhadoras que são sequelados da COVID. Ele primeiro rompe com o negacionismo que permeou este Brasil e que matou muita gente. Mas é um negacionismo muito doloso. Eu diria que nós estamos percebendo que ao negacionismo se alia o "negocionismo", porque há um negócio em curso com a contratação dessa vacina da Índia, com um prazo menor, um prazo de contratação bem reduzido, e, além disso, com um valor maior, e uma vacina que não tinha ainda autorização da ANVISA. É corrupção o que nós estamos vendo.

Aliás, é preciso que se investigue, e a CPI está investigando, por que o Presidente defendeu tanto a cloroquina. Seguramente por uma relação corrupta.

Documento 455/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2021- CD 12:52
Publ.: DCD - 25/06/2021 - MILTON COELHO-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Odorico Pinto. Maior atenção do Congresso Nacional com as ameaças do Presidente da República de instauração de regime autoritário no País. Relação entre a sabotagem e omissão do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia de coronavírus, e a morte de 500 mil brasileiros pela doença viral. Necessidade de manifestação da Casa a respeito dos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Manifesto de ex-Alunos da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, pelo impeachment do Presidente da República.

O SR. MILTON COELHO (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Quero inicialmente cumprimentar o Presidente desta sessão, o nobre Deputado, companheiro e amigo Odorico Monteiro. Tenho a dupla satisfação de falar hoje sob a vossa Presidência nesta sessão, Deputado Odorico Monteiro, e de trazer ao conhecimento do Brasil um manifesto de ex-alunos da Faculdade de Direito do Recife.

Antes de ler o manifesto, Presidente, gostaria de ressaltar que o Brasil passa por uma quadra difícil, talvez - e a história o dirá -, uma das mais difíceis quadras deste País, com a preparação em marcha da instauração de um regime autoritário, a partir do desmonte, do

desarranjo da Constituição de 1988, da disseminação da descrença nas instituições, sugerindo à Nação a substituição da vontade popular pela pólvora, como forma de legitimação dos governos.

Não nos podem passar despercebidas as emendas constitucionais que têm sido apresentadas nesta Casa, os movimentos políticos feitos pelo Governo Bolsonaro, quando quebra a disciplina das Forças Armadas, quando incentiva a participação de militares da ativa na atividade político-partidária, quando facilita o armamento da população brasileira. Houve um aumento de mais de 90% na venda de armas, segundo a Polícia Federal, só em 2020. Não temos ainda os números de 2021.

Portanto, Sr. Presidente, as instituições deste País e, especialmente, o Congresso Nacional e esta Casa, como acaba de dizer o Deputado Henrique Fontana, não podem silenciar, fingir que vivemos um momento de normalidade democrática, fingir que nada acontece neste momento que prejudique a democracia e que possa representar a quebra da ordem democrática, a quebra da ordem pública.

Quinhentas mil pessoas morreram neste País no último ano e meio por ação, omissão ou sabotagem do Governo comandado por Jair Bolsonaro. Portanto, o País não pode fingir que nada aconteceu, e esta Casa tem que se manifestar acerca dos crimes de responsabilidade do Presidente da República.

Passo, Sr. Presidente, a ler o *Manifesto de Ex-alunos da Faculdade de Direito do Recife-UFPE pelo Impeachment do Presidente da República*. Esse manifesto foi assinado por cinco Deputados Federais ex-alunos daquela casa, entre os quais eu me incluo.

Assim como Joaquim Nabuco, ex-aluno da Faculdade de Direito do Recife, que não fechou os olhos diante da tragédia humana que fora a escravidão, nós, egressos da Faculdade de Direito do Recife, temos a obrigação de nos posicionar diante do estado atual de coisas que vive o nosso país.

Entendemos que o silêncio não é uma opção. Não é possível assistirmos inertes a um processo de rápida e manifesta degradação das instituições, dos direitos fundamentais e do regime democrático, conquistados, como todos sabemos, a partir da destemida luta civilizatória de muitas gerações, a qual resultou na Constituição brasileira de 1988, a Constituição-Cidadã, como a definiu Ulysses Guimarães, cujo grito ainda ecoa: temos "ódio e nojo" a regimes autoritários.

É preciso, neste sentido, dizer não a quem lança dúvidas e desfere ataques, reiteradas vezes, sob a luz do dia e em praça pública, a nossas instituições democráticas e republicanas, naquilo que têm de

mais central, como a confiança em eleições diretas, livres e periódicas, a promoção à forma federativa de Estado em regime de cooperação, bem como do respeito às recíprocas contenções exercidas pelos Poderes da República.

É preciso dizer não, ainda, a quem agride os direitos individuais, sociais, culturais, a preservação do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações, e não respeita as diferenças que dão concretude à dignidade da pessoa humana.

É preciso dizer não a quem corrói e subverte as liberdades de expressão, de informação, de imprensa, de cátedra e o pluralismo político, quer seja com sistemática fabricação de notícias falsas, quer seja no uso do aparato estatal para perseguir e intimidar jornalistas, professores, opositores e cientistas.

É preciso dizer não a quem negou e continua a negar a importância da ciência, do sistema público e universal de saúde e da interlocução pacífica com a comunidade internacional na busca da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

É preciso dizer não, por fim, a quem agiu criminosamente no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, causando dor e flagelo a mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras (...).

Queremos um País melhor, queremos sonhar, queremos que novas gerações tenham esse direito. Precisamos reavivar no coração dos brasileiros a esperança, e ela está na prevalência da Constituição e da democracia, soberanamente consagradas em 1988 pelo povo e pelo poder constituinte.

É preciso dizer não a Jair Messias Bolsonaro. É preciso dizer sim ao seu impeachment.

Recife, 21 de junho de 2021.

Fico por aqui.

Muito obrigado a todos.

Documento 456/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2021 - CD	13:00
Publ.: DCD - 25/06/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Deputado Milton Coelho pela leitura do Manifesto de ex-Alunos da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, pelo impeachment do Presidente da República. Pedido à Presidência de adiamento da apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável configurativa de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado por conceder esse tempo.

Eu quero inicialmente saudar o Deputado Milton Coelho, meu conterrâneo, pela leitura desse manifesto dos ex-alunos da Faculdade de Direito do Recife, da qual sou egresso, um documento do qual eu também sou subscritor. Fiquei feliz ao vê-lo fazer a leitura desse manifesto tão importante da nossa querida Faculdade de Direito do Recife na tribuna da Câmara dos Deputados.

O assunto que eu trago a V.Exa., Presidente, é uma ponderação à Mesa para que nós não apreciemos o PLP 9 na tarde de hoje. Presidente, nós tivemos sessões aqui, na segunda, na terça, na quarta, sempre até tarde da noite, e estamos na sessão hoje desde cedo. Esse PLP 9 é um projeto de lei complementar e exige quórum qualificado para aprovação. E o tema do projeto é delicado, polêmico. Eu acho que não é adequado que ele seja votado numa quinta-feira, nas circunstâncias que temos hoje. Então, eu peço a V.Exa. o obséquio de consultar os Líderes sobre a conveniência de apreciarmos esse tema na tarde de hoje.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 457/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -24/06/2021- CD	13:16
Publ.: DCD - 25/06/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Registro do nefasto marco de 507 mil óbitos no País decorrentes da Covid-19.



Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro, e a morte de milhares de brasileiros pela doença viral. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Indignação da oradora com a não abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade. Gravidade das crises sanitária e econômica reinantes no País. Agravamento do desemprego no Brasil. Reajuste nos preços de alimentos e do gás de cozinha. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio; e da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, referente à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Denúncia de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Sugestão ao Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de apreensão do passaporte do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Redução, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do valor do auxílio emergencial. Realização de novas manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Anúncio de encaminhamento à Casa de superpedido de impeachment do Presidente da República.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao nosso Líder Alessandro Molon pela cedência do tempo.

Nós estamos diante de uma das quadras mais difíceis da nossa história. Não temos dúvida de que, com as 507 mil vidas perdidas para a COVID-19, vivemos um momento de dor e de luto profundos. São amores, pais, mães, brasileiros e brasileiras que tiveram a vida ceifada pelo vírus da COVID e pela ajuda que "Jair genocida Bolsonaro" deu para a proliferação do vírus no País.

Se as medidas sanitárias tivessem sido tomadas, se as 150 milhões de doses de vacina que foram oferecidas durante todo o ano de 2020 tivessem sido adquiridas e nós tivéssemos vacinado mais da metade do povo brasileiro ainda nos primeiros meses do ano de 2021, quantas vidas teriam sido poupadas? Se nós não tivéssemos um Presidente obscurantista, que faz propaganda de um tratamento que não só não é eficaz, mas coloca em risco a vida da população, se ele não tivesse comprado por valores de até seis vezes a mais um tratamento ineficaz para a COVID-19 e tivesse ouvido a ciência, quantas vidas teriam sido poupadas?

Quero me solidarizar com cada um dos familiares, dos amigos desses 507 mil brasileiros e brasileiras. Nós mesmos - eu, pessoalmente, e imagino que muitos Deputados e Deputadas também - tivemos muitos amigos perdidos nesse processo, inclusive colegas nossos.

É verdadeiramente inadmissível o silêncio ensurdecido da Câmara dos Deputados. Como é que a Câmara, no pior momento da nossa

história, se abstém de cumprir o seu papel, que é dar sequência à investigação e à abertura do pedido de *impeachment* pelos crimes de responsabilidade cometidos contra o povo brasileiro?

Estamos na pior crise sanitária da nossa história, numa crise econômica profunda, anterior à pandemia, uma crise que começou lá em 2014, mas que se potencializou com uma agenda econômica antipovo. Eles fizeram reforma trabalhista dizendo que geraria emprego. Nós temos o maior desemprego da nossa história e a marca de 34 milhões de brasileiros e brasileiras entre desempregados, desalentados ou pessoas que não recebem sequer o mínimo para viver a partir da jornada intermitente. Tivemos a reforma da Previdência, que excluiu milhões de brasileiros da Previdência Social. Temos uma política voltada para o interesse de uma minoria elitista, que, com essa lógica da economia de exportação, lastreada no dólar, faz com que o nosso povo, sofrendo sem emprego, sofrendo com arrocho salarial e com a carestia, ainda pague pelo arroz um preço 80% mais alto, ainda pague pela carne um absurdo. Aliás, a carne tem saído da mesa do povo brasileiro não pela questão do debate legítimo e necessário do veganismo, mas pela falta de recursos do povo para adquirir carne. O gás de cozinha está quase 100 reais. É um assalto ao povo brasileiro!

Ao mesmo tempo, nós temos um governo que aproveita a pandemia, potencializa o vírus no País e ainda passa uma boiada - ainda passa uma boiada -, como o PL 490/2007, que foi votado na CCJ, e a MP de privatização da ELETROBRAS. E quer seguir passando a boiada, eivado de crimes de responsabilidade na pandemia e também de corrupção. Há essas denúncias em relação à Precisa e à compra da Covaxin, com cláusulas extremamente benéficas para a empresa, a um custo altíssimo. É a mais cara dose dos contratos assinados. Isso é gravíssimo! Soma-se a isso um conjunto de fatos graves, como, por exemplo, aquele que até ontem foi Ministro do Meio Ambiente ser investigado por legalizar madeira ilegal.

Caiu o Salles, e é muito importante que tenha caído o Salles, mas nós sabemos que não basta ele cair. O lugar do Salles é na cadeia. Por isso, eu requisitei e sugeri ao Ministro Alexandre de Moraes que apreenda o passaporte desse criminoso, porque tem sido corriqueiro no Governo do Bolsonaro os investigados, como o Weintraub, fugirem da Justiça e não responderem pelos crimes que cometeram.

A situação é gravíssima, e o povo começou a dizer "basta". Nós tentamos, desde o início, lutar contra a COVID e demos até condições para que o Governo tivesse o "orçamento de guerra" para enfrentar o vírus, com a Oposição votando a favor. Nós garantimos o auxílio emergencial por meio da Câmara dos Deputados, derrotando o Guedes. O auxílio agora foi rebaixado e não chega a muitos brasileiros

e brasileiras que precisam dele.

Nós sabemos que, quando o Governo é mais letal que o vírus, é preciso ir às ruas. E já se passou da hora de dizer basta. É preciso ampliar as mobilizações, respeitando as medidas sanitárias e usando o álcool gel, como nós fizemos em 29 de maio, com meio milhão de brasileiros, como nós fizemos em 19 de junho, com quase 1 milhão de brasileiros, em mais de 400 cidades. Agora, com um novo calendário, teremos o dia 24 de julho como data importantíssima de mobilização no País. Em 13 de julho, vamos fazer um aquecimento e fortalecer a luta de rua para pressionar a Câmara, porque é inadmissível o silêncio desta Casa. É inadmissível que não se tenha aberto nenhum dos pedidos de *impeachment* desse criminoso. Não é possível seguir com esse delinquente na Presidência da República. Nós não aceitamos o que está acontecendo com o nosso povo.

Mas, além de lágrimas, além do luto pelas vidas perdidas, nós dedicaremos o melhor das nossas forças à luta de rua, à luta de mobilização, à unidade dos pedidos de *impeachment*. Um superpedido de *impeachment* vai ser protocolado na semana que vem, unindo personalidades, partidos, movimentos sociais, unificando os mais de 100 pedidos de *impeachment* que se encontram em alguma gaveta nesta Casa. A história cobra caro pelo silêncio e pela conivência.

Documento 458/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -24/06/2021- CD	15:16
Publ.: DCD - 25/06/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contra a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 64, de 1990, para disciplinamento da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável configuradora de ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa. Indignação do orador com a forma de condução dos trabalhos da CPI da Covid, especialmente com relação aos depoentes. Defesa de redução da maioria penal.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, de maneira bem

objetiva, pontuar três itens aqui.

O primeiro deles é que votei contra o Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, porque compreendo que facilitar a vida daqueles que cometem algum delito para a busca de futuros mandatos é deixá-los mais tranquilos. É como se fosse um prêmio ou um incentivo para que as pessoas não observem normas que são interessantes no processo, como já estava escrito na Lei nº 8.443, em seu art. 16, que dispõe sobre omissão no dever de prestar contas, prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, e dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo e antieconômico.

Ora, Sr. Presidente, o cidadão é julgado por contas irregulares sem imputação de débito. Só há multa nesses três casos que mencionei. Ele paga a multa, e a questão do dolo fica questionável.

Eu quero compreender que o Brasil precisa estimular as boas práticas do gestor público. Inclusive, faço um registro de discordância do nosso Supremo Tribunal Federal com relação ao Ministro Moro. Aqui externo que sou bolsonarista, mas sou Moro também, porque entendo que ele representa a moralização do País.

Outro ponto, Sr. Presidente, que eu quero debater aqui é sobre a CPI.

A sensação que tenho, Deputado Otoni de Paula, quando eu assisto à CPI é que os Senadores, quando interpelam os convidados ou intimados, querem e insistem em colocar a resposta na boca dos intimados do jeito que pensam. Eles não respeitam o tempo nem respeitam a forma e a clareza daqueles que respondem, a ponto de não conseguirem efetivar a conclusão de suas respostas. É desse modo: "*Você tem que responder o que eu quero.*" Eu não sei se eles estão procurando holofotes ou se eles efetivamente querem prestar um bem para o Brasil quando praticam as suas ações como membros da CPI.

Todas as vezes em que assisti às reuniões - vou deixar clara a expressão aqui -, tive nojo da forma como essa CPI vem se conduzindo. Defendo a CPI e acho que tem que existir, mas a forma como a estão conduzindo deixa um sentimento ruim quanto à maturidade política do Senado Federal, sobretudo dos seus membros.

A última coisa, Sr. Presidente, que eu quero debater muito aqui é uma busca que faço desde quando eu era Deputado Estadual: a redução da maioria penal.

Sr. Presidente, a criança, quando nasce e começa a crescer, toca o seu dedinho no fogo e é punida por aquele ato que cometeu. À medida que o cidadão vai crescendo, ele também precisa perceber que a

punição vai crescendo de forma paralela ao seu crescimento biológico.

Não é justo que um cidadão, com 17 anos, 11 meses e 29 dias, de repente, num estalar de dedos, tenha uma punição muito pequena, mesmo que consciente, e que isso mude para uma punição que pode chegar a 30 anos.

Então, é um assunto que temos que debater aqui. Quero trazê-lo à baila muitas vezes.

Peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 459/557

70.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2021 - CD 15:32
Publ.: DCD - 25/06/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Matéria de autoria do jornalista Douglas Gravas, a respeito da emigração de profissionais qualificados do País. Aniquilamento, pelo Governo Jair Bolsonaro, da agenda em defesa da liberdade, contra a corrupção e pela transformação do Brasil. Estabelecimento de aliança entre petistas e bolsonaristas para abrandamento da Lei de Improbidade Administrativa, indicação do ex-Deputado José Dirceu à Procuradoria-Geral da República e do Juiz Kassio Nunes ao Supremo Tribunal Federal. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Insatisfação com a proposta governamental de reforma administrativa. Condição imposta pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, para redução da alíquota do Imposto de Renda. Sequestro e abandono, pelo Governo Jair Bolsonaro, de pautas do povo brasileiro por um País melhor. Repúdio ao lulismo, ao bolsonarismo e ao totalitarismo, bem como à corrupção e ao autoritarismo da Esquerda ou da Direita. Defesa de retomada das rédeas da governança do Brasil e da condução do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico, bem como do resgate da esperança do povo brasileiro em um País justo e desenvolvido.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita tristeza, leio matéria do jornalista Douglas Gavras que mostra que boa parte das mentes brasileiras, dos doutores, dos profissionais qualificados tem pedido visto permanente para morar em outros países.



O levantamento feito pelo jornalista mostra que, em 2019 e 2020, ao comparar com os anos de 2015 e 2016, houve um aumento de 135% nos pedidos de visto permanente para morar e trabalhar nos Estados Unidos. Quando comparamos com o resto do mundo, a soma das solicitações feitas por todas as nacionalidades teve uma queda, em 2020, de 13%.

As pessoas estão deixando de acreditar no nosso País. As pessoas estão deixando de trabalhar, de morar, estão abandonando o lugar onde foram criadas, onde têm a família, os amigos, onde moram as pessoas que elas amam, onde existe a cultura, a língua, a comida delas, onde há, enfim, tudo o que nós conhecemos para morar em outros países.

Eu lembro, Presidente, quando nós fomos às ruas em 2014, 2015, 2016 em defesa da liberdade, em defesa de um País melhor, de uma esperança que nos levava às ruas do combate à corrupção. Todas essas pautas foram absolutamente aniquiladas pelo bolsonarismo. Nem se sustenta mais o combate à corrupção. Agora há até petistas envolvidos em escândalo bolsonarista, no tratoração, recebendo tratores superfaturados, ou ainda na criação de empresas estatais. O PT sempre defendeu a aprovação da Lei de Abuso de Autoridade, mas nunca conseguiu, e o Bolsonaro conseguiu. Assistimos recentemente neste plenário a uma aliança entre petistas e bolsonaristas para aprovar o afrouxamento da Lei de Improbidade Administrativa. Há também alianças entre petistas e bolsonaristas para indicar um amigo de Zé Dirceu para a Procuradoria-Geral da República, para indicar Kassio Nunes para o Supremo Tribunal Federal, para criar junto com uma emenda do PSOL a figura do juiz de garantias e travar processos contra criminosos do País inteiro. Enfim, a agenda de combate à corrupção está andando para trás, está na marcha a ré.

A esperança que tínhamos num País melhor também foi destruída. É um Presidente, um Governo que se negou a adquirir vacinas e se dizia preocupado com a economia. Poderíamos crescer 7,5% neste ano, segundo estudo da IBRE/FGV, e vamos crescer 5%, dos quais 3,6% serão mero efeito estatístico, não vão se reverter em benefício na prática, em consumo das famílias, em aumento da renda na ponta. A esperança que nos levou às ruas em 2014, 2015, 2016 está absolutamente destruída por um Governo que sequestrou as pautas daqueles que foram às ruas contra o Governo Dilma, que sequestrou a pauta daqueles que foram às eleições em 2018 contra os desmandos e contra o maior escândalo de corrupção da história do nosso País, para combater os Governos petistas, que sequestrou todas essas agendas, como a liberal, por exemplo.

Que liberalismo sobrou neste Governo? Ele envia uma reforma administrativa que mexe na ponta com o policial, com o professor, com



o médico e não mexe com o juiz, com o promotor, com a elite do funcionalismo público e ainda faz Deputados da base bolsonarista não assinarem emenda de minha autoria para incluir todas as classes por pura birra. Independentemente se aquilo é bom ou é ruim para o País, boicotam a emenda simplesmente porque não é de alguém ligado ao Governo. Na reforma tributária, o Ministro da Economia faz chantagem ao dizer que vai tributar lucros e dividendos, mas que só vai abaixar o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica na mesma proporção se o Presidente Bolsonaro for reeleito.

Espere aí! Que tipo de liberalismo é esse que cria empresa estatal em momento de crise, que aumenta o próprio salário em momento de crise, supersalários, transforma o teto de 39 mil reais em piso para si mesmo e para os militares?

Todas as pautas que nos levaram a ter esperança no nosso País em 2014, 2015, 2016 foram sequestradas e abandonadas, e os nossos sonhos, destruídos, bem como a aspiração de termos finalmente uma voz de Direita, porque, depois do período de redemocratização, a Direita ficou maculada pelo período do golpe militar e da ditadura e se recuperava na redemocratização, combatendo os desmandos do PT. Essa Direita deveria agora mostrar como se faz um governo, como se dá liberdade ao cidadão para produzir e crescer e como ter um governo normal que saia do seu quintal.

Hoje, tudo que as pessoas querem é uma situação de normalidade, para parar de viver essa loucura, esse manicômio que estamos vivendo hoje - toda semana há uma crise nova, uma declaração nova, um escândalo novo. Isso faz com que as pessoas abandonem o nosso País, abandonem a esperança de continuar aqui trabalhando e lutando. Mas eu digo para todas essas pessoas que não percam as esperanças, não percam as esperanças porque nós somos a maioria. Nós que trabalhamos, estudamos, nos dedicamos, damos o nosso suor e o nosso sangue por este País somos a maioria. Nós que não queremos nem Lula nem Bolsonaro, que não queremos totalitarismo, não queremos autoritarismo nem de Esquerda nem de Direita, não queremos corrupção nem de Esquerda nem de Direita, somos a maioria neste País e por isso devemos conduzi-lo.

Não devemos nos incomodar com uma minoria de corruptos, com uma minoria de quadrilheiros, como uma minoria de criminosos que sequestrou este País em nome de interesses privados, seja de Esquerda, seja de Direita. Nós devemos conduzir esse processo histórico de mudança do nosso País. Abrir mão e desdar o braço a torcer para a vitória dessa minoria corrupta e dessa minoria corporativista é aceitar a derrota, é aceitar que eles venceram, é aceitar que os canalhas tiveram superioridade e supremacia sobre a população, a grande população que trabalha, que produz, que é

honesto e que se dedica a este País. Não podemos aceitar essa derrota. Não podemos aceitar esse escárnio. Não podemos aceitar o palco desse circo que nos faz de palhaço.

Nós devemos tomar as rédeas do Governo deste País. Nós devemos conduzir o processo histórico de retomada do crescimento do nosso País e de retomada da esperança. Não são os canalhas que vão nos expulsar daqui. Nós é que vamos incomodá-los e expulsá-los.

Obrigado, Presidente.

Documento 460/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 30/06/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo brasileiro diante do alcance do patamar de 510 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Negligência do Governo Federal no enfrentamento à doença viral. Revelação, pela CPI da Covid, da existência de esquema de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente da República, diante da omissão sobre a denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda. Necessidade de investigação do caso pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Tentativa de obstrução da Justiça pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni. Apoio ao superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho, nesta tarde, dizer que continuamos solidários à população brasileira, que vem sofrendo muito, neste momento, infelizmente, com a forma como o Governo Federal vem tratando a pandemia - esse verdadeiro extermínio da população brasileira, com mais de 510 mil mortes -, com negligência em relação à vacina, com a forma desdenhosa como o Presidente da República tratou essa situação, com os tratamentos que não servem para nada.

Agora, descobriu-se, pela CPI da COVID, um grande esquema de corrupção. Tem gente ganhando dinheiro, fazendo um grande negócio com as vacinas. O Governo, que recusou a oferta de várias vacinas, achou um esquema pes ado, nesse caso da vacina indiana Covaxin.

Isso foi comunicado pelo Deputado Luis Miranda e por seu irmão servidor público, Luis Ricardo Miranda, ao Presidente da República, que não tomou as providências cabíveis e ainda falou sobre o envolvimento do Líder do Governo nesse esquema criminoso.

Eu já dei entrada a duas PFCs relacionadas a esse caso e também à empresa Precisa. Nós precisamos investigar tanto no TCU como no Ministério Público. A Polícia Federal tem que entrar em campo.

Quero prestar minha solidariedade ao Deputado Luis Miranda, que teve coragem de denunciar isso na CPI.

Agora, convocamos o Ministro Onyx Lorenzoni, que na verdade está abusando do seu poder para tentar pressionar, inclusive, obstruir a Justiça.

Por isso, somos a favor do superpedido de *impeachment* que será feito na próxima quarta-feira. Vamos engrossar as manifestações no próximo sábado, 3 de julho.

Eu, como membro titular da Comissão da Reforma Administrativa, quero dizer que é importante destacar que, se o servidor Luis Ricardo Miranda não fosse um servidor estável, não haveria essa denúncia, porque ele cederia às pressões que foram feitas naquele momento, para que fosse pago, inclusive, antecipadamente um contrato reconhecidamente superfaturado.

Nós vamos para cima da reforma administrativa!

O Partido dos Trabalhadores já apresentou emendas, inclusive retirando privilégios, acabando com os privilégios, como a aposentadoria compulsória de juízes, e vamos derrubar a reforma administrativa.

Peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 461/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:08
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Superação do patamar de 513 mil mortes no País em decorrência da Covid-19.

Necessidade de investigação, pela Câmara dos Deputados, de denúncia de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. Protesto contra o anunciado reajuste de 52% na bandeira tarifária vermelha de energia elétrica.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham nesta sessão de Breves Comunicados, gostaria de continuar o que alguns Deputados já fizeram: a reflexão sobre as questões que estamos vivendo no País, neste momento, em relação à Covaxin.

Enquanto o Brasil passou de 513 mil óbitos, cada família que teve seu ente querido enterrado começa a avaliar que, se o Presidente da República e seus aliados não tivessem deixado de fazer os contratos certos para ficar ludibriando a população brasileira e fazendo contratos para encher os bolsos de alguém, várias pessoas, milhares de pessoas que foram a óbito, poderiam hoje estar aqui, com a sua vida plena, junto com os seus familiares.

Acho que esta Casa tem por obrigação se debruçar sobre o que foi denunciado no Senado por um Deputado Federal e pelo irmão dele, que é um servidor público. Todos nós temos que avaliar quanto é importante ter o serviço público, as garantias do serviço público, ter servidores públicos de carreira que possam garantir a verdade e a lisura dos processos.

Então, nessa questão da Covaxin, temos que ir a fundo, temos que saber a verdade, porque o povo brasileiro, especialmente a população que perdeu seus entes queridos, precisa saber da verdade.

E mais, Sr. Presidente, sabemos que a ANEEL, no dia de hoje, já colocou publicamente o aumento de 52% da bandeira de energia a ser praticada neste mês e nos próximos meses.

Como a população desempregada, como a população brasileira sem renda, recebendo esse auxílio emergencial entre 150 e 175 reais, como essa população vai de fato sobreviver, pagar as suas contas? E como aqueles pequenos que produzem no Brasil e que dependem de energia vão ter condições de manter os serviços? Ou aquele que emprega a sua família, aquele da agricultura familiar, aquele que precisa de energia e que vê a cada dia o Governo fazer um anúncio de que a energia vai subir, sem nenhuma providência para cuidar daqueles que mais precisam...

Estamos vivendo, em plena pandemia, também uma pandemia da economia em que as pessoas, além de passarem fome neste País, vão ficar fora do mercado e fora das possibilidades de qualquer produção

que dê condições de as famílias sobreviverem.

Era isso, Sr. Presidente. Que tenhamos uma semana de luta e de resistência!

Muito obrigada.

Documento 462/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:16
Publ.: DCD - 30/06/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo registro de meio milhão de mortes no País decorrentes da Covid-19. Gestão desastrosa do Presidente da República. Revelação, pela CPI da Covid, da existência de esquema de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde para a compra da vacina indiana Covaxin. Incompetência e corrupção como marcas indelévels do Governo Jair Bolsonaro. Prática do crime de genocídio pelo Presidente da República. Anúncio da apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, por partidos políticos, Parlamentares, associações, entidades e movimentos sociais.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui acabam perfilando poucos Deputados, porque também está se acabando a própria base do Governo, que não fala do maior genocida da história deste País, aquele que é o principal responsável por meio milhão de mortes. Os especialistas dizem que 80%, 90% dessas mortes poderiam ter sido evitadas, se não tivéssemos um genocida sentado na cadeira da Presidência da República. Por isso, há cada vez menos Deputados com coragem de vir aqui defender o Governo. Todo dia há uma denúncia de corrupção, envolvendo auxiliares e familiares. Há casos de venda do patrimônio do povo, de mais desemprego, de incompetência e de destruição ambiental.

A CPI da COVID no Senado vem mostrando que, além da incompetência, da falta de vontade e da política de Estado que pretendia contaminar a população para criar a imunidade de rebanho à custa da morte do povo brasileiro, havia e há um projeto de corrupção instalado dentro do Governo para enriquecer o bolso de alguns no processo de vacinação. Isso explica o fato de o Governo ter ignorado mais de oitenta *e-mails* da Pfizer e reservado mais de 1 bilhão de reais

para uma vacina que nem sequer havia sido aprovada pela ANVISA.

Os defensores da roubalheira dizem que não houve nada, que nenhum centavo saiu dos cofres públicos, mas só não saiu porque a Covaxin foi incompetente e não cumpriu com os prazos do contrato. Caso contrário, o roubo estaria consumado.

O Brasil não aguenta mais este Governo incompetente, corrupto e genocida. Por essa razão, amanhã será protocolado o maior pedido de *impeachment* contra Bolsonaro, reunindo mais de uma centena de entidades, associações, movimentos sociais do campo e da cidade, Parlamentares de partidos de esquerda, do centro e de direita.

A cada semana, novos crimes do Bolsonaro são revelados, e já há alguns pulando fora do barco, como foi o caso do Ricardo Salles. Ele foi mais um que, ao que tudo indica, usou o cargo para promover esquema beneficiando criminosos. Há suspeita de ele ter ganhado muito dinheiro com isso.

Eu espero que a Câmara acorde para a realidade e perceba que já não há mais condições de continuar com o Governo Bolsonaro. A legitimidade das urnas se perdeu em um Governo assentado em mentiras, em incapacidade de gestão e em corrupção.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 463/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:24
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de corrupção para compra da vacina Covaxin, no âmbito do Ministério da Saúde. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente da República. Encaminhamento à Casa de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, então o Presidente Bolsonaro, que dizia que não havia corrupção no seu Governo, teve

que admitir, dizer que não tem como olhar e saber de tudo o que acontece nos Ministérios. Isso já mudou bastante a opinião dele.

E ele mesmo, junto com o Pazuello, protagonizou a frase mais falada do ano passado e deste ano: "*Um manda, e o outro obedece*". Como é que ele não sabe exatamente o que acontece nos Ministérios? Teria sido Pazuello orientado pelo Presidente Bolsonaro, mandado, como ele mesmo disse, "*um manda, e o outro obedece*", a montar, junto com o Líder do Governo, o esquema de superfaturamento da vacina? Logo Bolsonaro, que não queria saber de vacina nenhuma!

Ele chamou a vacina do Butantã, que se deu em um convênio com a China, de "vachina" e disse que não tomaria, não compraria nem orientaria os brasileiros a tomarem, porque eles virariam jacaré. De repente, outras vacinas também foram colocadas à disposição. A própria Pfizer, mais de cem vezes, fez contato com o Presidente Bolsonaro e com o Ministério da Saúde, e em todas as vezes eles negaram. Por que será? Será porque a maioria dessas vacinas tinha representantes oficiais no Brasil e apenas a Covaxin poderia fazer esse esquema sujo de superfaturamento, de roubo do dinheiro das vacinas? Covaxin, que nem a ANVISA ainda tinha autorizado? Essa vacina o Presidente Bolsonaro permitiu.

E o pior: o Presidente sabia do roubo que estava acontecendo, do esquema pesado de superfaturamento das vacinas. E ele, sabendo, sendo informado pelos irmãos Miranda - um, Deputado Federal desta Casa; outro, servidor do Ministério da Saúde -, fez o quê? Cruzou os braços, não falou nada, não tomou nenhuma providência.

O Presidente Bolsonaro cometeu crime e precisa responder por ele, porque o esquema do dinheiro das vacinas que está acontecendo dentro do Ministério precisa ser apurado. E é bom que a CPI chame o Pazuello de volta. Afinal de contas, o Ministério da Saúde assinou um contrato de 1,3 bilhão em vacinas, e o Pazuello não sabia de nada?

O Pazuello não vai falar nada sobre isso? O Pazuello assinou um contrato de 1,3 bilhão de reais para a compra da vacina Covaxin, superfaturada, em um esquema para roubar o dinheiro das vacinas, e não vai ser chamado para responder?

É por isso também, Sr. Presidente, que amanhã entregamos aqui nesta Casa um superpedido de *impeachment*, incluindo já o superfaturamento da vacina Covaxin. O Presidente Bolsonaro sabia do roubo, sabia do esquema que estava sendo montado e não tomou providência nenhuma. Prevaricou! Precisa responder por isso e precisa ser "impeachmado".

Muito obrigada.

Documento 464/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:28
Publ.: DCD - 30/06/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos ao servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, pela apresentação, à CPI da Covid, de denúncia de superfaturamento na compra da vacina indiana Covaxin pelo Governo Federal.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, eu venho a esta tribuna para dar total apoio e parabenizar o servidor público que, com muita coragem, na CPI da COVID-19, pôde denunciar as coisas que estão acontecendo, principalmente indícios de corrupção com a compra superfaturada em 1.000% da vacina indiana Covaxin - como se não bastasse a sabotagem do Governo Federal.

O Governo Federal diz que é para ninguém andar de máscara, aconselha os seus seguidores a fazê-lo, vai para manifestações sem máscara, diz que foi uma "gripezinha", e nós continuamos vendo as coisas que está fazendo neste País contra o povo brasileiro.

Agora, o Presidente não saber o que fazem os seus Ministérios é um pouco demais! Sabe por quê? Porque tem gente ligada ao Governo ganhando dinheiro - ganhando dinheiro com a morte, ganhando dinheiro com a dor do povo. E é preciso que a população saiba. Nós queremos dar o apoio a esse servidor Luís Ricardo Miranda. Ele é digno, um servidor de carreira! Talvez, se não fosse de carreira, não tivesse as condições necessárias, porque seria perseguido, como está sendo perseguido, pois alertou o Presidente da República que estava havendo um superfaturamento e que era importante que o Presidente observasse ou investigasse.

Sr. Presidente, foi graças a esta denúncia que a CPI pôde dialogar com o Brasil e tomar conhecimento por meio de uma pessoa idônea, de dentro do Governo, de dentro da máquina, servidor público. É plausível o papel desse servidor. E hoje eu venho a esta tribuna para homenageá-lo.

Nós temos que lembrar ainda, Sr. Presidente, que o Ministro da

Economia já chamou servidor público de parasita; o ex-Ministro da Educação já chamou professores das universidades federais de zebras gordas. Mas esse servidor mostrou, com dignidade, o que ele pode e pôde representar na CPI: a verdade. "*Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará*".

Peço divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Obrigada.

Documento 465/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:32
Publ.: DCD - 30/06/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de esclarecimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do motivo da agilidade do Ministério da Saúde na compra da vacina Covaxin em relação a outros imunizantes. Boicote do Presidente da República às medidas preventivas do coronavírus. Investigação, pela CPI da Covid, da prática de crime de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apoio ao impeachment do Presidente da República.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna nesta tarde para repercutir exatamente a pergunta cuja resposta todo Brasil quer saber: por que o Governo Federal demorou tanto, foi tão leniente, não respondeu os *e-mails* da Pfizer e teve uma rapidez absoluta, para empenhar os recursos do contrato para o pagamento da vacina Covaxin, utilizando-se de empresas intermediárias?

Foi essa pergunta que a CPI, depois da denúncia do Deputado Luis Miranda, Deputado Federal do Distrito Federal, pautou para todo o Brasil. Essa pergunta está sendo feita nos quatro cantos deste País.

E o Deputado Luis Miranda disse mais, ele disse que comunicou ao Presidente da República que havia irregularidades e pressões sobre seu irmão, servidor de carreira do Ministério da Saúde, acerca da aceleração do empenho para contratar a vacina Covaxin. Se essas vacinas fossem especiais, seriam vacinas usadas no mundo inteiro. Por que a preferência? Por que a rapidez? Por que a pressão? Evidentemente, o Deputado Luis Miranda, colega desta Casa, deveria

mais uma vez vir aqui e esclarecer este Plenário sobre o que aconteceu.

Nós todos aqui defendemos vacinas. Nós fizemos o debate de uma medida provisória e defendemos a facilitação da compra de todas as vacinas. No entanto, apesar dos 500 mil mortos, Bolsonaro sempre foi contra todas as vacinas. Ele é contra a vacina, ele é contra a máscara, ele é a favor da imunidade de rebanho, ele é a favor de que as pessoas se contaminem e gerem anticorpos.

Por sinal, Sr. Bolsonaro, esses anticorpos são frágeis. Daí a necessidade da imunidade adquirida através da vacina. E, nessa direção, o Brasil caminha com insegurança. A única coisa positiva é que a sua popularidade desce, cai. Bolsonaro, você vai cair, porque o povo está mobilizado.

Amanhã, um superpedido de *impeachment* chega a esta Casa. No dia 3, estaremos nas ruas de todo o País, erguendo a voz para a reconstrução do caminho luminoso que nos devolverá a democracia. Esse cidadão nega o sistema pelo qual foi eleito, ele pede intervenção, ele aglomera o povo, ele faz propaganda do vírus e agora está enrolado na prevaricação que está sendo investigada pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado da República.

Essa é uma situação nova que eleva a temperatura da política em nosso País. A grande questão é que Bolsonaro não tem condições de governar, não tem condições de fazer com que o País se desenvolva, de fazer com que a perspectiva de enfrentamento correto da pandemia seja realizada. Por isso, a única possibilidade de deixar o Brasil em paz é o *impeachment*.

Fora, Bolsonaro!

Documento 466/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:40
Publ.: DCD - 30/06/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ocupação pelo Brasil do segundo lugar no ranking fúnebre mundial da Covid-19. Atraso na vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção para compra da vacina indiana Covaxin. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de

processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck. Cumprimento também os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara dos Deputados do nosso País.

Infelizmente, para todos nós brasileiros o Brasil tem hoje um dos piores Governos - e, talvez, entre para a história como o pior - de toda a nossa história. Em meio a uma pandemia de impactos absurdos no mundo, infelizmente, Deputada Lídice da Mata, Deputada Luiza Erundina, o Brasil é desgovernado por Bolsonaro e, hoje, já é o segundo país do mundo com o maior número de mortes por COVID-19. Já perderam a vida 514.092 brasileiros.

Segundo informações, o Brasil é um dos países mais atrasados no mundo no processo de vacinação. Caiu mais duas posições e, hoje, é o 70º país mais atrasado do mundo em vacinação. Aplicou apenas 96 milhões e 713 mil doses, enquanto o objetivo de imunização brasileira são 320 milhões de doses, porque temos 160 milhões de brasileiros maiores de 18 anos.

O mais grave, Deputado Helder Salomão, Deputada Lídice da Mata, o mais grave mesmo é que, além do negacionismo, além da irresponsabilidade, nós sabemos agora que a vacinação no Brasil está atrasada também por uma questão do envolvimento do Governo Bolsonaro com corrupção na compra de vacinas.

E aí, Deputada Luiza Erundina, o Governo Bolsonaro atrasou a compra da vacina da Pfizer, atrasou a compra de mais vacinas da Coronavac, entrou tardiamente no Covax Facility da Organização Mundial da Saúde. Agora nós sabemos que um dos motivos era porque queriam comprar vacinas com intermediários e, ao que tudo indica, com uma rede de corrupção, como é o caso da Covaxin. Lembremos aqui que essa é a única vacina que foi comprada com intermediários. As outras vacinas foram compradas diretamente das empresas que as vendem.

Ao que tudo indica, segundo as informações que temos até o momento, houve um conjunto de pressões para facilitar a compra da Covaxin, pagando o preço mais alto do que o de todas as outras vacinas que o Brasil comprou. Na minha avaliação, estamos diante de um caso gravíssimo de corrupção, e eu espero que o Presidente Arthur Lira abra o processo de *impeachment* contra Jair Bolsonaro.



52.2021.B

Sessão Outro Evento

29/06/2021-14:40

Publ.: DCD - 30/06/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vinculação entre o agravamento da epidemia de coronavírus no País, e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e seus principais aliados no combate à doença viral e seus efeitos. Questionamento ao Governo Federal sobre as razões da recusa à aquisição das vacinas Coronavac e Pfizer, e da compra da vacina Covaxin, não autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com preços superfaturados e utilização de empresa intermediária nas negociações. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro, diante do seu conhecimento dos fatos segundo denúncia do Deputado Luis Miranda. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, caros Parlamentares e população brasileira que nos acompanha nesta sessão da Câmara dos Deputados, nós estamos diante de um quadro gravíssimo no mundo e no Brasil. A pandemia é uma situação sanitária muito séria. E no Brasil, infelizmente, nós tivemos a situação ainda mais agravada pela posição negacionista do Presidente da República e de seus principais aliados.

Todos sabiam que Jair Bolsonaro praticava o negacionismo e adotava uma prática genocida, tirando a vida de milhares de brasileiros.

Denunciamos várias vezes neste plenário a ausência de medidas efetivas para matar a fome do povo, para gerar emprego e para garantir vacina para nossa população.

A CPI da COVID trouxe revelações muito importantes. Agora ficou claro para nós porque o Governo retardou, recusou a compra de vacinas. O Governo esperou o momento para fazer uma negociata e comprar a vacina indiana Covaxin.

Eu queria deixar três perguntas. Por que recusar as ofertas e as propostas da Pfizer e da Coronavac e, mesmo sem a autorização da ANVISA, autorizar a compra da Covaxin? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: por que autorizar a compra de uma vacina por um preço 1.000% maior do que o de outras vacinas?

Terceira pergunta: por que usar uma empresa intermediária para realizar a compra dessa vacina, já que, com as outras, a compra foi

feita diretamente dos laboratórios?

O povo brasileiro precisa saber essas respostas. E a revelação do Deputado Luis Miranda, na CPI, na semana passada, mostrou, com muita nitidez, que Bolsonaro sabia de tudo e não fez nada, ou seja, prevaricou. Por isso, é preciso que se abra um processo de *impeachment* na Câmara Federal.

Sr. Presidente Arthur Lira, é hora de abrirmos uma investigação, de abrirmos o processo de *impeachment*! Já são mais de 120 pedidos de *impeachment*. É hora de investigarmos o Presidente da República. Amanhã será a entrega do superpedido de *impeachment*. Precisamos impedir o genocida e corrupto de continuar.

Documento 468/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:44
Publ.: DCD - 30/06/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre as razões da preferência do Governo Federal na compra da vacina Covaxin com preços superfaturados, segundo denúncia do Deputado Luis Miranda. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Imediata criação pela Casa de CPI para investigação de denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de *impeachment* contra o Presidente da República.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, lembro com muita nitidez que, na semana passada, quando o Brasil atingiu meio milhão de mortes por COVID, aqui, exatamente nesta tribuna, com muita indignação, eu disse: "*Chega! Eu não estou na agenda de 2022. Eu estou na agenda de 2021. E este Parlamento precisa debater o impeachment!*" E, naquele momento, eu já achava mais do que suficiente que nós tivéssemos a responsabilidade de paralisar este Governo criminoso. Esse era o meu discurso já na semana passada, na terça-feira.

Logo depois, a CPI recebe o depoimento dos irmãos Miranda, e ali se colocam mais crimes, outros crimes aparecem - aliás, crimes que já sabíamos que esse Governo cometia. Esse Governo nunca foi honrado e vários crimes de corrupção já haviam aparecido nas negociatas do

Banco do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente, e várias outras.

E agora é o crime na aceleração da negociata na compra de um bem fundamental de defesa da vida, a vacina. Nós todos da Oposição e muitos Parlamentares de vários partidos sempre defendemos que todas as vacinas fossem buscadas - todas, sem exceção -, desde que autorizadas pela ANVISA, dentro das regras corretas do mercado, com regras claras e com segurança e eficácia.

Por que o Governo tentou acelerar apenas essa e recusou a Pfizer? Não queria comprar a Coronavac e não queria outras vacinas oferecidas desde agosto de 2020. Por que quis só essa, com intermediação acima do preço do mercado e com uma mediação absolutamente suspeita?

Essa acusação não é sem fundamento. E as declarações que foram dadas à CPI são muito graves. Por isso, é fundamental que aqui, nesta Câmara, seja aberta imediatamente a investigação em uma comissão do *impeachment*.

Chega de crime contra a vida! Chega de crime sanitário! Chega de crime contra o Erário público!

Quando a sociedade pede o *impeachment*, quando a sociedade pede que se abra a investigação na Câmara, é fundamental que isso seja feito. A Presidência da Câmara precisa ter a sensibilidade de, quando receber amanhã o pedido do *impeachment* já incluindo o crime de compra irregular ilícita da vacina, instalar essa comissão para que a apuração seja feita.

Por muito menos, outros Presidentes caíram. E agora nós estamos falando de mais de meio milhão de vidas. Além disso, estamos falando de negociatas, de crimes contra o Erário, de desvio de recursos em cima da morte.

Isso não é mais possível de ser aceito por nós neste Parlamento, que deve representar o povo brasileiro, que deve representar as dores das perdas dessas famílias, que deve representar a lisura.

Quem diz que esse Governo é honrado queima a língua. Quem fala em defesa desse Governo não pode mais se sentir representante dessas dores e da necessidade de enfrentar um Governo criminoso como esse.

Impeachment já! Fora, Bolsonaro!

Obrigada, Presidente.

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:52
Publ.: DCD - 30/06/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a notícia-crime ajuizada pela CPI da Covid contra o Presidente Jair Bolsonaro, por prevaricação no processo de compra da vacina indiana Covaxin. Inconstitucionalidade do orçamento secreto criado pelo Governo Jair Bolsonaro em benefício dos seus aliados. Corrupção e mentiras como marcas indelévels do Presidente da República.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, o Brasil todo espera que o Supremo Tribunal Federal tome uma posição sobre a notícia-crime que acusa Bolsonaro de prevaricação. Essa ação apresentada pelos Senadores da CPI da COVID pede que Bolsonaro seja acusado de prevaricação. Já que a Câmara, com mais de cem pedidos de impedimento do Presidente, não faz nada, o Senado está fazendo e agindo.

A notícia-crime acusa Bolsonaro de prevaricação no processo de compra de vacina indiana. Esperamos, Sr. Presidente, que o STF aja rápido para dar uma resposta à população. É bom lembrar que esse é apenas um dos muitos processos que vão surgir a partir da CPI do Senado. Ainda há muito lixo debaixo desse tapete.

Mas, Sr. Presidente, outro assunto que precisa ser apurado é o chamado "orçamento secreto" do Governo Bolsonaro. Não dá para aceitar que, numa democracia, um Governo use de artimanhas para beneficiar seus apoiadores no Congresso. Isso é crime! Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! O Tribunal de Contas da União já tem relatório apontando que esse orçamento secreto de bilhões de reais é inconstitucional.

A cada dia o Brasil vê que este Governo sempre se apoiou na mentira. O discurso contra a corrupção é mais uma *fake news*. Portanto: fora, Bolsonaro!

Presidente, peço que esses dois temas tratados agora aqui sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação

da Câmara.

Muito obrigado.

Documento 470/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 30/06/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de corrupção para a compra da vacina indiana Covaxin. Defesa de realização, pela CPI da Covid, de ampla investigação da denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda e seu irmão, a respeito do superfaturamento na aquisição de vacinas pelo Ministério da Saúde. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é isto que o Brasil vive desde sexta-feira: as revelações do Deputado Luis Miranda conduziram os trabalhos da CPI da COVID diretamente para a atuação do Presidente da República, Jair Bolsonaro, que foi eleito com discurso de combate à corrupção; que tem repetido, desde o início da gestão dele, que dentro do Governo mandava ele, decidia ele sobre qualquer aspecto da administração pública; que se gabava de não haver nenhum escândalo de corrupção. Tomamos conhecimento, primeiramente pela imprensa, depois pelo depoimento dos irmãos Luis Miranda, Deputado Federal, e Luis Ricardo Miranda, servidor público, de que eles levaram diretamente o caso ao conhecimento do Presidente da República, e o Presidente da República não tomou nenhuma medida para prevenir que um gravíssimo ato de corrupção acontecesse.

Os recursos foram empenhados, ou seja, o Governo Federal se comprometeu a pagar. E a pressão que veio, conforme dito pelo Deputado Luis Miranda, de atores políticos ligados ao Líder do Governo nesta Casa foi para que o pagamento fosse feito de maneira diversa da que estava no contrato e para empresa diversa da que assinou o contrato.

Então, nós já tínhamos um Presidente que atentou contra a democracia, que atentou contra as instituições, que é o responsável direto pela morte de dois terços dos brasileiros que, por falta de política, de liderança na condução da pandemia, perderam as suas

vidas. E, agora, o Presidente está diretamente envolvido num caso de corrupção.

Tudo isso é muito grave, Sr. Presidente. Amanhã, a Oposição apresentará um superpedido de *impeachment*. Não é possível mais, Presidente Arthur Lira, ficar de braços cruzados. Quantas vidas mais o Brasil tem que perder? Quanto dinheiro público deve escorrer pelos ralos da corrupção, cuja ciência foi dada para o Presidente da República? Como o Presidente da República não chamou o Diretor-Geral da Polícia Federal e entregou essas denúncias na mão dele? Por que não tomou providências o Presidente?

Então, tudo isso é muito grave. A investigação precisa ser aprofundada pela CPI, mas esta Casa não pode mais se omitir. É hora do Presidente da Casa. Um Parlamentar apenas é responsável pela blindagem de um Presidente genocida e agora corrupto.

Documento 471/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:04
Publ.: DCD - 30/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, a respeito do Estatuto do Índio. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro, diante da sua omissão sobre a denúncia de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Hoje, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa cometeu um crime contra o País: aprovou um projeto que nitidamente fere a Constituição e que retira direitos dos povos indígenas. Os povos indígenas estão aqui e não conseguiram adentrar esta Casa - não conseguiram adentrar esta Casa. Ali nós vamos ver os áulicos do Governo Federal, este Governo genocida, este Governo corrupto, dizerem que podem falar pelos povos indígenas, mas representando os interesses do latifúndio, que acha que pode colocar as estacas das suas cercas na alma do povo brasileiro e na própria Constituição. Hoje esta Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, cometeu um crime contra este País.

Aliás, esta Casa não pode continuar desrespeitando a Constituição que

todos os Parlamentares e todas as Parlamentares honraram ou disseram que iam honrar, mas que continuam desrespeitando. Nós temos hoje o caráter corrupto deste Governo explicitado. O Presidente da República recebeu uma denúncia, a de que havia um esquema no Ministério da Saúde que envolvia a compra superfaturada de vacinas sem a validação da própria ANVISA, em tempo recorde. Ele recebeu essa denúncia e ele sabia, Deputada Talíria, quem era o responsável. Foi ele que disse que deveria ser coisa do Líder do Governo. Isso foi em março. O Presidente da República, que sabia que o Líder do Governo estava envolvido em atos ilícitos no Ministério da Saúde, fez uma promoção: colocou a esposa do Líder do Governo em um cargo na Itaipu. É isso o que nós estamos vivenciando. O Governo nada fez para apurar os fatos e dizia: "*A gente não sabe de tudo o que acontece nos Ministérios*". Mas ele sabia, desde março, sabia desde março que havia um esquema no Ministério da Saúde que envolvia vacinas, tão fundamentais para o povo brasileiro, para que a morte não o espreite todos os dias.

Portanto, nós estamos vivenciando um governo absolutamente corrupto, não apenas no Ministério da Saúde, mas também no Ministério do Meio Ambiente. O Presidente da República, ao elogiar o ex-Ministro, disse que ele foi fundamental para a agricultura, mas ele era Ministro do Meio Ambiente.

Portanto, basta de Bolsonaro!

Documento 472/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:08
Publ.: DCD - 30/06/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 500 mil óbitos no País em decorrência da Covid-19. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro, diante de sua omissão sobre a denúncia do Deputado Luis Miranda e seu irmão, a respeito da existência de esquema de corrupção no processo de compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Demissão do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acusado de contrabando de madeiras.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e quem nos acompanha pelos meios de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, mais uma vez, quero dizer que nós estamos chocados diante do quadro de mais de 500 mil pessoas, brasileiros e brasileiras, mortas neste País. Está em andamento no Senado Federal uma CPI que investigava a negligência do Presidente da República e do Governo na compra das vacinas que protegeriam a vida dessas pessoas. Qual não foi a nossa surpresa ao ver que essa CPI mudou o seu curso, para investigar a denúncia de um servidor público de carreira, concursado, acompanhado do seu irmão, um Deputado Federal desta Casa, que foi ao Presidente de sua confiança para avisá-lo da existência de pressões para que ele assinasse uma fatura de compra de vacinas com preço acima do contratado, com número de doses menor que o contratado e com documento em nome de empresa diferente daquela fabricante que constava no contrato. Ele foi na expectativa de que o Presidente pudesse dar resposta a isso com indignação. Para a surpresa de todos, os dois relatam que o Presidente apenas disse que ia investigar. E, mais do que isso, disse tratar-se de negócio que envolvia o atual Líder do seu próprio Governo. Ora, isso muda o rumo da investigação daquela CPI, transforma a CPI, faz com que seja necessária a sua continuidade, para que estes aspectos possam ser esclarecidos: a prevaricação do Presidente da República, os atos de improbidade administrativa e corrupção por parte do Ministério da Saúde que envolvem inclusive o Líder do Governo na Câmara.

É gravíssima a situação de um governo que já tinha tirado o seu Ministro do Meio Ambiente, acusado, por outro servidor público e pelas investigações da Polícia Federal, simplesmente de tráfico de madeira ilegal. Não é uma bobagem. É tráfico de madeira ilegal.

Ora, Sr. Presidente, a Nação quer saber, mas o Governo não responde, nem os seus Deputados nesta Casa - o Presidente fala da morte de um bandido; o Zero Zero Zero fala da facada no pai; o outro fala disso, fala daquilo -, o povo quer saber se é verdade essa denúncia feita pelo Deputado Miranda e seu irmão...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 473/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:16
Publ.: DCD - 30/06/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Regozijo com a distribuição ao País, pelo Governo Federal, de 130 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19. Politização das vacinas por Governadores opositores do Presidente Jair Bolsonaro. Parcialidade da atuação de membros da CPI da Covid. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro, ao Ministério da Saúde e sua equipe.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Quanta gentileza, Deputado Eduardo Bismarck.

Realmente, esse problema de tecnologia às vezes nos prega alguns sustos, algumas surpresas. Infelizmente, somente agora estou conseguindo restabelecer contato.

É um prazer vê-lo novamente na Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Uma boa tarde a V.Exa. e a todos os Parlamentares.

Já peço, Presidente Bismarck, que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Mas vamos lá! Hoje nós temos mais de 130 milhões de doses de vacinas distribuídas por todo o Brasil. Eu falo isso com muita alegria porque isso é fruto de muito trabalho. São 130 milhões de doses de vacinas. A população brasileira tem-se vacinado, a população brasileira tem comparecido aos postos de vacinação e tem feito a sua parte. Mas temos aí um *gap* a esclarecer. Desde o começo, não consigo entender muito bem o porquê da existência desse *gap*. Nós temos um número de vacinas distribuídas e um número de vacinas aplicadas, e esse *gap* é realmente muito alto. Isso me causa muita dúvida, muita estranheza, porque dá a entender que Governadores estão a todo custo tentando dar uma atrasada no processo de vacinação. É claro que eu chego a esta conclusão, Sr. Presidente, porque há muitos Governadores de oposição ao Presidente Jair Bolsonaro literalmente fazendo política com a questão das vacinas, fazendo política com a pandemia, mas atingindo a população. Isso não é agradável, isso não é procedimento e postura de um homem público em mandato. Precisamos cuidar da população. O nosso trabalho tem que ser voltado para a população brasileira, que está neste momento precisando muito ser vacinada, para podermos sair deste estágio o mais rapidamente possível.

Então, é importante que nós tenhamos a atenção devida, os

Deputados e os Senadores, principalmente os Senadores que estão lá na CPI da COVID, que, a meu ver, não estão fazendo um trabalho tão imparcial como se esperava. Eles chegaram a ouvir um professor de educação física, como se fosse um especialista em pandemia, e uma médica que supostamente tem o seu CRM cancelado ou suspenso falou como especialista em pandemia. Então, há algumas distorções. Nós precisamos ser muito criteriosos.

Neste momento eu ouço todos atacarem o Presidente Bolsonaro. Ele está lá, simplesmente trabalhando, dia a dia. Até *invoice* - e nós estamos até aprendendo inglês agora, Deputado Bismarck -, até *invoice*, que significa nota fiscal, que foi enviada erroneamente, hoje tem caráter de fraude e de corrupção. Não é assim que se trabalha. É preciso ter mais responsabilidade com as palavras, com os argumentos, porque o trabalho está sendo feito. Nós Deputados Federais somos coadjuvantes desse trabalho e, se Deus quiser, dessa vitória.

Neste Parlamento, neste plenário, nós já votamos inúmeras medidas favoráveis ao combate à pandemia e favoráveis à saúde da população. Nós somos responsáveis por tudo isso e seremos responsáveis até o fim da linha.

Portanto, deixo o meu elogio ao Presidente Bolsonaro pela condução desses trabalhos, à sua equipe no Ministério da Saúde e a todos os agentes de saúde do Brasil inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 474/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:20
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática dos crimes de genocídio, de corrupção e ambiental pelo Presidente Jair Bolsonaro. Denúncia de superfaturamento da compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de início, solicito a V.Exa. a divulgação do meu

pronunciamento nos veículos de comunicação da Câmara.

Sr. Presidente, pelo que percebo, já temos corruptos de estimação. O mundo inteiro sabe que o Governo Bolsonaro é genocida - o mundo inteiro sabe! -, e, agora, que é corrupto. Nós sabíamos que era corrupto. E a toda a família, quantas denúncias teve? Agora, escancara-se para o mundo inteiro que é um Governo genocida e corrupto.

Como acabamos de ouvir, é genocida e envolvido em corrupção, com cúmplices nesta Casa. Quem o sustenta são cúmplices. São cúmplices! Houve corrupção no meio ambiente, e o mundo inteiro viu. Houve tráfico de madeira, uma coisa absurda. Não bastasse o crime de desmatamento ilegal ou de queimadas, há ainda o tráfico de madeira. São vários crimes, um conjunto.

Agora, há um superfaturamento de mais de 1.000% na compra de vacina. Ou seja, demoraram a comprar, enrolaram. Se alguém enrolou foi o Governo Federal. Não foram os Governadores. Os Governadores, na verdade, tentaram comprar vacinas, e o Governo, através da ANVISA, barrou, protelou. E, quando vão comprar, é com corrupção, com superfaturamento. É um absurdo!

Então, são genocidas, corruptos, com cúmplices nesta Casa.

Eu me dirijo ao Presidente Lira: Presidente Lira, V.Exa. vai prevaricar? É prevaricação se o Presidente Lira não pautar o *impeachment*. Há mais de cem pedidos, é um superpedido de *impeachment*. Há mais de cem pedidos, repito. S.Exa. não tem o poder de não pautá-los, porque o Presidente Lira, embora seja Presidente, foi eleito como nós, pelo povo. Então, S.Exa. está negando a atuação nossa de Parlamentares - e está negando com autoritarismo.

Então, Presidente Lira, para não lhe pesar, para o resto de sua história...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 475/557

52.2021.B

Sessão Outro Evento

29/06/2021-15:24

Publ.: DCD - 30/06/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Envolvimento do clã Bolsonaro com milicianos e com as chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de funcionários. Vinculação entre a recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas, e a morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Câmara* ou pela *Rádio Câmara*, a corrupção no Governo Bolsonaro nunca foi tão evidente como agora. E ela não está provada apenas pelas declarações de um Deputado que é da base governista feitas na CPI da COVID. A corrupção no Governo Bolsonaro não está provada apenas pelo testemunho de um servidor de carreira do Ministério da Saúde. Há provas, documentos e atitudes do próprio Presidente da República, em que ele assina, por exemplo, uma carta ao Governo da Índia. Essa corrupção, nós sabemos, está custando, todos os dias, milhares de vidas pela falta da vacinação em massa, rápida, que o Brasil, com o SUS, poderia ter feito muito acima e muito melhor do que qualquer outro país do mundo.

A corrupção no Governo Bolsonaro não começou agora, mas em janeiro, fevereiro de 2019. E nós nunca nos calamos! Nós já denunciávamos e mostrávamos a corrupção. Ou alguém se esqueceu de como foi aprovada a reforma da Previdência, que hoje impede que qualquer brasileiro tenha uma aposentadoria digna; das negociatas, dos milhões para a compra de votos denunciada ainda em abril, maio, junho de 2019, primeiro ano do Governo Bolsonaro? A corrupção para Bolsonaro e sua família não é algo que tem relação com o início do Governo, em 2019. A vida, os 28 anos como Deputado, o enriquecimento ilícito, as rachadinhas, a relação da família de Bolsonaro com os milicianos, com o crime, tudo isso antecede o Governo.

Quem votou em 2018 já deveria saber disso, porque nós mostramos também de quem se tratava aquele que aparecia e se declarava mito a todo o País. Infelizmente, nós não estamos apenas diante de um Governo corrupto. Nós estamos diante de um Governo assassino, que adiou a compra de vacinas, que não permitiu a compra de vacinas, porque, por trás, operava negociatas para uma meia dúzia ganhar dinheiro. É Governo assassino, sim, porque essa atitude, a postura do Governo diante da pandemia, a postura do Governo nessa maracutaia das vacinas, tirou, no mínimo, 300 mil, 400 mil vidas, que poderiam ter sido poupadas, como foram poupadas em outros países com tamanho populacional igual ao do Brasil.

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:32
Publ.: DCD - 30/06/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à atuação da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Necessidade de investigação, pelo órgão, da destinação de 50 milhões de reais repassados pelo Governo Federal ao Consórcio do Nordeste para a compra de respiradores mecânicos. Apoio à retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Efeitos positivos da venda de campos da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, no Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas e população que nos assiste, boa tarde.

Sr. Presidente, inicio pedindo que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Eu gostaria de comentar que a CPI que está funcionando no Senado, a "CPI do Circo", precisa mostrar à população brasileira a verdade. Se esse realmente for o objetivo da CPI, o que muitos brasileiros duvidam, ela tem que convocar imediatamente pessoas para explicar para onde foram os 50 milhões de reais repassados pelo Governo Federal ao famigerado Consórcio do Nordeste. Infelizmente, os Governadores, capitaneados pelo Governador da Bahia, pegaram 50 milhões de reais do Governo Federal - dinheiro público - para comprar respiradores. No meu Rio Grande do Norte, 5 milhões de reais foram colocados no lixo, porque foi contratada uma empresa irresponsável para fornecer os respiradores, e essa empresa cuida de assuntos ligados à maconha. Isso é um absurdo. Nós exigimos, sim, a investigação. Espero que a CPI seja cobrada pela população brasileira para que isso venha a acontecer.

Presidente, no último domingo, participamos de mais uma manifestação, acompanhando as pessoas nas ruas, defendendo que o voto seja auditável. O que pedimos é o voto eletrônico, mas que, ao lado da urna eletrônica, haja uma impressora, e que essa impressora possa depositar de forma secreta também, dentro de uma embalagem, na própria urna, um voto impresso que possa ser auditável.

Essa auditoria pode ser feita por amostragem, pode ser feita de maneira totalizada, porque temos pessoal para isso. Lembro que a

Justiça Eleitoral existe única e exclusivamente para fazer, a cada 2 anos, com que as eleições aconteçam.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral já está comprando novas urnas eletrônicas, esquecendo-se de que a vontade da população e a vontade deste Parlamento precisam ser obedecidas por ele. Afinal de contas, ele é um servidor público, tem que cumprir a determinação que o Plenário da Câmara e o do Senado estabelecerem e levarem a ele para que possa executar o voto eletrônico, o voto impresso, o voto eletrônico, um voto auditável. Nós precisamos trabalhar nesse sentido.

Quero usar estes últimos 30 segundos do meu tempo para dizer que esse desinvestimento da PETROBRAS, no caso do Rio Grande do Norte, está alavancando a produção de petróleo, está trazendo de volta o progresso para o oeste do Rio Grande do Norte. As empresas estatais que antes davam prejuízo e eram assaltadas estão hoje produzindo, inclusive desocupando espaços que devem ser oferecidos...

(Desligamento automático do microfone.)

Sr. Presidente, lamento que minha última fala tenha sido cortada. Quero só dizer que precisamos, sim, trabalhar para que as empresas estatais possam produzir mais. O Estado brasileiro só deve ocupar o espaço que lhe é devido, no tocante à coordenação, ao estímulo à produção e à regulação. Agências reguladoras, isso sim!

Muito obrigado.

Documento 477/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:36
Publ.: DCD - 30/06/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à atribuição aos Governadores Estaduais da responsabilidade pela falta de vacinas da Covid-19. Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus, notadamente no tocante à recusa de compra de imunizantes. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Necessidade de ampla investigação do envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro na compra superfaturada de vacinas. Anúncio da realização de grande mobilização no País contra o

Governo Federal.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o meu antecessor tenta repetir discurso que Bolsonaro faz, o de que a responsabilidade por não haver vacina em quantidade suficiente é dos Governadores. Não cola! Ninguém acredita nisso.

O mundo e os brasileiros sabem que é do Brasil a pior gestão do enfrentamento da pandemia. A responsabilidade, evidentemente, é do Governo Bolsonaro, que não quis comprar vacinas, não fez nenhuma política de imunização, negligenciou as responsabilidades do Governo Federal. A situação só não está pior porque os Prefeitos, os Governadores e o Poder Judiciário não permitiram que a sabotagem provocada, produzida, articulada e comandada por Bolsonaro prevalecesse. Mesmo assim, nós estamos atrás de 70 países do mundo em número de vacinados, considerando-se grupos de cem habitantes. É um desastre! Não há como negar o caos que já levou à morte mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras.

Agora fica evidente que este Governo, além de genocida, como é de amplo conhecimento no Brasil e no mundo, é um Governo corrupto. Ele terá que explicar por que quis comprar vacinas de uma empresa específica, havendo a participação de intermediários, quando tinha a possibilidade de fazer a aquisição diretamente dos laboratórios.

Colocou uma empresa para intermediar essa aquisição. Por um preço muito mais elevado, comprou, fez o empenho. Houve a denúncia, e o processo está paralisado. Ao mesmo tempo, negava a compra da vacina que foi oferecida por um preço muito menor.

Não há dúvida, é preciso que a investigação vá a fundo e que as ruas, que começam a ser ocupadas novamente - no próximo dia 3, vai haver outra grande manifestação -, com a mobilização da sociedade, das instituições e deste Parlamento, possam produzir o processo de *impeachment*.

Chega de Bolsonaro! *Impeachment* já!

Os crimes cometidos por este Governo são fartos, Sr. Presidente. Centenas de crimes foram cometidos. Nós, a sociedade brasileira, várias instituições, organizações políticas, a sociedade civil, estamos produzindo, de forma elaborada, sistematizada, com a indicação de novos elementos que dizem respeito a prevaricação, uma nova ação de *impeachment*.

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:40
Publ.: DCD - 30/06/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo brasileiro diante do registro no País de 500 mil óbitos decorrentes da Covid-19. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007 sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Pedido à Presidência de retirada da pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, sobre a exclusão, da Área Indígena São Marcos, da área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima. Revelação, pela CPI da Covid, da existência de esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Envolvimento do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, em denúncia de corrupção. Gestão desastrosa do Presidente da República. Defesa do seu afastamento do comando do País.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora a área técnica liberou o áudio. Eu agradeço.

Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Nossa solidariedade a todo o povo brasileiro, pelas mais de 500 mil mortes devidas ao genocida Bolsonaro!

Estamos vendo mais um ataque aos povos indígenas. Foi aprovado na CCJ o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que, logicamente, é um atentado à vida dos povos indígenas, uma ameaça a suas terras. E o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, está na pauta de hoje no plenário da Casa. Ele exclui da Área Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, em Roraima. Esse projeto estava na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia. Solicitamos uma audiência para fazer um debate sobre o tema, ouvir os indígenas, ouvir os moradores da cidade, ouvir os vários segmentos interessados. Mas isso não foi possível, porque, para surpresa nossa, a Presidência passou agora a relatoria ao Deputado Marcelo Ramos e colocou o projeto na pauta de hoje no plenário.

Quanto a esse projeto, seria preciso ouvir todos os segmentos. É um projeto inconstitucional. Deveria ser realizada a consulta pública, de acordo com a Convenção nº 169, da OIT, e isso não está sendo respeitado. É mais um projeto que causará grandes impactos na vida

dos povos indígenas.

Portanto, Sr. Presidente, solicito que seja retirado da pauta de hoje o PDC 28/19.

Eu me refiro agora, Sr. Presidente, à CPI da COVID, no Senado. Ela está mostrando que há corrupção no Governo Bolsonaro, superfaturamento na compra de vacinas, esquemas que envolvem inclusive Deputado Federal, como já foi citado. O Líder do Governo nesta Casa está envolvido nesse processo, em troca de favores, em indicação de parentes para ocupação de cargos, em esquemas para indicar empresas e, certamente, ser favorecido. Isso tem que ser apurado.

Essa é mais uma prova de que este é um Governo de morte, um Governo causador de mais de 500 mil mortes por conta da COVID no Brasil. Este Governo é contra os indígenas, contra os povos originários. É contra os pobres, porque não quer pagar um auxílio emergencial de 600 reais. Este Governo cortou recursos da educação direcionados aos estudantes, cortou recursos destinados a saneamento, cortou recursos destinados a moradia. Vê-se agora também que este Governo é corrupto. Portanto, é necessário afastar este Governo.

Por isso, é importante essa solicitação de afastamento dele que vai ser apresentada. Lembre-se que há de mais de cem pedidos de afastamento dele na Câmara dos Deputados, e o Sr. Presidente da Casa não os desengaveta.

Sr. Presidente, gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 479/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:44
Publ.: DCD - 30/06/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação de novo pedido de impeachment do Presidente da República, consolidado em 30 crimes de responsabilidade. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do clã Bolsonaro com as chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários, e no desvio de recursos da área ambiental. Denúncia de compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Expectativa de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o

Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente, amanhã, depois de mais de 120 processos de *impeachment* terem sido engavetados pelo Presidente Arthur Lira, será apresentado mais um, que consolida quase 30 crimes de responsabilidade que o Presidente Bolsonaro cometeu e continua cometendo.

Ele continua praticando ações que favorecem o genocídio da população brasileira, defende aglomeração, defende o vírus, age contra a vida e a saúde da nossa população. Ele continua praticando crimes de corrupção. Mais do que nunca, toda a população brasileira já tem hoje as provas de que Bolsonaro é ladrão. Inclusive, é ladrão que está reiterando práticas.

Como se não bastasse ter praticado rachadinhas durante mais de 20 anos, apropriando-se de recursos, roubando parte dos salários de assessores, ensinou a tecnologia aos filhos, que levaram a prática também para a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rachadinhas levaram dinheiro da área do meio ambiente, na qual o Ministro do desmatamento ajudava grileiros, garimpeiros, madeireiros. Agora vem a público a rachadinha das vacinas.

Em vez de comprar a vacina da Pfizer e da Janssen, que tinham aqui representantes e queriam vendê-la diretamente ao Governo, sem sobrepreço, sem corrupção; em vez de fortalecer o projeto do Butantan, feito em parceria com a chinesa Sinovac; em vez de comprar vacinas do consórcio internacional Covax Facility, o Governo Bolsonaro resolveu buscar uma forma de levar as rachadinhas para o processo de aquisição de vacinas. Foi atrás da vacina indiana, a Covaxin, não para comprá-la diretamente, mas sim para fazer com que isso fosse realizado através de uma empresa privada, a Precisa, sócia de outra, a Global, já envolvida em escândalos, da época em que o Deputado Ricardo Barros era Ministro da Saúde.

No caso de outra vacina chinesa, buscaram fazer esquema de corrupção através de uma empresa privada chamada Belcher. Ontem, a empresa chinesa cancelou o contrato, ao tomar conhecimento do esquema de superfaturamento.

Em relação à Sputnik, a vacina russa, o Consórcio Nordeste fez contrato para comprá-la diretamente do fundo russo, e o ladrão Bolsonaro e seus comparsas fizeram isso através da Neo Química.

Então, as rachadinhas na saúde estão na ordem do dia, e estão sendo combatidas de forma veemente. Precisamos votar um pedido

de *impeachment*.

Amanhã será entregue mais um pedido de *impeachment*. Esperamos que o Presidente desta Casa não continue atropelando a Oposição, fazendo com que seja aprovada a destruição do patrimônio público, em uma pauta atrás da outra, e coloque em votação o *impeachment* do Presidente Bolsonaro ladrão.

Documento 480/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:48
Publ.: DCD - 30/06/2021 - CLAUDIO CAJADO-PP -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa de retomada do crescimento econômico brasileiro, com geração de emprego e renda. Realização da reforma tributária.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que eu considero fundamental, que é a reforma tributária.

Um importante período da vida macroeconômica nacional é o do pós-pandemia. Houve, ao longo de 1 ano e poucos meses, um forte combate à COVID-19, com consequências econômicas muito fortes, principalmente para alguns segmentos da economia nacional, como o setor de eventos, por exemplo. Neste momento, esperamos que a vacinação caminhe, como está caminhando, e atinja a totalidade da população brasileira. É óbvio que, em poucos meses, haverá de acontecer a retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e renda, com produtividade acelerada e crescimento do PIB e da economia brasileira.

No momento em que isso está a acontecer, vamos discutir a reforma tributária. Após uma análise rápida do texto que foi apresentado pelo Governo - posso falar como membro da equipe de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional -, penso que temos de ter muito cuidado. De acordo com esse texto, pode haver bitributações, de uma empresa para outra, quando forem direcionados os seus dividendos, e daí para a pessoa física, como também pode haver taxaçoão muito alta em relação ao setor produtivo, indústria, agronegócio, agropecuária, em detrimento do mercado financeiro, que, num primeiro momento, pode ser beneficiado com tributos menores do que aqueles dos setores que produzem, já que se está falando em fazer com que haja uma

taxação dos dividendos das empresas.

Então, nós temos que ter muito cuidado. A empresa que produz, que gera emprego, que gera renda e que dá lucro pode ter esse lucro reinvestido, e, a partir do momento em que o lucro passa, como dividendo, a ser taxado, isso pode ser retirado dessa produção, desses incentivos econômicos, o que hoje estamos vendo, sobretudo no agronegócio, que ultrapassou a indústria nacional em termos de produção, em termos de capacidade de alavancagem dos negócios, de renda e, sobretudo, de geração de riqueza.

Portanto, essa reforma tributária não pode aumentar a carga tributária, precisa simplificar os tributos, unificá-los, se for possível, e principalmente não taxar o setor produtivo.

Se tivermos de taxar a mais, que seja o que faz com que o mercado financeiro opere, e não o setor produtivo, porque isso vai claramente de encontro e de frente à retomada econômica no momento pós-pandêmico.

Por isso, Sr. Presidente, queria deixar minha posição. Espero que o conjunto da Casa siga neste caminho.

Documento 481/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:52
Publ.: DCD - 30/06/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19 e no impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Principal motivo da recusa, pelo Presidente da República, à compra de imunizantes em tempo hábil. Defesa de criação da CPI da Vacina pela Câmara dos Deputados.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que nós estamos vivendo um momento crucial no País. A situação das vacinas, para mim, é uma das situações que dizem respeito a tudo o que está acontecendo no Brasil neste momento. Não nos adiantará nenhuma pauta, seja tributária, seja administrativa, seja de qualquer um dos motes que estão sendo trabalhados na Casa, e deixarmos de lado, evidentemente, este momento tão crucial da vida das pessoas e a situação econômica do Brasil. Mais de 500 mil brasileiros já morreram! O mundo está se fechando para o Brasil. Até

agora não conseguimos alavancar, como deveríamos, a vacinação em nosso País.

Além disso, há esses escândalos que a bancada do Governo tenta camuflar. Eles deveriam vir lembrar o que falavam, deveriam vir aqui hoje dizer quem foi desonesto e apontar alguma prova de desonestidade da Presidenta Dilma, uma sequer. Muitos diziam, com uma boca deste tamanho, uma boca enorme, que ela era desonesta, que defendiam a família, que defendiam a honestidade, que defendiam isso e aquilo.

Nossa Casa, Sr. Presidente, deveria parar tudo agora. A conversa deveria ser apenas uma: a conversa na Câmara deveria ser vacina e *impeachment*. Vamos fazer ou não? Vamos avançar ou não na vacina e no *impeachment*? No caso da vacina, já passou da hora. Aliás, aqui na Bahia, nós estamos começando a juntar as pecinhas, começamos a saber por que não queriam que fosse comprada a Sputnik. Por que não compraram a Sputnik? Porque a Sputnik não passava por um monte de empresas de amigos ou de esquemas deste ou daquele que estava no dia a dia do Governo.

Todo mundo sabe que fizeram de tudo para não comprar 39 milhões de doses da Sputnik para os Estados nordestinos, através do consórcio, porque não passava por empresa de amigos. Agora isso está claro. Não havia empresa para poder fazer o ilícito. É por isso que não compraram as outras vacinas também.

Por isso, esta Casa precisa começar a discutir este assunto hoje. Se o Governo não tem nada a temer, que concorde em fazermos uma CPI da Vacina para vermos de perto o que está por trás de tudo isso. Isso não diz respeito apenas à vacina, mas à vida das pessoas, ao nosso País e a tudo o que irá acontecer daqui para a frente.

Portanto, chegou a hora de a Câmara Federal pensar na possibilidade de termos uma CPI da Vacina.

Documento 482/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-15:52
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de ambiente político para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apelo ao DEM e

ao MDB por não prosseguimento da apreciação da matéria. Denúncia do servidor do Ministério da Saúde, Ricardo Miranda, sobre o envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de compra superfaturada da vacina indiana Covaxin. Suspeita da participação do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, em negociações ilícitas para aquisição de imunizantes.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, é muito bom vê-lo na Presidência.

Hoje trago um assunto muito sério. Quero me dirigir especialmente aos partidos que se consideram partidos de centro, que têm emprestado apoio ao Governo Bolsonaro.

Quero me dirigir a partidos muito sérios, como o MDB e o DEM, com os quais eu não concordo, mas para os quais eu quero fazer um apelo. O Governo do Presidente Bolsonaro não tem moral para levar adiante um debate sobre a administração pública neste momento. O Líder do Governo na Câmara dos Deputados sofreu uma acusação seriíssima. O Governo está sob suspeição, e, por isso, a reforma administrativa não pode seguir. Eu apelo para esses partidos de centro a fim de que reconheçam que este Governo não inspira a confiança necessária para debater o fim da estabilidade dos servidores públicos.

Na última semana, o servidor Ricardo Miranda, irmão de um dos Parlamentares da Câmara, apontou possíveis irregularidades na compra de uma vacina indiana, compra esta que pode ter sido o motivo do atraso da compra de outras vacinas, que poderiam ter sido compradas antes, evitando-se a morte de milhares de brasileiros. A suspeita é que o Governo do Presidente Bolsonaro tenha atrasado a compra das vacinas para que tivesse tempo de negociar a Covaxin. Esta é a suspeita. Esta suspeita recai sobre o Líder do Governo. O próprio Presidente da República teria sido informado sobre isso.

Nós não temos clima, não temos ambiente político, não temos condições éticas e morais para discutir o fim da estabilidade dos servidores públicos neste momento, porque, em nenhum tipo de análise, o servidor Ricardo Miranda, que é técnico administrativo - não é um servidor -, em nenhum caso ele poderia ser considerado um servidor de carreira típica de Estado, em nenhum tipo de análise, mas ele só pôde fazer esta denúncia porque ele goza de estabilidade.

Estabilidade não é privilégio, mas uma garantia democrática que permitiu ao Delegado Alexandre Saraiva permanecer na Polícia Federal, uma garantia democrática que permitiu ao Delegado Franco

Perazzoni permanecer na Polícia Federal.

A reforma administrativa não pode ser debatida neste momento. Nós precisamos, Presidente Eduardo Bismarck, que os partidos de centro coloquem a mão na consciência e interrompam este debate, porque nós não temos condições democráticas nem éticas para discutir reforma da administração pública sob a liderança do Governo Bolsonaro, que deseja um serviço público mais fraco no Brasil.

Obrigado.

Documento 483/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:00
Publ.: DCD - 30/06/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, volto a usar este breve espaço de tempo para, mais uma vez, cobrar do Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, sua responsabilidade em dirigir e presidir esta Casa do Povo, porque ele está desrespeitando a tradição democrática da Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados foi fechada 3 vezes durante a ditadura civil militar: ela foi fechada em 1966, em 1968 e 1977. Por quê? Porque a Câmara correspondeu aos seus compromissos com a democracia, com a Constituição do País, com a soberania da Nação brasileira. Foram cassados 173 Deputados por força de atos institucionais dos ditadores de plantão, Sr. Presidente. Por que eles foram cassados? Foram cassados exatamente porque honraram a sua declaração ou o compromisso de cumprir a Constituição Federal, de defender, de todas as formas que o mandato lhes permitia e lhes oferecia, o cumprimento integral da Constituição e o respeito incondicional à democracia brasileira.

Lamentavelmente, esse Presidente Arthur Lira, Deputado desta Casa, está faltando com a responsabilidade de fazer aquilo que só ele tem o poder de fazer, que é pautar o pedido de *impeachment*. Instituições, 120 pessoas e a sociedade civil brasileira vêm esperando que ele faça

aquilo que lhe é de dever, que lhe é de responsabilidade. Eu pergunto: será que não está concretizado o crime de responsabilidade deste Presidente no exercício do Governo da República, o genocida responsável pela morte de 510 mil brasileiros? Agora, ele vem descaradamente negar seu discurso de campanha de que neste Governo não existe corrupção.

Será que para o Sr. Presidente da Casa está faltando algum outro fato grave como este para pautar o *impeachment* do Presidente genocida Jair Bolsonaro?

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 484/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:00
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com o reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Protesto contra a redução do auxílio emergencial para 200 reais. Não abertura, pelo Governo Federal, de linhas de crédito para os pequenos e microempresários. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid. Ameaça à democracia demonstrada no pedido ao Supremo Tribunal Federal, pelo Exército brasileiro, de decretação do sigilo da gestão do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por cem anos. Preocupação do Ministro da Suprema Corte, Marco Aurélio Mello, com o futuro das eleições brasileiras diante do descumprimento sistemático da Constituição Federal pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria cumprimentar V.Exa. e todos os Parlamentares.

Mais uma notícia contra o povo brasileiro: a ANEEL concede reajuste de 52% na bandeira vermelha, no patamar 2. Isso terá reflexo direto na inflação, principalmente para os mais pobres e para a classe trabalhadora.

Agora vejam a incoerência, o Governo arrecadou 70% em impostos federais, em sua linha histórica. Esta arrecadação não é devolvida para

a população que mais precisa. Primeiro, deu um reajuste ao auxílio emergencial que era de 600 reais e hoje é, em média, de 200 reais.

Isso é muito grave! Ele não cria uma linha de crédito subsidiada para os micro e pequenos empresários, que estão quebrados, que não têm perspectivas de futuro. Isso é muito grave, Sr. Presidente!

Diante disso, é necessário enaltecermos o papel da CPI do Senado, que está sendo uma CPI da vida! Ela já começa a aprofundar a corrupção praticada por este Presidente genocida, o que atinge diretamente o General Pazuello, um trapalhão, pois agora ela conta com o depoimento da ex-mulher do general. Isso é muito grave!

Agora, o mais grave: o Exército brasileiro encaminhou correspondência ao Supremo Tribunal Federal para que a gestão do ex-Ministro da Saúde General Pazuello, o trapalhão, fique cem anos sob sigilo. Nós consideramos isso uma ameaça!

É necessário discutirmos também a entrevista concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, que está saindo, preocupado com o futuro das eleições, já que esse Presidente não quer obedecer à Constituição e quer apresentar como solução o voto impresso, que é a volta do voto de cabresto, para atender a milicianos no Brasil. Isso é muito grave!

É a nossa democracia que está em xeque.

Sr. Presidente, eu peço que meu pronunciamento em defesa da democracia seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 485/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:04
Publ.: DCD - 30/06/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Avaliação negativa da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Destinação, pelo Governo Federal, de vultosos recursos para o auxílio emergencial e combate à epidemia de coronavírus. Irregularidades praticadas por Governos Estaduais na gestão de recursos federais destinados ao enfrentamento da Covid-19. Aquisição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de 600 milhões de doses de vacinas contra o coronavírus. Edição da Medida

Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a Covid-19. Ações do Governo Jair Bolsonaro em prol das áreas econômica e social durante a epidemia de coronavírus. Pré-julgamento de depoentes pelo Presidente e pelo Relator da CPI da Covid, respectivamente, Senadores Omar Aziz e Renan Calheiros.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, eu fiz questão de visitar a CPI da COVID no Senado. Nós precisamos visitá-la pessoalmente, para criar um sentimento em relação a ela. Trata-se de uma CPI sem rumo, que entra na nona semana sem avaliar a saúde, a economia e o social. Quando eu falo em saúde, falo de um Governo que investiu 600 bilhões de reais no auxílio emergencial e no combate à pandemia.

Nós tivemos nos Estados contratos emergenciais sem licitação, contratos superfaturados, estelionato de recursos públicos, pagos pelo mais simples brasileiro. Recebemos, há pouco, um Deputado Estadual chamado Fausto, que liderou a CPI da COVID na Assembleia Legislativa do Amazonas. Como é difícil fiscalizar neste País! As Assembleias Legislativas pouco fiscalizam. Os Tribunais de Contas dos Estados pouco fiscalizam. E a CPI do Senado fica impedida pelo Supremo Tribunal Federal de convidar Governadores e Prefeitos para responderem pelos seus atos.

O Governo Federal comprou 600 milhões de doses de vacina. Em janeiro, foi apresentada a esta Casa, pelo Presidente da República, a Medida Provisória nº 1.026, de 2021, proposição que recebeu emendas de muitos Deputados, Deputados até da Oposição, para facilitar a compra de vacinas, fazendo com que o Governo brasileiro pudesse comprar vacinas com a autorização de vigilâncias sanitárias estrangeiras.

E com a Covaxin foi exatamente dessa maneira.

Agora criam uma nova narrativa, ouvindo Deputados sem credibilidade alguma.

Este é um Governo preocupado com o lado econômico que foi contra o *lockdown*, o que deveria ser debatido na CPI, e é um governo preocupado com o lado social: nunca se distribuíram, pelo Governo brasileiro, tantos recursos como neste Governo. O que se faz é uma preocupação ideológica, política, não se faz uma política de estado no País.

Lamento muito o posicionamento do Senador Omar Aziz, lamento

muito o posicionamento do Senador Renan Calheiros, que têm um pré-julgamento. Quem tem ódio e dirige uma CPI ou é Relator não sabe ouvir, não sabe respeitar o convidado e já tem um pré-julgamento. Eu costumo dizer que quem odeia alguém tem o seu julgamento totalmente afetado. E é isso o que está ocorrendo na CPI do Senado, que não veio para averiguar nada e sim para causar confusão.

Sigamos firmes e fortes na condução do nosso País por um Brasil melhor, justo e responsável!

Obrigado, Presidente Eduardo.

Documento 486/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:08
Publ.: DCD - 30/06/2021 - REJANE DIAS-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Existência no País de 45 mil crianças e adolescentes órfãos em decorrência da epidemia de coronavírus, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Apresentação do Projeto de Lei nº 979, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 8.213, de 1991, relativa aos Planos de Benefícios da Previdência Social, com vista à concessão de pensão especial à criança ou adolescente sob a guarda de detentor falecido em decorrência da Covid-19, não vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está vivendo um fenômeno desolador: a morte de pais e mães pela COVID-19. Pouco se fala em quem fica do lado de cá, crianças e adolescentes que perderam as pessoas que delas cuidavam, as pessoas que eram em vida suas tutoras.

De acordo com o IBGE, aproximadamente 11,5 milhões de famílias têm mãe como provedora e chefe. E parte desse grupo, nesse contexto familiar, teve a figura da mãe retirada do convívio social.

A esta altura no Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -- IPEA, são 45 mil crianças e adolescentes nessa condição, sem a figura da mãe ou a figura do pai, uma lacuna emocional de danos irreparáveis. Algumas crianças são adotadas por outros parentes, algumas vão parar em abrigos, outras resolvem seguir

sozinhas e os mais velhos cuidam dos mais novos.

É clara a necessidade de amparar essas crianças, Sr. Presidente. Nada irá trazer os pais delas de volta, mas algo precisa ser feito agora. Alguma política de amparo precisa ser vista. É disso que trata um projeto de lei de minha autoria, que garante uma pensão especial aos órfãos da COVID.

O Peru, Sr. Presidente, já tem uma lei que está sendo regulamentada pela qual irão dar um auxílio a 11 mil crianças e adolescentes que se viram desamparados, porque perderam os seus pais.

É nesse sentido que eu apresentei, portanto, o Projeto de Lei nº 979, de 2021, que altera a lei dos planos de benefício da Previdência Social, para dispor de uma pensão especial a criança ou adolescente cujo detentor da guarda vier a falecer em virtude da COVID-19.

A ideia é minimizar, portanto, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, os impactos sociais da pandemia, buscando garantir, até atingir a maioria civil, que sejam assistidos pelo Estado.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais veículos de imprensa desta Casa.

Muito obrigada.

Documento 487/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:20
Publ.: DCD - 30/06/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo Deputado Luis Miranda e pelo seu irmão Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde, de denúncia de superfaturamento na aquisição da vacina Covaxin pelo Governo Federal. Prática de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Realização de novas manifestações no País contra o Governo Federal.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o Governo

Federal, através do Sr. Presidente da República, negou a vacina no começo desta pandemia e chegou, posteriormente, a deixar de responder a 89 *e-mails* da Pfizer oferecendo vacina para o Brasil.

Qual não foi a nossa surpresa quando, na semana passada, o Deputado Luis Miranda e o seu irmão Ricardo Miranda denunciaram na CPI da COVID um negócio, na compra de uma vacina indiana, que não foi reconhecida no Brasil, a um preço mais alto do que da Pfizer, de uma empresa que tinha uma conta num paraíso fiscal, que não estava no contrato, e que a assinatura da autorização para a compra da vacina teria sido de uma servidora, que não é permanente, que passou por cima de um servidor permanente.

O que foi denunciado significa um processo de corrupção no Ministério da Saúde, e foi indicado um Parlamentar desta Casa, o Líder do Governo nesta Casa, como responsável. Eu não tenho como dizer se é ou não é o Líder o responsável, mas eu tenho a dizer que aquilo era um processo de corrupção. Portanto, senhoras e senhores, neste Governo, houve corrupção no Ministério da Saúde, na compra de vacinas para COVID-19.

Ora, isso remete à necessidade de julgamento dos mais de cem pedidos de *impeachments* que estão protocolados na mesa do Presidente Arthur Lira.

Presidente Arthur Lira, comece a analisar, julgue, coloque em debate os pedidos de *impeachment* do Sr. Presidente da República.

No dia 3 de julho, haverá uma mobilização nacional pelo *impeachment* do Presidente da República. Amanhã será protocolado um novo pedido de *impeachment*, na verdade, um megapedido de *impeachment* assinado por muitas forças políticas que querem o afastamento desse Presidente corrupto que não pode continuar na condição de Presidente da República.

Documento 488/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:24
Publ.: DCD - 30/06/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº



1.595, de 2019, a respeito da adoção de ações contraterroristas; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, acerca da retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Tentativa, pela presidência da Fundação Cultural Palmares, de imposição de censura a obras do movimento negro. Necessidade de abertura, pela Presidência da Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Escândalo de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Responsabilidade do Presidente da República pela morte de 400 mil brasileiros pela Covid-19. Elevação dos índices de rejeição do Presidente Jair Bolsonaro. Realização de novas manifestações no País contra o Governo Federal. Imobilismo da Câmara dos Deputados diante da crise socioeconômica brasileira. Anúncio de encaminhamento à Casa de superpedido de impeachment do Presidente da República. Defesa de julgamento e condenação do Presidente Jair Bolsonaro por prática de crime contra a humanidade.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Precisamos virar a atual conjuntura na rua, porque a situação é muito crítica, muito crítica.

O silêncio deste Parlamento é ensurdecedor. Enquanto o Brasil clama por vacina, por justiça, por combate à corrupção, temos uma pauta que ataca o direito das comunidades originárias, como o PL 490, na CCJ. Temos a instituição da Comissão Especial para tratar do PL 1.595, que quer tipificar os movimentos sociais como movimentos terroristas, para cercear a liberdade de expressão. Temos a Comissão Especial da PEC 135, que é uma PEC para trazer de volta o voto impresso, e literalmente o Relator botou a questão da impressão de todos os votos, Deputada Benedita da Silva.

Nós estamos no País da censura. Querem censurar as obras que estão lá na Fundação Palmares, para tenta tirar ou diminuir a resistência do movimento negro, querida Deputada Talíria Petrone. Nós estamos na Câmara que não cumpre o seu papel regimental: são 130 pedidos de *impeachment*, mas a Câmara quer criminalizar as suas Deputadas, como a minha colega de bancada Deputada Talíria Petrone.

Neste momento, o País vê um escândalo, um megaescândalo de corrupção, um megaescândalo envolvendo a Covaxin, que era a vacina mais cara, a que tinha como intermediária a Precisa Medicamentos, investigada no GDF, na Operação Falso Negativo, um esquema que tinha uma nota fiscal que previa o pagamento antecipado de vacinas que não chegaram até hoje.

E o povo brasileiro segue morrendo. São mais de 510 mil óbitos, sendo que 400 mil desses óbitos teriam sido evitados se não houvesse um genocida, um criminoso, um irresponsável, um delinquente na Presidência da República. Mas o problema não é só o delinquente,

porque a cada dia ele perde mais apoio social, tendo um índice de rejeição que chega a 60%.

O povo brasileiro saiu às ruas no dia 29 de maio, no dia 19 de junho e sairá no próximo sábado, com máscara, com álcool em gel, para dizer que já basta do Bolsonaro! As ruas serão fundamentais para alterar a correlação de forças no País. Porque, se depender da Câmara dos Deputados, a gaveta está funcionando. Se depender da Câmara dos Deputados, parece que nós estamos vivendo em outro país, que não é o dos 100 reais pelo botijão de gás, que não é o dos 34 milhões de desempregados, desalentados e trabalhadores informais, que não é o da fome!

É inaceitável que até hoje nenhum dos pedidos de *impeachment* tenha andado. E é por isso que amanhã nós estaremos juntos entregando um superpedido de *impeachment* para, com a rua, no dia 3 de julho, alterar a correlação de forças, a fim de que possamos nos livrar, em 2021, do pior Governo da nossa história, um Governo criminoso, que já cometeu inúmeros crimes de responsabilidade.

Concluo, Deputado Eduardo Bismarck, dizendo o Presidente que será julgado pelos crimes contra a humanidade que cometeu. Eu não tenho nenhuma dúvida de que será condenado, mas também o serão, com esse Governo criminoso, aqueles que silenciaram, aqueles que foram cúmplices do genocídio, aqueles que silenciaram diante do sofrimento do nosso povo! A história não dá a segunda chance, Deputado Eduardo, e cobrará caro daqueles que silenciaram.

Nós temos orgulho de estar ao lado do povo, das mulheres, dos negros e negras, das trabalhadoras, dos indígenas, dos jovens, que protagonizaram belas passeatas. No sábado, é responsabilidade de todos nós estarmos nas ruas, porque nenhum governo cai de podre. É preciso derrubá-lo. Fora Bolsonaro! Dia 3, todos os caminhos nos levam às ruas do País!

Documento 489/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:28
Publ.: DCD - 30/06/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de criação, pela Casa, de CPI para investigação da omissão e de irregularidades na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas Parlamentares, Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, quero dizer da importância de esta Casa, a Câmara dos Deputados, abrir também uma investigação em relação às vacinas. Na verdade, não se trata de vacina, mas de vacinas, porque, de fato, ou por omissão, ou por irregularidade, o Governo Bolsonaro é o responsável pela falta das vacinas no braço do povo brasileiro.

O resultado dessa política, que se iniciou primeiramente numa tese contra a ciência, na tese da imunidade de rebanho, contra o distanciamento, teve como consequência lamentável mais de 500 mil vidas perdidas. Também se somam a essa tese totalmente equivocada e negacionista a incompetência e a omissão, em alguns casos, na compra e nos contratos com as farmacêuticas. O caso da Pfizer é o mais emblemático, porque há 83 *e-mails* não respondidos, mas também há outros casos, como a briga ideológica contra o fundo russo, no caso da Sputnik.

Houve a perseguição aos subnacionais e não houve nenhum apoio aos nossos institutos de pesquisa, a exemplo do Butantan, da Fundação Ezequiel Dias - FUNED e da Fundação Oswaldo Cruz. Ou seja, o Brasil poderia ser um exportador de vacinas, mas não recebemos apoio.

Depois, houve as irregularidades na compra das vacinas. Por exemplo, o último escândalo é o do acordo para a compra de vacina intermediado por algumas empresas brasileiras, no caso da vacina chinesa. Mas o caso mais escandaloso, já denunciado por um Parlamentar desta Casa, é o relativo à Covaxin.

Portanto, não resta outro caminho para o Parlamento brasileiro, para a Câmara dos Deputados, se não o de abrir uma investigação, sim. Eu apresentei um pedido de abertura de uma CPI da vacina. Peço ao conjunto de Parlamentares o apoio, para que o povo brasileiro possa saber da verdade e para que esta Casa também possa apontar os responsáveis pelas 500 mil vidas perdidas, que poderiam ter sido salvas com as vacinas.

Obrigado, Presidente.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Informação ao Presidente Jair Bolsonaro, pelo Deputado Luis Miranda, da existência de irregularidades no processo de compra de vacina pelo Ministério da Saúde. Atribuição ao Deputado Ricardo Barros, pelo Presidente da República, da responsabilidade pela aquisição superfaturada de imunizantes. Aprovação, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, requerimentos de convocação do Ministro da Saúde e outros para esclarecimento dos fatos ao órgão. Visita de membros da Comissão aos Municípios de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte, e Dois Riachos e Maribondo, no Estado de Alagoas, para debate do fechamento de agências do Banco do Brasil nas respectivas localidades.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Sras. e Srs. Deputados, a denúncia feita pelo Deputado Luis Miranda é grave. Um membro deste Parlamento foi a uma CPI do Senado e reafirmou o que já havia sido publicado por jornais e *blogs* de Brasília e de âmbito nacional, no sentido de que havia comunicado o Presidente da República de uma possível fraude na licitação de determinada vacina e de que o Presidente da República teria dito que isso era grave e que o Deputado Ricardo Barros seria o autor dessa ação de compra superfaturada da vacina com dinheiro público.

Nós não podemos ficar inertes, vendo as coisas acontecerem. A Câmara também funciona através das suas Comissões. Hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, foram aprovados alguns requerimentos de Deputados de diversos partidos. Em breve, teremos a presença do Ministro da Saúde e de outros Ministros na Comissão para explicar como foi feita essa contratação que está sob suspeita e à qual até agora não houve por parte dos acusados nenhuma reação. Eles não apresentaram nenhuma forma de mostrar que não estão envolvidos com o que disse o Deputado Luis Miranda.

Quero também registrar, Sr. Presidente, uma visita técnica que nós fizemos no Rio Grande do Norte, na companhia do Deputado Walter Alves, para ouvir a população sobre o fechamento de agências do Banco do Brasil em várias localidades. Estivemos em Parnamirim e ouvimos das pessoas que lá residem a insatisfação em relação ao fechamento da agência do Banco do Brasil. Fizemos uma mesa redonda, da qual participou a Dra. Priscila, Superintendente do Banco do Brasil. Não há, por parte do Banco do Brasil, nenhum argumento que convença a todos nós da necessidade de fechamento daquela agência. Em Parnamirim, um Município de 300 mil habitantes, havia

duas agências. Uma foi fechada, e a outra ficou. Então, não há prejuízo. Eu estive lá e vi isso.

Ontem estivemos também em Alagoas, nos Municípios de Dois Riachos e Maribondo. Da mesma forma, lá não há prejuízo. Também fizemos uma mesa redonda no Município de Dois Riachos, na companhia do Deputado Isnaldo Bulhões Jr e da Deputada Tereza Nelma.

Essa foi uma ação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Chegamos à conclusão de que o Banco do Brasil não tem motivo para ter fechado essas agências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 491/557

52.2021.B	Sessão Outro Evento	29/06/2021-16:36
Publ.: DCD - 30/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente Arthur Lira de informações sobre graves denúncias contra o Ministério da Saúde, apresentadas pelo Deputado Luis Miranda. Confirmação à CPI da Covid, pelo Parlamentar, da informação ao Presidente Jair Bolsonaro sobre a existência de esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Consulta à Presidência sobre a abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de convocação, pela Comissão de Ética Pública, do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, e do ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Coronel Élcio Franco, para esclarecimento de denúncias de irregularidades na compra de imunizantes. Necessidade de esclarecimento pelo Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, de nomeações a cargos públicos e de sua influência junto ao Ministério da Saúde. Defesa de suspensão dos trabalhos na Casa para apreciação tão-somente do processo de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira coisa que eu vou querer ouvir hoje do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, é se ele

foi de fato contactado pelo Deputado Luis Miranda, que tinha denúncias graves do Ministério da Saúde e avisou a ele sobre elas, que falou para detonar as denúncias.

A segunda coisa é que, de quinta-feira para cá, houve a denúncia gravíssima do Deputado na CPI da COVID dizendo que Bolsonaro sabia dessa denúncia e no mínimo prevaricou - se é que ele não conhecia todo o esquema da Covaxin - ao ligar para o primeiro-ministro da Índia. Ele mesmo citou o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, como o chefe dos rolos no Ministério da Saúde que implicam no caso de corrupção, superfaturamento e adiantamento de 226 milhões de reais na compra da vacina mais cara e ainda não aprovada pela ANVISA.

Depois de tudo isso, eu gostaria de saber se o Presidente da Casa vai dar uma satisfação aos Parlamentares e ao povo brasileiro e vai puxar um processo de *impeachment*, de impedimento.

O Presidente da República ainda está quieto. Ele não negou em nenhum momento tudo o que o Deputado Luis Miranda falou na CPI e está fugindo do debate.

Agora ele está dizendo que não controla nada nos Ministérios. Porém, um dia antes, ele falou que não há corrupção no Governo dele, apesar das rachadinhas, dos laranjais e do corrupto Ministro Salles, que ele demitiu no dia do escândalo. Só que agora é 1,6 bilhão de reais de contrato. Isso se chama corrupção. Esse é o carimbo do Governo.

O Sr. Onyx Lorenzoni e o Coronel Élcio Franco foram mentir antes do depoimento. Eles merecem a Comissão de Ética Pública. E o Sr. Ricardo Barros tem muito a explicar nas nomeações e no mando que ele tem no Ministério da Saúde.

Nós deveríamos simplesmente parar tudo para discutir esta questão no momento: puxar o processo de *impeachment*. V.Exas. sabem que o povo brasileiro não suporta mais tanta opressão, tanta destruição causada pelo Governo Bolsonaro.

Mas agora, dia 3, todos na rua pelo Fora Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 492/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021- CD	16:44
Publ.: DCD - 30/06/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Relação entre o boicote às medidas sanitárias e à aquisição de vacinas pelo Presidente Jair Bolsonaro, e a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19. Conivência do Presidente da República com a compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Realização de nova manifestação no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, colegas Deputados, Deputadas, com certeza, é necessário nós usarmos o tempo de Liderança no início desta sessão.

A conjuntura de sexta-feira, da sessão da CPI do Senado, para cá, trouxe um agravamento enorme. E esta Casa precisa se posicionar sobre isso. Nós vivemos em um País onde há meio milhão de pessoas mortas. Essas mortes poderiam ter sido evitadas, mas a vacina não foi arrumada. Houve aglomerações intencionalmente provocadas pelo Presidente. Faltou a testagem em massa. Faltaram recursos para o atendimento às pessoas com relação à COVID. Se essas mortes poderiam ter sido evitadas e não foram, temos um assassinato, um genocídio. E por isso nós chamamos, sim, o Presidente de Presidente genocida, porque essas mortes poderiam ter sido evitadas.

Todos nós sabemos que o Presidente não ligou, não fez movimento, não buscou interferência com a China, para que estivesse aqui a vacina produzida naquele país. Não fez nenhum empenho para que viesse aqui a vacina produzida na Rússia. Não fez nenhum empenho para que as vacinas produzidas no mundo viessem para cá. Mas ele fez um empenho especial para que a vacina indiana chegasse aqui. E por que a vacina indiana? Porque a vacina indiana, que não seria preciso, foi intermediada por empresas. E, pasmem, essas empresas têm suspeita de fraudes em relação ao Ministério da Saúde. No caso, a Precisa e a Global, sócias, também tinham indícios de fraudes, processos em curso.

E pasmem, desse superfaturamento da vacina mais cara deste País, de 15 dólares a dose, foi pedida uma antecipação de pagamento! Essa antecipação de pagamento passaria de 45 milhões de dólares - ou seja, mais de 200 milhões de reais - pelas áreas de Singapura, do paraíso fiscal. Será que esse seria o valor da propina? E o Presidente não interveio para que viessem vacinas de outros países. Mas, da Índia, ele fez uma movimentação pessoal e se envolveu, bem como teve da sua família o seu filho, Senador Flávio, também acompanhando para que essa empresa tivesse portas abertas no BNDES, por

exemplo.

Então, na sexta-feira, quando houve a CPI, eu estive lá e acompanhei, foi chamado um servidor, um servidor concursado do Ministério da Saúde, cujo irmão é nosso colega, o Deputado Luis Miranda. Esse servidor, ao ser pressionado lá no Ministério da Saúde nessa operação fraudulenta de compra superfaturada de vacinas da Índia - ele foi tencionado para que a compra se realizasse com rapidez -, não aceitou essa maracutaia. Ele procurou o seu irmão e disse: *"Aqui tem fraude, aqui tem maracutaia, eu não vou concordar"*. E ele foi pressionado para assinar um contrato fraudulento que o Governo estava fazendo com a vacina indiana.

O Deputado Luis Miranda disse: *"Não, nós precisamos levar isso ao Presidente da República"*. Falaram com o Presidente da República, em 20 de março. Mas o Presidente da República, quando soube da informação dada pelo servidor do Ministério e pelo Deputado, disse: *"Isso deve ser coisa do Ricardo Barros"*. Eu repito, porque isso não é uma palavra de alguém da Oposição ou do PT, essas são palavras de um Deputado bolsonarista, apoiador do Bolsonaro. E ele disse: *"Isso deve ser coisa do Ricardo Barros"*.

Essa confirmação, Presidente, Deputado Arthur Lira, é muito grave. É grave porque o Deputado Ricardo Barros é o Líder do Governo Bolsonaro nesta Casa! Então, o que o Deputado Luis Miranda nos informou significa que o Presidente Bolsonaro sabia da fraude que estava sendo cometida. O Presidente Bolsonaro sabia.

O Presidente Bolsonaro informou que colocaria a situação imediatamente para conhecimento e análise da Polícia Federal! Mas não fez. Portanto, o Presidente sabia, não fez nada e manteve o seu Líder do Governo, com a suspeita de participação nessa fraude no superfaturamento das vacinas indianas, na Liderança do Governo.

Mais grave ainda é que já existem outras denúncias. Agora, não de um superfaturamento de 1,6 bilhões, mas de 5,2 bilhões de outra vacina, também de empresas com vínculos identificados com o Líder do Governo nesta Casa, que é uma nova compra de uma vacina chinesa.

Temos então, praticamente, 7 bilhões do recurso da população brasileira sob suspeita de fraude de corrupção, com o pagamento antecipado, que, quando aqui estava por ser avaliado num projeto de lei, o Líder do Governo solicitou para que se aprovasse uma emenda que pudesse ter uma antecipação de recursos sem ter vindo a vacina. Eu lembro como se fosse hoje que quem orientou pela nossa bancada foi nosso querido Deputado, ex-Ministro da Saúde, Deputado Alexandre Padilha. Ele disse o seguinte: *"Isso é liberar esquemas sem entrega de vacina em nosso País"*. Portanto, nós lutamos contra essa

possibilidade, porque isso já cheirava fraude, já cheirava corrupção.

Por isso, nós estamos aqui a dizer que não cabe outra coisa, nesse Governo, que já tinha marca de genocida, que agora tem também de corrupto. É um Governo corrupto porque está aqui fazendo maracutaias com dinheiro público na compra de vacinas para a população, que já pena com meio milhão de pessoas mortas.

É por isso que nós estamos dizendo aqui que não podemos votar absolutamente nada, Sr. Presidente. Como que nós vamos votar aqui projetos do Governo sob a orientação do Líder do Governo, que tem indícios de participação em fraudes? Não é possível.

Esta Casa precisa abrir o processo de *impeachment*. E é por isso que nós estamos aqui juntando os mais de 120 pedidos de *impeachment*.

Junto com essa nova denúncia de fraude e corrupção, na tarde dessa quarta-feira, amanhã, portanto, dia 30, nós estaremos com os partidos de Oposição, com as pessoas que são autoras de requerimento de *impeachment*, com entidades da sociedade civil, para protocolar um superpedido de *impeachment*.

Esta é a questão de ordem neste momento: esta Casa, como Poder independente, não pode furtar-se de não abrir o processo de *impeachment*. E é exatamente esse debate que nós precisamos fazer. Junte-se a isso a grande mobilização que a sociedade brasileira faz.

Quero parabenizar aqui todas as entidades, a sociedade civil, os movimentos populares, os partidos, que já tinham marcado um ato, depois do grande movimento do dia 19 de junho, que foi realizado em mais de 400 cidades pelo Brasil a fora e fora do País e mostrou que nós queremos vacina no braço, comida no prato, num País que está passando fome, queremos renda e emprego, fora, Presidente, e *impeachment* já! Eles já tinham reunião marcada e ato público para o dia 24, mas, imediatamente, frente a esse escândalo desse Governo, que é o escândalo das rachadinhas da família Bolsonaro, é o escândalo da madeira e dos crimes que acontecem no Norte, agora é o escândalo do superfaturamento da vacina comprada para o povo. Nós precisamos parabenizar as entidades que anteciparam esse ato do dia 24 para o próximo sábado.

Nesse sábado, dia 3, o Brasil vai estar em mobilização para dizer "sim".

Sumário

Alcance da marca fúnebre de 500 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Prática do crime de corrupção pelo Presidente da República. Existência de motivos suficientes de abertura, pela Câmara dos Deputados, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Bem, o que me traz hoje aqui é também uma necessidade de visibilizar, de evidenciar, de gritar que o Brasil não vive tempos de normalidade.

Se não há normalidade num Brasil com mais de meio milhão de mortos, a Câmara dos Deputados, o centro da política brasileira, não pode agir como se tudo estivesse normal.

Infelizmente, estamos vivendo um dos momentos mais tristes da história recente brasileira: pandemia, fome, luto, dor. Diante de mais de 500 mil famílias em luto, que horror termos um Governo que nega a ciência, um Governo que ataca os direitos do povo e um Governo que, ora, já sabíamos, mas que agora está explícito, é um Governo corrupto.

Este Governo, que se elegeu com a falácia da anticorrupção, que se elegeu na esfera de negar a política, cada vez mais, evidencia ser a expressão da mais carcomida e velha política.

A corrupção não é nova para o governo Bolsonaro: rachadinhas, Queiroz, tratoração, mansões em que não se explica de onde vem o dinheiro. A corrupção está intrínseca na essência do que é a ação política da família Bolsonaro, mas - olha! - ela chegou a um cenário insustentável. Quinhentas mil mortes! Estou falando de mais de meio milhão de pessoas, e parte dessas mortes, evitáveis! Isso já era suficiente para interromper um governo responsável por tanta violação às famílias brasileiras.

Não bastavam um Governo que imita gente sem ar, um Presidente que incita retirar a máscara, que retira a máscara de criança? Não basta a quantidade de crimes cometidos por este Governo? Isso tudo que nos trouxe até aqui já era suficiente para esta Casa analisar ao menos um dos mais de 120 pedidos de *impeachment* que estão em curso, mas agora há um escândalo, senhoras e senhores! Há negociata com vacina, compra possivelmente irregular, possivelmente superfaturada de vacina. Isso é negociar com a morte, é fazer negócio com a morte

de mais de meio milhão de brasileiros vítimas, de famílias que perderam pais, filhos, irmãos, mães, avós!

O Brasil está em luto. Diante de um Presidente corrupto, diante de indícios de Deputados e do próprio Líder do Governo serem coniventes com parte desta corrupção, o que a Câmara Federal faz?

Sr. Presidente Arthur Lira, não é possível seguirmos achando que estamos em uma normalidade, porque não estamos. Esta Casa tem a responsabilidade de, diante de um cenário trágico, escandaloso, dramático, abrir um processo de *impeachment*. E amanhã, da esquerda à direita, aqueles que têm o mínimo apreço a democracia, estaremos aqui defendendo a interrupção de um ciclo de morte expresso na figura de Bolsonaro.

Impeachment, já! A Câmara Federal tem a responsabilidade, ou a história cobrará!

Documento 494/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021- CD 17:04
Publ.: DCD - 30/06/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Relação entre a sabotagem às medidas sanitárias e o atraso na compra de vacinas pelo Presidente Jair Bolsonaro, e a morte de 500 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito do esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Anúncio da apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa. e os demais colegas.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, por uma razão lastimável.

Deputado Paulo Ramos, Deputado Afonso Motta, Líder Deputado Renildo Calheiros, nós já viemos a esta tribuna para lamentar as mais de 500 mil mortes ocorridas no Brasil graças à pandemia, em especial, pela trágica ação do Governo no seu enfrentamento: a sabotagem das medidas de distanciamento e de prevenção; a sabotagem ao uso de máscaras; o estímulo às aglomerações; e, sobretudo, o vagar, a



lentidão para comprar vacinas.

Não bastasse essa tragédia, vem a público no fim da semana passada, na sexta-feira da semana passada, uma situação inusitada. O Governo foi lento e dificultou a compra da vacina da Pfizer, dificultou a produção de outras vacinas aqui no Brasil, retardou a importação de insumos, ou seja, fez o que pode para dificultar o acesso do povo brasileiro às vacinas. O próprio Presidente da República, repetidas vezes, deu declarações contrárias às vacinas. Mas eis que no meio disso tudo o Presidente da República se apressa para comprar uma vacina, uma única vacina, uma vacina intermediada por uma empresa brasileira denunciada, envolvida em suspeitas. E essa vacina é comprada em um tempo recorde, não paga, mas negociada em um tempo recorde, muito inferior ao das outras vacinas.

E eis que surge a razão para toda essa pressa. A denúncia de desvio de dinheiro e de corrupção na compra da Covaxin. E aí, tudo o que já era muito grave consegue ficar ainda muito pior, pela suspeita fundamentada de que essas mortes de mais de meio milhão de brasileiros foram permitidas até que se tivesse uma vacina que viesse junto com o pagamento de propina. É inaceitável isso!

Não bastasse a irresponsabilidade do Presidente, ainda há o seu envolvimento, mediante a denúncia feita por um colega desta Casa, o Deputado Luis Miranda, em uma compra suspeita.

E depois de tudo isso, Deputado Israel, eis que o Presidente surge para dizer que não sabe de tudo, que ele não sabia de nada. Ora, ele poderia até não saber de nada, se não tivesse sido avisado pelo Deputado Luis Miranda.

O Deputado Luis Miranda foi à CPI relatar que avisou pessoalmente ao Presidente da República, que denunciou que havia um esquema de corrupção na compra de uma vacina e que o seu irmão, servidor público de carreira do Ministério da Saúde, estava sendo pressionado para praticar atos ilegais.

Qual foi a reação do Presidente? Primeiro, associou o esquema ao seu Líder de Governo. Segundo, denunciou o Deputado Luis Miranda. Disse que isso seria um rolo do seu Líder de Governo, o que já é extremamente grave. Ou seja, ele tinha conhecimento antes da denúncia e nada fez para impedir que o dinheiro público, em vez de ser usado para salvar vidas, servisse para encher bolsos de desonestos, levando mais de meio milhão de brasileiros à morte.

Quantas centenas de milhares de brasileiros poderiam estar vivos, se não fosse um esquema como esse?

Não bastasse tudo isso, ele disse que avisaria, Deputada Talíria, à Polícia Federal, para que fosse instaurado inquérito, e está provado que não o fez, não avisou à Polícia Federal. Só avisou quando a denúncia veio à tona na CPI, e o fez para que a Polícia Federal investigasse não a denúncia, mas os denunciantes.

Como é possível alguém que se elegeu com um discurso, falso, porque nós sabemos, de combate à corrupção pode agir desse jeito, permitindo que milhares e milhares de brasileiros sejam condenados à morte por falta de vacina? A recusa na compra de outras vacinas permitiria a rapidez, a facilidade na compra de outra vacina, uma vacina intermediada por uma empresa suspeita.

Talvez alguém dissesse que o Presidente da República nada tem a ver com isso, mas ele sabia antes da denúncia. Quando foi avisado da denúncia, não instaurou inquérito, e o seu filho Senador da República acompanhou o dono dessa empresa suspeita para abrir-lhe as portas no BNDES. Como dizer, então, que o Presidente da República nada tem a ver com isso? O Presidente da República está todo manchado pelo envolvimento nessa gravíssima denúncia de corrupção. Eu vou repetir alto e bom som: há denúncia de corrupção na compra de vacinas, enquanto milhares de brasileiros morrem por falta desses produtos médicos que servem para salvar a vida desses brasileiros. Depois disso ainda tentaram bloquear o acesso do servidor ao sistema do Ministério da Saúde, ou seja, é um Governo que, em vez de odiar o crime, odeia o denunciante do crime. O que incomoda é quem denunciou o crime e não o crime que foi praticado debaixo dos olhos do Governo.

Por isso, nós da Oposição, no dia de amanhã, Sr. Presidente, daremos entrada a um superpedido de impeachment, apresentaremos um superpedido de impeachment, que é uma coletânea, uma junção, uma fusão de todos os pedidos anteriores, com pessoas que têm ideologias completamente diferentes, porque já não é uma questão de ideologia, é uma questão de combater os crimes de responsabilidade que vêm sendo seguidamente praticados por aquele que lamentavelmente ocupa neste momento o Palácio do Planalto.

Documento 495/557

71.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021-
CD CD 17:24

Publ.: DCD - 30/06/2021 - CÉLIO STUDART-PV -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Caráter humanitário do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados com Covid-19. Pedido aos Parlamentares de aprovação da propositura e do requerimento de apreciação da matéria em regime de urgência.

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, este projeto, cuja urgência nós estamos votando hoje, tem um valor importante para muitas e muitas famílias que perderam seus parentes, seus entes queridos, vítimas da COVID-19. Ele trata de nós podermos regulamentar aqui a possibilidade de todas as pessoas que tenham seus parentes, seus entes no hospital, fazerem uma videochamada, se despedirem e deixarem que isso seja a regra. É claro que é a critério do médico que está cuidando do paciente observar o modo como isso deve ser feito, a maneira como isso deve ser feito.

Trata-se de um projeto humanitário, importantíssimo, que nasceu através de muitas mãos. Mas eu quero aqui mencionar a jornalista Silvana Andrade, que perdeu sua mãe e nos trouxe, inicialmente, este projeto com um abaixo-assinado de 120 mil pessoas. Quero também mencionar aqui a médica Ana Claudia Arantes, que fez um belíssimo movimento com a #precisodizerqueteamo. Foi um movimento muito forte. Toda a sociedade compreendeu a relevância do projeto, do quanto é preciso poder dizer adeus.

Hoje, os hospitais, a critério de cada um, regulamentam como pode ser ou como não pode ser essa videochamada. E nós sabemos que muitas pessoas não conseguiram sequer dar um adeus por videochamada, um contato, não vai ter contato muitas vezes nem no velório. Então, nós precisamos. Este projeto é de abril de 2020. Há mais de 1 ano este projeto está aqui.

Recentemente, além desses movimentos sociais, além da Silvana, além da médica Ana Claudia Arantes, houve também uma participação muito especial de vários Deputados, inclusive a Deputada Soraya Santos, a Deputada Luisa Canziani, que abraçaram com muito fervor, com muito amor, por conhecerem a realidade, a dificuldade que muitas famílias têm passado neste momento.

Esse projeto não possui adversários, não possui inimigos. Possui somente amor. É a maior síntese do amor poder se despedir de alguém que você passou a vida amando, poder, nem que seja por uma tela, dizer adeus, dizer: *"Eu preciso dizer que te amo"*.

Peço que hoje nós possamos aprovar este requerimento de urgência, que também já está na Casa assinado pelos Líderes dos mais diversos partidos, da base, do centro, da oposição, não importa quem, porque o

amor não tem lado. O adeus de uma vida para a mãe, o adeus da vida para o pai, o adeus da vida para um filho, isso não tem preço.

O Parlamento brasileiro, quando se debruça sobre algo tão singelo, tão humano, tão cheio da bondosa graça misericordiosa de Deus para poder dizer adeus, faz um papel que tem repercussão não só para a população brasileira, mas um papel que tem repercussão internacional. O que nós estamos vivendo, o que nós estamos passando é um drama mundial, mas que poucos países conseguiram converter na forma de legislação para providenciar esse adeus.

Então, com muito carinho e gratidão à jornalista Silvana, à médica Ana Cláudia Arantes, à Deputada Soraya Santos, à Deputada Luisa Canziani, ao Presidente Arthur Lira por ter pautado a matéria, e a todos que se envolveram neste projeto, peço a aprovação dos pares, com a certeza de que estamos fazendo um bem muito grande que amanhã será muito útil a todos aqueles que ainda estão passando por essa grave pandemia e pelas graves enfermidades dela decorrentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

Documento 496/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/06/2021-
	CD	17:28
Publ.: DCD - 30/06/2021 - DIEGO GARCIA-PODE -PR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados com Covid-19.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria cumprimentar o Deputado Célio Studart porque passei por isso com o meu pai e a minha mãe. A minha mãe eu consegui acompanhar, Presidente, no quarto do hospital, porque ela não foi intubada, mas, quanto ao meu pai, chegamos a ficar 3 dias sem ter uma única informação sobre o estado de saúde dele.

Então, a iniciativa pode até parecer simples, mas ela é muito importante para a família e também para os pacientes, que podem ter, em um momento de dificuldade, o apoio das pessoas que eles mais amam.

Eu não tive essa oportunidade, como o Deputado Célio colocou aqui, de me despedir do meu pai. Mas nós teremos aí, com certeza, a oportunidade de aprovar essa matéria aqui no plenário da Câmara dos Deputados.

Espero que esta matéria seja de fato aplicada na ponta pelos hospitais. Sei que os profissionais de saúde estão sobrecarregados, mas a família precisa ter o direito de poder falar com seus parentes que estão internados em estado grave.

Parabenizo a Casa por essa aprovação.

Documento 497/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021- CD	17:32
Publ.: DCD - 30/06/2021 - LUISA CANZIANI-PTB -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Caráter humanitário do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados com Covid-19. Importância da aprovação pela Casa do requerimento de tramitação da propositura em regime de urgência.

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, agradeço a V.Exa. a sua sensibilidade de justamente pautar esse requerimento de urgência, o que demonstra, mais uma vez, o seu compromisso com a saúde dos brasileiros, sobretudo com um País mais inovador.

O Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, é uma pauta de direitos humanos. Garantir as videochamadas em ambientes hospitalares significa dar a dignidade a muitos pacientes e seus familiares. Sabemos que a pandemia sobrecarregou o sistema de saúde, aumentando o número de internações. Esse cenário leva muitas instituições a restringirem as visitas das famílias, o que tem provocado muitas mortes solitárias e famílias angustiadas, sem sequer ter contato com seus familiares.

Há um relato que me emocionou muito de uma equipe de saúde de um hospital que conta que dois pacientes de COVID foram internados em um mesmo quarto e um deles foi a óbito. O paciente que sobreviveu relatou à equipe que o companheiro de quarto faleceu com o sentimento de que a família o havia abandonado, pois, depois da

internação, eles não tiveram nenhum contato.

Portanto, a aprovação desse requerimento de urgência é uma demonstração histórica de compromisso da Câmara dos Deputados com a dignidade dos nossos cidadãos. O Brasil não tem uma legislação acerca das visitas virtuais por meio das videochamadas. Assim, cada instituição hospitalar adota o seu próprio protocolo, ou seja, decide se vai ou não permiti-las.

A falta de amparo legal nos levou a adotar a postura contrária de muitos outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a realização das videochamadas é considerada uma boa prática médica. Mas é óbvio que não podemos culpar os hospitais, não há segurança jurídica para que eles façam esse procedimento. Ao permitirmos, então, a realização de uma videochamada, sem qualquer protocolo definido, pacientes podem ter o seu sigilo e a sua própria privacidade violados. Obviamente, esse projeto visa resguardá-los disso.

Quero cumprimentar o Deputado Célio Studart pela iniciativa, que contou com a participação de diversas Lideranças e profissionais da saúde. A Deputada Soraya Santos também se engajou muito nesse projeto, mas obviamente eu não poderia deixar de trazer aqui o nome da Dra. Ana Claudia Arantes, uma das maiores especialistas que nós temos não só no Brasil, mas também no mundo, em cuidados paliativos. Graças a ela, esse projeto está ganhando visibilidade e foi criada uma campanha #precisodizerqueteamo, para que justamente se permitam as videochamadas em ambientes hospitalares. Então, se o Congresso Nacional está se atentando para essa questão, é graças a essa grande mobilização da Dra. Ana.

Eu tenho convicção, doutora, de que, graças a essa grande mobilização que estamos tendo por parte dos Deputados, por parte do Presidente Arthur Lira, nós vamos assegurar esse direito tão caro à senhora, aos nossos profissionais da saúde e, sobretudo, aos nossos cidadãos.

Muito obrigada, Presidente Arthur Lira.

E agora vamos todos juntos rumo à aprovação do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020!

Muito obrigada.

Sumário

Denúncia de superfaturamento na compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. Descompasso entre o posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de imunizantes do coronavírus, e o seu interesse na compra da vacina indiana.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Brasil está metido numa grande confusão. Dias atrás, chegou a esta Casa uma medida provisória, enviada pelo Governo, que teoricamente visava facilitar que o Brasil adquirisse vacinas. Nós da Oposição sempre lutamos para que o Brasil adquirisse o maior número possível de vacinas. E, na escassez, usasse como referência a aprovação dessas vacinas por organismos internacionalmente reconhecidos e respeitados, como nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na China. E nós sempre lutamos para que a Rússia também fosse enquadrada nesse mesmo critério, como também a Índia. Os Governadores do Nordeste, através do consórcio, lutaram muito pela vacina Sputnik. Isso está dentro da nossa política de vacina para todos, vacina para os brasileiros contra a COVID, em favor da vida e contra a morte!

A surpresa nisso é a posição do Governo, que sempre foi contra a vacina, que sempre fez campanha contra a vacina, e se interessou apenas pela Covaxin.

Emendas foram aqui apresentadas, mas o problema não está na emenda, Presidente. O problema está no que aconteceu depois, no que veio na sequência. A vacina Covaxin, por tudo que se está mostrando, foi superfaturada em 1.000%! Isso porque, na compra da vacina Covaxin, havia uma empresa funcionando como atravessadora e que queria o pagamento adiantado. O servidor público da área responsável foi pressionado a fazer o pagamento adiantado a essa empresa que é estabelecida exatamente num paraíso fiscal. A suspeição é de que houve uma grande corrupção no Governo na compra dessa vacina. Há uma série de fatos que ainda irão surgir no decorrer desta semana e da próxima.

Eu queria deixar aqui bem claro o seguinte: nós sempre lutamos pelas vacinas. Quem sempre foi contra a vacina foi o Governo. Nós sempre lutamos para que o povo brasileiro fosse vacinado. Quem sempre foi contra? O Governo!

Por isso, a posição dele...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 499/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2021- CD	18:16
Publ.: DCD - 30/06/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes. Afronta do Presidente Jair Bolsonaro à soberania nacional, demonstrada na devastação do meio ambiente, na retirada de recursos do setor educacional e na privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Denúncia de irregularidades no processo de compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós tínhamos uma posição favorável à matéria, porque, em verdade, buscava-se equidade entre os produtos estrangeiros e os nacionais, no que diz respeito ao próprio registro e ao processo, inclusive, para agilizá-lo, mas houve uma mudança muito drástica no relatório. Com isso, tivemos novas condições e regras para a própria patente.

No relatório se possibilita que haja uma patente temporária, provisória. Ele possibilita que o produto, se estiver patenteado em outro país, automaticamente, passe a estar patenteado aqui no Brasil.

Nós sabemos que o Governo açoita muito a soberania nacional. Ele açoita a soberania nacional quando destrói o meio ambiente; açoita a soberania nacional quando se desfaz de instrumentos estratégicos para o desenvolvimento do País, como a ELETROBRAS; açoita a soberania nacional quando tira recurso da educação, pois um país soberano é aquele que aposta na própria educação.

O que nós estamos vendo significa aprofundar um nível de relação injustificável, porque tira do Brasil esta autonomia. Ora, nós estamos

vivenciando hoje uma anormalidade ou uma explicitação de um caráter extremamente corrupto do Governo que aqui está, o Governo Federal.

Nós temos a nítida certeza de que houve, por uma série de motivos, o favorecimento de uma empresa para a compra de uma vacina com um prazo de apreciação menor do que o de outras vacinas. Trata-se de uma vacina mais cara, que não tem atestada sua eficiência pela própria ANVISA. Inclusive, há notícias de que o próprio Presidente da República se mobilizou no sentido de estabelecer contatos com a Índia para liberar a Covaxin.

Agora o Presidente da República diz que vai suspender o acordo com a Covaxin. Se vai ele suspender o acordo, ele está dando um atestado de corrupção nesta relação com a Covaxin. Antes, o Presidente da República disse que não poderia controlar o que acontece nos Ministérios. No entanto, ele foi informado dessas relações espúrias ainda em março, e nada fez, nada fez. Aliás, ao que tudo indica, ele apontou o culpado por essas relações ilícitas. Isso significa que, se ele sabia quem era o culpado, ele já tinha um conhecimento prévio.

Este é um Governo corrupto, um Governo genocida. Este Governo corrupto precisa ter uma resposta desta Casa. E uma das respostas desta Casa é que o Presidente possa encaminhar um dos diversos processos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 500/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-29/06/2021-
	CD	18:40
Publ.: DCD - 30/06/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes, ressalvados os destaques. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2021, referente à alteração da Lei nº 9.279, de 1996, acerca da regulação

de direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB vai orientar "sim", a partir do acatamento que foi feito pelo Relator, da Emenda nº 1, da Deputada Renata Abreu, mas aqui defendendo que nós avancemos no debate em torno do PL 12. Esse é o que efetivamente trata de uma questão que é fundamental hoje para o Brasil e para o mundo, que diz respeito à quebra compulsória das patentes.

Está claro que nós não vamos conseguir superar esse conjunto de crises, se não avançarmos no processo de vacina no mundo e no Brasil. Só avançaremos nesse processo se garantirmos produção mais ampliada de vacinas, para que elas cheguem a todos os povos, de todos os países. Este é um debate mundial, que precisa avançar, e o Brasil tem instrumentos para avançar. Para que avancemos, precisamos da aprovação do PL 12, que quebra de forma compulsória essas patentes, para que possamos produzir vacina para todo o povo brasileiro.

Documento 501/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 30/06/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes, ressalvados os destaques. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre denúncia apresentada por Deputado Federal. Suspensão, pelo Presidente da República, do processo de compra da vacina indiana Covaxin.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Presidente, libera o voto. Há divergência entre os partidos que a compõem. É importante que toda e

qualquer prestação do serviço público seja menos burocrática, mas, ao mesmo tempo, segura.

Queria aproveitar para destacar que o Presidente da República, que é sempre falante para acusar adversários, cala-se diante de uma denúncia que o atinge diretamente, feita por um Deputado desta Casa. O Presidente se omite. Diria que está praticamente escondido, para não falar do fato. Estranhamente também, agiu de maneira rápida no cancelamento do contrato da vacina. Ora, se ele não fala, se não é verdadeira a denúncia, por que cancela rapidamente o contrato? Porque, com certeza, Bolsonaro tem a ver...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 502/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2021 - CD 19:00
Publ.: DCD - 30/06/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes. Não manifestação de Parlamentares governistas e do Presidente Jair Bolsonaro sobre o escândalo de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL vota "sim" ao destaque do PT.

Eu não poderia deixar de utilizar este minuto para constatar algo. Vários Deputados da Oposição e da Minoria se pronunciaram duramente sobre o escândalo de corrupção no Governo, e eu não ouvi até agora nem um Parlamentar governista, "bolsonarista", falar. Então, queria saber: o Líder do Governo onde está? Foi acusado de corrupção, de maracutaia - há 226 milhões na jogada.

Não adianta suspender o contrato. O Presidente da República até

agora não replicou o Deputado Luis Miranda. O Deputado Onyx Lorenzoni passou aquela vergonha, vai para a Comissão de Ética Pública, e o Ricardo Barros, para o Conselho de Ética da Câmara. Será que o Presidente da Casa vai se pronunciar em algum momento?

É o pedido que eu faço, Presidente.

Documento 503/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 30/06/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes. Comprovação da negociata na compra da vacina Covaxin, revelada no cancelamento extemporâneo do contrato pelo Ministério da Saúde.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai orientar o voto "sim", porque a emenda dá mais transparência e rigor às exigências para o registro, mesmo que provisório, das patentes.

Mas eu quero aproveitar para sublinhar o que a imprensa já divulgou: agora o Ministério da Saúde sai correndo para cancelar o contrato da Covaxin. Eu pergunto: "*Agora, Ministro?*". Se corre para cancelar é porque há coisa errada. Se corre para cancelar é porque, objetivamente, o contrato estava feito.

É bom deixar claro que o que determina a despesa é o empenho. É o empenho que determina a despesa, é o empenho que determina o contrato.

Agora o Ministro corre para cancelar porque, obviamente, não deveria nem ter sido feito. Cancelar é bom, mas mostra que era irregular. Desmontar só agora mostra que durante todo esse tempo nada foi feito para suspender a negociata.

O PCdoB...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 504/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021- CD	19:20
Publ.: DCD - 30/06/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes. Pedido à Polícia Federal de investigação da autoria da falsificação de vacinas da Covid-19 no Estado do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "sim", Presidente.

Eu queria pedir aos colegas que compõem a Polícia Federal que ajudem no sentido de descobrir quem foi o autor da falsificação de vacinas no Maranhão, o que já foi detectado pela própria ANVISA e pelo Butantan. Há várias pessoas no Maranhão que foram imunizadas com vacinas falsas.

Eu gostaria que os colegas que são da Polícia Federal e a própria Polícia Federal investigassem esse caso para saber quem são os autores da falsificação de vacinas. Isso é muito grave, Sr. Presidente.

O MDB orienta "sim".

Documento 505/557

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -29/06/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 30/06/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada ao Projeto de Lei nº 10.920, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à incorporação do pedido provisório de patente; à supressão da exigência contrária a dispositivo de acordo internacional; e a modificação de procedimentos de depósito e de exame de patentes. Importância de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 12, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.279, de 1996, acerca da regulação de direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria encaminha o voto "não", porque nós não podemos colocar em um texto permanente, um tratado internacional, algo que neste momento é emergencial, a patente provisória.

Aproveito o momento para cobrar e ressaltar a importância de votarmos o PL 12, que veio do Senado - vários dos nossos projetos estão apensados a ele -, sobre a licença compulsória, necessária para que tenhamos, de fato, a redução de dependência, de vulnerabilidade, enfim, o estímulo à produção nacional de vacinas, com a possibilidade real de não dependermos de importação, nem de IFA, nem de vacinas internacionais.

Ao mesmo tempo, como fez agora a Deputada Adriana Ventura, cobro um posicionamento. Que tenhamos esclarecimentos e investigação não apenas no Senado, mas também na Câmara! A forma correta é a instalação da Comissão do *impeachment*. É isso que nós queremos que seja feito pela Câmara dos Deputados.

A Minoria encaminha "não".

Obrigada, Presidente.

Documento 506/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-12:56
Publ.: DCD - 01/07/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atraso do Governo do Estado de São Paulo na concessão do auxílio emergencial de 300 reais a trabalhadores informais, desempregados e famílias carentes para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Atribuição ao Governador João Doria da responsabilidade por mortes decorrentes da doença viral. Exigência de cumprimento, pelo gestor estadual, da promessa da campanha eleitoral de reajuste dos soldos dos policiais.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que este meu pronunciamento nos Breves Comunicados seja enviado aos meios de comunicação da Câmara.

Boa tarde a todos.

O Governador João Doria anunciou um auxílio de 300 reais para as vítimas da COVID.

Parabéns, Governador! Parabéns! Só que o auxílio vem muito tarde, porque as mortes no Estado de São Paulo, que V.Exa. provocou, começaram no ano passado. Aliás, Governador João Doria, foi o senhor que permitiu o início das contaminações. Lembra-se do carnaval de 2020, autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Prefeitura do Município de São Paulo?

Esse arrependimento em forma de campanha eleitoreira não vai vingar. As famílias, com certeza, ficarão até agradecidas, mas não vão esquecer quem foi o causador da contaminação por COVID no Estado de São Paulo.

Não vão esquecer mesmo, porque, do começo da pandemia para cá, os ônibus, os trens, os metrô continuam absolutamente lotados, sem nenhuma providência do Governo do Estado, sem nenhuma providência da Prefeitura.

Que venham os 300 reais!

Aproveito, Governador João Doria, para lembrar que, em 2018, V.Exa., utilizando do *slogan* *Eu sou BolsoDoria*, prometeu pagar muito bem os policiais do Estado de São Paulo, que até hoje estão com o seu salário à míngua. O pior salário do Brasil é o da polícia do Estado de São Paulo - eu falo "polícia" porque lá nós temos a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Penal. Então, Governador, cumpra também essa sua promessa, já que V.Exa. tem até a intenção de vir a ser candidato a Presidente. Faça esse gesto de cumprir aquilo que você falou ou será engolido e envenenado pelo seu próprio discurso, e não teremos pena

de condená-lo democraticamente nas urnas em outubro de 2022. Os policiais esperam salário, pagamento de precatório e outras coisas que V.Exa. continua devendo.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os colegas.

Documento 507/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:00
Publ.: DCD - 01/07/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Unificação dos pedidos de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Não aquisição de vacinas em tempo hábil, pelo Presidente Jair Bolsonaro, com vista ao recebimento de propina na compra de imunizante indiano. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o dia de hoje vai ser marcado, nesta Casa, por um ato de unificação dos diversos pedidos de *impeachment* que há contra o Governo Bolsonaro.

Esta Casa deve ter em torno de cem pedidos de *impeachment*, e, até hoje, o Presidente da Câmara não encaminhou a abertura do processo para um sequer. Por isso, diversas organizações populares, sociais, sindicais e diversos partidos políticos, no dia de hoje, vão unificar todos esses pedidos, para que o Presidente desta Casa imediatamente abra o processo de *impeachment* contra Bolsonaro.

Já está comprovado para o povo brasileiro que Bolsonaro cometeu diversos crimes. E o último crime divulgado pela imprensa é algo muito triste: deixar de comprar vacina para poder se utilizar da pandemia para ganhar 1 dólar com cada dose de vacina! Com isso, Sr. Presidente, esta Casa não pode ser conivente. Esta Casa não pode, de forma nenhuma, achar que isso é normal, é do jogo político. Não. Isso é corrupção. Bolsonaro é genocida corrupto.

Hoje, no Brasil, mais de meio milhão de pessoas morreram por falta de vacina, por falta de diretrizes do Governo Federal, por falta de amor do Presidente da República pelo seu País.

A Câmara dos Deputados não pode ser conivente com isso. Aliás, a Câmara não, o Presidente da Casa, porque é ele quem tem poder para abrir o processo de *impeachment*.

Então, o Presidente da Casa tem que cumprir a sua função, abrir o processo, para os Deputados tomarem a decisão. Eu tenho certeza de que, se o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, tiver um pouquinho de sensibilidade, vai abrir esse processo de *impeachment*, para os Deputados tomarem a decisão que quiserem. E eu sei que os Deputados tomarão a decisão que o povo brasileiro espera.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 508/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:04
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de investigação pela Casa de denúncia de recebimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de propina para compra de vacina indiana. Falta de condições morais do Presidente da República para comando do País. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Estado de abandono do acervo da Fundação Cultural Palmares.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil acordou estarecido. Ontem, era de maneira muito rápida que as notícias chegavam. O Deputado Federal que fez a denúncia, na última semana, relacionada à pressão que sofria o seu irmão servidor volta a falar e fala agora do oferecimento de propina: 1 dólar por dose de vacina.

Isso precisa ser esclarecido. Isso precisa ser investigado. Sem dúvida, aguardamos que a CPI abra a notícia-crime, para que a Câmara dos Deputados possa, de maneira irrefutável, permitir que o Presidente da República seja investigado e processado.

Bolsonaro não tem condições de governar o Brasil. Ele não tem estatura. Ele não tem equilíbrio. Ele não tem moral, porque, para aqueles seus seguidores que se fanatizaram, que gritavam tão alto contra a corrupção, a corrupção está aí escancarada - nós temos agora

que verificar qual o nível, a profundidade dela, até aonde ela vai. Portanto, fica claro que o Brasil, com mais de 500 mil vidas perdidas, está à deriva.

Hoje, pela manhã, como Presidente da Comissão de Cultura, pude constatar mais um setor em que o Brasil está à deriva, o setor cultural, que está completamente abandonado. Percebi isso quando fizemos uma diligência na Fundação Cultural Palmares, que é um organismo da maior importância para a historicidade do povo negro em nosso País.

O Brasil tem a maior população negra fora da África e a segunda maior do mundo, fora a população mestiça. A nossa realidade histórica está completamente imbricada com a chaga da escravidão, que deixou como herança a chaga do racismo. A Fundação Palmares existe exatamente para mostrar essa história, para servir de elemento de pesquisa, de denúncia e de visitação pública.

A Fundação foi transferida para um antigo prédio ocupado pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC. E encontramos, hoje, caixas e caixas em salas sem garantia de ventilação, de refrigeração, de controle de fungos. Encontramos também uma sala específica com cinco caixas, que continham material doado por fundações partidárias, e eles ideologizaram esse conteúdo dizendo que aquilo era material exótico, completamente incompatível com a questão da negritude, que, em tese, a Fundação Palmares continua a discutir hoje.

Na verdade, não catalogaram nada, não há catálogo. Perguntei a eles onde estão os relatos da Serra da Barriga e os documentos do Quilombo dos Palmares, e não acharam.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 509/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:08
Publ.: DCD - 01/07/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio aos ataques contra o Governo Jair Bolsonaro. Empenho do Presidente da República na aquisição de vacinas contra a Covid-19 e na manutenção de empregos. Não compactuação do Presidente Jair Bolsonaro com atos de

corrupção. Exigência do Governo Federal de investigação de denúncias de irregularidades na compra de imunizantes contra a Covid-19. Prática de corrupção pelos governos petistas.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero falar com todos que nos acompanham através da *TV Câmara*.

O nosso Governo Bolsonaro tem sido marcado como um Governo que sofre com narrativas. São construídas diariamente narrativas para tentar atacar o Governo, para tentar destruir a imagem do Governo, que tem feito muito pela população, tem comprado vacinas, não tem medido esforços para a manutenção dos empregos, através de linhas de crédito e de auxílios emergenciais. Como não conseguem encontrar nada, nem mesmo casos de corrupção, criam narrativas a todo momento para poder fazê-las respingar no Presidente Jair Bolsonaro.

Na semana passada, foi a Covaxin. Mas se sabe que o Governo não comprou uma dose sequer e que quem fez a denúncia - todos nós sabemos disso - é alguém conhecido como estelionatário contumaz.

Agora é a vez da AstraZeneca. Luiz Paulo Domingueti, um suposto representante da empresa Davati Medical Supply, que seria uma intermediadora da AstraZeneca no Brasil, afirma que fez uma reunião com um representante do Governo, o Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde, para oferecer a vacina. Segundo ele, na ocasião, houve uma tentativa de fazer um acordo espúrio, em que haveria, sim, um caso de corrupção: teria sido pedido 1 dólar por cada dose. Essa é uma acusação grave, gravíssima, que merece apuração. A denúncia merece investigação. Contudo, a AstraZeneca informou que não tem intermediários no Brasil. A empresa nega que tenha a Davati como representante para a comercialização da vacina no Brasil.

O que faz um governo ser corrupto? É a complacência, é a conivência. E, desde que soube desse tipo de denúncia, desde que soube dessa informação, que foi veiculada pela mídia como se fosse uma verdade - foi dito que o Governo Bolsonaro estaria pedindo propina para negociação de vacinas -, o Presidente Bolsonaro exonerou o servidor Roberto Ferreira Dias. Queremos que haja apuração, porque o nosso Governo não compactua com corrupção.

O que mais me surpreende é quem está atacando o Governo e o Presidente alegando corrupção, alegando que é o maior caso de corrupção algo que nem sequer foi investigado, algo que nem sequer foi comprovado através da Justiça, algo em que nem sequer foi comprovado que realmente houve alguma culpa do Governo.

Quem faz essas acusações é o partido que, enquanto comandou o País por 16 anos, foi responsável pelos maiores casos de corrupção comprovados na Justiça: mensalão, em 2005; compra de votos com dinheiro público desviado com a ajuda de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT; renúncia de Palocci, que comandou um esquema de corrupção enquanto foi Prefeito de Ribeirão Preto; prisão da cúpula petista - José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares; Lava-Jato; compra superfaturada de Pasadena. São diversos os casos de corrupção comprovados pela Justiça.

Diferentemente deles, eu tenho certeza de que o nosso Governo faz tudo para investigar, cortar na carne, não permitir que qualquer escândalo de corrupção possa manchar a sua imagem. A diferença entre um governo corrupto e um idôneo é a apuração, é a disposição de cortar na carne, de não compactuar com corrupção - os Governos anteriores do PT, durante anos, compactuaram e ainda passaram a mão na cabeça dos seus companheiros.

Documento 510/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:16
Publ.: DCD - 01/07/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atribuição à falta de vacinas como a principal causa da morte de 500 mil brasileiros em decorrência do coronavírus. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente da República. Prática de crimes contra a saúde pública pelo Chefe da Nação.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado pela gentileza.

Nobres colegas, em especial a Deputada Benedita da Silva, e povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, quero iniciar este pronunciamento fazendo uma afirmação. Este Governo, além de negacionista, é corrupto. O negacionismo, somado à corrupção, provoca, em primeiro lugar, o aumento dos preços das vacinas e, em segundo, a espera por propinas nas compras das vacinas matou mais de 500 mil brasileiros.

Este Governo tem que ser responsabilizado por isso. O Chefe do Executivo, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, tem que ser "impeachmentado".

Esta Casa recebe hoje uma superpetição que requer o *impeachment* desse Governo Federal genocida e corrupto.

Eu fico à vontade para fazer estas afirmações porque o Presidente fez o primeiro pronunciamento negacionista e genocida em 25 de março de 2020, e, no dia seguinte, eu pedi ao Supremo Tribunal Federal que permitisse a esta Casa afastar o Presidente da República por 180 dias, por várias razões: primeira, pelo negacionismo; segunda, pela omissão; terceira, pelo péssimo exemplo na condução da pandemia; quarta, pela aposta na tese da imunidade de rebanho; e, agora, por corrupção. Está comprovado que a demora na compra das vacinas foi além do negacionismo: tinha a ver com o recebimento de propinas.

O Presidente da República cometeu todos os crimes que estão tipificados no nosso Código Penal em relação à saúde pública. O Brasil poderia ter evitado esta situação que estamos vivendo, pois nós temos o melhor Sistema Único de Saúde da Terra, temos profissionais capacitados, temos uma política, mas não tivemos um Presidente da República.

Por isso, *impeachment* já!

CPI das vacinas já, para salvar vidas!

Muito obrigado.

Documento 511/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:16
Publ.: DCD - 01/07/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não adoção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de providências sobre a denúncia apresentada por Deputado e seu irmão, servidor do Ministério da Saúde, a respeito da existência de esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin. Razões da apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente da República. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas em tempo hábil, e a morte de 500 mil brasileiros pela Covid-19. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Elevação dos preços do gás de cozinha, de combustíveis e dos componentes da cesta básica. Imediata abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e órgãos de comunicação da Casa.

O mundo dá voltas, e a Terra é redonda, diferentemente do que alguns afirmam. Tanto é assim, que aqueles que ontem gritavam e bradavam com arrogância pelo Governo de Jair Bolsonaro hoje vêm gaguejando, tentando explicar, sem conseguir, aquilo que se transforma em fato no Brasil.

Um Deputado desta Casa e seu irmão funcionário público vão até o Presidente e lhe fazem uma denúncia sobre uma possibilidade de corrupção. O Presidente não responde com uma investigação: afirma tratar-se de um negócio do Líder do seu Governo. Ponto! Até hoje ninguém respondeu a esta questão.

Agora, na CPI, ouve-se um dos acusados, um empresário que fica calado diante de todas as perguntas. Muitos bolsonaristas antes diziam que quem fica calado tem algo a dever. Respondam agora!

Por que nós estamos pedindo um *superimpeachment*? Por que estamos sistematizando mais de 120 pedidos de *impeachment* nesta Casa? O Presidente da Câmara dos Deputados precisa responder ao Brasil.

Estamos vivendo uma situação em que temos mais de 500 mil mortes neste País, por negligência deste Governo, que não comprou vacinas no tempo devido. A fome cresce no Brasil, o desemprego cresce no Brasil, o preço do gás de cozinha só aumenta, o preço dos combustíveis sobe, o preço da cesta básica cresce. A miséria e a fome chegam à mesa, se aproximam da vida do trabalhador brasileiro ou dos que trabalharam. O Governo tem que responder por isso. Mais do que isso, as acusações de corrupção crescem de maneira vertiginosa agora, nesta investigação da CPI, além do caso já conhecido do Ministro que teve que se afastar por estar envolvido em tráfico de madeira ilegal!

Ora, o que temos é um Presidente irresponsável, que prega a morte, que condena o uso de máscaras, que não obedece às orientações para a proteção da vida, e agora, mais do que isso, não sabe responder à corrupção que há em seu Governo!

Impeachment já, imediatamente!

O povo está nas ruas, o povo quer a saída desse Presidente que está levando à morte o povo brasileiro.

É preciso que a Câmara dos Deputados assuma sua responsabilidade

por isso, senão acabará sendo conivente com os crimes do Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 512/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:28
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com o anunciado reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Elevação dos preços do gás de cozinha e de combustíveis. Condicionamento à compra de vacinas ao recebimento de propinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Crise econômica brasileira. Escalada do desemprego, da fome e da miséria no Brasil. Clamor do povo brasileiro pelo impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, é uma honra ocupar a tribuna tendo V.Exa. na Presidência da nossa sessão. Quero cumprimentar nossos Deputados e as Deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva, presentes conosco.

O Governo anuncia o aumento de 52% no preço da energia elétrica: a bandeira vermelha passa de 6,24 reais para 9,49 reais até novembro. O Governo dolarizou a gasolina. O gás de cozinha já custa mais de 100 reais; a gasolina, 6 reais; o óleo *diesel* está nas alturas. Os caminhoneiros foram enrolados por um capitão.

Deputada Benedita da Silva, Bolsonaro dolarizou a gasolina e agora dolarizou a propina: agora a propina vale 1 dólar por dose de vacina. Vai tudo rimando! Só não rima a alegria do povo brasileiro. O povo está triste, desolado. O que nós constatamos é que nós todos e todas já poderíamos estar vacinados.

Agora, nós sabemos que há vacina para todo mundo, mas ela só não veio porque queriam propina, queriam 1 dólar a cada dose de vacina. Todas essas doses já poderiam estar aqui se, em vez da propina, tivessem priorizado a vacina. Está clara aquela conversa fiada da cloroquina. Vamos rimando, mas não é a solução. Como dizia Carlos

Drummond de Andrade, "*mundo, mundo, vasto mundo, se eu me chamasse Raimundo, seria uma rima, não seria uma solução*". Com isso, o povo brasileiro vai só perdendo.

Agora há pouco, saiu o índice do desemprego no País. Há outro recorde de desemprego.

Então, apesar do capitão, que dizia que estava preocupado com a economia e não com a pandemia - outra rima infeliz -, vemos que também a economia está morro abaixo. A economia vai mal, o desemprego aumenta, a miséria aumenta, a fome voltou ao Brasil.

Hoje, agora mesmo, aqui na Câmara, nós vamos entregar o superpedido de *impeachment*. O Presidente Arthur Lira precisa compreender que já são 123 pedidos de *impeachment*, com este que será entregue hoje, que é o superpedido de *impeachment*. Há uma conclamação nas ruas, e o povo brasileiro está exigindo que esse *impeachment* seja debatido e discutido. Crimes existem. Nós estamos levantando vários desses crimes neste pedido, que não é apenas dos partidos de oposição, mas inclusive de bolsonaristas que hoje se arrependem e também pedem o afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

Pelo bem do povo brasileiro, não pode continuar a propina dolarizada.

Fora, Bolsonaro!

Documento 513/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:32
Publ.: DCD - 01/07/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelos partidos opositoristas, de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Comparação do Presidente da República com genocidas, em relação à epidemia de coronavírus. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Não contribuição do empresário Carlos Wizard com as investigações de denúncias de corrupção na compra de vacinas da Covid-19. Negociação do processo de recebimento de propinas pelo Tenente-Coronel do Exército, Marcelo Blanco. Gravidade da decisão do Comandante do Exército brasileiro de decretação, por cem anos, do sigilo da gestão do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, povo brasileiro.

Omissão é crime. Hoje os partidos de oposição, os partidos que defendem o Estado Democrático de Direito, os partidos que têm uma visão humanitária estão fazendo um superpedido de impedimento, de *impeachment*. E esta Casa, principalmente através de seu Presidente, faz uma operação abafa, diferentemente da postura do Senado, que consegue criar uma CPI e está atuando e mostrando ao Brasil a cada dia a marca deste Governo genocida. Bolsonaro é a marca da corrupção, é a marca da anticidência.

Hoje nós recebemos a notícia de que o empresário Carlos Wizard, em vez de responder, ficou silencioso, tentou enganar os Senadores usando de forma vergonhosa a Bíblia e não contribuiu para fortalecer e quebrar esse sistema no qual ele está envolvido também. Ele foi um dos maiores defensores desse procedimento que a medicina não recomenda, que é o uso da cloroquina de forma abrupta. Isso ele sempre defendeu e foi beneficiado.

Outro fator também é que percebemos o nexos causal, a ponte entre as figuras que representam o Exército Brasileiro - isso é muito grave -, como é o caso do Tenente-Coronel do Exército Marcelo Blanco, assessor do departamento de logística, que estava negociando como receber a propina, num famoso restaurante de Brasília, junto com o funcionário que foi exonerado agora. Por isso, é estranho que o comandante do Exército imponha sigilo de 100 anos, para que esta Casa não tenha acesso à gestão do Ministro trapalhão, o General Pazuello. Isso é muito grave, e começamos a verificar as digitais, através do Tenente-Coronel Marcelo Blanco.

Inclusive, foi publicado um texto importante hoje sobre o General sem alma, por seu deboche, por sua incompetência e indisciplina.

É importante o Brasil acordar.

Impeachment já!

Documento 514/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:36
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste nos preços de alimentos, do gás de cozinha, de combustíveis e de tarifas de energia elétrica. Recorde de desemprego no País. Relação entre a escalada da fome e da miséria, e a elevação dos preços de alimentos e a falta de trabalho. Compra superfaturada da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Baixa vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Sras. Parlamentares, ontem eu falei sobre o aumento do valor extratarifário de mais de 50% decretado pela ANEEL. Hoje eu quero falar sobre a inflação no Brasil, especialmente a dos alimentos.

De maio a maio, a inflação geral foi de 8,9%. Entretanto, quando falamos de alimentos... O óleo de soja passa de 80%; o arroz, o combustível, o gás - é claro que também é energia -, todos estão acima de 30%, 40% e 50%. Agora eu quero comparar esses percentuais com a situação das famílias brasileiras, a partir do desemprego brutal.

Hoje, mais uma vez, foi noticiado que o Brasil bate recorde de desemprego, desde quando se começou a medi-lo, naquilo que se chama de série histórica. Mas isso vai além. Nós temos apenas 48% de ocupados. Não estou nem dizendo que são com carteira assinada, apenas que são ocupados. E nós temos 52% do povo brasileiro que ou estão desempregados, ou estão subutilizados, isto é, não trabalham naquilo que gostariam e em que poderiam. Há também um alto percentual de desalentados, aqueles que, de tanto procurar emprego, ou ficaram doentes, ou ficaram sem dinheiro, ou, de fato, desanimaram, porque não conseguem emprego.

E agora vamos somar as duas coisas: o preço dos alimentos mais a falta de trabalho. Nós estamos falando o óbvio: a fome voltou, a miséria está aumentando.

Enquanto isso, nós acompanhamos não só pela CPI, mas pelo noticiário todo, inclusive com a confirmação de representantes das empresas, que estavam vendendo a Covaxin para o Brasil com um superfaturamento de 1.000%.

E a última notícia, que, eu diria, envergonha a Nação brasileira, é que nós temos apenas 12% de pessoas vacinadas no Brasil com duas doses.

Sumário

Homenagem póstuma ao Prefeito Ronei Alencar, do Município de São Francisco do Brejão, Estado do Maranhão. Confiança na gestão da sua substituta, Vice-Prefeita Ednalva Brandão. Perplexidade ante denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, destinada ao debate do desvio de recursos da Previdência Social.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bismarck, que preside a sessão neste momento. Cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados.

Utilizo a tribuna da Câmara neste momento para lamentar o falecimento do empresário Ronei Alencar, Prefeito do Município de São Francisco do Brejão. Ronei faleceu nesta madrugada, vítima de um infarto fulminante. Foi um grande empresário lá do Município, produtor de queijo e de iogurte, e estava fazendo uma excelente administração. Tive a oportunidade de conhecer sua administração quando estive em São Francisco do Brejão, no mês passado.

Hoje o Maranhão está em luto. São Francisco do Brejão está em luto. Aqui registro os meus pêsames a toda a família do Ronei, aos seus amigos e a toda a população de São Francisco do Brejão.

Agora a esperança de São Francisco do Brejão está depositada na mão da Vice-Prefeita, Edinalva Brandão, que, tenho certeza, vai dar continuidade ao trabalho desse grande Prefeito, desse grande empresário, desse grande pai e filho que foi o nosso querido amigo Ronei.

Quero também, Sr. Presidente, lamentar que, em pleno período de uma pandemia em que mais de 500 mil brasileiros já faleceram - eu tive COVID-19 -, tenhamos sido surpreendidos, na última semana, por várias denúncias de corrupção no Ministério da Saúde, justamente relacionadas à compra de medicamentos e vacinas para o combate à COVID-19. Lamento muito o que está acontecendo no País: pessoas se aproveitando da doença do povo brasileiro para auferir lucros e auferir recursos, por meio de corrupção ativa e inativa.

A nossa obrigação, como Parlamentares, é fazer e melhorar as leis, mas também é fiscalizar. Infelizmente, pessoas do próprio Governo têm dificultado, obstruído a fiscalização do Poder Legislativo. Hoje mesmo,

na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o Ministro Paulo Guedes havia sido convocado a comparecer e não compareceu, alegando motivação não adequada, motivação não plausível. Com isso, ele está passível de responder por crime de responsabilidade. Segundo o art. 50, da Constituição Federal, Ministro de Estado que não comparecer a audiência para a qual for convocado, nas dependências da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, correrá risco de ser punido por crime de responsabilidade.

Portanto, aqui vai o nosso lamento de ver que alguns membros do próprio Governo estão obstruindo o trabalho de fiscalização do Legislativo. Paulo Guedes não veio até a Câmara dos Deputados para responder sobre graves denúncias de desvio de recursos na Previdência Social.

Sr. Presidente, eu quero que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 516/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:44
Publ.: DCD - 01/07/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 55º aniversário de fundação da Igreja Presbiteriana Betânia, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Apresentação por partidos políticos, entidades civis e sindicatos de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Comprovação, pela CPI da Covid, da prática de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, neste momento, prestar uma homenagem à Igreja Presbiteriana Betânia, do bairro de São Francisco, em Niterói, que completa 55 anos.

Eu conheço todo o trabalho do Pastor Téo Elias e seu ministério e o parabeno porque, neste momento de pandemia, a igreja tem se dedicado, dentro dos princípios colocados pela Organização Mundial da Saúde, a fazer uma campanha chamada *Pandemia sem Fome*, pela qual ela e seus membros têm cuidado da circunvizinhança e das

pessoas das comunidades ao redor.

Parabéns ao Pastor Téo Elias pelos 55 anos de uma igreja que está de acordo com o Evangelho, não só falando de um evangelho libertador, curador, salvador, mas, sobretudo, de um evangelho com o compromisso social de matar a fome, de visitar os que mais precisam, de estar presente e de, neste momento de pandemia, dar todos os cuidados aos membros e também aos vizinhos que frequentam a congregação para receber dela seus benefícios sociais.

Parabéns por esses 55 anos!

Sr. Presidente, muito me orgulha o fato de que, desses 55 anos, eu já estou nessa igreja há 28 anos e vejo como eles respeitam os protocolos, têm toda a segurança. É uma igreja que está funcionando *on-line* e agora iniciou presencialmente com autorização do Governo da cidade, mas com todos os cuidados necessários. Por isso, eu estou feliz em participar de uma construção como essa, de uma igreja que eu considero uma igreja abençoada e que tem abençoado aqueles que mais precisam não só de oração, porque a fé sem obras é morta.

Sr. Presidente, quero que este meu pronunciamento esteja no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Antes de encerrar, faço um convite a todas e a todos. Hoje, nós entregaremos o superpedido de *impeachment* para Bolsonaro. Entidades civis, partidos políticos, sindicatos, instituições estão conosco. Nós queremos que não se naturalize essa barbárie em que temos mais de meio milhão de pessoas morrendo por falta de vacina e de atendimento, por negligência. Enquanto isso, a CPI demonstra que as pessoas não foram na verdade atendidas, porque elas estiveram à mercê de um processo de corrupção no Ministério da Saúde, que agora se clara na CPI. Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 517/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-13:56
Publ.: DCD - 01/07/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Perplexidade ante a denúncia do Deputado Luis Miranda sobre a existência de esquema de corrupção no Ministério da Saúde para a compra da vacina Covaxin. Não adoção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de providências a respeito da denúncia de corrupção. Defesa da aprovação de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os que acompanham esta sessão e quero dizer que eu, como todos os brasileiros, estou estarecido com as revelações do pedido de propina feito pelo Governo Federal, pelo Governo Bolsonaro, a um representante que tratava da venda de vacinas para salvar a vida dos brasileiros.

Nós temos mais de 500 mil mortos em nosso País. É assombroso lembrar que, quando essa conversa aconteceu, esse pedido de propina de 1 dólar por cada vacina vendida, ou seja, em torno de 5 reais - nós estamos falando de 400 milhões de vacinas da AstraZeneca, então são 2 bilhões em propina -, nós tínhamos 250 mil mortos. Hoje, nós temos 500 mil mortos. É muito difícil imaginar que um esquema desse tamanho pudesse acontecer sem o conhecimento do Presidente da República, até porque essa dúvida se torna mais legítima quando o Deputado Luis Miranda informa ao Brasil inteiro que levou ao conhecimento do Presidente o esquema de corrupção, e o Presidente não tomou nenhum tipo de providência.

Também é importante lembrar que o Presidente está calado há 5 dias sobre as denúncias originais do Deputado Luis Miranda e do seu irmão, que é servidor do Ministério de Saúde, servidor de carreira, diga-se de passagem. Neste momento, tudo se torna mais grave, porque na mesa da propina está um velho conhecido aqui do Estado do Amapá, que é o lobista Silvio Assis, que foi preso. Vejam a qualidade dos interlocutores que o Governo Jair Bolsonaro levou para a mesa de negociação de vacinas. O lobista Silvio Assis foi preso aqui no início dos anos 2000, acusado pela CPI do Narcotráfico.

Vejam a gravidade do que acontece. Era um lobista acostumado, dono de um jornal, que fazia chantagem com quem estava no poder. Ele é conhecido por filmar autoridades em situações embaraçosas. E é esse cidadão, tão conhecido aqui no Amapá, todo mundo sabe quem é Silvio Assis, que foi levado para negociar essa propina.

São 2 bilhões de reais em propina para o Governo Bolsonaro, enquanto o povo do Brasil está morrendo.

Impeachment! Fora Bolsonaro já!

Documento 518/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:00
Publ.: DCD - 01/07/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Denúncia de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Governo Jair Bolsonaro. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito da denúncia de superfaturamento da compra de vacinas, apresentada pelo Deputado Luis Miranda. Encaminhamento à Casa de superpedido de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu imagino que esta semana está puxada para o Presidente Jair Bolsonaro. Deve estar tão difícil, que ele não abriu a boca para explicar absolutamente nada acerca das denúncias que envolvem o seu governo. Aliás, nenhum tuitzinho o Presidente Bolsonaro fez.

Vejam o que diz a imprensa hoje. O jornal *Correio Braziliense* traz a seguinte manchete: *Denúncia de propina derruba diretor do MS*. Vejam a manchete do *Estadão*: *Compra da Covaxin é suspensa após suspeita de corrupção*. O jornal *O Globo*: *Três meses após denúncia, governo suspende contrato da Covaxin*. Foram 3 meses depois da denúncia! O Presidente ficou esse tempo inteiro assistindo ao roubo no seu governo. O jornal *Folha de S.Paulo*: *Governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor de vacina*.

Isso é muito grave! Sabe por quê? Porque no dia dessa negociata para superfaturar a vacina e roubar o dinheiro que era para comprar vacina e salvar vidas, o Brasil já tinha 250 mil mortos - nesse dia aí. Nós poderíamos ter salvado os próximos, mas já passamos de meio milhão, de 500 mil mortos. O Governo pediu 1 dólar por cada vacina vendida. Então, resta-nos dizer que o pensamento do Presidente Jair Bolsonaro é "*sua vida vale 1 dólar*".

Sr. Presidente, para um Governo que se dizia honesto, que não tinha corrupção... As manchetes dos principais jornais todas entregam a corrupção do Governo Bolsonaro. Está na hora de o Presidente Bolsonaro falar, vir a público, escrever pelo menos um tuíte, porque o mais grave de tudo isso é que ele sabia. Segundo o Deputado Luis

Miranda, ele mesmo avisou o Presidente Bolsonaro que havia um esquema para superfaturar as vacinas e roubar o dinheiro que era para salvar vidas. E mais, o Deputado Luis Miranda também disse, e está na imprensa de hoje, que o Líder do Governo Bolsonaro, Deputado desta Casa, teria procurado o Deputado Luis Miranda para pagar propina para ele se calar, para ele não falar nada.

Esse novelo está sendo puxado de um jeito... pois é um escândalo atrás do outro.

Encerro dizendo: devido a tantas denúncias, hoje entregamos um superpedido de *impeachment*. Bolsonaro tem que ser "impeachmado" porque o povo não aguenta mais tanto roubo no seu Governo e tantas mortes causadas por irresponsabilidade, por roubo de dinheiro da compra de vacina.

Este é o Governo Bolsonaro!

Muito obrigada.

Documento 519/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:12
Publ.: DCD - 01/07/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não adoção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de providências sobre a denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda, a respeito de superfaturamento na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Necessidade de esclarecimento, pelo Presidente da República, dos motivos de recusa da aquisição das vacinas Pfizer, Coronavac e AstraZeneca, aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Indignação do orador com a corrupção do Governo Federal da aquisição de imunizantes contra a Covid-19. Insensibilidade de Jair Bolsonaro com a dor dos familiares de meio milhão de brasileiros falecidos em decorrência do coronavírus.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, a minha manifestação, com muito pesar, é sobre essa situação em que se encontra o Presidente Bolsonaro. Se ele fosse honesto e responsável, teria tomado as devidas providências a partir do momento em que recebe uma denúncia feita por um Deputado da sua base, o Deputado Luis Miranda, que buscou alertá-lo ainda em tempo e em plena

pandemia, no dia 20 de março de 2021.

Assim que soube, Bolsonaro disse que ia passar para a Polícia Federal, mas também disse que teria sido coisa do Líder do seu Governo, como se fosse algo distante, como se o Deputado Ricardo Barros não pertencesse ao seu Governo e ao Centrão, com quem ele se acumpliciou para tratar dessas questões.

Portanto, não houve contato com a Polícia Federal, e até hoje não se consegue explicar o que aconteceu. O Governo, através do Ministro Onyx Lorenzoni, abre uma verdadeira ópera-bufo, quando disse à imprensa que teria sido uma fraude aquilo que foi apresentado pelo Luis Ricardo, funcionário do Ministério da Saúde, tentando desmontar a denúncia feita por aquele servidor. Além de ter sido desmentido, não deu nenhuma explicação, sequer pediu desculpas.

Por falar nisso, cabe ao Presidente explicar por que não quis comprar as vacinas que foram colocadas à sua disposição pela Pfizer, pela AstraZeneca, pela Coronavac, todas elas aprovadas pela ANVISA. E corre atrás de cloroquina, e corre atrás de uma Covaxin superestimada, superfaturada em 1.000%.

O pior de tudo é que a corrupção está exatamente naquilo que poderia evitar as mortes. É corrupção com vacina, com remédio que não funciona. É um Presidente que demonstra que não tem empatia. Ele não conhece a dor das famílias que perderam seus entes. São mais de meio milhão de mortos em nosso País. Nunca aconteceu isso em tempo de guerra. Isso é um genocídio!

Ele teve condição de salvar vida, e não fez. E agora ele não consegue explicar a corrupção. Eu quero me solidarizar aos bolsonaristas caras de pau, que desta tribuna tentam explicar o inexplicável. Aumentem agora as penas para quem comete corrupção em plena pandemia, como vocês fizeram: *"É a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar"*.

Fora, Bolsonaro!

Documento 520/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:12
Publ.: DCD - 01/07/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 516 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Boicote do Presidente Jair Bolsonaro às medidas de combate ao coronavírus. Elevação dos preços do gás de cozinha e de combustíveis. Reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Denúncia de corrupção em processos de compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, colegas Deputadas e Deputados, venho a esta tribuna para falar das muitas belezas naturais do nosso Brasil, para falar de flores.

Mas, infelizmente, a noite tenebrosa que o nosso País atravessa não me traz essa inspiração. São mais de 516 mil vítimas da COVID-19. Destas, 6.500 são do meu Estado do Piauí. Este Governo não cuidou de combater a pandemia. Na verdade, boicotou o combate à pandemia desde o primeiro dia. Não comprou a vacina no tempo certo.

Em outra frente, é um Governo que assiste indiferente a renda das famílias mais pobres ser corroída pelo perverso aumento de preços em áreas estratégicas no Brasil. O botijão de gás de cozinha custa mais de 100 reais. A gasolina, em Teresina, custa 6 reais e 49 centavos o litro. Agora vem um aumento de 52% na conta da energia elétrica, num país onde há tantas possibilidades de inversão e de se produzir energia limpa.

Para completar, temos agora essas denúncias com fortes evidências de corrupção na compra de vacinas. Vai ficando claro que, além de não ter combatido a pandemia desde o primeiro dia, por exemplo, não usando máscaras, o Governo criou dificuldades para depois vender facilidades na compra de algumas vacinas. Trata-se de uma situação extremamente grave.

O que há de alentador neste momento em que nós vivemos, Sr. Presidente, é o fato de que a sociedade começa a acordar. Não é mais apenas a Esquerda que está se manifestando, há partidos do centro político preocupados com a situação que vive o Brasil. Celebidades, artistas, religiosos, movimentos sociais, movimentos sindicais estão saindo da letargia e começando a se manifestar. É hora de o Congresso Nacional fazer a sua parte, colocar em discussão um dos muitos pedidos de impedimento do Presidente da República.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, lembrando uma rápida passagem de um artigo da *CartaCapital* desta semana que diz que o *impeachment* de Jair Bolsonaro não é uma questão política, mas um

ato em defesa da vida de todos nós brasileiros.

Solicito a V.Exa. que o pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 521/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:16
Publ.: DCD - 01/07/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no combate à epidemia de coronavírus, e a morte de 510 mil brasileiros provocada pela doença viral. Revelação, pela CPI da Covid, da existência de grande esquema de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Apoio ao superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que estão nos assistindo e nos ouvindo, completam-se 2 meses da instalação da CPI da COVID-19, uma importante ferramenta que vem desnudando o despreparo, a ingerência e toda irresponsabilidade deste desgoverno Bolsonaro, frente a uma das piores e históricas crises que o Brasil já passou nos últimos anos.

Essa CPI revela à população brasileira que este Governo não fez o mínimo de esforço para que fossem poupadas as vidas das mais de 510 mil pessoas vítimas da COVID-19. Um Presidente que, ao contrário, desdenhou da mortalidade do vírus, da dor das famílias e pautou como agenda nacional do Estado brasileiro o negacionismo. É um absurdo, Sr. Presidente, a atuação deste desgoverno Bolsonaro diante da crise em meio à pandemia que estamos atravessando no nosso País.

O que vem sendo desnudado nas últimas reuniões da CPI é gravíssimo. Em um dos momentos mais difíceis por que a humanidade passa, há fortes indícios de um grande "esquemão" com vacinas. Negociaram a vacina que não estava aprovada pela ANVISA por preço superior aos das demais, com um superfaturamento de mais de 1.000%. Mas o cerco está se fechando cada vez mais.

Por isso, reforçamos aqui o superpedido de *impeachment* desse que é o grande mal do País. Estamos mobilizados contra o autoritarismo, a corrupção, o descaso, a má-fé, o ódio e todo o retrocesso causado por esse desgoverno Bolsonaro.

Portanto, Sr. Presidente, estamos juntos!

Fora, Bolsonaro!

Documento 522/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:20
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de instalação, pela Câmara dos Deputados, de CPI para investigação de denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Federal. Clamor do povo brasileiro pelo impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, CPI da vacina já! Precisamos da CPI da vacina na Câmara Federal. Se no Senado existe a CPI da COVID, precisamos especificamente investigar todas as compras de vacinas feitas pelo Governo Bolsonaro. Enquanto milhares de brasileiros e brasileiras estão morrendo - já morreram mais de 510 mil, e tantos outros estão internados -, o Presidente e seu Governo criaram obstáculos para alguns, facilitaram para outros em troca de 1 dólar, no mínimo 1 dólar por vacina!

Deputada Erika, se fossem 100 milhões de doses, seriam 100 milhões de dólares vezes 5 reais, Deputado Leonardo, na cotação de hoje! São 500 milhões de reais. É isso o que este Governo está fazendo.

Esta Câmara vai se calar diante de denúncias claras vindas de um Deputado desta Casa? Ou o Deputado está mentindo? Ou o Governo está mentindo? Quem mente? Ora, para saber a verdade, só há um jeito: investigar, apurar.

O Governo, Deputado Luizão, diz que é mentira, mas ele mandou embora até o servidor que fez o contrato. Mandou por quê? Qual foi a razão? Ele estava lá desde 2019, e, da noite para o dia, o Governo descobriu que ele era incompetente? Ou descobriu a maracutaia e quer

eliminar alguns no meio do caminho? O Presidente não só sabia, sabia era pouco. A acusação aqui é frontal de Líder de Governo.

Senhoras e senhores, nós não podemos nos calar. Diante de tanto sofrimento, tanta angústia, tanta revolta, legítima, a rua clama, o povo pede o *impeachment* do Presidente. Hoje um novo pedido vai ser apresentado à Casa, um superpedido de *impeachment* de diversas entidades, personalidades, partidos e lideranças.

E nós? Vamos fingir que não há clamor na rua? Vamos fingir que não há incompetência e crime no Governo? Ora, nós temos responsabilidade. Temos funções a cumprir. Entre elas, a fiscalização. Por isso é necessária a abertura do processo de *impeachment*.

Mas isso também não exclui a necessidade urgente de se abrir aqui nesta Câmara uma CPI sobre a compra de vacina; investigar não só o contrato da Covaxin, mas tantos outros em que houve beneficiários, a começar pela cúpula do Governo.

Documento 523/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:28
Publ.: DCD - 01/07/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio ao superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, apresentado por partidos opositores, organizações e movimentos sociais. Desprezo do Presidente da República pela vida dos brasileiros. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Federal. Congratulações ao Deputado Luis Miranda pela apresentação de denúncia de superfaturamento na aquisição de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui manifestar o meu total apoio ao superpedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro, de várias organizações. Nós tivemos várias iniciativas de pedidos de *impeachment* que agora se unificam. Não dá, o povo brasileiro não aguenta mais o Governo Jair Bolsonaro!

Eu quero me solidarizar com milhões de pessoas. Milhões de pessoas acreditavam que nós teríamos um Presidente da República que poderia

cuidar das pessoas. E votaram nele.

Mas na verdade viram um Presidente que desprezou a vida, que promoveu um verdadeiro genocídio durante esta pandemia. Muita s pessoas que votaram no Presidente achando que ele era uma pessoa honesta, que não roubava e não deixava roubar, agora estão vendo a corrupção que está carcomendo este Governo. Isso está muito claro com a CPI da COVID neste momento. O povo está acordando, e nós vamos às ruas novamente no próximo sábado.

Sr. Presidente, é de causar perplexidade o que está acontecendo. As denúncias que foram feitas pelo Deputado Luis Miranda, que agora está sendo perseguido, inclusive no Conselho de Ética, pelo bandido do Roberto Jefferson, ex-Deputado, condenado aqui na Casa, bem como pelo Ministro, Secretário-Geral Onyx Lorenzoni, são gravíssimas em relação à Covaxin. E ele chegou até o Sr. Presidente da República dizendo dessas denúncias, e o que o Presidente fez? Nada. o Presidente simplesmente passou a mão, disse que quem estava envolvido nesse caso era o Líder do Governo nesta Casa. E o que o Presidente da República fez sabendo da corrupção? Não fez nada, absolutamente nada. Agora este escândalo: 1 dólar para cada vacina vendida. Aliás, o que está claro é que esse Governo só aceitaria comprar vacinas se estivesse dentro do esquema da propina. Ainda tentaram calar o Deputado Luis Miranda, oferecendo 6 centavos de dólar ao Deputado, se ele calasse a boca.

E eu quero parabenizar o Deputado Luis Miranda, porque teve coragem de denunciar esse esquema criminoso que causou tantas mortes e agora uma sangria nos cofres públicos brasileiros.

É por isso, Presidente, que nós precisamos, todos os Parlamentares aqui precisam, de fato, pedir ao Presidente Arthur Lira que abra esse processo de *impeachment*, pelo bem do Brasil, porque o Brasil não aguenta mais um Presidente genocida e corrupto.

Fora, Bolsonaro!

Peço o registro no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 524/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:32
Publ.: DCD - 01/07/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Luta pela Valorização da Enfermagem. Pedido ao Senado Federal de votação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.498, de 1986, para a instituição do piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Apelo à Casa de apreciação do Projeto de Lei nº 744, de 2020, a respeito do pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores da saúde atuantes no atendimento a pacientes da Covid-19. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Retirada, pela proposição, de direitos dos povos originários especialmente quanto à demarcação de suas terras. Aprovação, pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, de requerimento de audiência pública, de autoria do orador, para discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, sobre a exclusão, da Área Indígena São Marcos, da área urbana da sede do Município de Pacaraima, Estado de Roraima. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Apoio ao superpedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero aqui hoje, primeiro, manifestar meu apoio ao Dia Nacional de Luta pela Valorização da Enfermagem. Nós temos mais de 2 milhões de trabalhadores da área de enfermagem, enfermeiros, enfermeiras, técnicos, auxiliares, parteiras, que estão lutando, lutando pela valorização do trabalho, pela regulamentação do piso salarial nacional e da jornada de trabalho prevista no Projeto de Lei nº 2.564, de 2020.

Eu fiz um requerimento para que a Presidência do Senado colocasse o projeto na pauta para ser votado, apoiando, portanto, este projeto. Neste período da pandemia, foram esses profissionais, como tantos outros, que enfrentaram essa doença e continuam enfrentando e também sendo vítimas, infelizmente, do coronavírus.

E também aproveito para solicitar que esta Casa possa apreciar o Projeto de Lei nº 744, de 2020, de minha autoria, que trata do adicional de insalubridade de 40% para os profissionais da área da saúde.

Então, deixo o meu apoio ao PL 2.564/20 e à luta pela valorização da enfermagem no Brasil.

Sr. Presidente, também manifesto meu apoio a toda a mobilização nacional contra o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que trata de questões relacionadas a direitos indígenas. O PL 490 é mais uma ameaça aos povos indígenas. Vai haver o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre o marco temporal, mas não podemos aceitar o que está

acontecendo. Esse projeto vai ameaçar as terras tradicionais dos indígenas para atender atividades econômicas de exploração das terras. Portanto, ele é um atentado à vida desses povos.

Hoje, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, foi aprovado um requerimento de minha autoria para fazer uma discussão, em audiência pública, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, que trata da Terra Indígena São Marcos, em Roraima.

É muito importante esse debate. Trata-se de um projeto que, inclusive, já estava em pauta, mas há um pedido da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas à Mesa Diretora, a fim de discutirmos esse tema em audiência pública. É muito importante, antes de qualquer decisão, ouvir os indígenas.

Também me somo a toda a manifestação contra o Governo Bolsonaro, um Governo envolvido em corrupção, como está agora sendo demonstrado, em relação às propinas para a compra de vacinas. Enquanto há mais de 500 mil mortes no Brasil, pessoas do Governo Bolsonaro fazem negociatas, para ganhar dinheiro - e as pessoas continuam morrendo. Então, deixo aqui o meu apoio à superpetição - são 122 denúncias contra o Governo Bolsonaro - que pede, portanto, o afastamento do Presidente da República em razão dos crimes cometidos. Estamos apoiando e subscrevendo esse pedido. Estamos juntos nessa luta.

Peço, Sr. Presidente, a divulgação do meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 525/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:40
Publ.: DCD - 01/07/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação de superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, por partidos opositores em conjunto com organizações e movimentos sociais. Vinculação entre a superação de meio milhão de mortes no País em decorrência da Covid-19, e o boicote do Presidente da República às medidas sanitárias de prevenção da doença viral. Investigação, pela CPI da Covid, do Senado Federal, de denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo

Ministério da Saúde. Devastação da Amazônia e do patrimônio nacional pelo Governo Jair Bolsonaro. Aumento da inflação, do desemprego e da miséria no País. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, daqui a poucos minutos nós estaremos dando entrada aqui ao chamado superpedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro. É uma decisão de todos os partidos de oposição, dos movimentos sociais, no sentido de pressionar o Presidente desta Casa a parar de obstruir essa discussão.

A Câmara dos Deputados tem que dar ouvido a mais de 120 pedidos que estão na gaveta do Presidente. Nós precisamos dar andamento a esse debate. A CPI tem demonstrado cabalmente que este é um Governo que levou à morte mais de 500 mil pessoas, pela forma como tratou a pandemia, incentivando a aglomeração; incentivando o não uso máscaras; incentivando que as pessoas continuassem usando o transporte público e indo trabalhar, quando deveriam permanecer em casa para garantir que a contaminação não progredisse; comprando cloroquina como se fosse um remédio que resolveria o problema da pandemia; e deixando de comprar vacina. E agora revela a CPI que, quando foram comprar uma vacina, tentaram faturar para os seus próprios bolsos.

Este é um Governo que se gabava de dizer que não havia corrupção ali dentro. E o que nós estamos vendo é que existe muita coisa de podre neste reino, que não é da Dinamarca, mas do Palácio do Planalto.

Nós precisamos passar a limpo essa história. O Brasil precisa saber de fato o que está acontecendo com este Governo, um Governo que deixa a Amazônia ser destruída, um Governo que entrega o patrimônio nacional, um Governo que destrói as grandes empresas de infraestrutura como a PETROBRAS, a ELETROBRAS e os Correios, um Governo que não dá a mínima para o povo brasileiro, que a cada dia sofre mais com a inflação crescente, sofre com o desemprego e com o subemprego e sofre com a miséria.

É hora de acabar com este Governo. Já deu! Já deu! Passou! É hora de o povo brasileiro poder, de fato, ser ouvido. Para isso, fora, Bolsonaro!

Impeachment já!

Publ.: DCD - 01/07/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Balanço negativo do Governo Jair Bolsonaro no primeiro semestre de 2021. Apelo ao Presidente Arthur Lira de apreciação do pedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu começo com as frases "Fora, Bolsonaro!" e "*Impeachment* já!"

Hoje é dia 30 de junho. Estamos encerrando o primeiro semestre do ano. Vamos fazer um balanço deste semestre que se encerra agora? O que o Governo fez na perspectiva de geração de emprego e renda? O que o Governo fez em relação ao combate à fome e à miséria? O que o Governo fez nos 6 primeiros meses do ano, neste primeiro semestre, em relação ao meio ambiente? O que o Governo fez pela educação? O que o Governo fez pela saúde? Depois de tanto demorar a adquirir vacina, quando foi adquiri-la, ele o fez com corrupção, com propina, com superfaturamento.

Então, o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, tem que entender que ele coordena a Casa como Presidente, mas somos 513 Deputados. E há mais de cem pedidos de *impeachment* na Casa. Ele, no mínimo, tem que colocar isso em pauta. Cabe à Casa decidir se vai abrir o processo. E, na verdade, tem que abrir, porque nós já sabemos que há muitos cúmplices no genocídio, isso nós sabemos. Há pessoas que têm apoiado o Governo por conveniência, pela busca do poder pelo poder, com pautas que aniquilam o Estado brasileiro, retiram direitos dos pobres, dos trabalhadores, dos servidores públicos. Mas esses têm que colocar a digital na cumplicidade no genocídio. Manter Bolsonaro no poder e não querer o *impeachment* é uma insanidade, porque isso é indefensável. Não há mais como defender um Governo genocida e que está entregando o patrimônio brasileiro.

Então, nesses 6 meses, o Governo só atacou direitos de trabalhadoras e trabalhadores.

Peço que se dê divulgação ao meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Realização de manifestações populares a favor do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros, e a recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Denúncia do Deputado Luis Miranda de superfaturamento na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Apelo ao Presidente Arthur Lira por votação do superpedido de impeachment do Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, após algum período no trabalho remoto, volto esta semana, presencialmente, à Câmara dos Deputados, porque é uma semana decisiva para o Brasil e porque o nosso lugar é aqui também, assim como será nas ruas, no próximo dia 3 de julho.

O povo brasileiro vai sair às ruas, usando máscaras - o Presidente não quer, mas o povo usará máscara -, usando álcool gel, tentando proteger-se como pode, porque sabe que a principal proteção de que precisa é o *impeachment*. Fora, Bolsonaro!

A cada meia hora que este Presidente da República se mantém de forma ilegítima na cadeira presidencial, quantas vidas nós perdemos? A negociata correu solta na República, destruindo tudo o que é público, tudo o que é decente.

O que nós vemos no Brasil de hoje é um Deputado da base bolsonarista ocupando as redes para dizer que levou ao Presidente da República o conhecimento claro de que havia negociata e propina na compra da vacina, e é por isso que a vacina não chegou ao braço dos brasileiros e brasileiras.

Quantos irmãos, amigos, amores e filhos morreram! Quantas mães choram nesta hora por filhos que perderam, porque a vacina não chegou a eles! Se ela tivesse chegado antes ao Brasil, as pessoas teriam sobrevivido.

Basta observar que, nos países onde a vacinação ocorreu com mais rapidez, as mortes rapidamente se reduziram. Mas nós fomos condenados à morte por um Presidente que trocou a vida de cada brasileiro por um dólar - um dólar! E foi em dólar, ainda! Ser sabujo é

pouco! É preciso, realmente, ser sabujo da moeda norte-americana!

Meus caros, hoje, está sendo protocolado aqui um superpedido de *impeachment*, que reúne tudo aquilo que o Brasil vê e tudo aquilo que o Brasil tem a dizer a partir dos movimentos sociais das periferias, das comunidades, dos negros e negras, dos indígenas, das mulheres, dos partidos políticos, dos servidores públicos da saúde e da educação.

A legitimidade de um Presidente não está só nas urnas. E as urnas não foram totalmente livres, porque as eleições foram marcadas por *fake news*. Mas, para além disto, nós temos que ter muita clareza de que a ilegitimidade está na negociata.

Para coroar a denúncia, o Deputado Luis Miranda disse que, após levá-la ao Presidente da República, o Presidente não só não tomou a providência de chamar a Polícia Federal para a investigação, como, em seguida, o Deputado Luis Miranda recebeu um convite para participar da propina, do racha, da rachadinha a que estão acostumados os filhos do Presidente.

Fora, Bolsonaro! Viva o Brasil! Viva a democracia!

Foi do meio deste plenário que se levantou Tancredo, indignado com a ditadura, a dizer que eram canalhas. Pois eu quero usar este tempo do meu mandato, da minha vida, para denunciar essas irregularidades e votar nesta Casa o *impeachment*. Exijo, como Parlamentar do Brasil, Presidente Arthur Lira, que votemos o *impeachment*. Coloque-o em votação! Vamos levantar o Brasil contra o genocida!

Muito obrigada.

Documento 528/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 01/07/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Gravidade da denúncia apresentada pelo Deputado Luis Miranda sobre a existência de esquema de corrupção no Ministério da Saúde para a compra de vacinas contra a Covid-19. Apresentação de superpedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro, por partidos opositores em conjunto com organizações e movimentos sociais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) -
Agradeco, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, nós temos que levar em consideração o que está acontecendo neste País, que é algo muito grave. O silêncio do Presidente da República em relação ao que colocou o Deputado Luis Miranda na CPI é ensurdecador. Ele não pode deixar passar 5 dias sem responder se ele falou que o Líder do Governo Ricardo Barros está diretamente envolvido em rolos e trambiques na compra da vacina Covaxin. Por que ele não dá uma entrevista coletiva? Por que o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, não sai do silêncio e, em vez de falar pelo Twitter, ocupa a tribuna da Câmara dos Deputados para dizer que não há corrupção no Governo? Por uma razão simples: é tudo verdadeiro.

E ontem, Sr. Presidente, nós tivemos dois fatos novos que são aterradores. Um deles é uma denúncia de um vendedor de vacina envolvendo diretamente o conjunto, o grupo do Ministério da Saúde: estava-se pedindo 1 dólar por vacina. Têm-se os detalhes todos: o jantar no *shopping*, as entradas para verificar a reunião.

E o que faz o Governo? Demite no mesmo dia o chefe da logística, o Sr. Roberto Ferreira, também nomeado ou de confiança absoluta de Ricardo Barros, assim como a Regina Célia, que foi citada também pelo servidor Ricardo Miranda, lá na CPI.

Mais tarde, também tivemos a fala de *O Antagonista*, da revista *Crusoé*, de que um lobista havia oferecido diretamente ao Deputado Miranda propina para que calasse, para que seu irmão não embarcasse a compra da Covaxin. Num caso, foi a AstraZeneca: 400 milhões. Nós estamos falando de 1 bilhão de reais de propina aqui, Sr. Presidente.

E quem foi receber na mansão o próprio Luis Miranda? Ricardo Barros. Isso se chama corrupção. Hoje é dia de superpedido de *impeachment*. Agora, além de todo o genocídio, nós temos também corrupção no Governo.

Documento 529/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-14:56
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante dos efeitos nefastos da Covid-19. Omissão do Presidente da República sobre denúncias de superfaturamento na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Proteção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, envolvido no esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin. Apresentação de superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, por partidos opositores em conjunto com organizações e movimentos sociais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Não há mais nenhuma dúvida de que o discurso de moralidade do Presidente Jair Bolsonaro tem os pés de barro e não sobrevive, porque nós estamos vivenciando aqui não apenas a constatação de que o genocídio ostenta a faixa presidencial, mas também a constatação de que a opção do Governo foi pelo contágio coletivo, para que se tivesse uma imunidade coletiva, o que representaria milhões de mortes.

Aliás, o Presidente da República disse, de forma muito clara: *"Todo mundo vai pegar esse vírus. Alguns vão sobreviver e outros não"*. Como todo fascista e também todo psicopata, ele não consegue sentir a dor do outro: não tem empatia. Por isso, diz: *"E daí?"*, *"Eu não sou coveiro!"*, *"Isso é uma gripezinha!"*, *"Isso é mi-mi-mi"*.

O País tem sido desrespeitado todos os dias. O País chora mais de 500 mil mortes. E, agora, se constata que essa lógica genocida é uma lógica também corrupta. Não falo apenas da corrupção de sacrificar vidas, da corrupção de prioridades, da corrupção de interesses, mas da corrupção mais crua.

A denúncia de que havia um esquema no Ministério da Saúde chegou ao Presidente da República em março. E o que fez o Presidente da República? Agiu como se já soubesse, porque nominou quem era o responsável - nominou! Se ele nominou o responsável, o seu Líder de Governo, é porque já sabia que havia o esquema no Ministério da Saúde. E o que fez o Presidente da República? Manteve esse Líder, que pelo menos em quatro ocasiões tentou favorecer a Covaxin aqui na Câmara. Chegou inclusive a fazer um projeto de decreto legislativo para invalidar uma decisão da ANVISA, porque tinha pressa de enriquecer ou de colocar no bolso o resultado de um processo que provocou tantas mortes. E não é só isso: o Presidente da República não mexeu no seu Líder de Governo, que o representa nesta Casa, e ainda nomeou a esposa dele para o Conselho da Itaipu, para ela ganhar alguns mil reais.

Portanto, o Presidente da República deste País quer tirar a condição republicana desta Nação. Ele não só despreza as mortes, não só

estimula as mortes, mas também estimula o esquema de corrupção neste País e se locupleta com ele,

Eu me pergunto: por que o Presidente desta Casa se cala perante tantos processos e solicitações de *impeachment*? O País quer respostas desta Casa. O País quer levar adiante as investigações sobre o Presidente da República. Por isso, nós vamos, hoje, entregar um superpedido de *impeachment* e vamos às ruas no dia 3.

Documento 530/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-15:00
Publ.: DCD - 01/07/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vinculação entre as mortes ocorridas no País em decorrência da Covid-19, e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra tempestiva de vacinas contra a doença viral. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito da denúncia de corrupção na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Apelo ao Presidente Arthur Lira por votação de pedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, realmente a situação é grave, e vai se agravando mais a cada dia. O mundo já sabe - os brasileiros acompanham isto - que nós temos a pior gestão no enfrentamento do coronavírus no mundo. Nós brasileiros estamos abaixo de 70 países que têm melhores índices de vacinação. As mortes estão aí todos os dias. Nós nunca saímos da onda. Não há primeira, segunda, terceira onda; sempre houve um índice de contaminação e de mortes absolutamente inaceitável.

Agora, todos tomam conhecimento de que, enquanto falta vacina, as mortes aumentam e de que falta vacina porque o Bolsonaro estava cuidando da propina. Ele se preocupou em não garantir que as vacinas ofertadas pudessem chegar a tempo, porque o cuidado era com a propina tratada dentro do Ministério, nos encontros que a equipe do Governo Bolsonaro fazia em ambientes reservados, restaurantes, casas, aqui em Brasília.

Aqui vemos a denúncia: "*Sua vida vale 1 dólar*". (Exibe documento.)

Cada dose de vacina a menos significou mais mortes que poderiam ter sido evitadas e significou mais dinheiro, em dólar, na conta dos propineiros da corrupção. É de 1 bilhão de reais a denúncia de corrupção.

O Bolsonaro não pode falar nada, não fala nada, porque sabia dos acontecimentos no Ministério da Saúde e nenhuma providência tomou. É um governo que está atolado em corrupção. Por isso, as manifestações estão nas ruas.

Hoje chega a esta Casa um processo a mais, um pedido a mais de *impeachment*. Não dá mais para negar: há fatos de sobra de todo tipo de abordagem que se queira levantar. Crimes diversos foram cometidos. Portanto, não faltam razões técnicas, jurídicas e políticas para afastar o Bolsonaro. *Impeachment* já!

O povo brasileiro está cada vez mais nas ruas. Dia 3, mais uma vez, milhões de brasileiros irão às ruas para dizer: "*Chega de Bolsonaro! Impeachment já!*".

Presidente Arthur Lira, abra o processo de *impeachment!*

Documento 531/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-15:04
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ELIAS VAZ-PSB -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Indignação com o reajuste nos vencimentos do Primeiro Escalão do Governo Federal. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente da República.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Sem revisão do orador.) - Presidente, a cada dia que passa, este Governo Bolsonaro vai sendo mais desmascarado. Agora mesmo, nós temos várias notícias de escândalos envolvendo corrupção. E eu trago a esta tribuna mais um aspecto que desmascara este Governo, na questão de privilégios.

No dia 30 de abril, este Governo publicou uma portaria criando supersalários, num momento como o que vivemos neste País, um momento de crise sanitária, que tem claro reflexo na economia, gerando uma situação difícil para o povo brasileiro, sobretudo para a população de mais baixa renda. É absurdo que o Governo tenha

permitido que uma portaria conceda benefícios para o rei e os amigos do rei.

Essa nova visão sobre o teto salarial propiciou que o salário do Ministro Ramos, por exemplo, passasse de 39 mil para 64 mil reais; o salário do Ministro General Heleno passasse de 39 mil para 63 mil reais; o salário do Vice-Presidente Mourão passasse de 39 mil para 63 mil reais; o do Ministro Braga Netto passasse de 39 mil para 62 mil reais; o do Ministro Marcos Pontes passasse de 37 mil para 53 mil reais; e o do próprio Presidente Bolsonaro passasse de 39 mil para 41 mil reais.

Isso é um tapa na cara do povo brasileiro! No momento que vivemos, não há nenhum reajuste para o servidor, Deputado Vanderlei Macris. Num momento em que o País está passando por enorme dificuldade, o Presidente Bolsonaro dá um jeito de aumentar o seu salário e o dos seus colegas, dos seus amigos! Isso vai custar, somente neste ano, 184 milhões. Esse é o impacto. Nesta semana recebi do Ministério da Economia resposta a um requerimento que fiz sobre o impacto disso nos próximos 3 anos. O impacto será superior a meio bilhão de reais nos próximos 3 anos, para atender apenas mil pessoas! Mil CPFs apenas são beneficiados com esse aumento.

É preciso que as pessoas entendam que essa portaria só atendeu quem poderia ganhar acima de 39 mil reais. Não há dinheiro para se aumentar o auxílio emergencial, mas há dinheiro para se bancar uma pouca vergonha como essa! Mais uma vez, cai a máscara deste Presidente, que na verdade é uma farsa.

Por isso, é preciso que o Presidente desta Casa coloque o *impeachment* para andar. A sociedade brasileira não merece ter um desgoverno como este, que inclusive está envolvido em corrupção neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 532/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-15:08
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa nas ações de combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Inconstitucionalidade da proposta de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, segundo declaração do Procurador-



Geral da República, Augusto Aras. Contrariedade ao discurso em defesa do Estado mínimo. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Necessidade de investigação, pela Casa, de denúncias de irregularidades na aquisição de imunizantes pelo Governo Federal. Posicionamento contrário à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria ressaltar algo que está muito presente no dia a dia da nossa Casa, que infelizmente se comporta, sobretudo do começo deste ano para cá, como se não estivéssemos vivendo uma guerra da dimensão da que estamos a viver com relação à pandemia que aí está. Alguma coisa foi tratada aqui sobre pandemia, alguma coisa, mas é bom lembrar que ficou muito distante do que fizemos no ano passado. Aprovamos, no ano passado, medidas importantes, como a do auxílio emergencial de 600 reais, que o Governo queria que fosse de 200 reais por apenas 3 meses, a do PRONAMPE e outras medidas que garantiram a manutenção dos empregos, que deram um importante suporte para a sociedade, para a cultura e para outros setores.

Do que foi previsto no ano passado para este ano, apenas 14% devem ser executados no que diz respeito, por exemplo, ao auxílio emergencial.

Isso é uma tragédia! Isso é uma tragédia, Sr. Presidente. E qual tem sido aqui a pauta principal? Diminuição do Estado, enfraquecimento do Estado, fragilização do Estado.

Ontem, a Procuradoria-Geral da República, através do Procurador Augusto Aras, disse que a questão dos Correios é matéria constitucional. Vão ter que mudar a Constituição. Vão ter que ir na contramão desta entrega que estão fazendo, a entrega do Estado brasileiro. E ainda há quem defenda que isso é liberalismo. Não é. Não existe nenhum país do mundo que esteja bem se o Estado é frágil, se o Estado está entregue, que é o que estão querendo no Brasil! Não existe! A Inglaterra está montando bancos estatais para fazer fomento. Os Estados Unidos botaram 4 trilhões num pacote econômico agora. A Alemanha está reestatizando vários serviços. Sr. Presidente, não conheço nenhum país forte que não tenha Estado eficiente.

Aqui, parece que há uma frente de Deputados - inclusive se dizem modernos - que querem enfraquecer o Estado, torná-lo mínimo. Todo o tempo dizem que Estado é o que está aí. Estado não é esse que está aí.

Espero que esta Casa se atenha às situações decorrentes da pandemia. Mais de 515 mil brasileiros já morreram. E agora estamos

assistindo a essa corrupção absurda. Está na hora de pensarmos em fazer nesta Casa o que ela não tem coragem de fazer, que é, Sr. Presidente, trazer para cá, trazer para o nosso colo o enfrentamento desse tema das vacinas, já que o Senado está lá titubeando. O Governo está temendo alguma coisa? Eles não são os grandes baluartes da honestidade, da probidade?

Está na hora de esta Casa discutir, sim, o tema das vacinas e pautar a questão da pandemia como prioridade! Devemos dar à sociedade as respostas que ela merece, e não fragilizar mais o Estado brasileiro, e não fazer aqui uma reforma administrativa, como querem, a toque de caixa, tornando ainda mais frágil o nosso Brasil.

Documento 533/557

53.2021.B	Sessão Outro Evento	30/06/2021-15:16
Publ.: DCD - 01/07/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação de novas denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro. Superação do patamar de meio milhão de mortes no País em decorrência da doença viral. Prática de crime de prevaricação pelo Presidente da República. Apresentação de superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, por partidos opositores em conjunto com organizações e movimentos sociais. Defesa de abertura, pela Casa, de CPI para investigação de irregularidades na aquisição de imunizantes pelo Ministério da Saúde.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Agradeço ao Presidente Eduardo Bismarck e aos inscritos.

Em primeiro lugar, registro que, quando achamos que a situação já está grave, ela piora. Eu estava conversando com o Deputado Afonso. Dizia que, a cada dia, a cada momento, a cada segundo, novas notícias aparecem. Quando aparece um ato de corrupção, quando há a declaração, a denúncia, quando pessoas são acusadas, obviamente as coisas vão surgindo em decorrência dessa denúncia.

Ontem apareceu outra, a do empresário que disse ter recebido pedido de propina de membro da equipe do Ministério da Saúde, que tenta negociar paralelamente a vacina AstraZeneca, em relação à qual já havia no Governo, diretamente, negociação, de maneira pública.

Ora, negociação paralela não era esperada por nenhum de nós do Parlamento, muito menos pela sociedade brasileira. Seria 1 dólar a cada dose de vacina. Vejam: "*Sua vida vale um dólar*". (Exibe panfleto.) De fato, é isso, porque cada vacina pode representar uma vida.

Em vez de este Governo se preocupar com a vida, está se preocupando com negociata. Cada vida está valendo 1 dólar para o bolso de alguém neste Governo. É roubo, é ladroagem, é negociata, é corrupção, e vidas estão indo embora. Mais de meio milhão de vidas já se foram, pessoas estão morrendo nesta pandemia, e o Sr. Bolsonaro, ao que se sabe, conhecendo os esquemas, prevarica - não sabemos até onde ele está envolvido, porque é a investigação que vai dizer isso -, anda de moto, sem máscara, cria aglomeração, induz à morte, segue as orientações a respeito da teoria da chamada imunidade de rebanho. Aos olhos dele, somos rebanho. Eles nem dizem imunidade coletiva. Trata-se, portanto, de algo muito grave.

Hoje será apresentado nesta Casa o chamado superpedido de *impeachment*. São várias as entidades, os partidos. Haverá manifestação, a entrega de um novo pedido de *impeachment*, em que já foram incluídas as novas denúncias, que esperamos sejam investigadas por esta Casa. Assim como foi instalada a CPI no Senado, esperamos que a Câmara dos Deputados instale a comissão de investigação, a comissão do *impeachment* - certamente terá sensibilidade o Presidente da Casa, que está chegando neste momento a este plenário -, para que possamos aqui investigar este Governo, que não defende a vida e comete um crime atrás do outro.

Obrigada.

Documento 534/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	16:52
Publ.: DCD - 01/07/2021 - JORGE SOLLÁ-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Mensagem nº 369, de 2019, (Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2021), sobre o Texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), acerca da incorporação, ao referido Acordo, do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Brasil e o Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Não manifestação do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, a respeito da grave denúncia

sobre o seu envolvimento, do Presidente da República e do Ministério da Saúde em esquema de compra superfaturada de vacinas contra a Covid-19. Apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, por partidos políticos, Parlamentares, movimentos sociais e entidades da sociedade civil.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Eu queria colocar o meu posicionamento contrário à aprovação desse acordo. Diversas entidades nacionais, inclusive a Confederação Nacional dos Trabalhadores, manifestam preocupação e posição contrária a esse acordo. Mais do que nunca, é importante perguntar: como aprovar acordos dessa natureza num momento em que nós estamos vivendo a destruição de direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direitos de toda natureza, a destruição das políticas públicas mais importantes deste País e do patrimônio público, das empresas públicas, que estão sendo saqueadas pelo Governo Bolsonaro?

Já sabíamos da posição negacionista deste Governo, especialmente do Presidente e seus comparsas, por vê-lo questionar a pandemia, menosprezá-la, atuar contra as medidas de isolamento e contra o uso de máscaras. Agora já se sabe também que, além do negacionismo, existiu e existe um "negocionismo": transformar a compra de vacina em mais uma rachadinha de Bolsonaro e sua turma. Bolsonaro teve rachadinha enquanto Deputado, no seu gabinete, tirando dinheiro de assessores, e levou a tecnologia para os seus filhos. Na campanha eleitoral, houve a rachadinha do laranjal, tirando dinheiro das candidatas mulheres. Agora, no Governo, ele também pratica corrupção para todo lado, e quem pratica corrupção V.Exa. sabe que é ladrão.

No Ministério do Meio Ambiente, existiram os grileiros, os garimpeiros ilegais, o desmatamento irregular e até a exportação de madeira acobertada pelo Ministro, que passou a boiada no período em que ficou no Ministério, aproveitando-se da morte de mais de 500 mil brasileiros.

E no Ministério da Saúde? Negaram-se a comprar as vacinas que não poderiam ter sobrepreço, negaram-se a comprar as vacinas com as quais não tinham como fazer esquema de corrupção, para abrir espaço e acelerar a aprovação da compra de vacinas com corrupção, com comissão, com roubo.

Eu quero aproveitar e perguntar, Presidente: onde está o Líder do Governo, que não veio até agora se expressar? Quando ele vai voltar ao plenário, Presidente? A Liderança do Governo não se faz mais presente aqui. Desde ontem, o povo brasileiro aguarda que o Líder do Governo venha a público neste plenário prestar esclarecimentos sobre

as graves denúncias contra ele, contra o Presidente Bolsonaro e contra a equipe do Ministério da Saúde, por desvio de recurso, tentativa... Houve contrato firmado e empenho realizado. Ele não pagou o crime porque servidores que têm a garantia dos seus empregos não permitiram e denunciaram.

Portanto, hoje o superpedido de *impeachment* é o mais importante ato contra o Presidente Bolsonaro.

Documento 535/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 01/07/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Mensagem nº 369, de 2019, (Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2021), sobre o Texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), acerca da incorporação, ao referido Acordo, do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Brasil e o Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018. Necessidade de investigação, pela Casa, de denúncias de corrupção na compra de medicamentos, materiais de segurança, vacinas e testes de coronavírus pelo Ministério da Saúde.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, esse acordo entre o Brasil e o Chile foi realizado ainda no Governo do Presidente Temer, lá no fim de 2018. Eu sempre me posicionei contra esse acordo, porque entendo que, ao abriremos nosso mercado... Hoje, nosso mercado tem um PIB de 1,840 trilhão de dólares, enquanto o mercado do Chile tem um PIB de 282 bilhões. Nós estamos abrindo um megamercado para as microempresas do Chile, contra um mercado pequeno para a expansão das microempresas brasileiras. Portanto, as microempresas brasileiras vão ter um grande prejuízo, porque haverá concorrentes poderosos vindos do Chile para concorrer com o micro e o pequeno empresário brasileiro.

Então, esse acordo não é vantajoso para o Brasil. Nós vamos deixar que apenas os empresários brasileiros que têm microempresas e pequenas empresas possam disputar o mercado governamental, para que as pequenas e as microempresas do Chile venham abocanhar uma boa fatia do mercado governamental.

Por falar em mercado governamental, Sr. Presidente, há novas notícias aqui de fraudes em contratos de medicamentos, material de segurança, assim como de *kits* para exames de COVID. Houve denúncias de mais de 1 bilhão de reais em propina para servidores públicos. Inclusive, há Deputados sendo acusados, como é o caso do Deputado Ricardo Barros.

E nós não estamos aqui apenas para legislar. Nós temos a obrigação, nós temos o dever - o povo nos elegeu para isto - não só de legislar, mas de fiscalizar também. Então, nós não podemos ficar inertes, Sr. Presidente Arthur Lira. Nós temos que fiscalizar, saber até que ponto é verídica uma denúncia de um colega nosso, o Deputado Luis Miranda, que foi a uma CPI do Senado dizer que houve, por parte do Deputado Ricardo Barros, que esteve agora há pouco aqui no plenário... Até pensei que ele ia subir à tribuna para se defender. Espero que ele se defenda. Não estou dizendo que ele é culpado. Ele tem o direito de ampla defesa. Mas as acusações feitas a ele são muito sérias, e ele tem que vir aqui se defender.

Portanto, Sr. Presidente, temos que fiscalizar e nos posicionar contra esse acordo do Chile, que favorece...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 536/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	17:32
Publ.: DCD - 01/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação de superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, por prática de crimes de responsabilidade.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, primeiro eu retiro a máscara, porque estamos com devida distância, aqui.

Nós, os quadros não só da Oposição, da Esquerda, mas também do centro político, da Direita do País, estaremos nesta tribuna hoje e ao longo de diversos dias, Presidente, para, em nome - temos convicção -



da maioria ampla do povo brasileiro, pedir abertura de uma comissão processante; a abertura, Deputado Molon, de um processo para podermos cotejar argumentos, Deputado Chico d'Angelo, a partir deste superpedido de *impeachment*, em que se apresentam 23 crimes de responsabilidade descritos, Deputado Hildo Rocha, em detalhes por juristas da mais alta qualificação, assinado e apoiado, Deputada Joice Hasselmann, Deputado Kim Kataguirí, Deputado Alexandre Frota, por cidadãos e cidadãs brasileiras, por movimentos sociais e por juristas que têm diferentes visões programáticas sobre a economia brasileira, por exemplo, mas que se reúnem, Deputado Daniel Almeida, Liderança do Partido Comunista do Brasil, para dizer que o Brasil não pode assistir de braços cruzados a um Presidente, nobre Líder do PMDB, que comete crimes de responsabilidade em série com a sensação, Deputada Talíria, de que ele seria inimputável; de que ele teria um processo, algo a lhe proteger; de que, independente das barbaridades que faça, ele estaria garantido, desonrando o cargo de Presidente da República.

Nobre Presidente Arthur Lira, dialogo com V.Exa. sobre alguns dos crimes de responsabilidade que estão descritos nesta peça e peço a V.Exa. que a leia e que reúna os juristas da sua confiança para analisarem detalhes, Deputado Molon, como, por exemplo, quando o Brasil deixou de comprar vacinas da Pfizer para depois comprar vacinas da Covaxin num esquema fraudulento com, ao que tudo indica, propina na compra de vacinas, se isso é ou não é crime de responsabilidade. Eu sustento que seja.

O Presidente, diante de todas as evidências científicas, nobre Presidente Arthur Lira, incita - incita - aglomerações. O Presidente chegou ao cúmulo, Deputada Joice Hasselmann, de retirar simbolicamente a máscara de uma criança para exatamente passar o mau exemplo, para, ao invés de ajudar, atrapalhar todos aqueles que lutam contra a pandemia, todos aqueles que procuram divulgar as orientações científicas, todos aqueles que procuram esclarecer, Deputada Talíria, que a cloroquina é uma ilusão e que pessoas morreram acreditando nessa ilusão, porque não se cuidaram, porque foram induzidas por um Presidente criminoso e irresponsável, que dizia: *"Pode sair para a rua. Não precisa usar máscara, porque a cloroquina vai salvar você"*. É mentira, e essa mentira é um grande crime.

Mas há mais, nobre Presidente Arthur Lira. Este Presidente Bolsonaro - está escrito aqui com grande detalhe - incita permanentemente setores ligados a ele a desrespeitar as instituições que compõem os Poderes da República. Não se pode propor o fechamento do Supremo! Não se pode propor o fechamento do Congresso Nacional! Não se pode agredir jornalistas impunemente!

O cargo de Presidente da República exige decoro. Um Presidente que chama uma jornalista de canalha está cometendo um crime de responsabilidade.

Eu não posso falar de todos os 23 crimes que estão descritos aqui, mas, Presidente Arthur Lira, mesmo que V.Exa. esteja dando atenção a um colega que legitimamente conversa com V.Exa., sei que me ouve. Por isso, quero pedir a V.Exa. que deixe este Plenário falar. A maioria deste Plenário, Deputado Elias, precisa ser respeitada.

Há uma distorção na legislação brasileira. Essa distorção é a seguinte: uma única pessoa, neste momento V.Exa., Presidente Arthur Lira, detém o poder monocrático para definir se milhões de brasileiros podem ou não ter o direito de ver uma comissão processante instalada no Parlamento, para onde deve ir o Presidente se defender.

Nós não estamos prejudgando ninguém, mas o que está acontecendo hoje, Presidente Arthur Lira, é que V.Exa. está blindando o Presidente da República. V.Exa. decide sozinho que nenhum desses pedidos pode tramitar aqui, e isso está errado.

Nós temos que ouvir o que dizem os representantes do povo brasileiro. Se mais de 257 Deputados, Presidente Arthur Lira, disserem "sim", esse pedido de *impeachment* deve tramitar. Eu defendo que a democracia exige que este pedido tramite. E V.Exa. pode proporcionar esse momento democrático para os representantes do povo brasileiro dizerem "sim", pode e deve tramitar, ou dizerem "não", não deve tramitar, mas nós teremos uma análise efetivamente democrática da maioria, uma análise que respeita o perfil de todo o povo brasileiro, porque hoje a maioria do povo brasileiro quer o *impeachment* de Bolsonaro, a maioria do povo brasileiro está cansada de ser desrespeitada.

Por isso, nós queremos o *impeachment* instalado...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 537/557

72.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021-
CD 17:40

Publ.: DCD - 01/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Arthur Lira, senhoras e senhores, estou aqui com mais um pedido de *impeachment* protocolado nesta Casa, um pedido que reúne elementos dos mais de 120 pedidos que já estão com V.Exa., Presidente Arthur Lira.

Vejo aqui a Deputada Joice Hasselmann e o Deputado Kim Kataguiri, e há um abismo que nos separa. Provavelmente não estaremos lado a lado em quase nenhuma pauta, mas o *impeachment* neste momento não é uma questão de partidos de direita ou de partidos de esquerda.

O *impeachment* neste momento não é uma questão de um partido político, de um campo político. O *impeachment* neste momento é uma urgência para o Brasil. Uma urgência que coloca uns do lado da democracia -- uma democracia frágil, jovem e incompleta, é verdade -- e outros do lado da barbárie.

O que mais precisa acontecer para o Presidente Jair Bolsonaro ser interrompido? Defendeu ditadura civil, empresarial e militar. Fez propaganda de ditadura institucionalmente. Flerta todos os dias com o autoritarismo. Trinta atos normativos para liberar arma. Defende os que querem fechar este Congresso, os que querem fechar o Supremo. É partidário da censura. Ataca verbalmente jornalistas. Todos os dias ataca a imprensa brasileira.

E durante a maior crise sanitária, Presidente Arthur Lira, experimentada por nossas gerações, qual tem sido a gestão do Presidente Jair Bolsonaro? Lamentavelmente, nega a ciência. Tira a máscara de criança para tirar *selfie*, ele mesmo sem máscara. Incentiva aglomeração. Segue divulgando o mentiroso, o falacioso tratamento precoce.

É inadmissível que o Brasil siga diante das dezenas de crimes cometidos por Bolsonaro e por representantes do seu governo. Não bastasse meio milhão de mortes, que já seria suficiente, parte delas evitáveis, que já seria suficiente para interromper um ciclo de morte, agora, para além de tudo isso, está explícito que o Governo é corrupto, é corrupto! Propina em relação à vacina, negócio com vacina. O que é isso? Está negociando a vida do povo possivelmente com relação de Deputados desta Casa.

Não dá mais para esta Casa ficar em silêncio diante de um Presidente, sim, genocida, um Presidente que não tem apreço à democracia, um

Presidente que tem feito da crise sanitária, que levou luto a quase meio milhão, a mais de meio milhão de famílias, um grande negócio.

A responsabilidade, Presidente Arthur Lira, está em suas mãos. V.Exa., se tem apreço pela democracia, tem o dever e a tarefa história de abrir um processo de *impeachment*, para que democraticamente Deputados e Deputadas possam enfim interromper esse ciclo de morte, de ataque a indígenas, mulheres, povo, pobres.

Chega! *Impeachment* já!

Documento 538/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD 17:48
Publ.: DCD - 01/07/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2021, sobre o Texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), acerca da incorporação, ao referido Acordo, do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Brasil e o Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018, ressalvados os destaques. Exigência de esclarecimento à Casa pelo Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, de denúncia sobre o seu envolvimento na compra superfaturada das vacinas Covaxin e AstraZeneca pelo Ministério da Saúde. Anúncio do encaminhamento de Representação contra o Líder do Governo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Necessidade de manifestação do Presidente Arthur Lira sobre o superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "não" a essa proposta, que é lesiva ao interesse nacional e quer aproveitar, este momento, para cobrar que o Líder do Governo Ricardo Barros, depois de 5 dias, não vá ao plenário se explicar. Nós entendemos que é o momento. São três denúncias de corrupção em relação à compra da Covaxin e da AstraZeneca, envolvendo um grupo dentro do Ministério da Saúde, do qual ele é operador. Bolsonaro sabe disso! Amanhã, nós vamos dar entrada a uma representação, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Câmara dos Deputados, contra Ricardo Barros.

Esperamos também que o Presidente Arthur Lira se pronuncie nesta Casa, nesta sessão, sobre o superpedido de *impeachment*. São 23 crimes de responsabilidade. Eu acho que não pode ficar na mão de um

único cidadão a disposição ou não, frente a tamanhos escândalos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 539/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD 17:56	
Publ.: DCD - 01/07/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2021, sobre o Texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), acerca da incorporação, ao referido Acordo, do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Brasil e o Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018, ressalvados os destaques. Necessidade de esclarecimento, por parte do Presidente Jair Bolsonaro e dos Líderes governistas, a respeito das providências adotadas com relação ao aviso do Deputado Luis Miranda sobre a existência de esquema de cobrança de propina na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "não", Presidente, e aproveita para fazer uma pergunta ao Líder do Governo.

Faz diversos dias que um colega nosso, o Deputado Luis Miranda, comunicou ao Brasil que avisou, meses atrás, ao Presidente Bolsonaro que havia um esquema de cobrança de propina no Ministério da Saúde para a compra de vacinas. E o Presidente da República não fala! Ou bem ele diz que o nosso colega Luis Miranda está mentindo, ou bem ele mostra que mandou abrir uma investigação, o Presidente da República, através da Polícia Federal.

Estas perguntas o Presidente Bolsonaro ou os seus Líderes têm que responder. Afinal, ele foi ou não foi procurado? O Deputado Luis Miranda falou ou não falou que havia um esquema de propina na compra de vacinas? Ao saber, ele determinou a abertura de investigação ou não?

Documento 540/557

72.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021-
CD 18:04

Publ.: DCD - 01/07/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, por partidos políticos, Parlamentares, movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Denúncia de corrupção na compra de vacinas da Covid-19 pelo Ministério da Saúde, resultante na morte de milhares de brasileiros. Prática do crime de prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro. Urgente necessidade de abertura, pela Presidência da Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Anúncio de realização no País de novas manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, hoje nós vivemos um dia histórico aqui na Câmara dos Deputados: o dia em que protocolamos um superpedido de *impeachment*.

Deputado Henrique Fontana, V.Exa. já falou sobre isso aqui e mostrou, inclusive, a peça, que tem um volume grande e que traz arrolados, de maneira detalhada, todos os crimes praticados por Jair Bolsonaro que constam das mais de 120 peças que também entraram nesta Casa com o pedido de *impeachment*.

Essa peça, além de trazer arrolados todos os crimes de maneira detalhada, mostrando os crimes comuns relacionados à responsabilidade do Presidente, também é fruto de uma articulação política importante de vários setores da sociedade brasileira e de várias correntes políticas que não são somente da esquerda ou de centro-esquerda, que formam a maioria da oposição desta Casa a Jair Bolsonaro.

Nós tivemos hoje, no Salão Negro, na Câmara dos Deputados, a reunião de todos esses atores. Contamos com a presença de entidades da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, representação de artistas, personalidades, pessoas físicas, além de sete partidos que têm representação nesta Casa e que institucionalmente assinaram a peça, de três partidos que ainda não têm representação nesta Casa e de Parlamentares que não são da oposição, da esquerda ou de centro-esquerda, mas estão em oposição a Jair Bolsonaro.

Eu quero saudar a Deputada Joice Hasselmann, o Deputado Kim Kataguiri, o Deputado Alexandre Frota e a Deputada Professora Dayane Pimentel, que assinaram essa peça.

Isso mostra que a luta para tirar Bolsonaro não é uma luta só da Esquerda, é uma luta daqueles que querem o Brasil sendo governado por quem tem responsabilidade, por quem tem condições e capacidade de governá-lo; não por um criminoso que atenta contra a vida das pessoas - nós já estamos com mais de 516 mil mortes no País -; que atenta contra a saúde das pessoas - quantas pessoas infectadas com COVID nós temos hoje! -; que atenta contra as instituições - quantas vezes esse homem ameaçou o Congresso Nacional, ameaçou o Supremo Tribunal Federal, ameaçou Parlamentares! -; que atenta contra a democracia - a quantos atos foi Bolsonaro, inclusive contrariando as normas de saúde, fazer apologia à ditadura! -; que atenta também contra o Orçamento e as finanças públicas.

O que nós ficamos sabendo recentemente sobre o esquema de vacinas nos dá vontade de chorar. A vida do povo é trocada por dinheiro. Gente de dentro do Ministério da Saúde subordinada ao Presidente da República fazendo proposta para receber 1 dólar por frasco de vacina, dificultando a compra da vacina! Essas pessoas deveriam agilizar essa compra; deveriam, inclusive, trazer a vacina de forma mais barata, para ajudar o nosso País, que passa por uma crise. Em vez disso, fazem o contrário.

Um servidor do Ministério da Saúde fala ao Presidente: "*Olha, há um esquema no Ministério da Saúde. Estão negociando a vacina que vem da Índia*". E o Presidente diz que não pode fazer nada e ainda denuncia para a Polícia Federal ou pede para a Polícia Federal investigar aquele que denunciou, que é o servidor? Que nome nós damos para isso? Isso é prevaricação. Mas, na Lei do Impeachment, é responsabilidade do superior, por não fazer com que o seu subordinado tenha posição correta, cumpra o que está na lei e seja investigado se dela se desviar.

Esse pedido de *impeachment* traz tudo isso. Ele traz concretamente quais são os crimes de responsabilidade - desenhadinho, escrito. Por isso, ele pede a responsabilidade política desta Casa. Não é possível a Câmara dos Deputados ficar apenas olhando tudo isso, sabendo que tudo isso está colocado numa peça de forma comprovada! Não sou só eu que estou dizendo, não é só o nosso Líder da Oposição, o Deputado Alessandro Molon, que está dizendo. Não! Está comprovado. As pessoas sabem. Está na boca do povo. Bolsonaro é um genocida! Se tivesse encomendado a vacina antes, nós teríamos evitado milhares de mortes. Se tivesse colaborado com os governadores antes, nós teríamos evitado milhares de mortes. Se não tivesse saído em praça pública sem máscara e exortado o povo a se confrontar com o vírus,

nós teríamos evitado milhares de mortes, Deputada Soraya. Mas não foi isso que aconteceu. Ele fez tudo ao contrário.

Por isso, é muito importante que nós tenhamos noção da responsabilidade desta Casa. Esta Casa não pode compactuar com genocida, porque, se ela compactuar com genocida, genocida será. Não há como se distanciar do crime.

Por isso, é urgente, Presidente. É urgente! V.Exa. tem uma grande responsabilidade de trazer a este Plenário, sim, esse pedido de *impeachment*, que traz todos os mais de 120 pedidos aqui arrolados. V.Exa. tem que deixar este Plenário responder, porque cada um aqui tem que ser responsável - responsável com o Brasil, responsável com o momento, responsável com a história e responsável com o futuro! Que cada um se manifeste aqui para dizer de que lado está, para dizer o que fazer para que o Brasil saia dessa enalacrada. E o Brasil não vai sair desta enalacrada: de 14,5% de desemprego, de não ter vacinas para agilizar a vacinação, de não ter renda para as pessoas, de ter voltado a fome.

E não adianta dizer que, em setembro, nós estaremos em voo de cruzeiro. Quem está dizendo isso está se iludindo, porque não tem como uma economia se recuperar, se não tiver forte a mão do Estado nos investimentos, se não tiver forte a mão do Estado para que os insumos cheguem baratos a quem faz a economia. Ou vocês acham que só o agroexportador vai sustentar a economia do Brasil? Quantos empregos gera a exportação no agronegócio neste País? É ótimo que tenhamos, e precisamos ter, mas vejam o número de empregos! As *commodities* não seguram emprego neste País. Com o dólar alto, a inflação vai subir. Continuamos com a inflação nos alimentos. E quem está produzindo comida para o povo? Quem produz comida para o povo é a agricultura familiar, que não tem mais apoio. Daqui a pouco, nós não vamos ter comida à disposição do povo brasileiro. Nós vamos entrar numa crise grande, sim.

Então, não adianta só melhorar a vacinação até o fim do ano. Até lá, quantos mais vão morrer? Não adianta o Bolsonaro recauchutar o Bolsa Família, até porque o povo sabe, Bolsonaro, que o Bolsa Família é um programa do PT, do Lula. Então, não adianta mentir. Você mente demais - demais da conta! Não adianta mentir. E faz isso com um valor baixo ainda, que é o valor da renda emergencial, um pouquinho mais, que não dá para a pessoa comprar o mercado de 1 semana.

Então, desculpe-me, base bolsonarista, mas não é torcer contra, é só constatar. Quem entende um pouco de economia sabe que a recuperação vai ser pífia e a maioria do povo vai continuar sofrendo. Vai continuar sofrendo porque quem dirige este País não conhece o Brasil, não tem consciência das necessidades do povo e já disse que

não entende de economia e não tem projeto.

Por isso, é fundamental que esta Casa assuma a responsabilidade que tem, que tire esse criminoso que está sentado na cadeira da Presidência da República. Enquanto Bolsonaro, que é a encarnação da crise, estiver lá, nós não vamos ter saída. É fundamental que discutamos o pedido de *impeachment*, até para poder esclarecer às pessoas, contar o que é cada um dos crimes, a relação que têm com o Código Penal, com a Lei do Impeachment. Que cada um dos colegas aqui coloque sua posição! Pode ser que exista quem queira defender abertamente o genocida contra qualquer crime. Venha aqui e pague preço, porque vai ficar registrado para a história. O que nós não podemos é nos omitir.

E a Câmara dos Deputados, hoje, está sendo omissa. Infelizmente, Sr. Presidente, V.Exa. também. V.Exa. está chamando para si toda a responsabilidade de defender um Governo criminoso. Partilhe com este Plenário! Vamos ver quem tem a coragem de defender o que Bolsonaro está fazendo.

Para terminar, quero fazer um chamado para os atos da sociedade. No dia 3 de julho, sábado, estaremos nas ruas de novo. É assim, com pressão política e com mobilização social, que nós vamos tirar aquele que está matando o Brasil.

Documento 541/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-30/06/2021- 18:32
---------	--	-----------------------

Publ.: DCD - 01/07/2021 - CHICO D'ANGELO-PDT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Presidente Arthur Lira, por Parlamentares, partidos políticos, movimentos sociais e entidades da sociedade civil, de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Registro de 516 mil óbitos no País pela Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Sucesso das medidas sanitárias de combate à Covid-19, adotadas no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Prática dos crimes de corrupção e prevaricação pelo Presidente Jair Bolsonaro. Desestruturação, pelo Governo Federal, das universidades federais, do Sistema Único de Saúde - SUS, das áreas de cultura, educação, ciência e tecnologia. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, hoje, aqui na Câmara, houve um ato de união, com a presença de entidades, de intelectuais, de setores de todas os formatos ideológicos da política brasileira - do centro, da centro-direita, da esquerda, da centro-esquerda -, pedindo agilidade na abertura do processo de *impeachment*.

Essa grave denúncia de compra de vacinas vem no momento em que se está com mais de 516 mil mortos, com desemprego, com crise. E tudo isso culmina com a denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde, feita por um Parlamentar ligado ao Presidente Bolsonaro e que deu nome e sobrenome às pessoas, como o Tenente-coronel que trabalha a logística do Ministério da Saúde, com documentação e comprovação de valores.

Esse é o cenário após 1 ano e meio de negação do Presidente e do Ministério da Saúde quanto ao uso de máscara, ao afastamento social, enfim, todas as medidas que o mundo inteiro tomou para que não ocorressem essas 516 mil mortes, que serão mais, infelizmente. Todo o negacionismo já era suficiente para uma medida dura de enfrentamento do Governo Bolsonaro.

Esse Presidente é o pior da história da República brasileira.

É uma atribuição desta Casa, Deputado Arthur Lira, que já teve a presidência de Ulysses Guimarães e de tantas outras figuras emblemáticas do Parlamento brasileiro, que se abra o processo de *impeachment*.

Ninguém aqui está querendo pré-julgamento imediato. Nos processos de *impeachment*, há direito de defesa. Basta que o Presidente venha aqui e faça a sua defesa.

No mundo todo hoje, já se melhora o cenário econômico: restaurantes começam a abrir, estádios começam a ter jogos com milhares de pessoas. Isso é fruto do enfrentamento, na Europa e em todo o mundo, e de políticas corretas, do ponto de vista sanitário. A economia desses países começa a se recuperar.

O Presidente culpou Estados e transferiu responsabilidades no enfrentamento da pandemia aos Governos Estaduais e às Prefeituras. Algumas pessoas do Governo diziam que a culpa é do Supremo Tribunal Federal. Mentira! Ai de nós se o Supremo não permitisse que os Estados e as Prefeituras tomassem as medidas corretas do ponto de vista sanitário.

Quero dar o testemunho da cidade onde moro, Niterói. Desde o ano

passado, o enfrentamento à pandemia foi um exemplo para o Brasil e para o mundo, com o ex-Prefeito Rodrigo Neves.

Quero aqui dizer que, se não fossem as decisões do Supremo, até sob o ponto de vista econômico, hoje teríamos um cenário muito mais grave.

Ainda há essa denúncia de compra e venda em toda a estrutura do Ministério da Saúde, como se não bastassem todos os equívocos e todas as irresponsabilidades do Bolsonaro, que, diziam, era um Governo que não rouba, nem deixa roubar. Hoje está provado: é um Governo que rouba e que deixa roubar, em todas as áreas.

Este é o Governo mais corrupto da história da República brasileira. E pior, em plena pandemia, com a população morrendo, faz uma iniciativa de corrupção comprovada. A CPI comprovou, está comprovando e virão mais coisas.

Não bastasse a destruição das universidades públicas brasileiras, que estão vivendo um momento dramático; não bastasse o desmonte do próprio SUS, que este Governo tentou fazer - aí de nós se não tivéssemos o Sistema Único de Saúde para enfrentar e lidar com essa pandemia. Este Governo destrói a cultura brasileira, ao acabar com o Ministério da Cultura. Ainda bem que nós, junto com a Deputada Jandira Feghali, aprovamos a Lei Aldir Blanc aqui. Essa grande iniciativa da Deputada minimizou o estrago no mundo da cultura em todo o Brasil. Não que tivesse resolvido, mas reduziu o sofrimento.

Este Governo destruiu a cultura, destruiu a ciência e a tecnologia, as universidades e agora, para culminar, há essa gravíssima denúncia de corrupção, num cenário dramático de compra de vacina.

Então, Presidente Arthur Lira, acho que é uma atribuição desta Casa abrir o processo de *impeachment*...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 542/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-30/06/2021-
	CD	18:44
Publ.: DCD - 01/07/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados para tratamento de saúde, especialmente com relação à Covid-19.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este é um daqueles projetos que justificam muito o fato de estarmos neste plenário, nesta Câmara. É um projeto de absoluta sensibilidade, que surgiu neste momento avassalador, que muitos de nós vêm atravessando, que se iniciou com a COVID.

Muitos pacientes, Sr. Presidentes, eram internados, tinham de estar em isolamento, não podiam receber visita de parentes e, muitas vezes, acabavam vindo a falecer. Naquele primeiro momento, de uma forma absolutamente responsável - nós estávamos lidando com uma pandemia; não se tinha dimensão de contágio -, muitas vezes o enterro dessa pessoa era feito de uma forma velada, e os familiares não tinham contato.

Deputado Célio, eu quero dizer que muito me chamou a atenção uma pessoa tão jovem como V.Exa. ter acolhido uma movimentação a partir da jornalista Silvana, à qual se juntou a Dra. Ana Claudia Arantes, uma médica que trata de cuidados paliativos, com a dignidade do paciente, do viver e até do morrer. Esse projeto visa garantir o direito de se fazer uma videochamada, para que a pessoa que está internada com COVID, que está numa UTI, que muitas vezes não tem a possibilidade sequer de um contato com os familiares, possa ter uma estrutura emocional que a fortaleça na luta pela sua existência, pela sua recuperação. E vem esse projeto, Deputado Célio Studart, com muita sensibilidade, nos trazer à realidade.

Embora V.Exa. tenha tratado do tema pelo momento em que o Brasil perdia tantas pessoas de maneira tão solitária e tão doída, traz-nos à reflexão de que a tecnologia surge por necessidade de aproximação. Se não podíamos estar naquele momento no ir e vir, havia, sim, recursos tecnológicos que nos aproximariam para que nos sentíssemos menos sozinhos. E, do outro lado, os parentes, querendo acompanhar mais de perto esse tratamento, também estavam impedidos de ir e vir, porque era o momento que o Brasil vivia. É por isso que, junto com o pedido de V.Exa., foi pensado um projeto de autoria do Deputado Delegado Antônio Furtado, do nosso Estado do Rio de Janeiro, muito próximo, com o mesmo conteúdo e a mesma visão, um projeto de absoluto conteúdo emocional, necessário e urgente.

Por isso, Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, eu quero agradecer a V.Exa., porque, tão logo a Deputada Luisa Canziani junto com a Dra.

Ana Claudia Arantes e o Deputado Célio Studart vieram falar do tema, V.Exa. prontamente o pautou, e os Líderes todos assinaram, reconhecendo a urgência.

Porém, me coube uma reflexão: será que essa dor, Deputado Célio, é unicamente dos pacientes de COVID? Deputado Enio, vamos estender este projeto aos pacientes que também estão em condições de doenças crônicas, muitas vezes impedidos de ver os familiares. Aquele CTI que só acolhe duas pessoas - duas pessoas - por dia, poderá chamar até seis através de uma videochamada no FaceTime. É isto o que faz a tecnologia, Deputado, nos aproximar, porque o emocional é uma alavanca que pode impulsionar e garantir ferramentas de luta pela vida.

Eu recebi, desde que fui nomeada Relatora por V.Exa., Deputado Arthur Lira, muitas mensagens de vários parentes e testemunhos de pessoas que conseguiram sair daquela situação dizendo como elas se sentiam abandonadas, porque quem está no CTI muitas vezes não sabe o que é dia e o que é noite.

E, se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar o meu voto, indo direto à conclusão, ao apresentar apenas o substitutivo, em vez de ler todo o parecer, já que fiz toda a fundamentação do projeto.

Ressalto que o projeto do Deputado Antônio Furtado é acolhido no seu mérito. Na parte em que ele gera orçamento, que diverge do projeto do Deputado Célio Studart, eu o rejeito, para que não haja impacto. Cada paciente tem os recursos dele, tem a possibilidade de fazer a videochamada pelo telefone.

"II - Voto da Relatora

(...)

Em face do exposto, nosso voto é pela inconstitucionalidade, injuridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.645, de 2020, e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, principal, e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

II.1 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, e de seu apenso, o Projeto de Lei nº 2.645, de 2020, na forma do substitutivo anexo.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, voto pela incompatibilidade e

adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.645, de 2020, e pela não implicação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família em aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira e orçamentária.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela inconstitucionalidade, injuridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.645, de 2020, e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, principal, e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família."

Faço aqui, Sr. Presidente, a leitura do substitutivo que apresento neste momento aos Projetos de Lei nºs 2.136 e 2.645, ambos de 2020, que dispõem sobre a videochamada entre os pacientes internados.

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre videochamadas entre os pacientes internados e impossibilitados de receber visitas e seus familiares."

Esse dispositivo, Deputado Célio, não restringe essa possibilidade a pacientes com COVID; amplia a qualquer paciente que está impossibilitado de receber visita. Agradeço, mais uma vez, a V.Exa., que trouxe esta matéria e deu luz a tantos pacientes que estavam sofrendo sem essa comoção e mobilização. Graças a esse projeto, podemos dar luz a eles.

"Art. 2º Os serviços de saúde propiciarão no mínimo uma videochamada diária entre os pacientes internados em enfermarias, apartamentos e unidades de terapia intensiva, respeitadas as observações médicas sobre o momento adequado." É claro que isso tem que receber todo o cuidado médico.

"§ 1º A realização das videochamadas deverá ser previamente autorizada pelo profissional responsável pelo acompanhamento do paciente.

§ 2º Eventual contra indicação das videochamadas por parte do profissional de saúde assistente deverá ser justificada e anotada no prontuário."

Nós estamos assegurando esse direito e respeitando a decisão médica. Porém, quanto estiverem impedidos disso, deverão ter seus motivos anotados devidamente no seu prontuário.

"§ 3º As videochamadas serão realizadas por profissionais de saúde,

respeitados os protocolos sanitários e de segurança com relação aos equipamentos utilizados.

§ 4º As videochamadas serão realizadas mesmo no caso de pacientes inconscientes, desde que previamente autorizadas pelo próprio paciente enquanto gozava de capacidade de se expressar de forma autônoma, ainda que oralmente, ou por familiar.

§ 5º O serviço de saúde zelará pela confidencialidade dos dados e imagens produzidas durante a videochamada e exigirá firma do paciente, familiares e profissionais de saúde em termo de responsabilidade, sendo vedada a divulgação de imagens por qualquer meio que possa expor pacientes ou o serviço de saúde.

Art. 3º Os serviços de saúde são responsáveis pela operacionalização e pelo apoio logístico para o cumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Esse é o nosso voto.

Mais uma vez, Deputado Arthur Lira, eu quero agradecer a V.Exa. pela sensibilidade com que conduziu e pautou esse requerimento.

Ao mesmo tempo, agradeço a cada Líder pela assinatura da urgência, porque urgente é ter esse olhar sobre os pacientes.

Deputado Célio Studart, obrigada por trazer um tema tão significativo. Só nós que convivemos diretamente num ambiente de unidade intensiva e que defendemos a humanização da unidade de terapia intensiva sabemos a importância, a grandiosidade que esse projeto traz. É muito bonito ver um jovem com essa sensibilidade!

Agradeço, mais uma vez, à Deputada Luisa Canziani, que me trouxe para essa causa, e à Dra. Ana Cláudia Arantes. E parabênzo a Silvana por ter lhe provocado e por toda a comoção e toda a mobilização que nós percebemos desde a primeira *live*.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

E eu peço a cada partido que vote "sim" a esse projeto.

Muito obrigada.

Publ.: DCD - 01/07/2021 - CÉLIO STUDART-PV -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, aos Líderes partidários e aos demais Deputados pelo apoio ao Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados para tratamento de saúde, especialmente com relação à Covid-19. Agradecimento à Deputada Soraya Santos pelo parecer oferecido à proposição.

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, excelentíssimos Deputados, ontem, no nosso requerimento de urgência para este projeto, o Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, já pude expor bastante a relevância de um projeto tão humanitário e bonito como este.

Então, neste momento, para não delongar muito os trabalhos da Casa, eu agradeço a todos os Líderes que assinaram a urgência, a todos os colegas Deputados que perceberam a importância de um projeto tão relevante.

Eu quero agradecer também, porque este é um dos lindos momentos da Casa, às vezes raro, quando um relatório consegue melhorar, e muito, um projeto que já tinha uma beleza na sua essência pela ideia que chegou até nós através de uma jornalista, Silvana, que perdeu a sua mãe e felizmente conseguiu se despedir em 15 minutos no telefone, posteriormente veio a perder quase nove familiares pela COVID-19.

Com o apoio da médica Ana Cláudia Arantes, com o apoio da sociedade civil organizada e com um relatório tão bonito, nós teremos a ampliação dessa ideia, que nasce na pandemia, mas que vai se perpetuar em todas as outras enfermidades em que nós pudermos observar a possibilidade do uso de videochamada nos hospitais.

Então, hoje, esta Casa faz algo histórico, muito bonito e muito singelo, talvez não perceptível agora neste momento, mas que vai ser perceptível no coração de cada pessoa que precisar dar um adeus, precisar dizer "*eu te amo*" para um parente, para a mãe, para o pai, para o filho que está ali infelizmente à beira da morte ou possivelmente dando o último adeus.

Muito obrigado, Deputada Soraya Santos, pelo seu relatório tão belo, que permite que esse projeto ultrapasse a pandemia.

Muito obrigado, colega e amiga Deputada Luisa Canziani.

Por fim, registro meu muito obrigado ao Deputado Celso Sabino, que também assinou a coautoria deste projeto, e a todos os Deputados que entendem a sua relevância e mostram que, em projetos positivos, em projetos humanitários, esta Casa consegue estar numa sintonia muito boa e convergir pelo bem do povo brasileiro, pelo bem da saúde brasileira e, especialmente, pela solidariedade do direito de dizer "eu te amo" para aquelas pessoas que nós amamos.

Obrigado a todos. Obrigado, Sr. Presidente Arthur Lira. Obrigado a todos os Líderes que apoiaram o projeto.

Documento 544/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021 - CD	19:00
Publ.: DCD - 01/07/2021 - SORAYA SANTOS-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento à médica Ana Cláudia Arantes e aos Deputados Luisa Canziani e Célio Studart pela iniciativa de apresentação do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados para tratamento de saúde, especialmente com relação à Covid-19.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu apenas quero agradecer a este Plenário e dizer que este projeto gerou uma campanha muito linda na Internet, a campanha #precisodizerqueteamo. É impressionante como também as ferramentas tecnológicas nos aproximam das pessoas que estão lá na ponta, numa campanha de amor para trazer um tema que é tão caro.

Então, eu queria, mais uma vez, agradecer à Deputada Luisa Canziani, que trouxe o assunto para que pudéssemos falar dessa campanha; agradecer à Dra. Ana Cláudia Arantes, que entende a medicina paliativa como a dignidade do viver e a dignidade do morrer; e agradecer ao jovem Deputado Célio Studart, por ter pedido que eu fosse a Relatora deste projeto e por ter iluminado este Plenário com uma iniciativa tão bonita.

Quero também dizer a essa jornalista, que não conheço, que eu me sinto muito feliz quando vejo uma pessoa conseguir transformar sua dor em ação em benefício de outros. Receba minha solidariedade em razão de sua dor, mas a sua dor e a sua existência já estão marcadas,

na sua história, com essa demonstração de afeto e de responsabilidade com a sociedade.

Então, eu quero dizer que o meu dia hoje está muito melhor a partir desse sentimento de estar na política, para poder ser voz da sociedade e dar um passo a mais para a sua melhoria.

Obrigada, Presidente Arthur Lira, que me designou Relatora.

Eu estou aqui, Presidente, com a Deputada Luisa Canziani, implorando que V.Exa. dê voz a ela também.

Documento 545/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 01/07/2021 - LUISA CANZIANI-PTB -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a votação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados para tratamento de saúde, especialmente com relação à Covid-19. Reconhecimento e gratidão à médica Ana Cláudia Arantes pelo empenho na aprovação da proposição.

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada pela gentileza. Obviamente, quero agradecer a sua sensibilidade e a sua liderança, ao presidir esta Casa, honrando o povo brasileiro e nos honrando, especialmente, com pautas tão sensíveis e importantes como a pauta da saúde e a pauta da inovação.

Quero dizer, Presidente, que este dia, sem dúvida alguma, é um dia que faz a nossa missão de estar na vida pública valer a pena. Eu estou muito emocionada, porque houve uma grande mobilização por parte de diversas lideranças profissionais da saúde para que pudessemos aprovar este projeto.

Esse projeto foi construído pelo Deputado Célio Studart, contou com brilhante (*falha na transmissão*). E, realmente, Presidente, também contou com o apoio das nossas lideranças, muito especialmente da Dra. Ana Cláudia Arantes.

Por isso, eu gostaria de aqui registrar o nosso reconhecimento e a

nossa gratidão a essa profissional, a essa grande médica especialista em cuidados paliativos, reconhecida internacionalmente. Hoje, graças a sua grande mobilização e liderança, nós temos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 546/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Caráter humanitário do Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados para tratamento de saúde, especialmente com relação à Covid-19.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só dizer, mais uma vez, da importância de o Congresso Nacional fazer todo um esforço para que os direitos dos pacientes estejam garantidos. Quero parabenizar os envolvidos no projeto, porque esta é uma medida de humanização, não só no momento final, mas também ao longo de toda a internação. Esse contato do paciente com o seu familiar é importante ao longo de toda a condução do tratamento. Infelizmente, nós tivemos mais de 500 mil mortes no País. E agora milhões e milhões de internados serão beneficiados com essa medida.

E tem que ser obrigatória, Presidente. Está correto o relatório da Deputada Soraya Santos. Tem que ser obrigatória, porque é um direito do paciente que precisa ser garantido. Não basta que o hospital tenha permissão para decidir se a faz ou não.

Documento 547/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 01/07/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 2.136, de 2020, sobre a realização, por familiares, de videochamadas a pacientes internados para tratamento de saúde, especialmente com relação à Covid-19. Tramitação na Casa, do Projeto de Lei nº 4.759, de 2020, de autoria do orador, acerca da alteração da Lei nº 13.979, de 2020, para acompanhamento de pacientes internados com Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu também quero (*falha na transmissão*) Deputada Soraya Santos. Eu me emocionei junto com ela, neste projeto.

E quero dizer que sou autor de um projeto que está no Colégio de Líderes para ser votado, o Projeto de Lei nº 4.759, de 2020, que pretende tornar as UTIs para COVID mais humanizadas e, no limite do possível, viabilizar o acompanhamento dos pacientes. O PL 4.759/20 está no Colégio de Líderes, Presidente.

E há um projeto do Deputado Capitão Fábio Abreu, também sobre a COVID.

Documento 548/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -30/06/2021- CD 19:08
Publ.: DCD - 01/07/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apresentação de superpedido de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, por partidos políticos, Parlamentares, movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Alcance da marca de 500 mil óbitos no País pela Covid-19. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas de combate ao coronavírus. Necessidade de investigação de graves denúncias de irregularidades na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Realização no País de mobilizações populares contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aqui na Casa temos protocolados mais de 130 pedidos de *impeachment* do Presidente da República. E hoje, em um ato simbólico e histórico, foi protocolado mais um pedido, um superpedido de *impeachment* que tenta consolidar boa parte dos fatos

que dão sustentação a esses mais de 130 pedidos.

Sr. Presidente, foi uma dificuldade concluir a peça, porque a cada dia que passa surgem fatos novos, denúncias novas e acusações novas e graves que precisam ser incorporados à peça, precisam ser incorporados ao pedido de *impeachment*. Resolvemos então entregar logo, porque, senão, essa peça não iria ser concluída, não iria acabar.

No Nordeste, lá no Piauí, terra da Deputada Margarete, tem uma frase da canção *Cantiga da Perua* que diz: "*É de pió a pió*". E Alceu Valença, com seu talento, com sua arte, diz: "*Tá pior, vai piorar*".

Todos os dias, Sr. Presidente, o noticiário é alimentado com fatos novos, sempre graves, que levam o Brasil a uma encruzilhada perigosa. Sabemos que restam 19 meses para que seja concluído o mandato do Presidente da República, sabemos que um processo de *impeachment* não é uma coisa simples, mas também sabemos que o País não pode ficar sem Governo, entregue ao desmando, entregue a esse processo, em que o povo fica completamente largado, completamente desassistido.

São mais de 500 mil mortos pela COVID! O Governo se negou a comprar vacina. Quando surge a movimentação do Governo em prol das vacinas, vem cheia de denúncias de irregularidades, que evidentemente precisam ser averiguadas, precisam ser investigadas para se concluir a veracidade ou não. São gravíssimas as denúncias! O que esperamos é que, com a CPI que foi instalada no Senado, a imprensa brasileira, a sociedade brasileira e a Câmara dos Deputados consigam esclarecer esses fatos.

Enquanto isso, Presidente, nós iremos às ruas exigir democracia, exigir transparência, exigir honestidade, exigir que não haja corrupção e exigir um basta, um fim, a este Governo, que só infelicitava o povo brasileiro.

Documento 549/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-30/06/2021-
	CD	19:44
Publ.: DCD - 01/07/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Vacinação da oradora contra a Covid-19. Necessidade de imunização da população brasileira contra a doença viral. Importância da união nacional em torno da recuperação da economia brasileira. Aprovação pela Casa do Projeto

de Lei nº 4.139, de 2020, relatado pela oradora, a respeito da alteração da Lei nº 13.999, de 2020, relativa à instituição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, com vista à destinação de recursos a programas emergenciais de crédito durante o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.575, de 2020, relatado pela oradora, sobre a alteração da Lei nº 13.999, de 2020, com vista à transformação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, em política oficial de crédito permanente. Anúncio da apresentação, pela oradora, de projeto de lei sobre a criação do banco nacional da mulher.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu começo este breve discurso com uma notícia que alegrou meu coração e muito me emocionou. Enfim, eu consegui ser vacinada.

Em São Paulo, chegou a data para vacinação daqueles que têm 43 anos, 44 anos, ou mais. Acho que amanhã já chega aos 45 anos. Esta que aqui fala tem 43 aninhos de idade. É uma grande emoção chegar a um posto de vacinação, a uma unidade de saúde, a um *drive thru* - em São Paulo a vacinação está bastante acelerada, até pelo volume de pessoas que moram na cidade - e receber o imunizante no braço. Tive zero de reação. A felicidade é transbordante de saber que eu estou imunizada. E é transbordante mesmo, a ponto de lágrimas escorrerem dos olhos.

Eu imaginei que, depois de tanto falar dessa vacina, fosse algo até comum, porque quase já se tornou parte do meu DNA defender a vacina neste Brasil. Mas eu me emocionei muito. Eu me emocionei com o trabalho das pessoas que me atenderam muito bem. Não me atenderam muito bem porque sou Deputada Federal, não, porque estavam atendendo a todas as pessoas que estavam na fila esperando de 5 minutos a 10 minutos. Foi tudo muito rápido. E é incrível, de fato, saber que, ao entrar por uma porta e tomar o imunizante, a partir dali você pode respirar um pouco mais aliviada. Ao mesmo tempo é terrível, é terrível, é de cortar o coração saber que milhões, milhões, milhões, milhões e milhões de brasileiros ainda não tiveram essa chance. É realmente motivo para nos trancarmos no quarto e chorar. É motivo de nos trancarmos no quarto e chorar saber que pessoas com 50 anos, com 45 anos, com 40 anos ainda não conseguiram se vacinar em outros Estados, em outras cidades. Nem sabemos quando vão conseguir.

Nós não sabemos, infelizmente, quantas pessoas ainda perderão essa guerra, por uma série de fatores, porque não temos as vacinas em volume suficiente no Brasil.

Então, o meu coração, que saiu saltitando de alegria, ao mesmo tempo em que os olhos estavam marejados de emoção, também foi dividido com uma tristeza profunda, e aquela emoção de receber o imunizante se transformou em um pedaço de tristeza, por saber que tanta gente ainda não teve essa oportunidade.

Esta Casa tem feito o que pode, mas sozinhos nós não conseguimos. Eu já fiz alguns discursos aqui pregando a união, não interessa a ideologia, em prol disso, que é tão importante para a nossa recuperação econômica. Andando por São Paulo e por outras cidades e outros Estados brasileiros, porque somos Parlamentares...

Parlamentares representam seus Estados, é verdade, mas cada voto aqui representa o Brasil. Se eu voto a favor ou contra qualquer coisa que seja, não estou votando só a favor ou contra o Estado de São Paulo, estou votando a favor ou contra todo o País. Então, o Parlamentar é o representante do povo, e o povo está em todos os cantos deste País.

Como Parlamentar, olhando o que ainda temos que fazer e o tamanho da terra arrasada que nós temos neste País, eu penso, no primeiro momento, nessa imunização e, num segundo momento, na recuperação econômica do Brasil. Santo Deus! O Brasil segue, sim, numa quebradeira, por mais que nós tenhamos feito muito nesta Casa.

Vejam: com muito orgulho, relatei a primeira fase do PRONAMPE, que criou essa linha de crédito para o pequeno e o microempreendedor. Com mais orgulho ainda, relatei o projeto que torna o PRONAMPE permanente. E apresentei já mais uma alteração: a que autoriza o Executivo a aportar recursos para o Fundo Garantidor a qualquer momento.

Mas nós precisamos de mais. E é por isto que estou aqui hoje: para pedir a ajuda de V.Exas., especialmente da bancada feminina. E por que especialmente da bancada feminina? Porque o projeto que apresento hoje envolve especificamente as mulheres.

Esta pandemia que nós estamos vivendo, esta crise gigantesca, mostrou que muitas mulheres acabaram se tornando empreendedoras dentro de casa, não porque foram preparadas para isso ou porque tinham dinheiro para investir num pequeno negócio, mas porque tiveram, do dia para a noite, que levar sozinhas o sustento a toda a sua família. Mulheres que eram arrimo de família e perderam o emprego tiveram que se virar, que "se virar nos 30", para conseguir colocar o pão dentro de casa.

Quando fui candidata a Prefeita de São Paulo, Srs. Deputados, eu propus um projeto chamado Banco da Mulher. E o Banco da Mulher



nada mais é do que um projeto semelhante ao PRONAMPE, é um crédito subsidiado para a mulher.

De que forma é esse crédito? Não se trata simplesmente de abrir uma conta, colocar um dinheiro no banco e pronto. Não. Trata-se de uma seleção, de uma qualificação profissional da mulher, de fazer com que a mulher tenha o acompanhamento de técnicos na área de investimento, para que ela possa aplicar muito bem aquele crédito e transformar, quem sabe, a salinha da sua casa num pequeno salão de beleza, numa pequena confeitaria, numa padaria, numa lojinha, tirando Estado, Município, União como um todo, de cima dessa empreendedora e abrindo portas para que ela tenha não um projeto social, mas um projeto libertador. Isso porque não existe nada mais libertador para uma mulher, e eu posso dizer isso de peito aberto, em cima do salto, do que a liberdade econômica.

A liberdade econômica, inclusive, tira a mulher das garras da violência, porque uma mulher que tem sua liberdade econômica não apanha duas vezes. Ela pode ser agredida uma vez dentro de casa, mas, se tiver condição de se manter e de manter seus filhos, não apanha duas vezes.

Então, senhores e senhoras, eu estou aqui trabalhando nesse projeto para que nós possamos criar o Banco da Mulher, em âmbito nacional, para que essas mulheres não fiquem na fila apenas de uma assistência social, mas possam receber qualificação, possam receber, sim, um financiamento com juros subsidiados. E por que não, se esse dinheiro vai voltar?

Para aquelas que pagarem os seus empréstimos, essa é mais uma chance de expandirem o seu negócio. A mulher que tem o seu negócio - eu vou dar um pequeno exemplo aqui -, a mulher que tem um salão de beleza começa a escovar e cortar cabelos e, daqui a pouco, vai precisar de alguém como manicure, o que é mais um emprego, vai precisar de alguém para manter o salão organizado, o que é mais um emprego.

Aqui eu estou usando só um exemplo. São muitas as possibilidades que nós podemos trabalhar para qualificar essas mulheres, em áreas tecnológicas, em *hubs* de tecnologia, nas comunidades, nas favelas, nas regiões mais próximas. E isso só se fará quando nós aprovarmos aqui uma legislação para todo o País, para que possamos incentivar Estados e Municípios a trabalharem juntos dentro desse programa.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas da bancada feminina, eu peço ajuda de todos para que nós possamos aprovar, ainda este ano, o banco nacional da mulher empreendedora neste País. E vamos

mudar a situação de milhões de famílias brasileiras.

Muito obrigada.

Documento 550/557

72.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021-
CD 19:52

Publ.: DCD - 01/07/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

APARTE
DISCURSO

Sumário

Necessidade de esclarecimento, pelo Ministério da Saúde e pelo Presidente Jair Bolsonaro, de denúncias de superfaturamento da compra da vacina indiana Covaxin.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Caros colegas, nós precisamos esclarecer o caso Covaxin. Em 26 de fevereiro, eu encaminhei um requerimento de informação ao Ministério da Saúde, juntamente com o Deputado Tiago Mitraud, pedindo explicações sobre o processo de compra da Covaxin envolvendo a empresa Precisa como representante do laboratório Bharat Biotech.

O que nos motivou a pedir informação foi o fato de que a empresa Global Saúde, que é sócia da Precisa, estava sendo investigada por supostamente vender testes de COVID superfaturados e fraudar processo licitatório. Nós questionamos, no nosso requerimento, se o Ministério da Saúde tinha conhecimento das acusações envolvendo a Global, que é sócia da Precisa.

A resposta ao requerimento de informação é pública, está no *site* da Câmara. Nós temos recebido muitas perguntas e muitos questionamentos sobre essa resposta, e é por isso que eu subo a esta tribuna. Sobre as supostas suspeitas envolvendo a Global, o Ministério limitou-se a dizer que o cadastro da Precisa estava em situação regular no SICAF.

Também questionamos as negociações entre a Precisa, o laboratório Bharat Biotech e o Ministério e pedimos todos os detalhes, para descrever como foi essa negociação. Nós recebemos 30 documentos, e eu só vou falar dos quatro principais.

O primeiro documento é uma memória de reunião do dia 20 de

novembro de 2020, em que estavam sete representantes do Ministério da Saúde, quatro representantes do laboratório Bharat Biotech por videoconferência, e três representantes da Precisa. De acordo com a resposta do Ministério da Saúde, essa foi a primeira reunião. Naquele dia foi informado o preço por dose da Covaxin - eu peço a atenção dos senhores: 10 dólares. Ainda deixaram claro que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, esse valor poderia ser reduzido.

O segundo documento que eu quero destacar foi uma memória da reunião que aconteceu no dia 12 de janeiro de 2021, com a presença de três representantes do Ministério da Saúde e de três representantes da Precisa, sendo uma delas a do Sr. Francisco Maximiano. O detalhe aqui é que não houve participação do laboratório Bharat Biotech. Nessa reunião, o Presidente da Precisa não falou sobre valores das doses, mas ele manifestou desconforto ao informar valores - aquele que, na primeira reunião, tinha sido informado que o preço seria de 10 dólares. Além disso, ele questiona nessa reunião a possibilidade de alteração da Medida Provisória nº 1.026, de 2021.

O terceiro documento que eu gostaria de destacar é a memória da reunião que aconteceu no dia 5 de fevereiro, com a presença de dez representantes do Ministério da Saúde e dois representantes da Precisa -- novamente, sem a participação do laboratório Bharat Biotech. Na ocasião, foi apresentada a proposta com um novo valor: 15 dólares por dose.

O último arquivo que eu quero destacar aqui é um compilado de documentos, sendo uma declaração da Precisa como representante do laboratório Bharat Biotech, pelo prazo de 180 dias, e um memorando de entendimento, de 24 de novembro de 2020, entre a Precisa, o laboratório Bharat Biotech e uma empresa dos Emirados Árabes, cujo propósito era iniciar uma discussão a respeito da relação comercial para a introdução da Covaxin no Brasil.

Por que eu destaquei esses quatro documentos? Porque me causou muita estranheza, para usar uma palavra leve, o aumento de 10 dólares para 15 dólares no valor da dose. Como conseguimos conceber um aumento de 50%, com 1 mês de diferença, sem qualquer espanto, sem qualquer argumentação, sem contraproposta? Não há nenhum registro de discussão nas reuniões que mostre que o preço da negociação estava sendo mudado. Como o preço muda, e ninguém fala nada, ninguém estranha, ninguém contra-argumenta? Estamos falando de 500 milhões de reais.

Eu estou supondo que recebi todas as informações que foram solicitadas no RIC.

As informações apresentadas mostram que a Precisa tem um relacionamento oportunista com o laboratório Bharat Biotech, construído em paralelo.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que nós precisamos de explicações. Nós não podemos nos calar se há indício de prevaricação. O Ministério da Saúde precisa explicar por que conduziu uma negociação de forma tão leniente, sem nenhuma contestação. Nós queremos ouvir, sim, o Presidente Bolsonaro. Queremos que ele dê uma resposta às gravíssimas denúncias, uma vez que foi alertado. E só há uma pessoa que pode dar esse esclarecimento: o Presidente, principalmente quando estamos falando do Ministério da Saúde em uma pandemia.

Corrupção mata. Na pandemia, mata mais. O Brasil merece mais.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 551/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 30/06/2021- 20:00
Publ.: DCD - 01/07/2021 - JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de meio milhão de óbitos no Brasil em decorrência da Covid-19. Denúncia de superfaturamento na aquisição da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. Possibilidade de descontrole da epidemia de coronavírus no País por falta de vacinação. Necessidade de investigação, pela Casa, de denúncias de corrupção na compra de imunizantes contra o coronavírus. Reajuste de tarifas de energia elétrica no País em 52%. Transtornos da sistemática de funcionamento híbrido da Câmara dos Deputados. Defesa de realização, pela Mesa Diretora, de pesquisa sobre os índices de vacinação/contaminação, com vista à retomada dos trabalhos presenciais.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Sr. Presidente Eduardo Bismarck, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estão presentes aqui nesta noite de quarta-feira.

A sua indignação, Deputada Adriana, tem que ser mantida por todos nós. São mais de 516 mil vidas perdidas do povo brasileiro. Mais de meio milhão de brasileiros perderam a vida em função de equívocos. E

agora, com o pedido de informação de V.Exa., com todas essas nossas indagações à Comissão de Defesa do Consumidor, com o pedido de audiência para podermos discutir o superfaturamento de vacinas, fora o que está sendo discutido na CPI da COVID no Senado, não dá para não nos indignarmos.

As pessoas começaram discutindo a questão do valor de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. A Deputada Dra. Soraya Manato, que é uma lutadora e médica, sabe disso. Mas superfaturar vacina vendida no exterior a 1 dólar e 75 centavos e aqui no Brasil a 15 dólares? A lerdeza que houve em relação à vacina da Pfizer se contrapõe à celeridade que houve em relação às outras. Diante disso, nós não podemos nos calar.

Temos esta questão, Sr. Presidente, do superfaturamento nos contratos de aquisição dessas vacinas. Neste momento, é a Covaxin. A AstraZeneca está sendo aplicada em boa parte da população brasileira. E a tal da CanSino, da qual tinha sido feito um pedido de compra de 60 milhões de doses, que nem aqui chegou, já está superfaturada, 17 dólares. Além disso, houve o cancelamento do contrato de fornecimento da vacina Covaxin e a demissão do Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias.

As denúncias que vieram a conhecimento do povo brasileiro, depois do depoimento do Deputado Luis Miranda e do seu irmão Luis Ricardo Miranda, demonstram que houve irregularidades na compra da Covaxin. E o Ministério da Saúde é leniente com relação a isso no momento em que todos nós estamos aqui apelando para comprarem mais vacinas -- a Deputada Carmen Zanotto faz parte da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 nesta Casa --, para acelerarem a vacinação.

As pessoas não conseguem entender que, se essa lerdeza na vacinação acontecer no Brasil, o vírus começa a se proteger e a se defender com relação a isso.

Vai chegar o momento em que, se nós não tivermos 70% da população imunizada por vacinação - não é imunizada por contaminação, é por vacinação -, poderemos ter um contragolpe do vírus, porque ele vai reagir à dosagem, a uma dose só. Essa é a questão principal do povo brasileiro. Nós vamos estender a pandemia. Isso está sendo dito por todos os infectologistas. Não sou eu que digo, porque não sou da área médica, são eles.

Enquanto há essa lerdeza, há celeridade para a compra disso. Depois, o que tem que ser feito, Deputada Joice, Deputada Adriana? Temos realmente que apurar. Nós não podemos deixar de cumprir o nosso



papel de fiscalizadores.

Para a surpresa de todos, no dia 29, o representante da vacina Astrazeneca informou que teria sido solicitado pelo Diretor de Logística do Ministério, o Sr. Roberto Dias - e nós sabemos que ele é só um instrumento de outras pessoas e que temos que apurar o que aconteceu -, o pagamento de propina para efetivação do contrato, para a aquisição da Astrazeneca, de 1 dólar por vacina. Isso é superfaturamento por propina, é vacina com propina de 1 dólar! Isso foi dito por ele. Espantem-se todos: no dia 30, hoje, Deputada Erika Kokay, o funcionário foi exonerado. Sabe por quem, Deputada Kokay? Ele foi exonerado pelo Sr. Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. O Presidente, numa edição extra do *Diário Oficial*, não teve nem a coragem de sobrepor a sua assinatura, para exonerar um funcionário que estava cobrando 1 dólar por vacina de propina. Ele se calou.

Agora, por um motivo apelativo, vêm membros da sua família expor foto do Presidente Bolsonaro com a barriga aberta, toda costurada, de quando levou a facada, na minha terra natal, em Juiz de Fora. Isso é apelação! Não há justificativa para os equívocos da corrupção que estão acontecendo dentro do Ministério da Saúde no meio de uma pandemia. Nós não podemos nos render a esse tipo de apelação que está sendo feita, para tentar retomar aquilo que está sendo perdido pela população brasileira.

Eu disse a alguns Deputados aqui hoje que o Presidente derrete igual a manteiga no sol, igual a sorvete exposto ao calor. O Deputado Vilela sabe do que estou falando, do calor das Alagoas. O Presidente derrete igual a sorvete, igual a manteiga de garrafa exposta nas praias, para ser colocada em carne de sol. Ele derrete. Nós não sabemos se ele consegue chegar ao fim de 2021, que dirá a 2022.

Vamos apurar isso com mais celeridade, vamos apurar isso com a nossa responsabilidade. A Câmara dos Deputados não pode se eximir da responsabilidade de fazer essa apuração.

Por fim, eu queria falar do que está acometendo com outro setor, da elevação em 52% da tarifa da bandeira vermelha de energia elétrica. Isso atinge o consumidor de baixa e de média renda. Não há previsão nenhuma com relação à seca, com relação à estiagem, não há um programa de energia limpa. E o que se faz? Aumenta-se a tarifa de energia, principalmente a da bandeira vermelha. Essa é uma denúncia que temos que fazer e também apurar na Comissão de Defesa do Consumidor.

Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. e da Secretaria da Mesa, do nosso Secretário Ruthier. Falei sobre isso com o Presidente, e ele pediu que eu fizesse a indagação clara. Esta forma híbrida como



estamos trabalhando está trazendo transtornos. Está sendo visto pelos Deputados que aqueles que vêm a Brasília conseguem ter mais exposição, relatar e participar mais ativamente do que aqueles que, naturalmente, participam de forma virtual, dos seus Estados. Que seja feita uma pesquisa pela Mesa, pela Casa, sobre qual é a porcentagem de vacinação e de contaminação dos Deputados, para - quem sabe? -, rapidamente, podermos voltar a fazer sessões presenciais, talvez com número restrito de pessoas em plenário. Que numa votação saia um tanto de Deputados e entre outro tanto, mas que possamos terminar com esta forma híbrida, que tem feito mal, que tem feito com que participemos de mais de uma, de duas reuniões ao mesmo tempo, pela plataforma Zoom, que foi aceita. Nós não podemos, com um aparelho só, com uma chave só, estar em duas, três reuniões ao mesmo tempo. O dom da onipresença, que dizíamos ter aqui, não está acontecendo, e não é só numa sessão que começa de manhã e termina à noite. Também não pode acontecer a ausência do plenário. Que possamos saber qual é o grau de vacinação dos Srs. Parlamentares, para que possamos retomar as sessões presenciais na íntegra, pelo bom funcionamento do Parlamento, para que possamos dialogar e cobrar essas questões com este plenário cheio, para ver se aparece alguém do Governo que possa responder a esses desmandos e a esses equívocos que estão acontecendo neste momento com a saúde pública do nosso País, que está enfrentando uma pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 552/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/06/2021-20:08
Publ.: DCD - 01/07/2021	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - - AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso da Esquerda de comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas, no tocante ao enfrentamento à epidemia de coronavírus. Consternação com o registro de 500 mil óbitos no País provocados pela doença viral. Desativação de 13 mil leitos de UTIs pelo Governo Dilma Rousseff. Sucateamento do Sistema Único de Saúde - SUS pelo governo petista. Desvio, pelo PT, de recursos públicos para regimes ditatoriais, a exemplo da Venezuela e Cuba. Aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Retomada do crescimento econômico brasileiro. Tentativa de impeachment do Presidente da República. Tentativa, por ex-militante do PSOL, de assassinato do então presidente Jair Bolsonaro. Importância do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal aos atingidos pela crise

gerada pelo coronavírus. Criação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Importância de realização da reforma previdenciária e da anunciada reforma administrativa. Investigação de denúncias de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

A todo o momento hoje a Esquerda desafiou alguém do Governo a vir defendê-lo da tribuna. Com muita alegria - e vou até tirar a máscara -, com muita tranquilidade, faço essa defesa. Não precisaria, porque tudo está muito claro. Graças à Internet, a comunicação ficou mais fácil. Não dá para enganar a população.

Chamam o Presidente de "genocida". As pessoas que chamam o Presidente de "genocida" são aquelas que idolatram um genocida como Stalin, que matou 1 milhão de pessoas quando esteve à frente da União Soviética - um milhão de pessoas. Ele é idolatrado, é o grande ídolo da Esquerda brasileira. E chamam o Presidente Bolsonaro de "genocida".

Nós lamentamos as mais de 500 mil mortes no nosso País - perdi vários amigos policiais, que estavam na linha de frente contra a COVID -, mas quem causou esse estrago foi o vírus. Se for para achar um culpado, será preciso lembrar que, no Governo Dilma, foram fechados mais de 13 mil leitos no SUS. Foram 40 mil, se juntarmos com os fechados pelo PT, mas só no Governo Dilma foram 13 mil leitos fechados. Lá no Amazonas, no interior do meu Estado, não havia 1 leito de UTI. Quando chegou a pandemia, o nosso SUS não estava preparado.

Então, se formos procurar culpados, veremos que o maior culpado é o vírus e também quem deixou o SUS sucateado, para levar recursos do nosso País para a Venezuela, para Cuba, para ditadores. Falam tanto em genocida porque isso está na sua boca, porque gostam de genocidas, idolatram genocidas.

O Presidente fez o seu papel. Nós somos o terceiro país do mundo que mais vacina - o terceiro país. O PIB, no primeiro trimestre, ficou em 1,2%. Foi uma das economias que mais cresceram no mundo. A tendência, no fim do ano, é de 5%. O País está retomando o crescimento. A vacina está chegando ao braço do brasileiro. Não vai haver terceira onda. Fizemos e ainda estamos fazendo, porque a guerra não acabou. Estamos trabalhando, enquanto a Esquerda grita "*genocida, genocida!*".

Hoje trouxeram o pedido de *impeachment* do Presidente Bolsonaro, um superpedido de *impeachment*. Tentaram, Presidente Eduardo Bismarck, tirar o nosso Presidente através de uma facada. Um ex-militante do PSOL tentou matar o nosso Presidente à facada, para que ele não assumisse o comando do nosso País, mas Deus quis que ele estivesse à frente. Neste momento mais difícil da nossa Nação, Deus quis que o Presidente estivesse à frente. Tentaram tirá-lo através de uma facada e hoje tentam através de um *impeachment* que não tem legitimidade nenhuma, pois os números são claros. O Brasil é o País que mais vacina, é o País que cresce, é o País que não deixou os mais necessitados para trás, com o auxílio emergencial. Foram bilhões injetados, para o auxílio chegar a quem mais precisa. Nós melhoramos as nossas empresas - e o Congresso Nacional tem um grande papel nisso -, nós melhoramos o ambiente de negócios, nós fizemos o PRONAMPE, nós fizemos a reforma da Previdência, nós vamos fazer a reforma administrativa, nós vamos organizar, sim, o nosso País, para que o País continue crescendo.

Falaram aqui em Estado forte, em Estado pesado. Onde o PT governou deixou terra arrasada. Gostam tanto de servidores públicos - e eu os admiro, e sempre fui servidor público -, mas, quando não fazem o equilíbrio das contas... Servidores de Estados que o PT comandou tiveram o salário parcelado. Eu dou exemplo: Rio Grande do Sul, Minas Gerais - terra arrasada.

Nós não podemos voltar atrás. Lamentamos passar por este momento tão difícil, por esta pandemia, desse vírus que nos tirou pessoas que amamos, mas vamos fortalecer, sim, o SUS, coisa que o Governo do PT não fez. Nós vamos fortalecê-lo, sim.

Sobre a corrupção, o Presidente não teme. Há um ditado militar que diz: "*Quem for podre que se arrebente*". Vamos investigar tudo. Diferentemente de Governos anteriores, que colocavam a sujeira debaixo do tapete, nós vamos investigar. "*Quem for podre que se arrebente*". Não vamos aceitar corrupção no Governo Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

Documento 553/557

72.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/06/2021-20:16
Publ.: DCD 01/07/2021 -	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE PARTIDO DISCURSO	DO



Sumário

Presença de indígenas no Distrito Federal para acompanhamento do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação de interesse dos povos originários. Aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 3.514, de 2019, a respeito da regulamentação das profissões de Agente Indígena de Saúde - AIS, e de Agente Indígena de Saneamento - AISAN, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SasiSUS; e do Projeto de Lei nº 9.943, de 2018, referente à alteração da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para permissão da organização do ensino escolar indígena por meio de territórios étnico-educacionais. Aprovação, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, de requerimento de audiência pública para debate das atividades econômicas sustentáveis, desenvolvidas na reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aprovação, pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de requerimento de audiência pública para discussão, com representantes da Terra Indígena São Marcos, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, sobre a exclusão, da Área Indígena São Marcos, da área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima. Descumprimento do disposto no art. 6º da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, na aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Congratulações aos signatários do superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Escândalo de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Federal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e demais membros desta Casa.

Quero falar aos povos indígenas que estão nos assistindo. Trago algumas boas notícias primeiro. Hoje novamente foi um dia de luta e resistência. Os povos indígenas estão aqui em Brasília há algumas semanas, aguardando o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de um caso de repercussão, e o julgamento foi adiado. Hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, aprovamos o relatório sobre o Projeto de Lei nº 3.514, de 2019, que reconhece as categorias de agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento. É mais uma fase superada para esse projeto tão importante. Também aprovamos o Projeto de Lei nº 9.943, de 2018, que dispõe sobre a organização da educação escolar indígena por meio de territórios étnico-educacionais. Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, aprovamos também um requerimento para ouvir lideranças indígenas da Raposa Serra do Sol sobre as atividades econômicas sustentadas praticadas naquela terra. Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aprovamos requerimento de audiência pública, para



que o povo indígena da terra indígena São Marcos seja ouvido em relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, Deputada Erika, e assim possa se manifestar sobre esse texto que está sendo pautado também. Essas proposições são positivas e contam com a participação e o interesse dos povos indígenas. Nós não podemos, senhoras e senhores, excluí-los desta Casa, que se diz que é a Casa do Povo. Mas os povos indígenas, muitas vezes, não entram nesta Casa.

Desde 2004 o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que foi inserida no nosso ordenamento jurídico pelo Decreto nº 5.051, de 2004, aprovado pelo Congresso Nacional. Em seu art. 6º, a convenção prevê, entre outras coisas, que os governos signatários, como é o caso do Brasil, deverão consultar os povos interessados mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. É a isso que me refiro quando defendo aqui, repetidamente, muitas vezes, que todo projeto que impacte a vida dos povos indígenas precisa passar por uma consulta livre, prévia e informada. É direito. Essa legislação tem força de lei. Vários projetos aprovados nesta Casa não foram colocados para consulta. O Projeto de Lei nº 490 é um exemplo disso. Lamentavelmente, ele foi aprovado nesta semana pela Comissão de Constituição e Justiça, e não se respeitou o procedimento apropriado de consulta. Da mesma forma temos alertado em relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, que está em pauta. Os povos indígenas não estão pedindo nada além do que já é garantido por lei e pela Constituição Federal.

Aproveito para saudar as organizações, as entidades e os partidos políticos que protocolaram hoje, há pouco, um superpedido de *impeachment* de Jair Bolsonaro. A cada dia que passa, novas denúncias seguem contra Bolsonaro. Além de anti-indígena, antiambientalista, antidireitos humanos, ele também se envolve em corrupção, e isso é preciso que se investigue. É preciso que a sociedade veja pelo que o nosso País está passando. A última denúncia mostra que o Governo pediu propina de 1 dólar para a compra de 400 milhões de doses de vacina. É escandalosa! É preciso, de imediato, fazer a responsabilização por esse ato.

Sr. Presidente, é de interesse nacional, sim, que sejam pautados os pedidos de *impeachment*, para que o Brasil retome uma gestão responsável e reverta a imagem que temos, de país negacionista, cheio de retrocessos ambientais e que ataca os povos indígenas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, justamente para que a população brasileira não se esqueça do que está sendo denunciado

hoje.

Nós, com os povos indígenas, pedimos que sejam pautados os pedidos de *impeachment*. Os povos indígenas também são peticionários em um desses pedidos, pois há mais de vinte ilícitos deste Governo apontados como crime de responsabilidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 554/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD 20:24
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com Câncer. Indignação com pronunciamentos de exaltação ao desempenho do Plano Nacional de Imunizações. Relação entre a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas, e o alcance da marca de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Razões da comparação do Presidente da República com genocidas, no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Manutenção do Deputado Ricardo Barros no cargo de Líder do Governo na Casa, não obstante a declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre o seu envolvimento em esquema de aquisição superfaturada de imunizantes. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Apresentação de superpedido de impeachment do Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis ao projeto. O projeto estabelece uma série de normas programáticas que asseguram os direitos das pessoas com câncer. É muito importante que nós possamos avançar na perspectiva de fazer com que as pessoas sejam atendidas com dignidade, o que nós não estamos vendo neste País.

Eu fico muito impressionada quando vejo pessoas subirem à tribuna e elogiarem o plano de vacinação, com o qual se vacinaram 12% com as duas doses. Fazem um cálculo que é mentiroso, um cálculo sobre o número absoluto e não sobre o percentual de pessoas vacinadas. Aqui também fico muito impressionada com o fato de as pessoas baterem palmas para um plano de vacinação que foi boicotado pelo Presidente da República, que foi nitidamente boicotado. Além disso, o Presidente da República trabalhou desde o início com a imunidade coletiva por

contágio, o que representaria milhões de pessoas mortas. Mais de 500 mil pessoas se foram - e todo mundo que vai é amor de alguém. Esses que vêm aqui e defendem o Governo e a sua política de enfrentamento à COVID estão menosprezando, desprezando a dor de tantos familiares que choram as pessoas que se foram.

Eu fico pensando: qual é o projeto deste Governo para a saúde? O projeto que este Governo apresenta para a saúde é o da morte de 516 mil pessoas. Por isso, é genocida, sim, é genocida, sim! Ele boicotou todas as medidas não farmacológicas, boicotou e boicota o uso de máscaras, boicotou tudo o que foi construído pelos organismos internacionais e pela ciência para o enfrentamento da COVID.

Este é também o Governo da propina. A nossa vida não vale 1 dólar. Mais uma denúncia que chega, mais uma denúncia, a de que havia no Ministério da Saúde alguém que queria ganhar 1 dólar por cada vacina que fosse contratada. Veja: é o cume de todo o desprezo com a saúde do povo brasileiro, da ausência de empatia. Aí vêm aqui dizer que o Presidente da República não sabia? O Presidente da República disse quem era o autor do rolo - isso foi dito! Ele disse que era o Sr. Barros, que é o seu Líder de Governo e que continua sendo! Aliás, o Presidente da República, depois de ter recebido a denúncia - e ele disse quem era, por isso ele sabia do que existia -, manteve o Sr. Ricardo Barros como o seu Líder de Governo e ainda nomeou a esposa de Ricardo Barros,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - ... para que ela ganhasse alguns mil reais, como Conselheira de Itaipu.

Este é um governo corrupto. Por isso, hoje houve o superpedido de *impeachment*. Um movimento social, vários juristas, várias autoridades, vários partidos apontaram que o Brasil precisa respirar, precisa viver, precisa ter emprego, precisa ter dignidade. Por isso, é "Fora, Bolsonaro!".

Documento 555/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	20:28
Publ.: DCD - 01/07/2021 - RENATA ABREU-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com Câncer. Congratulações ao autor da proposição, ex-Deputado Eduardo Braide, e atual Prefeito Municipal de São Luís, Estado do Maranhão. Vacinação em massa do povo ludovicense pelo gestor da municipalidade.

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria falar da importância deste projeto para o nosso País. É um projeto do ex-Deputado Eduardo Braide, atual Prefeito de São Luís, projeto que cria diretrizes, que unifica legislações municipais, estaduais e federais, para criar políticas públicas, não só de humanização para pessoas que sofrem com essa doença tão trágica, que é o câncer, mas também de prevenção.

Minha mãe faleceu de câncer. Eu sei o que é, dentro de casa, ver uma pessoa sofrer com a quimioterapia, ver uma mulher raspar o cabelo e ser obrigada a usar uma peruca, ter a sua vaidade posta em jogo e ter que ir todas as semanas fazer um tratamento que mexe com a sua imunidade. Essas pessoas precisam de um tratamento humanizado para superar isso. E mais, Presidente: meu pai foi curado de um câncer no pâncreas, um dos mais agressivos, porque ele foi identificado a tempo. O diagnóstico de câncer de mama, por exemplo, no tempo certo, pode salvar uma vida.

É por isso que este projeto tem uma importância incalculável, porque esta é uma doença que tem-se propagado e tirado muitas vidas. O câncer de próstata, que acomete muitos homens, Presidente, porque não têm o diagnóstico ou simplesmente não acompanham, mata muita gente.

Este projeto é um marco para o nosso País. Ele proporciona condições de igualdade e tratamento adequado a todos os pacientes. Ele promove o exercício da liberdade, algo fundamental para pessoas que sofrem com essa doença. Ele busca soluções para todas as dificuldades que pessoas com câncer enfrentam.

Eu quero, de verdade, parabenizar o nosso Prefeito Eduardo Braide pela sensibilidade! Eu vivi isso dentro de casa e quero pedir muito, muito, muito o apoio de todos os Parlamentares a este projeto.

Parabenizo também o nosso Prefeito, que tem feito história no nosso País no que se refere à vacinação, porque já está vacinando pessoas com 18 anos de idade. Esse é um exemplo do modo Podemos de governar.

Agradeço, Presidente, e peço o apoio de todos a este projeto, que marca um novo momento na história do nosso País.

Parabéns!

Documento 556/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	20:40
Publ.: DCD - 01/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com Câncer. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis a esse projeto. É importante que se assegure a dignidade das pessoas com câncer, uma doença muitas vezes silenciosa. Não só o diagnóstico precoce é absolutamente decisivo e fundamental, como também o acesso ao tratamento.

Nós já aprovamos leis nesse sentido, nesta Casa, estabelecendo prazos, mas elas precisam ser efetivadas. Além disso, deve-se assegurar a atenção multidisciplinar às pessoas com câncer. Inclusive, deve ser encarada a urgência do atendimento, na medida em que a pessoa com essa doença necessita de um diagnóstico preciso e, ao mesmo tempo, de tratamento imediato. Esta Casa já aprovou proposições nesse sentido.

E mais uma vez reafirmo que o Governo é corrupto e genocida!

Documento 557/557

72.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/06/2021- CD	20:44
Publ.: DCD - 01/07/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da criação do Estatuto da Pessoa com Câncer. Defesa do tratamento precoce do câncer e da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Gilberto, estou acompanhando esse debate e não preciso perguntar para ninguém o que é o tratamento do câncer. Passei por um câncer, em 2017. Sei o que é fazer quimioterapia, radioterapia, e como é ouvir do médico que você tem câncer.

Esse estatuto é realmente a redenção para os doentes com câncer. Ele é muito importante para levarmos esperança, porque hoje há o aumento de 10% ao ano de pessoas com a doença.

Uma coisa que eu não consigo entender é ouvir uma Deputada dizer: "*Tratamento precoce para câncer, tratamento precoce para todas as doenças, menos para a COVID. Para a COVID tome dipirona e vá para casa*". O tratamento precoce, o tratamento imediato é para todas as doenças, inclusive para a COVID, inclusive...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado Cherini, por favor.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Vou concluir, Presidente. Obrigado.

Então, o tratamento precoce para câncer e para qualquer outra doença é fundamental. Eu estava no nível 4 da doença, estive no vale da morte e voltei. Eu estou bem.

É muito importante o que nós estamos votando hoje à noite. Todas as pessoas que têm câncer no Brasil passam a ter esperança a partir da nossa Câmara Federal.

Muito obrigado.